



COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

RELATÓRIO FINAL **29/06/2021 - 16/11/2021**

REQUERIMENTO 4430/2021
ATO DA MESA: 10/2021

“COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.) PARA ANALISAR A GESTÃO E AS PRIORIDADES EMPREGADAS NO USO DE VERBAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, DESTINADAS AO COMBATE A PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO”

Elaboração: Mandatos dos Vereadores Zerbinato, Marcos Papa e Coletivo Popular Judeti Zilli
Apresentação e Aprovação: 04/08/2022



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

"Real é aquilo que não dá para não ver,

mesmo que seja invisível, como um vírus."

José Miguel Wisnik

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS PELO APOIO TÉCNICO E AUXÍLIO NA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PARA A ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Ana Carolina Castro Luz Buzato - Rede Emancipa

Ana Clara Mioto - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP

Anderson L. Francisco - Secretaria de Cultura

Beatriz Tartaro - Financeiro da Secretaria de Educação

Domingos Alves - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP

Ednéa Eliana dos Santos - Diretora do Departamento Despesa e Orçamento

Eufrásio Pereira dos Santos Júnior - Auditor Interno do Município

Helena Barbosa Lugão - Vigilância Epidemiológica

Heloísa Helena de Almeida Batista - Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Saúde

Luzia Marcia Romanholi Passos - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde

Mariane Barros Neiva - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP

Rita Aparecida P. C. da Cruz - Departamento Administrativo e Financeiro da Saúde

AGRADECIMENTOS PELA PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DURANTE AS OITIVAS

Adriana Carvalho - Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Administração

Alessandro Hirata - Secretário Municipal de Justiça

Alexandre Pastova - Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais

Ana Carolina Castro Luz Buzato - Rede Emancipa

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

Ana Laura – Professora da rede municipal

Annie Schmaltz Hsiou - Rede Emancipa

Antônio Carlos Muniz - Diretor da

Fiscalização Geral da Secretaria da Fazenda

Antonio Daas Abboud - Secretário de Governo

Célia da Silva Lima - Coordenadora da Diretoria da Seccional da Saúde do Sindicato dos Servidores Municipais

Celma Santana Pacheco - Secretária da Diretoria Seccional de Assistência Social do Sindicato dos Servidores Municipais

Cibelle M. do Amorim Ferreira - Auditora Geral do Município

Cibelle M. do Amorim Ferreira - Auditora Geral do Município

Claudia de Almeida Torres de Andrade - Coordenadora Diretora da Seccional de Cultura e Turismo do Sindicato dos Servidores Municipais

Crisangela Carloto Barros Araújo - Diretora do Departamento de Proteção Básica

Cristiane Gonçalves - Coordenadora da Diretoria Seccional de Educação do Sindicato dos Servidores Municipais

Dilson Bráz da Silva Júnior - Diretor do Departamento de Planejamento em Saúde

Édie Maria Fernandes - Conselheira Tutelar

Edilamar de Oliveira Ferreira - Coordenadora da Diretoria da Seccional de Assistência Social do Sindicato dos Servidores Municipais

Edneá Eliana dos Santos - Diretora do Departamento Despesa e Orçamento

Elaine Cristina M. Minto – Coordenadora II de Serviços de Exames Laboratoriais

Elias Antônio Vieira – Representante da OAB;

Elvio Antônio Pinotti Neto - Coordenador do SAMU regional e da Regulação Médica

Eufrásio Pereira dos Santos Júnior - Auditor Interno do Município



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Fabiana Batista (coordenadora do projeto) - Projeto Mesa Brasil (SESC)

Felipe Elias Miguel - Secretário Municipal da Educação

Fernanda Cristina Padial - Coordenadora Técnica do Arquivo Central da Secretaria Municipal da Saúde

Gustavo Menta Vicentini - Gestor do Consórcio PróUrbano

Heloísa Helena de Almeida Batista - Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Saúde

Henry W. Smith, Diretor de T.I. da CODERP

Jane Aparecida Cristina - Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Saúde

José Mauro de Araújo - Diretor de Transporte da TRANSERP

Lucas Molina (gerência do SESC-RP) - Projeto Mesa Brasil (SESC)

Luciana Bolognini Colla - Diretora Jurídica do Sindicato dos Servidores Municipais

Luzia Marcia Romanholi Passos - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde

Marcelo Cesar Carboneri – Diretor Administrativo da Fundação Hospital Santa Lydia

Marcelo da Silva Leão - Secretário-Geral do Sindicato dos Empregados do Transporte Urbano

Márcio da Silva - o Presidente do Conselho Municipal de Educação

Marcus Vinicius Santos - Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

Mauro Jansen (gerência do SESC-RP) - Projeto Mesa Brasil (SESC)

Mayra Fernanda de Oliveira – Coordenadora I do Programa Municipal de Imunização

Mônica Zechin de Oliveira Toniello - Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Auditoria

Óthon Castrequini Piccini - Diretor do Departamento de Promoção da Integridade

Patrícia Lima - Coordenadora do Complexo Regulador

Platinir - União Nacional por Moradia (UNM)

Renata Corrêa Gregoldo - Secretaria Municipal de Assistência Social

Renato Cláudio Martins Bin - Controlador Geral do Município

Samira Samolão - Rede Emancipa

Tatiana dos Reis Balaniuc Monteiro Moreira - Diretora do Departamento Técnico e Controle Interno

Vanessa C. Borin Danelutti – Diretora do Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas

Vânia Cantarella Rodrigues - Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária

Victor Hugo Albernaz Júnior – Defensor Público

Walther Campos Filho – Diretor Técnico da Fundação Hospital Santa Lydia

Wanessa Cristina de Oliveira Silva Pereira - Responsável pela Ouvidoria da Saúde



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
DOS DADOS GERAIS	11
◦ DOS FUNDAMENTOS LEGAIS	11
◦ DO ACESSO PELAS PÁGINAS DA CÂMARA	11
◦ DA COMPOSIÇÃO	11
◦ DA ASSESSORIA	11
◦ DA COLABORAÇÃO	12
◦ DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO	12
DA CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)	13
DOS TEMAS E DOS CONVIDADOS OUVIDOS	15
DO QUE FOI NOTICIADO NA IMPRENSA LOCAL DURANTE OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)	21
DOS REQUERIMENTOS/OFÍCIOS EMITIDOS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)	23
RESPOSTAS E DOCUMENTOS EM RESPOSTA AOS REQUERIMENTOS E OFÍCIOS EMITIDOS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)	29
◦ Gráficos interativos e Planilhas em Excel com todas as informações enviadas sobre as verbas-covid	59
DAS REUNIÕES E OITIVAS REALIZADAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)	61
DAS CONSIDERAÇÕES POR TEMAS ABORDADOS	139
● ASSISTÊNCIA SOCIAL	139
◦ SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	139
◦ CESTAS BÁSICAS E CACEM	139
◦ CONSELHO TUTELAR	141
◦ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	141
◦ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MORADIA IRREGULAR	143
● EDUCAÇÃO	144
◦ PROTOCOLO covid	144
◦ RECURSOS HUMANOS	145
◦ ENSINO REMOTO	145
◦ ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES	146
◦ RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS	146
● IPM	147
● FISCALIZAÇÃO GERAL	148
● SAÚDE	149
◦ POLOS COVID	150

◦ OUTRAS UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO	150
◦ HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS	151
◦ HOSPITAL SANTA LYDIA	151
◦ CONTROLE E AUDITORIA DOS LEITOS COVID-19	152
◦ TESTES COVID-19	152
◦ VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 E AGENDAMENTO	154
◦ VIGILÂNCIA EM SAÚDE	157
◦ ATENÇÃO BÁSICA - UBS/USF	158
◦ OUVIDORIA DA SAÚDE	159
◦ E-SIC	160
◦ SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPÉ (SAM)	161
◦ PONTO CRÍTICO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO	161
◦ CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	161
● TRANSPORTE PÚBLICO	162
◦ PROTOCOLOS SANITÁRIOS NO TRANSPORTE PÚBLICO	162
● COMITÊS PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA	163
◦ COMITÊ TÉCNICO DE CONTINGENCIAMENTO	164
LOCKDOWN	166
KIT COVID-19 E IMUNIDADE DE REBANHO	167
◦ COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO	168
◦ GRUPO DE TRANSIÇÃO E RETOMADA PÓS-COVID-19 (GTR)	168
● DIFICULDADES DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE A PANDEMIA	169
DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	172
● VERBAS-COVID	176
◦ VERBAS-COVID PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	182
◦ VERBAS-COVID PARA A CULTURA	185
◦ VERBAS PARA A EDUCAÇÃO	187
◦ VERBAS PARA A FISCALIZAÇÃO GERAL	189
◦ VERBAS-COVID PARA A SAÚDE	190
◦ VERBAS PARA O TRANSPORTE PÚBLICO	198
◦ LEI COMPLEMENTAR 173/2020	199
◦ PROBLEMAS APONTADOS PARA O USO DAS VERBAS ADVINDAS DE RAPASSES FEDERAIS	200
● PROPOSIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA	202
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	209



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO I - RESPOSTA OFÍCIO 14.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - REDE EMANCIPA	219
ANEXO II - RESPOSTA OFÍCIO 15.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – MESA BRASIL	225
ANEXO III - RESPOSTA OFÍCIO 18.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – TRANSERP	231
ANEXO IV - RESPOSTA OFÍCIO 19.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – TRANSERP	240
ANEXO V - RESPOSTA OFÍCIO 20.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CONSÓRCIO PRÓURBANO	241
ANEXO VI - RESPOSTA OFÍCIO 21.2021 - CEE 10/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – SEMAS	246
ANEXO VII - APRESENTAÇÃO SEMAS - CEE 10/08	250
ANEXO VIII - RESPOSTA OFÍCIO 40.2021	261
ANEXO IX – RES. REQUERIMENTO 7500/2021 - Déficit do Consórcio PróUrbano	262
ANEXO X - RESPOSTA REQUERIMENTO 8992/2021 - Metas PPA 2017-2021	306



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DOS DADOS GERAIS

◦ DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Requerimento nº 4430/2021, de autoria do Vereador Zerbinato;
Ato da mesa Nº 10, de 17 de junho de 2021

◦ DO ACESSO PELAS PÁGINAS DA CÂMARA

<https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/comissao.htm>

Comissão Especial de Estudos das verbas da covid-19

◦ DA COMPOSIÇÃO

VEREADOR ZERBINATO (PSB) - Presidente

VEREADORA DUDA HIDALGO (PT) - Vice-presidente

VEREADOR MARCOS PAPA (CIDADANIA) – Relator

VEREADOR LINCOLN PEREIRA FERNANDES (PDT) - Membro

VEREADOR JEAN CORAUCI (PSB) – Membro até 24/08 (Requerimento 6033/2021)

COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI (PT) – Membro desde 09/09 (Requerimento 6503/2021)

◦ DA ASSESSORIA

VEREADOR ZERBINATO (PSB) – Fernanda Bergamini Vicentine

VEREADORA DUDA HIDALGO (PT) – João Baptista Alves Boccaletto

VEREADOR MARCOS PAPA (CIDADANIA) – Dário Henrique Teófilo Schezzi

VEREADOR LINCOLN FERNANDES (PDT) – Michelle Rezende Côndilo

VEREADOR JEAN CORAUCI (PSB) – Leandro Cesar Pinho (até 24/08/2021)

COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI (PT) – Thiago Pizo Scatena (a partir de 09/09/2021)

◦ **DA COLABORAÇÃO**

João Paulo Batista (participação institucional a partir de 17/08/2021)
representando o Comitê de Enfrentamento e Combate à Pandemia de covid-19

DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS SOBRE AS VERBAS-COVID

<https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/>

Gastos Públicos - Ribeirão Preto

◦ **DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO**

Fernanda Bergamini Vicentine
Thiago Pizo Scatena
Dário Henrique Teófilo Schezzi



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DA CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)

Originária do Requerimento nº 4430/2021, de autoria do Vereador Zerbinato (PSB) e apresentado em Plenário no dia 17 de junho de 2021, foi aprovado na mesma data, originando o Ato da Mesa nº10/2021, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Cumpridas as regras regimentais, pelas lideranças partidárias, foram indicados os vereadores Marcos Papa (CIDADANIA), Duda Hidalgo (PT), Lincoln Fernandes (PDT) e Jean Corauchi (PSB), que permaneceu como membro da CEE até 24/08/2021 (Requerimento 6033/2021). A composição da Comissão foi restabelecida em 09/09/2021 (Requerimento 6503/2021, com a entrada do Coletivo Popular Judeti Zilli (PT).

Essa CEE foi formada com o objetivo de analisar a gestão e as prioridades empregadas no uso de verbas Municipal, Estadual e Federal, destinadas ao combate da pandemia de covid-19 no Município de Ribeirão Preto. A fim de compreender as ações e as omissões do executivo municipal em todas as áreas sensíveis para a prevenção e o controle da transmissão do vírus, bem como para a assistência daqueles que adoeceram por covid-19 e todos os outros usuários que necessitam de cuidados da Rede de Saúde. Também foi dada ênfase ao cuidado dispensado aos trabalhadores dos setores que atuavam em serviços da linha de frente e serviços essenciais. Bem como pontuadas as principais dificuldades de acesso às políticas públicas no município.

Desde o início, utilizou-se de todos os instrumentos permitidos na legislação para apuração e alcance de seus objetivos, realizando reuniões, requisitando documentos e ouvindo autoridades e pessoas interessadas e envolvidas no assunto que aqui é tratado. Posteriormente os dados também foram analisados em conjunto com as proposituras da Câmara, dado seu papel de fiscalização do executivo e de abertura para o diálogo com a população.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DOS TEMAS E DOS CONVIDADOS OUVIDOS

Data	Tema	Convidado/a
29/06	Instalação da CEE da covid-19. Deliberação: vice-presidência e relatoria.	-
13/07	Deliberação sobre cronograma de reuniões, temas, possíveis convidados, envio de ofícios para formalizar convites	-
27/07	Acesso às políticas públicas de segurança alimentar e Nutricional: • Cadastro dos usuários no CadÚnico, pessoas em situação de rua e moradia precária; • CACEM: acesso às cestas; prazo de validade dos alimentos; • Segurança Alimentar e Nutricional: subsídios para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, valores e fontes de financiamento das ações de enfrentamento da pandemia; ações realizadas.	<ul style="list-style-type: none">● (Não compareceu) Presidente do Conselho de Segurança Alimentar: Luciano Botelho Lima (ou pessoa indicada);● Projeto Mesa Brasil (Patricia – SESC): Mauro Jansen, Lucas Molina e Fabiana Batista;● Rede Emancipa: Ana Carolina Castro Luz Buzato
	Condições de trabalho e atuação do Conselho Tutelar: • Conselho Tutelar: atuação e condições de trabalho, valores e fontes de financiamento das ações de enfrentamento da pandemia; ações realizadas.	<ul style="list-style-type: none">● Conselheira Tutelar: Édie Maria Fernandes
03/08	Organização do Transporte Público devido a pandemia: • Transporte público: adequação das frotas; medidas sanitárias; normativas referentes ao período de pandemia; fiscalização; • Repasses de verbas para o PróUrbano durante o período de pandemia;	<ul style="list-style-type: none">● Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal de Administração: Sra. Adriana Carvalho.● Diretor de Transporte da TRANSERP: Sr. José Mauro de Araújo● Presidente do Consórcio PróUrbano, Sr. Roque

		Feliciano Netto, e o Gestor do Consórcio: Sr. Gustavo Menta Vicentini
	Condições de trabalho e de uso do Transporte Público durante a Pandemia: ● Condições de trabalho dos motoristas durante o período de pandemia; ● Condições de uso do transporte público durante o período de pandemia;	<ul style="list-style-type: none"> Secretário-Geral do Sindicato dos Empregados do Transporte Urbano – Sr. Marcelo da Silva Leão. Coletivo/usuário: não deu certo de participar.
10/08	Assistência Social: condições de trabalho, cadastro dos usuários no CadÚnico, pessoas em situação de rua, valores e fontes de financiamento das ações de enfrentamento da pandemia;	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Municipal de Assistência Social: Sra. Renata Corrêa Gregolfo
	Segurança alimentar e CACEM: períodos de distribuição de cestas, número de cestas arrecadadas/doadas, valores e fontes de financiamento, prazo de validade dos alimentos.	<ul style="list-style-type: none"> Diretora do Departamento de Proteção Básica: Sra. Crisangela Carloto Barros Araújo
17/08	<ul style="list-style-type: none"> Verbas destinadas para a educação e seu uso durante o período de pandemia; Adequações das escolas para o retorno seguro das aulas presenciais; Máscaras distribuídas aos professores e funcionários escolares; Vacinação dos professores e funcionários escolares; Cestas básicas e “marmitex” distribuídos para os estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Secretário Municipal da Educação: Felipe Elias Miguel Sindicato dos Servidores Municipais - Coordenadora da Diretoria Seccional de Educação: Cristiane Gonçalves; Comissão Especial de Estudos do Retorno às aulas Conselho Municipal de Educação - Sr. Márcio da Silva (Presidente) e Sr. José Eugênio Kaça (Vice-Presidente)
24/08	Fiscalização <ul style="list-style-type: none"> Recursos financeiros e humanos; Normativas; Fiscalização durante o lockdown; Estrutura de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Diretor da Fiscalização Geral da Secretaria da Fazenda: Sr. Antônio Carlos Muniz



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

	Vigilância em Saúde e Sanitária <ul style="list-style-type: none">• Recursos financeiros e humanos;• Normativas;• Estrutura de trabalho;• Recomendações.	<ul style="list-style-type: none">• Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária: Dra. Vânia Cantarella Rodrigues;• Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde: Sra. Luzia Márcia Romanholi Passos
31/08	Mortes “Não covid-19”/excesso de mortes indiretas a pandemia durante o ano de 2020: <ul style="list-style-type: none">• relacionadas ao período perinatal, questões metabólicas e nutricionais e transtornos mentais e comportamentais;• verbas recebidas/verbas federais não utilizadas;	<ul style="list-style-type: none">• Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro: Sra. Heloísa Helena de Almeida Batista• Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde: Enf^a Luzia Márcia Romanholi Passos• Diretor do Departamento de Planejamento em Saúde: Farmacêutico Dílson Bráz da Silva Júnior;• Coordenador II de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas: Psicólogo Marcus Vinícius Santos.
14/09	<ul style="list-style-type: none">• Verbas municipais destinadas para o enfrentamento da pandemia (todos os setores/secretarias): valores, fontes, destinações, comparação com os gastos anteriores à pandemia;• Repasses Federais e Estaduais para o enfrentamento da pandemia (todos os setores/secretarias): valores, destinação, portarias e cronograma das respectivas etapas de execução da despesa, recursos não utilizados, recursos que serão devolvidos.	<ul style="list-style-type: none">• Diretora do Departamento de Despesa e Orçamento: Sra. Edná Eliana dos Santos;• Auditora Geral do Município: Sra. Cibelle M. do Amorim Ferreira.
28/09	<ul style="list-style-type: none">• Polos covid-19 (UBDS Central e UPA Leste): leitos, oxigênio, kit intubação, testes, protocolos, classificação de risco, tempo de espera para vaga em hospital, recursos humanos e financeiros;	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal da Saúde: Enf^a Jane Aparecida Cristina;

	<ul style="list-style-type: none"> Demais UPAs (Oeste e Norte) e UBDS Vila Virgínia: demanda, organização do fluxo de atendimento; classificação de risco, tempo de espera, número de atendimentos, escala médica, recursos humanos e financeiros; <p>Período a ser considerado para as perguntas: março/2020 até setembro/2021.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Diretor Técnico da Fundação Santa Lydia: Sr. Walther Campos Filho; Diretor Administrativo da Fundação Santa Lydia: Sr. Marcelo César Carboneri.
05/10	<ul style="list-style-type: none"> Deliberações do CMS-RP sobre a organização da rede de saúde durante a pandemia e para a campanha de vacinação contra covid-19; principais demandas de usuários e trabalhadores recebidas pelo CMS sobre o enfrentamento da pandemia no município; uso das verbas destinadas para o enfrentamento da pandemia. <p>Principais registros feitos pela Ouvidoria da Saúde e E-SIC: maiores dificuldades dos usuários do sistema de saúde; relatório das reclamações recebidas desde março/2021 até o presente momento</p>	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do CMS não participou e não fez indicação de outro nome para representar o Conselho. Diretora do Departamento Técnico e Controle Interno: Sra. Tatiana dos Reis Balaniuc Monteiro Moreira Responsável pela Ouvidoria da Saúde: Sra. Wanessa Cristina de Oliveira Silva Pereira; Coordenadora Técnica do Arquivo Central da Secretaria Municipal da Saúde : Sra. Fernanda Cristina Padial:
19/10	<p>Papel que os dois Comitês e o Grupo e Grupo de Transição tiveram (ou estão tendo) durante o enfrentamento da Pandemia no Município de Ribeirão Preto.</p> <p>São eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comitê Técnico de Contingenciamento covid-19 (Criado pelo Decreto 69/2020 e extinto pelo Decreto 225/2021) Comitê Administrativo Extraordinário covid-19 – 19 (Criado pelo Decreto 76/2020) Grupo de Transição e Retomada Pós covid-19 (criado pelo Decreto 92/2020) 	<ul style="list-style-type: none"> (Não compareceu) Secretário Municipal de Saúde: Sr. José Carlos Moura Secretário de Governo: Sr. Antonio Daas Abboud Diretor Administrativo Fundação Santa Lydia: Sr. Marcelo Carboneri



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

26/10	<p>Testes covid-19: aquisição de testes, laboratórios credenciados, protocolos de testagem;</p> <p>Vacinação contra covid-19: site para agendamento, lista de vacinados, divulgação e propaganda para tomar a vacina, acessibilidade das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, organização da vacinação nas Unidades de Saúde;</p> <p>Organização da Rede Básica de Atenção à Saúde para atender pessoas COM e SEM covid-19: organização de agenda, fluxo de atendimento, perda de seguimento (como farão a retomada desses casos), condições de trabalho, teleatendimento</p>	<ul style="list-style-type: none">• Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde: Enfa Dra. Luzia Márcia Romanholi Passos;• Diretora do Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas: Dra. Vanessa C. Borin Danelutti;• Coordenadora I do Programa Municipal de Imunização: Enfa Mayra Fernanda de Oliveira;• Coordenadora II de Serviços de Exames Laboratoriais: Biomédica Elaine Cristina M. Minto;• Diretor de T.I. da CODERP: Sr. Henry W. Smith;• Representante da FIPASE: não enviaram representantes.
09/11	<p>A aplicação de recursos públicos (próprios e de transferências estadual e federal) e a gestão orçamentária e financeira durante a pandemia de covid-19.</p> <p>A assessoria da Prefeitura junto ao Tribunal de Contas e posicionamento jurídico frente às normativas propostas (projetos de lei vetados) e promulgadas durante a pandemia de covid-19.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Controlador Geral do Município: Dr. Renato Cláudio Martins Bin;• Auditora Geral: Sra. Cibelle M. do Amorim Ferreira;• Diretor do Departamento de Promoção da Integridade: Dr. Óthon Castrequiní Piccini• Auditor Interno: Sr. Eufrásio Pereira dos Santos Júnior• Secretário Municipal de Justiça: Dr. Alessandro Hirata
16/11	<p>Dificuldades de acesso às políticas públicas durante a pandemia de covid-19, em Ribeirão Preto: principais pontos em relação ao acesso dos usuários aos serviços e ações de assistência social, conselho tutelar, educação, moradia, saúde e transporte público;</p>	<ul style="list-style-type: none">• Dr. Elias Antônio Vieira - OAB;• Defensor Público: Dr. Victor Hugo Albernaz Júnior; <p>SINDICATO DOS</p>

	<p>SERVIDORES MUNICIPAIS:</p> <p>Problemas enfrentados pelos trabalhadores alocados em serviços municipais de Ribeirão Preto, próprios ou conveniados, durante a pandemia de covid-19: principais pontos em relação às condições de trabalho nas pastas de assistência social, conselho tutelar, educação, moradia, saúde e transporte público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Alexandre Pastova – Vice-Presidente; · Claudia de Almeida Torres de Andrade – Coordenador Diretor da Seccional da Cultura e Turismo e Presidente do Conselho da Mulher; · Luciana Bolognini Colla – Diretor Jurídico e Professora na Rede Municipal; · Célia da Silva Lima – Coordenador Diretoria da Seccional da Saúde; · Edilamar de Oliveira Ferreira – Coordenador Diretoria da Seccional de Assistência Social; · Celma Santana Pacheco – Secretário Diretoria Seccional de Assistência Social
--	--	---



DO QUE FOI NOTICIADO NA IMPRENSA LOCAL DURANTE OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)

05/07/2021 – A Cidade On

Câmara vai investigar gastos da Prefeitura de Ribeirão na pandemia: Comissão Especial de Estudos foi constituída para analisar os recursos usados para combater o novo coronavírus em Ribeirão Preto

Link: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/nevio-archibald/NOT,0,0,1628909,camara-vai-investigar-gastos-da-prefeitura-de-ribeirao-na-pandemia.aspx>

13/07/2021 – A Cidade On

Câmara de Ribeirão apura falhas no site do agendamento da vacina: Comissão Especial de Estudos pretende convocar representantes da Coderp, que fornece o sistema para Prefeitura.

Link: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/nevio-archibald/NOT,0,0,1631295,camara-de-ribeirao-apura-falhas-em-site-do-agendamento-da-vacina.aspx>

18/08/2021 – G1

O Secretário diz que 50 professores da rede municipal recusaram a vacina da covid-19 em Ribeirão Preto: Felipe Elias Miguel afirmou que parte dos educadores alegou questões religiosas, outro grupo não tomou por questões pessoais e uma pequena parcela estava doente na data prevista para vacinação. A prefeitura diz que somente os vacinados estão aptos para retorno.

Link: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/08/18/secretario-diz-que-50-professores-da-rede-municipal-recusaram-a-vacina-da-covid-19-em-ribeirao-preto.ghtml>

23/08/2021 - Revide

Discussão sobre reintegração de posse termina com troca de acusações na Câmara de Ribeirão Preto: Prefeitura vetou lei que suspende ordens de reintegração de posse durante a pandemia

Link: <https://www.revide.com.br/noticias/politica/discussao-sobre-reintegracao-de-posse-termina-com-troca-de-acusacoes-na-camara-de-ribeirao-preto/>



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DOS REQUERIMENTOS/OFÍCIOS EMITIDOS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)

Tipo	Identificação	Data	Conteúdo
Requerimento	4430/2021	17/06/2021	REQUER INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA ANALISAR A GESTÃO E AS PRIORIDADES EMPREGADAS NO USO DE VERBAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, DESTINADAS AO COMBATE DA PANDEMIA DE covid-19 NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO
Requerimento	4982/2021	15/07/2021	REQUER INFORMAÇÕES SOBRE O FORNECIMENTO DE MÁSCARAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DURANTE A PANDEMIA DE covid-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Ofícios	01 a 06.2021	20/07/2021	Convites para a oitiva de 27/07. Enviados por e-mail, com cópia para todos os membros da CEE.
Ofícios	07 a 10.2021	28/07/2021	Convites para a oitiva de 03/08. Enviados por e-mail, com cópia para todos os membros da CEE.
Ofícios	11 a 13.2021	09/08/2021	Convites para a oitiva de 17/08. Enviados por e-mail, com cópia para todos os membros da CEE.
Ofício (resposta – ANEXO I)	142.021	12/08/2021	CEE 27/07 - Solicitação de Informações - Rede Emancipa
Ofício (resposta – ANEXO II)	152.021	12/08/2021	CEE 27/07 - Solicitação de Informações - SESC Mesa Brasil
Ofício	162.021	12/08/2021	CEE 27/07 - Solicitação de Informações - COMSEAN
Ofício	172.021	12/08/2021	CEE 03/08 - Solicitação de informações - Sec. Mun. ADM
Ofício (resposta – ANEXO III)	182.021	12/08/2021	CEE 03/08 - Solicitação de informações - TRANSERP
Ofício (resposta – ANEXO IV)	192.021	12/08/2021	CEE 03/08 - Solicitação de informações - TRANSERP
Ofício (resposta – ANEXO V)	202.021	12/08/2021	CEE 03/08 - Solicitação de informações - PróUrbano

Ofício (resposta – ANEXO VI)	212.021	12/08/2021	CEE 10/08 - Solicitação de informações - SEMAS
Ofício (sem resposta)	222.021	12/08/2021	CEE 10/08 - Solicitação de visita ao SEMAS Móvel - SEMAS
Ofício	232.021	12/08/2021	Convite CEE 17/08 - Conselho Municipal de Educação - Sr. Marcio da Silva (Presidente) e Sr. José Eugênio Kaça (Vice-Presidente)
Ofício	242.021	16/08/2021	Convite CEE 24/08 - Sr. Antônio Carlos Muniz - Diretor da Fiscalização Geral da Secretaria da Fazenda
Ofício	252.021	16/08/2021	Convite CEE 24/08 - Sr. Domingos Antonio Fortuna Filho - Superintendente da Guarda Civil Metropolitana
Ofício	262.021	16/08/2021	Convite CEE 24/08 - Sra. Luzia Márcia Romanholi Passos - Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde
Ofício	272.021	25/08/2021	Convite CEE 31/08 - Dr. Sandro Scarpolini (solicitação de indicação de nomes para tratar sobre o excesso de mortes não covid-19)
Ofício	282.021	08/09/2021	Convite CEE 14/09 - Sr. Afonso Reis Duarte (secretaria da Fazenda)
Ofício (Resposta reenviada via Requerimento 2860/2022)	292.021	08/09/2021	CEE 31/08 - Solicitação de informações - Verbas SMS
Requerimento	6503/2021	09/09/2021	REQUER A INCLUSÃO DO MANDATO COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI NA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA covid-19, CONFORME ESPECIFICA.
Ofício	302.021	21/09/2021	Convite CEE 28/09 - Sr MARCELO CESAR CARBONERI (DIRETOR ADMINISTRATIVO) - Fundação Hospital Santa Lydia
Ofício	312.021	21/09/2021	Convite CEE 28/09 - Sr WALTHER CAMPOS FILHO (DIRETOR TÉCNICO) - Fundação Hospital Santa Lydia



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Ofício	322.021	21/09/2021	Convite CEE 28/09 - Dr. Sandro Scarpelini (solicitação de indicação de nomes para tratar sobre o atendimento e verbas das UPAS e UBDs)
Ofício	332.021	30/09/2021	Convite CEE 05/10 - Sr. Nilton Gilmar Nessi (Presidente do CMS)
Ofício	342.021	30/09/2021	Convite CEE 05/010 - Sra. Wanessa Cristina de Oliveira Silva Pereira - Responsável pela Oubvidoria da Saúde
Ofício	352.021	08/10/2021	Convite CEE 19/10 - Representante do Comitê Técnico de Contingenciamento covid-19
Ofício	362.021	08/10/2021	Convite CEE 19/10 - Representante do Comitê Administrativo Extraordinário covid-19
Ofício	372.021	08/10/2021	Convite CEE 19/10 - Representante do Grupo de Transição e Retomada Pós covid-19
Ofício	382.021	15/10/2021	CEE 10/08 e 28/09 - Solicitação de informações complementares - SEMAS
Ofício	392.021	15/10/2021	CEE 17/08 e 28/09 - Solicitação de informações complementares - Secretaria Municipal de Educação
Ofício	402.021	15/10/2021	CEE 24/08 e 28/09 - Solicitação de informações complementares - Secretaria da Fazenda/Fiscalização Geral
Requerimento	7498/2021	19/10/2021	REQUER INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FORNECIMENTO DE MÁSCARAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Requerimento	7499/2021	19/10/2021	REQUER MAPEAMENTO FEITO PELO CAISAN-RP, CONFORME DELIBERADO EM OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 28/09/2021
Requerimento	7500/2021	19/10/2021	REQUER OS DADOS MENCIONADOS DURANTE A OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 03/08/2021, REFERENTES AO DÉFICIT DO CONSÓRCIO PRÓURBANO

Requerimento	7501/2021	19/10/2021	REQUER INFORMAÇÕES E DELIBERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ÂMBITO DO COMSEAN, CONFORME DELIBERADO EM OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 27/07/2021
Requerimento	7502/2021	19/10/2021	REQUER INFORMAÇÕES SOBRE REPASSE DE VERBAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, CONFORME DELIBERADO EM OITIVAS DA CEE DA COVID-19
Ofício	412.021	21/10/2021	Convite CEE 26/10 - Representante da Secretaria Municipal da Saúde
Ofício	422.021	21/10/2021	Convite CEE 26/10 - Representante da CODERP
Ofício	432.021	21/10/2021	Convite CEE 26/10 - Representante da FIPASE/SUPERA
Ofício	442.021	03/11/2021	Convite CEE 09/11 - Representante da Corregedoria Municipal
Ofício	452.021	03/11/2021	Convite CEE 09/11 - Representante da Secretaria de Justiça
Ofício	462.021	08/11/2021	Convite CEE 16/11 - Representante da OAB
Ofício	472.021	08/11/2021	Convite CEE 16/11 - Representante da Defensoria Pública
Ofício	482.021	10/11/2021	Convite CEE 16/11 - Representante do Sindicato dos Servidores Municipais
Requerimento	8991/2021	21/12/2021	REQUER INFORMAÇÕES SOBRE AS ATAS, MEMÓRIAS E CONSULTAS REMETIDAS AOS COMITÊS TÉCNICO E ADMINISTRATIVO E AO GRUPO DE TRANSIÇÃO, RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CONFORME ESPECIFICA
Requerimento	8992/2021	21/12/2021	REQUER INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VERBAS ADVINDAS DA LC 173/2020 (INCISO II, ART. 5º) E SOBRE AS METAS NÃO CUMPRIDAS DO PPA 2018-2021 CONFORME ESPECIFICA



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Requerimento	8993/2021	21/12/2021	REQUER AS MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO COMITÊ INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CRIADO EM JULHO/2020, PARA TRATAR ESPECIFICAMENTE SOBRE COVID-19, CONFORME ESPECIFICA
Requerimento	8994/2021	21/12/2021	REQUER INFORMAÇÕES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME DELIBERADO EM 28/10/2021, REFERENTE AOS RECURSOS DESTINADOS PARA A REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME ESPECIFICA
Requerimento	8995/2021	21/12/2021	REQUER INFORMAÇÕES À SEMAS CONFORME DELIBERADO EM 28/10/2021, REFERENTE A APRESENTAÇÃO FEITA PARA A CEE DA COVID-19, CONFORME ESPECIFICA
Requerimento	28.602.022	12/04/2022	REQUER INFORMAÇÕES SOBRE AS VERBAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, CONFORME DELIBERADO EM OITIVAS DA CEE DA covid-19, CONFORME ESPECIFICA.



RESPOSTAS E DOCUMENTOS EM RESPOSTA AOS REQUERIMENTOS E OFÍCIOS EMITIDOS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)

REQUERIMENTO 4982/2021 - REQUER INFORMAÇÕES SOBRE O FORNECIMENTO DE MÁSCARAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DURANTE A PANDEMIA DE covid-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Requerimento foi respondido de forma bastante completa, com fontes de recursos e destinação das máscaras, com a especificação das unidades de saúde que as receberam. Porém, apenas a Secretaria de Saúde forneceu dados, sendo necessário requerer novamente as informações das demais secretarias. Destaca-se que, aparentemente, os servidores da saúde receberam máscaras adequadas e em número suficiente, sendo detalhado no link da resposta disponível abaixo.

Foi ressaltado que as máscaras foram adquiridas via processo licitatório, sendo adquiridas em relação à conformidade técnica exigida e a apresentação do registro na ANVISA. Os gerentes das Unidades foram os responsáveis por solicitar, junto ao Almoxarifado da Saúde e, posteriormente, controlar a entrega de EPIs aos trabalhadores do local de sua responsabilidade. Pelos dados enviados, não é possível analisar a forma como as máscaras foram disponibilizadas em cada uma das Unidades de Saúde e quais os profissionais que receberam o material.

O total de máscaras distribuídas entre abril/2020 e julho/2021, foi de 1.058.635 unidades.

Resposta completa disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/606279_texto_integral.pdf

OFÍCIO 14.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - REDE EMANCIPA

A Rede Emancipa é um movimento social de educação popular que teve sua origem em 2007, focando principalmente na organização de cursinhos populares para atender a demanda represada de estudantes de escolas públicas pelo acesso ao ensino superior. Em Ribeirão Preto a construção do movimento teve início no segundo semestre de 2019, a priori com iniciativas de formação, porém, no momento da formalização do cursinho, houve o advento da pandemia da covid-19, que impôs uma reformulação das relações sociais, mediante, principalmente, a potencialização das contradições socioeconômicas e das desigualdades sociais, determinando uma nova postura na construção dos nossos trabalhos.

Com a pandemia e a quarentena implementada em 03/2020, a realização das atividades previstas no planejamento anterior ficou impossibilitada, e se depararam com demandas emergentes, como a sobrevivência das periferias em meio à ausência de políticas públicas, aumento do desemprego e a diminuição de espaços possíveis para os trabalhadores autônomos atuarem. Portanto, focaram os esforços para pensar a atuação neste cenário em forma de Solidariedade Ativa, que no seu primeiro momento teve o formato de auxiliar a construção e manutenção de cozinhas comunitárias no Núcleo Vida Nova e na Comunidade da Paz, tendo continuado sua atuação na Comunidade Vila União.

A Dra. Ana Carolina visitou pessoalmente 66 comunidades, as quais totalizam 9.551 famílias. Existem ainda cerca de 18 famílias organizadas pela União dos Movimentos de Moradia, as quais não foram por ela visitadas, pois quem se encarregou desse levantamento foi a Sra. Neusa Paviato, que tem contato com o coordenador estadual da UNM, Sr. Mauro. De acordo com os dados que foram passados pela Secretaria de Planejamento, as comunidades da UNM possuem cerca de 3.395 famílias. Da relação passada pela Secretaria de Planejamento, a Dra. Ana Carolina não localizou 34 comunidades.

Entretanto, segundo documento enviado em anexo (da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública em resposta ao COMSEAN), de acordo com o PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social) de Ribeirão Preto, elaborado em 2019, a cidade possui 87 assentamentos informais, onde residem 9.734 famílias, distribuídos espacialmente por todo o território do Município.

A atuação no COMSEAN, e em especial, no GT, abrangeu apenas as comunidades informadas pela Secretaria de Planejamento, não alcançando a área rural e as pessoas em situação de rua.

Estas são as principais dificuldades encontradas pela população em situação de vulnerabilidade social com relação ao acesso às ações de distribuição de alimentos/auxílio emergencial que estão sendo realizadas pela prefeitura:

- Ausência de documentos (ex.: CPF, RG, comprovante de residência, etc) que possibilitem realizar o cadastro no CadÚnico e no CACEM (o município não promove visitas domiciliares periódicas às famílias de baixa renda para fazer o cadastramento como deveria ser);
- Tentativa de contato no CACEM sem sucesso (ligaram no número de telefone indicado e não são atendidos);
- Tentativa infrutífera de atualizar o CadÚnico desde o início da pandemia em 2020 (no início da pandemia não estavam atendendo presencialmente, depois o agendamento está sendo feito por telefone, mas não dava certo de agendar, dizem sempre que já foi encerrado, informações contraditórias e incertas pelo poder público), o que inclusive prejudicou o cadastro para receber o auxílio emergencial municipal;
- Auxílio emergencial em valor muito baixo;
- Tentativa de contato presencialmente na SEMAS sem sucesso (são informados de que o atendimento é só através do telefone do CACEM);
- Dificuldade tecnológica (não possuem celular, internet, etc);



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- Desconhecimento das ações realizadas pela prefeitura e de como proceder (nem todas as famílias/pessoas estão cadastradas no CRAS);
- Atendimentos realizados com descaso (não são passadas informações corretas, não há orientação, há discriminação, etc);
- Entrega de cestas em quantidade inferior ao número de famílias da comunidade, o que gera conflito, pois em muitos locais todos estão precisando. O mesmo ocorre quando algumas comunidades são privilegiadas na entrega de cestas em detrimento de outras, em vez de criar espírito de solidariedade entre elas, cria desavença, animosidade;
- Entrega de cestas por período muito pequeno (2 meses), ou seja, ainda que o município possuísse os dados corretos sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social, a ação proposta pelo município não atende a necessidade dessa população, é insuficiente);
- Mudança no critério de quem tem direito a receber cestas básicas: relato de pessoas que recebiam cestas pelo CRAS, e que deixaram de receber, porque, por exemplo, não tem criança em casa;
- Entrega de marmitas nas escolas: dificuldade pela distância, entre outros impedimentos (horário de trabalho, ter mais de um filho pequeno e não ter como sair com as crianças ou ter com quem deixar, etc).
- Observou-se ainda que: a maioria das comunidades não teve acesso ao Edital do programa NutriAção, que nem todas as comunidades são organizadas e possuem liderança que as represente, e que muitas lideranças são cooptadas e deixam de defender o real interesse e a necessidade das pessoas que vivem nas comunidades.

Ata COMSEAN 26/03/2021 - Medida Emergencial - aprovada na Câmara dos Deputados e Senado, e está esperando o presidente aprovar: destinar recursos necessários para ampliar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), com compra antecipada da produção dos camponeses pela CONAB, que gera trabalho e alimentos para todo povo; assegurar o cumprimento do PNAE durante o distanciamento social, com comida saudável para atender crianças e suas famílias. Ribeirão Preto não é considerado um município prioritário para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

OFÍCIO 15.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - SESC MESA BRASIL

O Programa doou 309 toneladas de alimentos recebidos de empresas, entre abril/2020 e junho/2021, para 84 instituições ao total, sendo 57 de Ribeirão Preto.

OFÍCIO 18.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – TRANSERP

A TRANSERP relatou em sua resposta que:

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

"independentemente da lavratura dos Autos de Infração, a TRANSERP, intervém imediatamente junto ao Consórcio PróUrbano para sanar as irregularidades apontadas pelo Departamento de Fiscalização de Transporte e/ou registradas na Central de Atendimentos 0800."

Dentre os 409 autos de infração apresentados, tem-se: 23 por "dificultar fiscalização", 14 por "ausência de imagem do veículo", 13 por "motorista sem máscara" e 10 foram devidos às questões de "limpeza/banheiros/terminais". Somados, tem-se 60 autos (14,7%) que podem ter contribuído de alguma forma com a dinâmica da pandemia no município de Ribeirão Preto.

OFÍCIO 19.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – TRANSERP

Em resposta ao ofício, a TRANSERP, empresa que fiscaliza o Consórcio PróUrbano, respondeu que o mesmo vem adotando todas as medidas necessárias para a redução do risco de disseminação da covid-19 no serviço de transporte coletivo de Ribeirão Preto.

Relatou que desde o dia 10 de julho de 2021 a operação do serviço de transporte coletivo urbano no pico da manhã vem ocorrendo com 343 veículos, ou seja, a mesma frota que operava em março de 2020, período pré-pandêmico. Este programa de ampliação da frota teve início em 21 de junho último e contemplou todos os períodos de operação (pico manhã, entre picos, pico tarde e pós-pico) e vem ocorrendo de forma rotineira, conforme o aumento da demanda de passageiros. o que resultou, até o momento, em mais de 600 partidas por dia, abrangendo 89 linhas da rede de transporte.

Informou também que a TRANSERP, desenvolveu, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, o Fundo Social e o Consórcio PróUrbano, a ação preventiva Previne Ribeirão", lançada em 15 de junho de 2021, a qual tem como objetivo alertar os usuários do serviço de transporte coletivo urbano sobre os riscos da pandemia, compreendendo a distribuição de folhetos e kits com máscaras de proteção facial e frascos de álcool em gel.

A referida campanha foi realizada na Estação Praça da Bandeira, no Terminal Ribeirão Shopping, no Terminal de Bonfim Paulista e no Terminal Vila Abranches. Informou que no dia 23 de julho de 2021 houve a realização da campanha nas plataformas do Terminal Dra. Evangelina de Carvalho Passig, a qual os motoristas do serviço de transporte urbano, em comemoração ao dia do motorista, dia 25 de julho.

OFÍCIO 20.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CONSÓRCIO PRÓURBANO

Sobre o cumprimento das obrigações previstas no Decreto Municipal 163/2020 (17/07/2020), o Consórcio PróUrbano informou que: desde a edição do referido Decreto até hoje, vem adotando todas as medidas necessárias para a redução dos riscos de disseminação do coronavírus no transporte coletivo público de passageiros de Ribeirão Preto, inclusive nos termos das novas determinações advindas da Lei Municipal nº



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

14.571/2021, e que seguirá desta forma, enquanto forem mantidas as determinações e recomendações impostas pelo Poder Executivo Municipal.

Em relação à utilização de máscaras de proteção individual, desde que o referido Decreto Municipal entrou em vigor, o Consórcio relatou que as fornece a seus funcionários, bem como exige a utilização pelos usuários. A utilização de máscaras de proteção individual é obrigatória nas plataformas de embarque e desembarque dos terminais, nos veículos e áreas comuns dos funcionários, o que deve ser divulgado e reforçado em diversas localidades, seja nos veículos ou terminais, com fundamento na Lei Federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020.

Informou que nos veículos, terminais e áreas comuns, foram colocados e até hoje permanecem adesivos indicando a imprescindibilidade do uso de máscaras de proteção individual, além de adesivos com informações sanitárias sobre higienização e cuidados para prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia do coronavírus (covid-19), dentre outros meios de divulgação de informações, como painéis eletrônicos. Relatou que quando verificada a não utilização de máscara de proteção individual, as empresas consorciadas são diligentes, e aplicam as sanções disciplinares cabíveis.

Adicionalmente, relatou que desde a edição do referido Decreto Municipal, as consorciadas vêm adotando medidas visando a higienização e desinfecção regular dos terminais e veículos, por meio de produtos específicos utilizados nas superfícies e pontos de contato, além de assentos, banheiros, entre outros.

Por fim, o Consórcio informou que mantém o fornecimento de sabão líquido, papel toalha e álcool gel nos terminais, visando a higienização das mãos dos usuários, motoristas e outros colaboradores, e que a distribuição e reposição de álcool gel é feita com frequência.

Dessa forma, alega cumprir devidamente as exigências legais, a partir da adoção de medidas visando reduzir o risco de contaminação dos usuários e colaboradores das Consorciadas pelo covid-19. E destacou que o Consórcio vem adotando todas as medidas necessárias no estrito cumprimento das exigências do Decreto Municipal 163/2020 desde a sua edição até hoje (e assim continuará), visando a saúde dos usuários e colaboradores.

OFÍCIO 21.2021 - CEE 10/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - SEMAS

A SEMAS informou o número de vagas atualizado para pessoas em situação de rua em espaços institucionalizados de acolhimento, destacando o número de vagas para pessoas com suspeita ou diagnóstico de covid-19, sendo:

- Casa de Passagem “Renascer” (50 vagas) e Casa de Passagem (50 vagas) destinadas às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino de 18 à 60 anos, sendo que das 100 vagas totais, 4 são destinadas para suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada;
- Centro de Acolhida “Casa Santa Dulce dos Pobres” (50 vagas) para pessoa do gênero e/ou identidade de gênero masculino acima de 18 anos;
- Casa de Passagem “Esperança” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de

gênero feminino (30 vagas), e 8 vagas destinadas para suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada;

- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Família de longa permanência: “Projeto Travessia” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino dos 18 aos 59 anos (40 vagas);
- Serviço de Acolhimento “Mudando Vidas” (12 vagas) destinado às pessoas de gênero e/ou identidade de gênero feminino; e
- Serviço de Acolhimento em República (10 vagas) destinado às pessoas com gênero e/ou identidade de gênero masculino.

Ainda esclareceram que as vagas destinadas em acolhimento às pessoas em situação de rua com suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada, correspondem aos critérios estabelecidos pela Vigilância Sanitária com distanciamento e isolamento necessários. E o quantitativo das mesmas está baseado diante do avanço do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra covid-19.

Responderam que tantos as EPI como as alimentações são fornecidas diariamente de acordo com a demanda de todos os serviços que atendem a população em situação de rua, executados pela SEMAS, sendo que os serviços de acolhimento calculam uma média de alimentação diante do número de pessoas acolhidas no dia, e o Centro POP diante da demanda cotidiana por meio da porta aberta de acesso. O quantitativo de máscaras para o Centro POP e para o CETREM é de aproximadamente 2000 mensais para cada serviço, podendo flutuar para mais, como também para menos, diante a dinâmica da própria população. Álcool em gel também está dentro da mesma logística, mas por meio do fornecimento coletivo nos totens disponibilizados pela prefeitura. Todas as entidades parceiras também executam as mesmas ações.

Relatou que durante o período (22/05/2020 à 17/03/2021) em que o CETREM permaneceu enquanto acolhimento destinado exclusivamente para pessoas em situação de rua com suspeita de covid-19 ou covid-19 confirmada, estabeleceu-se com a Secretaria Municipal de Saúde um fluxo direto para testagem rápida dos profissionais quando houvesse necessidade. Os demais profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) quando com suspeita, percorrem o mesmo fluxo determinado a todo e qualquer município a partir dos protocolos estabelecidos pela Saúde.

OFÍCIO 29.2021 - CEE 31/08 - SOLICITA INFORMAÇÕES - SMS

Foram enviadas informações sobre verbas covid-19 utilizadas pela saúde entre maio/2020 e outubro/2021, sendo identificadas em uma das planilhas as normativas estaduais e federais, da fonte do repasse, e sua destinação e o valor. Em outro documento estão disponíveis a data do pagamento, o número do empenho, o valor pago e o fornecedor. Apesar do grande volume de dados, não foi possível visualizar o tempo despendido entre o recebimento dos valores no Fundo de Saúde e a sua utilização e mesmo os valores de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

verbas municipais utilizados no enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, as informações foram solicitadas novamente por meio do Requerimento 2860/2022.

OFÍCIO 38.2021 - CEE 10/08 e 28/09 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - SEMAS
Sem resposta. Informações solicitadas por meio de Requerimento 8995/2021.

OFÍCIO 39.2021 - CEE 17/08 e 28/09 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sem resposta. Informações solicitadas por meio de Requerimento 8994/2021.

OFÍCIO 40.2021 - CEE 24/08 e 28/09 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - FISCALIZAÇÃO GERAL

As verbas utilizadas para custear as horas extras da Fiscalização Geral foram oriundas do Município, advindas das verbas de empenho de combate à pandemia, sendo o pagamento realizado todo dia 20 de cada mês. Foram 18 servidores desta pasta que trabalharam em regime de horas extras, sendo realizadas, em média, 534 horas extras por mês (cerca de 30 horas extras/mês/servidor).

REQUERIMENTO 7498/2021 - REQUER INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FORNECIMENTO DE MÁSCARAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Responderam ao Requerimento as Secretarias:

- **Secretaria de Administração:** o Departamento de Recursos Humanos respondeu ao requerimento mencionando que cada Secretaria foi responsável, direta e individualmente, pelas ações de combate a pandemia, sendo as medidas sanitárias estabelecidas institucionalmente pela Secretaria de Saúde. Também foi informado que a Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho promoveu suporte às Secretarias e chefias, conforme acionada. Foram expedidas normativas sobre a diminuição do fluxo de atendimento ao público no formato presencial, implantação de teletrabalho, dispensa de ponto e concessão de férias quando possível, regime de revezamento entre os servidores e implantação de atendimento ao público por meio de agendamento prévio. Não foi informado sobre o número de máscaras distribuídas para os trabalhadores desta Secretaria;
- **Secretaria de Assistência Social:** entre agosto/2020 e setembro/2021, a secretaria disponibilizou 76.100 máscaras, adquiridas via processo licitatório, para todos os locais e funcionários (427 trabalhadores), bem como ao público atendido nos Acolhimentos Institucionais. Além disso, foram fabricadas pelo Centro de

Qualificação desta Secretaria, nos primeiros meses da Pandemia, mais de 30 mil máscaras de TNT;

- **Secretaria da Casa Civil:** não informou o número de servidores e mencionou que cada trabalhador adquiriu sua própria máscara;
- **Secretaria de Cultura e Turismo:** foram distribuídas cerca de 1000 máscaras descartáveis e 10 unidades de face-shield. Foi relatado que os funcionários optaram por utilizar máscaras de tecido, adquiridas de forma privada. Foi relatado que o atendimento ao público foi suspenso a maior parte do período da Pandemia;
- **Secretaria da Educação:** não respondeu ao requerimento;
- **Secretaria de Esportes:** a pasta é composta por 43 servidores, entre comissionados e efetivos, sendo informado que cada trabalhador adquiriu sua própria máscara e que no período de maior contágio foi mantido o trabalho remoto. Menciona a instalação de dispensers de álcool em gel nos complexos desta Secretaria, para atender aos servidores e aos usuários;
- **Secretaria da Fazenda:** no ano de 2020, foram adquiridas máscaras de forma emergencial, por meio de aditamento pronto pagamento, sendo disponibilizadas 60 máscaras descartáveis, tripla, com elástico, 642 máscaras de tecido e 15 máscaras tipo face shield. As máscaras foram disponibilizadas a todos os servidores desta Secretaria, sendo o modelo face shield disponibilizado aos funcionários do atendimento, setor social e cidade limpa (em razão do atendimento direto ao público);
- **Secretaria de Governo:** não respondeu o requerimento;
- **Secretaria de Infraestrutura:** informou que receberam 500 máscaras descartáveis por meio de doação da Secretaria de Saúde, foram compradas por meio de Adiantamento para Pronto Pagamento 650 máscaras de tecido lavável, 50 descartáveis e 20 face-shield. Esses EPIs foram disponibilizados aos 221 trabalhadores lotados nesta Secretaria;
- **Secretaria de Inovação e Desenvolvimento:** criada em janeiro/2021, composta por 8 servidores (incluindo o Secretário), sendo que cada servidor adquiriu seu próprio EPI (máscara) e foi utilizado trabalho remoto em períodos de maior contágio de covid-19, sendo mantido 50% do quadro em sistema de home-office, mesmo após a melhora dos indicadores da pandemia;
- **Secretaria de Justiça:** respondeu dizendo que “está provida de EPIs em número necessário aos seus membros (...) provendo todas as condições sanitárias de segurança a todos”;
- **Secretaria de Meio Ambiente:** não fez aquisição de máscaras para seus funcionários (87 trabalhadores, entre servidores e comissionados), sendo que cada pessoa adquiriu seu próprio EPI. Foram adquiridos, via aditamento de pronto pagamento, álcool em gel, dispensers e face-shield para os servidores que atuam diretamente com a população. No período de maior contágio da covid-19 os funcionários trabalharam de forma remota ou em esquema de rodízio;
- **Secretaria de Obras Públicas:** não respondeu o requerimento;



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento:** não respondeu o requerimento;
- **Secretaria de Saúde:** resposta dada via Requerimento 4982/2021.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDEzMzM1&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/607466_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 7498/2021 ao 7502/2021)

REQUERIMENTO 7499/2021- REQUER MAPEAMENTO FEITO PELO CAISAN-RP, CONFORME DELIBERADO EM OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 28/09/2021

Em resposta ao Requerimento, a Secretaria de Assistência Social informou que o CAISAN não realizou qualquer mapeamento para a identificação de famílias em situação de moradia precária, a fim de monitorar o recebimento de auxílios, benefícios, cestas básicas, kits de alimentação e outros.

Referiu que, pelo Projeto Nutrição, foram atendidas 1400 famílias em 25 comunidades.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDEzMzM2&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/607466_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 7498/2021 ao 7502/2021)

REQUERIMENTO 7500/2021- REQUER OS DADOS MENCIONADOS DURANTE A OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 03/08/2021, REFERENTES AO DÉFICIT DO CONSÓRCIO PRÓURBANO

Em resposta ao Requerimento, foram enviados 59 documentos, em PDF, contendo ofícios da PróUrbano, onde mensalmente indicaram um déficit a partir de março/2020. Além de contratos com bancos para tomadas de empréstimos (e respectivos termos de aditamento) por parte da concessionária, cálculos operacionais apresentados tanto pelo PróUrbano como pela Transerp, livro diário de compras, notas fiscais de gastos com combustível e termos de aditamento. Foram selecionados os documentos mais atualizados, que pudessem contribuir com a elucidação da questão feita pelo presente Requerimento e que respeitassem a Lei Geral de Proteção de Dados para ser anexado a esse Relatório.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

Segundo a documentação enviada pelo Consórcio PróUrbano, o déficit acumulado entre março/2020 e março/2021 foi de R\$48.502.581,26, sendo apresentados gastos com combustível, despesas com pessoal, empréstimos bancários realizados, o prejuízo acumulado e a queda de cerca de 48% no número de passageiros transportados em 2020, devido à pandemia.

Segundo documento elaborado pela TRANSERP, o montante seria de R\$35.859.787,91, sendo que o cálculo apresentado tem como base a quilometragem percorrida e os custos operacionais do serviço.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDEzMzM3&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/607466_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 7498/2021 ao 7502/2021)

REQUERIMENTO 7501/2021- REQUER INFORMAÇÕES E DELIBERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ÂMBITO DO COMSEAN, CONFORME DELIBERADO E M OITIVA DA CEE DA COVID-19, EM 27/07/2021

A resposta dada pelo COMSEAN foi que a criação do Grupo de Trabalho, em 11/09/2021, teve como objetivo o acompanhamento de ações do Poder Público e propor diretrizes para o atendimento de famílias em insegurança alimentar. Em sua primeira reunião, em 17/09/2021, deliberou sobre o envio de ofícios às Secretarias de Assistência Social e de Educação, questionando sobre a distribuição de alimentos, e à Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, fazendo questionamentos sobre as ocupações irregulares.

Foi reforçado o caráter consultivo do COMSEAN e esse foi seu papel em relação às questões que envolvem a alimentação no município. Tendo apresentado ao Governo a proposta de compra emergencial de alimentos de agricultura familiar no início do lockdown. O qual não foi adotado pelo Poder Executivo. Reafirma o papel do Grupo de Trabalho no acompanhamento das ações da Prefeitura de distribuição de alimentos e análise da dificuldade de acesso às doações por comunidades. Apesar do relato desse trabalho, foi afirmado que o COMSEAN não possui informações sobre o Cadastro Único e nem do Acolhe Ribeirão, sendo essas informações de domínio da Secretaria de Assistência Social.

Na resposta são relatados dois levantamentos feitos pelo referido Conselho, o primeiro em relação às OSCs e Movimentos Sociais, que realizaram doações e os locais beneficiados por essas ações. O segundo levantamento foi realizado *in loco*, nas comunidades (favelas) a fim de identificar a demanda em relação a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social, as principais queixas das lideranças comunitárias em relação ao acesso aos alimentos. Foi mencionado que o referido levantamento ainda se



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

encontra em construção, sendo a falta de orçamento apontada como limitador desse diagnóstico.

Apesar de ter sido feito de forma voluntária, o levantamento do COMSEAN aponta o nome de 67 comunidades, totalizando 9551 famílias, que pode ser visualizado na resposta do requerimento. Havendo também em anexo um levantamento do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social (2019), que pontua a existência de 87 assentamentos informais, onde residem 9.734 famílias.

Sobre a dificuldade de distribuição de alimentos pela SEMAS, afirma ter havido uma mudança significativa em 2021, com a implantação (NutriAção, Alimenta Ribeirão e Sistema do CACEM) e prospecção de uma série de programas. Entretanto, reconhece a dificuldade de cadastramento dos usuários por problemas estruturais e de recursos humanos desta Secretaria. Nesse sentido, o anexo colocado pelo COMSEAN, aponta para 427 funcionários lotados na SEMAS.

Ainda segundo as ações desenvolvidas pela SEMAS em parceria com o Fundo Social de Solidariedade (documento colocado em anexo pelo COMSEAN), tem-se: campanha de arrecadação de alimentos (Ribeirão Solidário); doação de cestas básicas por empresários; recebimento de cestas básicas pelo Programa Municipal de Auxílio Emergencial (Pregão eletrônico de 2019); compra de cestas básicas com a arrecadação da Campanha Ribeirão Solidária e com recursos financeiros Federais (LC 173/2020, com dispensa de licitação e também por Pregão eletrônico); compra de cestas básicas e suplemento alimentar para as Entidades Sociais que atendem idosos institucionalizados e Projetos da SEMAS, como Vila Dignidade, Centro Dia e Residência Inclusiva (Lei Federal 396/2020); compra de frutas para idosos da Vila Dignidade (Resolução estadual 10/2020); repasses financeiros para ILPIs (Resolução Estadual 10/2020 - total de R\$35.250,00; compra de cestas básicas para Entidades Sociais que atendem pessoas com deficiência , por seis meses (Lei Federal 369/2020). Foi afirmado que o Sistema da CODERP, utilizado pela SEMAS, visa dar transparência ao processo de entrega de cestas básicas e evitar duplicidade das ações.

Afirma que o COMSEAN vislumbra a necessidade de estruturar um Mapa de Insegurança Alimentar pela Prefeitura, como forma de identificar famílias que estão sendo atingidas pela fome, com a finalidade de efetivação de políticas públicas. Ainda segundo o anexo colocado pelo COMSEAN, a SEMAS refere atender todas as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, desde que seja procurada por estas.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/ppsc/download_materia_ppsc?cod_materia=NDEzMzM4&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/607466_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 7498/2021 ao 7502/2021)

REQUERIMENTO 7502/2021- REQUER INFORMAÇÕES SOBRE REPASSES DE VERBAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, CONFORME DELIBERADO EM OITIVAS DA CEE DA COVID-19

Em resposta ao Requerimento 7502/2021, foi informado que:

Não receberam repasses de verbas Estadual e Federal:

- Fundo Social de Solidariedade;
- Secretaria Municipal de Educação.

Receberam verbas de repasses Federal e Estadual (resposta conta com a identificação das normativas que regulamentam os repasses, os respectivos valores, números de empenho, data do pagamento, valores pagos e destinação final/utilização das verbas):

- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal da Saúde.

Não houve manifestação de outras secretarias em resposta a esse requerimento. Pela falta de padronização nas respostas sobre as verbas, não foi possível, com as informações apresentadas, elaborar uma análise sistemática sobre seu uso, sendo necessário o posterior aprofundamento do tema.

Em complementação, a SEMAS mencionou que as verbas foram destinadas conforme a previsão legal que regulamentou o montante transferido para o ente Municipal, seja para alimentação, subvenção para OSCs, compra de EPIs e materiais de limpeza, abrigos emergenciais para pessoas em situação de rua, alimentação, contratação emergencial de educadores sociais, entre outros.

Sobre as dificuldades enfrentadas para o uso das verbas advindas de repasses supramunicipais, foi mencionado pela SEMAS a falta de parâmetros norteadores para o enfrentamento de uma pandemia, previamente estabelecidos, havendo a necessidade de elaborar um Plano de Ação, o qual foi submetido ao Conselho Municipal de Assistência Social para aprovação. Apesar da anuência dessa instância de participação social, as ações propostas foram colocadas em prática. Menciona como maior preocupação o cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas, a Secretaria Municipal da Saúde mencionou a existência de um lapso temporal entre a finalização do mês e o pagamento aos prestadores, devido à dependência da publicação em Diário Oficial da União (DOU) das respectivas portarias, com os referidos recursos e os prestadores, além de realização de Termo de Rerratificação nos instrumentos jurídicos de cada instituição conveniada ou contratada. Pontuou que as Portarias vêm sendo publicadas no DOU, em média, 15 dias após o fechamento de referência do gasto e, além disso, algumas portarias apresentaram alta especificidade para a utilização dos recursos, gerando dificuldades para a utilização dos recursos e a prestação de contas.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDEzMzM5&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/607466_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 7498/2021 ao 7502/2021)

REQUERIMENTO 8991/2021- REQUER INFORMAÇÕES SOBRE AS ATAS, MEMÓRIAS E CONSULTAS REMETIDAS AOS COMITÊS TÉCNICO E ADMINISTRATIVO E AO GRUPO DE TRANSIÇÃO, RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CONFORME ESPECIFICA

Foi fornecida apenas a resposta sobre o Comitê Técnico, alegando a realização de apenas duas reuniões presenciais e sem o registro de memória ou ata das mesmas.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDE1NDMw&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/608238_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 8991/2021 ao 8995/2021)

REQUERIMENTO 8992/2021- REQUER INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VERBAS ADVINDAS DA LC 173/2020 (INCISO II, ART. 5º) E SOBRE AS METAS NÃO CUMPRIDAS DO PPA 2018-2021 CONFORME ESPECIFICA

A Lei Complementar 173/2020 estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19), sendo que em seu artigo 5º disciplinou a destinação de verbas advindas de recursos da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, em 4 parcelas mensais e iguais no exercício de 2020, para a aplicação pelos respectivos Poderes Executivos em ações de enfrentamento a Pandemia e mitigação de seus efeitos financeiros. Sendo que a verba do Inciso I foi discricionária, destinada para as pastas de Saúde e Assistência Social, e o Inciso II foi deixado para que o Poder local decidisse sobre sua aplicação, de acordo com seus próprios critérios.

Em Ribeirão Preto, a destinação das verbas covid-19 advindas do Inciso II, do artigo 5º, da LC 173/2020, segundo informação fornecida pela Secretaria da Fazenda, foi a seguinte:

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

- Secretaria de Assistência Social: Folha de Pagamento - R\$2.156.810,17
- Secretaria da Saúde: Folha de Pagamento - R\$29.799.635,27
- Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Imaculada Conceição: R\$2.834.088,00
- Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto: R\$2.372.383,98
- Fundação Hospital Santa Lydia: R\$16.521.862,62
- Secretaria da Fazenda: Folha de Pagamento - R\$5.523.892,75
- Programa Cultura dentro de Casa: R\$26.000,00
- Instituto de Previdência dos Municipários (IPM): R\$12.453.930,46

Sobre as metas não cumpridas no PPA 201-2021, foi respondido apenas sobre o ano de 2020, sendo que o material enviado encontra-se em anexo (ANEXO X), mas da forma como as informações estão disponibilizadas, ficou inviabilizada a construção de uma análise mais geral.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/ppsc/download_materia_ppsc?cod_materia=NDE1NDM0&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/608238_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 8991/2021 ao 8995/2021)

REQUERIMENTO 8993/2021- REQUER AS MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO COMITÊ INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CRIADO EM JULHO/2020, PARA TRATAR ESPECIFICAMENTE SOBRE COVID-19, CONFORME ESPECIFICA

Segundo a resposta fornecida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, apesar de o Comitê Interno para tratar sobre covid-19 ter sido criado em julho/2020, nenhuma reunião foi realizada.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/ppsc/download_materia_ppsc?cod_materia=NDE1NDM2&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/608238_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 8991/2021 ao 8995/2021)

REQUERIMENTO 8994/2021- REQUER INFORMAÇÕES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME DELIBERADO EM 28/10/2021, REFERENTE AOS



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

RECURSOS DESTINADOS PARA A REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME ESPECIFICA (Solicita resposta do Ofício 39.2021)

Foi informado pela Secretaria de Educação que, anteriormente aos Protocolos sanitários da covid-19, esta Pasta havia destinado verbas para a manutenção dos prédios escolares, advindas de fonte dos recursos do Tesouro, da Quota do Salário Educação (QSE) e dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), no exercício de 2021. Foram colocados seis números de dotações orçamentárias na resposta, porém, sem a menção do valor. Para evitar equívocos foi solicitado formalmente, por e-mail, para a Secretaria de Educação, que os valores fossem informados, sendo enviado a seguinte planilha:

DOTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	ORÇADO ATUALIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
00200	02.07.35.12.361.10101.20001. 01.220.0000.3.3.90.39	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32
00245	02.07.35.12.365.10101.20001. 01.210.0000.3.3.90.39	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
00202	02.07.35.12.361.10101.20001. 02.262.0000.3.3.90.39	R\$ 5.146.000,00	R\$ 3.266.692,07	R\$ 2.470.344,62	R\$ 2.470.344,62
00247	02.07.35.12.365.10101.20001. 02.262.0000.3.3.90.39	R\$ 4.900.000,00	R\$ 3.096.347,45	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00
00203	02.07.35.12.361.10101.20001. 05.220.0001.3.3.90.39	R\$ 2.050.000,00	R\$ 1.411.928,36	R\$ 1.330.876,96	R\$ 1.248.368,53
00249	02.07.35.12.365.10101.20001. 05.220.0001.3.3.90.39	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.491.494,29	R\$ 1.468.362,67	R\$ 1.462.891,77
00230	02.07.35.12.361.10101.20086. 01.110.0000.3.3.50.39	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00
00231	02.07.35.12.361.10101.20086. 01.220.0000.3.3.50.39	R\$ 5.646.598,00	R\$ 5.501.386,00	R\$ 5.501.386,00	R\$ 5.501.386,00
00280	02.07.35.12.365.10101.20086. 01.210.0000.3.3.50.39	R\$ 8.667.492,00	R\$ 8.622.492,00	R\$ 8.622.492,00	R\$ 8.622.492,00
00291	02.07.35.12.367.10101.20086. 01.240.0000.3.3.50.39	R\$ 90.237,00	R\$ 90.236,50	R\$ 90.236,50	R\$ 90.236,50
TOTAL GERAL		R\$ 28.625.671,32	R\$ 23.605.920,99	R\$ 21.909.043,07	R\$ 21.821.063,74

Fonte: Divisão de Finanças e Orçamento da Secretaria Municipal de Educação

Juntamente a Planilha, o e-mail enviado reforçou que as dotações orçamentárias apresentadas em resposta ao Requerimento não abarcavam apenas despesas covid-19 e se tratavam de valores pagos até 31/12/2021.

Foi informado que a QSE é uma contribuição social, regulamentada pelas Leis Federais 9.424/1996 e 9.766/1998, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações para a educação básica pública. Já o FUNDEB, instituído pela EC 108/2020 e regulamentado pela Lei Federal 14.113/2020, é um instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Sendo que ambos são transferidos para contas específicas, abertas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE).

Também foram repassados, a título de subvenção social, por meio de Termos de Colaboração, entre a Secretaria de Educação e as Associações de Pais e Mestres (APMs), tendo como fonte os recursos do Tesouro, verbas para pequenas manutenções. Nesse item, assim como no anterior, foram mencionadas quatro dotações orçamentárias sem apresentar os respectivos valores, os quais foram motivo de consulta formal à respectiva Pasta.

Foi explicado que os recursos repassados a título de subvenção não podem ser utilizados para reformas e grandes adequações das unidades escolares. As normativas que regulamentam esses repasses são a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal 48/2017. Refere que a Secretaria Municipal de Educação repassou uma parcela adicional no decorrer do exercício de 2021, com a finalidade de possibilitar que as Unidades Escolares cumprissem protocolos sanitários, como reposição de itens de higiene e de proteção individual e pequenas manutenções para melhora da ventilação dos ambientes.

Para que os recursos acima mencionados fossem repassados, havia a necessidade de as APMs firmarem um Termo de Colaboração com a Secretaria, por meio da apresentação de uma série de documentos que comprovam a sua regularidade perante os órgãos fiscais. Junto a isso, devia ser apresentado um Plano de Trabalho, com a discriminação de serviços e materiais que a unidade pretendia contratar ou adquirir com as verbas que seriam repassadas. O referido Plano passa pela avaliação de diferentes setores da Secretaria de Educação até a sua completa aprovação. Após firmar o Termo, as APMs devem realizar, no mínimo, três orçamentos, além de exigir a emissão de Nota Fiscal, recolher impostos, realizar o pagamento através de transferência eletrônica e prestar contas mensalmente para a Divisão de Parcerias e Convênios da Pasta.

Foi colocado em anexo a resposta do Requerimento a lista das escolas que receberam verbas para serem utilizadas nas adequações sanitárias para o enfrentamento da pandemia. Todos os valores apresentados já haviam sido pagos R\$1.992.000,00, entre junho e agosto/2021. Foram contemplados:

- 34 CEIs (Centro de Educação Infantil): com R\$17.000,00 para cada unidade escolar, totalizando R\$578.000,00;
- 41 EMEIs (Escola Municipal de Ensino Infantil): sendo que 35 Unidades escolares receberam R\$17.000,00 e 6 Unidades receberam R\$21.000,00, totalizando R\$721.000,00;
- 33 EMEFs (Escola Municipal de Ensino Fundamental): sendo que 5 Unidades escolares receberam R\$17.000,00, 21 Unidades receberam R\$21.000,00 e 6 Unidades receberam R\$25.000,00, totalizando R\$676.000,00; e
- 1 (um) Instituição Especial - Egydio Pedreschi: totalizando R\$17.000,00.

Ainda no sentido de adequação das Unidades Escolares, para o cumprimento de Protocolos Sanitários, foi movida uma Ação Civil Pública (n. 0010213-84.2021.5.15.0067), de autoria dos Servidores Municipais, na qual ficou reconhecido que a demora no retorno às aulas presenciais, no Município de Ribeirão Preto, foi devido à mora da Prefeitura em atender às condições estabelecidas. Sendo essas condições: vacinação integral dos



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

profissionais que transitam pelos ambientes escolares; obrigação de nomear três infectologistas, para averiguação das Unidades Escolares e do Transporte Escolar.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDE1NDM3&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/608238_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 8991/2021 ao 8995/2021)

REQUERIMENTO 8995/2021- REQUER INFORMAÇÕES À SEMAS CONFORME DELIBERADO EM 28/10/2021, REFERENTE A APRESENTAÇÃO FEITA PARA A CEE DA COVID-19, CONFORME ESPECIFICA (Solicita resposta do Ofício 38.2021)

A SEMAS, em resposta ao requerimento, informou as verbas repassadas e utilizadas para o combate a Pandemia, até julho/2021, sendo que o maior montante em 2020 veio do Governo Federal (9,2 milhões) e em 2021 as verbas foram integralmente do município (R\$12,4 milhões). Em relação ao uso, em outubro/2021, restava um montante de R\$1,9 milhões em caixa, após o pagamento do Programa Acolhe Ribeirão (R\$9,8 milhões).

Foi informado ainda que as inserções no Cadastro Único (CADU) e no Bolsa Família são feitas a partir do CABS (Central de Atendimento para Benefícios Sociais), de exclusividade do Ministério da Cidadania (Governo Federal), assim como a disponibilização do Auxílio Emergencial. Refere outros benefícios municipais de natureza temporária, como: Programa Acolhe Ribeirão (Lei nº 14.559 de 21 de maio de 2021, com transferência de R\$600,00 às famílias inscritas no CADU e na CACEM - Central de Atendimento e Cadastro Emergencial, que começaram a ser pagas em julho/2021).

Anteriormente, em fevereiro/2021 foi iniciado o Projeto NutriAção, para o atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar, residentes em moradias irregulares.

Salientou-se que todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) foram adequados aos protocolos sanitários, uma vez que seguiram ofertando atendimento ininterrupto desde o início da pandemia, para atender demandas referentes à Proteção Social Básica, em grande parte de solicitações de cestas básicas. Refere que todas as famílias que solicitaram auxílio funeral, e estavam elegíveis ao benefício, receberam a concessão do benefício. Além disso, pontua que todas as pessoas que solicitaram algum benefício eventual e emergencial, se dentro dos critérios de elegibilidade, foram atendidas.

A única forma apresentada de buscar os municípios em situação de vulnerabilidade e com dificuldades de contatar a CACEM por telefone, foi ranquear os telefone que tiveram maior incidência de tentativas de contato com o serviço. Essa iniciativa surgiu em

julho/2021, após um problema com a operadora de telefonia, que deixou o telefone da CACEM fora do ar por alguns dias.

Sobre a população em situação de rua, referiu dificuldade para a realização da contagem fidedigna dessas pessoas, dada a característica transitória e migratória. Entretanto, relatou que o SEAS (Serviço Especializado em Abordagem Social) tem o objetivo de identificar a incidência dessa população nos territórios. Os dados dessa população também são coletados pelo Centro POP, Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias de curta e longa permanência.

Também menciona que não é de conhecimento da SEMAS que pessoas em situação de rua, usuárias dos serviços dessa secretaria, vieram a falecer em decorrência da covid-19. Atrelou esse dado ao fato de terem garantido, em parceria com a Secretaria de Saúde, atendimento de saúde, isolamento social quando necessário e vacinação. Relatou que o número de pessoas em situação de rua que testou positivo para covid-19 foram 30 pessoas do gênero masculino e uma do gênero feminino, sendo que as suspeitas de covid-19 foram de 86 pessoas do gênero masculino e 13 do gênero feminino, as quais permaneceram em isolamento.

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDE1NDM4&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/608238_texto_integral.pdf (referente aos requerimentos 8991/2021 ao 8995/2021)

Informações complementadas com matéria oficial do site da Prefeitura:

- CACEM atinge 34 mil atendimentos em seis meses de funcionamento:
<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/cacem-atinge-34-mil-atendimentos-em-seis-meses-de-funcionamento>
- Cacem fica fora do ar por problemas técnicos:
<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/cacem-fica-fora-do-ar-por-problemas-tecnicos>

REQUERIMENTO 2860/2022- REQUER INFORMAÇÕES SOBRE AS VERBAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, CONFORME DELIBERADO EM OITIVAS DA CEE DA COVID-19, CONFORME ESPECIFICA

De forma geral, a utilização dos recursos para o enfrentamento à pandemia, advindos de normativas supra municipais ou de recursos do Tesouro municipal que tinham essa especificidade, foi feita entre os seguintes setores:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



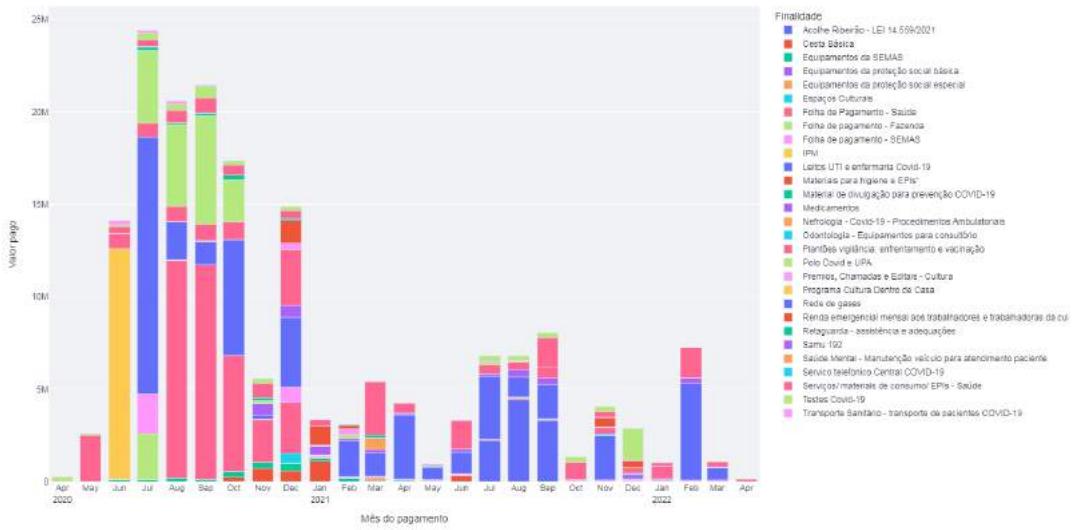
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sendo que o setor Saúde foi destinatário de cerca de 80% de todas as verbas-covid-19, seguido da Assistência Social (10%) e do fundo de recomposição do IPM (6,4%). A pasta da Cultura recebeu 2,3% das verbas e a Fazenda 1,3%.

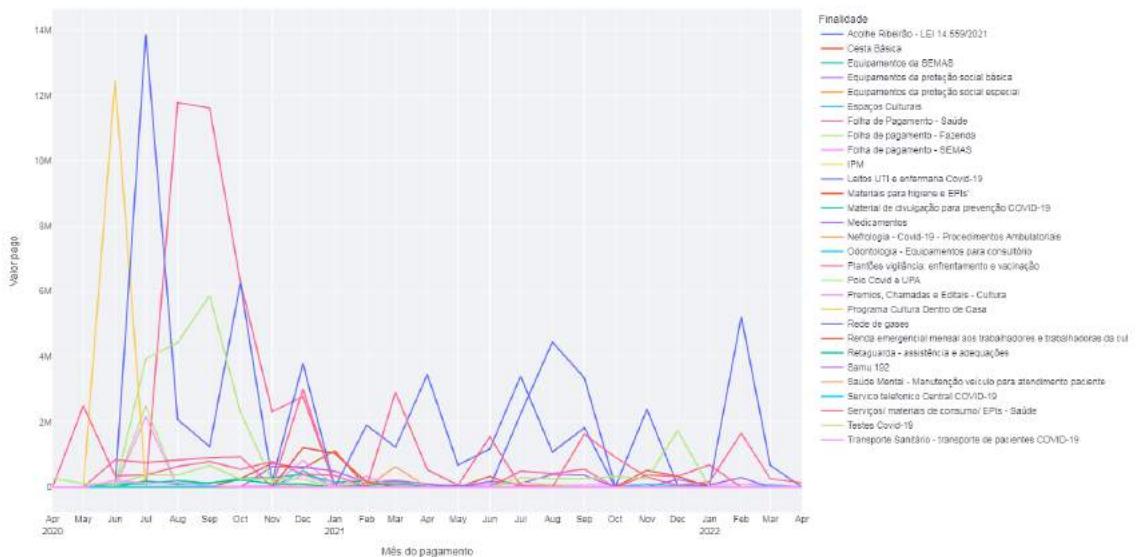


Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Ao observar a dinâmica do uso das Verbas-covid, é possível verificar que o maior volume de pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia ocorreu entre 06/2020-12/2020, entre 07/2021-09/2021 e 02/2022.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves.
Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)



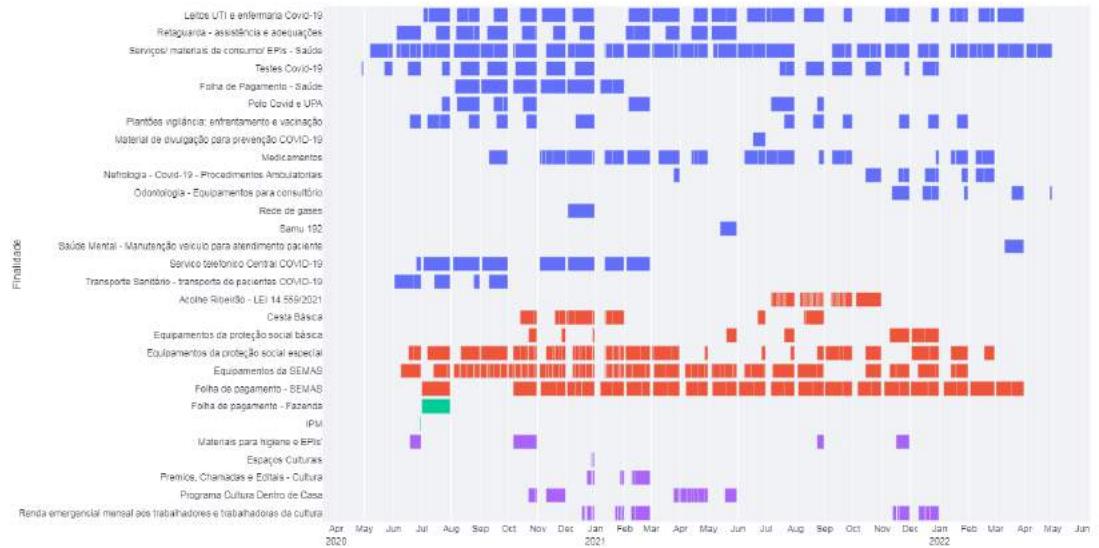
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves.
Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Além disso, nota-se que a política pública de Saúde foi a que teve maior continuidade no seu financiamento, seguida da Assistência Social. A Cultura teve um aporte financeiro descontínuo e irregular, havendo utilização de verba-covid de maneira pontual na pasta da Fazenda e para o Fundo do IPM.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O valor total destinado para a **Fazenda** foi de **R\$2.488.193,38**, sendo a fonte advinda do Governo Federal, por meio do inciso II do artigo 5o da LC 173/2020, utilizado para a Folha de Pagamento, em junho/2020. Enquanto o valor total destinado para o IPM (Instituto de Previdência dos Municipários) foi de **R\$12.453.930,46**, sendo a fonte advinda do Governo Federal, por meio do inciso II do artigo 5o da LC 173/2020, pago em junho/2020.

O valor total destinado para a **Cultura** foi de **R\$4.579.400,00**, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo:

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Tesouro Municipal	R\$4.700,00	06/2020 10/2020 08/2021 - 11/2021	Aquisição de álcool gel, álcool líquido, dispensadores, placas de sinalização, luvas e máscaras descartáveis
Fundo Municipal de Cultura	R\$336.000,00	12/2021	Pagamento de renda emergencial aos fazedores de cultura
Federal - Lei Aldir Blanc (R\$4.213.700,00)	R\$513.000,00	12/2020	Espaços Culturais
	R\$763.600,00	12/2020 - 02/2021	Prêmios de Chamadas de Editais

	R\$2.937.100,00	12/2020 - 02/2021 11/2021	Renda Emergencial aos fazedores de cultura
Transferência Federal - Inciso II, Art.50, LC 173/2020	R\$25.000,00	10/2020 - 11/2020 03/2021 - 05/2021	Programa Cultura Dentro de Casa

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Cultura foi para Renda emergencial dos fazedores de cultura (R\$3,3 milhões), seguido dos Prêmios por editais (R\$764 mil), verbas para espaços de cultura (R\$513 mil) e Programa Cultura dentro de Casa (R\$25 mil).



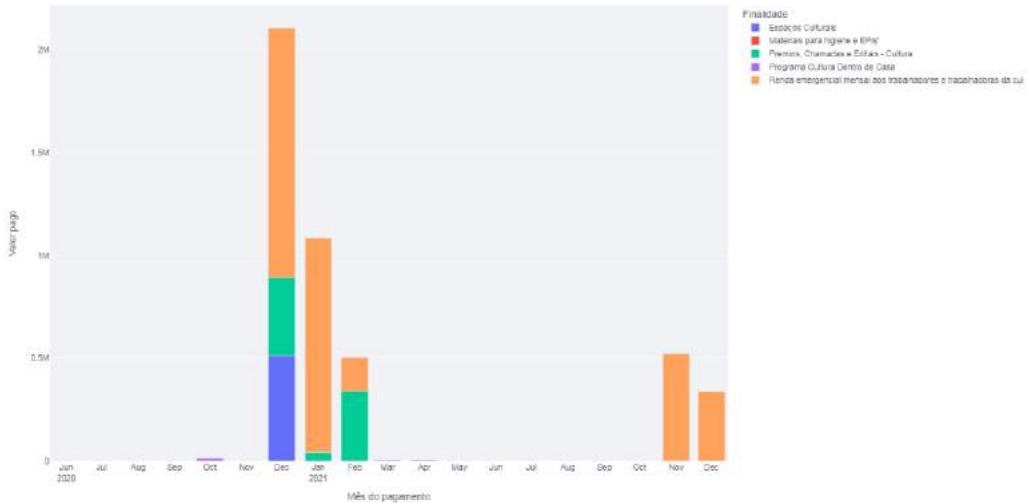
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Quando se observa a dinâmica do uso das Verbas-covid na Cultura, é possível verificar que os pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia se deram de forma descontinuada. O pagamento da Renda Emergencial foi feito entre dezembro/2020 e fevereiro/2021 e, posteriormente, em novembro e dezembro/2021, sendo que houve uma variação de valores totais destinados para essa finalidade entre R\$1,2 milhões (dezembro/2020) e R\$162 mil (fevereiro/2021). O pagamento de Prêmios de Chamadas por Editais se deu entre dezembro/2020 e fevereiro/2021, sendo a variação do valor total entre R\$380 mil (dezembro/2020) e R\$44 mil (janeiro/2021). O valor pago para Espaços Culturais foi feito de uma única vez, em dezembro/2020, no valor total de R\$513 mil. O Programa Cultura dentro de casa, que teve o menor aporte em termos de valores (total de R\$25 mil), foi pago entre outubro e novembro de 2020 e novamente entre março e maio de 2021, sendo a variação de valores totais pagos entre R\$13 mil (outubro/2020) e R\$500 reais (novembro/2020 e maio/2021). Os materiais de Higiene e EPIs foram pagos em junho/2020; outubro/2020; e agosto a novembro/2021 (exceto outubro/2021), sendo que os valores variaram entre R\$1.500 reais (outubro/2020) e R\$500 reais (novembro/2021).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

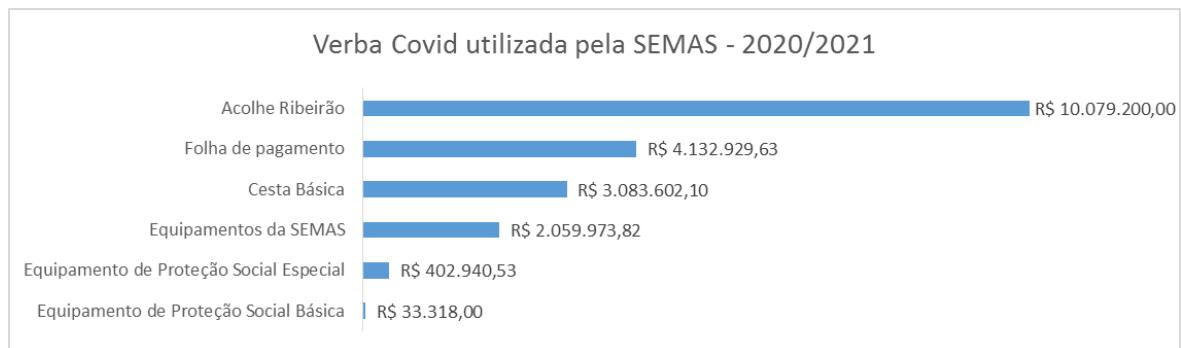
O valor total destinado para a **Assistência Social** foi de **R\$19.791.964,08**, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo:

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Tesouro Municipal	R\$10.079.200,00	07/2021 - 10/2021	Acolhe Ribeirão
Federal	R\$3.083.602,10	10/2020 - 01/2021 06/2021 - 08/2021	Cesta Básica
Federal	R\$33.318,00	10/2020 - 12/2020 05/2021 - 07/2021 11/2021 - 12/2021	Equipamento de Proteção Social Básica
Federal	R\$2.059.973,82	06/2020 - 01/2022	Equipamentos da SEMAS
Federal	R\$4.132.929,63	07/2020 - 03/2022	Folha de pagamento
Federal	R\$359.166,22	06/2020 - 02/2022	Equipamento de Proteção Social Especial
Estadual	R\$43.774,31	06/2020 11/2020 - 02/2021	

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Secretaria de Assistência Social foi para o Programa Acolhe Ribeirão (R\$10 milhões), seguido da Folha de Pagamento (R\$4,1 milhões), aquisição de Cestas básicas (R\$3,1 milhões), funcionamento dos

equipamentos da SEMAS (R\$2 milhões), Equipamento de Proteção Social Especial (R\$403 mil) e Equipamento de Proteção Social Básica (R\$33 mil).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sobre a dinâmica do uso das Verbas-covid na SEMAS, é possível verificar que o maior volume de pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia nesta pasta também se deu de forma descontinuada. A maior destinação de verbas, para o Acolhe Ribeirão, se deu apenas a partir de julho até outubro de 2021. Os valores totais pagos variaram entre R\$4,5 milhões (agosto/2021) e R\$40 mil (outubro/2021). O pagamento de recursos humanos ocorreu de forma contínua (exceto agosto e setembro/2020), sendo os maiores aportes em julho/2020 (R\$2,1 milhões) e dezembro/2020 (R\$820 mil).

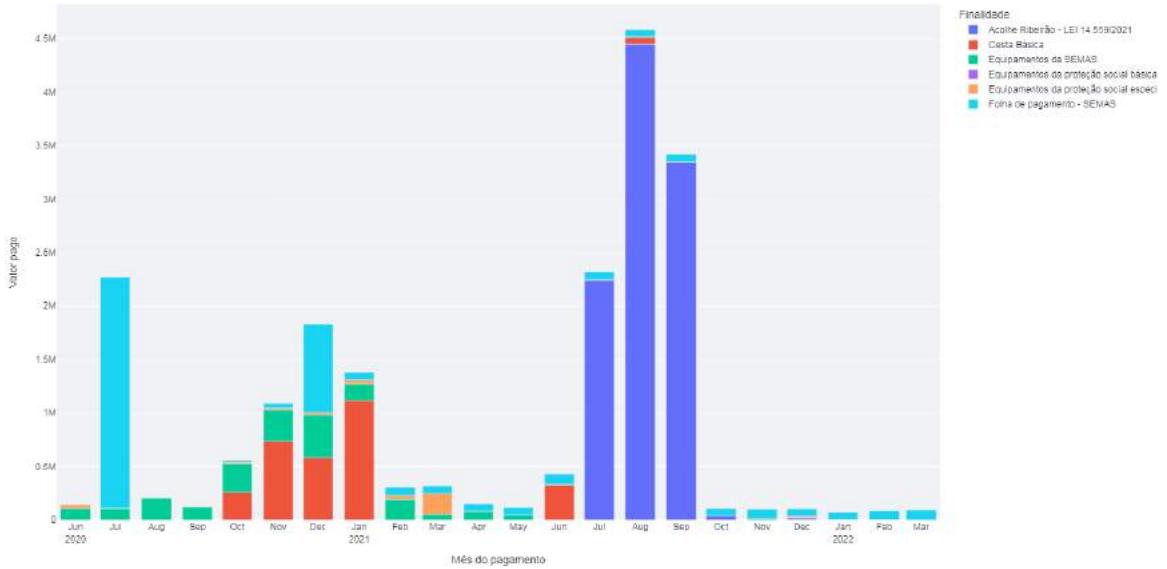
O uso das verbas para o pagamento de cestas básicas foi feito de forma pontual, descontínua, entre outubro/2020 e janeiro/2021 e, posteriormente, em junho/2021 e em agosto/2021. Os valores pagos nesta finalidade variaram entre R\$1,1 milhão (janeiro/2021) e R\$64 mil (agosto/2021). O uso de verbas para o pagamento de Equipamentos da SEMAS foi feito de forma contínua, com maiores aportes entre junho/2020 e maio/2021, sendo continuado com valores menores até janeiro/2022 (exceto setembro/2021). Os valores pagos variaram entre R\$400 mil (dezembro/2020) e R\$120 reais (julho/2021).

O uso das verbas para Equipamentos de Proteção Social Especial foi feito de forma contínua, entre junho/2020 e abril/2022 (exceto maio e novembro de 2021). O maior valor pago, de R\$191 mil, ocorreu em março/2021 e o menor valor foi de R\$600 reais, em janeiro/2022. Por fim, o uso das verbas para pagamento de Equipamentos de Proteção Social Básica se deu de forma descontinuada, tendo ocorrido entre outubro e dezembro de 2020, em maio/2021, em julho/2021 e entre novembro e dezembro de 2021. Os valores pagos variaram entre R\$17 mil (dezembro/2021) e R\$790 reais (dezembro/2020).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O valor total destinado para a **Saúde** foi de **R\$155.886.107,32**, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo:

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Federal	R\$34.841.604,20	08/2020 - 01/2021	Folha de Pagamento
Estadual	R\$4.617.185,27	08/2020 03/2021 - 05/2021 08/2021 -01/2022	Leitos UTI e enfermaria covid-19
Federal	R\$81.870.436,98	06/2020 - 03/2022	
Municipal	R\$20.113,01	11/2021	
Federal	R\$850,00	06/2021	Material de divulgação para prevenção covid-19
Estadual	R\$1.289.811,84	09/2020 -03/2021 08/2021 - 09/2021	
Federal	R\$2.625.311,13	11/2020 - 02/2022	Medicamentos
Federal	R\$638.206,30	03/2021 10/2021 - 02/2022	Nefrologia - covid-19 - Procedimentos Ambulatoriais

Federal	R\$169.318,05	11/2021 - 04/2022	Odontologia - Equipamentos de Consultório
Estadual	R\$1.260.234,37	07/2021 - 12/2021	Plantões vigilância: enfrentamento e vacinação
Federal	R\$8.893.365,68	06/2020 - 12/2020 07/2021 - 01/2022	
Estadual	R\$3.171.785,40	08/2020 05/2021 - 08/2021	Polo covid-19 e UPA
Estadual	R\$910,00	dezembro/2020	Rede de gases
Estadual	R\$906.773,65	06/2020 - 05/2021	Retaguarda - assistência e adequações
Federal	R\$192.623,21	07/2020	
Estadual	R\$28.800,00	05/2021	Samu
Federal	R\$5.909,89	03/2022	Saúde Mental - Manutenção veículo para atendimento paciente
Estadual	R\$75.662,07	06/2020 - 02/2021	Serviço telefônico Central covid-19
Estadual	R\$4.751.424,76	05/2020 - 04/2021 09/2021 - 10/2021 02/2022	Serviços/ materiais de consumo/ EPIs - Saúde
Federal	R\$3.610.397,54	07/2020 - 12/2020 03/2021 - 04/2022	
Municipal	R\$574.786,25	06/2021 04/2022	
Estadual	R\$859.647,23	10/2021 - 12/2021	Testes covid-19
Federal	R\$4.678.409,17	05/2020 - 12/2020 07/2021 - 09/2021 12/2021	
Municipal	R\$278.056,98	04/2020	
Estadual	R\$524.484,34	06/2020 - 09/2020	Transporte Sanitário - transporte de pacientes covid-19

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

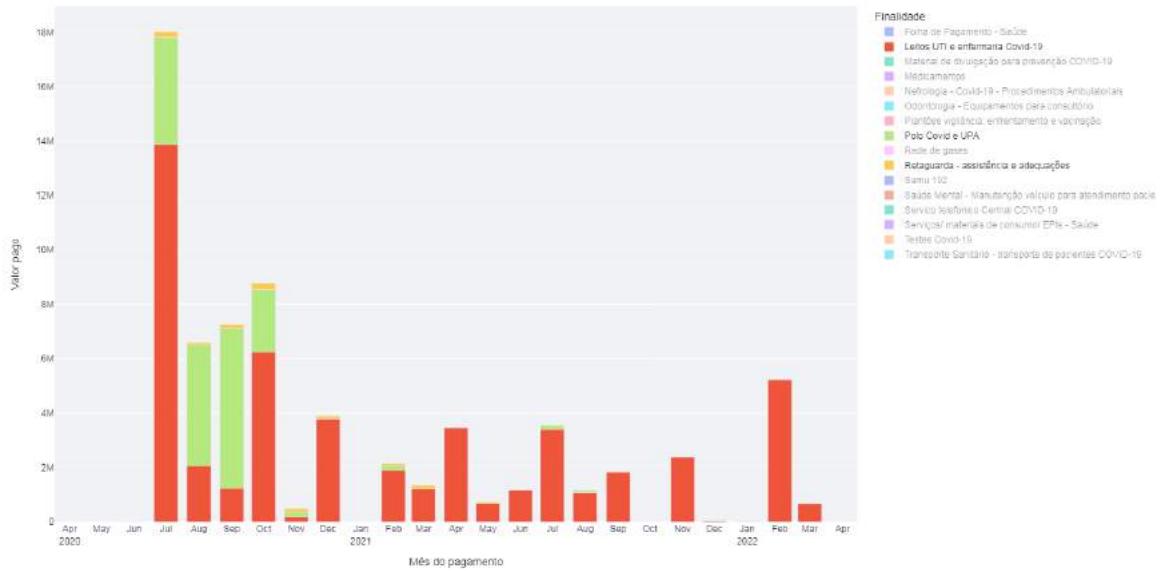
Estado de São Paulo

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Secretaria da Saúde para o pagamento de Leitos covid (R\$86,5 milhões); seguido de Folha de Pagamento (R\$34,8 milhões); Plantões de Vigilância em Saúde (R\$10,1 milhões); Serviços, materiais e EPIs (R\$8,9 milhões); Testes covid (R\$5,8 milhões); Medicamentos (R\$3,9 milhões); Polo covid e UPA (R\$3,2 milhões); Hospital de retaguarda (R\$1,1 milhões); Procedimentos ambulatoriais de Nefrologia (R\$638 mil); Transporte sanitário para pacientes com covid (R\$524 mil); Equipamentos odontológicos (R\$169 mil); Serviço telefônico Central covid (R\$76 mil); SAMU (R\$29 mil); Transporte de pacientes de Saúde Mental (R\$6 mil); Rede de gases (R\$910) e, por fim, Material de divulgação para a Prevenção de covid (R\$850).



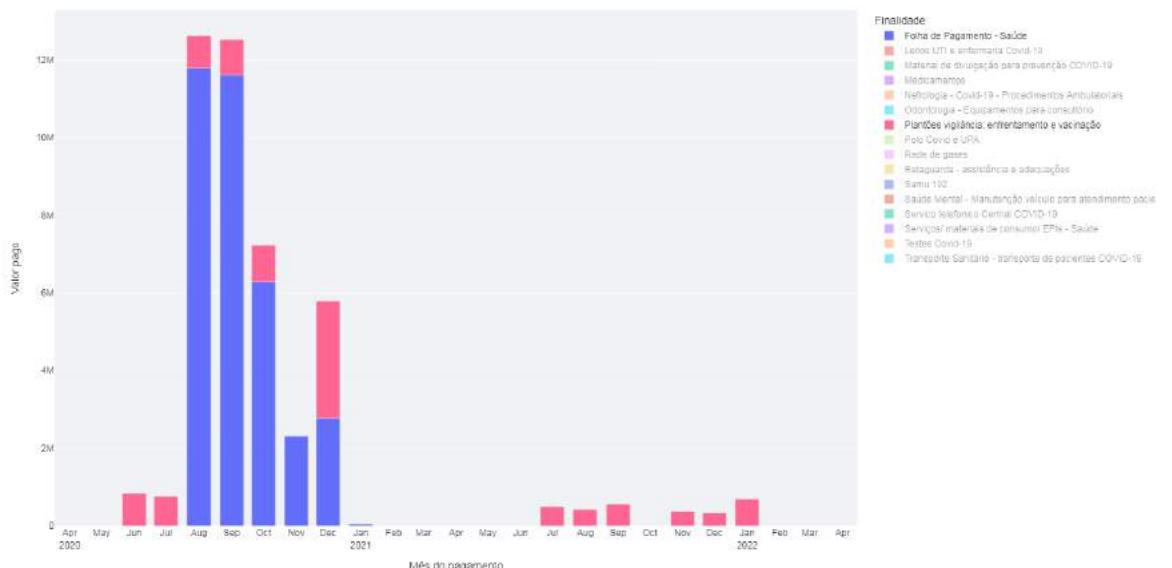
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sobre a dinâmica do uso das Verbas-covid na Secretaria de Saúde, nota-se que o pagamento de Leitos de enfermaria e UTI covid se deu de forma continuada, durante todo o período analisado, sendo o maior aporte de pagamento em julho/2020 (R\$13,9 milhões), sendo que os valores pagos variaram, posteriormente, entre R\$6,2 milhões (outubro/2020) e R\$27 mil (janeiro/2022). As verbas pagas para o financiamento do Polo covid e UPA foram maiores entre julho e outubro/2020, chegando a R\$5,8 milhões em setembro/2020. Posteriormente, o pagamento deste serviço foi reduzido (R\$184 mil - novembro/2020), sendo feito de forma pontual em fevereiro, julho e agosto de 2021, com valores que variaram entre R\$184 mil a R\$75 mil. Para a adequação e a assistência realizada em Unidades de Retaguarda, foi destinado o pagamento de forma contínua, entre junho/2020 e maio/2021 (exceto o mês de janeiro/2021), sendo que os montante dos valores variaram entre R\$226 mil (outubro/2020) a R\$7 mil (junho/2020).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Sobre a dinâmica de uso de verbas para Folha de Pagamento da Saúde, os pagamentos foram realizados entre agosto/2020 e janeiro/2021, variando de R\$11,8 milhões (agosto/2020) a R\$57 mil (janeiro/2021). Os Plantões de Vigilância em Saúde foram pagos em dois momentos, para o enfrentamento à pandemia e para auxiliar na vacinação, respectivamente, entre julho e dezembro/2020 (exceto novembro/2020) e julho/2021 a janeiro/2022 (exceto outubro/2021). Tendo os valores variados entre R\$3 milhões e R\$332 mil.



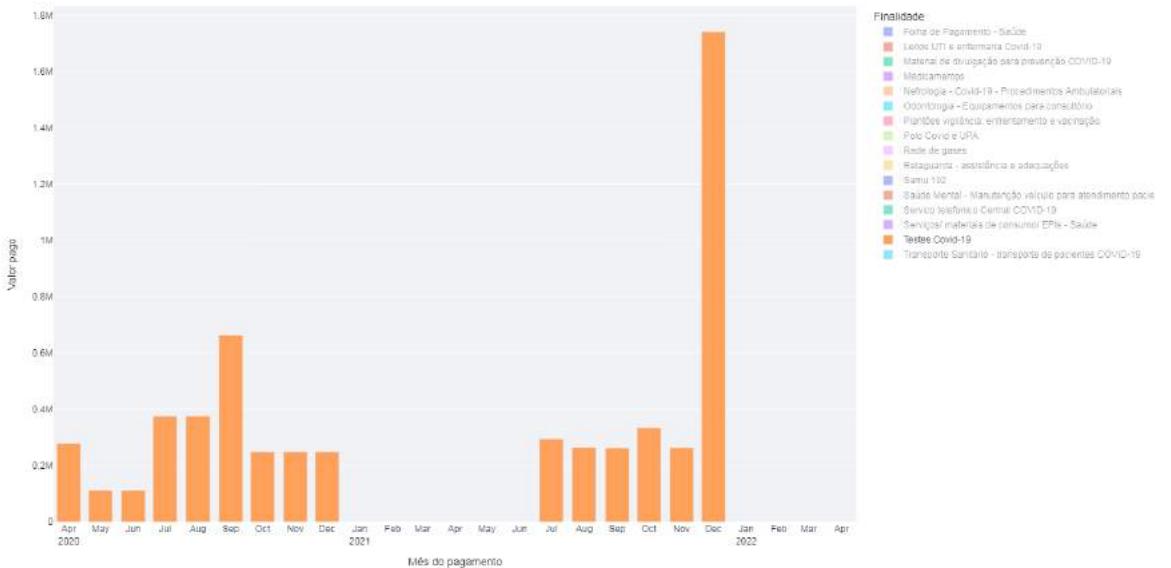
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

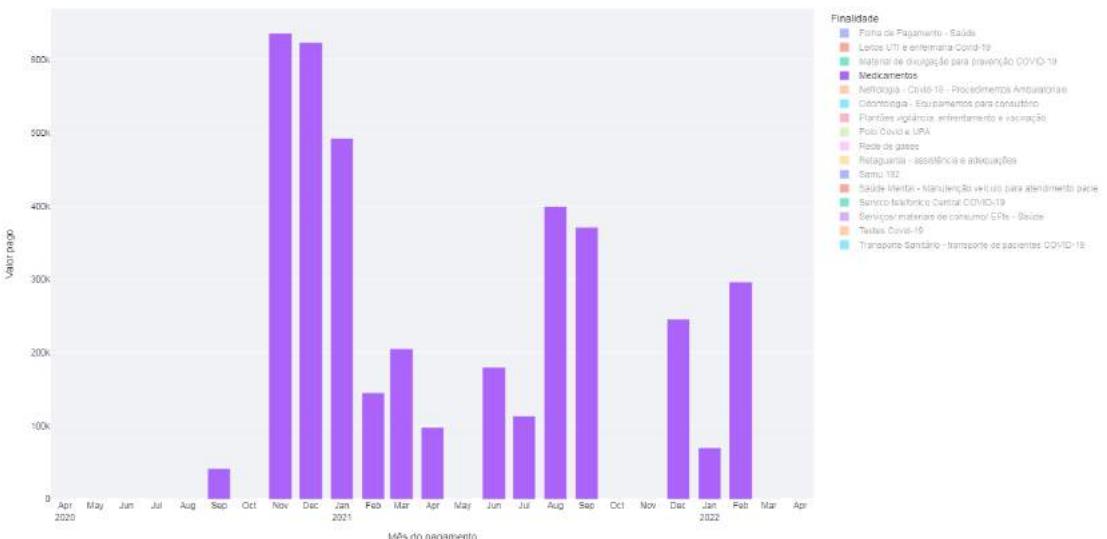
Estado de São Paulo

O pagamento de Testes covid ocorreu de forma sistematizada entre abril e dezembro de 2020 e posteriormente entre julho e dezembro de 2021, sendo a variação de valores entre R\$111 mil (maio e junho/2020) e R\$1,7 milhões (dezembro/2021).



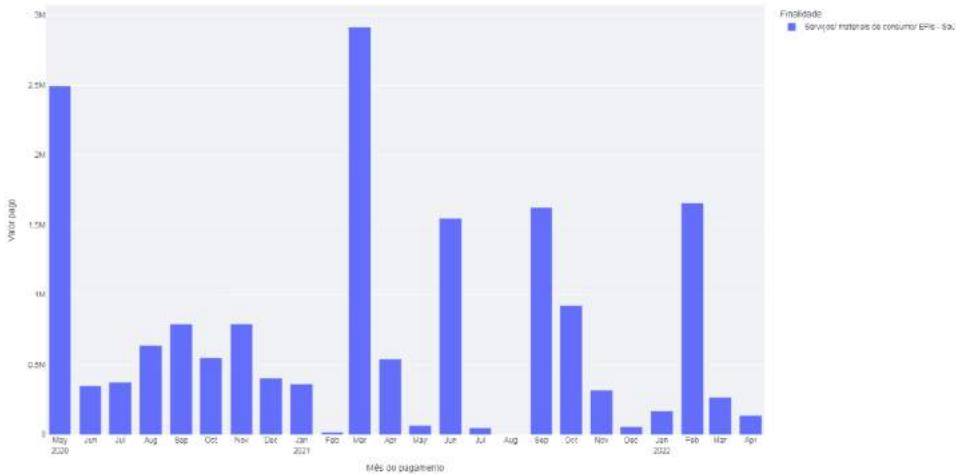
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O pagamento de Medicamentos ocorreu de forma contínua, entre setembro/2020 e fevereiro/2022 (exceto outubro/2020; maio, outubro e novembro/2021), sendo que os valores variaram entre R\$41 mil (setembro/2020) e R\$636 mil (novembro/2021).



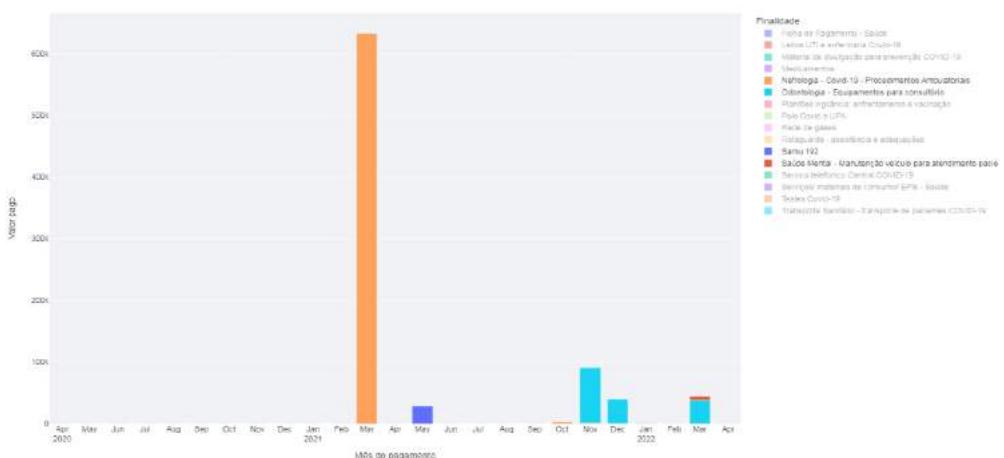
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O pagamento de Serviços, materiais de consumo e EPIs pela Secretaria de Saúde foi feito de forma contínua entre maio/2020 e abril/2022 (exceto agosto/2021), tendo variado os valores entre R\$2,9 milhões (março/2021) e R\$15 mil (fevereiro/2021).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O pagamento de Procedimentos ambulatoriais de Nefrologia foi feito de forma descontinuada, majoritariamente em março/2021 e posteriormente, em valores pequenos, entre outubro/2021 e março/2022, sendo que os valores variaram entre R\$633 mil (março/2021) e R\$356 reais (em dezembro/2021 e janeiro/2022). O pagamento de Equipamentos odontológicos foi feito entre novembro/2021 e abril/2022 (exceto fevereiro/2022), sendo que os valores pagos variaram entre R\$90 mil (novembro/2021) e R\$685 reais (janeiro e abril/2022). O valor pago para a manutenção de veículo para o Transporte de pacientes de Saúde Mental (R\$6 mil) foi feito pontualmente, em março/2022.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Os pagamentos para o Transporte sanitário para pacientes com covid foram feitos entre junho e setembro/2020, sendo descontinuado posteriormente. Houve a variação de valores pagos entre R\$211 mil (junho/2020) e R\$50 mil (setembro/2020). Para o Serviço

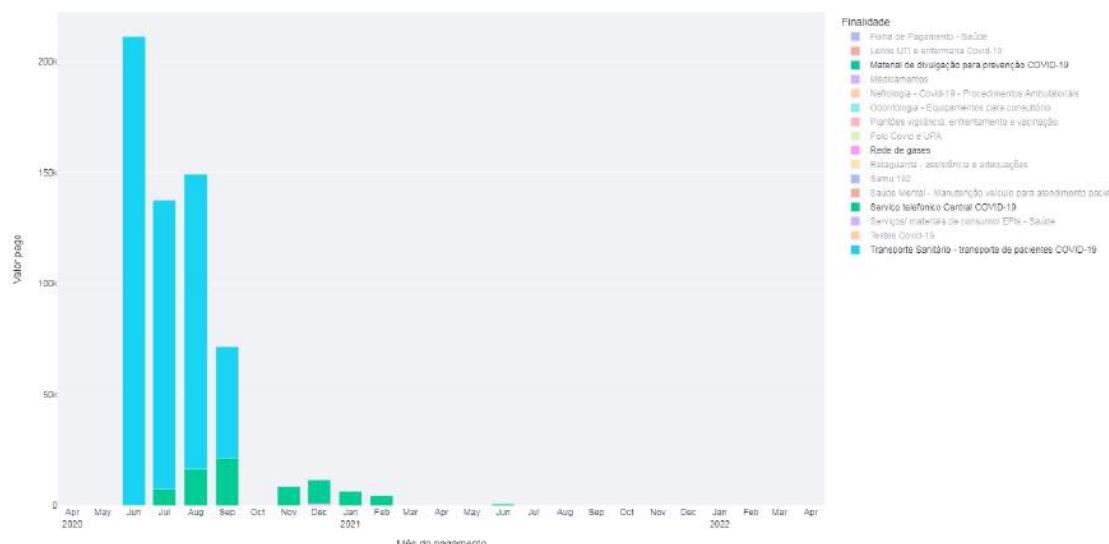


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Telefônico - Central covid foram feitos pagamentos entre junho/2020 e fevereiro/2021 (exceto outubro/2020), sendo que a variação de valores pagos foi entre R\$21 mil (setembro/2020) e R\$ 61 reais (junho/2020).

Para o pagamento da Rede de gases, foi feito um único pagamento, em dezembro/2020, no valor de R\$910 reais e, por fim, o pagamento de Material de divulgação para a Prevenção de covid também foi feito em uma única parcela, em junho/2021, no valor de R\$850.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Requerimento disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/ppsc/download_materia_ppsc?cod_materia=NDE5NTA4&texto_original=1

Resposta disponível em:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/609698_texto_integral.pdf
https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl_documentos/administrativo/609847_texto_integral.pdf

- **Gráficos interativos e Planilhas em Excel com todas as informações enviadas sobre as verbas-covid**

Disponível em:

<https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/>



DAS REUNIÕES E OITIVAS REALIZADAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (C.E.E.)

29/06/2021 - A REUNIÃO DE INSTALAÇÃO OCORREU EM 29 DE JUNHO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA – A reunião que instalou a Comissão Especial de Estudos foi realizada em 29 de junho de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Marcos Papa, Duda Hidalgo, Lincoln Fernandes e Jean Corauchi. O Vereador Zerbinato aproveitou a oportunidade para discorrer sobre a importância da Comissão; expôs os motivos que justificassem o pedido desta, como por exemplo, o abandono de alguns setores da sociedade durante os meses de pandemia, que contribuíram de alguma forma para a marca de 2500 vidas interrompidas naquele momento. A criação dessa Comissão partiu da inquietude diante da demora do executivo municipal para implementar medidas de preservação da vida e da dignidade humana. Pontuou que as falhas sanitárias no transporte público, que foram objeto de muitos Projetos de Lei de iniciativa do Legislativo e vetados pelo Prefeito, sem que outras normativas viessem do executivo para cobrir as falhas apontadas. Também foi mencionado o protesto de profissionais de saúde devido à falta de condições para realizar atendimento aos pacientes de covid-19 e a busca de familiares por uma vaga em UTI para seus doentes. Mencionou-se que aqueles que não acometidos por essa doença, não estão conseguindo atendimento na Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse sentido, cabe ao legislativo fiscalizar a forma como está sendo empregado o dinheiro público e por quais razões se chegou a situação em que se encontra. Para isso, a CEE buscará apurar as escolhas do governo local na gestão da pandemia e diferenciar os pontos que de dependência majoritária dos entes federativos supramunicipais. Essa Comissão terá como objetivos principais a averiguação do uso das verbas federal, estadual e municipal, a fim de compreender quais foram as prioridades do governo municipal no enfrentamento da pandemia de covid-19. Para isso, serão olhadas as áreas da saúde, como também relacionadas ao emprego, renda, subsídios/auxílios, segurança alimentar, educação, assistência social, transporte, vigilância e fiscalização. Ficou deliberado que será estabelecido um cronograma, a ser apresentado na próxima reunião, com sugestões de temas, locais para diligências, oitivas, possíveis documentos para serem requeridos. Reforçou-se a importância de pensar um arranjo que possibilite chegar à resposta do objetivo principal dessa CEE: compreender quais foram as prioridades do governo Duarte Nogueira no enfrentamento da pandemia de coronavírus no município de Ribeirão Preto. Foi feita a eleição da Vice-Presidência e da Relatoria, sendo indicados e aprovados por unanimidade, respectivamente: Vereadora Duda Hidalgo e Vereador Marcos Papa. Por fim, as reuniões ficaram pactuadas semanalmente, todas às terças-feiras, das 14h30min. Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/-dQeFa2DAaI>

13/07/2021 – A PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 13 DE JULHO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA - A primeira reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 13 de julho de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Marcos Papa e Duda Hidalgo. Justificaram a ausência os Edis: Lincoln Fernandes e Jean Corauchi. O Vereador Zerbinato apresentou a pré-seleção de temas, a sugestão de nomes para serem ouvidos e o esboço de um cronograma que a Comissão irá percorrer para compreender as prioridades de gastos da Prefeitura Municipal no enfrentamento da

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

pandemia. Foi feita uma leitura de forma resumida sobre os principais pontos, a saber: Assistência Social, Segurança Alimentar, Transporte Público, Educação, Saúde (Atenção Primária à Saúde; Unidades de Pronto Atendimento; mortes não-covid-19). Enquanto convidados, pensou-se no Comitê Técnico de Contingenciamento da covid-19, coordenado pelo Secretário Municipal de Saúde, para elucidar questões referentes à definição de prioridades no enfrentamento da pandemia: abertura ou no fechamento de leitos; critérios para o lockdown; aquisição de testes e nos protocolos elaborados para a testagem; e no manejo de cerca de 28 milhões de verbas da saúde para o caixa do IPM (Instituto de Previdência dos Municipários). Outros convidados mencionados foram: o Conselho Municipal da Saúde; a Ouvidoria do SUS; um infectologista, para contribuir com direcionamentos do que teria sido o plano ideal na condução sanitária da pandemia; o Comitê de Enfrentamento à Pandemia; a FIPASE (Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde), uma Fundação Pública Municipal (instituída em 2001), responsável pela gestão do Supera Parque, que concentrou grande parte dos testes de covid-19 do município; a CODERP para comentar sobre o site de agendamento de vacinas, que foi alvo de inúmeras reclamações devido à instabilidade do sistema; sindicatos de trabalhadores da saúde para comentar sobre as condições de trabalho durante a pandemia; os servidores da regulação, para comentar, a partir de um olhar mais externo, sobre as filas de espera por leitos durante as piores fases da pandemia; a Secretaria da Fazenda, para compreender a execução dos gastos de forma global. Foi incluída a sugestão do mandato do Vereador Marcos Papa, para convidar um usuário do serviço público ou uma liderança de movimento social para cada reunião, de acordo com a pauta do dia. Como convidados das outras áreas, foram pensados: técnicos e servidores municipais estratégicos; o Conselho de Saúde e de Segurança Alimentar; sindicatos e associações; consórcio PróUrbano, Transerp. O roteiro foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. A Vereadora Duda sugeriu, e foi aprovado, o envio de um requerimento para a Prefeitura a fim de solicitar informações a respeito da distribuição de máscaras para os servidores públicos municipais: quantidade, qualidade e verbas destinadas para essa aquisição. Por fim, o Vereador Papa denunciou as diversas festas clandestinas que estão ocorrendo no município e não são encerradas pelo Poder Público Municipal, tema esse que foi base para um Projeto de Lei de autoria do Vereador Zerbinato, mas que não teve celeridade na tramitação. A Comissão foi informada no momento da reunião que não seria possível fazer reunião na semana seguinte, devido ao recesso da Câmara.

Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/YrwpfCC0SHI>

27/07/2021 – A SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 27 DE JULHO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: PROJETO MESA BRASIL (SESC); REDE EMANCIPA; UMA CONSELHEIRA TUTELAR. TAMBÉM FOI CONVIDADO, MAS NÃO COMPARECEU: PRESIDENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (OU PESSOA INDICADA) - A segunda reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 27 de julho de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Duda Hidalgo, Marcos Papa e Jean Corauci. Justificou a ausência o Edil: Lincoln Fernandes. E os convidados: Projeto Mesa Brasil (SESC): Mauro Jansen e Lucas Molina (gerência do SESC-RP) e Fabiana Batista (em substituição a Patricia Domingues, coordenadora do projeto Mesa Brasil); Rede Emancipa: Ana Carolina Castro Luz Buzato, Annie Schmaltz Hsiou e Samira Samolão; a Conselheira Tutelar: Édie Maria Fernandes.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Também foi convidado, mas não compareceu: Presidente do Conselho de Segurança Alimentar: Luciano Botelho Lima (ou pessoa indicada). A temática da presente reunião foi Segurança Alimentar e Nutricional e a atuação do Conselho Tutelar durante a pandemia. O Vereador Zerbinato iniciou a reunião fazendo menção às duas grandes pesquisas feitas sobre os efeitos da Pandemia na alimentação e na segurança alimentar dos brasileiros. Uma em parceria entre a UFMG e a UNB com a Universidade Livre de Berlim, e outra pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Ambas se debruçaram sobre o período de pandemia e apontam para números preocupantes: 59% dos entrevistados passaram por situação de insegurança alimentar; estima-se que cerca de 117 milhões de brasileiros passaram por algum grau de insegurança alimentar e quase 19 milhões enfrentaram a fome no último trimestre de 2020. As questões de soberania alimentar vêm se agravando no país desde 2016, com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Conselho de Segurança Alimentar, em 2019. E a pandemia também teve seus efeitos na piora desses índices, gerou grande impacto na vida das crianças e dos adolescentes: questões físicas, com o aumento da violência dentro dos lares; a própria insegurança alimentar devido à ausência da merenda escolar; o aumento do trabalho infantil; a alta taxa de evasão escolar; as questões de saúde mental que cresceram de sobremaneira nessa população. Nesse sentido, as decisões políticas são importantes para mitigar os efeitos causados por questões adversas, como a pandemia. Após serem feitas as falas iniciais dos demais membros e a breve apresentação dos participantes, a oitiva foi iniciada pela Sra. Ana Carolina. O Vereador Zerbinato pediu para que relatasse sobre sua experiência de trabalho voluntário, durante a pandemia, nas áreas de moradia irregular (favelas), em especial sobre as principais dificuldades trazidas por essa população para acessar as políticas públicas de alimentação e auxílio emergencial. Além disso, solicitou-se que fosse mencionada a quantidade de favelas que teve contato e pôde evidenciar essas questões. A Sra. Carolina explica que a Rede Emancipa tem seu principal trabalho voltado para a educação, porém, devido a pandemia não estavam conseguindo realizar as atividades, devido a questão do isolamento. Por conta disso, passaram a atuar na questão alimentar. A primeira comunidade que atuou foi a Favela da AIDS/Vida Nova e depois na Favela Vila União, as quais possuem atualmente cozinhas coletivas. Devido ao contato com essas comunidades, notaram que existia falta de assistência por parte do poder público, dificuldade de acesso às ações da Prefeitura. Paralelamente, surgiu a oportunidade de participar do COMSEAN, no qual foi eleita para representar a Rede Emancipa e levou essa questão para o plenário. Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no COMSEAN para acompanhar essa questão, com levantamento do número de comunidades e de famílias nessa situação. Ficou responsável por 67 comunidades (não visitou as 18 comunidades onde a UNM está na liderança), totalizando 12.945 famílias. Utilizou para essa visitas a lista de comunidades passada pelo Planejamento, porém 33 endereços não foram localizados. As principais dificuldades relatadas pelas famílias foram: falta de documentos para solicitar auxílio (no CACEM, no CadÚnico); não há visita periódica da assistência social às famílias; as famílias precisam se deslocar até o CRAS, mas nem todas conseguem; dificuldades com telefone do CACEM, não ser atendido; dificuldade para atualizar o CadÚnico desde o começo da pandemia, inicialmente não estavam atendendo presencialmente, depois o agendamento passou a ser por telefone para conseguir atualizar o CadÚnico, mas para muitos nunca deu certo de conseguir agendar (respondem que já havia sido encerrado e marca para outra dada, sendo feita essa ação mais de uma vez com a mesma pessoa, postergando a atualização do cadastro, sendo que em algumas vezes não foi possível fazer

essa atualização; também prejudicou o cadastro para o Auxílio Emergencial Municipal porque um dos requisitos é o cadastro no CadÚnico (?) até determinado período; contato presencial na SEMAS não resolia, solicitavam para entrar em contato telefônico no CACEM e acabam saindo da unidade sem atendimento; dificuldade tecnológica (falta de internet, de celular, desconhecimento de como manusear aplicativos); desconhecimento das ações que estão sendo realizadas pela Prefeitura e de como proceder; desconhecimento da população de como usar o CRAS; atendimento com descaso; pessoas que não têm criança como dependente tiveram muita dificuldade, pois não se enquadravam nos critérios do CACEM para a aquisição de cestas; entrega de cestas em número inferior a quantidade de famílias nas comunidades (gerou conflito nas comunidades, uma liderança disse que não queria mais ficar nesse lugar porque a comunidade tinha mais de 200 famílias e a assistência social chegava com 60 cestas e ela que tinha que escolher e as pessoas ficavam bravas com ela porque a maioria estava precisando); houve diferença entre o número de cestas enviados entre as comunidades; pequeno período de entrega de cesta (apenas 2 meses, com intervalo de 1 mês), algumas pessoas não conseguiram retomar e esse período de um mês faz falta para quem realmente precisa; as marmitas nas escolas: dificuldade de acesso para mães que têm filhos pequenos, devido a distância da escola; Projeto NutriAção: maioria das comunidades que conseguiram ter acesso são organizadas pela UNM, muitas comunidades nem chegaram a ser atendidas. Após a fala da Sra. Carolina foi deliberado sobre envio de ofício para a Rede Emancipa solicitando as informações completas sobre os dados apontados. Como o Sr. Luciano, do Conselho de Segurança Alimentar (COMSEAN) não esteve presente, apesar de ter confirmado sua participação. O Presidente solicitou que a Sra. Carolina, que também foi membro do referido Conselho, que comentasse sobre a forma como as questões trazidas por ela chegaram ao plenário e quais os encaminhamentos que foram dados pelo Conselho. Também foi pedido que comentassem sobre as consequências das deliberações do Conselho, referentes a esse tema, se elas de fato foram acatadas pelo executivo municipal. A Sra. Carolina informa que esteve presente até a formação do GT e a escrita de ofícios para serem encaminhados para a Secretaria de Assistência Social, porém não soube informar sobre o andamento, pois saiu antes que dessem seguimento. Comenta sobre a necessidade de organizar os dados das Comunidades e das doações, pois algumas comunidades que não têm lideranças ficaram sem assistência. O Vereador Zerbinato refez a pergunta ao Sr. Lucas, do SESC, que também tem assento no COMSEAN. O Sr. Lucas explica que acompanhou essa pauta de forma mais distanciada. Comenta sobre a relevância do mapeamento sugerido pela Sra. Carolina. Aproveita para comentar sobre o Projeto Mesa Brasil, de âmbito nacional, na perspectiva de conectar empresas que tenham produção excedente com instituições, não com pessoas diretamente. Fazem doação de itens perto da data de validade ou de excedentes advindos do campo e encaminham para as instituições que lidam com o atendimento da população. Comenta sobre a ampliação do número de pessoas que estão passando fome, de 19 milhões durante o período da pandemia, que levou à remodelação do Programa. A partir de 2021 passaram a aceitar doações vindas também de pessoas físicas, não apenas empresas, conseguindo manejar um total de 15 toneladas de alimentos por mês. Passou a perceber que pessoas que frequentavam outras atividades do SESC, como cultura ou esporte, passaram também a requerer atendimento de cunho alimentar e nutricional. O encaminhamento do Programa é direcionar as pessoas para buscar auxílio junto a lista de instituições que estão em suas listas. A falta de mapeamento dificulta compreender as famílias que estão sendo atendidas e aquelas que estão ficando de fora. Dando continuidade, o Presidente pediu para que o Sr. Lucas comentasse sobre as principais demandas que receberam da população, referentes: ao perfil dos solicitantes e localidades de moradia, à forma como as pessoas chegaram até o Projeto; às principais



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

dificuldades das pessoas para acessar políticas públicas de alimentação no município de Ribeirão Preto e, por fim, ao número de pessoas atendidas no município, por meio desse Projeto. Sr. Lucas explica que atendem de forma indireta cerca de três mil pessoas, a maioria das pessoas atendidas correspondem às faixas de renda D e E, muitos desempregados. Anteriormente o perfil das famílias atendidas estava entre um e três salários, mas esse perfil abaixou muito porque as famílias não estão conseguindo nem mesmo essa renda, pois até mesmo o trabalho informal reduziu. Têm bem mapeado as instituições para as quais enviam alimentos. Antes os alimentos não eram entregues diretamente para as famílias, mas sim manuseados e oferecidos em forma de refeições dentro das instituições que atendem a população (idosos, usuários de drogas, crianças, entre outros). As novas unidades do SESC já estão previstas para virem com o Projeto Mesa Brasil. Em seguida foi passada a palavra para a Sra. Annie, que agradeceu à Sra. Carolina pelo seu trabalho realizado e o compartilhamento dos dados. Aprofunda a questão de que a maioria das comunidades não têm uma Associação de Moradores regularizada, pensando em Projetos como o Mesa Brasil, para dar um exemplo, que faz doações para CNPJ, enfatiza o quanto essas comunidades menos organizadas acabam tendo dificuldade de acesso, tanto às políticas públicas como aos programas privados de assistência. Além de o poder público falhar nas políticas de segurança alimentar, também falha na própria regularização das moradias e na inserção dessas pessoas em outras políticas públicas, como o acesso à internet, que se torna uma barreira ao cadastro para receber o auxílio emergencial e outros programas. Reforça o problema de o número de cestas distribuídas pelo poder público serem menores que o número de moradores das comunidades e às vezes diferente do número de pessoas da comunidade que estão cadastradas no CadÚnico, ficando “na mão” de alguma liderança fazer a escolha de quem receberá as cestas, o que gera conflitos internos. Em comunidades onde existem cozinhas comunitárias essa questão é mais fácil de ser solucionada, porém essa questão passa novamente pela organização da comunidade. Menciona o Programa Solidariedade Ativa, que atende duas comunidades, por questões de limitação logística, mas que gostaria de expandir as ações. A última pergunta do Presidente foi dirigida para a Sra. Édie, Conselheira Tutelar, para pedir que declinasse o quantitativo de verbas que foram destinadas aos Conselhos Tutelares, especificamente para auxiliar no combate à pandemia. E também comentar sobre as ações realizadas nesse sentido, enfatizando se houve alguma mudança no serviço frente às demandas trazidas pela pandemia. E, por fim, perguntou sobre as dificuldades encontradas pelos Conselheiros Tutelares para exercer suas atribuições neste período de pandemia. A Sra. Édie sugeriu que fosse convidado um conselheiro de cada um dos três Conselhos Tutelares de Ribeirão Preto. Informou que os Conselhos Tutelares não recebem verbas. Comentou sobre sua experiência durante Pandemia, mencionou as dificuldades tecnológicas para a realização do trabalho remoto, as quais foram relatadas para a Secretaria de Assistência Social, mas não foram solucionados, como: nem todos os computadores funcionavam, nem todos tinham câmera, falta de aparelhos celulares com whatsapp para atender a população (ser uma via facilitada para o envio de documentos, sem a necessidade de deslocamento), sendo que muitos Conselheiros acabaram passando seus números particulares para viabilizar esse contato, questão que foi recorrente durante a greve de ônibus. Essa última tecnologia foi adotada pela Defensoria Pública. Ressalta a importância de olhar para as limitações de acesso às tecnologias, como já mencionado anteriormente. Relata uma disputa entre os Conselhos Tutelares e a Secretaria de Assistência Social, falta escuta das demandas dos conselheiros. Comenta sobre as três inspeções que os Conselhos Tutelares receberam, que foram anotadas

as demandas, mas nada foi feito. O Vereador Marcos Papa pediu licença para se retirar, devido a uma reunião agendada para o mesmo horário. Em seguida, a palavra foi passada para os demais vereadores, sendo iniciada pela Vereadora Duda, que se dirigiu à Rede Emancipa, para perguntar sobre as oscilações de demandas das comunidades ao longo da pandemia, se foi possível sentir em algum momento o efeito das políticas públicas sociais. Também direcionou uma pergunta para a Sra. Édie, reafirmou a necessidade de chamar outros conselheiros para serem ouvidos, comentou sobre a dinâmica que presenciou ao visitar os Conselhos, sendo que muitos Conselheiros retiravam dinheiro do próprio bolso para fazer as ações necessárias para atender a população. Perguntou sobre a disponibilização de EPI (Equipamentos de Proteção Individual), se foram disponibilizados álcool em gel e máscaras para os Conselheiros. A Sra. Carolina relatou que não viu muita mudança nas comunidades durante a pandemia, e que notou uma dificuldade de acesso dos moradores às políticas públicas. Menciona que Ribeirão Preto não tem um Plano de Segurança Alimentar e que a CAESAN (Comissão que conta com diversos setores do poder público) foi implementada recentemente e se comprometeu a fazer o levantamento das condições das comunidades de Ribeirão Preto. Foi deliberado sobre oficiar o COMSEAN a respeito das situações das comunidades, em relação às políticas de segurança alimentar e nutricional. A Sra. Édie respondeu em seguida sobre os diversos pedidos feitos pelos Conselheiros Tutelares, sendo que as máscaras recebidas não foram adequadas e não houve melhoria nas estruturas dos prédios, sendo que foi necessário que o companheiro de uma Conselheira fixasse um plástico na recepção para proteger, minimamente, a atendente, pois não contam até o momento com placas de acrílico para fazer esse isolamento. Comenta que, além de atender a população, os Conselheiros participam de inúmeras reuniões, com a Secretaria de Assistência Social, do CMDCA, de estudos de casos, dessa forma seria necessário a adequação das condições de trabalho. Reforça que a falta de estrutura prejudica, além do trabalho dos Conselheiros, o atendimento à população. O Vereador Jean Corauci perguntou sobre verbas repassadas durante a pandemia ou outros tipos de auxílio, destinadas para políticas públicas de segurança alimentar e também para as entidades que contribuíram para a mitigação da pandemia. Sr. Lucas inicia respondendo a pergunta anterior, da Vereadora Duda, dizendo que sentiram um aumento de demanda de procura ao Programa Mesa Brasil, uma vez que, mesmo recebendo o auxílio emergencial, as pessoas têm uma série de gastos, para além da alimentação, como moradia, internet, água, luz, entre outros. Reafirma a dificuldade de comunicação sobre as ações do Programa para a população e reforça a ideia de criação de um mapa para saber onde a população mais vulnerável se encontra. Também fizeram grandes doações de máscaras e álcool gel, devido ao contexto de pandemia e as condições de moradia na qual as pessoas atendidas vivem. Sra. Annie responde que a Prefeitura teve ações, ela não foi ausente, mas essas foram tardias e insuficientes. Reafirma a importância de melhorar a estrutura dos serviços públicos, de modo geral, para atender melhor a população e destaca a importância de garantir que não haja despejos na cidade durante a pandemia. Sra. Carolina reafirma a colocação de que as ações da Prefeitura foram insuficientes, destacando novamente a questão da falta de acesso. Relata que a Rede Emancipa não recebeu verbas ou qualquer tipo de auxílio por parte do Poder Público. Por fim, foram feitas as considerações finais, agradecimentos e o encerramento da reunião. Link da gravação no YouTube: https://youtu.be/F2vkt6PnS_M

03/08/2021 – A TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 03 DE AGOSTO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI TRANSPORTE PÚBLICO



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DURANTE A PANDEMIA, CONTOU COM OS SEGUINTE CONVIDADOS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; TRANSERP; CONSÓRCIO PRÓURBANO E SINDICATO DOS EMPREGADOS DO TRANSPORTE URBANO - A terceira reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 03 de agosto de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Duda Hidalgo e Jean Corauci. Justificaram a ausência os Edis: Lincoln Fernandes e Marcos Papa. E os convidados: a Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal de Administração - Sra. Adriana Carvalho; o Diretor de Transporte da TRANSERP - Sr. José Mauro de Araújo; o Gestor do Consórcio PróUrbano - Sr. Gustavo Menta Vicentini; o Secretário-Geral do Sindicato dos Empregados do Transporte Urbano - Sr. Marcelo da Silva Leão. Apesar de a Comissão ter tentado trazer a voz de um coletivo ou de um usuário do serviço público em pauta, não foi possível para a presente reunião. O assunto da reunião foi o transporte público durante o período de pandemia de covid-19. O Presidente da CEE inicia a reunião apontando que se trata de um tema caro para a cidade e tem sido alvo de atenção em todo o país. Os motoristas de transporte público compõem uma das categorias de trabalhadores formais que não puderam ficar em casa durante a pandemia. Essa exposição acarretou em um excesso de mortes de 62%, quando comparados os dados do início de 2020 (pré-pandemia) e do início de 2021, segundo informações do Ministério da Economia, levantadas pelo El País, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Quando se fala em "excesso de mortes" não se pode atribuí-las a apenas uma doença, mas ao contexto da pandemia. A sobrecarga do sistema de saúde, gerado pelo atendimento de covid-19, acarretou em mortes por várias causas, ligadas a dificuldade de acesso ao tratamento necessário naquele momento. Por fim, o papel do transporte na disseminação do vírus SARS-COV-2 ocorreu em diferentes dimensões, inicialmente sendo levado pelos aviões para o restante do mundo. Posteriormente, com as transmissões comunitárias, o transporte urbano e seus fluxos têm sido vetores de sua difusão para o território. A Câmara foi propositora de Projetos de Lei, atuou na fiscalização e na cobrança para que as condições do transporte público e o direito à vida fossem assegurados. A maior parte das referidas matérias foram vetadas pelo Prefeito ou não tiveram um retorno satisfatório. Após serem feitas as falas iniciais dos demais membros e a breve apresentação dos participantes, a oitiva foi iniciada. As principais contribuições que foram dadas pelos convidados foram: Sr. Gustavo (Consórcio PróUrbano) - antes da pandemia o Consórcio transportava 200 mil passageiros/dia, no início da pandemia chegaram a transportar 39 mil passageiros/dia (queda de 80% dos passageiros). Relata que não sabiam o que fazer no início da pandemia, e menciona contato frequente com a Prefeitura e Transerp para assegurar as questões sanitárias. Afirmou que a TRANSERP exigiu a manutenção de 80% da frota no início da pandemia e foi cumprido, sendo transportando 40% dos passageiros. No presente momento, a tendência é de melhora, mas diz estar muito longe do que estavam habituados. No dia 02/08/2021 quebraram um recorde, ultrapassaram 100 mil passageiros/dia (foram 103 mil passageiros), mesmo assim ainda representa apenas 50% do volume de passageiros transportados antes da pandemia. Atualmente estão disponibilizando 100% da frota de ônibus e alegam seguir o limite de 60% de lotação dos veículos, sendo que cada veículo tem uma característica diferente, e o cálculo da lotação permitida é feito de forma individualizada. Relatou que a limpeza dos ônibus sempre foi feita diariamente e agora é

feita duas vezes ao dia quando volta para a garagem, além da limpeza que feita quando está no terminal (entra um colaborador no ônibus para fazer essa limpeza no terminal). Mesmo antes da “aprovação da lei” (do limite de lotação de 60%) já estavam com uma frota de 274 veículos, hoje estão com frota de 343 veículos na rua. Muitos ônibus estão andando vazios e nesse sentido afirma que o transporte vazio é errado, pois deveria ser preenchido de forma “racional”, atendendo a lei da capacidade de 60%, pois a disponibilidade de transporte sem o uso acarreta em prejuízo para o usuário e para o município, de alguma forma. Referente aos últimos 13 meses de pandemia (março/2020 a março/2021), foi feita uma apresentação dos custos diretamente ligados a prestação de serviço de transporte público urbano, um “custo seco” (sem remuneração do capital da empresa, sem depreciação de veículo), e apresentaram mais de 47 milhões (de déficit) para a prefeitura. Diz ter comprovação de nota fiscal de diesel, folha de pagamento, de todos os custos diretamente ligados ao transporte. Relatou que a Transerp fez um cálculo “muito conservador” em cima do valor por KM rodado, apenas para apresentar uma forma mais segura do quanto seria o rombo do transporte. Chegaram a um custo de R\$5,03/km rodado. Alega que não é dessa forma que deve ser calculado para o transporte público, devido a demanda de outras estruturas. Esse cálculo da TRANSERP seria apenas referente ao custo operacional. (diesel, óleo, manutenção de pneu, mão de obra direta - sem custo administrativo, de estrutura para venda de bilhetes, que a ProUrbano enxerga como custo direto também). Mesmo com essa estimativa conservadora, chegaram a 38 milhões (rombo referente aos 13 meses de pandemia). A aprovação de 17 milhões de repasses ao ProUrbano feita pela Câmara ficou muito aquém e só seguem na prestação de serviço porque “acreditam no reequilíbrio” futuro. Apontou que as empresas do Consórcio fizeram empréstimos, entre abril/2020 a março/2021, na ordem de 37 milhões, apenas de empréstimos, “dinheiro novo”, que foi injetado no sistema para que ele “pare em pé”. Vários itens foram deixados de ser pagos com a mesma dinâmica de antes da pandemia, por exemplo, compravam diesel com prazo de 7 dias, conseguiram alongar para 60 dias. Acabou se formou uma “bola de neve”, que está “atropelando” o consórcio. Dos 17 milhões aprovados pela Câmara, foram pagos 5 milhões iniciais e 2 milhões por mês. Relata gastos de 1,8 milhão só de folha de pagamento por mês (valor global, está incluso os motoristas, mas não é apenas referente a essa categoria profissional). Antes da pandemia, faturaram na casa de 11 a 12 milhões/mês e passaram a faturar 4 a 5 milhões/mês durante a pandemia. Mesmo com essa receita, não foi possível remunerar de acordo com o contrato. Relatou que o balanço de todas as empresas são auditadas anualmente, protocolam o balanço trimestral na TRANSERP e na Sec. de Administração, de acordo com a TAC de 2013, determinado por um professor de Ribeirão Preto (André Lucirton) que deu suporte a uma decisão do Ministério Público. Usou Uberlândia como exemplo para relatar que a cidade está com um subsídio direto de 4,2 milhões/mês. Respondeu que o aporte dos estudantes foi pago cerca de 20 mil reais/mês durante a pandemia, e quando havia aulas presenciais (pré pandemia) o valor era de 800 mil a 1 milhão de reais/mês (referente aos alunos do estado e do município). A Prefeitura subsidia os estudantes e não o Consórcio, sendo que se os estudantes não foram transportados, esse valor não chega ao Consórcio. Existe uma auditoria mensal da TRANSERP antes de efetuar o pagamento para a ProUrbano. Os 20 mil reais/mês, mesmo durante a pandemia, corresponde ao uso de alunos que continuaram tendo aula, que seguiram usando o Transporte, como algumas escolas particulares. Não



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

soube falar sobre os itens de adequações sanitárias previstas no Decreto Municipal. Disse que preza muito os colaboradores e os passageiros. Disse que desde o início foi priorizada a higienização dos Ônibus na garagem (passou de uma para duas vezes ao dia), estão fazendo higienização nos terminais, em especial nos terminais que ficam no meio do caminho para os Polos covid-19; aumentaram a frequência de reposição de sabão; disponibilização álcool em gel para os motoristas; avaliam temperatura dos motoristas antes de iniciarem o trabalho; colocaram informativos sobre medidas sanitárias. Disse que os passageiros têm ficado mais quietos durante as viagens de Ônibus, creditada a uma forma de conscientização dos usuários do transporte público e, por isso, acredita que o transporte não seja uma via de propagação da covid-19. Ainda mais porque fazem a higienização nos terminais com um produto específico. Relatou não ter recebido benefício fiscal durante a Pandemia de nenhum ente federado. Disse que receberam benefícios pelas Medidas Provisórias. Acredita que qualquer empresa tenha recebido esse tipo de benefício, da implantação de medidas Provisórias dentro da empresa. Sr. José Mauro (TRANSERP): mencionou que a frota de ônibus está em 100%, como no período de antes da pandemia. Disse que os ônibus estão muito mais vazios e o número de reclamações pelo 0800, em termos de média, era de 12 em 2020 e hoje caiu para 5. Esse foi o reflexo do aumento da frota, ocorrido após a promulgação da nova lei. Disse que acompanha diariamente a demanda /número de passageiros, ampliação de horários, e outros itens, por meio do controle feito no Centro Operacional, com o GPS. Relatou o percurso percorrido para a TRANSERP ter chegado ao valor de 38 milhões de déficit da ProUrbano (fizeram revisão do contrato de 2016 e foram atualizando o valor do km rodado - combustível, aquisição de veículo, salário de motorista), ano a ano, até chegar em 2021, com o valor de R\$5,0735/km rodado (não considera custo de garagem, depreciação). Relatou ser a única forma de fazer porque é “algo mais fácil de fazer, de alguém olhar e ver que era aquilo realmente o custo de operação”. Antes do aporte (17 milhões), o que existia era o pagamento do subsídio aos estudantes. Trata-se de uma Lei estadual, que é o pagamento do transporte de alunos da rede pública municipal e estadual, ele é pago mensalmente pelo uso (reforçou que não é um aporte, mas sim um subsídio e que são coisas diferentes). Sobre as adequações da frota, relatou que aconteceram desde o início da pandemia, de acordo com a demanda, sendo que essa alteração é dinâmica e variam dentro da própria semana (exemplificou com a demanda da segunda-feira, que é maior que a de sexta-feira). Após a aprovação da Lei Municipal (limite de 60% de lotação), foram feitas adequações para que a mesma fosse cumprida. No pico da manhã opera com 100% da frota, entre picos com 76% e pico da tarde com 89%. À medida que a demanda foi aumentando, independentemente da Lei, ela já vinha adequando a frota, de acordo com o registro de reclamações (0800) e a avaliação de procedência da denúncia. Acredita que haverá a necessidade de haver aumento da frota com o retorno das aulas presenciais. O “termômetro” da TRANSERP é a fiscalização feita por conta própria e os chamados recebidos pelo 0800. Mencionou que é o motorista quem deve fazer o controle do número de embarque de passageiros até os 60% estabelecidos pela Lei e a demanda é medida em cada viagem e em cada sentido do trajeto, por meio desses parâmetros é possível avaliar e fazer as correções. Sobre as infrações aplicadas ao ProUrbano, relata que estas vêm sendo aplicadas ao Consórcio desde 2017, em um número razoável. O Consórcio pode recorrer, caso ocorra, existe uma Comissão para fazer o

julgamento de cada multa aplicada. Todo esse processo é feito regularmente. Tem a fiscalização feita pelo CCO (interna) e os fiscais de rua. Ampliou a quantidade de fiscais no mês de julho/2021. Quando a infração é sanada, não se aplica penalidades. Quando não se regulariza, a TRANSERP aplica penalidade de acordo com o decreto 319, que contém todas as penalidades operacionais do serviço. No ano de 2021, foram 334 atuações, das mais variadas formas: não soube dizer o motivo das autuações. Dependendo da gravidade da infração cometida, a TRANSERP aciona o Consórcio para sanar o problema. Dependendo da gravidade, já é feita a atuação direta, independente de sanar. As 334 atuações foram feitas porque os problemas não foram sanados. Mencionou o Previne Ribeirão: campanha lançada no mês de julho/2021, conta com a participação da TRANSERP, do ProUrbano, do Fundo Social e da Secretaria da Saúde. Foram distribuídos Kits com máscara e álcool em gel (de bolso, pequeno e com a possibilidade de ser recarregado). Fizeram essa campanha na Estação Praça das Bandeiras (15/julho) e no Terminal Evangelina (23/julho - voltada aos motoristas); no Terminal HC (30/julho). A intenção é fazer uma atividade dessa campanha semanalmente, nos principais terminais e pontos. Alegou que não colocaram *dispenser* de álcool em gel dentro dos ônibus para os usuários por ser inflamável e haver perigo devido ao calor do motor. Por fim, disse que as linhas de transporte não foram alteradas durante a pandemia. Adriana (Sec. Administração): relata que não houve "verba covid-19" destinada para o transporte, nem vindas do ente estadual e nem federal. Explica que como diminui a quantidade de passageiros, o repasse contratual para o PróUrbano também diminuiu. Chegou a operar com 80% da frota, transportando 40% de passageiros (mesma fala que o Gustavo, da ProUrbano). Diz que é "aí que a conta não fechava". Foi feito o levantamento do prejuízo da Pró Urbano e, por uma cláusula contratual que previa o repasse (de até 17 milhões), fizeram o PL aprovado pela Câmara, para compensar as perdas por conta da covid-19 (reforça o deficit ser apenas por conta da pandemia). Porém, afirma que a perda foi maior de 17 milhões, pois a prestação do serviço da Pró Urbano continuou sendo feita "sem déficit algum", prestando o mesmo serviço, com um número de passageiros muito reduzido. Acredita que seja um problema nacional, a questão do déficit orçamentário no transporte público. Não soube mencionar a Lei, mas alega que mais de 15 cidades do porte de Ribeirão já haviam feito aportes, via legislativo ou administrativo, para as empresas que prestavam serviço para o transporte público. Não houve outro repasse da Prefeitura, fora os 17 milhões. O PróUrbano havia feito um "release" de onde precisavam aplicar urgentemente os 17 milhões, sendo que o apurado de déficit orçamentário entre prestação de serviço e transporte de usuário, era por volta de 40 milhões. Relatou que o Pró Urbano recebe 11 milhões da Prefeitura por mês, contratualmente, entre os benefícios que constam no contrato, de isenção de estudantes, e "vários outros". De março/2020 para o presente momento, relatou que o repasse da Prefeitura começou a decrescer, chegaram a receber até 2 milhões, e continuaram colocando o transporte na rua. Diz que fizeram uma apuração minuciosa, que está no Processo, na Secretaria de Administração, tem um aval contábil para isso e "não são 17, são 40 (milhões)", seria para pagar combustível, folha de pagamento que estava atrasada, entre outros. Relatou que o contrato perdeu um reequilíbrio econômico e financeiro de 5 em 5 anos e vão propor este estudo do reequilíbrio para conseguir fechar a conta do transporte público. Por fim, colocou as contas apresentadas pelo ProUrbano à disposição dos vereadores, por ser um processo administrativo. Sr. Marcelo (SEETURP): relatou que o Sindicato entrou na justiça para solicitar as mínimas condições de trabalho:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

máscara, álcool em gel. As empresas forneceram e fornecem, até o presente momento, deu crédito dessa ação para o sindicato. Disse que quando há lotação no transporte, pedem para colocar um carro extra na rua. Por fim, comentou que tiveram mais de 50 casos de covid-19 e 5 óbitos (3 motoristas e 2 funcionários internos) e que não houve testagem em massa para covid-19 dos motoristas. Os documentos deliberados a partir dessa oitiva foram: ofício para Secretaria de Administração, para solicitar a prestação de contas do período março/2020 até março/2021 (em CD ou mídia digital), enviados pelo Pró Urbano e pela Transerp. Ofício para a Transerp solicitando informações sobre a aplicação de infração ao Consórcio Pró Urbano durante o período de pandemia, considerando tanto a fiscalização interna quanto externa, levando em conta também o Decreto 319/2012, especificando os motivos e explicando se as situações foram sanadas após a aplicação da infração. Ofício para o ProUrbano e para a Transerp solicitando informações quanto às medidas previstas no Decreto 163/2020: quais foram adotadas, a partir de qual data (aproximadamente) e até quando perduraram.

Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/j4ocxnfQJWU>

10/08/2021 - A QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 10 DE AGOSTO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA - A quarta reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 10 de agosto de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Lincoln Fernandes e Jean Corauci. Justificaram ausência os Edis: Marcos Papa, Duda Hidalgo. Também estiveram presentes: João, assessor da Vereadora Duda, Fernanda Bergamini, assessora do vereador Zerbinato; João Paulo, representante do Comitê e Thiago Scatena, assessor do Coletivo Popular Judeti Zilli. E as convidadas: Sra. Renata Corrêa Gregolfo, Secretaria Municipal de Assistência Social, e a Sra. Crisangela Carloto Barros Araújo, Diretora do Departamento de Proteção Básica. A participação da sociedade civil relacionada a esse tema se deu no dia 27 de julho e seguiu aberta para manifestações pelas redes sociais, canal no YouTube e por meio de contato com as assessorias. O assunto da reunião foi o trabalho realizado pela Assistência Social, retomando as questões abordadas anteriormente, como segurança alimentar, e outras novas relacionadas às políticas públicas e às verbas desta pasta para o enfrentamento da pandemia de covid-19. O Presidente da CEE inicia a reunião passando a palavra aos demais membros, para suas considerações iniciais e para que as convidadas façam uma breve apresentação. A oitiva foi iniciada pela Sra. Renata, que trouxe uma apresentação (ANEXO VII) para ser compartilhadas com os demais membros da CEE, na qual foi possível extrair as seguintes informações: sobre as condições de trabalho durante o período de pandemia, ressaltou que os serviços não foram interrompidos, mesmo que alguns tenham passado a ser executados de forma remota. Obedeceram todos os critérios estabelecidos pelos Decretos Municipais. Foi feita uma contratação emergencial de educadores, para poder atender as demandas emergenciais da pandemia e distribuíram EPI e álcool em gel para seus servidores. Comentou sobre o quantitativo de inscritos no CadÚnico (85.173 indivíduos e 34.340 famílias). Mencionou os

recortes em termos de benefícios: BPC para idosos (5.503), deficientes (4.768); Bolsa Família (13.992 pessoas). Tem um quantitativo de agendamento mensal que gira em torno de 1200/mês. Por se tratar de um cadastro Federal, dependem da periodicidade do próprio Governo Federal para atualizar os dados, inclusive para poder utilizá-lo em outros benefícios, como foi o caso do Acolhe Ribeirão. Sobre as pessoas em situação de rua, apresentou uma linha do tempo: 30/04/2020 transformaram o Complexo CETREM em Polo covid-19, as 80 vagas foram destinadas para pessoas sintomática e assintomáticas aguardando resultado (32 vagas) e com teste positivado (48 vagas). Nessa data também foi implantado o Acolhimento Emergencial masculino, com 130 vagas, na Cava do Bosque, que perdurou até 15/10/2020. Esse último serviço foi transferido para Rua Capitão Salomão, onde funcionou até 17/03/2021. 27/05/2020 - foi feita a implantação do acolhimento feminino no Centro Pop (na Rua Casa Branca - Vila Elisa), com 10 vagas. 01/08/2021 - ocorreu a transferência de acolhimento de longa permanência masculino para a Rua João Clapp, onde permanece até o momento da reunião, com oferta de 40 vagas. 08/09/2020 - foi feita a contratação de 16 educadores em caráter emergencial, mencionado anteriormente. Permanece em vigência no momento da oitiva. 10/09/2020 - foi feita a implantação do Acolhimento Feminino na pensão, gerando 50 vagas, ficou em vigor até 05/02/2021 e foi transferido para o Projeto Mudando Vidas (12 vagas), na Rua Dra. Nadir Aguiar, onde se encontrava no momento da oitiva. 17/03/2021 - foi feita a retomada do Acolhimento de Curta Permanência, masculino e feminino, no Complexo CETREM, com 130 vagas (Rua Mogi Mirim, 45; Caçapava, 88 e Mirassol, 155 - Salgado Filho I), onde permanecia até o dia da oitiva. 29/03/2021 - transferência do Centro Pop para o atual local, na Capitão Salomão, local onde foi implantado o acolhimento para períodos de frio. Acolhe 40 pessoas durante o dia e bateram um recorde de 120 pessoas durante a frente fria, que passaram o dia todo no Centro Pop. 01/04/2021 - implantação do Acolhimento de Curta Permanência da Irmã Dulce. 01/05/2021 - o serviço de República passou a atender 40 pessoas do gênero masculino na Visconde do Rio Branco, onde permanecia até o momento da oitiva. Também relata a distribuição de máscaras, tanto nos espaços de acolhimento como nos serviços de abordagem. Houve ampliação da equipe de protetores, contratação de alimentação pronta para o acolhimento emergencial, entrega de kits de higiene, intensificação dos serviços de abordagem, aumento de carros para quatro no serviço de abordagem para fazer rondas, em especial em períodos de tempo frio. Houve flexibilização dos critérios de acolhimento, para que as pessoas pudessem ser acolhidas de qualquer maneira, visando a segurança dessa população. Fizeram uma articulação com a Secretaria Municipal da Saúde para vacinar a população com a vacina da Janssen, de dose única, na última contagem estavam na ordem de 700 pessoas. Sobre os recursos, a maior parte foi municipal (12 milhões), seguido do Federal (9 milhões) e Estadual (345 mil). Apresentaram as Despesas Liquidadas até 31/07/2021, advindas de recursos Federais, sendo que a maior parte foi para cestas básicas (3 milhões), Acolhimentos (1,1 milhão), Folha de Pagamento (739 mil), Educadores sociais (653 mil), Alimentação Preparada (538 mil), Gêneros Alimentícios (347 mil), Vagas em pensão (107 mil), Colchões e roupa de cama (82 mil), outros (81 mil), EPI (67 mil) e Reforma no telhado do CETREM (45 mil). As despesas pagas com recursos estaduais, no mesmo período, teve a maior destinação para Subvenção OSCs Idosos (32,5 mil). Já os recursos Municipais foram destinados para o Programa Acolhe Ribeirão (2,2 milhões), seguido de Cestas Básicas (377 mil), Sepultamentos assistenciais



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

(28,5 mil), EPI (5,8 mil) e Gêneros Alimentícios (518 reais). Implantação de uma Central de Atendimento e Cadastro Emergencial (CACEM) teve seu início em 01/03/2021, para atender de forma emergencial as pessoas que estavam em busca de cestas básicas, para desafogar os CRAS, sendo implementado o 0800 (PABX com 10 esperadas) em 21/04 e em 28/04 deram início no trabalho de busca ativa (relatório de ligações que não foram atendidas - a partir de um ranking dos números de telefones que mais tentaram contato e não conseguiram ser atendidos). Tiveram um aumento no número de ligações e no fornecimento de cestas básicas nos meses de maio e junho, devido a implantação do 0800, havendo um aquecimento nesses números em julho devido ao roubo de cabeamento da rede, no qual ficaram do dia 14 a 20/07 sem receber ligações ou pedidos. Usaram esse tempo para fazer o trabalho de Busca ativa, mencionado anteriormente. Apresentaram um relatório de Cestas Básicas arrecadadas/doadas, entre 23/03/2020 a 09/08/2021, num total de 76.583 cestas (36.964 foram compradas pela SEMAS). Desses, foram entregues 73.405 (dessas 5.263 foram entregues pelo Programa NutriAção, que atende 25 favelas), no mesmo período. Relatou que, em relação aos Conselhos Tutelares, houve fornecimento de celular com chip para todos os conselheiros em 2020, instalação de placas de acrílico nas recepções, fornecimento de EPI e totens de álcool gel. Foram executados em 2020 um orçamento de 1,2 milhões de reais com os três conselhos tutelares (200 mil a menos que no ano de 2019). Em relação às perguntas feitas pelo Vereador Zerbinato e os assessores presentes, a Sra. Renata complementou com os seguintes dados: mencionou que um dos objetivos do NutriAção é auxiliar as comunidades a acessarem os benefícios da alimentação. Tem previsão de iniciar ao final de agosto a visita às comunidades por meio de um ônibus da SEMAS (SEMAS Móvel), que tem o objetivo de estreitar as relações e compreender as necessidades dessa população, contando com parcerias de lideranças comunitárias. A população em situação de rua tem acesso à alimentação por meio dos espaços de Acolhimento, onde também são oferecidos outros serviços de Assistência Social com vistas à restauração de sua autonomia. O Projeto NutriAção, tem parceria com empresas privadas, Fundo Social e CEAGESP. Acessa as 25 comunidades por meio de suas lideranças desde fevereiro/2021, a princípio para abordar a questão da segurança alimentar e disse que agora estão ampliando os quesitos da assistência social. Disse que estão abertos para receber pedidos de outras comunidades e que muitos já fazem o acesso de sua referência territorial (CRAS). Trata-se de um projeto considerado como "ampliador" do CACEM e do Cadastro, não sendo um projeto que visa atender todas as comunidades. Na data da oitiva tinham 7 comunidades na lista de espera para receber os serviços do NutriAção, apesar de esta não ser a única fonte de concessão de cestas básicas, menciona os CRAS e o CACEM como alternativas. Reafirma que o SEMAS Móvel seria um sistema piloto de cooperação junto às 25 comunidades. Relata que desconhece outras cidades do porte de Ribeirão Preto que tenham feito um trabalho de entrega de cestas como Ribeirão. Disse que recebeu visitas de outros municípios em busca de informações sobre a organização de Ribeirão e relata que o grande diferencial é a parceria com lideranças comunitárias, para estreitar a relação com o executivo. Relata que estavam aquém em relação à NOB-RH do SUAS e quando veio a pandemia esse déficit foi potencializado, sendo agravado pela portaria do Governo Federal que impedia de onerar a folha. Tiveram que fazer diversas estratégias sendo que alguns servidores "trabalharam por duas, por três" pessoas. Ribeirão Preto tem três CREAS, três

Núcleos especializados (Mulher, Idosos e Adolescentes em conflito com a Lei), sete CRAS e com a intenção de chegar a dez CRAS ainda nessa gestão. Não forneceram alimentação na rua para as pessoas em situação de rua, pois um dos objetivos da SEMAS é acolher essa população nos serviços de acolhimento. Em complementação a apresentação feita pela Sra. Renata e em relação às perguntas feitas pelo Vereador Zerbinato e os assessores presentes, a Sra. Crisangela trouxe as seguintes informações: explicou que a CACEM veio especificamente para ampliar o atendimento à população durante a pandemia e respeita todas as normativas, sendo considerado um benefício eventual (não contínuo). A regulamentação do CACEM passou pelo Conselho Municipal da Assistência Social, inclusive para deliberação sobre os critérios de acesso ao benefício. Relata que precisam trabalhar a desconstrução da necessidade dessa assistência, dada a sua eventualidade. Comenta que o aumento da demanda no CACEM em maio e junho também se deveu as medidas mais restritivas que estavam sendo tomadas em relação à pandemia. Essa demanda oscila à medida que as medidas são relaxadas e a população consegue alguma fonte de renda. Relata que o serviço de entrega de cestas básicas partiu de um sistema único de solicitação, ou seja, todos os serviços de assistência social, educação e terceiros que entregam cestas básicas. Nesse sistema tem todo o histórico de recebimento de cestas. A não ser que haja um atraso na alimentação do sistema com informações sobre o recebimento das cestas, não ocorre duplicidade. A Busca Ativa é feito pelo atendimento técnico, que pode resultar no encaminhamento para o Cadastro Único, se a pessoa não tem conhecimento ou acesso a telefone ou internet, ela precisa buscar atendimento, sendo que o Cadastro é centralizado em Ribeirão e disse estar em vias de descentralizá-lo, sendo a expectativa de instalação é de novembro/2021. Explicou que todos os alimentos comprados ou doados é feito no Banco de Alimentos, coordenado hoje por duas nutricionistas. Trata-se de uma logística complexa e diz saber de casos de pessoas que fizeram reclamações de alimentos vencidos após 45 dias de terem retirado a cesta, afirma desconhecer a saída de alimentos com prazo vencido do Banco de Alimentos. Comentou sobre o CACEM ter sido uma excelente estratégia de entrega pontual de cestas básicas durante o período pandêmico, porém receia a perpetuação desse modelo por perder a capacidade de acompanhamento das questões sociais, repensar outros benefícios que pode ser solicitado, ou inclusão produtiva. O SEMAS Móvel também viria nesse sentido, de ampliar o olhar da assistência social sobre outras questões sociais. Relata que está sendo implementado desde o ano passado a Vigilância Socioassistencial ([link enviado durante a reunião: http://www.vigilanciasuas.ribeirao.br/](http://www.vigilanciasuas.ribeirao.br/)), com disponibilização de uma plataforma para todos os serviços, que fazem atendimento à pessoa em situação de rua, alimentarem. O sistema está parametrizado para funcionar, mas precisa de ajustes de acesso e de equipamentos. Ele vai fazer o monitoramento das pessoas em situação de rua em relação aos locais de passagem, benefícios recebidos. No presente mês será iniciado os prontuários eletrônicos dos CRAS. Diz que as comunidades/favelas sem lideranças são mais difíceis de serem acessadas pela SEMAS por diversas questões: de habitação, planejamento, segurança. Tanto a testagem quanto a vacinação para os servidores e as pessoas em situação de rua foram feitas de acordo com as normativas da Secretaria de Saúde. Outras informações trazidas durante a reunião foram: Thiago Scatena mencionou o PLHIS: 89 comunidades, com quase 50 mil pessoas. João Paulo, do Comitê de enfrentamento a Pandemia: relatou que as comunidades menores e sem lideranças não estão recebendo



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

atendimento da SEMAS e não têm o mínimo para se proteger da pandemia, como as máscaras. Dário menciona sobre a cobertura dos CRAS para referenciar até 5 mil famílias e que isso contribui para que durante um período de pandemia os recursos humanos tenham que ser concentrados para atender telefone, com congestionamento das linhas, para alinhar a distribuição de cestas básicas. No entanto, a Política de Assistência Social é mais ampla. Trata-se de uma desorganização histórica do município. Questiona, para além da pandemia, qual seria a falta de estrutura de recursos humanos que deveriam ser enfrentados. Perguntas sem respostas ou sem respostas suficientes: existiu algum controle sobre o número de pessoas que ficaram sem receber qualquer tipo de benefício. Como é feita a busca ativa de pessoas que não chegam até os serviços (CRAS, CREAS, Núcleos especializados, CACEM, espaços de acolhimento) de assistência social? Base censitária da população em situação de rua: tem ou tem previsão orçamentária para fazer? Documentos deliberados: Ofício: número de pessoas em situação de rua estão sendo atendidas nos espaços de acolhimento; e números de vagas nos acolhimento reservadas para pessoas com suspeita ou diagnóstico de covid-19; solicitação para conhecer o SEMAS Móvel.

Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/Rw8RrmMwZ1E>

17/08/2021 – A QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 17 DE AGOSTO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI A EDUCACÃO MUNICIPAL DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO; SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA CÂMARA DO RETORNO AS AULAS - A quinta reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 17 de agosto de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Duda Hidalgo, Lincoln Fernandes. Justificaram ausência os Edis: Marcos Papa e Jean Corauchi. Também estiveram presentes o Vereador André Rodini; Vereadora Judeti Zilli (Coletivo Popular); Fernanda Bergamini (assessoria Zerbinato); Dário Teófilo (assessoria Marcos Papa); João Paulo (Comitê de Enfrentamento e Combate à Pandemia) e Ana Laura (professora). Os convidados presentes foram: o Secretário Municipal da Educação: Sr. Felipe Elias Miguel; a Coordenadora da Diretoria Seccional de Educação do Sindicato dos Servidores Municipais: Sra. Cristiane Gonçalves; a Comissão Especial de Estudos do Retorno as aulas: que já estaria representada pela Vereadora Duda, presidente da CEE; e o Presidente do Conselho Municipal de Educação: Sr. Márcio da Silva. O assunto da reunião foi a condução da educação municipal durante o período de pandemia de covid-19, no que se refere: às políticas públicas de acesso ao ensino; à alimentação dos escolares; às verbas para esta pasta; à vacinação dos trabalhadores da educação; e as questões sanitárias para o retorno seguro às aulas. Antes de iniciar a pauta da reunião, o Vereador Zerbinato coloca em votação a participação, de forma institucional, do Comitê de Combate e Enfrentamento à Pandemia, que foi aprovado. O Vereador Zerbinato ainda fez uma breve introdução ao tema da oitiva, mencionando os inúmeros debates na Casa de Leis e na sociedade como um todo, por se tratar de um tema de extrema relevância e que essa CEE não poderia deixar de abordar. Relata que após 16 meses de escolas fechadas, menos de dez estados começaram a retomar as aulas presenciais. O

Ministério da Educação não havia feito, até a presente data, um levantamento nacional sobre o impacto do isolamento no aprendizado dos estudantes. Mencionou os dados do IBGE: apenas 6,6% das escolas públicas forneceram internet em domicílio, de forma gratuita ou subsidiada, para seus alunos. No ano de 2020, apenas 2% das escolas municipais, que concentram o maior número de estudantes, garantiram a internet aos seus alunos. Tais questões impactam majoritariamente os extratos mais pobres da sociedade e aprofundam as desigualdades estruturais. Mencionou os impactos negativo de se manter as crianças e adolescentes longe do convívio escolar (aumento da exposição a violência doméstica; trabalho infantil; maior risco de evasão escolar; aumento de transtornos psicológicos). Ponderou que a exposição direta dos estudantes e trabalhadores da educação, e indiretamente de seus respectivos familiares, aos riscos de contrair covid-19, ter complicações ou vir a óbito, também precisa ser contabilizada. Segundo o Ministério da Saúde, até o dia 05 de agosto, 20% dos 3,2 milhões dos profissionais da educação básica haviam completado o ciclo vacinal, o que representa 671 mil professores que receberam as duas doses ou a dose única, no caso da vacina da Janssen. No Município não há como afirmar sobre a porcentagem de professores completamente imunizados, pois o Governo segue em falta com a transparência aos dados da vacinação. No momento da reunião, o retorno às aulas em Ribeirão Preto encontrava-se como pauta na instância judicial. Após a apresentação inicial, o Vereador Zerbinato passou a palavra para as considerações iniciais dos Edis e convidados. O Sr. Felipe Elias Miguel: iniciou respondendo às perguntas do Vereador Zerbinato. Disse que receberam do Governo Federal, exclusivamente, R\$651.628,00 (seiscentos e cinquenta e um mil seiscentos e vinte e oito reais). Trata-se de um recurso que foi para a Secretaria Municipal da Saúde, direcionado para a educação. Desse montante, foram empenhado cerca de 545 mil reais e foram utilizados até o momento, de grosso modo, para a aquisição de EPI, álcool em gel e produtos de limpeza. O restante deve ser empenhado nos próximos dias, seguindo a definição do calendário de volta às aulas. Sobre as adequações prediais, relatou sobre a regularização das escolas em relação ao AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), em maio/2019 haviam sete unidades regularizadas. Atualmente têm 86 AVCB. Em 2020 fizeram investimentos de 8 milhões de reais, que foram utilizados nas manutenções. Em 2021 têm cerca de 10 milhões de reais empenhados, relata que boa parte está gasta, e que deve ser o ano com o maior investimento com manutenção nas escolas nos últimos oito anos. Sobre o acesso ao ensino remoto, fizeram a aquisição de cerca de 23 mil chips para os alunos do ensino fundamental. Não fizeram para alunos de educação infantil devido às definições dos Conselhos Municipal e Nacional de Educação, na qual não existiria um ensino remoto para crianças em fase pré-escolar. Fizeram a licitação com recursos do ensino fundamental. Ativaram cerca de 5 mil chips, referente ao quantitativo de alunos que os retiraram junto a Secretaria. A análise do Secretário é que esse montante ficou adequado. Relata que as escolas entraram em contato com as famílias por meio dos grupos de whatsapp, noticiaram pela imprensa e grandes mídias sobre o fornecimento dos chips. Foi disponibilizado um cadastro prévio no site da Secretaria de Educação e diretamente nas Unidades escolares. Essa disponibilização foi iniciada em março ou abril/2021. Acredita que esses chips serão mantidos pela Prefeitura mesmo após o retorno presencial às aulas, como forma de reparo a tudo que foi perdido pelos alunos durante a pandemia. Em relação às colocações feitas pela Professora Ana Laura, relata que os recursos dos Chips vieram carimbados para uso no ensino fundamental. Na educação infantil, os professores têm disponibilizado as atividades, encaminhadas aos pais, utilizando recursos próprios para fazer o acesso à internet. Aqueles que não dispõem de internet em suas residências, podem contar com a infraestrutura da unidade escolar. Sobre a alimentação escolar, em 2020 fizeram a distribuição de cestas



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

básicas em abril, em seguida fizeram duas sequências de kits, mas essa estratégia "não se mostrou muito interessante para as famílias". Explica que receberam um valor do governo federal, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e o município faz um aporte adicional. Esse aporte adicional não entra nos recursos da educação exatamente. Relata que o valor per capita dos Kits era baixo e dessa forma não foi possível comprar uma quantidade de alimentos muito significativa. Relata que não poderiam disponibilizar cestas básicas, pois isso caracterizaria um "assistencialismo" e alguns itens da cesta não são permitidos na alimentação escolar, como café, bolacha recheada e açúcar. Por isso foi feito um Kit menor e direcionado para famílias que necessitavam, que não era uma situação unânime entre os alunos. Em 2021 a decisão foi pela distribuição de marmitech diretamente nas unidades escolares. Essa iniciativa só foi viabilizada pela aprovação de um Projeto de Lei na Câmara que extinguiu os cargos vagos de cozinheiro, o que possibilitou a formulação de um contrato com cerca de 120/130 cozinheiros, que foram as pessoas que iniciaram esse trabalho nas escolas polo (36 escolas - todas as EMEF e outras que atendem por solicitação dos Coletivos da Câmara). Os cardápios são feitos pelas nutricionistas, os alimentos são adquiridos pela Prefeitura, parte vem da agricultura familiar (Fazenda da Barra, Assentamento Mário Lago), parte vem de fornecedores em geral, fizeram a aquisição de embalagens, os agentes escolares se organizaram para atender as famílias das 11 às 13h. Distribuíram cerca de 860 mil refeições para os alunos, contam com um cadastro de cerca de 12 mil alunos cadastrados, que é o quantitativo em média do número de marmitas retiradas diariamente. Trata-se de um programa em vigência no momento da oitiva e que não parou no recesso escolar. Tem recebido aportes adicionais do município para garantir a sua continuidade até a volta às aulas. Não se sabe se continuará caso o ensino passe para o formato híbrido, em razão do cumprimento dos protocolos sanitários nas escolas (entrada de outras pessoas na escola). Em 2020 foram feitas capacitações e formações para o ensino remoto por meio da plataforma de TDC (Trabalho Docente Coletivo), contando como parte da hora de trabalho dos professores. Em 2021 foram inseridos nessa plataforma os protocolos elaborados pela equipe médica de infectologistas e pela vigilância em saúde. Trata-se de uma plataforma de uso obrigatório para os professores e para as equipes gestoras. Relata parcerias com a Universidade de São Paulo para fazer formação dos professores envolvendo as questões emocionais, decorrentes da pandemia. Relata haver uma psicóloga na sede da Secretaria que tem feito um trabalho de apoio. Na volta às aulas, diz que será oferecido o cuidado de saúde mental, mas ainda não sabe sobre o modelo que será utilizado. Em seguida, respondeu às perguntas do Coletivo Popular, feitas pela vereadora Judeti Zilli, dizendo que concorda com as falas da vereadora em relação às dificuldades de trabalho dos professores no ano de 2020. Também concordou que não se pode colocar a culpa nos professores sobre o não retorno às aulas presenciais, porém direcionou sua fala para o sindicato, como entidade de classe que está dificultando e colocando empecilhos para esse retorno. Sobre os recursos economizados do PNAE em 2020, quando não foram distribuídas refeições aos alunos, restou um pouco mais de 2 milhões de reais, saldos de depósitos posterior ao momento em que foi feito o pedido de fornecimento de kits para os alunos. Em 31/12/2020 venceu a ata de registro de preços do kit de alimentação escolar que haviam feito a aquisição. Fizeram uma consulta ao jurídico da Secretaria, e foram informados que não poderiam mais utilizar esse recurso naquela ata de registro de preços. Esse recurso ficou reservado para outras ações e diante do cenário acabaram optando pela alimentação entre nas escolas para os alunos que efetivamente precisaram. Sobre os recursos destinados no mês de julho, de cerca de 17 a 25 mil para

fazerem as devidas adequações sanitárias, comenta que havia um Protocolo Sanitário para as escolas construído por um Comitê intersetorial de quase 20 pessoas, que envolveu as secretarias municipais, Ministério Público, APROFERP, Sindicato dos Servidores, entre outros. Esse Protocolo foi utilizado pelas gestores das escolas na organização das unidades escolares. Com a ação impetrada pelo Sindicato dos Servidores, dentre as reivindicações estava a revisão do protocolo e definição de critérios objetivos para o retorno, foi necessário reavaliar o protocolo e adequá-lo. Mencionou que o novo protocolo sairia no Diário Oficial do presente dia e que os repasses de verbas feitos são adicionais e essa decisão foi tomada há 45 dias, sendo a quantia repassada proporcional ao tamanho das escolas, mas algumas escolas receberam valor maior de 25 mil, devido a detecção de situações que precisam de maior apporte para ser sanado. Mencionou uma escola que irá receber 61 mil reais para a adequação após novo protocolo. Diz que a Secretaria não ficou um ano e meio sem fazer nada, estavam atuando em relação ao protocolo anterior. Diz ser favorável à descentralização dos recursos, relata que por ele distribuiria mais recursos para as unidades escolares aplicarem diretamente nas escolas, menciona com o exemplo o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) Federal e Estadual, que acredita ser mais vantajoso por ser um recurso no qual a própria comunidade escolar decide onde aplicar a fiscalização ocorre in loco. Refere que o órgão jurídico da Prefeitura, a Procuradoria, tem ressalvas em relação ao repasse de maiores valores para as escolas. Sobre as questões feitas pela Vereadora Duda, foi respondido que não há um plano municipal de testagem em massa para o retorno às aulas. Relata que essa questão foi refutada pelos médicos dada a possibilidade de "contaminação no segundo seguente em que a pessoa é testada", ressaltando que não faria sentido do ponto de vista científico. Relata a testagem feita em março/2021, que gerou mais confusão do que benefícios. Refere que no retorno às aulas todos os professores estarão devidamente vacinados e estão aptos a usar os equipamentos de proteção de forma correta. Considera traumático e violento testar as crianças de forma rotineira. Refere que irão trabalhar com uma abordagem de mitigação da transmissão e não com testagem em massa. Sobre a educação especial, disse que foi mantido o suporte aos professores e às famílias, relatou que a equipe de profissionais para acompanhamento dessa demanda está completa. Os centros especializados, no qual a Secretaria tem convênios, estão aptos a funcionar e não foram alvos de judicialização. Acredita que seguiram com suas atividades normalmente. Não foi tratado pela Secretaria a necessidade de recursos extras para a educação especial. Sobre os profissionais que se recusaram a ser vacinados foram feitas reuniões com o Sindicato e com a Medicina do Trabalho. Relatou haver cerca de 50 professores que não tomaram a primeira dose, parte por questões religiosas, parte por questões pessoais e uma pequena fração por estarem doentes ou com sintomas no momento da vacinação e ainda não fizeram agendamento. Essa questão será tratada no âmbito do governo, da prefeitura, sobre o que será feito para não colocar em risco os demais profissionais e nem as crianças, e também não "premiar esses profissionais de forma que não exerçam suas atividades", sendo necessário encontrar algum caminho dentro da legalidade. Sobre as equipes de limpeza, a empresa que exerce essa função nas escolas fez a capacitação dos cerca de 98 funcionários e o foco será a higienização das superfícies de maior contato, com grande potencial de transmissão do vírus. Esse contrato vencerá em dezembro/2021 e pretende contratar mais pessoas para realizar a limpeza das unidades escolares. Sobre os profissionais de apoio, refere que foram colocados cerca de 330 profissionais, os quais ficaram pouco mais de um mês e foram bem avaliados pelos gestores e professores. Afirma que essa estratégia será mantida. Sobre o retorno às aulas, caso haja situações de adoecimento por covid-19 nas turmas, refere muita tranquilidade, sabe que essa situação pode ocorrer, uma vez que a pandemia não foi encerrada e o ambiente escolar não é o único



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

frequentado pelas pessoas. Acredita que dado o retorno das atividades pelo restante da sociedade, acredita que a escola "não será o grande veículo que vai mudar o cenário pandêmico de Ribeirão Preto". A Secretaria da Saúde definiu protocolos sobre testagem de sintomáticos e afastamento dos suspeitos ou positivados por 10 dias e de 14 dias para aqueles que tiveram contato com o caso. A Secretaria da Educação dará seguimento, nesses casos, de forma remota, sendo utilizados os 18 mil chips que têm à disposição, que podem ser ativados no momento que for necessário. Em relação ao questionamento feito pelo Vereador André Rodini, sobre o quantitativo de alunos e professores que foram contaminados pela covid-19 após o retorno às aulas nas escolas estaduais, relata não ter acesso à plataforma do Governo do Estado. Diz ter ciência sobre dois alunos contaminados. Após as perguntas feitas pelas Vereadoras Duda e Judeti, pelo João (Comitê) e pelo Dário (assessor), o Secretário afirmou que a Secretaria buscou informações sobre a vacinação dos professores no PNI, na Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação) e no governo do Estado (João Dória). Relata que as informações buscadas foram sobre a antecipação das primeiras e segundas doses, sobre as doses que faltaram para os profissionais da educação. Relata que a Secretaria esteve à frente da organização da vacinação, junto com a Secretaria Municipal da Saúde. Disse que não estabeleceram critérios para a vacinação de professores, todos vieram por nota técnica da Secretaria Estadual (cadastro, emissão de QR Code). Refere que a organização por faixa etária veio do Governo do estado e que a Secretaria de Educação não teve qualquer poder decisório para organizar a vacinação dos professores. Questiona o que falta fazer nas escolas para o retorno das aulas, diz que se provocado iria resolver. Relata que utilizaram as normas técnicas da ABNT e ensaios do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para a aquisição de máscaras, onde recomendam máscaras 100% algodão e nesse sentido não adquiriram as do tipo PFF2, ganharam 35 máscaras desse tipo. Relata a destinação de verbas para que as escolas comprem máscaras descartáveis (cirúrgicas) para ficar à disposição dos professores. Refere ter a disponibilização de 5 modelos de máscaras para os professores. Sobre a organização do retorno às aulas de forma híbrida, quando necessário, refere a seguinte organização: 50% dos alunos serão atendidos em forma de revezamento, de segunda a quinta-feira, sendo a sexta-feira, por exemplo, destinada para ser exclusivamente remoto, sendo respeitado os horários de reuniões, preparação de aulas e de descanso dos professores. O Sr. Márcio iniciou mencionando a ação judicial de suspensão das aulas presenciais, que foi fruto dos protocolos de combate à covid-19. Relata que não adveio dos professores, sendo um problema de saúde pública. Relatou que a partir da publicação de decretos e portarias de suspensão das aulas e organização do ensino remoto, o Conselho municipal de Educação produziu diretrizes (homologada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Resolução 08/2020, publicada em maio/2020) para o atendimento dos alunos e suas famílias durante esse período. Nesse documento foram elencadas ações recomendadas para o enfrentamento da pandemia na pasta da educação. Em junho/2020 o Conselho ingressou no Comitê Intersetorial para auxiliar na produção de um protocolo de diretrizes para o retorno seguro das aulas presenciais. A primeira deliberação foi que haveria condições de retorno às aulas presenciais em setembro/2020, com os alunos que compõem o oitavo e nono anos e da Educação de Jovens e Adultos, pois se tratavam de alunos mais velhos que poderiam seguir com mais facilidade os protocolos sanitários. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação, não quis aderir a essa deliberação e decidiu-se que o protocolo se iniciasse pela educação infantil. Frisou que a educação infantil se dá basicamente por meio da interação, com troca de objetos e contato pessoal. Relata que esse tipo de educação

precisaria de uma atenção maior para as adequações, porém pouco foi feito para se estruturar esses locais. Foi por essa questão que o conselho Municipal de Educação, sempre que provocado, se manifestou contrário ao retorno das aulas presenciais. Esse Conselho também trabalhou, no segundo semestre de 2020 com quatro deliberações que tratam do retorno às aulas presenciais, onde o Conselho apresenta diretrizes para a Secretaria para que ocorra de maneira segura e possa compensar os prejuízos causados pela suspensão. Reforça que não se tem ensino a distância em Ribeirão, mas sim ensino remoto, dada a falta de mediação por tecnologias. Para esse fim, conseguiram utilizar apenas o whatsapp, mas não é suficiente para atender essa demanda. Refere que muitas famílias têm dificuldade de acesso à tecnologia, sendo que o acesso ao chip, de forma única e exclusivamente, não garante o acesso ao ensino. Reforça que dadas as limitações do ensino remoto no município e que o Conselho entende a necessidade de retorno presencial às aulas, porém destaca as condições inadequadas de infraestrutura das unidades escolares. Comenta que o recurso destinado para as reformas das escolas está no Diário Oficial, mas não chegou até o momento nas escolas. Relata que não houve, até o momento dessa oitiva, uma reunião com os professores para definir a forma como os recursos serão aplicados. Afirma que os laudos dos infectologistas também não chegaram até as unidades escolares para que seja feita a adequação do espaço. Concordou sobre a disputa de narrativas e disse haver fatos concretos que não permitem condições objetivas para um retorno seguro. Afirma que os investimentos realizados não atenderam as necessidades de combate à pandemia. Relatou que quando houve a intenção de retorno às aulas presenciais em fevereiro os professores voltaram para as escolas e encontraram um ambiente com pouca ou nenhuma adequação (refeitórios, funcionários, qualidade da máscara distribuída pela Secretaria que não atendia o protocolo sanitário). Foram essas questões que deram origem a ação judicial dos sindicatos dos servidores, que é apoiada pelo Conselho, pois estão sendo colocadas vidas em jogo. Relatou óbitos de professores e de uma diretora que estava exercendo atividade presencial, bem como funcionários da Secretaria de Educação. Afirmou que trauma maior do que a realização de testes covid-19 nos estudantes seria o trauma pela perda de um ente querido e questionou se a Secretaria teria a informação sobre a quantidade de óbitos nas famílias dos estudantes. Reafirmou que foi um problema de saúde pública que levou aos problemas atuais na educação. Após as perguntas feitas pelas Vereadoras Duda e Judeti, pelo João (Comitê) e pelo Dálio (assessor), o Sr. Márcio respondeu que a nota técnica para a reabertura da rede escolar foi assinada por professores da USP de Ribeirão Preto, na qual foram colocadas três condições para o retorno seguro das aulas presenciais: taxa de contaminação no percentual de 10 para 100 mil habitantes por dia; testagem em massa que deveria ocorrer antes do retorno e semanalmente após o retorno; e vacinação de toda a população. Reafirma que o protocolo foi estipulado pelo Comitê Intersetorial, posteriormente foi substituído por um protocolo da Secretaria Municipal de Educação, sendo que o Conselho, o sindicato e a associação de profissionais de educação fizeram foi solicitar que o protocolo fosse colocado em prática. Reafirma que a decisão do não retorno às aulas foi da justiça e não das entidades representativas dos professores. A Sra. Cristiane, sobre as respostas das perguntas feitas pelo vereador Zerbinato, reafirma que se trata de uma minoria de professores que não foram vacinados. Relata que inicialmente foram disponibilizadas vacinas para esse grupo, mas posteriormente faltaram doses. Depois os professores tiveram que fazer cadastro por faixa etária para receber a vacina, não por ser professor. Refere que uma grande parcela de professores receberão a segunda dose apenas em setembro. Trouxe alguns aspectos em diálogo com as falas do secretário da educação, comentou que a regularização dos AVCB das escolas começou a ser feito a partir de uma ação judicial movida pelo sindicato após uma tragédia ocorrida em uma unidade escolar.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Refere demora da Secretaria para adequar os prédios, ainda no presente momento da reunião muitas escolas não haviam passado por adequação. Reafirma a dificuldade de retorno da educação infantil devido às dinâmicas de interação. Disse que o sindicato tenta sempre a via do diálogo e quando isso não é possível acabam partindo para a via judicial. Após as perguntas feitas pelas Vereadoras Duda e Judeti, pelo João (Comitê) e pelo Dálio (assessor), a Sra. Cristiane reafirma que o Sindicato é a favor do retorno às aulas desde que a Secretaria cumpra as decisões judiciais de adequação das unidades escolares para preservar a segurança da comunidade escolar. Afirma ser incabível o retorno às aulas de forma híbrida da forma como está sendo proposto pela Secretaria de Educação, dado os modelos de aula diferentes a serem elaborados. Relata que os professores, no ensino remoto, estão trabalhando mais que o dobro de sua jornada efetiva em relação ao atendimento aos pais e reuniões, além das atividades e atendimento individualizado dos alunos. Questiona a forma de trabalho presencial e remotamente para elaborar os Planos de Aulas que são totalmente diferentes, havendo que ser pensada a sobrecarga dos professores, inclusive emocional. A Vereadora Judeti Zilli pontuou as dificuldades e a forma precária das condições de trabalho dos professores no ano de 2020, sendo que o processo foi aprimorado em 2021, mesmo ainda havendo dificuldades e déficit em relação ao que se pretendia alcançar enquanto crianças de fato acompanhando a educação. Ressalta a demanda que virá nos próximos meses e anos decorrentes de prejuízos emocionais das famílias, educandos e profissionais da rede. Destacou a importância de se atentar para as narrativas a fim de não culpabilizar os professores pelo processo judicial, uma vez que os mesmos seguiram trabalhando e querem retornar presencialmente, desde que lhes seja dada a devida condição sanitária. Professora Ana Laura comentou que teria sido importante ter disponibilizado os chips de internet também para os professores do ensino pré-escolar, uma vez que eles faziam contato direto com as famílias e buscas ativas, havendo a necessidade de aquisição de contas particulares para a realização deste trabalho, uma vez que as famílias responderam bem aos grupos de whatsapp. Entende que essa oportunidade poderia ter sido dada aos profissionais de educação infantil dado que apenas 5 mil chips foram utilizados (entre os 23 mil ofertados). Acredita que também deveria ter sido oferecido para essas famílias, dada a dificuldade de alguns familiares para manter o contato. Sobre os cursos de capacitação para os professores oferecidos via plataforma, relata que eles realmente ocorreram desde 2020, porém sentiu falta da disponibilidade de técnicos para auxiliar os professores com questões mais técnicas de acesso aos conteúdos. João (Comitê) comentou sobre o trabalho do Comitê de enfrentamento da pandemia e afirmou não conseguir encontrar dados sobre a vacinação dos professores. Reafirmou a necessidade de testagem em massa para a covid-19. Dario (assessor) mencionou a dúvida de muitos profissionais da educação, com menos de 47 anos, que ainda não receberam a segunda dose, que foram convocados para o processo seletivo da Prefeitura, se eles perderiam a vaga devido ao atraso na vacinação. Menciona sobre a necessidade da vivência fora das salas de aula para as crianças, em especial na primeira infância. Não houve deliberações de documentos adicionais após essa oitiva. Perguntas sem resposta ou com resposta insuficiente: número/taxa de evasão escolar.

Link da gravação no YouTube: https://youtu.be/xzUXoiL_9gI

24/08/2021 – A SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 24 DE AGOSTO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

SANITÁRIA DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTESE CONVIDADOS: VIGILÂNCIA SANITÁRIA; VIGILÂNCIA EM SAÚDE; SECRETARIA DA FAZENDA (FISCALIZAÇÃO GERAL) - A sexta reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 24 de agosto de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Zerbinato, Duda Hidalgo e Marcos Papa. Justificou a ausência o Vereador Lincoln Fernandes. E os convidados: Sr. Antônio Carlos Muniz, Diretor da Fiscalização Geral da Secretaria da Fazenda; Dra. Vânia Cantarella Rodrigues, Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, e a Sra. Luzia Márcia Romanholi Passos, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde. Ainda estiveram presentes durante a reunião: assessor Thiago Scatena, assessora Fernanda Bergamini, João Paulo (Comitê de Enfrentamento a Pandemia), Vereadora Judeti Zilli, Assessora Rosana (assessoria França), Platini (UNM). Informes: o vereador Jean Corauchi solicitou a retirada de seu nome enquanto membro dessa CEE (Requerimento 6033/2021). Foram recebidas as respostas aos ofícios 14 e 15, da Rede Emancipa e do Programa Mesa Brasil ligado ao SESC. As respostas estão disponibilizadas no Drive desta Comissão e os dados complementares serão partilhados em momento oportuno durante as próximas reuniões. Os assuntos da reunião foram sobre a Fiscalização Geral e a Vigilância Sanitária durante o período de pandemia de covid-19. O Presidente da CEE inicia a reunião trazendo uma preocupação sobre as informações dadas durante a coletiva do Hospital das Clínicas, o Hemocentro e a Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal, na qual foi confirmada a presença da variante Delta da covid-19 que, além de ter chegado a Ribeirão, encontra-se em fase de transmissão comunitária. Segundo especialistas, essa cepa é duas vezes mais transmissível. Trouxe sua preocupação em relação a velocidade da vacinação, e mencionou os dados do Vacina Já, do estado de São Paulo, que apontavam que cerca de 220 mil pessoas estavam imunizadas em Ribeirão, com duas doses ou com a dose única da Janssen, na data de 23 de agosto de 2021. Ou seja, cerca de 30% da população com o ciclo completo de vacinação, com a retomada da rotina "normal" e o anúncio do fechamento do único Polo covid-19 que restou, em funcionamento na UBDS Central, a partir do dia 30 deste mês. Após fazer uma breve apresentação do tema, o Vereador Zerbinato iniciou as questões dirigidas para a Secretaria Municipal da Saúde. Sra. Vânia, em resposta ao Vereador, refere que a Vigilância se empenhou muito durante a pandemia, não foram afastados do trabalho durante todo o período pandêmico. Relata que "as normativas são o ponto de apoio" para a atividade da vigilância, por isso, "sem normativas não têm como trabalhar na rua e cobrar dos serviços que cumpram aquilo que está definido". Afirma que foram muitas normativas e com rápidas adequações à medida que o conhecimento sobre o vírus e a gravidade da doença foram se acumulando. A cada alteração das normativas precisavam fazer novos alinhamentos com a equipe e por isso reafirmou que o trabalho foi muito intenso. Mencionou os Decretos Municipais, o Plano São Paulo e todo o arcabouço de legislações que deram apoio para a realização das atividades. Ainda em resposta ao Vereador Zerbinato, a Sra. Lusia Márcia comentou que além das normativas, havia que se ter um entendimento da situação epidemiológica do município para melhor aplicá-las. Relata que ao fazerem as normativas serem cumpridas, a equipe passou por situações de hostilidade, de enfrentamentos. Sobre as verbas da vigilância, comentou que trabalham com uma verba regular, que seria o piso fixo de vigilância. Esse Piso é utilizado de maneira geral, para todas as doenças de notificação. No caso da covid-19, refere que a Vigilância recebeu verbas específicas, oriundas de portarias, que vieram "carimbadas" para algumas ações. Exemplificou com uma portaria de 2020, no valor de um milhão de reais, que veio para as notificações e agravos inusitados. Trata-se de uma portaria apenas de custeio, sem a possibilidade de aquisição de materiais. Receberam outra portaria para as ações de rastreamento e monitoramento, sendo que essa normativa teve um



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

problema e não foi utilizada apesar de terem feito as ações. Referiu que a forma de comprovação dessas ações dada pela Portaria é muito vaga, a ponto de haver a necessidade de consultar o jurídico para compreender como comprovar essas ações no Sistema E-SUS VE, específico de Vigilância. Entretanto, a Planilha nesse sistema foi colocada há pouco tempo, não sendo possível o Município alimentar o sistema. Relatou também portarias destinadas para a vacinação, destinadas para a compra de insumos para a campanha de vacinação. Essas verbas também foram utilizadas para o pagamento de Plantão das equipes, que trabalharam aos sábados e feriados. Foram quatro portarias específicas para a vigilância. Não foi feita contratação de novos funcionários, realizaram apenas pagamento de plantão para o trabalho feito em forma de hora extra, em especial para o pessoal de enfermagem em ações de vacinação. Ressaltou que a contratação de terceiros não foi utilizada. Explicou que a Portaria para as ações de rastreamento foi motivo de consultas no Ministério da Saúde, referindo que alguns outros municípios também tiveram dificuldades, uma vez que a qualquer momento poderiam ser chamados para prestar contas da utilização dessa verba. Afirma que a portaria é muito vaga, disse que “infelizmente ela veio para ajudar, mas ela não foi redigida de uma maneira clara para o serviço e até a forma de comprovar a utilização do recurso na ação de rastreamento e monitoramento através dessa planilha (no e-SUS VE) ela vem tarde, depois de mais de 400 dias de enfrentamento que chega essa planilha”. Comenta sobre a Variante Delta e que o número de casos no Brasil está subnotificado, dada a dificuldade de fazer a vigilância genômica, comenta sobre o alto custo do exame (cerca de 700 reais por exame) e a necessidade de um laboratório especializado para realizá-lo. Nesse sentido, deve haver muito mais infectados do que o número que foi contabilizado. Em Ribeirão Preto os casos estão dispersos pelo município, demonstrando a transmissão comunitária e reafirmou as medidas sanitárias já conhecidas para as variantes anteriores. Relata que fizeram um alerta público para a população para que continuem utilizando a máscara, não se aglomerarem, devido ao grande poder de transmissibilidade. Refere que as ações do executivo seguem sendo as mesmas. Sobre as perguntas feitas pelo Sr. João (Comitê): relata que as ações de monitoramento e rastreamento ocorrem desde fevereiro/2020, quando deram início ao monitoramento de pessoas que vieram do interior, mesmo antes de ter sido declarada a transmissão comunitária no interior dos estados. A Vigilância Epidemiológica fez contato com todas as pessoas (que haviam viajado ao exterior) e realizavam monitoramento por 14 dias, no caso de adoecimento durante esse período, era providenciada a coleta de material. Essas ações continuam sendo realizadas, porém com limitações no rastreamento dada a grande quantidade de pessoas com diagnóstico simultâneos. Comentou sobre o Disque covid-19, que se trata de uma equipe formada por pessoas que não puderam atuar na linha de frente durante a pandemia, sendo sua função fazer o acompanhamento de todas as pessoas que fazem o exame pela rede pública. Não soube responder especificamente sobre a ação dos Agentes Comunitários por não se tratar de seu departamento. Comentou sobre a testagem, disse ter concordância com as colocações da Organização Mundial da Saúde, sobre ampliar a testagem em massa. Ressalta que a testagem confere um resultado provisório e que rapidamente pode não ter validade, em especial em assintomáticos, de acordo com as ações do indivíduo após a realização do teste ou do recebimento do resultado. Afirma que caso o número disponível de testes fosse compatível com os apresentados pela Coreia e outros países, essa testagem em massa poderia ser realizada. Disse que a testagem em massa de assintomáticos ocorreu em situações de surtos de instituições fechadas e seria indicada como uso pontual, por questões pessoais, desde que fosse feito o isolamento social no

momento seguinte à testagem, a fim de garantir que o resultado, se negativo, fosse mantido. Ressaltou os diferentes tipos de testes e suas finalidades. Relata que o PCR demora de 48 a 72 horas para ter o resultado liberado, já o teste rápido, que se encontra dentro das UPA, tem o resultado liberado em 15 minutos. O Sr. Coronel Muniz, em resposta ao Vereador Zerbinato, refere que um grande desafio durante a pandemia foi a falta de estrutura da Fiscalização para um aumento de demanda no número de ocorrências. Acredita que não tenha havido alguma cidade com uma estrutura tão grande de ocorrências preventivas de combate à transmissão do vírus. Afirma ter um número reduzido de efetivos, com apenas 18 fiscais, frente a uma demanda grande, com um amplo leque de atuações da Postura (Código de Posturas) e diversas questões sociais. A equipe foi montada junto com a Vigilância Sanitária da Prefeitura, do estado, Ministério Público, Polícia Militar, Guarda Municipal e PROCON. Por meio de denúncias, tentaram realizar as ações de combate à pandemia. Relata grande apoio da Vigilância Sanitária e do MP, com TAC e multas com grandes valores, além de divulgação para tentar inibir aglomerações. Comentou sobre a Operação Delegada, realizada por meio de convênio entre a Prefeitura e a Polícia Militar para fortalecer a equipe de combate a eventos. Afirma que não houve verba federal e nem estadual para subsidiar de forma direta as ações da Fiscalização. Acredita que a origem da verba para custear as horas extras dos funcionários da Fiscalização foi do Governo Federal. Não foi feita a contratação de recursos humanos. Relata que há uma solicitação de concurso público feita pela pasta e autorizada pelo Prefeito, porém a Secretaria da Fazendo não autorizou, alegando o limite máximo da folha de pagamento dos funcionários. Relata que para 2021 esse concurso foi autorizado e dia 02/08 foi feito o lançamento do edital. Sobre as perguntas feitas pelo Vereador Marcos Papa, o Coronel Muniz pede para que sejam apontadas as demandas não atendidas pela Fiscalização. Sobre os eventos, das vezes que conseguiram informações na internet sobre os locais, a Fiscalização foi realizada, porém relata que em muitos casos a descoberta do evento ocorreu apenas posteriormente a sua realização. Relata que perderam mais de 50 fiscais entre transferências para outras Secretarias, exoneração e aposentadoria. Relata que existe muita demanda que cai na Fiscalização Geral, porém seriam de outras pastas. Sobre as perguntas feitas pela Vereadora Duda, afirma que em situações de desocupação de áreas com moradias irregulares costumam ir em média de 3 a 4 fiscais. Relata inúmeras desocupações, não apenas para moradia, mas também para criação de animais, lazer e afins. Refere que tem registros pessoais das desocupações, mas não oficiais, que guarda para utilizar para provar alguma questão em momento futuro. Refere não ter nem estrutura para fazer esses registros fotográficos. Ofícios deliberados: número de casos que foram monitorados pela Vigilância (dentro do número de casos no total); fiscalização nas escolas; para a UNM enviar imagens antes/depois das desocupações feitas com apoio da Fiscalização.

Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/TC62OKICAW4>

31/08/2021 – A SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 31 DE AGOSTO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI O AUMENTO DE MORTES NÃO-covid-19 DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: -

A sétima reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 31 de agosto de 2021, em que estive presente o Vereador Zerbinato. Justificaram a ausência os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Lincoln Fernandes e Marcos Papa. Também estiveram presentes: Fernanda Bergamini (assessoria Zerbinato); Thiago Scatena (Assessoria Judeti



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Zilli) e João (Comitê de Combate e Enfrentamento a Pandemia). E os convidados: Sra. Heloísa Helena de Almeida Batista, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro; Enfª Luzia Marcia Romanholi Passos, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde; Farmacêutico Dilson Bráz da Silva Júnior, Diretor do Departamento de Planejamento em Saúde; Psicólogo Marcus Vinicius Santos, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Foi informado sobre o retorno dos ofícios 19 e 20, da TRANSERP e do ProUrbano. O assunto da reunião foi aumento de mortes “não covid-19” durante o período de pandemia de covid-19. O Presidente da CEE inicia a reunião apontando que o acompanhamento dos indicadores de morte é uma estratégia recomendada pela Organização Mundial de Saúde para avaliar os efeitos diretos e indiretos da pandemia. Uma vez que em geral, o número de mortes segue uma tendência ao longo dos anos, que pode ser visualizada pela série histórica. De posse desses dados, é possível prever que um certo número de pessoas venha a óbito todos os anos, por motivos variados. Porém, esse número de mortes teve um grande aumento em 2020 e 2021 e não foram apenas decorrentes das infecções pelo novo Coronavírus. Esse número aumentado pode ser reflexo indireto da pandemia, ou seja, mortes provocadas, por exemplo: pela interrupção de tratamento de doenças crônicas; pela resistência de pacientes em buscar assistência à saúde devido ao medo de se infectar pelo novo coronavírus; pela sobrecarga nos serviços de saúde. Após ser feita a apresentação inicial, foi passada a palavra aos participantes para fazerem suas colocações, passando em seguida para as perguntas, que foram organizadas por temas, iniciando com a questão do aumento de mortes no período perinatal, que variou em 202% de acordo com O Relatório Anual de Gestão de 2020, e que durante os anos de 2016 a 2019 tiveram variação de 42 e 51 mortes e no ano de 2020 esse número foi de 91 mortes. Antes de responder, o diretor de planejamento em saúde, Dilson Braz fez um esclarecimento sobre a fonte de dados, que foi compartilhada da sua tela e os dados apontados foram detalhados e encontram-se devidamente gravados. Dilson relata que os dados apresentados foram extraídos do Relatório Anual de Gestão (RAG), e comenta que existe um asterisco no ano de 2020, esse asterisco se refere ao site do tabwin onde os dados são tabulados em tempo real. Ele comentou que o RAG usa os dados diretamente do site do Ministério de Saúde, onde existe uma diferença de fontes e pelo sistema de elaboração do relatório de gestão, os números estão consolidados até 2019, porque os dados de mortalidade não são encerrados antes de 2 anos. Os dados de 2020 são feitos em tempo real, preenchidos automaticamente pelo sistema e foram extraídos de outra fonte apenas para efeito de comparabilidade. Fez uma demonstração de como a pesquisa é feita e disse que as mortes do período de perinatal, na verdade teve uma diminuição em 2020, com relação a 2019. Disse ainda o vereador Zerbinato, que sua assessoria pegou algumas referências no relatório, e que ficaram algumas dúvidas. Fernanda solicita esclarecimentos, explicitando que está em texto, por escrito, no relatório (RAG), no final da página 12 e começo da página 13, que algumas mudanças de mortalidade tiveram expressivas alteração nos quantitativos nos anos de 2019 e 2020, inclusive com percentuais, tais como doenças infecciosas e parasitárias que tem relação com covid-19, Transtornos mentais e comportamentais, com aumento de 656%, a questão da gravidez, parto e puerpério, e a questão das doenças do aparelho respiratório; essa é uma análise feita no próprio relatório, pela Secretaria de Saúde, e foi a partir disso que as perguntas foram embasadas; e ela comenta que ficou na dúvida em relação à quais dados seriam mais fidedignos, os dados que estão no relatório que foi compilado pela Secretaria Municipal de Saúde ou os dados que estão no Ministério? Essas mudanças de quantitativos trazem dados diferentes dos dados do Ministério da Saúde. Diz o diretor

Dilson Braz, que a fonte é todo o sistema de mortalidade, os dados estão todos corretos, a diferença estaria no modo de classificação. Ele afirma que os dados de transtornos mentais e comportamentais de 2019 que são 16 casos está errado, o TABWIN mostra claramente que não são apenas 16. Os dados de mortalidade de 2020, para todos os quesitos, são dados preliminares que ainda não estão fechados, mas foram levados para serem discutidos com o Conselho Municipal de Saúde, apenas para que se tivesse um parâmetro, que o RAG utiliza dados automáticos, em que o próprio Ministério da Saúde utiliza dados até 2019, entretanto, para se discutir com o Conselho de Saúde são utilizados dados preliminares do TABWIN. A enfermeira Luzia faz uma complementação com relação a atualização da classificação, porque quando se recebe uma declaração de óbito, ela é colocada no sistema quase que imediatamente, mas para ser classificada, existe um tempo, uma certa demora, pois é necessário a declaração da causa da morte. E por esse motivo, às vezes é preciso fazer as devidas correções, porque os dados não são definitivos. Ela explicita que em uma situação de pneumonia, quando investigado, descobriu-se que a causa principal seria uma cardiopatia, a informação é corrigida. A seguir, João Paulo solicita esclarecimentos sobre dados que constavam em boletins emitidos pela prefeitura, de síndrome respiratória aguda, que não haviam sido classificados como decorrentes de covid-19, e eram números que tinham aumentado muito. Pergunta se a secretaria dispõe desses números. Em resposta, Luzia diz que os casos de síndrome respiratória aguda, só são colocadas no boletim, após confirmação de resultado positivo, ou de análise clínica ou laboratorial. Ela comenta que espera-se chegar a declaração de óbito, o fechamento de diagnóstico, para se analisar e então se colocar no boletim. Apenas os dados fechados que vão pro boletim, por isso a demora. O vereador Zerbinato diz que de acordo com o relatório de gestão, os casos de perinatal de 2020, na página 95, diz que através da Portaria 2.222/2020, de 25 de agosto, houve uma verba transferida pelo governo federal, de 370 mil reais para apoio de pré-natal e puerpério durante a pandemia e esses recursos não foram gastos. Pergunta a motivação que levou a não investir essa verba. Em resposta, o diretor Dilson Braz, diz que algumas dessas portarias vieram sem uma definição específica e um detalhamento e foi necessário fazer um estudo pela equipe técnica e esse recurso está sendo utilizado neste ano de 2021. Entretanto, a assistência ao pré-natal não teve nenhum prejuízo, pois se manteve integral durante o período da pandemia. A diretora administrativa e financeira da Secretaria da Saúde, Heloisa, diz que parte dos recursos recebidos foram utilizados para reforçar as equipes da saúde, com a contratação de plantões, para que houvesse pleno atendimento e assistência nos diversos setores que foram priorizados. O vereador Zerbinato, pergunta também sobre a verba enviada para mortes por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, no valor de 394 mil, de acordo com os dados retirados do relatório de gestão. Essa verba também não foi utilizada e a pergunta é, se a Portaria que destinou tal verba, também veio sem regulamentação. Em resposta o diretor Dilson diz que sim. Entretanto diz que foram priorizados pacientes com alto risco. Vereador Zerbinato faz ainda outras perguntas sobre os dados constantes do relatório, como óbitos por diabetes, distúrbios metabólicos e nutricionais e pergunta quais foram por desnutrição ou deficiência nutricional. O diretor Dilson respondeu que no caso específico da diabetes, há muita variação na classificação da causa da morte, pois, muitas vezes ela é classificada como doença cardiovascular e não como a causa primária que seria a diabetes. Comenta que há casos de distúrbios metabólicos. Cita alguns dados do TABNET. Comenta que comparativamente não houve uma diferença significativa de 2020 para os anos anteriores. O vereador Zerbinato diz ainda que no ano de 2018 houve um aumento do número de mortes nesse grupo de doenças endócrinas, metabólicas e nutricionais, com relação aos anos anteriores e no ano de 2019 houve uma diminuição. Pergunta se essa oscilação poderia



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ser explicada a partir de alguma intervenção da secretaria da saúde. Em resposta diz que a secretaria tem feito diversos atendimentos a esse respeito, entretanto, é possível que tenha havido subnotificação com relação a diabetes, ou ainda, a classificação tenha sido feita por outra enfermidade decorrente. Perguntou ainda sobre as mortes por transtornos mentais e comportamentais, que de acordo com o relatório, foram as mortes que mais aumentaram que não tiveram relação com a covid-19. Saltam de 16 para 105 óbitos, tendo tido um aumento de mais de 600% e quais foram esses tipos de mortes, e pergunta quais foram as principais causas de morte. Marcus Vinícius respondeu a essa questão, dizendo que os dados que a secretaria da saúde dispõe, diferem dos apresentados no relatório. O número que a secretaria tem de 2019 é de 51 óbitos e de 2020 são 69 óbitos. Houve um aumento, de 35%, mas não na proporção que consta do relatório, havendo uma divergência das fontes, como já explicado. Esclareceu que nesse grupo não constam casos de suicídio, com CID específico e separado, e que 70% dos casos de doenças mentais e comportamentais, referem-se a pessoas com dependência de álcool e outras drogas. Disse ainda que de 2019 para 2020 houve um aumento significativo de mortes de pessoas com esquizofrenia e estudos demonstram que as pessoas acometidas por esquizofrenia são mais suscetíveis as causas mais graves de infecções por covid-19. O vereador Zerbinato, pergunta ainda ao Marcus Vinicius, se a secretaria tem pensado em ações para prevenir mortes por suicídio após a pandemia, tendo em vista que esses números ainda não sofreram alterações. Em resposta, Marcus disse que o número de óbitos por suicídio, que preocupa muito, em 2020, reduziu 10% em relação a 2019. Esse fenômeno é explicado pela literatura, no sentido de que quando ocorre uma catástrofe, o número de suicídios diminui, há um movimento de ajuda coletiva, ou seja, há uma comoção. Entretanto, a preocupação é o que vem depois, pois, o número de suicídios costuma ter um aumento significativo. Temos uma lei municipal de prevenção do suicídio, de autoria do vereador Marcos Papa e temos uma comissão intersetorial de prevenção ao suicídio, que se reúne mensalmente para lidar com essa questão. A principal ação que temos no momento, é um protocolo que todas as tentativas de suicídio que são notificadas, são enviadas para a vigilância epidemiológica, que envia para o departamento de saúde mental e a partir daí é feito uma busca ativa para inserir a pessoa no tratamento de saúde mental. Existem também outras ações, como eventos *on-line* de prevenção, além de um esforço para facilitar o acesso ao tratamento de saúde mental. Pergunta ainda o vereador Zerbinato, se o distanciamento social e o isolamento decorrentes da pandemia, interferiu no acesso ao atendimento à saúde mental, e como fazer para intervir nesta questão. Em resposta, Marcus Vinícius disse que no início da pandemia, sim. As pessoas procuravam menos os serviços, entretanto, passou-se a fazer atendimento domiciliar através dos CAPS. Foi feito também um monitoramento por telefone dos pacientes usuais e teleatendimento com pacientes que têm acesso à tecnologia. Agora estão vendo um movimento no sentido contrário. O Vereador Zerbinato diz que com relação aos repasses federais, através da Portaria 3220/2020, foi feito um repasse de 189 mil reais, sendo que, de acordo com o relatório, tal verba não foi utilizada. Pergunta então, como se pretende usar essa verba para a saúde mental? Marcus disse que essa verba só chegou em dezembro e num valor bem menor que para as outras áreas. Isso demonstra que o Governo Federal precisa olhar com mais atenção para a saúde mental. Disse que essa verba veio com o objetivo de fazer busca ativa e já está sendo usada para pagar os profissionais extras que estão desempenhando essa função, nas visitas domiciliares, bem como adquirindo notebooks para os teleatendimentos. A seguir, o diretor Dilson Braz, disse que as verbas serão utilizadas para a aquisição de alguns insumos para monitoramento de doenças como

Hipertensão e Diabetes e também alguns equipamentos de proteção. O vereador Zerbinato disse que vieram aproximadamente 71 milhões de repasses, sendo que desse montante, 23 milhões não foram utilizados em 2020 para efeito da pandemia. Essa não utilização foi decorrente de dificuldades com as portarias? A resposta foi dada pela diretora Heloísa, que fez uma atualização até a presente data e disse que a prefeitura recebeu 47 portarias, sendo que 39 delas foram do governo federal e 8 do governo estadual. Pelo Estado, foram recebidos 19 milhões e já foram utilizados 17 milhões, existindo um saldo de 2 milhões para projetos em andamento. Do Governo Federal, as portarias vieram de um contexto não claro e objetivo em relação à utilização. As portarias não específicas, mas que foram destinadas à contratação de leitos de UTI's, prestadores e insumos específicos, vieram 36 milhões e já foram utilizados 34 milhões e meio. Do Governo Federal com verbas específicas, recebemos 35 milhões e já foram utilizados 31 milhões e tem um saldo de 4 milhões. Totalizando, foram recebidos 91 milhões aproximadamente e já foram utilizados 82 milhões e temos um saldo de 8 milhões e 400 mil, ou seja, do total recebido, apenas 9% ainda não foram utilizados. A seguir, a assessora parlamentar Fernanda fez uma pergunta para a diretora Heloísa sobre essas portarias, se elas contribuíram com o município, se elas vão ser utilizadas, ou terão que parte delas serem devolvidas. Em resposta, a diretora Heloísa disse que os repasses contribuíram para o custeio da pandemia, em especial para a contratação de leitos de UTI, insumos, materiais de proteção, pagamento de plantões e outros materiais necessários. Vereador Zerbinato, diz a Heloísa, que vai enviar um ofício solicitando essa compilação de dados das portarias que foram elencadas. Após o encerramento das perguntas, o diretor Dilson Braz agradece a todos e diz estar satisfeito que a Câmara esteja com esse olhar, o que contribui para a melhoria do processo de planejamento da Secretaria da Saúde. Colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Após, João Paulo, coordenador do Comitê de Enfrentamento e Combate a Pandemia se manifestou, para registrar que é muito triste e grave a questão das mortes, que poderiam ser evitadas. Sabemos que o município não tem responsabilidade direta com essas mortes. Lamenta também, a infinidade de outras doenças que deixaram de ser atendidas em face da crise sanitária que tivemos. Disse também que agradece o empenho dos profissionais da saúde e lamenta tudo o que aconteceu em nosso país. Após, a diretora Luzia Márcia, disse ao João Paulo, que a equipe da secretaria da saúde, também tem o mesmo sentimento de sofrimento sobre as mortes que ocorreram, concordando que muitas poderiam ser evitadas com ações mais concretas sobre as vacinas. Agradeceu a todos e se colocou à disposição. Não havendo mais nenhum participante para fazer perguntas, o presidente da CEE, vereador Zerbinato, agradece a participação de todos, em especial dos convidados que muito contribuíram com as informações trazidas a essa Comissão de Estudos. Agradeceu também a todos que participaram dessa reunião através do chat, trazendo ótimas contribuições.

Link da gravação no YouTube: <https://youtu.be/pwXI74TH8AA>

14/09/2021 – A OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI SOBRE AS VERBAS UTILIZADAS DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: SRA. EDNÉA ELIANA DOS SANTOS, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DESPESA E ORÇAMENTO E SRA. CIBELLE M. DO AMORIM FERREIRA, AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO. A oitava reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

em 14 de setembro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo e Coletivo Popular Judeti Zilli. Justificaram a ausência os Edis: Zerbinato, Lincoln Fernandes e Marcos Papa. Estiveram presentes as convidadas: Sra. Edná Eliana dos Santos, Diretora do Departamento de Despesa e Orçamento e a Sra. Cibelle M. do Amorim Ferreira, Auditora Geral do Município. Também estavam presentes: João Paulo (Comitê de Enfrentamento à Pandemia), Fernanda Bergamini (Assessoria Zerbinato), Thiago Scatena (Assessoria C.P. Judeti Zilli) e Dário Teófilo (assessoria Marcos Papa). O assunto da reunião foram as verbas utilizadas durante o período de pandemia de covid-19. A Vice-Presidente da CEE iniciou a reunião pelos informes: O Ofício 21/2021, enviado à Secretaria de Assistência Social foi respondido e está disponível na pasta do Drive, compartilhada com todos os mandatos que compõem essa CEE. O Mandato Coletivo Judeti Zilli, que já vinha acompanhando a CEE desde seu início e participando de forma ativa nas discussões, foi convidado e aceitou participar enquanto membro dessa CEE. Recompondo, dessa forma, o número de 5 participantes a partir do Requerimento 6503/2021 (09/09/2021). O Requerimento 4982/2021, de 15 de julho, que pedia informações sobre o fornecimento de máscaras aos servidores públicos foi respondido. Porém consta apenas a resposta advinda da Secretaria de Saúde, em relação aos seus funcionários e suas unidades de atendimento. Eles deram uma resposta completa e bem elaborada, porém, apenas o setor saúde respondeu. Após os informes, a Vereadora Duda fez a abertura da reunião e passou a palavra para os demais presentes para fazer as considerações iniciais. As convidadas comentaram que teriam dados mais gerais de cada pasta, mas a especificação de portarias precisaria ser solicitada para as áreas específicas. Refere que teriam à disposição os dados submetidos ao Tribunal de Contas, com a rubrica de covid-19, tanto federal como estadual, mas sempre de forma global. As questões iniciais foram feitas pela assessora Fernanda, sendo que as respostas foram dadas em conjunto entre as convidadas, que informaram sobre os valores liquidados em 2020 para a saúde (100 milhões), assistência social (8 milhões) e outras secretarias (10 milhões). Sobre a desagregação dos dados, relatam que poderiam informar posteriormente, caso fosse solicitado. Mencionaram a Lei Federal 173/2020 (disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168>), a qual destinou um valor para a Prefeitura gastar “no geral”, outro valor para a Saúde e um valor para a Assistência Social. Afirma que essa Lei trouxe especificamente esse direcionamento de pastas. Segundo essa Lei, a Secretaria da Saúde recebeu 6,4 milhões (Inciso I), no Inciso II, mencionaram um gasto de 51 milhões, e de receita Federal, 36 milhões; de verba estadual 6 milhões, que totalizou no ano os 100 milhões mencionados. Explicou que a receita que veio carimbada só pode ser usada pela secretaria específica, no caso da Assistência Social e Saúde, havendo sempre o vínculo da receita e da despesa. O orçamento dessas pastas continuou, sendo que o dinheiro recebido foi adicionado. Refere que para comentar sobre a destinação de verbas municipais extras, para o combate a pandemia, seria necessário comparar com dados de 2019, os quais não dispunham no momento da reunião. Menciona os 155 milhões recebidos em 2020, dos quais foram gastos 132 milhões. Comentou sobre o montante de outras receitas, que foram doações, foram 666 mil e 356 mil (do Tesouro). Comenta que caso seja necessário o acesso a outros dados, poderíamos oficiá-las para solicitar. Mencionaram sobre a resposta de um requerimento vindo da Câmara sobre as informações que enviaram ao Tribunal e colocou

esses dados à disposição. O Coletivo Popular Judeti Zilli discorreu sobre a resposta recebida após a requisição de informações à Prefeitura, a respeito dos gastos feitos no ano de 2020, que não considera empenhos abertos ou licitações em andamento. Comentou que os dados seriam sobre as secretarias de cultura, saúde, assistência social e encargos. Mencionou a receita do município de 143 milhões no ano de 2020, gastando 109 milhões. Ou seja, 23% dos recursos vindos para a cidade no ano passado não foram investidos. Comentou sobre a reunião da CEE em que foi ouvida a Chefe da Vigilância em Saúde, que comentou sobre os recursos da pasta não utilizados devido à falta de regulamentações bem escritas responderam sobre as portarias do Ministério da Saúde, relata que entre a publicação da portaria e a chegada dos recursos pode haver uma demora, sendo que o controle de datas compete a cada uma das pastas. Reafirmou sobre a morosidade no uso das verbas para o enfrentamento da pandemia, no qual sobraram recursos e vidas foram perdidas. As convidadas responderam que, apesar de haver a portaria, o município só pode fazer o empenho da verba quando esta cai, de fato, no fundo municipal. Também não souberam dizer sobre o uso do restante das verbas restantes de 2020, pois essa informação seria de detenção da própria pasta, que faz a gestão dos recursos. Sobre os recursos não utilizados, disse que o trâmite às vezes demora devido a licitação. Menciona que os dados sobre os recursos em tramitação para serem executados poderiam ser consultados via Secretaria de Administração, para fazer o processo de licitação e posteriormente ser transformado em empenho. Enfatiza que essa verba é carimbada, apenas para uso delimitado, não podendo ser redirecionado para outros fins. Comentaram sobre a Secretaria da Cultura que recebeu verbas covid-19 e que não precisou ser devolvido os recursos remanescentes, podendo ser gasto, a princípio, até 12/2021. Não responderam sobre a sobra de recursos em detrimento de vidas perdidas. João (Comitê) relembra a divulgação feita pela Prefeitura, na figura do Prefeito, comemorando que em 2021 as contas haviam saído do vermelho e passado para o azul, dizendo haver um superávit no orçamento, questionando o porquê do não investimento desse dinheiro que teria sobrado no enfrentamento e combate à pandemia. Também mencionou sobre a verba advinda de recursos federais para o enfrentamento da pandemia para pagar uma dívida do IPM (Instituto de Previdência dos Municipários). Sobre as questões feitas pelo João Paulo (Comitê), as convidadas mencionaram que o Tesouro aportou recursos para a covid-19 (356 mil e mais 676 mil, de aporte), para além das verbas advindas dos entes supramunicipais. Relembra que as verbas federais e municipais ocorreram devido à queda na arrecadação, comenta que Ribeirão Preto teve uma queda de mais de 50 milhões em 2020. Afirmou que o dinheiro vindo para o enfrentamento da pandemia foi importante porque os municípios tiveram queda de arrecadação (IPTU, ISS, entre outras). Mencionou que o recurso utilizado para o pagamento de dívidas do IPM adveio do inciso II da Lei Federal mencionada anteriormente, que destinou um recurso de livre utilização. Refere que sofreu a fiscalização do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que julgou regular essa utilização, afirmou que da parte técnica a utilização foi correta. Comenta que o município não tinha dinheiro para pagar a Folha, devido a falta de arrecadação. A Vereadora Duda comentou sobre a prestação de contas, ao comparar 2019 e 2020, que o segundo maior aumento que se teve foi em infraestrutura, ainda mais em meio a uma pandemia. Sobre as perguntas feitas, as convidadas não souberam dizer especificamente o motivo, mas acreditam que houve um aumento no número de contratos entre 2019 e 2020 ou a atualização dos contratos.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Recomendam que a pergunta seja feita diretamente para a secretaria específica. Sobre o remanejamento de 27 milhões da pasta da educação, sendo destinados 23 milhões para o pagamento de "outros serviços de terceiros", comentam que se refere a contratos com fornecedores, acreditam que se deve por conta da volta às aulas. Sobre os contratos mencionados nas rubricas, apenas a pasta da educação, nesse caso, que poderiam fornecer os mesmos. Afirmam que perceberam um aumento no orçamento por conta da pandemia e que essa variação poderia ser notada até os dias atuais e posteriormente, devido ao tempo de faturamento de alguns prestadores hospitalares, que por vezes tem um espaço de tempo entre o serviço prestado e a realização do faturamento. Acreditam que esse efeito poderá ser visualizado até mesmo após o final da pandemia. Mencionaram que as arrecadações que foram mais prejudicadas durante o período de 2020 foram ICMS, IPTU e ISS, tendo retornado para o patamar de arrecadação do ano de 2018. No ano de 2021 estão vendo sinais de melhorias na arrecadação desses impostos, o que tem viabilizado a melhor gestão das contas, enfatizando o quanto estaria melhor em 2021 em comparação com 2020, dizendo que "ano passado foi fundo do poço". Não souberam informar sobre a sobra, nos cofres públicos, de cerca de 106 milhões, disseram acreditar que não houve esse superávit em 2020. Thiago Scatena comentou sobre a dificuldade da população para arcar com o pagamento de seus impostos. Comenta sobre os diversos projetos advindos da Câmara para o abatimento de impostos para pequenos empresários, de ICMS e ISS, pergunta se seria possível, legalmente, a criação de uma política pública de endividamento da Prefeitura para auxiliar na recuperação da economia local. As convidadas mencionam ser difícil responder sobre as questões técnicas, pois se trataria de uma política de governo. Relata que quem poderia fazer essa avaliação seria a Secretaria de Justiça ou a Procuradoria Geral do Município, que seriam os setores que fazem a avaliação dos projetos de lei vindos da Câmara sobre os impactos financeiros. Não foram feitas deliberações devido à falta de quorum. Deliberações que ficaram pendentes para a próxima reunião: inserir na lista de convidados a Secretaria de Administração, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Procuradoria Geral do Município; encaminhar Requerimento 4982/2021 (solicitar informações sobre os demais setores em relação a aquisição de máscaras); solicitar dados do orçamento municipal 2019/2020/2021 para cada uma das pastas ouvidas nesta CEE, a fim de ter a dimensão da verba municipal destinada ao combate da pandemia.

Link da gravação no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=2U5KP2zV22>

28/09/2021 – A NONA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI SOBRE O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: - A nona reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 28 de setembro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Marcos Papa, Coletivo Popular Judeti Zilli e Zerbinato. Justificaram a ausência o Edil Lincoln Fernandes. Estiveram presentes os convidados: **Enfermeira Jane Aparecida Cristina, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Saúde.** Equipe técnica da SMS: **Dr. Élvio**, Coordenador do SAMU regional e da Regulação Médica; **Sra. Mônica**, Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e

Auditoria; **Sra. Patrícia**, Coordenadora do Complexo Regulador e o **Sr. Dilson**, Diretor do Planejamento em Saúde. Também foi convidada a Fundação Hospital Santa Lydia, na figura de seus **Diretores Técnico e Administrativo, Sr. Walther Campos Filho e Sr. Marcelo Cesar Carboneri**, respectivamente. Também estiveram presentes: João Paulo (Comitê de Enfrentamento à Pandemia), Fernanda Bergamini e Tiago Fernandes (assessoria Zerbinato), Thiago Scatena (Assessoria C.P. Judeti Zilli) e Dário Teófilo (assessoria Marcos Papa). O assunto da reunião foram as verbas utilizadas durante o período de pandemia de covid-19. Zerbinato cumprimenta os presentes e informa que ofício 18/2021, enviado à TRANSERP foi respondido e está disponível na pasta do Drive, compartilhada com todos os mandatos que compõem essa CEE. Afirma que ao final da oitiva será feita a leitura das Conclusões Parciais do trabalho realizado pela CEE, a partir do Relatório que foi elaborado pelo seu mandato, em conjunto com o Mandato do Vereador Marcos Papa e com a colaboração do Coletivo Popular Judeti Zilli. Diz que seria importante elaborar o relatório parcial naquele momento para compreender e sistematizar as narrativas que estavam se formando a partir das oitivas. Com isso, poder avaliar os rumos dos trabalhos e corrigir alguma pendência. Também informa que ao final da oitiva haverá a deliberação, em caso de haver quórum, tanto do Relatório como dos ofícios pendentes da reunião anterior e dos ofícios sugeridos para aprofundar as informações levantadas até o momento. O tema do presente encontro foi sobre o atendimento aos nossos usuários do SUS nas Unidades de Pronto Atendimento durante a Pandemia, tanto as destinadas exclusivamente para as pessoas com suspeita de covid-19 (Polo covid-19), como as demais unidades, para atendimento das questões de saúde no geral. Para compreender melhor esse assunto, foi solicitada à Secretaria Municipal de Saúde a indicação de um nome que pudesse trazer maiores informações sobre o assunto. A pessoa indicada foi a **Enfermeira Jane Aparecida Cristina, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Saúde**. Também foi convidada a Fundação Hospital Santa Lydia, na figura de seus **Diretores Técnico e Administrativo, Sr. Walther Campos Filho e Sr. Marcelo Cesar Carboneri**, respectivamente. A Fundação foi responsável pelo atendimento nas unidades de Pronto Atendimento, gerais e Polos covid-19, assumido recentemente também a UBDS Vila Virgínia. Após a breve exposição, a palavra foi franqueada aos demais vereadores e convidados. A Vereadora Duda fez suas considerações iniciais de forma sucinta, dizendo o quanto tem aprendido com a CEE da covid-19 e agradece aos participantes pela disposição em trazer informações. A Sra. Jane também fez suas considerações iniciais e apresentou o restante da equipe da Secretaria de Saúde que estava presente: **Dr. Elvio**, Coordenador do SAMU regional e da Regulação Médica; **Mônica**, Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Auditoria; **Patrícia**, Coordenadora do Complexo Regulador e o **Dilson**, Diretor do Planejamento em Saúde. O Vereador Zerbinato agradece pelas considerações iniciais e começa a rodada de perguntas questionando os critérios utilizados para transformar a UBDS Central em Polo covid-19. A Sra Jane inicia a resposta relembrando o início da pandemia em Ribeirão Preto, com o primeiro óbito em março de 2020 e a partir dessa data houve um aumento no número de casos. Inicialmente a quantidade de pessoas doentes foi considerada razoável e passível de atendimento dentro da infraestrutura existente naquele momento. A equipe da Vigilância Epidemiológica, ao saber sobre a doença, deu início a formulação do Protocolo. O Dr. Sandro, então Secretário da Saúde, trouxe a proposta do Plano de Contingência, inclusive com sugestões para a assistência. A questão do Polo se deu devido ao grande aumento do



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

número de casos e seguindo a proposta de absorção desses casos antes da internação hospitalar. Ou seja, absorver a assistência, no que diz respeito à atenção pré-hospitalar, com equipamentos para ventilação, antes do encaminhamento para leitos hospitalares, como uma forma de prever a sobrecarga hospitalar. Dentro dessa situação, a UPA Treze de Maio foi evidenciada como uma proposta para facilitar o acesso da população, não tirando a possibilidade de todas as Unidades Básicas serem portas abertas. O objetivo seria garantir o acesso a assistência clínica, de equipamentos e medicamentos. A tenda era utilizada como um espaço de triagem, sendo que casos leves eram orientados, medicados e eram liberados para voltar para casa, já os casos moderados adentravam ao Polo para uma observação mais criteriosa. A assessora parlamentar Fernanda Bergamini cumprimenta a todos e solicita para que a equipe da Secretaria de Saúde comente sobre os critérios de escolha da UBDS Central para ser Polo covid-19. Sr. Dilson comenta sobre os momentos diferentes de escolhas dos locais para a instalação dos Polos covid-19, sendo que a escolha da UPA Leste se deu num cenário de desconhecimento da doença, primando pelo desvio de fluxo de pessoas com sintomas respiratórios dentro da cidade. No momento posterior, na segunda onda, a capacidade do primeiro Polo covid-19 estava chegando ao seu limite, veio a necessidade de implantar um segundo local para esse tipo de atendimento. Os critérios adotados foram: suprimento de oxigênio, na UBDS Central haviam tanques de oxigênios, instalados durante a gestão da Fundação Santas Lydia, a fim de garantir o suprimento dos leitos que tinham alta demanda desse gás; número de atendimentos realizados na UBDS Central, menor que as demais Unidades de Pronto Atendimento, pois ao se colocar um Polo no local, haveria diminuição na rede de oferta de atendimentos para as outras doenças. Refere que, se fosse necessário, outras unidades poderiam ser transformadas também em Polos. Zerbinato pergunta se houve algum curso ou treinamento para os profissionais da linha de frente dos Polos covid-19, tanto para lidar com questões especializadas, como intubações, quanto para questões emocionais, que envolvem o isolamento do doente sem poder contactar seus familiares. A Sra. Jane iniciou a resposta pontuando que a educação e a capacitação dos profissionais da saúde é permanente, a Secretaria de Saúde trabalhou com essa questão todos os dias. Mencionou a equipe de educação permanente da Santa Lydia, sendo que foi feito um direcionamento inicial para a questão da intubação junto aos profissionais da UPA Treze de Maio (UPA Leste) e da UBDS Central. O Sr. Marcelo inicia suas colocações pontuando sobre as duas ondas da covid-19, sendo que em março de 2020 (primeira onda) houve a disponibilização de quartos de hotéis para os funcionários que tinham medo ou receio de retornarem para suas casas. Relata que tiveram poucas adesões, a maioria dos profissionais preferiu ficar em casa de parentes ou retornar para as próprias casas. Em ambas as ondas foram afastados os profissionais acima de 60 anos, gestantes e alguns profissionais que eram do grupo de risco. Para os trabalhadores que atuavam na linha de frente, foram feitos treinamentos, rotineiramente, com base no Protocolo Municipal, instituído pela coordenação de enfermagem, junto com a Secretaria de Saúde. Retomou a questão da infraestrutura da UBDS Central, no tocante do oxigênio, comentou sobre a percepção da necessidade da modernização dos tanques desse gás, sendo que o equipamento que estava no Hospital Santa Lydia foi para a UBDS Central, foi colocado um tanque de

nove mil metros cúbicos no hospital. Relata ainda que em outubro ou novembro/2020 foi passada uma rede de oxigênio na parte superior da UBDS Central para adequação das questões ventilatórias e medicamentosas da unidade. Comenta que acompanharam a crise de medicamentos, a qual passaram sem ter falta de drogas, e a crise de oxigênio, que também passaram sem a falta desse gás. Em abril de 2021 foram instalados tanques na UPA Oeste e na UPA Norte, para adequar as unidades por não saberem quais seriam os desdobramentos da pandemia. As unidades estavam cheias, o Hospital Santa Lydia ficou com mais de 120 dias com 100% de sua ocupação, afirma ser terrível trabalhar com essa lotação, pois não há tempo de descanso para a equipe. A Sra. Jane completa sua resposta comentando sobre o PSI Online, uma forma de assistência psicológica para os profissionais da saúde no que tivessem de necessidade dentro da situação da pandemia, devido aos momentos difíceis que as equipes estavam passando. O Sr. Walther complementa as falas dizendo que no meio de 2021, quando os dois Pólos covid-19 estavam lotados, foi necessário mobilizar a parte de fisioterapia para realizar o manejo de ventiladores. Todos os Protocolos Municipais foram reavaliados pela Comissão de Infecção Hospitalar do Hospital Santa Lydia, junto com a Secretaria da Saúde. Todos os pacientes foram avaliados por profissionais médicos, pela enfermeiros e fisioterapeutas treinados em assistência ventilatória, invasiva e não invasiva. Todos os critérios e equipamentos, das mais variadas modalidades de ventilação foram implantados nos dois Pólos. Relata que tiveram que usar, de forma parcial, as unidades UPA Oeste e Norte, depois da implantação dos tanques de oxigênio, para atender pacientes que precisavam de assistência. Chegaram a ter 31 pacientes intubados nos Pólos covid-19, todos assistidos pelas três especialidades, segundo o Dr. Walther. Diz que a psicologia e a assistência social também atuaram no atendimento dos profissionais da linha de frente e para os parentes dos pacientes. O Vereador Zerbinato pergunta sobre a falta de medicamentos para a realização de intubações, ao que o Sr. Walther responde que desde março de 2020 foi feito um planejamento de medicamentos, em parceria com a Secretaria de Saúde, sendo necessário fazer variação de medicação e bloqueio neuromuscular, mas jamais foi necessária a realização de intubação com medicações inapropriadas ou sem medicações. Chegaram a fazer empréstimos de medicamentos para outras unidades hospitalares, pois nunca ficaram sem esses recursos. Vereador Zerbinato pergunta se houve algum direcionamento sobre o “uso” ou o “desaconselhamento” da prescrição dos medicamentos do chamado “Kit covid-19” ou “tratamento precoce” (uso de ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina). Antes de responder, o Sr. Marcelo comenta que a Fundação sempre compra medicamentos para 60 dias, em suas palavras, fazem o pedido para “D+60” para não ter falta. Ao vislumbrar uma possível falta de medicamentos no mercado, foi feita a programação de compras “D+90”, foi um pedido de 4 milhões e meio para o Laboratório da Cristália, o pagamento foi realizado conforme a medicação era entregue. Porém, esse Laboratório sofreu intervenção do Governo Federal, com apreensão de diversos medicamentos, e dessa forma, os compromissos de compra não foram honrados. Entraram junto ao Ministério Público solicitando a cobrança e receberam sempre a mesma resposta sobre a falta de medicamentos devido a ação Federal. A



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Cristália se comprometeu a fazer "entrega spot", ou seja, fazia o acompanhamento do estoque e enviava insumos por sete dias. Quando o estoque estava baixando e não havia previsão de entrega pelo Laboratório utilizaram de "trocas" entre outros hospitais, como Hospital das Clínicas. Reafirma que não houve falta de medicamentos, de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e nem de oxigênio. Relata que a crise que tiveram foi de Recursos Humanos, devido o afastamento dos profissionais, e a crise que "todos passaram", referindo-se ao medo, a distância familiar, principalmente no início da pandemia. Em relação ao Protocolo, refere que foram seguidos os Protocolos Municipais, não havendo a indicação de "tratamento precoce". Vereador Zerbinato pergunta sobre as estratégias utilizadas para manter o número necessário de trabalhadores da saúde na linha de frente nos Polos covid-19. Sr. Marcelo refere que foram utilizadas várias estratégias, comenta sobre o fechamento de alas hospitalares no Santa Lydia, como ambulatórios de ortopedia, cardiologia e algumas enfermarias. Nesse sentido, havia esse RH disponível parcialmente e o restante foi feito por contratações emergenciais. As equipes médicas foram contratadas por meio de credenciamento. Nos Pólos não houve problemas com RH no começo, na Treze de Maio, pois todos os trabalhadores que ali atuavam foram deslocados para atender covid-19, com exceção dos que estavam afastados. Começaram a ter problemas de RH em abril de 2021 devido ao alto número de contaminação dos profissionais de saúde, que foram afastados momentaneamente. Como não foi possível fazer um Processo Seletivo para efetivos, devido às fases (do Plano São Paulo), acabaram tendo alguns impactos, como o retardamento na abertura da unidade do Quintino I, todos os profissionais foram contratados de forma emergencial por um ano, podendo ser renovado por igual período, sendo que quando finalizar esse prazo irão entrar trabalhadores efetivos em seus lugares. Quando não conseguiam contratar de forma emergencial, foi utilizado o pagamento por hora extra, referindo-se a este como "o pior recurso, porém necessário". Relata que foram feitos seis Processos Emergenciais durante a pandemia e relembra que todos os hospitais estavam contratando, havendo grande número de profissionais transitando entre as instituições de saúde. Finalizou resumindo que a estratégia foi: contratar efetivos, zerando a fila foram abertos seis processos emergenciais, e, por fim, uso de pagamento de hora extra. A Sra. Jane complementa a resposta em nome da SMS, informando que todos os Protocolos de tratamento da covid-19 estão no site da SMS e menciona um deles, sobre o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, onde era feito o desvio de fluxo para atendimento de pacientes com sintomas respiratórios. Disse que desde aquela época era solicitado o distanciamento social, indicando que as pessoas evitassem sair de suas residências, inclusive com redução da agenda para consultas de rotina, dessa forma não houve uma dificuldade inicial de RH para atendimento de covid-19, devido ao remanejamento de pessoal. Observaram que os hospitais necessitavam muito de RH e, dessa forma, cederam 60 profissionais para o HC, que atuavam na SMS, cedendo aqueles que tinham expertise na área de UTI, a fim de ajudar nos locais que estavam sobrecarregados. Em 2021, com a vinda da vacina, houve um impacto grande devido a logística priorizada

pela SMS: "chegou vacina, vacina no braço das pessoas". No início o quantitativo de vacinas era menor, mas com o aumento no número de doses recebidas houve a necessidade de deslocar profissionais para o processo de vacinação. Também estão utilizando plantões extras, com um aumento expressivo de pagamento por horas extras para dar conta da demanda. No momento da oitiva, havia quase 80% da população com a primeira dose aplicada. Relata que também conseguiram fazer o chamamento de técnicos de enfermagem, sendo que os enfermeiros não haviam sido chamados inicialmente para não desfavorecer a situação dos outros hospitais, que também precisavam desses profissionais. No momento haviam chamado 46 enfermeiros e 56 técnicos que serão chamados. O Vereador Zerbinato questiona sobre os valores repassados em 2020 e 2021 para a UPA Leste e, em 2021, para a UBDS Central para o atendimento exclusivo de covid-19 e se houve sobra desses recursos. A Sra. Jane diz acreditar que a Heloisa deve encaminhar essas informações para a Comissão, pois já havia sido solicitado. Comenta sobre o valor total, tendo sido recebido enquanto verba estadual e federal, R\$96.316.391,90, sendo utilizado (dados atualizados) até a presente data, um total de R\$86.707.177,95, sendo o saldo disponível de R\$9.609.213,95. Zerbinato pergunta se houve alguma morte nos Pólos covid-19 por falta de leitos hospitalares para receber os pacientes mais graves e que precisavam de um atendimento mais especializado. O Sr. Marcelo responde que não houve mortes por falta de equipamentos, nem por falta de medicamentos e nem oxigênio. Comenta que formaram uma grande família durante o enfrentamento da pandemia e que durante as reuniões diárias era provisionado o possível e o impossível para conseguir atender todos os pacientes. Todo final de tarde faziam reuniões e tentavam usar os recursos da melhor forma possível. Zerbinato reitera a pergunta, questionando se houve alguma morte por falta de leitos. O Sr. Marcelo reafirma que não houve morte por nenhuma das questões mencionadas anteriormente e nem por falta de leitos. Relata que reestruturaram todos os pronto-atendimentos para receber os pacientes de covid-19 que são mais complexos, com alto grau de mortalidade, considerando que os hospitais tinham seus limites, por não serem pacientes passíveis de serem colocados em corredores. Esses pacientes sempre foram regulados e encaminhados aos hospitais com uma vaga de destino à espera. Por esse motivo, a reestruturação das unidades de pronto-atendimento foi feita, sendo que nenhum paciente ficou desassistido. A Sra. Jane complementa que nas unidades de PA todos os pacientes foram assistidos com todos os equipamentos necessários. Caso o usuário chegasse a uma UPA que não houvesse o suporte necessário, o encaminhamento era feito para os Polos, onde havia uma estrutura composta por todos os equipamentos. Reforça a importância de falar sobre essa estrutura, pois foram instalados leitos de UTI dentro dessas unidades para esse tipo de atendimento, inclusive com ventilação mecânica, assistência médica, enfermagem, fisioterapia, psicólogo e assistente social. Relata que não foi fácil conseguir esse processo, mas que o momento de sofrimento levou a uma maior união para conseguir essa estrutura. Relata que foi um processo muito doloroso, inclusive em decorrência dos óbitos, ocasionados pela própria doença, mas não por falta de qualquer tipo de assistência, mas pela evolução da própria doença, que não é simples, relata que conseguiram ofertar, dentro das possibilidades, a assistência adequada para todos. Zerbinato passa então a perguntar sobre as Unidades de Pronto Atendimento que foram mantidas para as demandas gerais (não utilizadas para Polos covid-19) e inicia questionando sobre a UBDS Central, antes de virar Polo covid-19,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

se ela também passou por avaliações periódicas de seus indicadores, assim como ocorreu com as UPAs Norte e Oeste, conforme previsto no Contrato de Gestão. O Sr. Marcelo responde positivamente a essa pergunta, sendo que as visitas e a reuniões das comissões foram periódicas. Zerbinato pergunta como foi e está sendo colocado em prática a Classificação de Risco nos Pronto Atendimentos, em especial sobre os tempos de espera para cada uma das Classificações (verde, amarela, vermelha). O Sr. Marcelo responde que as unidades de PA que não viraram Polo, possuem um software de classificação de risco, ou seja, um computador inteligente, que segue o Protocolo de Manchester. O paciente é triado por um enfermeiro que alimenta o computador com os dados coletados e este dá a classificação de risco (verde, amarelo ou vermelho). Os que são verdes teriam que ser atendidos em até duas horas, Sr. Marcelo diz que a média de tempo de atendimento é de 90 minutos. A Classificação amarela é atendida até uma 45 minutos e o vermelho é de atendimento instantâneo, até 5 minutos. Explica que é uma média e que em determinados momentos do dia esse tempo pode variar para mais ou para menos. Se o paciente passar mais de três horas na unidade, ele é reclassificado, pois pode ter mudado de cor. Se chegou, inicialmente, como verde ou azul pode ter virado amarelo e esse cuidado precisa ser tomado. Nas unidades que viraram Polo covid-19 não havia classificação de risco, sendo essa classificação feita de forma automática pelo médico que estava na porta da unidade, pois todos eram sintomas respiratórios, e não viam sentido em ficar separando os pacientes. A UBDS Vila Virgínia não era de gestão da Fundação Santa Lydia. Fernanda Bergamini explica sobre a resposta recebida de um requerimento no qual foram solicitados os relatórios de gestão das UPAS e das UBDS que estão sobre a gestão da Fundação Santa Lydia, no qual aparece uma variação muito grande de um mês para outro, na mesma unidade, do cumprimento do tempo de atendimento segundo a Classificação de Risco, sendo a variação de 8 a 80% do cumprimento. O Sr. Marcelo diz que seria necessário ver os meses para falar com mais especificidade e exemplifica com a questão fechamento para atendimento geral da UPA da Treze de Maio (UPA Leste), que atendia por dia, em média, 800 pessoas. Essas pessoas acabaram sendo deslocadas para alguma outra unidade, sendo que por mais que as estruturas das UPAs Oeste e Norte tivessem sido reforçadas, elas têm uma limitação física, como o número de consultórios, e por isso pode haver esses estouros nos números dos indicadores. Quando criaram o Polo na UBDS Central, a maioria das pessoas buscou atendimento na UPA Oeste, sendo que o dimensionamento da UPA Oeste foi prejudicado em determinado momento. Comentou sobre março/2021, na qual as unidades estavam mistas, atendendo covid-19 e Não covid-19, após terem sido estruturadas para essa demanda, havendo separação feita de *drywall*. Explicou ainda que onde havia quatro consultórios para Classificação Verde, foram divididos dois para covid-19 e dois para Não covid-19 e, essa divisão, automaticamente tiveram o tempo de atendimento prejudicado. Enfatiza mais uma vez a necessidade de olhar os dados com cautela, pois as unidades foram sendo moldadas conforme as necessidades da SMS e da Fundação Santa Lydia, para conseguir recursos, profissionais e a melhor assistência possível. Relata que em determinado momento a

pediatria foi retirada da UPA Norte e colocaram na UPA Oeste para fazer atendimento, pois a covid-19 estava aumentando na região norte e precisavam de espaço para fazer atendimentos e a UPA Norte e a UBDS Central já estavam em sua capacidade máxima. No momento da oitiva, a pediatria já havia sido retomada na UPA Norte. Diz que foram necessárias essas mudanças ao longo do mês para dar conta de garantir a assistência da covid-19 e das demais doenças tradicionais. Acredita que é por isso que foi um pouco prejudicado, mas quando se observa os indicadores antes da covid-19, relata que a média de tempo sempre era atingida. Fernanda Bergamini pergunta como a Fundação Santa Lydia está vendo a troca de função da UBDS Central na Rede de Atenção à Saúde, de pronto atendimento geral para uma unidade de CAPS IV, pensando na redistribuição dos pacientes entre as outras unidades de PA e o atendimento no tempo preconizado. O Sr. Marcelo comenta primeiramente sobre a estrutura da Rede como um todo, dizendo da compreensão da demanda de covid-19, em relação à complexidade tecnológica dos leitos, sendo necessária uma estrutura para dar continuidade aos atendimentos que necessitavam de um menor nível tecnológico. Após identificar essa demanda, abriram o hospital Municipal Francisco de Assis, que conta com 31 leitos, para dar assistência aos pacientes "menos complexos", para liberar leitos no hospital, tanto para enfermaria como para UTI, sendo 15 leitos de enfermaria e 39 leitos de UTI. Relata que cerca de 15 a 20% dos pacientes que chegam em todos os PA são da psiquiatria, na UPA Oeste, no dia da oitiva, haviam 16 pacientes psiquiátricos internados, em uma unidade que é destinada a atender urgência e emergência. Explica que não pode existir barreiras para o fluxo interno em unidades de pronto atendimento, dada a dinâmica dos atendimentos. Diferente de uma unidade de psiquiatria, na qual essas barreiras são necessárias para evitar fugas e outras situações de risco. Menciona que se os 20% de pacientes psiquiátricos de cada uma das unidades de PA forem redirecionados para a UBDS Central as pessoas terão um atendimento mais digno e adequado, com estrutura, pessoal e medicamentos adequados. Essa estrutura não existe hoje nos PA, não por falta de desejo, mas porque não existe essa estrutura no PA para atendimentos psiquiátricos. Com a estruturação do CAPS na UBDS Central haverão leitos de internação, podendo ser mantido o tempo de espera para a regulação para uma vaga hospitalar, mas o paciente ficará melhor assistido. Sobre o dimensionamento da Rede, o impacto previsto é menor, pois o paciente psiquiátrico que chegar nos outros PA será regulado para o Central, para ter um atendimento adequado. Refere ainda que o principal motivo que leva a necessidade de manutenção nas unidades de PA é o surto psiquiátrico, quando são quebrados monitores, bombas de infusão, respiradores, não havendo segurança para esse tipo de paciente. O CAPS IV está sendo visto como uma unidade que trará mais tranquilidade no sentido exposto anteriormente, ainda informa que a média de atendimentos na UBDS Central é de 300 pacientes, sendo que na UPA Leste a média é de 800, a Oeste 400 e a Norte 600. A UBDS da Vila Virgínia tem uma previsão de atender 600 pacientes. Caso seja somado 20% de todos esses atendimentos, em cada uma das unidades, o Central atenderá mais de 300 pacientes por dia, dessa forma, o dimensionamento da demanda apontaria para uma não retirada da assistência após o retorno do funcionamento da UBDS Central. Até lá, as quatro unidades de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

pronto atendimento terão que dar conta da demanda. Zerbinato questiona como está sendo a operacionalização da escala médica, em especial aos finais de semana, nas Unidades de Pronto Atendimento. O Sr. Marcelo diz que existe uma central de plantões, composta por uma equipe, que conta com diversos profissionais médicos cadastrados na Fundação Santa Lydia, médicos emergencistas, médicos com classificação para atender amarelo e vermelho. Esses profissionais fazem a escala para atender todos os dias, inclusive aos finais de semana, para cobrir as 24h, sendo essa organização publicada no site da Prefeitura e fica disponível no mural das unidades. Relata que no atual momento não sofrem mais com falta de profissionais. Diz que passaram por três grandes crises durante a pandemia: recursos humanos (enfermeiros, técnicos e médicos); medicamentos e oxigênio. Diz que todas vieram em abril, maio e junho, pois toda a região abriu leito e, automaticamente, houve aumento da demanda por profissionais, que foram migrando para a região. Foi aumentado o valor pago por plantões, em até duas vezes o valor habitual, mas refere que mesmo assim foi difícil conseguir médicos em todas as unidades. E quando não conseguiram profissionais foi feito o remodelamento das unidades, sendo por isso também que houve prejuízo nos indicadores de tempo de espera, sendo que algumas alas foram fechadas e mantido apenas o atendimento dos pacientes com classificação vermelha e amarela e deslocando o paciente verde para outras unidades, com auxílio do SAMU. Atualmente diz que não tem faltas e nem lacunas na escala, pelo contrário, a procura por trabalho está maior que o número de vagas, havendo a possibilidade de usar um melhor filtro para colocar profissionais na ponta para realizar os atendimentos. Zerbinato abre a palavra para os demais vereadores. Thiago Scatena pede para que seja comentado sobre a Fundação Santa Lydia, que seja explicada a relação da Fundação com a Prefeitura em nível administrativo e como é feito o repasse de verbas para a Fundação, tanto municipal quanto os repasses supramunicipais. O Sr. Marcelo comenta que a Fundação Santa Lydia era privada até 2010 quando foi doada para o município, por isso a Câmara Municipal votou uma Lei para haver o repasse de cinco milhões para o proprietário e assumiu a instituição. Ela é uma Fundação autorizada pelo poder Público, mas não mantida, dessa forma, é uma Fundação Pública de direito privado, caracterizada como uma Fundação de Apoio ao município. Os diretores da Fundação são indicados pelo Executivo Municipal e ela não é mantida com recursos públicos, sendo que todo repasse feito para a instituição precisa de autorização legislativa, como foi o último de mais de dois milhões aprovados recentemente pela Câmara. As unidades de PA seguem um modelo de contratualização chamado Contrato de Gestão, conhecido informalmente como "Porteira fechada", a Prefeitura passa uma quantidade de recurso a partir de uma estimativa de gasto de custeio, e a Fundação faz a Gestão da Unidade com base nas metas pactuadas. O Hospital Santa Lydia funciona por convênio, ou seja, o procedimento é realizado, ocorre o faturamento para o SUS e então o SUS paga a Fundação por meio do Convênio firmado com a SMS. O Sr. Marcelo dá o exemplo do contrato para leitos de UTI, que o SUS paga R\$1.600,00/dia e a Fundação tem 39 leitos desse tipo, que constam no contrato. O valor estipulado pelo SUS é multiplicado pelo

número de leitos e por 31 dias, que chega a R\$1.632.000,00. Esse valor é repassado pela SMS depois que esse dinheiro é depositado no Fundo Municipal de Saúde, não havendo qualquer tipo de recebimento dos Governos Federal e Estadual. Refere que, em pequena quantidade, recebem emendas parlamentares direcionadas diretamente por meio do Portal do SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse), mas usualmente esse recurso também vem Fundo de Saúde e é repassado mediante a apresentação de um Plano de Trabalho de Aplicação. Reforça que todo o dinheiro recebido pela Fundação vem a partir de demonstrativos de produção e cumprimento de metas e desempenho. Thiago pergunta se existe um controle do Tribunal de Contas ao que o Sr. Marcelo responde que existe e recebem a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, que analisa todo o Contrato da Instituição, também contam com a fiscalização do Tribunal de Contas de Ribeirão Preto, do Ministério Público, ao qual prestam contas anualmente, além de prestações de contas para a SMS, por meio do Contrato de Gestão, além da apresentação dessa prestação para a Câmara Municipal, sendo fiscalizada também por essa última. Zerbinato abre a palavra para os convidados pontuarem alguma informação que acreditam ser importante e que não foi perguntada. O Sr. Marcelo comenta que, antes da pandemia, o Hospital Santa Lydia tinha cinco leitos de UTI SUS e três leitos privados. Foram feitos 39 leitos de UTI dentro do Hospital, que é uma unidade pequena de três andares, pois tiveram que focar na covid-19, fechando também o Centro Cirúrgico para destiná-lo a implantação de UTI covid-19, assim como aconteceu com a enfermaria, o ambulatório, a sala de quimioterapia infantil, ou seja, onde haviam leitos e fonte de oxigênio, foi transformado em UTI covid-19. Os únicos espaços Não covid-19 que continuaram funcionando foram uma UTI Neonatal e pediátrica e a quimioterapia infantil que foi deslocada para o primeiro andar, o restante foi destinado para atender covid-19 via SUS. Fizeram mudanças na UPA, em parceria com a SMS, para transformá-la em Polo covid-19, pois há a necessidade de dispor de respiradores, bomba de infusão, equipe, medicamento, RX portátil, gasometria, e todos os outros insumos necessários, inclusive levando o exame de gasometria e RX portátil para as demais Unidades de PA, além da estrutura do Hospital São Francisco para receber os casos não-covid-19 leves. Refere que cumpriram a missão da Fundação, que é ser um braço da SMS no que for necessário, e agora os próximos passos que precisam ser discutidos são: retomadas, mutirões para colocar as filas de espera em ordem. Caso seja perguntado se caberia mais um leito de UTI ou enfermaria covid-19 no Hospital Santa Lydia, diz que a resposta seria negativa, pois onde existia a possibilidade, eles foram criados, bem como foi feito nas UPAs, onde chegaram a ter 31 pessoas intubadas. Caso não existisse os Polos, não haveriam onde internar essas pessoas. Lembra ainda que Ribeirão recebeu o fluxo de atendimento da Região, pois as UPAs seguiram fazendo os testes de covid-19 mesmo quando os planos de saúde o estavam negando aos seus beneficiários. Relata que o tempo de espera para receber o resultado do teste variava de um a três dias, a depender da gravidade do caso e que fizeram tudo que podia ter sido feito, considerando a segurança do paciente e pensando em saídas para as hipóteses levantadas. Menciona ainda que um torpedo de 10 m³ seria suficiente apenas para um paciente, sendo necessário três por paciente



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

devido a logística de envase e transporte do gás, sendo inviável essa logística para o número de leitos e a necessidades de oxigênio do momento. Por essa razão o tanque do oxigênio foi necessário, não havendo a possibilidade de errar, pois erros significavam vidas. Agora estão pensando no pós-covid-19. Sra. Jane também faz suas considerações finais dizendo que foram necessárias diversas ações para uma única situação, mas uma situação que trouxe muito impacto em todos os sentidos, na vida das pessoas, dos profissionais de saúde, dos usuários. Diz que hoje está sendo um dia muito difícil por conta da saída do Secretário da Saúde, pois se tornaram uma equipe de fato e todas as ações tomadas foram elaboradas em conjunto com diversos profissionais e relata ter muito orgulho de estar em seu cargo e com a equipe que compõe a SMS, assim como todos os profissionais de saúde do Município, que trabalharam incessantemente. Reforça que a pandemia não acabou, sendo necessário manter os cuidados e se manter vigilante. A SMS segue atenta aos números e diz que estão precavidos, não se desfizeram de nada que foi colocado nas unidades para que fossem transformadas em polos. No presente momento não existe a justificativa para manter o funcionamento dos Polos, por conta dos números, mas estão melhor preparados para essa batalha. Menciona sua gratidão a todos e também pela Comissão Especial de Estudos, pois acredita que esse é o papel da Câmara, perguntar, questionar, que essa é a participação social que precisa haver. Menciona que o Dr. Sandro deixou como legado o olhar do Planejamento para a SMS, então todas as ações para o enfrentamento da pandemia foram muito bem planejadas e detalhadas, para que pudessem fazer o melhor dentro das possibilidades existentes para o momento. Relata que hoje estão colhendo bons frutos, mas que não foi simples e nem fácil chegar até a circunstância atual. O Sr. Marcelo coloca o Hospital Santa Lydia disposto para a visitação e para conversar com os trabalhadores da saúde, que ainda está com os leitos de covid-19 montados. A Sra. Mônica, que cuida do Departamento de Controle e Auditoria, relata que saíram de 28 leitos municipais de UTI covid-19, para 74 leitos de UTI covid-19 em 2021. Relata que estão com 64 leitos de UTI ativos junto aos prestadores, ainda existem pacientes internados. Enquanto departamento de auditoria, fazem o trabalho de auditoria de todos os prontuários de todas as internações de forma diária, tendo seguido com a mesma equipe que tinham antes da pandemia, e ainda tendo que auditar todos os outros leitos dos demais agravos em saúde, além daquelas abertos exclusivamente para covid-19. Zerbinato agradece a participação de todos os convidados. Vereador Marcos Papa cumprimenta a todos e congratula o trabalho da Comissão, menciona a importância de compreender as nuances do crescimento da Fundação Santa Lydia e, apesar de não ser tema da reunião atual, diz sobre as intenções da instituição de melhorar a governança, devido ao seu crescimento vertiginoso para atender as demandas da saúde do município, sendo necessária a estruturação dessa área para que lhe seja conferido esse legado. Parabeniza pela condução do trabalho e faz uma saudação aos representantes da Santa Lydia. A Vereadora Judeti cumprimenta a todos e agradece a disposição dos convidados que trouxeram importantes informações para a Comissão, destaca que se sente animada pelo relato da SMS sobre a importância de

se dizer claramente que a pandemia não acabou e que todo o sistema de saúde não deve esmorecer e nem deixar os espaços vagos, também parabeniza pela condução do trabalho. Zerbinato agradece a participação e a pronta disposição da SMS de comparecer e trazer informações, relata que apesar das divergências também sente a saída do Dr. Sandro. Fernanda Bergamini faz a leitura dos principais pontos do relatório parcial da CEE da covid-19, destacando que o mesmo começou a ser elaborado após as oitivas com a Vigilância e sobre as mortes não-covid-19, nas quais se destacaram a regulamentação insuficiente de algumas portarias federais, em especial para Monitoramento e rastreamento da covid-19, essenciais para saber a dinâmica do vírus dentro da município. Outro ponto destacado foi a forma vaga como algumas portarias foram redigidas, o que gerou dúvidas, demandou tempo de estudo e de consultas ao Ministério da Saúde e ao jurídico. Tempo em um momento que era necessário correr contra o relógio para evitar que mais vidas fossem perdidas. E, apesar de haver a possibilidade de uso dessas verbas até dezembro de 2021, foi justamente em 2020, quando a arrecadação de Ribeirão estava em baixa, que esses recursos seriam essenciais para o enfrentamento à pandemia. Em linhas gerais, esse relatório poderia contribuir para a CPI do Senado com esses apontamentos, uma vez que também foi mencionado aqui que essa dificuldade esteve presente em vários outros municípios, que contraria em partes a narrativa do Governo Federal, que diz que “verbas não faltaram”. Talvez tenha faltado regulamentação para o seu uso, que fizeram cerca de 25% delas ficarem nos Fundos da Saúde e da Assistência Social em 2020. Além disso, a dificuldade gerada para a contratação de trabalhadores que estiveram na linha de frente durante toda a pandemia. Essas pessoas trabalharam dobrado ou triplicado devido ao aumento de demanda e também para cobrir colegas que faziam parte do grupo de risco e, por motivos de manter a vida a salvo, tiveram que ficar afastados de seus postos de trabalho. Refere que existem alguns outros pontos direcionados ao município, mas que seriam necessárias outras informações para haver um respaldo mais técnico. Nesse sentido, foi aberta a palavra para que fossem feitos os encaminhamentos e a votação do Relatório. O Vereador Marcos Papa solicita que seja acrescentado ao texto do relatório, como forma de subsídio ao trabalho da CPI do Senado, ainda que humilde, que os achados da CEE desfaz a narrativa mentirosa de que o Presidente mandou dinheiro para os municípios, pois quem mandou foi o Pacto Federativo Brasileiro, determinado na Constituição de 1988, aquilo que cabe em cada município. Ainda menciona que as falsas informações publicadas pelo Presidente prejudicaram demais o enfrentamento da pandemia. Thiago Scatena parabeniza a Fernanda e o Dário pelo relatório e menciona a extensão e o detalhamento do relatório, diz da importância de que esse documento fique nos arquivos da Câmara como fonte de informação muito importante do município, até como forma de talvez orientar, no futuro, o enfrentamento de uma próxima pandemia. **Com as considerações do Vereador Marcos Papa incluídas, foi aprovado o relatório parcial.** Zerbinato também parabeniza pelos trabalhos da Fernanda e do Dário. Fernanda faz a leitura das pendências levantadas durante a escrita do relatório parcial e as pendências da reunião anterior, que não foram deliberadas por falta de quórum. Sobre os pontos para deliberação: solicitar novamente as informações sobre a quantidade e qualidade das máscaras fornecidas aos servidores municipais, pois a resposta ao Requerimento 4982/2021 trouxe dados apenas da pasta da saúde; transformar os ofícios 16 (para o COMSEAN) e 17 (para a Secretaria de Administração) em requerimentos, pois eles foram enviados dia 12 de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

agosto e não foram respondidos até o momento. Sobre as questões que surgiram durante a elaboração do relatório: solicitar o mapeamento das famílias em situação de moradia precária feito pelo CAISAN, para monitorar a questão do recebimento de auxílios que contribuam para a segurança alimentar dessas famílias; foi enviado um ofício para a Secretaria de Saúde solicitando a relação das Portarias e verbas para o enfrentamento da Pandemia, com as respectivas datas de empenho, liquidação e pagamento, a sugestão seria fazer o mesmo ofício para a Assistência Social e a Educação, pois não ficou muito bem explicado alguns pontos durante a oitiva, como, por exemplo, segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal da Assistência Social, dos recursos para o enfrentamento da covid-19, a maior parte foi municipal (12,4 milhões), seguido do Federal (9,2 milhões). Relata preocupação com os 26% (2,4 milhões) dos recursos Federais que não haviam sido gastos até o final de julho de 2021. Porém, no mesmo período, segundo a apresentação feita durante a oitiva, cerca de 9,8 milhões, que correspondem a 78,7% das verbas municipais, não haviam sido gastas, sendo necessário maior esclarecimento. Na educação não ficou muito compreensível a fonte dos recursos para as reformas das unidades escolares para a adequação ao novo protocolo sanitário. O Secretário havia mencionado em oitiva que cada escola receberia entre 13 e 25 mil reais, algumas chegando na casa dos 60 mil reais para que as adequações sejam feitas. Porém, não comentou sobre as fontes desses recursos. O Coletivo Popular Judeti Zilli já elaborou esses ofícios para dar seguimento pela CEE. Também faltaram informações sobre a fonte de verbas para custear as horas extras dos servidores da Fiscalização Geral durante o enfrentamento à Pandemia. Uma pergunta que ficou sem resposta é sobre a possibilidade legal de escolha por uma política pública de endividamento da Prefeitura para auxiliar na recuperação da economia local. Durante a oitiva da Secretaria da Fazenda foi afirmado que essa avaliação poderia ser feita pela Secretaria de Justiça ou pela Procuradoria Geral do Município, foi sugerido o encaminharmos essas questões para os órgãos mencionados. Durante a oitiva da Secretaria de Assistência Social, algumas perguntas feitas ficaram sem respostas, a sugestão é que fossem feitas novamente por ofício, como: se existiu algum controle sobre o número de pessoas que ficaram sem receber qualquer tipo de benefício; como é feita a busca ativa de pessoas que não chegam até os serviços (CRAS, CREAS, Núcleos especializados, CACEM, espaços de acolhimento) de assistência social; sobre a base censitária da população em situação de rua: existe ou tem previsão orçamentária para fazer; o número de pessoas em situação de rua testaram positivo/morreram por covid-19. Durante a oitiva da Educação foi mencionada que o Comitê Intersetorial havia feito uma indicação de retorno às aulas em setembro/2020, com alunos a partir do 8º e 9º anos e EJA, menciona que talvez seja interessante compreender como se deu essa deliberação e os motivos que levaram ao seu não cumprimento. Não foram feitos novos apontamentos, sendo aprovado em bloco todos os documentos que serão solicitados. Zerbinato passou a palavra para as considerações finais, mas todos se disseram satisfeitos. Zerbinato agradece a participação e a disponibilidade dos demais mandatos e também dos convidados. Agradece todos os trabalhadores da Câmara envolvidos na organização e na transmissão da reunião pelas mídias da Câmara e encerra a reunião. Link do Youtube:
https://www.youtube.com/watch?v=58AVb_AR2wE&t=33s

05/10/2021 – A DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI SOBRE OS SERVIÇOS DE OUVIDORIA DA SAÚDE, E-SIC E SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE (SAM) E O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINtes CONVIDADOS: DIRETORA DO DEPARTAMENTO TÉCNICO E CONTROLE INTERNO; OUVIDORIA DA SAÚDE; SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE; E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. A décima reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 05 de outubro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Marcos Papa e Zerbinato. Justificaram a ausência os Edis: Coletivo Popular Judeti Zilli e Lincoln Fernandes. Estiveram presentes as convidadas: **Sra Tatiana dos Reis Balaniuc Monteiro Moreira** (Diretora do Departamento Técnico e Controle Interno); **Sra. Wanessa Cristina de Oliveira Silva Pereira** (Responsável pela Ouvidoria da Saúde); a Sra. **Fernanda Cristina Padial** (Coordenadora Técnica do Arquivo Central da Secretaria Municipal da Saúde). Não compareceu a oitiva: Presidente ou representante do Conselho Municipal de Saúde. Também estiveram presentes: João Paulo (Comitê de Enfrentamento à Pandemia), Fernanda Bergamini e Thiago Scatena (Assessoria C.P. Judeti Zilli). O Vereador Zerbinato cumprimenta a todos e agradece a presença dos convidados. Antes de iniciar a oitiva, solicita que a assessora Fernanda Bergamini faça a leitura dos informes: o Relatório Parcial foi aprovado, acrescido das sugestões dadas pelo Vereador Marcos Papa e enviado para a CPI do Senado, como forma de uma contribuição singela, devido aos achados sobre as portarias federais, em especial a dificuldade de utilização de algumas verbas advindas destas por falta de informações precisas no texto da normativa, tardando o uso desses recursos em meio a crise sanitária. Informa ainda que foi criada, pela Câmara Municipal, a Frente Parlamentar em Defesa do SUS, a partir de um Projeto de Resolução do Vereador Zerbinato. Vereador Zerbinato informa sobre as ausências dos membros da Comissão e elenca os temas da reunião: as principais dificuldades dos Usuários do SUS registradas pela Ouvidoria da Saúde e os pedidos de informação feitos por meio do E-SIC, durante a Pandemia, tanto de pessoas com suspeita ou diagnóstico de covid-19, como as demais questões de saúde no geral; e as principais demandas de usuários e trabalhadores recebidas pelo Conselho Municipal de Saúde sobre o enfrentamento da pandemia no município; uso das verbas destinadas para o enfrentamento da pandemia. Relata que o Presidente do Conselho Municipal de Saúde não pode comparecer e não houve a indicação de nenhum outro representante. A assessoria do Vereador Zerbinato fez um levantamento nas pautas e atas do Conselho de Saúde e encontrou que, entre março/2020 e setembro/2021 foram pautados apenas 3 assuntos levados por duas trabalhadoras de saúde e uma usuária. Solicitou que a assessora Fernanda Bergamini faça a leitura desse levantamento: uma Agente Comunitária solicitou uma pauta sobre questões relativas à testagem em massa dos profissionais de saúde. A matéria, que seria uma pauta, foi transformada em informe no momento da reunião. Havendo apenas um esclarecimento por parte do Secretário de Saúde a respeito das recomendações de testagem para casos sintomáticos, conforme protocolo geral. Uma outra profissional de saúde solicitou a inclusão de pessoas com transtornos mentais e psiquiátricos, moradores do Santa Tereza, no grupo de prioridades para a vacinação contra covid-19. Apesar do



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

encaminhamento contrário da Gestão, a pauta foi aprovada. Foi sugerido que essa questão fosse feita nas próximas oitivas, quando serão convidados para falar sobre a organização da vacinação no município. Por fim, uma usuária solicitou a criação de um Comitê Interno no CMS para tratar especificamente sobre covid-19. Dada a falta de informação sobre esse Comitê, criado em julho/2020, não havendo nenhum representante do Conselho para trazer qualquer dado e não havendo menção desse órgão nas reuniões seguintes do CMS, foi sugerida a solicitação das memórias das reuniões desse Comitê, para compreender melhor sua atuação durante a Pandemia. A Gestão da Saúde foi responsável pela inclusão de apenas 6 pautas no CMS desde o início da pandemia, dentre elas: Plano de Contingência da covid-19 (junho/2020); referendo à carta de recomendação do conselho municipal de saúde acerca da decretação do "LOCKDOWN" (julho/2020); apresentação (apenas apresentação, não houve votação/deliberação) das contas referente aos recursos recebidos, destinados ao enfrentamento da pandemia pelo novo coronavírus e as despesas até então realizadas (agosto/2020); atualização do Plano Anual de Saúde 2020 e do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, incluindo Ações - covid-19 19 (setembro e outubro/2020); atualização de metas – Plano Anual de Saúde 2021, devido a covid-19 19 (fevereiro/2021); e Plano de Contingência covid-19 para 2021 (março/2021). O Vereador Zerbinato apresentou as convidadas e convidou os presentes para fazerem suas considerações iniciais. Vereadora Duda cumprimenta a todos, agradece a disponibilidade das convidadas e parabeniza o vereador Zerbinato pela condução dos trabalhos. João (Comitê) cumprimenta a todos e diz sobre a importância do tema da reunião. O Vereador Zerbinato inicia as perguntas indagando sobre o papel e as principais diferenças entre a Ouvidoria e o E-SIC e quando o usuário deve procurar um e quando deve procurar o outro serviço. Sra Wanessa cumprimenta os presentes e inicia sua explanação dizendo sobre a Ouvidoria, que é um serviço para o cidadão, podendo ser utilizada para registrar reclamações, solicitar informações e outras demandas. Esses contatos são registrados, mas não têm o objetivo de atender individualmente esse cidadão, e sim, primordialmente, elaborar relatórios para que a gestão possa tomar providências de forma mais efetiva para o coletivo. O E-SIC está relacionado à Lei de Acesso à Informação. A Sra. Fernanda Padial agradece pelo convite e se coloca à disposição. Comenta que o departamento trabalha, de forma conjunta, toda a legislação de acesso à informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Diferencia a Ouvidoria como um "pós-serviço" e cada cidadão, elogio ou reclamação pertinente ao serviço prestado. O E-SIC sintetiza informações que são de uso comum de todos os cidadãos. Seria, por exemplo, os relatórios de compra, quantidade de leitos. Informações que já constam no Portal de Transparência, mas qualquer cidadão pode pedir a sintetização dos dados ou acesso, caso ele tenha dificuldade para acessar esse dado. Explica que ainda existe um terceiro serviço, de atendimento ao munícipe (SAM), que não se encaixa nem como Ouvidoria e nem como E-SIC, por não ser um pós-serviço individual, não ser um serviço de Acesso à Informação, mas sim o acesso individual de um dado sensível da própria pessoa que ela teria direito, como uma cópia de relatório médico, uma cópia de relatório, e está no mesmo departamento. O Vereador Zerbinato perguntou, caso fosse possível traduzir em números, quanto aumentou a demanda para a Ouvidoria e o E-SIC durante a Pandemia. Sra. Wanessa comenta que não está munida do aumento específico para apresentar durante a oitiva. Comenta que, em relação ao ano de 2020, também devido

a pandemia, não estavam buscando atendimento na atenção básica e outros serviços. Acredita que, por esse motivo, houve uma redução no período dos atendimentos da Ouvidoria. Relata um aumento em 2021 principalmente devido a campanha da vacinação, a maior demanda que chegou no serviço foi sobre a vacina. O agendamento de consultas também não houve tanta demanda em 2021, mas não trouxe dados para comparar com momentos anteriores. O Vereador Zerbinato pergunta se houve algum aporte de verba extra para a Ouvidoria e para o E-SIC, ou a contratação/relocação de pessoal para auxiliar no aumento de demanda decorrente dessa Crise Sanitária. A Sra. Wanessa responde que não houve verba e nem aumento no número de funcionários para adequar o serviço de Ouvidoria à demanda da pandemia. O Vereador Zerbinato pergunta sobre os registros feitos desde março/2020, quais foram os principais motivos que levaram os usuários do SUS a procurarem tanto pela Ouvidoria como pelo E-SIC. A Sra. Wanessa comenta que no ano de 2020 houve muita denúncia para a vigilância sanitária, relacionadas aos Decretos Estaduais e Municipais para fiscalização. Em 2021 foi relacionada a campanha de vacinação contra covid-19, sendo que, desde janeiro, foram 1198 atendimentos sobre esse tema. O Vereador Zerbinato comenta sobre as reclamações dos usuários em relação ao acesso às Unidades de Atenção Básica, que chegaram aos Gabinetes dos vereadores. Pergunta se esse tipo de reclamação chegou até a ouvidoria. A Sra. Wanessa comenta que as consultas na Atenção Básica foram interrompidas e por isso receberam uma quantidade grande de queixas para conseguir agendamento. Relata que várias pessoas reclamaram e outras compreenderam o momento. O Vereador Zerbinato pergunta se foi possível monitorar os desfechos das queixas que chegaram até a Ouvidoria. A Sra. Wanessa comenta que 77% dos atendimentos da Ouvidoria estavam relacionados com o agendamento, a maior parte ocorria no dia da abertura da agenda, devido a sobrecarga do sistema e a dificuldade de falar ao telefone. Receberam um grande número de queixas sobre a demora para receber o resultado do teste de covid-19, mal atendimento em salas de vacina, como também elogios das salas de vacina, e sobre regulação de urgência. Esse último quesito chega menos na Ouvidoria, pois as pessoas sabem que não é papel da ouvidoria conseguir um leito, então as pessoas acabam não ligando por esse motivo. Sobre os desfechos, grande parte a própria Ouvidoria consegue orientar e informar ao cidadão, com as informações disponibilizadas no próprio site da Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura, com relação aos agendamentos, principalmente. Grande parte das pessoas ficaram ansiosas por crer que, se perdessem o dia do agendamento, não conseguiram mais marcar uma data para tomar a vacina contra a covid-19. Nesse sentido, o papel da Ouvidoria foi de acalmar as pessoas e dar orientações sobre futuros agendamentos, essas demandas acabaram não sendo transformadas em registros de reclamações, pois as pessoas aceitavam as orientações. Comentou que a Sra. Tatiana ficou responsável pelo Gabinete, para responder às demandas sobre a Campanha de Vacinação. Todas as demandas foram registradas pela Ouvidoria e encaminhadas para a Sra. Tatiana, relata ainda que todas as demandas foram respondidas dentro do prazo, sempre com as orientações de como a pessoa deveria proceder. As reclamações de mal atendimento são encaminhadas para os supervisores das Unidades de Saúde, que também responderam com as informações devidas, como informando que os profissionais foram orientados. O Vereador Zerbinato pede para que seja confirmada a informação de que o fechamento das agendas foi o que recebeu maior número de reclamações. E também pede para apontar os principais pontos que foram alvos de elogios.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

A Sra. Wanessa confirma que a agenda foi um dos principais problemas relatados na Ouvidoria e os elogios foram em relação ao próprio atendimento, pois, ao mesmo tempo que existem reclamações nesse sentido, também houve elogios em relação ao atendimento nas salas de vacina e aos atendimentos em geral. O Vereador Zerbinato se diz satisfeito, agradece e passa a palavra. A Vereadora Duda pergunta sobre o quadro de funcionários atual e se existe a necessidade da contratação de novos funcionários frente a demanda trazida pela pandemia. A Sra. Wanessa comentou que a Ouvidoria está com falta de funcionários no momento, diz que teve dificuldades para atender a população nesse período. Refere que está em três pessoas, contando com ela, que é a responsável pelo setor e realiza atendimentos para colaborar com o trabalho. São atendidas, em média, 60 a 70 pessoas por dia, a maioria por telefone, mas devido a mudança do perfil dos usuários durante a Campanha de Vacinação, muitas demandas vieram por e-mail. Reafirma que a equipe precisa ser aumentada. Vereadora Duda pergunta se o trabalho foi realizado de forma presencial durante o período da pandemia e se houve distribuição de EPIs para os funcionários. A Sra. Wanessa responde de forma afirmativa sobre o trabalho presencial, diz que utilizam máscara continuamente e as mesas ficam separadas. A Vereadora Duda pergunta se houve algum surto de covid-19. Sra. Wanessa afirma que na Ouvidoria não houve surto de covid-19. Sra. Fernanda Padial complementa sobre o serviço do E-SIC e o Serviço de Atendimento ao Município (SAM), não houve dificuldade no atendimento porque o serviço passou por um processo de modernização, sendo que o acesso se dá via telefone, pelo número 156, que funciona das 7 às 19h, com atendentes externos. Para os servidores do Departamento a demanda chega apenas pelo computador, o sistema é todo informatizado. O E-SIC é feito apenas mediante cadastro, no Portal de Transparência do Município, então não houve a mesma dificuldade com a questão de atendimento relatado pela Ouvidoria. Também são em três servidores lotados no Departamento e, pelas demandas serem todas eletrônicas, não houve aumento de demanda. Os E-SIC seguiram na mesma quantidade de atendimento dos anos anteriores, assim como o Serviço de Atendimento ao Município. A Sra. Tatiana complementa a fala sobre a alta resolutividade das demandas na própria Ouvidoria, que pode ser demonstrado pelo relatório do Órgão, sendo que de 1560 telefonemas recebidos, 719 foram registrados e as demais respondidas pela própria Ouvidoria no momento do contato, as respostas são consideradas satisfatórias e têm aceitação. Acredita ser importante registrar que foram mais de 900 mil pessoas vacinadas até o momento, nesse sentido, diz que ter recebido apenas 460 registros pela Ouvidoria demonstra que a Campanha e a forma de Agendamento foram satisfatórias e produtivas. Muitas das demandas estavam ligadas a recusa de obedecer às regras do Gestor Estadual, a marca da vacina também foi muito questionada por aqueles que gostariam de escolhê-la, além do número de vagas por faixa etária. A Sra. Tatiana foi nomeada como responsável na Secretaria de Saúde para responder sobre as vacinas contra a covid-19. A Vereadora Duda pergunta sobre o trânsito com a SMS, se a Sra. Tatiana realizou o trabalho sozinha ou contou com alguma ajuda. Sra Tatiana informa que a demanda sobre a vacina veio no CPF dela, por exigência supramunicipal. A demanda entrava via Ouvidoria, era encaminhada para a Sra Tatiana e ela tinha que buscar a resposta nos Departamentos da SMS correspondentes. Relata que chegou um momento em que as perguntas eram muito parecidas e por isso elaborou um "Perguntas e respostas" para agilizar o retorno das

demandas. Dessa forma, reafirma que foi a responsável por buscar as respostas em outros setores, quando não detinha a informação necessária, mas o CPF vinculado a essas respostas era o dela. A Sra. Wanessa complementa dizendo que o Sistema Ouvidor SUS, que é do Ministério da Saúde, precisa que todos os responsáveis sejam cadastrados com CPF. Por determinação do Gabinete, a Sra Tatiana ficou responsável pelas respostas de Vacinação, mas a Ouvidoria também registrou para os responsáveis pelas Unidades de Saúde, demandas de mal atendimento, e também para o SAMU, relacionado à regulação de Urgência. Reafirma as 719 demandas registradas, sendo que todos os outros contatos foram orientados pela própria Ouvidoria. Perceberam que foi muito importante o trabalho de orientação, pois as pessoas estavam "bastante perdidas", relata dúvidas de acesso a internet, como buscar a informação. Diz que muitas pessoas perderam o agendamento inicial, pois não o encontraram, mesmo com informações disponíveis nos telejornais e no site oficial da Prefeitura. Em relação às demandas encaminhadas, do total de 719, 90% foram concluídas e as demais estão dentro do prazo para a conclusão. Das demandas concluídas, 83% tiveram resposta satisfatória e não questionada pelo demandante. A Sra. Tatiana complementa falando sobre o E-SIC, que foram feitos 20 registros em 2020 e 11 registros em 2021, número bem menor de requisições e, em geral, relacionadas à Lei de Transparéncia, como número e lista de vacinados. As respostas neste canal são mais complexas, por terem que respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados. O Vereador Marcos Papa se disse contemplado com as perguntas e comenta sobre a boa qualidade dos servidores do da Secretaria Municipal da Saúde e que o serviço desses trabalhadores poderia ser melhor efetuado com apoio de tecnologias. Parabenizou as servidoras que estavam na oitiva. O Sr. João pergunta sobre a publicidade dos Relatórios da Ouvidoria e também menciona o trabalho de excelência prestado pelos servidores da saúde. Pergunta se o serviço de Ouvidoria é feito pelo 156. Sra. Wanessa responde que são setores diferentes, sendo que o 156 é um serviço de atendimento ao munícipe da Prefeitura, também registra reclamações de saúde e quando isso acontece a queixa é remetida para a Ouvidoria. A Ouvidoria é vinculada ao Ministério da Saúde, trata-se de outro serviço cujos registros são feitos por meio de outros canais de atendimento. Sobre o Relatório, comenta que foi elaborado um material específico para essa oitiva, mas que todos os relatórios anteriores estão disponíveis no site da Secretaria Municipal de Saúde, sendo disponibilizados semestralmente e anualmente. Sra Fernanda Padial comenta que no 156 os atendentes são treinados para melhor direcionar as demandas para Ouvidoria ou E-SIC ou vice-versa, uma entrada feita pela Ouvidoria pode ser direcionada para o E-SIC ou para o SAM. O Sr. João pergunta o número de atendentes do SAM (156). A Sra. Fernanda Padial menciona que são prestadores de serviço no município e não fazem parte da Secretaria de Saúde, sendo que atualmente estão em 8 atendentes, que trabalham das 7 às 19h e contam com o apoio de protocolos para direcionar a demanda para os setores de melhor correspondência. Tiago Scatena comenta sobre seu interesse em ler o Relatório da Ouvidoria e pede para comentar sobre as perguntas e respostas mais frequentes que a Sra. Tatiana havia mencionado, como também questiona sobre os E-SIC relacionados à Saúde Mental, que tem sido um tema recorrente nas discussões da Câmara. Sra Tatiana comenta que as principais perguntas e respostas estão disponíveis no site, em um documento elaborado pela DEVISA. Menciona ainda que no começo as questões estavam relacionadas aos grupos não contemplados para a vacinação no início da campanha, também as marcas das vacinas, o acompanhamento e



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

filmagem/registro do momento da vacinação; no final as demandas estavam relacionadas ao agendamento. Menciona sobre a demanda judicial e não judicial de saúde mental que chega em grande número para a Ouvidoria, assim como a violência contra a criança que chega por meio do Promotor, com solicitações de relatórios e visita domiciliar. Também são solicitadas análises psicológicas e outras demandas que chegam via Defensoria, Ministério Público, Tribunal de Contas, respondem pedidos e determinações de órgãos diversos. Menciona que devem estar em 570 dias de enfrentamento da pandemia e que não pararam em nenhum momento, e foram aprendendo a cada dia e fornecendo prestações de contas e seguem à disposição. O Vereador Zerbinato menciona os 760 registros sobre agendamento que foram feitos pela Ouvidoria, disponíveis no Relatório, e pergunta se é possível comentar sobre o perfil da população que fez essas queixas. A Sra. Wanessa disse que não conseguiria definir um perfil, pois ela variava de acordo com cada abertura de agenda voltada para cada público alvo. O Vereador Zerbinato comenta sobre as reclamações de dificuldade de acesso aos serviços de saúde e pergunta qual seria o canal que o usuário poderia utilizar aos finais de semana para registrar sua queixa. A Sra. Wanessa comenta que a Ouvidoria não é um órgão de primeira instância e nem de resolução, não funciona aos finais de semana. As pessoas precisam procurar o gerente ou o profissional de saúde responsável na Unidade de Saúde para registrar a queixa. Sra Tatiana comenta que esse registro de queixa pode ser feito normalmente durante a semana, mesmo que o problema tenha ocorrido durante o final de semana, por meio do e-mail ou por telefone. Também comenta que as pessoas podem contatar diretamente a Fundação Santa Lydia, caso o problema seja nas Unidades de Pronto Atendimento. Sra Wanessa comenta que na segunda-feira costuma chegar um grande número de reclamações das Unidades de Pronto-atendimento, inclusive por e-mail. Relata que o atendimento ao público inicia às 9h, mas os servidores da Ouvidoria começam a trabalhar às 7h, para poder checar os e-mails e as demandas que foram fechadas. O Vereador Zerbinato pergunta se as convidadas teriam mais alguma consideração ou informações que considerem pertinente e que não tenha sido perguntado. A Sra. Wanessa agradece a oportunidade de poder falar sobre o trabalho da Ouvidoria e expor os dados do Relatório, que embora sejam públicos, nem todos têm acesso ou procuram por essas informações. Menciona que buscam atender o cidadão da melhor forma, dentro de suas possibilidades. A Sra. Tatiana também agradece a oportunidade e menciona a evolução dos serviços de comunicação com o município e diz que muitas coisas não puderam ser resolvidas por previsões legais que não permitiam a atuação dos setores municipais. Relata que o agendamento da vacina foi acertado e resolutivo, pois evitou filas e aglomerações, sendo que cerca de 3% ficou insatisfeita porque queriam outras formas de vacinação, e a maioria ficou satisfeita com o sistema. Agradeceu a Comissão por estar ouvindo a Secretaria. A Sra. Fernanda Padial também agradece a oportunidade de escuta e de poder explicar que se tratam de canais diferentes com legislações e prazos diversos, mas todos com alta resolutividade. Diz que seguem à disposição, não pararam na pandemia e não irão para. O Vereador Zerbinato sugere que as deliberações pendentes sejam feitas, como a solicitação das atas da Comissão Interna de covid-19 do Conselho Municipal de Saúde e das Comissões e Grupo de Transição da Prefeitura. Vereadora Duda e Vereador Marcos Papa têm acordo, sendo aprovado o envio de requerimento para as respectivas instâncias. A Vereadora Duda faz suas considerações finais e agradece as convidadas,

coloca o seu mandato e a Comissão à disposição. O Vereador Marcos Papa parabeniza pelos trabalhos da Comissão por dar espaço para ouvir as servidoras e também a Secretaria da Saúde, coloca o mandato à disposição para apoiar na busca por tecnologias para a saúde. O Sr. João parabeniza as servidoras e deixa registrado que, em seu ponto de vista, falta muita divulgação e acesso a esse tipo de serviço que a Prefeitura oferece, acredita ser necessário maior divulgação por parte do Executivo. Thiago Scatena parabeniza e exalta a importância do serviço público de qualidade. O Vereador Zerbinato reforça as falas anteriores e parabeniza o trabalho das convidadas. Agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Link no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=6TBJaYDVpj8>

19/10/2021 – A DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 19 DE OUTUBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. O TEMA DEBATIDO FOI SOBRE OS COMITÊS TÉCNICO DE CONTINGENCIAMENTO E ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO E O GRUPO DE TRANSIÇÃO E RETOMADA (GTR), CRIADOS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE A PANDEMIA. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: SECRETARIA DE GOVERNO, E FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA.

A décima primeira reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 19 de outubro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Marcos Papa e Zerbinato. Justificaram a ausência os Edis: Coletivo Popular Judeti Zilli e Lincoln Fernandes. Também estiveram presentes: João Paulo (Comitê de Enfrentamento à Pandemia), Fernanda Bergamini e Thiago Scatena (Assessoria C.P. Judeti Zilli). O Vereador Zerbinato inicia a reunião cumprimentando todos os presentes de forma presencial e remota e lamentando a triste marca alcançada na semana anterior de 600 mil mortes, no Brasil, pela covid-19. Se solidarizou com as famílias que tiveram perdas, com aqueles que não puderam se despedir de seus entes queridos, com crianças e adolescentes que ficaram órfãos, com pais que tiveram que enterrar seus filhos, ou que nem isso puderam fazer de uma forma digna, com as marcas deixadas no corpo físico e psicológico da população. Refere que a má condução dessa pandemia faz com que, no presente dia, mais de 600 mil histórias tivessem sido encerradas de uma forma abrupta, muitas dessas poderiam ter sido evitadas se houvesse uma Política Pública forte, com uma condução central responsável, comprometida com a vida de seu povo. Deixou registrado seu sincero pesar por cada uma das vidas perdidas. Em seguida comentou sobre o tema da reunião, referente ao papel que os dois Comitês e o Grupo de Transição tiveram durante o enfrentamento da Pandemia no Município de Ribeirão Preto, sendo eles: **Comitê Técnico de Contingenciamento covid-19** (Criado pelo Decreto 69/2020 e extinto pelo Decreto 225/2021); **Comitê Administrativo Extraordinário covid-19 – 19** (Criado pelo Decreto 76/2020); e **Grupo de Transição e Retomada Pós-covid-19** (criado pelo Decreto 92/2020). Foram convidados o **Sr. José Carlos Moura**: Secretário Municipal de Saúde (novo Secretário da Saúde); o **Sr. Antonio Daas Abboud**: Secretário de Governo; e o **Sr. Marcelo Carboneri**: Diretor Administrativo Fundação Santa Lydia (pela segunda vez). Explica que O **Comitê Técnico de Contingenciamento**, foi criado em março de 2020 e extinto em outubro de 2021, tinha como atribuições: deliberar e apoiar medidas sanitárias e ações necessárias ao enfrentamento da crise. Era composto por membros de órgãos e entidades ligadas à área da saúde: municipais, estaduais, públicos e privados, além de contar com o Corpo de Bombeiros, a Fiocruz e o IML (Instituto Médico Legal). Como membros, além dos



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

mencionados, faziam parte desse Comitê: o Departamento Regional de Saúde - DRS XIII; o Hospital das Clínicas e Maternidade Sinhá Junqueira; a Secretaria e Conselho Municipal de Saúde; os Hospitais Santa Casa, Beneficência e Santa Lydia; o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO); e os Hospitais privados São Paulo, São Lucas, São Francisco, Ribeirânia e Grupo UNIMED. Segundo o Decreto de sua criação, o Comitê ainda poderia convidar agentes públicos e demais pessoas que pudessem contribuir com as discussões do colegiado, e estava sendo coordenado pelo Secretário da Saúde anterior, o Professor Sandro Scarpelini. O **Comitê Administrativo Extraordinário**, também foi criado em março de 2020 e ainda estava em vigência no momento da oitiva. Entre suas atribuições estavam: assessorar o Prefeito do Município em assuntos de natureza administrativa, relacionados à pandemia; determinar aos Secretários Municipais e aos responsáveis pela Administração Indireta a adoção de medidas em seus respectivos âmbitos. A sua constituição conta com diversas secretarias da administração pública, na figura de seus secretários: Secretário da Administração; da Casa Civil; da Fazenda; de Governo; Secretário dos Negócios Jurídicos; de Planejamento e Gestão Pública; e da Saúde. Sua coordenação era feita pelo Secretário da Casa Civil, segundo o Decreto de criação desse Comitê, e contava com o suporte administrativo da Secretaria da Administração. O **Grupo de Transição e Retomada Pós covid-19 (GTR)**, criado ainda em abril de 2020, tinha como objetivo estabelecer as medidas necessárias para minorar os efeitos da pandemia covid-19 no Município. Esse Grupo de Transição, formado por representantes do Gabinete do Prefeito; do Comitê Técnico de Contingenciamento covid-19 (aquele da saúde que foi extinto); de Universidades Públicas ou Particulares com unidades no Município; dos Setores: da Indústria, do Comércio, Serviços, do Agronegócios, do Financeiro; e do Setor do Serviço Social. Esse Grupo era coordenado pelo representante das Universidades Públicas ou Particulares do Município e assessorado pelo representante do Gabinete do Prefeito. Para compreender melhor esse assunto, foram convidados os representantes de cada uma dessas instâncias colegiadas, sendo indicados para participar o Sr. José Carlos Moura, Secretário Municipal de Saúde, que não compareceu; o Sr. Antonio Daas Abboud: Secretário de Governo; e Sr. Marcelo Carboneri, Diretor Administrativo Fundação Santa Lydia. O Vereador Zerbinato convida os presentes para fazerem suas considerações iniciais. Vereadora Duda cumprimenta todos os presentes, refere que tem aprendido muito nas reuniões da CEE e menciona as avaliações que tem feito sobre a abordagem da pandemia no município e quais são as prioridades no debate deste tema. Agradece a disponibilidade dos convidados e passa a palavra. O Vereador Marcos Papa cumprimenta a todos e parabeniza o vereador Zerbinato pela iniciativa e pela saudação inicial a todos os familiares que perderam seus entes queridos. Diz estar convicto de que Ribeirão tratou com muita responsabilidade essa questão e o papel dos vereadores é de fiscalizar, mas não tem dúvidas de que se as estratégias adotadas por Ribeirão Preto tivessem sido replicadas a nível nacional, muitas famílias teriam sido poupadadas de sofrimento. Sr. João (Comitê) cumprimenta os presentes e diz de sua satisfação em estar participando da CEE e se junta ao Vereador Zerbinato pelas mais de 600 mil vidas perdidas, destacando as quase 3 mil vidas perdidas em Ribeirão Preto, sendo que muitos desses óbitos poderiam ter sido evitados. O Sr. Antonio Daas Abboud agradeceu o convite, fez suas considerações iniciais e comentou sobre o trabalho que foi realizado em cerca de um ano e dez meses. Disse que ao receber o convite para falar sobre os Comitês, acreditou que seria importante a sua presença por ter participado de todos eles. Solicitou ao Sr. Marcelo que também estivesse presente pela Prefeitura, uma vez que o Dr. Sandro (ex secretário municipal de saúde) não se encontrava mais nos quadros efetivos, e por ter

participado de todas as reuniões do Comitê Técnico e do enfrentamento da covid-19 como participante diário, ao dirigir a Fundação Santa Lydia, que tanto no hospital quanto nas Unidades de Emergência, teve atuação importante no combate à pandemia. Comenta sobre o histórico dos três Comitês, contextualiza a conjuntura de trabalho e menciona sobre a análise feita de forma retroativa, que deve ser tomado o cuidado de não olhar com os conhecimentos que se têm no presente. Reafirma que a quantidade de informações disponíveis no atual momento é muito maior que nos primeiros dias, por isso as ações que foram tomadas precisam ter como justificativa, o que havia de conhecimento no momento presente. Primeiramente foi criado o grande **Comitê Técnico**, uma vez que as informações eram insuficientes sobre a pandemia, qual seriam os direcionamentos passíveis de serem tomados. A ideia inicial foi de ser um espaço mais abrangente possível, a fim de obter informações de todas áreas que tivessem alguma ligação com o cenário que provavelmente seria enfrentado. Havia alguma ideia desse cenário devido ao que estava passando no restante do mundo, que a situação seria grave, mas ninguém imaginou que seriam atingidos os níveis alcançados e o tempo necessário no combate, mas havia a certeza que seria um enfrentamento coletivo. Menciona que o Dr. Sandro foi o grande artífice dessa estratégia e quem criou o Comitê técnico, partindo de convites para todas as instituições que poderiam participar. Na sequência houve a criação do segundo **Comitê (Administrativo Extraordinário)**, interno, formado apenas por secretários, a fim de direcionar as decisões que fossem tomadas para serem executadas no âmbito da Prefeitura, o qual estava em constante reunião, pois todos os membros participavam de alguma forma do dia a dia da Prefeitura. O último **Grupo (GTR)** criado, idealizado pelo Prefeito Duarte Nogueira, era multidisciplinar, foi pensado para trazer informações de toda a sociedade. Acredita ter sido uma medida muito acertada, pois por meio dele foi possível conversar com diversos segmentos da sociedade, desde comércio, indústria, serviços, assistência social, restaurantes, eventos, todas essas pessoas utilizavam o GTR para se manifestarem. Reforça sua crença de que a criação dos três eixos de enfrentamento da covid-19 foi acertada. Menciona que o **Comitê Técnico**, se não estiver enganado, teve ao todo quatro reuniões. Foi um Comitê difícil de se reunir de forma plena e, depois de pouco tempo impossibilitado de se reunir de forma presencial, pois seus participantes atuavam na linha de frente da covid-19 e com grandes chances de se infectar. A primeira reunião presencial desse Comitê contou com mais de 40 pessoas, diz ter sido muito interessante e onde todos puderam colocar suas ideias iniciais, mas difícil de se reunir de forma constante pelo número de pessoas e pelo tipo variado de segmentos atingidos. Posteriormente foi muito utilizado de forma remota, sendo coordenado pelo Dr. Sandro, e para responder dúvidas relativas a casos isolados e técnico, de acordo com a expertise de cada uma das instituições que o compunha. Reforça que foi um Comitê muito utilizado pela Prefeitura, em especial pela Saúde, para fazer consultas de informações, que advinham do conhecimento de seus participantes. Relata que as reuniões com o DRS foram constantes. Em relação ao **Comitê (Administrativo)** interno, utilizaram, em geral, a reunião de secretários, de forma a tomar as decisões internas da Prefeitura, por exemplo, abertura ou fechamento de unidades de saúde, definição das unidades que se tornaram Polo covid-19, entre outras dúvidas internas. O **GTR** passou a ser um instrumento para ouvir a sociedade, sendo esse GTR dirigido pelo professor André Lucirton (FEA-USP/RP), e com participação ativa da Associação Comercial (ACI), Sindicato dos lojistas e comércio varejista, a Assistência Social, por meio da Maria Élide, da Contabilidade, através da Ana Picão, e participantes de bancos. Relata que estavam em um momento de pouquíssima informação e que se soubessem tudo que sabem hoje e pudesse voltar atrás, faria muita coisa diferente. Relata a dificuldade de garantir a participação democrática, pois algumas decisões precisavam ser tomadas em



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

questão de poucas horas, relata que o máximo que pode ser feito para ouvir a população foi feito. Diz ter participado da escrita de quase todos os decretos, junto com a assessoria de técnica legislativa, e com embasamento em informações dos setores da saúde. Relata grande agradecimento e respeito pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica, na pessoa da Vânia e da Luzia Márcia, que fizeram um trabalho de abastecer os Comitês de número e sempre foi através dessa medição, colocando na balança os dois lados da situação, sejam elas a saúde e a economia, que as decisões foram tomadas. Relata que a decisão sempre foi do Executivo, por se tratar de um direito e dever, por ter sido eleito para isso. Refere que muitas vezes as decisões foram difíceis e controversas, que traziam pessoas ora para reivindicar ou para apoiar, frente a uma diversidade de opiniões. Acredita que os Comitês foram importantes para poder municiar o Executivo em suas tomadas de decisões. Diz ter um pesar enorme sobre as três mil mortes na cidade, e que talvez decisões diferentes pudessem diminuir esse número, talvez vacina que chegasse antes e atitudes de outras esferas políticas do país também diminuiria esse número, ou mesmo ações da Prefeitura, que sendo diferentes do que foi feito também poderiam aumentar o número de mortes e pelo exposto, diz não se arrepender do trabalho que fez e acredita que todos os participantes dos Comitês se doaram ao máximo. Caso algum erro tenha acontecido, refere que não foi proposital, e que os elogios, se forem feitos, devem ser direcionados a uma coletividade que se engajou no enfrentamento da Pandemia. Relata que o **motivo da extinção do Comitê Técnico** foi porque a situação está caminhando para a estabilidade. O **Comitê de secretários** continua ativo, pois é de dentro do Governo, e não faria diferença extinguí-lo, pois continuará se reunindo todas as semanas. Sobre o **GTR**, a última reunião foi na semana anterior, sendo que a intenção apresentada é de remodelamento, deixando de ser um grupo de enfrentamento e passando a ser um grupo de retomada, com a possibilidade de aumento no número de participantes de pessoas da sociedade, a fim de unir as forças econômicas e políticas de Ribeirão Preto para poder minorar o sofrimento daqueles que foram atingidos, de alguma forma, pela covid-19. Refere que foram tomadas algumas ações nesse sentido pela assistência social e tem certeza que outras ações serão possibilitadas com a ajuda da Câmara. Afirma que a Prefeitura enviará ao Plenário desta Casa de Leis projetos de ações para a retomada. Diz que o que pode contar da história é basicamente o que foi dito e se coloca à disposição para outros esclarecimentos. O Sr. Marcelo cumprimenta a todos os presentes e diz que o Sr. Antônio fez um bom resumo das ações dos Comitês. Relata que fez parte diretamente do **Comitê Técnico**, enquanto responsável pela Fundação Santa Lydia, tendo participado de quatro reuniões, feitas na Secretaria da Saúde, no auditório, reunindo servidores públicos e membros de entidades e serviços privados de saúde. Relata a dificuldade vivida no início da pandemia, devido a falta de conhecimento, o medo e receio pela doença, a falta de insumos e de EPI no mercado, não havia um conhecimento consolidado para tratar a doença. No Comitê (Técnico), dirigido pelo Dr. Sandro, foi onde as padronizações e orientações de conduta ocorreram, todas conforme normas técnicas, subsidiadas pela Universidade de São Paulo. Relata que as atualizações obtidas pelos estudos científicos eram trazidas para adequar e aprimorar as ações, sendo dessa maneira que ocorreu a demanda para trocar os tanques de oxigênio do hospital e das unidades de pronto atendimento. Havia uma previsão de que, frente a uma nova onda, não haveria a disponibilidade de oxigênio para dar conta da demanda. Essa questão foi antecipada e por isso, na segunda onda, foi possível traçar toda a assistência sem problemas de abastecimento desse gás. Relata que também foram traçadas estratégias para suprimento de EPI, medicação, KIT de intubação, criação dos Polos covid-19, ampliação dos leitos no

Hospital Santa Lydia. Refere que esse Comitê deu base científica e estrutural para permitir consciência e serenidade no tratamento da covid-19, bem como orientar os usuários do SUS e uniformidade na saúde suplementar. Entende que as reuniões foram muito boas, relata a realização das mesmas no período da tarde, nas quais havia diálogo, exemplificação de problemas, discussão de normas técnicas e operacionais, montagem de tenda de triagem rápida na UPA. Reafirma a fala do Sr. Antônio, sobre acertos e erros, e diz ter certeza que o número de acertos foram muito maiores, podendo ser visualizado pelos números da assistência à saúde, sendo que nenhum município ficou sem assistência em nenhum momento da pandemia, mesmo nos picos foi possível criar leitos de UTI dentro das UPAs, onde foi oferecido suporte aos que necessitam desse tipo de atendimento. Exemplifica dizendo que chegaram a ficar com paciente de covid-19 internado por mais de três meses nas estruturas do Santa Lydia e, mesmo dessa forma, conseguiram garantir a assistência para todos, sempre privando pela vida. Relata que chegaram a buscar por EPI e medicamentos para intubação. O Vereador Zerbinato agradece pelas considerações iniciais e pelo aceite para participar da presente reunião, em seguida inicia as perguntas elencadas a fim de aprofundar as informações sobre cada um dos comitês. Inicia questionando a frequência de reuniões de cada um dos Comitês e Grupo de Trabalho e as principais pautas abordadas por cada um deles. O Sr. Marcelo comenta sobre o **Comitê Técnico**, pois não participou dos demais. Relata que foram realizadas quatro reuniões presenciais, com cerca de metade dos membros, dada a dificuldade de reunir todos os participantes, que estavam focados no dia a dia do enfrentamento da pandemia, para discutir políticas e organizações no âmbito da saúde, por mais que essas discussões fossem importantes. Reafirma que foram feitas quatro reuniões presenciais na Secretaria da Saúde, nas quais foram traçadas diretrizes para a assistência. Durante a primeira reunião foi discutido como montar a estrutura do polo covid-19, caso fosse necessário e essa incerteza se devia ao momento inicial da pandemia, quando os números de casos ainda não haviam alcançado seu pico. Neste momento já estavam organizando a tenda de triagem na UPA e a rede de assistência em relação ao fluxo de atendimento e internação, o estabelecimento de protocolos de testagem frente ao número escasso de testes disponíveis no momento. A partir dessa primeira reunião foram criados três leitos de UTI no Hospital Santa Lydia. Na segunda reunião passaram de três para sete leitos e, posteriormente, para 15 leitos, até chegar a 25. Refere que no momento da reunião o Hospital Santa Lydia conta com 39 leitos. Relata que não foi possível dar seguimento às reuniões de forma presencial, mas o contato direto com o Secretário da Saúde foi mantido para tomar as decisões pertinentes, como medicamentos, instruções de atendimento, para corrigir fluxos, pois haviam mudanças de forma constante, exemplificando que o planejamento tinha que ser feito diariamente, por mudanças nos indicadores ou as orientações formais. Enquanto gestor, acredita que o Comitê Técnico foi muito bom para trazer calma no primeiro momento, pois todos estavam muito assustados. Refere que haviam divergências entre os especialistas sobre a conduta da doença, sendo que foram seguidas as orientações e os protocolos da Universidade de São Paulo. Diz que essa uniformização trazida pelo município foi importante, uma vez que não ocorreu via Ministério da Saúde. Acredita que esse foi o motivo de sucesso no tratamento da doença, pois o sistema estava organizado. Exemplifica dizendo que o paciente ia para a UPA, caso precisasse de assistência, era encaminhado ao Hospital Santa Lydia, ou se a necessidade fosse de alta complexidade tecnológica, era encaminhado ao HC ou outro que tivesse um suporte terciário. Além de tranquilizar os gestores, relata que essa condução municipal foi importante para abordar os funcionários da ponta, que também estavam assustados. As informações trazidas pelos estudos e pelas mídias foram sendo pacificadas e transformadas em protocolos, sendo que todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde estavam alinhados



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

em relação à conduta que deveria ser tomada sobre o atendimento e o encaminhamento. Relata ainda que a Prefeitura, em um curto espaço de tempo, adquiriu um montante de testes de covid-19 com o Supera Parque, os quais passaram a ser utilizados em todos os sintomáticos. Todas essas diretrizes foram definidas em reuniões do Comitê Técnico e por meio de contato direto com o Secretário da Saúde. O Sr. Antônio complementa dizendo que o **Comitê Técnico** foi o embrião da Rede que o Sr. Marcelo mencionou que, a partir do momento que o Comitê foi criado, o Secretário montou um grande grupo de whatsapp e um grupo de e-mails, no qual passou a receber informações. Relata que muitos membros do Comitê Técnico também eram membros de outros Comitês, federais e estaduais, e traziam informações para dentro da Rede Municipal, sendo esse fluxo uma constante. Sendo que em momentos mais difíceis, de decisões cruciais, o Secretário enviou questionamentos ao Grupo e levava o posicionamento do Comitê para o Prefeito. Reforça que o Comitê serviu de apoio para a tomada de decisões da Secretaria e da Prefeitura. Em relação ao **Comitê (Administrativo)** de Secretários, diz que não houve alteração, por se tratar de uma constante interna da Prefeitura. Por esse motivo não haviam reuniões agendadas em sequência. O GTR se reuniu a cada 30 dias, de forma constante e, em alguns casos, de forma excepcional. O trabalho deste GTR foi reduzido conforme a redução da onda, sendo retomadas reuniões constantes durante a segunda onda, sendo reduzida a frequência posteriormente. As pautas foram mais voltadas aos âmbitos social e econômico, por exemplo, como conseguir mais recursos para o setor saúde, havendo auxílio do setor financeiro na figura do Sr. Nelson Rocha (Augusto) para alocação dos recursos, havendo auxílio na busca de doações de cestas básicas. Reafirma que o período de trabalho era mais pautado pelas urgências, não sendo regular. O Vereador Zerbinato pergunta como essas instâncias influenciaram as políticas públicas do Município para o enfrentamento da Pandemia. Questiona ainda se os Comitês e o Grupo de Transição tiveram (ou têm) um poder de decisão maior ou uma influência mais forte na formulação dessas políticas do que cada uma das Secretarias de forma individual. O Sr. Antônio respondeu afirmativamente em relação ao **Comitê Técnico**, em especial no primeiro enfrentamento, quando das questões de abertura e fechamento dos estabelecimentos. Relata que a Prefeitura sempre ouviu e considerou o Comitê, mas que a decisão é do Executivo. Relata que o GTR foi importante para se aproximarem do sentimento do empresariado e dos municíipes. Todas essas instâncias sempre foram ouvidas, em especial o Comitê Técnico. O Vereador Zerbinato pergunta qual dessas instâncias foi responsável por deliberar sobre a decretação dos períodos de *Lockdown* e pediu para que os critérios utilizados fossem expostos e como foi pensada a logística de segurança alimentar para as famílias mais carentes. O Sr. Antônio reafirma que tudo precisa ser visto de forma contextualizada, tendo em vista a menor quantidade de informações disponíveis no momento em que as decisões estavam sendo tomadas. Sendo que decisões foram tomadas de forma empírica, a partir de um ato imaginativo do que poderia acontecer, se haveria vacina ou recursos. Sobre o aumento ou não do rigor no fechamento dos serviços e comércios, refere que as decisões foram tomadas mediante a opinião do Comitê Técnico, que vinha por meio do Dr. Sandro (então Secretário da Saúde), e que buscavam ser mais restritivos do que liberais. Relata que a postura da Prefeitura e do Prefeito era pecar por algum excesso de restrição do que de liberalidade. Relata que foram recebidos questionamentos sobre o número de dias de *Lockdown*, realizado por duas vezes no município, e que as decisões do Executivo foram tomadas com base em oportunidades e na ciência. Descreve que, na época, recebiam informações sobre o tempo de incubação e o período de transmissão, sendo esses os indicadores que embasaram

o número de dias de fechamento. A partir dessa orientação, relata que era verificado no calendário a melhor forma de aproveitar o final de semana ou feriados para que, "baseados na ciência e na oportunidade", tivessem o melhor resultado em termos de distanciamento social com o menor impacto financeiro. Reafirma o papel importante do Supera Parque na realização de testes de covid-19 e que isso também trazia informações para a Prefeitura, os secretários opinavam e o Prefeito decidia como tomar cada uma dessas decisões. Menciona que, quase todas as vezes, a Prefeitura conseguiu influenciar de alguma forma no contágio e na transmissão da doença, acredita que sempre houve um resultado positivo das ações tomadas, podendo ser verificado nas curvas apresentadas pelo Dr. Sandro, na qual apontavam que as ações restritivas tomadas pela Prefeitura sempre deram algum resultado. Acredita que foi importante para não haver um descontrole na cidade e reafirma que a Prefeitura nunca deixou ninguém para trás e que ninguém ficou sem atendimento. A Vereadora **Duda** fez a solicitação das atas do Comitês e do Grupo de Trabalho, sendo essa proposta colocada em votação e aprovada pelos vereadores presentes: **Duda, Papa e Zerbinato**. O Vereador **Zerbinato** questiona qual desses colegiados está sendo responsável por abordar o cuidado continuado das pessoas com sequelas da covid-19, nos aspectos de saúde e também assistência social; acompanhamento do retorno às aulas presenciais; e assistência e cuidados dos órfãos da pandemia. **Sr. Antônio** responde dizendo que a responsabilidade é sempre do Poder Público, sendo os Comitês espaços de assessoramento, os quais não podem ser responsabilizados pelo dever de cada órgão público. Em relação ao atendimento de sequelas de covid-19, será por meio da Secretaria da Saúde, a partir do diagnóstico dessa condição. Em relação à Assistência Social, relata que as ações continuam existindo, mantendo a distribuição de alimentos e de melhoria das redes de proteção social, e continua fazendo o cadastramento das pessoas. Refere que essa competência é do Poder Público, sendo que cada ente federativo tem sua parcela de atendimento da população. Os comitês são vistos como meios de subsidiar e auxiliar o Governo com informações da sociedade, mas a responsabilidade é de cada um dos setores públicos. **Vereador Zerbinato** retoma a fala dos convidados sobre o uso da ciência e questiona como os Comitês se posicionaram sobre o uso do "Kit covid-19" no dito "tratamento precoce" e o incentivo a "imunidade de rebanho" adquirida de forma espontânea, sem vacinação. **Sr. Antônio** comenta que o Kit covid-19 não foi motivo de discussão, o posicionamento da Prefeitura foi sempre pautado pela "liberdade que o médico tem de fazer o uso de sua ciência para decidir o tratamento de seu paciente" e que, em nenhum momento, a Prefeitura incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica. Relata que não discutiram o assunto por acharem irrelevante. Comenta sobre a campanha de vacinação contra a covid-19 em Ribeirão Preto. Relata que ninguém falou em imunidade de rebanho ou de tratamento preventivo em nenhum momento na Prefeitura e que, sempre que possível, a vacinação foi realizada dentro do município. Diz que se houver algum tipo de tratamento e prevenção, com comprovação científica, e que chegue até a Prefeitura com os requisitos necessários, será utilizado. O Sr. **Marcelo** complementa dizendo que não houve apoio e nem recebimento de orientações do Comitê e nem da Secretaria de Saúde para fazer o tratamento precoce e nem a imunidade de rebanho. Refere que deviam estar preparado para uma onda de casos, como ocorreu, e deveriam ter uma retaguarda estruturada para dar assistência. Relata que usuários do sistema privado se dirigiram ao SUS para fazer teste covid-19, pois não estavam acessando de modo particular. Reafirma que não receberam e não compraram nenhum medicamento do Kit de tratamento precoce, sendo seguido os protocolos da ciência. Relata que sofreu pressão popular para prescrever os medicamentos do Kit covid-19, mas refere que devido a coesão da equipe e a boa orientação dos protocolos, não houve adesão dos profissionais a esse tipo de "tratamento", mesmo sendo solicitado por alguns



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

usuários. Vereador Zerbinato comenta sobre um vídeo polêmico do Prefeito, datado de maio de 2020, após a criação do Comitê, no qual ele incentiva a imunidade de rebanho. Pede para que os convidados comentem essa fala. O Sr. Antônio reforça que tudo que se fala sobre covid-19 precisa ser olhado com as informações que se tinham na época e que pode ter acontecido essa fala do Prefeito, mas reafirma que, com certeza, houve alterações no pensamento do Prefeito e de toda a equipe. Diz que se fosse perguntado, naquela época, se acreditava em imunidade de rebanho, talvez ele até acreditasse. Acredita ser irrelevante pinçar uma informação muito antes, num momento de poucas informações. O Vereador Marcos Papa agradeceu a menção feita pelo Sr. Marcelo, disse reconhecer um esforço muito grande dele e da equipe em transformar o hospital inteiro, praticamente, em covid-19, para que todas as forças da unidade pudessem ser dirigidas ao atendimento e salvar vidas. Relata que viu de perto, ao visitar os 49 leitos do Hospital Santa Lydia, presenciar a situação dramática e o esforço que a Fundação e o Hospital fizeram para atender da melhor forma possível. Diz não conhecer o vídeo do Prefeito, mas se lembra que o Dr. Sandro abominou reiteradas vezes o tratamento precoce, sendo uma segurança a autoridade do nosso município ter esse posicionamento. Sabe-se que essa postura não ocorreu com outras autoridades do país, sendo que, até os dias atuais, o Presidente incentiva aglomeração, condona o uso de máscara, espalha mentiras a respeito da vacina. Diz que a Câmara cometeu uma gafe ao votar sem perceber uma moção de aplausos à médica que manda dar remédio contra verme para matar vírus. Foi uma falha das assessorias em não perceber que, dentre as centenas de requerimentos, havia o nome dessa médica (Nise Yamaguchi) que cooperou com o Presidente nesse desgoverno que instalaram no Ministério da Saúde. Relembra que os falsos fornecedores de vacina estavam solicitando “comissionamento”, compreendido como propina. Faz questão de destacar que até junho de 2020 não se tinha certeza de alguns medicamentos que poderiam tratar alguns efeitos da covid-19. A partir dessa data, o mundo que se pauta pela ciência passou a colocar a energia e o esforço para desenvolver e comprar vacinas. Parabeniza o Vereador Zerbinato por provocar o assunto, pois muitas pessoas insistem em desinformações até os dias atuais. Aproveitou para comentar sobre o Ministério Público do Ceará, que recebeu uma denúncia de que usuários do Hapvida vinham recebendo o Kit covid-19. Em Ribeirão Preto existe uma unidade da Hapvida, o Ministério Público local também abriu uma investigação sobre essa temática, entretanto não conseguiu testemunhas. Diz que ouviram relatos, mas gostariam de ter a confirmação se, em algum momento, a Secretaria da Saúde e Vigilância Sanitária fizeram vistorias, pois os fatos relatados na CPI da covid-19 no Senado demonstraram o conluio que havia entre a Prevent Senior e a Hapvida, fazendo testes em pessoas sem a autorização do comitê de ética, sendo comparado com testes feitos durante o Nazismo, como um experimento com seres humanos. Pergunta se houve alguma manifestação da Secretaria da Saúde nesse sentido. O Vereador Zerbinato retoma o vídeo e diz que seria uma pergunta respeitosa, uma vez que a CEE foi muito cobrada pelos cidadãos, em especial seguidores do Bolsonaro, que contestavam as verbas vindas para a covid-19, alegando desvios. Relata que a CEE tem encontrado um bom trabalho da Prefeitura, de forma geral, mas não pode se furtar a responder nenhum questionamento. O vídeo teve um problema técnico e não pôde ser exibido. O Vereador Marcos Papa pede licença para se retirar devido a um outro compromisso na Câmara. O Vereador Zerbinato comenta que no vídeo o Prefeito incentivava a imunidade de rebanho, e pelo que foi possível compreender, seria um posicionamento isolado do Prefeito na época. O Sr. Marcelo comenta que em nenhum momento, via Executivo, receberam qualquer informação sobre tratamento precoce ou

imunidade de rebanho. Relata que sempre se apoiaram no pilar da ciência, dando suporte a vida, com ventilação, equipe médica e treinamento adequado, até que se tivesse a vacina ou alguma coisa que controlasse a pandemia. Corrigiu a informação sobre o número de leitos no Hospital Santa Lydia, sendo 54 o número correto. Refere que ficaram 30 pacientes internados nas UPAS e, em nenhum momento, acreditaram em tratamento precoce, mas sim na medicina baseada em protocolos e estudos. Acredita que esse vídeo do Prefeito seja um movimento isolado, mas que não direcionou as ações. O Sr. Antônio diz que mais que palavras, valem as ações. Reafirma que em nenhum momento foi distribuído nenhum tipo de medicamentos (Kit covid-19) e também nunca o proibiram. Se algum médico em algum momento recebeu esses medicamentos, a Prefeitura entregou, conforme sua obrigação, mediante receita médica. Mas de forma alguma fizeram incentivo a esse tipo de "tratamento". Relata que a imunidade de rebanho era algo que se acreditava na época, o primeiro sentimento é que, como outras viroses, poderia ser controlada pelo aumento do número de pessoas infectadas e curadas. Relata que isso se mostrou uma falácia durante o tempo e o Executivo fez o possível e o impossível para dar atendimento para a população e diz que conseguiram assistir as pessoas e que ninguém foi a óbito por falta de atendimento. O sucesso do atendimento tem inúmeras variáveis envolvidas, mas todos foram atendidos, até mesmo pessoas advindas do sistema privado, particular ou convênio. Reforça que o SUS tem como uma de suas principais bandeiras a universalidade, a qual foi respeitada no município. Reforça que todas as falas e ações precisam ser julgadas de acordo com a circunstância da época, sob a ótica da temporalidade. A Vereadora Duda Hidalgo pontua a infelicidade da fala do Prefeito ocorrida após dois meses do início da pandemia, incentivando a imunidade de rebanho. Pergunta quantas ações foram tomadas sobre essa fala do Prefeito. Retoma a fala do Sr. Antônio sobre os Comitês, que buscaram ter posicionamentos sempre mais restritivos, pergunta quantos desses conselhos deixaram de ser acatados pelo Prefeito. Sobre o Grupo de Trabalho, relembra que o Sr. Antônio mencionou seu papel quanto a ouvir a população e fazer uma consulta pública, pergunta se havia alguma representação de professores e motoristas de ônibus? Pergunta se foi aberto algum tipo de consulta para saber quais categorias gostariam de participar do GTR, ou essa composição foi decisão do Governo. O Sr. Antônio disse que o Prefeito sempre tomou como base os conselhos que vieram do Comitê Técnico, como do Comitê Técnico Estadual. Diz que em nenhum momento a Prefeitura se posicionou de forma contrária às informações que receberam em relação à saúde, refere que foram firmes nisso, dizendo que basta verificar os noticiários da época. Relata ainda que enfrentaram inúmeras manifestações de pessoas em frente à Prefeitura, de pessoas que estavam descontentes da forma como a situação era tratada, alegando que o Executivo era muito restritivo. Relembra que mesmo dentro do campo da saúde existiam inúmeras opiniões e pensamentos, alguns setores mais restritivos e outros menos, sendo a Prefeitura obrigada a trabalhar de forma coletiva. Caso fosse perguntado se o Executivo atendeu todos os cientistas que deram opinião, diz que seria impossível, dada a diversidade de posicionamentos. Em relação ao GTR diz que, em nenhum momento, se propôs a ser um grupo de consulta popular. Diz que foi muito mais uma forma de escutar os diversos segmentos econômicos da sociedade, sendo dessa forma que ele foi criado e instituído. Entende que a população se manifestou não apenas pelo GTR, mas por outros canais, sendo um período de muitas manifestações, de diversas formas, e cada setor foi ouvido de acordo com o que poderia contribuir. Mas não houve consulta popular nesse período. O Vereador Zerbinato alerta sobre o horário, havendo agenda para o espaço do Plenário em seguida ao término da reunião. Vereadora Duda diz que ainda teria muitas dúvidas, em especial sobre a formação do GTR e os critérios para a composição do mesmo, bem como sobre os recursos que foram conseguidos,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

se houve a deliberação sobre *Lockdown* que incluíam mercado, mas dado o adiantado da hora acredita que terá que fazer as questões por ofício. Agradece os esclarecimentos e a presença dos convidados, e diz encerrar a reunião com muitas dúvidas. O Sr. João inicia sua fala fazendo um pedido para o Sr. Antônio a partir da fala do mesmo, sobre a reestruturação do GTR, deixando de ser um grupo de enfrentamento para um grupo de retomada. Pede para que não deixem de enfrentar a pandemia, pois ela não acabou, e lembrou a média de 100 pessoas infectadas por dia, com cinco ou seis mortes diárias por covid-19. Relembra que todos os países que relaxaram no cuidado do enfrentamento da Pandemia, inclusive países que já vacinaram cerca de 80% de sua população. Reafirma que os governos estaduais e municipais trataram muito bem da assistência aos doentes, mas cometiveram muitos equívocos no enfrentamento da pandemia, no distanciamento social que nunca ultrapassou 50% em Ribeirão Preto, nem em períodos de *Lockdown*. Disse que o município teve uma posição passiva, aguardando o vírus chegar e não tomando medidas preventivas. Reforça o seu pedido para que não deixe de enfrentar a pandemia, pois ela não acabou. Agradeceu pelas respostas e pela presença dos convidados. Sr. Marcelo diz que têm consciência que a pandemia não acabou e que os 39 leitos do Hospital Santa Lydia seriam mantidos até 31 de dezembro, sendo reavaliados se necessário, exclusivo para covid-19. A pandemia reduziu muito do que foi vivenciada, mas que muitos funcionários estão sendo afastados por contaminação, pacientes internados mesmo após a segunda dose, pacientes internados que recusaram a vacina. São esses os fatos observados no dia a dia. Diz que o Polo covid-19 da Av. Treze de Maio pode ser reativado assim que necessário, todos os insumos estão sendo mantidos na Tenda covid-19. Relata que estão com o Plano de Contingência desenhado, mas esperando não utilizar e retornar às atividades normais do Hospital Santa Lydia. O Sr. Antônio agradece e se coloca à disposição para outros esclarecimentos. Reforça que a Prefeitura sabe que a Pandemia não acabou e o atendimento das pessoas com covid-19 será mantido, bem como a atenção contínua aos números para evitar uma terceira onda. Acredita que esse deva ser um trabalho realizado pelo Mundo como um todo, que cada vez mais estão compreendendo melhor a doença e que o principal esforço deve ser em relação à vacinação, acredita ser obrigação de todos colaborar para conscientização sobre a vacina e querem chegar a maior cobertura vacinal possível. Vereador Zerbinato agradece a participação dos convidados, agradece pela participação de todas e todas na presente reunião. Nada mais havendo para tratar, declarou encerrada a reunião.

Link no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=PV5char9x2g>

26/10/2021 – A DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. OS TEMAS DEBATIDOS FORAM TESTES covid-19; VACINAÇÃO CONTRA covid-19; E ORGANIZAÇÃO DA REDE BÁSICA DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA ATENDER PESSOAS COM E SEM covid-19. CONTOU COM OS SEGUINtes CONVIDADOS: VIGILÂNCIA EM SAÚDE; DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS; PROGRAMA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO; SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS; CODERP; E FIPASE. A décima segunda reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 26 de outubro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Marcos Papa e Zerbinato. Justificaram a ausência os Edis: Coletivo Popular Judeti Zilli e Lincoln

Fernandes. Também estiveram presentes: João Paulo (Comitê de Enfrentamento à Pandemia), Fernanda Bergamini (assessoria Zerbinato). O Vereador Zerbinato iniciou a reunião cumprimentando a todos e todas presentes. Relembra o objetivo da criação da CEE e comenta que alguns dos convidados estiveram presentes em outras vezes, como a Sra. Luzia Márcia, que contribuiu com a CEE em outras duas oportunidades, sendo louvável a sua disponibilidade. Os temas abordados foram: Testes covid-19; vacinação contra covid-19; e organização da Rede Básica de Atenção à Saúde para atender pessoas COM e SEM covid-19. Registra o agradecimento, em nome dos municípios de Ribeirão e também da Câmara, pela publicação do Relatório de Vacinação contra a covid-19 no site da Secretaria Municipal de Saúde. Relembra que esse tema foi apresentado por três diferentes Projetos de Lei, um de sua autoria, que previa a publicação semanal dessas informações e o Prefeito vetou. Afirma ser grande a satisfação em ver esses dados publicados, pois demonstram o avanço da vacinação no município, em todas as faixas etárias. Para compreender melhor os assuntos selecionados, foram convidados os representantes: da Secretaria Municipal da Saúde; da CODERP (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto); e da FIPASE (Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde), uma entidade pública da Prefeitura Municipal, responsável pela gestão do Supera Parque. Foram indicados para participar da oitiva: **Representando a Secretaria Municipal da Saúde, de forma presencial:** Enfa Dra. Luzia Márcia Romanholi Passos - Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde; Dra. Vanessa C. Borin Danelutti - Diretora do Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas; Enfa Mayra Fernanda de Oliveira - Coordenadora I do Programa Municipal de Imunização; Biomédica Elaine Cristina M. Minto - Coordenadora II de Serviços de Exames Laboratoriais. **Representando a CODERP, no "remoto":** Sr. Henry W. Smith, Diretor de T.I. **Representante da FIPASE:** enviou um ofício dizendo que não indicaria um representante, pois seu entendimento é que apenas a Secretaria de Saúde deveria prestar esclarecimentos à Câmara e não os prestadores de serviços públicos do Município. A palavra foi aberta para as considerações iniciais. A Vereadora Duda agradeceu a presença dos convidados, disse que tem aprendido muito durante o processo. Sr. João Paulo também agradeceu a presença dos convidados e a oportunidade de fazer parte desse espaço. Em seguida, o Vereador Zerbinato agradeceu novamente a participação dos convidados e iniciou as perguntas, questionando como se deu a aquisição de Testes de covid-19 para Ribeirão Preto e como foi feita a organização para realizar o processamento desses testes. Perguntou também sobre o processamento, pois essa foi uma grande dificuldade no início da pandemia, em especial o teste RT-PCR, que precisa de uma tecnologia que não estava disponível em larga escala. A Sra. Elaine, que coordena os exames laboratoriais no município, explicou que Ribeirão Preto conta com o Laboratório Municipal de administração própria, localizado no Castelo Branco. Entretanto, não comporta a tecnologia de RT-PCR, por ser um laboratório de Atenção Básica, responsável por exames de grande volume, de triagem, como sangue, urina e fezes. Nesse sentido, não estavam preparados para realizar o exame de RT-PCR. Afirma que nem quem já tinha essa tecnologia estava preparado para processar o volume de exames necessário. No início da Pandemia, em março, os exames eram todos enviado para o IAL (Instituto Adolf Lutz), que estava com um gargalo e só realizava os exames de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave, não havendo estrutura para que pudesse disponibilizar o exame para as pessoas com síndrome gripal. Porém, no processo de Vigilância, a síndrome gripal é importante para monitorar a pandemia. O Dr. Sandro (ex-secretário da saúde) teve a ideia de acionar a FIPASE, que tinha um espaço idealizado para o Supera Ação, para fazer RT-PCR para oferecer para Ribeirão Preto. Porém tinham o espaço e os equipamentos de RT-PCR, mas não tinham a logística, o conhecimento da Rede, o conhecimento do sistema de requisição.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Nesse sentido, foi proposto pelo Dr. Sandro que fosse feito um convênio, entre o Laboratório Municipal, que dominava os aspectos de logística, de sistema e de laudos, com a FIPASE. Relata que deu muito certo a parceria, porém pontua que inicialmente havia a capacidade operacional máxima de 200 testes/dia. Diz que funcionou bem no começo, até atingir essa capacidade máxima, e tiveram problemas, bem como todos o restante dos países, quando atingiram o pico da primeira onda, sendo recebidos cerca de 900 testes/dia. Chegaram a ficar duas semanas de testes na fila para serem processados, havendo a demora de 15 dias para que o resultado fosse liberado para os usuários. Por essa razão, fizeram parceria com a FIOCRUZ, receberam um robô que possibilitou elevar a capacidade para 1000 testes/dia. Relata que a fila acabou, mas a questão continuou sendo complexa, visto que Ribeirão conta com 62 postos de coleta, disponíveis para todos os sintomáticos, sendo indicado o teste de RT-PCR por qualquer médico desses pontos e a coleta ocorre no local. Existe um sistema de transporte que passa em todos esses pontos, uma vez ao dia, recolhe todos os testes de RT-PCR e centraliza no Laboratório Municipal. Neste local eles são recebidos, acondicionados, organizados e arrumados em caixas, sendo que esse processo demora cerca de um dia. No dia seguinte, todas as amostras eram levadas para a FIPASE, que iniciava o processamento às oito horas da manhã, o qual não poderia ser interrompido depois de iniciado e nem acrescido de outras amostras. Por isso, não adiantava enviar coletas fora desse horário. Após processado, o resultado era liberado no final da tarde e enviado ao Laboratório Municipal, em formato de Planilha. A partir da organização desses dados, era enviado um informativo para a Vigilância elaborar o Boletim Epidemiológico e tomar as ações cabíveis; para o Disque covid-19, que tinha a função de ligar para todos os pacientes, a fim de evitar o deslocamento dos pacientes de volta para as unidades de saúde apenas para receber o resultado; para a Luzia Márcia e para a informática, para organizar os dados. O processo todo, desde a coleta até o recebimento do resultado por telefone, estava demorando, em média, cinco dias. Relata que atualmente também contam com o RT-PCR do HC, que sai em 24 horas, além do teste rápido, para fazer a triagem, ambos para os pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave que estão aguardando vaga. Refere que, no momento da reunião, não estão tendo problemas de vagas, mas esse problema já ocorreu. Sobre a aquisição do teste de RT-PCR, no início do convênio com a FIPASE, a qual comprava os insumos para processar os 200 testes/dia, a Secretaria chegou a pagar R\$100,00 por teste, estas informações estão disponíveis no termo de convênio. Depois da parceria com a FIOCRUZ, os insumos passaram a vir do Ministério da Saúde, sendo pago a mão de obra e o aluguel do espaço, por se tratar de um convênio, sendo previsto um repasse para a manutenção da estrutura. O teste rápido teve a sua aquisição feita por meio de licitação. Relata que também realizaram o teste de sorologia, também por meio de parceria com a FIOCRUZ, sendo que os equipamentos e o recurso humano eram do Laboratório Municipal, sendo que a FIOCRUZ disponibiliza os Kits, financiados pelo Ministério da Saúde. Relata que foram feitos testes sorológicos de todos os profissionais de saúde de Ribeirão Preto, da Rede SUS, inclusive funcionários administrativos, de manutenção e da limpeza. O teste também foi oferecido para todos os funcionários de hospitais públicos e privados, sendo que o fluxo foi organizado pela Secretaria Municipal da Saúde. Refere que foram feitos 15 mil testes sorológicos nesses moldes. A Sra. Luzia Márcia complementa dizendo que o total geral de testes sorológicos foram mais de 20 mil. Diz que receberam do Ministério da Saúde o teste rápido sorológico e foram feitos no ano de 2020 cerca de 17 mil testes, disse que foi uma única remessa entregue e depois não houve continuidade por parte do Governo Federal. Também foi recebido, pela Plataforma

Laboratorial do Instituto Butantan, que complementou os testes no estado de São Paulo, um teste sorológico de IgM e IgG (teste Hilab), por meio de um convênio do Butantan com um laboratório do Paraná, sendo um teste de coleta de sangue, realizado em 2020 e no início de 2021. Foram feitos cerca de 21 mil testes, sendo disponibilizados a princípio para os contatos dos pacientes com diagnóstico de covid-19 e, posteriormente, aberto para a população geral. Destaca-se que é um teste sorológico e não molecular, ou seja, não é um teste para ser aplicado na fase aguda da doença. Todas essas informações estão nos prontuários dos pacientes, no sistema Hygia e no sistema do Laboratório Municipal. Relata a existência de uma parceria importante com o Hemocentro, que faz o exame de urgência para a Secretaria da Saúde, sendo o exame dos pacientes internados em UPAs, aguardando leito, ou pacientes mais graves em observação. Trata-se de um exame encaminhado para o laboratório diariamente, com o resultado disponibilizado em 24 horas. O Vereador Zerbinato perguntou sobre a vacinação contra a covid-19, se existe algum levantamento de dados das pessoas que tomaram a vacina, por local de residência. Refere que a pergunta foi pensada levando em conta os territórios de grande vulnerabilidade social, para saber se seria possível mensurar a porcentagem de pessoas que vivem em favelas/comunidades que conseguiram acessar a vacina. A Sra. Luzia Márcia disse que não foi feito o georreferenciamento de vacinas aplicadas. Relata que foi feito esse tipo de mapeamento foi feito com casos de covid-19, mas não foi feita com a vacina. Diz que o sistema da vacina é estadual, chamado Vacivida, que não disponibiliza a interoperabilidade com os sistemas de informação do município. Relatou que haviam aberto até o momento cerca de 1,3 milhões de vagas para a vacinação e foram agendados 995 mil pessoas e aplicadas um milhão e quarenta e seis mil doses. Com esses dados diz que a demanda espontânea foi atendida, com cerca de 51 mil pessoas atendidas sem agendamento. Também foram feitas vacinação in loco, em todas as ILPI (Instituições de Longa Permanência de Idosos); na Fazenda da Barra, devido a distância; em todos os pontos de concentração da população em situação de rua, por meio do Consultório na Rua; além de atendimentos aos sábados e feriados e em horários prolongados em salas de vacina para proporcionar o acesso. Enfatiza que, devido ao agendamento, a regionalização não foi seguida, sendo que o usuário pode escolher a Unidade de Saúde onde gostaria de ser vacinado, não correspondendo a sua Unidade de referência. Os dados podem ser vistos por número de doses aplicadas por Unidade de Saúde, mas não por bairro. Reforça que a cobertura de todas as faixas etárias é de 90%, como preconizado, e destaca a preocupação com a vacinação dos adolescentes de 12 a 17 anos, sendo essa faixa a menor cobertura de primeira dose. Relata que estão estudando e acompanhando, três vezes por semana, cada grupo populacional, sendo as publicações feitas por faixa etária, mas a cobertura vacinal pode ser mensurada por outros critérios, como: unidade de ILPI, por comorbidade, por grupos prioritários. O Vereador Zerbinato reforça a sua pergunta, questionando sobre ações para alcançar pessoas que vivem em comunidades, que podem ter tido dificuldades em acessar a internet para realizar o agendamento. A Sra. Luzia Márcia relata que foi recebida uma solicitação e realizada uma reunião na Secretaria de Assistência Social com três representantes de comunidades e acertaram a Unidade onde a ação ocorreria, como na UBS Aeroporto. Nesse local foi deixada uma listagem dos moradores da comunidade, sendo que a Unidade ficou sem agendamento no dia combinado, para atender de forma espontânea as pessoas da comunidade. Essa estratégia foi acertada com três representantes, porém não funcionou, pois os moradores não compareceram no dia combinado. Refere que no atual momento, o agendamento segue disponível, mas ocorre atendimento de forma espontânea para a faltosos e para a primeira dose, desde que a vacina esteja disponível. Explica que também foram feitas ações com a população indígena e venezuelanos, que foram atendidos em uma



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

unidade no sábado, de acordo com combinado prévios. Diz que não havia condições de fazer uma equipe e ir in loco, nas comunidades, como foi feito com a vacina da Febre Amarela, pois a vacina contra a covid-19 tem uma série de especificidades para sua conservação, além de ser necessária a consulta de um sistema on-line para não correr o risco de vacinar a mesma pessoa mais de uma vez ou em intervalo inadequado. Relata que todas as vacinas aplicadas fora das Unidades de Saúde (escolas, ILPI, Ribeirão Shopping) acabaram gerando dificuldades com o sistema de informação. Sra. Tatiana complementa a resposta dizendo que algumas comunidades são cobertas pela Estratégia de Saúde da Família, as quais contam com os Agentes Comunitários que desempenham o papel de fazer a busca ativa. Diz que a equipe do Consultório na Rua, além de atender essa população específica, também faz visitas em algumas comunidades, sendo uma ação corriqueira a pergunta sobre a vacinação e a disponibilização de segunda via de cartões de vacinação para aqueles que perderam o documento. Vereador Zerbinato pede para que as convidadas comentem sobre a organização da agenda na Atenção Básica, especificando foi a orientação oficial, da Secretaria de Saúde, para a organização da agenda desde o início da Pandemia até os dias atuais. E mencionar sobre os atendimento eventuais e o "tele atendimento". Sra. Vanessa relata que no início da pandemia a agenda foi bloqueada, mantendo apenas a agenda protegida (caso novo e retorno de puericultura, gestante, pré-natal e pré-natal do parceiro, puerpério, doenças crônicas descompensadas), devido a necessidade cumprir as regras sanitárias de distanciamento e isolamento social. Essa organização da agenda perdurou até 2021, quando iniciaram a retomada em 50% e na data atual refere que as agendas estão em 100%. A proposta era a retomada das agendas de forma integral a partir de novembro de 2021, havendo duas ações em execução, como o Outubro Rosa e o Diabete em Foco, para fazer a busca ativa dos pacientes que não passaram em consulta nos últimos dois anos. Esse levantamento foi feito pela Secretaria de Saúde e enviada a listagem para as Unidades de Saúde contatarem os usuários. Disse que estão programando ações para 2022 também. A Sra. Tatiana complementa a resposta a respeito das circunstâncias que levaram a restrição da agenda, como o afastamento de profissionais de saúde que adoeceram, a maior atenção das equipes voltadas para o atendimento da covid-19, por serem porta de entrada para as pessoas sintomáticas, além da própria população que, muitas vezes, tinha medo de ir aos serviços. Com a diminuição no número de casos de covid-19, relata que foi possível perceber um aumento grande na procura por consultas para colocar em dia sua rotina de saúde. Ainda hoje algumas unidades estão com uma grande demanda de recurso humano para a vacinação, sendo que algumas chegam a aplicar 600 doses por dia. Entretanto, reafirma que a retomada da agenda é prioridade. Comenta sobre o Protocolo de Acolhimento para a demanda espontânea, que nunca foi suspenso, então todo e qualquer paciente que tem uma demanda de saúde pode procurar uma unidade de saúde e ele será priorizado a partir de uma classificação de risco. Ainda que as agendas tenham passado por momentos de maior restrição no número de consultas, reafirma que a Atenção Básica continuou sendo a porta de entrada. Menciona que a Teleconsulta foi estimulada, sendo ainda utilizada para alguns casos. Diz que foi necessário um empenho da equipe para estudar a literatura internacional, devido ao baixo número de experiências nacionais, para poder montar um protocolo de tele atendimento e a disponibilização dos recursos materiais. Comenta que algumas unidades contavam apenas com o telefone fixo, sendo que a transposição dessa barreira precisou ser pensada para viabilizar o uso dessa ferramenta de atendimento. O Vereador Zerbinato direciona uma pergunta ao Henry, sobre a organização do site da Prefeitura para atender a demanda do município, em especial sobre

o agendamento da vacinação e sobre disponibilizar informações para a população por meios eletrônicos. Sr. Henry cumprimenta a todos e explica que no início, dia 05 de fevereiro de 2021, se dedicaram de forma apressada para dar uma solução aos municíipes para evitar filas e aglomerações, como havia sido solicitado pela Secretaria de Saúde e pela Prefeitura. Refere que o sistema foi colocado, em um primeiro momento, para atender às requisições mínimas, sendo ajustado ao longo do tempo. Relata que o volume de doses não era planejado, sendo que a informação chegava "da noite para o dia", tanto sobre o número de vacinas que seria disponibilizado, como o segmento populacional que seria priorizado. Menciona que o sistema apresentou problemas para responder ao grande volume de acessos, sendo que o ambiente foi melhorado à medida que esses desafios foram sendo identificados. Sendo feitos ajustes em março e em junho/2021. Refere um aumento de 271% na capacidade populacional de suporte do sistema, dentro do que seria possível atender. Compreende que houve problemas, uma vez que não foi possível fazer planejamento, menciona que foram feitos diversos testes e implementadas soluções, como uma senha de atendimento virtual quando o volume de acesso estava grande, sendo que as pessoas eram colocadas em sistema de espera para que não houvesse a sensação de não atendimento. Segundo seu entendimento, nos dias atuais o volume não é tão grande, sendo que o ambiente foi mantido nas proporções mencionadas, e fornecendo um atendimento satisfatório. Relata que a comunicação foi feita junto a CCS (Coordenadoria de Comunicação Social) e a Secretaria de Saúde, que passavam as informações sobre a vacinação. A CODERP atendia as solicitações desses dois órgãos. O Vereador Zerbinato pergunta se a CODERP recebeu alguma verba covid-19 para ampliar seu quadro de Recursos Humanos ou de equipamentos para suportar a nova demanda que foi gerada. O Sr. Henry responde negativamente à pergunta e relata que as ações foram feitas com os recursos disponíveis previamente à pandemia. Vereadora Duda pergunta sobre a testagem em massa dos profissionais da educação, que incluiu profissionais terceirizados. Gostaria de saber qual pasta foi responsável por essa organização. A Sra. Luzia Márcia explica que essa testagem não foi realizada pela Secretaria da Saúde, sendo que no momento em que ela ocorreu foi feita uma doação de Kits, sendo operacionalizada por outros técnicos que prestaram serviço para a Secretaria de Educação. Refere que Ribeirão estava em um momento intenso da vacinação, não sendo essa atividade realizada pela Secretaria da Saúde. A Vereadora Duda agradece a resposta e pergunta ao Sr. Henry sobre a disponibilização de informações sobre os grupos populacionais que seriam vacinados, dada a grande variação de tempo entre a divulgação da informação e a abertura do agendamento no site. O Sr. Henry comenta que as informações sobre a vacinação eram recebidas de última hora por todos, inclusive pela Secretaria de Saúde e pela Prefeitura, não sendo possível criar um planejamento estratégico para organizar a vacinação. Refere que a informação chegava para a CODERP praticamente no mesmo instante que era divulgado para a população. Essa questão foi o que gerou a instabilidade no sistema, mas serviu também para que fosse criada uma equipe, quase que em tempo integral, para acompanhar o site, até que conseguissem chegar em uma característica de atendimento mais contínua. Relata que esse acompanhamento do site estava sendo mantido até os dias atuais, mas sem a necessidade de uma dedicação exclusiva por terem conseguido chegar em um equilíbrio. Enfatiza que não houve comunicação para efeito de planejamento. A Sra. Mayra complementa a resposta reafirmando que a questão da comunicação tem sido um desafio para a Secretaria de Saúde, pois para emitir um comunicado havia a dependência de recebimento das grades das vacinas. Porém, esse material era recebido de última hora, muito próximo da data limite de aplicação, sendo dado o exemplo das segundas doses. Havendo a necessidade de a equipe toda se organizar de um dia para o outro para buscar as grades, abrir o agendamento e



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

organizar as Unidades de Saúde. Relatou que mesmo com as Unidades de Saúde havia dificuldades para estabelecer uma comunicação adequada. Mencionou a necessidade de a equipe da Secretaria ter que ficar atenta 24h por dia porque a grade poderia chegar a qualquer momento, inclusive aos domingos a noite. Essa forma de distribuição da vacina gerou expectativa na população em relação a chegada do material e, por outro lado, não havia uma certeza de que a programação seria cumprida por depender do envio das grades dos entes supramunicipais. Refere que a comunicação foi feita da forma mais rápida possível, sendo a instabilidade da chegada das grades de vacina um verdadeiro desafio para essa dinâmica. A Sra. Luzia Márcia complementou a resposta dizendo que atualmente o município se encontra numa segunda fase da vacinação, com maior tranquilidade, com o recebimento de doses com maior antecedência. Isso ocorreu pelo aumento do volume na produção de vacinas, diferente do quantitativo disponível no início da campanha. Reafirma a fala do Sr. Henry e diz que não havia a possibilidade de abertura de agendamento sem ter a grade de vacinas, que dependiam do carregamento do Ministério da Saúde. Essa dinâmica não deu ao Município uma governabilidade para planejar essas ações, havendo a necessidade de agir de forma reativa a chegada das vacinas, oportunizando a vacinação. Relata que no começo da vacinação estavam com um número grande de casos de covid-19 e que era sabido que com a primeira dose o impacto já seria sentido. Com isso, a CODERP e a Secretaria da Saúde fizeram uma força tarefa, um trabalho integrado de assistência, vigilância, CODERP, comunicação social e a divisão de informática. Cada agendamento dependia da grade de vacinas, o número de doses, o cálculo da perda técnica no momento da aplicação e oportunizar uma matriz com um número de vagas para cada Unidade de Saúde. Foi necessário pensar toda essa logística por diversas vezes, de última hora, para poder liberar o agendamento para a equipe do Henry. Diz que o agendamento parece simples, mas não é, pois dependia de toda essa logística e de toda a organização documental das vacinas. Refere que muitas vezes chegaram às seis horas da manhã na central para organizar caixas de isopor para distribuir a vacina. Foram abertas "mega vacinações", com cerca de 16 mil e 18 mil vagas. Finaliza dizendo que a equipe aprendeu o trabalho durante o processo e comenta sobre o impacto da vacinação no controle da pandemia. O Vereador Zerbinato comenta sobre o papel do Governo Federal e a dificuldade que o mesmo proporcionou para a organização dos governos municipais. Este tem sido um aspecto recorrente nas falas dos convidados para as oitivas. Sr. João comenta sobre a testagem de covid-19 e o papel do Comitê em Ribeirão Preto. Reafirma que o Governo Federal contribuiu para atrapalhar o andamento das ações nos municípios. Diz que Ribeirão se preparou muito bem para acolher os doentes, mas não para enfrentar a Pandemia. Relembrou o posicionamento da OMS (Organização Mundial de Saúde) sobre o papel da testagem em larga escala, diferente do que foi feito no Brasil como um todo e em Ribeirão Preto em especial, sendo testado apenas as pessoas sintomáticas que buscavam uma Unidade de Saúde. Relembra o Projeto TRIS (Testagem, Rastreamento e Isolamento Social), sendo o teste feito de forma proativa e não após o aparecimento dos sintomas. Acredita que seja esse o motivo de grande parte das vidas terem sido perdidas, somada a falta das vacinas que demoraram a chegar. Reafirma a necessidade de testagem em massa, pois a maior parte das pessoas terão a doença de forma assintomática, mas mesmo assim com a possibilidade de transmissão do vírus. Deixa o apelo para que o enfrentamento da covid-19 não seja deixado de lado, sendo utilizada a testagem em massa. A Sra. Luzia Márcia comenta sobre o Plano Nacional de Expansão da Testagem para a covid-19, no qual a testagem é colocada para diagnóstico assistencial (que é a forma como tem sido utilizada para fechar

diagnóstico), a estratégia de busca-ativa (utilizada em situações de surto) e a estratégia de triagem. Refere que Ribeirão fez as três estratégias, não em massa, mas agora está sendo ampliada a discussão no estado de São Paulo a partir desta publicação do Ministério da Saúde. Foi exibido o gráfico do Boletim Epidemiológico da covid-19 (disponível no site da Secretaria da Saúde), em relação ao número de internações, óbitos, cobertura vacinal de primeira, segunda e terceira doses. Para a faixa etária de 80 anos ou mais, sendo que a cada dose da vacina, o número de internações e óbitos caem vertiginosamente. O gráfico traduz a vivência também nas Instituições de Longa Permanência de Idosos, sendo nítido o resultado positivo da vacinação. Em seguida foi apresentado o Gráfico correspondente à faixa-etária de 70 a 79 anos, sendo que o mesmo resultado é conseguido, em relação à queda no número de internados e de óbitos, sendo possível ver a queda nesses números desde a primeira dose e consolidação da queda na segunda dose. Também foram apresentados os gráficos para a faixa-etária de 60-69 anos e 50-59 anos, sendo que este último começou a ser vacinado no início da queda da segunda onda, devido a disponibilidade da vacina. O Vereador Zerbinato afirma que os dados mostram que vacinas salvam vidas e que a única saída para a pandemia é pela ciência. Vereador Marcos Papa inicia sua fala parabenizando o estudo apresentado e questionando a descrença de algumas pessoas na vacina, além do discurso do Presidente que fomenta o uso de medicamentos inapropriados e relacionou, de forma infundada, a vacinação da covid-19 ao aumento de casos de HIV. Os vereadores presentes, Duda, Papa e Zerbinato, deliberaram sobre as próximas oitivas, em relação aos temas e aos convidados. Além de deliberar sobre pendências da reunião anterior, como o ofício para HapVida e as questões da Vereadora Duda que não foram feitas na última oitiva. Vereadora Duda e Vereador Marcos Papa agradecem pela reunião e a presença dos convidados. A Sra. Luzia Márcia agradece pela oportunidade de apresentação dos dados e do trabalho que foi desenvolvido, agradece também o Henry em nome da Secretaria da Saúde, pela ajuda e pela parceria, reafirma que a cobertura vacinal tem várias mãos envolvidas. O Sr. João agradece e reforça a importância do trabalho dos servidores e servidoras da saúde durante a pandemia. O Sr. Henry agradece e menciona que, apesar de todo o cenário, foi possível a construção conjunta de uma solução, que poderia ser considerado um "case". Sra. Vanessa agradece pelo convite e coloca o departamento de atenção básica à disposição. O Vereador Zerbinato agradece a presença de todos e parabeniza o corpo técnico da Secretaria, sua assessoria, a TV Câmara, o pessoal da TI, e finaliza a presente reunião.

Link no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=ij8W5_cBzkg

09/11/2021 - A DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, DE FORMA PRESENCIAL, NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. OS TEMAS DEBATIDOS FORAM A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DURANTE A PANDEMIA DE covid-19; A ASSESSORIA DA PREFEITURA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS E POSICIONAMENTO JURÍDICO FRENTE ÀS NORMATIVAS PROPOSTAS E PROMULGADAS DURANTE A PANDEMIA DE covid-19. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO; AUDITORIA GERAL; DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE; AUDITORIA INTERNO; E SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA. A décima terceira reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 09 de novembro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo e Zerbinato. Justificaram a ausência os Edis: Coletivo Popular Judeti Zilli, Marcos Papa e



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Lincoln Fernandes. Também estiveram presentes: Fernanda Bergamini (assessoria Zerbinato) e Thiago Scatena (assessoria C.P. Judeti Zilli). Vereador Zerbinato iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, pontuou o objetivo da Comissão Especial de Estudos que busca elucidar as prioridades do uso das verbas públicas no enfrentamento à Pandemia de covid-19. Antes de iniciar, mencionou sobre o sentimento de alívio em ter nove estados, entre eles São Paulo, sem registro de óbitos por covid-19 nas últimas 24h. Reforçou que a pandemia não acabou, mas com o avanço da vacinação e a manutenção das medidas sanitárias necessárias, estavam contribuindo para uma boa evolução. Os temas elencados para a reunião foram: a aplicação de recursos públicos (próprios e de transferências estadual e federal) e a gestão orçamentária e financeira durante a pandemia de covid-19; a assessoria da Prefeitura junto ao Tribunal de Contas e posicionamento jurídico frente às normativas propostas (projetos de lei vetados) e promulgadas durante a pandemia de covid-19. Para compreender melhor os assuntos selecionados, foram convidados os representantes da Controladoria Geral do Município; e da Secretaria Municipal de Justiça. Foram indicados para participar da oitiva, representando a Controladoria Geral do Município, **Dr. Renato Cláudio Martins Bin**, Controlador Geral do Município; **Sra. Cibelle M. do Amorim Ferreira**, Auditora Geral; **Dr. Óthon Castrequini Piccini**, Diretor do Departamento de Promoção da Integridade; e **Sr. Eufrásio Pereira dos Santos Júnior**, Auditor Interno. O representante da Secretaria Municipal de Justiça foi o **Dr. Alessandro Hirata**. Vereador Zerbinato explicou sobre o teto de horário do Dr. Hirata e por esse motivo, iniciou com as questões direcionadas ao mesmo. Perguntou em relação ao papel da Secretaria de Justiça, de assessoria da Prefeitura junto ao Tribunal de Contas, e considerando algumas informações trazidas em oitivas anteriores, solicitou que fossem confirmados dois pontos: em relação a dispensa de licitação, prevista na Lei 14.035/2020, relacionada ao enfrentamento da Pandemia de covid-19, se ela foi utilizada por Ribeirão Preto e em quais áreas. Mencionou que foi relatado que a Pasta da Saúde não fez uso da dispensa de Licitação durante o enfrentamento da Pandemia e se seria possível declinar o motivo dessa escolha, mesmo estando num contexto de emergência sanitária. Dr. Hirata informou que não é de seu conhecimento e da Secretaria de Justiça os procedimentos e os processos de dispensa de licitação, a não ser que haja uma específica contestação pelo tribunal de contas. É competência da Secretaria de Justiça fornecer a resposta aos diversos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público. Afirma que, desde que assumiu a Secretaria, em 19 de maio de 2021, não houve nenhum tipo de questionamento em relação a dispensa de licitação referida. Vereador Zerbinato retomou uma pergunta feito pelo Thiago Scatena em uma das oitivas anteriores, questionou se legalmente um Prefeito poderia fazer a escolha de aumentar a dívida pública municipal, enquanto política institucional, para ampliar o fornecimento de auxílios, subsídios ou optar por reduzir o recolhimento de impostos municipais durante a crise econômica proporcionada pela Pandemia. Também perguntou sobre o teor legal, se seria possível aumentar programaticamente a dívida da Prefeitura, enquanto uma escolha de política pública, numa situação de calamidade para socorrer a população e os comerciantes locais. O Dr. Hirata pontuou que diversas situações precisam ser analisadas para poder chegar a todos os segmentos legais, seria necessário analisar diversas possibilidades. Com o período da Pandemia existe uma série de possibilidades em decorrência da excepcionalidade da situação, mas ressaltou que o contexto precisava ser observado com responsabilidade fiscal. Dessa forma, seria necessária uma análise de cada ato concreto do Poder Executivo e em relação a cada Normativa específica. Mencionou o exemplo da Lei

Complementar 173/2020 que, até o final de 2021, impossibilita uma série de aumentos em despesas. Dessa forma, considerou que a resposta não é simples e precisa ser analisada em cada caso concreto. Thiago Scatena (assessoria) complementou dizendo sobre o sentido da pergunta feita, em analisar as escolhas políticas junto com a legalidade, e a questão da pandemia como pano de fundo para compreender se essa escolha política do Prefeito em assumir um compromisso de austeridade fiscal, em um período de pandemia que exigiu investimentos em assistência social que talvez extrapole essa outra posição. Reforça que a pergunta foi respondida pelo Dr. Hirata e seu objetivo era compreender se se tratavam de aspectos legais ou de escolhas do Executivo. Dr. Hirata complementou dizendo sobre a excepcionalidade da pandemia, mas não por isso é possível abrir mão de todos os dispositivos legais de controle de gastos do Poder Público. Reforça que essas duas questões precisam ser combinadas e cada caso concreto precisa ser analisado. A Vereadora Duda cumprimentou os convidados e direcionou suas perguntas para a área de Fiscalização, também dentro das atribuições da Secretaria de Justiça. Perguntou se foi notado algum incremento da Fiscalização e quais foram os protocolos adotados pelos servidores deste setor para fiscalizar o cumprimento dos protocolos sanitários. Dr. Hirata comentou que foram implementadas diversas ações, mesmo antes de ter assumido a Secretaria. Relatou a realização de diversas ações concentradas em parceria entre Fiscalização Geral, Guarda Civil Metropolitana e Vigilância Sanitária, sendo que as duas primeiras estão ligadas à Secretaria de Justiça. Mencionou que foram organizadas ações com o intuito do cumprimento das medidas sanitárias, especialmente em relação aos Decretos de medidas de contenção do vírus. A Vereadora Duda perguntou sobre a estimativa de ocorrências desde o início de 2021. O Dr. Hirata disse que não tinha os dados em mãos, mas que os números poderiam ser levantados. Relatou que foram diversas ocorrências e multas feitas pela Fiscalização Geral a estabelecimentos que não cumpriram os Decretos, além de ações feitas de forma preventiva, para evitar aglomerações, como vetar a realização de festas clandestinas antes do início das mesmas. Ficou à disposição para levantar os dados mencionados. A Vereadora Duda perguntou sobre a impressão em relação ao capital humano da Fiscalização Geral, se estaria suficiente para a atualidade. O Dr. Hirata respondeu negativamente e afirmou que a excepcionalidade da pandemia potencializou a dificuldade da Fiscalização com a falta de capital humano. Relatou que essa questão estaria sendo corrigida, uma vez que o concurso foi realizado e para o ano de 2022, ao finalizar a vigência da LC 173/2020, serão chamados novos fiscais para atuar junto à Fiscalização. A Vereadora Duda perguntou sobre os recursos materiais e físicos para realizar a fiscalização, como veículos adequados e segurança dos servidores, para que o trabalho seja cumprido. O Dr. Hirata disse acreditar que essas condições são suficientes, mas mencionou um esforço no sentido de melhorar esses aspectos, como o processo de compra de um sonómetro para aferir ruídos e barulhos, para viabilizar a fiscalização de denúncias de perturbação do sossego. Mencionou que existe um trabalho para repor os veículos da Fiscalização, como uma doação da Receita Federal de apreensão de pneus, a qual viabilizou a troca de pneus de toda a frota da Fiscalização. Também comentou sobre a aquisição de pacote de dados para celulares, para viabilizar a atuação de forma remota, em vez de retornar para a base da Fiscalização para preencher as atas. Thiago Scatena comentou sobre a questão da moradia, abordada em reuniões anteriores e sobre as denúncias recebidas de violação de direitos humanos, especialmente na pandemia, nas ações de reintegração de posse. Além disso, no Gabinete do Coletivo Popular Judeti Zilli estavam chegando denúncias de ambulantes do centro da cidade sobre a abordagem violenta por parte Fiscalização. Nesse sentido, Thiago perguntou se existiria algum protocolo sobre a forma adequada de se fazer a fiscalização, a apreensão de bens e a reintegração de posse. Também questionou a



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

existência de meios para a população registrar reclamações sobre a Fiscalização Geral, ou seja, "fiscalizar quem fiscaliza". Dr. Hirata respondeu que a instrução é "claríssima" de que não pode haver e não houve reintegrações de posse desde o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal), com o voto do Ministro Barroso, e que a Fiscalização sempre se atentou para isso e será mantido enquanto perdurar a situação de calamidade pública. Comentou que recebeu em seu Gabinete os movimentos de moradia e acredita ser importante o controle como um todo. Em relação a atuação com os ambulantes no Calçadão, que é atribuição da Fiscalização Geral, acredita que seja necessário uma atuação cuidadosa durante o período das festas de final de ano, para que haja a possibilidade de trabalho seguro dos ambulantes e para a população que utiliza o espaço. Referiu-se ao período no qual o Calçadão não pôde ser utilizado, inclusive pelos ambulantes, e que atualmente esse uso estaria sendo retomado. Em relação às denúncias contra a Fiscalização Geral, relatou que funcionaria como para todos os demais órgãos do município, sendo a Ouvidoria e Corregedoria as instâncias que poderiam instaurar processos internos para investigar eventuais denúncias e encaminhar para as secretarias. O Dr. Renato Bin cumprimentou a todos e disse ser um prazer estar presente na Câmara com quase toda a equipe da Controladoria representada e colocou a secretaria à disposição da Casa de Leis, sempre que necessário e que forem convidados. Comentou sobre o questionamento do Thiago sobre o serviço "Fale com a Ouvidoria", serviço disponibilizado diretamente no Portal da Prefeitura e os excessos que porventura venham a acontecer, pode-se utilizar da ferramenta de denúncias e representações diretamente para a Corregedoria. Comentou que no atual momento estava acumulando o cargo de Controlador Geral e de Corregedor e reforçou que eventuais excesso podem ser denunciados diretamente na Corregedoria. Relatou que a Controladoria estava passando por uma reestruturação, tanto em relação a normatização para o bom funcionamento do órgão, como também a busca por um local para poder haver a alocação desses departamentos. O Vereador Zerbinato agradeceu o Dr. Hirata por sua participação e contribuições. E deu seguimento dirigindo-se aos representantes da Controladoria, da Corregedoria e da Auditoria Geral. Iniciou dizendo sobre a honra de poder contar com a presença em peso desse novo órgão, criado pela recente reforma administrativa e, apesar do pouco tempo de existência da Controladoria, o Dr. Bin, em conversa com sua assessoria, comentou sobre o esforço desta nova pasta em compreender as ações do executivo no enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, pediu para que fosse comentado sobre o uso de recursos públicos durante a crise sanitária. Em relação aos recursos municipais, questionou se seria possível saber o montante que foi destinado, em 2020, exclusivamente para o enfrentamento da Pandemia e quanto esse valor ultrapassou as previsões orçamentárias deste mesmo ano. O Dr. Bin comentou sobre a Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu o programa de enfrentamento à pandemia, que veio de encontro a situação de emergência sobre a qual os municípios brasileiros estavam passando naquele momento. Ressaltou que sem a ajuda do Governo Federal, devido a queda na arrecadação municipal no período referido, não haveria a possibilidade de atender a demandas das despesas obrigatórias, como o pagamento de servidores, educação, assistência social e outros. A referida Lei teve como objetivo entregar aos Estados, Municípios e Distrito Federal um auxílio financeiro para a aplicação de enfrentamento à pandemia. No tocante à questão da aplicação dos recursos, pediu para que a Sra. Cibelle e Sr. Eufrásio comentem sobre a questão. Sra. Cibelle comentou sobre os recursos recebidos pelo município nos anos de 2020 e 2021. Em 2020, os recursos totais recebidos foram 155 milhões, sendo que esses dados podem ser encontrados no Painel do Tribunal de Contas,

quanto no portal da transparéncia. Em 2021 foram 32 milhões de reais recebidos pelo município. Nesses montantes estão os repasses Federais, Estaduais e gastos do Tesouro Municipal, sendo que os dois primeiros vinham com normativas especificando as possibilidades de uso. Em 2020, de recursos do Tesouro Municipal, foram utilizados 356 mil reais e, em 2021, foram 11 milhões. Vereador Zerbinato comentou sobre as Portarias Federais para o enfrentamento da Pandemia, sobre a dificuldade de uso das verbas de algumas delas, inclusive para o rastreio de covid-19, imprescindível para o estabelecimento de questões sanitárias. Mencionou que, segundo os relatos, essa demora no uso ocorreu por imprecisões nos textos das normativas (tanto para o uso da verba quanto para a posterior prestação de contas). Por receio de ter que devolver o dinheiro, algumas vezes a opção foi não utilizar a verba da portaria ou fazer um estudo prévio para não incorrer em erros. Entretanto, ressaltou que durante a crise sanitária, essas imprecisões podem ter custado muitas vidas. E perguntou se foi acompanhado esses tempos de uso das verbas advindas de portarias supramunicipais, em especial das federais, no ano de 2020 e se esse atraso ou postergação do uso das verbas foi recorrente. Sra. Cibelle comentou que precisaria de informações mais precisas para poder responder. Disse que muitas vezes o dinheiro demorou para ser depositado no caixa municipal e, em alguns casos, utilizou-se de recursos próprios por não haver a possibilidade de espera do depósito. Comentou que a Auditoria acompanha a execução e para executar tem a secretaria da fazenda, diretoria de despesas, por isso, para a execução entende que estava tudo certo, os problemas elencados foram da verba que não chegou ou da necessidade de aguardar licitação, mas são outros fatores que não o texto da normativa. O Vereador Zerbinato comentou que diz respeito à pasta da saúde. Sra. Fernanda (assessoria) mencionou o caso específico da vigilância, em relação a verbas federais destinadas ao rastreio de covid-19, as quais não foram utilizadas por dificuldade de entendimento no texto da lei e posterior falta de instrumentos institucionais para a prestação de contas. Ainda mencionou o Relatório Anual de Gestão de 2020, no qual pode-se notar que 25% das verbas federais não foram utilizadas e que o mesmo ocorreu com a Assistência Social. A Sra. Cibelle disse acreditar que seria algo pontual no caso da Vigilância, pois nos demais casos, sempre que a Secretaria não conseguiu utilizar a verba, a Ouvidoria e a Auditoria ligavam para o Ministério e outros locais para saber sobre o uso e a prestação de contas. Caso não houvesse resposta em quatro ou cinco dias, havia novo contato. No caso da Vigilância, acredita que o entrave deve ter sido a normativa. Mencionou ainda que houve a montagem de equipes na Saúde e na Assistência Social para buscar verbas. O Dr. Bin comentou que a Controladoria Geral é incumbida de fazer o registro e controle de todos os órgãos e entidades da administração e ressalta que no caso da Secretaria de Saúde, ela própria tem seu controle interno. Dessa forma, não receberam informações sobre essa questão na Controladoria Geral, dessa forma seria necessário fazer a averiguação dessa questão. O Sr. Eufrásio complementou a resposta dizendo que o advento da pandemia foi inesperado, sendo que a disponibilização dos recursos Federais e Estaduais foi feita de forma agilizada, sem conseguir prever todos os regramentos de uso e prestação de contas, até mesmo a construção do sistema de prestação de contas foi tardio. Mencionou que algumas situações, específicas, podem ter acontecido, pelos problemas mencionados anteriormente, que os recursos tenham sido devolvidos. Relata que, tanto da esfera Estadual quanto Federal, em especial a LC 173/2020, foram gastos em sua quase totalidade. Dessa forma, reforça o caráter emergencial e urgente com a qual as normativas foram elaboradas e compreendidas pelos municípios, no qual coube o papel do Tribunal de Contas e do Ministério Público nessa orientação para a aplicação adequada dos recursos. O Dr. Bin complementou as informações sobre o uso das verbas advindas da LC 173/2020, dizendo sobre a emissão de diversos comunicados pelo Tribunal de Contas sobre a forma



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

como deveria ser contabilizado essas despesas. Dr. Óthon mencionou sobre a dinâmica da Fiscalização e o Sistema de Controle Interno, com o advento da nova lei de licitações (Lei 14.133/2021, artigo 169), todas as administrações públicas do país devem estruturar o seu sistema de controle interno sob a forma de três linhas de defesa (aferidor de contrato ou servidor que esteja na ponta da linha; responsável pelo controle interno da secretaria; e a Controladoria Geral do Município). Dessa forma, está pressuposto que haja um órgão central de coordenação do controle interno, sendo essa a figura da Controladoria Geral. Entretanto, esse órgão não exime os responsáveis pelo controle interno nas secretarias e nas entidades, assim como os aferidores dos contratos ou os agentes públicos que estejam na fonte do ato administrativo. A Saúde mantém um departamento para o fim de controle interno. O Vereador Zerbinato agradeceu as colaborações e passou a palavra para a Vereadora Duda. Vereadora Duda agradeceu pela disponibilidade dos convidados e perguntou sobre os impactos advindos do remanejamento de verbas para o cumprimento das metas do Plano Plurianual. Disse entender que seria papel da Procuradoria, mais especificamente, do Departamento digerido pelo Dr. Óthon de fazer o controle do cumprimento das metas do Plano Plurianual, formulado antes ser possível saber sobre a pandemia, dessa forma finalizou a pergunta questionando sobre as áreas que foram impactadas. O Dr. Óthon iniciou a resposta mencionando a existência de um departamento próprio, na Secretaria da Casa Civil, para o controle de metas, chamado Departamento de Metas. Tal atribuição foi definida pela Lei Complementar 3.062/2021 (reforma administrativa municipal). Sobre o Departamento de Promoção da Integridade tem a incumbência de prever as políticas de promoção de integridade e sustentação das bases do controle interno, ou seja, fazer a padronização documental do órgão, prestar o apoio técnico e jurídico às outras áreas da controladoria e cuidar das políticas de prevenção e combate à corrupção, além de regulamentação de leis Nacionais, como a Lei do Governo Digital e a Lei Geral de Proteção de dados. A Sra. Cibelle, reforçou a fala da Vereadora Duda sobre a elaboração do PPA em 2016 para os anos de 2017 a 2021, quando não havia pandemia e nem a possibilidade de prevê-la. Sobre as metas que não foram alcançadas, afirmou que seria necessário a elaboração de um requerimento para que as informações fossem levantadas. Comentou que o PPA é fiscalizado pelo Tribunal de Contas, semestral, ocorre a alimentação do sistema sobre as metas e as atividades do PPA. O PPA 2017-2021 terá sua prestação de contas no final de 2021, que é quando haverá a possibilidade de vislumbrar essas metas não atingidas e o impacto em cada setor. Disse acreditar que o impacto foi grande, uma vez que a pasta da saúde cresceu muito enquanto a educação diminuiu, devido a falta de aulas presenciais. Comentou que, mesmo o relatório de 2020 seria parcial, pois o relatório completo só seria possível ao final de 2021. A Vereadora Duda comentou que, mesmo que seja um relatório parcial, acredita que seria interessante obter esses dados para mensurar os impactos em 2020. Ficou acordado o envio de um ofício para solicitar tais informações. O Sr. Eufrásio reforçou a fala da Sra. Cibelle, no sentido de ser difícil dimensionar o impacto geral nas ações que previamente estavam estabelecidas e em seguida deu o exemplo da educação, sendo que no ano de 2020 diversas escolas foram entregues, mas não conseguiam alcançar seu atendimento pleno, para poder atender a demanda que estava represada de creches. Nesse sentido, disse que não é possível dimensionar se a pandemia foi o problema que interfere no alcance da meta. Reforça que houve prejuízo, pois as escolas estavam prontas, mas não foram colocadas em funcionamento pleno. Sendo que esse levantamento será possível de ser realizado apenas no fechamento completo do PPA, após apurar os quatro anos e olhar especificamente os anos de 2020 e 2021. A Sra. Cibelle complementou

dizendo que na Coordenadoria de Projetos existe um departamento para acompanhar e coordenar as metas, o qual está acompanhando todas as metas. Explicou que o PPA é compartilhado com o Tribunal de Contas, todas as rubricas, e anualmente é preenchido o que foi feito ou deixado de fazer das ações programas e, nesse sentido existe uma cobrança e o departamento que está monitorando todos os indicadores. Thiago Scatena mencionou sobre as denúncias recebidas no Gabinete e que muitas vezes não se sabe sobre a fundamentação, uma delas se refere aos recursos para o PróUrbano, que estavam sendo ventilados na mídia, além dos 17 milhões já aprovados pela Câmara. Entretanto, algumas denúncias se referiam ao uso dessa verba que seria da saúde, de enfrentamento à pandemia, e que foi direcionada para o consórcio de transporte urbano. Perguntou se essa verba repassada para o PróUrbano realmente seria uma verba destinada para a saúde, para o enfrentamento à pandemia. O Dr. Bin explicou que os recursos advindos para o enfrentamento à pandemia, específicos para a saúde, vieram com normativa específica, como o inciso I (art.5o, LC 173/2020), sendo que o Inciso II dessa mesma normativa era de uso geral, definido pelo próprio município e, no entanto, a maior parte foi destinada para a saúde. Reforçou a importância dos repasses dos governos federal e estadual para os municípios, para poderem fazer frente às demandas emergentes e prementes que precisavam ser cumpridas, como gasto com pessoal, manutenção da educação, da assistência social. No tocante aos 17 milhões ao consórcio PróUrbano pediu para que a Sra. Cibelle respondesse. Sra. Cibelle respondeu que todas as verbas que vieram para a covid-19, oriundas de portarias e outras normativas, caíram em uma conta específica, "carimbada", sendo que o dinheiro só pode ser utilizado para aquela finalidade. No momento que a verba é utilizada, se estiver incorreta, gera um alerta para o Tribunal de Contas e é necessário fazer a correção. No caso do Inciso II (art. 5o, LC 173/2020), era uma verba de livre utilização, foi quase que completamente utilizada em 2020, sendo que os 17 milhões é recente e não poderia ser dessa regulamentação. Indicou que essa pergunta poderia ser feita formalmente por requerimento, mas que a verba destinada para o PróUrbano é fonte Tesouro, sendo que a rubrica orçamentária inicia com zero um. Adicionou que existe a questão da regularidade, ou seja, algumas contas e vínculos de verbas que entram nos Cofres Públicos e não contam com a possibilidade de redirecionamento de finalidade na "regularidade da execução orçamentária". Dr. Bin complementou sobre o TC n.18175.989.20-1, do Tribunal de Contas, cuja representação foi do Ministério Público do estado de São Paulo, com relação à utilização das verbas durante o período de pandemia. No qual o MP colocou informações sobre eventuais irregularidades e atos de improbidade administrativa na aplicação desses recursos, recebidos do Tesouro Nacional. Comentou que essa matéria foi instruída pela unidade do Tribunal de Contas Regional de Ituverava, na qual se verificou, que a municipalidade de Ribeirão Preto recebeu recursos do Governo Federal, destinadas especificamente ao enfrentamento da pandemia, mas também foi beneficiado com receitas de caráter não vinculado, previstas no Inciso II, do artigo 5o da Lei Complementar 173/2020, para mitigação dos efeitos financeiros derivados da queda de arrecadação, tanto dos estados quanto dos municípios. Sendo que a Unidade Regional do tribunal de Contas concluiu que não foram identificados nenhum desvio de finalidade nesses recursos e determinou expedição de recursos ao subscritor, com encaminhamento de cópias de documentos e realizou a baixa junto ao Ministério Público. O Vereador Zerbinato perguntou sobre o Inciso II da referida normativa, se existiria a possibilidade de saber a quantia de valores que foram para cada pasta. O Dr. Bin respondeu que a organização desses dados estava em fase de conclusão e havia um início de estudos de levantamento dessas questões. Pediu para que, caso fosse possível, fizesse a requisição dessas informações. Thiago Scatena mencionou as verbas do Tesouro do município para o



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

enfrentamento da pandemia, trazidas pela Sra. Cibelle. Perguntou se essa verba teria alguma destinação "carimbada". A Sra. Cibelle explicou que as verbas dos Tesouro Municipal devem cumprir uma série de regras, mas existe a discricionariedade de utilização, sendo que no caso de 356 mil reais foram utilizados na Assistência Social e em outras secretarias com compra de máscaras, álcool em gel, biombo, toda a parte que exigiram adequação imediata de todas as secretarias sem que se tivesse recebido qualquer tipo de verba supramunicipal. Em 2021, a verba de 11 milhões foi destinada para o pagamento do Auxílio (Acolhe Ribeirão). Vereador Zerbinato agradeceu a presença e a participação de todos. Comentou sobre o aprendizado da Comissão durante esse processo de oitivas e franqueou a palavra para os convidados fazerem suas considerações finais. O Dr. Bin disse que, em relação a Controladoria Geral, um dos eixos que considera de maior importância é a transparência, de modo que não apenas esses dados devem ser abertos para o conhecimento de todos, como se trata de um dever e uma obrigação ser o mais transparente possível, dada a essência do órgão. Agradeceu pela oportunidade e agradeceu pela oportunidade de poder colaborar, em especial no tocante à Transparência. A Vereadora Duda reiterou seus agradecimentos a todos que aceitaram participar e disse estar feliz com a colaboração, uma vez que no final trata-se de uma colaboração com o trabalho de fiscalização do vereador. O Vereador Zerbinato agradeceu mais uma vez a presença de todos, aos assessores, ao ceremonial, ao TI, a TV Câmara e a todos que acompanharam a oitiva e encerrou a presente reunião.

Link no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=5so6sQGxpCc>

16/11/2021 - A DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA OCORREU EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021, DE FORMA PRESENCIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E COM PARTICIPAÇÃO REMOTA. OS TEMAS DEBATIDOS FORAM AS DIFICULDADES DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE A PANDEMIA DE covid-19, EM RIBEIRÃO PRETO E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES ALOCADOS EM SERVIÇOS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, PRÓPRIOS OU CONVENIADOS, DURANTE A PANDEMIA DE covid-19. CONTOU COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: DEFENSORIA PÚBLICA; OAB; E O SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. A décima quarta reunião ordinária desta Comissão Especial de Estudos foi realizada em 16 de novembro de 2021, em que estiveram presentes os seguintes Edis: Duda Hidalgo, Marcos Papa e Zerbinato. Justificaram a ausência os Edis: Coletivo Popular Judeti Zilli e Lincoln Fernandes. Também estiveram presentes: Fernanda Bergamini e Tiago A. Fernandes (assessoria Zerbinato) e Thiago Scatena (assessoria C.P. Judeti Zilli). O Vereador Zerbinato iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e agradecendo pela participação dos convidados. Reforçou o objetivo da Comissão, de compreender as prioridades do governo no enfrentamento à pandemia de covid-19. Ressaltou a importância da participação dos convidados por estarem representando a voz da população e dos trabalhadores, pessoas que conseguiram passar pelos momentos difíceis da pandemia e que, por diversas razões, não quiseram se expor individualmente em uma reunião pública. Além de representarem a voz dos quase 3 mil Ribeirão-pretanos que não tiveram a oportunidade de ter a vacina em seus braços no tempo certo, para que pudessem contar suas próprias histórias vividas durante esses quase 20 meses de pandemia. Mencionou que se tratava da décima quarta reunião ordinária e última

oitiva planejada pela Comissão, cujo os temas elencados para serem abordados foram: as dificuldades de acesso às políticas públicas durante a pandemia de covid-19, em Ribeirão Preto (principais pontos em relação ao acesso dos usuários aos serviços e ações de assistência social, conselho tutelar, educação, moradia, saúde e transporte público); os problemas enfrentados pelos trabalhadores alocados em serviços municipais de Ribeirão Preto, próprios ou conveniados, durante a pandemia de covid-19 (principais pontos em relação às condições de trabalho nas pastas de assistência social, conselho tutelar, educação, moradia, saúde e transporte público). Para compreender melhor os assuntos selecionados, foram convidados os representantes da Defensoria Pública do estado de São Paulo; da Ordem dos Advogados - 12ª Subseção da OAB; e do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapará e Pradópolis. Foram indicados para participar da oitiva representando a Defensoria, de forma remota: **Dr. Victor Hugo Albernaz Júnior**; representando a OAB, de forma presencial: **Dr. Elias Antônio Vieira**; e representando o Sindicato dos Servidores Municipais; representantes do Sindicato dos Municípios - **Sr. Alexandre Pastova** - Vice-Presidente; **Sra. Claudia de Almeida Torres de Andrade** - Coordenadora Diretora da Seccional de Cultura e Turismo e Presidente do Conselho da Mulher; **Sra. Luciana Bolognini Colla** - Diretora Jurídica e Professora na Rede Municipal; **Sra. Célia da Silva Lima** - Coordenadora da Diretoria da Seccional da Saúde; **Sra. Edilamar de Oliveira Ferreira** - Coordenadora da Diretoria da Seccional de Assistência Social; **Sra. Celma Santana Pacheco** - Secretária da Diretoria Seccional de Assistência Social. Em seguida, abriu a palavra para a Vereadora Duda e para que o assessor Thiago Scatena fizesse uma breve apresentação sobre o levantamento das matérias relacionadas à covid-19 que tramitaram nesta Casa de Leis. Reforçou que este levantamento partiu da proatividade do Thiago e agradeceu por sua contribuição. A Vereadora Duda cumprimentou a todos e reafirmou a importância da pauta da atual reunião, uma vez que os participantes representam as pessoas que estiveram na linha de frente no combate à pandemia e na manutenção dos serviços públicos essenciais. Reforçou que quando se discute prioridades orçamentárias, definitivamente, está se discutindo a pauta dos servidores públicos, que mantiveram os serviços funcionando. Agradeceu a cada um dos servidores e ao sindicato. Thiago Scatena cumprimentou a todos e iniciou sua apresentação, reforçando que o material será incluído no relatório desta Comissão. Reforçou que o objetivo foi fazer uma análise quantitativa. A busca se deu no site da Câmara (<http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>), utilizou para a busca as palavras: pandemia, coronavírus e covid-19. As normativas foram categorizadas, sendo que muitas versavam sobre transparéncia e acesso à informação, protocolo sanitário e assistência social. Algumas indicações foram sobre medicamentos que compunham o chamado "tratamento precoce", porém foram no início de 2020. Reforçou a importância de deixar essas informações registradas como parte da história de enfrentamento à pandemia e para possibilitar o mapeamento do trabalho realizado pela Câmara. Mencionou que grande parte dos Projetos de Lei propostos pela Câmara foram vetados pelo Prefeito e não entrou no mérito dos vetos. O Vereador Zerbinato parabenizou o Thiago pelo seu trabalho e mencionou o quanto a população cobra a Câmara sobre o trabalho dos vereadores para melhorar a gestão do combate ao coronavírus na cidade. Dessa forma, a exposição apresentada demonstra que a Casa de Leis trabalhou, inclusive da legislatura anterior, produziu projetos e teve iniciativas para tentar colaborar com a Prefeitura para tentar conter o avanço da pandemia no município. Em seguida, passou a palavra para os convidados, iniciando pelo Dr. Victor Hugo. O Dr. Victor Hugo iniciou a fala cumprimentando a todos os presentes e parabenizando pelo trabalho desta Comissão. Pontuou o quanto desafiador foi passar por este momento de crise sanitária e cumprimentou os servidores, em especial



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

aqueles que estiveram na linha de frente de enfrentamento à pandemia e nos serviços essenciais. Comentou sobre a importância do Legislativo nesse enfrentamento e a importância de os Poderes terem união para passar por essa crise. Afirmou que a Defensoria foi muito acionada pela população em geral, em especial pela população mais carente, no sentido de buscar acesso à justiça. Disse que o grande fluxo de necessidade de internações e tratamento gerou uma crise no atendimento de saúde da cidade, uma vez que, por melhor que o município estivesse organizado, acredita que ainda havia muita coisa para melhorar. Entretanto, reafirma que, mesmo se estivesse muito bem, ainda assim o município teria problemas, por ser uma crise de âmbito que extrapolou os limites municipais. Relatou que a Defensoria, após ser procurada pelos cidadãos, acionou o judiciário, sendo que o êxito não pode ser garantido em todos os casos dada a questão fática, na qual o judiciário não tinha como atender determinados pedidos. Ao mesmo tempo, em paralelo, referiu que foi feito um trabalho junto a administração municipal que, aos poucos, foi conciliando o que era possível. Comentou sobre a vacinação, que tem sido um processo satisfatório e com resultado gratificante com a diminuição de casos graves e de óbitos. Agradeceu o convite e colocou a Defensoria enquanto parceira para o diálogo e para cobrar melhorias quando for necessário. O Vereador Zerbinato agradeceu a fala e reforçou as questões iniciais, dizendo que a palavra iria circular e em seguida iria retornar para entender melhor a resposta da Defensoria. O Dr. Elias cumprimentou a todos e parabenizou pela importante iniciativa da Câmara em instituir essa Comissão Especial de Estudos. Reafirmou a importância do trabalho multiprofissional no enfrentamento à pandemia e disse que a crítica que seria feita teria como base o Plano São Paulo, feito pelo Governo do estado, que serviu de base para os municípios orientarem suas políticas de combate à pandemia. Relatou que desde o início da Pandemia, quando a OAB participou de reuniões com a Prefeitura, o Ministério Público e outros órgãos, sendo a feita a sugestão de inserção de um programa de educação para o combate à covid-19, envolvendo a população. Também foi sugerido a ampliação do setor produtivo da sociedade civil, como um todo, das associações de moradores, na discussão dos encaminhamentos, ações e protocolos de saúde. Relatou que, segundo informações que detém, essas sugestões não foram implementadas. Relatou que a Secretaria de Saúde fez um trabalho árduo e digno de ser elogiado, mas apontou a deficiência da composição do grupo de discussão e operacionalização dos protocolos, não sendo acatada de forma ampliada e proporcionalidade de vozes de profissionais de diferentes setores que poderiam atuar nessa linha, com uma visão ampliada de mobilidade urbana, desigualdade social e outros. Pontuou que a gestão considerou apenas a visão da saúde para elaborar e executar os protocolos, não sendo levado em conta, no nível desejado, o manejo da situação, havendo problemas no transporte público, nas moradias, dentro das empresas. Reafirma sua fala dizendo que a pandemia não exigiu apenas a prescrição de medicamentos, mas principalmente o cumprimento de diretrizes de educação. Acredita que a grande lacuna da gestão municipal foi a falta de inclusão de outros profissionais e o setor produtivo nos protocolos de saúde. Sobre as demandas recebidas pela OAB, relatou que não existe uma área direcionada para a covid-19, dessa forma, não há informações sistematizadas sobre essa temática, mas colocou a instituição à disposição para fazer esse levantamento. O Vereador Zerbinato reafirmou a fala do Dr. Elias sobre a necessidade de outros segmentos terem sido ouvidos pela Gestão Municipal, apesar de haver três comissões, duas delas intersetoriais. O Sr. Alexandre Pastova agradeceu a todos e reforçou a fala do Sr. Elias e afirmou que, em nenhum momento o Sindicato foi convidado a participar dos Comitês do Executivo. Reforçou que foram ouvidos os chefes, mas não a entidade sindical que esteve

diariamente com os profissionais da saúde, da educação, da assistência social, da Guarda Civil, enfrentando a pandemia. Parabenizou o Vereador Zerbinato pela Comissão de Estudos, a Vereadora Duda, enquanto mulher, por ter sido o segmento que mais sofreu durante a pandemia, seja pela dor da perda de entes queridos, seja pela perda de segurança econômica, inclusive advindas da Emenda Constitucional 103/2019 (alterou o sistema de previdência social), que reduziu a pensão por morte em 40%. Enalteceu a apresentação feita pelo assessor do Coletivo Judeti Zilli e pela luta do ex-presidente do Sindicato, Sr. Laerte, que foi vítima da covid-19. Reforçou que, com exceção da Educação, que após requerimento da Vereadora Duda, apresentou os números de alunos e trabalhadores acometidos pela covid-19, não há informações sobre o número de servidores contaminados e que vieram a óbito, apesar de terem solicitado. Afirmou que a covid-19 foi considerada uma doença ocupacional e por isso a remuneração dos trabalhadores e seus familiares deveria ser diferenciada, mas essa questão tem sido negligenciada pelos governos. Reafirma que a população não foi ouvida pelo Executivo e agradece pela oportunidade aberta pela Câmara. A Sra. Claudia Torres cumprimentou os presentes, parabenizou todas as mulheres na figura da Vereadora Duda e ao Vereador Zerbinato pelo trabalho realizado pela CEE. Reafirmou que os servidores estavam presentes na linha de frente do enfrentamento à pandemia e nos serviços essenciais que não faltaram durante esse período todo de pandemia. Se solidarizou aos mortos, aos familiares que tiveram perdas e aos órfãos da covid-19 e questionou a atuação do Executivo e de alguns Edis durante a pandemia. Reforçou que foram os servidores públicos que se expuseram ao vírus para cuidar da população, foram eles que deixaram seus entes queridos para poder estar na linha de frente e pede para que a escolha do chefe do executivo seja muito bem pensada para que os direitos sejam garantidos. Deixou sua solidariedade com as mulheres que sofreram diversas situações de violência, inclusive física e moral, havendo a angústia de não ter acesso à alimentação, tornando-se professoras dos próprios filhos que só tiveram aulas graças ao trabalho dos servidores que fizeram teleaulas, convivendo com seus agressores devido ao isolamento social. Afirmou que o Sindicato esteve presente em todas as oportunidades cobrando o protocolo sanitário, máscaras de qualidade e afirmou que, se não fosse pelo Sindicato e ação judicial, haveria um número maior de mortos, sendo que seu posicionamento não é contra a volta às aulas, mas a favor da vida. Finalizou sua fala dizendo "Laerte presente". Sra. Edilamar comentou sobre o serviço público dentro da Secretaria de Assistência Social, onde estão há quatro anos sem reajuste salarial, sendo esse serviço não considerado como linha de frente, apesar de não ter parada nenhum dia. Relatou a luta do sindicato para que fossem colocadas placas de acrílico para que o atendimento presencial da assistência social fosse realizado com segurança, pois estavam se contaminando e disse que esse fato não foi olhado pela gestão. Relatou que foram meses de cobrança para que os acrílicos fossem colocados, as máscaras foram conseguidas por meio de doações no início da pandemia, o álcool em gel foi disponibilizado de forma insuficiente. Refere que na época, o ex-secretário da assistência social era de difícil acesso e que atualmente melhorou com a nova secretária. Relembrou que os trabalhadores da assistência social não foram imunizados no grupo prioritário e após muitas solicitações, conseguiram a testagem dos trabalhadores desta pasta. Relatou que as cestas básicas não tinham uma entrada contínua, sendo um número pequeno no início a pandemia e advindas de doações, o que colocou os trabalhadores em situação de exposição e risco, uma vez que as cestas eram pequenas e insuficientes e geraram insatisfação na população. Relatou que em alguns equipamentos da assistência social todos os servidores foram contaminados pelo coronavírus. Relatou que ocorreram casos de ameaças contra as servidoras da assistência social por não haver cesta básica para distribuir para a população que estava faminta. A Vereadora Duda relembrou o caso do Conselho Tutelar que passou



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

pelas mesmas situações e pontuou haver descaso em relação a esses serviços. Sra Edilamar complementou comentando sobre equipamentos da assistência social, 24h, que atende pessoas especiais e crianças vitimizadas, as quais quando chegam aos serviços, advindas da rua, não ficam em isolamento por falta de estrutura física do equipamento. Relatou haver interação entre as crianças que estavam chegando no serviço e as que já estavam no abrigo e com os funcionários que trabalham no local. Reforçou a falta de condições de trabalho e que o trabalho segue por amor à profissão, pois do contrário os trabalhadores não se manteriam nos cargos. A Sra. Célia cumprimentou a todos e disse estar se sentindo contemplada pelo trabalho da Comissão, por abordar diversos segmentos essenciais, inclusive a saúde. Refere que o servidor público não foi valorizado durante a pandemia e mais, usando as palavras proferidas pelo Prefeito em uma entrevista, ele foi "chicoteado", sendo tratados como escravos. Alguns servidores públicos da saúde que trabalhavam no município também atuaram no HC, recebendo neste hospital 40% de insalubridade. Entretanto, na Prefeitura, fazendo trabalho semelhante, não havia o ganho de insalubridade, além de terem que trabalhar dobrado, por falta de profissionais de saúde na rede. Relatou que o Sindicato cobrou e segue cobrando o pagamento de insalubridade, grau máximo, por sua atuação durante a pandemia, que poderia ser pago de forma retroativa. Afirmou que os passes de ônibus que chegaram, em especial para os agentes comunitários, vieram com atraso e não houve outras estratégias de transporte dos servidores, mesmo durante a greve de ônibus, havendo desembolso para pagamento de carros por aplicativos. Relatou a dificuldade sobre a aquisição de EPIs de qualidade, a demora para a vacinação e o impacto na qualidade de vida e em óbitos dos servidores da saúde, que não tiveram orientação por parte da Prefeitura para fazer a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Afirmou que essa orientação vem sendo dada por parte do Sindicato e faz apelo para que seja solicitado o número de servidores contaminados e aqueles que vieram a óbito. A Sra. Luciana reafirmou as falas anteriores e disse acreditar que o governo, desde o início da pandemia, por meio da assistência social, saúde e educação deveria ter implementado um trabalho junto à sociedade, seja em relação à formação, seja no âmbito de vulnerabilidade social que muitas famílias ficaram sujeitas. Afirmou que as ações de solidariedade vieram da própria sociedade civil, por meio de doações, e que a Prefeitura deixou a desejar. Em relação às condições de trabalho também reafirmou as falas anteriores, e mencionou que o sindicato conquistou uma proteção a todos os trabalhadores da educação por meio da medida judicial, pois, caso contrário as aulas presenciais teriam voltado em março/2021 sem as adequações necessárias. Reafirmou que o Sindicato acompanha, cobra e luta pelos servidores diariamente. O Vereador Zerbinato agradeceu pelas contribuições e perguntou ao Dr. Victor Hugo sobre as demandas que chegaram até a Defensoria. O Dr. Victor Hugo relatou que a população que acessou a Defensoria vinha de uma situação de pobreza e carência, que não tinham condições de buscar uma assistência à saúde privada e dependiam exclusivamente do SUS. Se colocou como um grande defensor do SUS e exaltou sua importância enquanto política de saúde pública. Mencionou que a ausência de políticas públicas de forma estrutural, que advinham de uma condição histórica, dificultou o enfrentamento à pandemia, sendo essa carência em diversos setores, como moradia e educação. Sendo que a pandemia exacerbou a falta de políticas públicas para garantir o bem estar da população. Refere não ter números de demandas no atual momento para mencionar, mas poderia sistematizar esses dados posteriormente. Foram procurados para pedir intervenções via judiciário para internações durante a pandemia, porém o entendimento dos juízes nem sempre foi favorável, por vezes por não haver o

equipamento para fornecer para aquela pessoa. Paralelamente a isso, as demandas que não eram de covid-19, de medicamentos, internações, cirurgias, foram deixadas de lado porque a estrutura de saúde não comportava essa demanda durante a crise sanitária. Nesse sentido, muitas pessoas estão sofrendo as consequências dessa falta de acesso, por não terem conseguido uma assistência no tempo necessário. Mencionou a existência de óbitos por falta de uma assistência adequada. Relatou que não houve demandas de vacinações, havendo um caso específico de uma pessoa que queria ser vacinada antes do momento, porém ela já estava encaixada em uma lista de prioridades. As principais demandas foram sobre internações de covid-19 e pedidos para acesso a outros serviços de saúde não-covid-19. Afirma que não houve um suporte adequado do Estado para pessoas que tiveram sua renda comprometida, uma vez que os auxílios emergências, apesar de existirem, foram precários. Muitas pessoas ficaram com pendências em relação à pensão alimentícia, sendo um problema para o devedor e ainda maior para quem recebe essa pensão. Relatou muitos casos de divórcio e outras questões ligadas à família, bem como o aumento do número de despejos, de habitação, sendo que as medidas de reintegração de posse foram suspensas posteriormente pelo judiciário. Colocou a Defensoria à disposição da Câmara e da população. O Vereador Zerbinato agradeceu pela participação de todos, referiu que a reunião foi produtiva e possibilitou aprofundar ainda mais a temática. Agradeceu aos assessores parlamentares, aos vereadores que compuseram a Comissão, aos técnicos e ao cerimonial da Câmara, a TV Câmara e todos que acompanharam as reuniões. Nada mais havendo para tratar, declarou encerrada a reunião.

Link no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=NeYzFEhOqRO&t=1s>



DAS CONSIDERAÇÕES POR TEMAS ABORDADOS

As considerações parciais estão organizadas por Temas, em correspondência aos assuntos abordados durante as oitivas.

• ASSISTÊNCIA SOCIAL

◦ SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A resposta dada pelo COMSEAN, ao Requerimento 7501/2021, foi que a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento de questões alimentares e nutricionais, em 11/09/2021, teve como objetivo o acompanhamento de ações do Poder Público e a proposição de diretrizes para o atendimento de famílias em insegurança alimentar. Em sua primeira reunião, em 17/09/2021, deliberou sobre o envio de ofícios às Secretarias de Assistência Social e de Educação, questionando sobre a distribuição de alimentos, e à Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, fazendo questionamentos sobre as moradias em situação de irregularidade (ocupações irregulares/favelas).

Foi reforçado o caráter consultivo do COMSEAN e esse foi seu papel em relação às questões que envolvem a alimentação no município. Tendo apresentado ao Governo a proposta de compra emergencial de alimentos de agricultura familiar no início do lockdown. O qual não foi adotado pelo Poder Executivo. Reafirma o papel do Grupo de Trabalho no acompanhamento das ações da Prefeitura de distribuição de alimentos e análise da dificuldade de acesso às doações por comunidades.

Na resposta são relatados dois levantamentos feitos pelo referido Conselho, o primeiro em relação às OSCs e Movimentos Sociais, que realizaram doações e os locais beneficiados por essas ações. O segundo levantamento foi realizado *in loco*, nas comunidades (favelas) a fim de identificar a demanda em relação a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social, as principais queixas das lideranças comunitárias em relação ao acesso aos alimentos. Foi mencionado que o referido levantamento ainda se encontra em construção, sendo a falta de orçamento apontada como limitador desse diagnóstico.

Afirmou-se que o COMSEAN vislumbra a necessidade de estruturar um Mapa de Insegurança Alimentar pela Prefeitura, como forma de identificar famílias que estão sendo atingidas pela fome, com a finalidade de efetivação de políticas públicas. Ainda segundo o anexo colocado pelo COMSEAN, a SEMAS refere atender todas as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, desde que seja procurada por estas.

◦ CESTAS BÁSICAS E CACEM

Em resposta ao Requerimento 7501/2021, o COMSEAN afirmou ter havido uma mudança significativa em 2021, com a implantação (NutriAção, Alimenta Ribeirão e

Sistema do CACEM) e prospecção de uma série de programas. Sendo relatadas as ações desenvolvidas pela SEMAS em parceria com o Fundo Social de Solidariedade (documento colocado em anexo pelo COMSEAN), tem-se: campanha de arrecadação de alimentos (Ribeirão Solidário); doação de cestas básicas por empresários; recebimento de cestas básicas pelo Programa Municipal de Auxílio Emergencial (Pregão eletrônico de 2019); compra de cestas básicas com a arrecadação da Campanha Ribeirão Solidária e com recursos financeiros Federais (LC 173/2020, com dispensa de licitação e também por Pregão eletrônico); compra de cestas básicas e suplemento alimentar para as Entidades Sociais que atendem idosos institucionalizados e Projetos da SEMAS, como Vila Dignidade, Centro Dia e Residência Inclusiva (Lei Federal 396/2020); compra de frutas para idosos da Vila Dignidade (Resolução estadual 10/2020); repasses financeiros para ILPIs (Resolução Estadual 10/2020 - total de R\$35.250,00; compra de cestas básicas para Entidades Sociais que atendem pessoas com deficiência , por seis meses (Lei Federal 369/2020). Foi afirmado que o Sistema da CODERP, utilizado pela SEMAS, visa dar transparência ao processo de entrega de cestas básicas e evitar duplicidade das ações.

O Relatório de Cestas Básicas apresentado, referente ao período de 23/03/2020 a 09/08/2021, mostra um quantitativo de cestas arrecadadas/doadas que somaram um total de 76.583 cestas (dessas, 36.964 foram compradas pela SEMAS). Das quais, foram entregues 73.405 (5.263 foram entregues pelo Programa NutriAção), no mesmo período. O Projeto NutriAção, em parceria com empresas privadas, Fundo Social e CEAGESP, acessa 25 comunidades por meio de suas lideranças desde fevereiro/2021. Entretanto, foi destacado pela SEMAS que esse projeto NÃO visa atender todas as comunidades, pois não seria a única fonte de concessão de cestas básicas, existem ainda os CRAS e o CACEM como alternativas. Na data da oitiva haviam 7 comunidades na lista de espera para receber os serviços do NutriAção.

A implantação de uma Central de Atendimento e Cadastro Emergencial (CACEM) teve seu início apenas em 01/03/2021, para atender de forma emergencial as pessoas que estavam em busca de cestas básicas, para desafogar os CRAS, sendo implementado o 0800 (PABX com 10 esperadas) em 21/04 e em 28/04 deram início no trabalho de busca ativa (relatório de ligações que não foram atendidas - a partir de um ranking dos números de telefones que mais tentaram contato e não conseguiram ser atendidos). Tiveram um aumento no número de ligações e no fornecimento de cestas básicas nos meses de maio e junho, devido a implantação do 0800.

Em resposta ao Requerimento 8995/2021, a SEMAS informou que a forma apresentada de buscar os municípios em situação de vulnerabilidade e com dificuldades de contatar a CACEM por telefone, foi ranquear os telefones que tiveram maior incidência de tentativas de contato com o serviço. Essa iniciativa surgiu em julho/2021, após um problema com a operadora de telefonia, que deixou o telefone da CACEM fora do ar por alguns dias.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

A regulamentação e os critérios de acesso às cestas do CACEM passaram pelo Conselho Municipal da Assistência Social para deliberação. Esse serviço de entrega de cestas básicas dialoga com um Sistema Único de Solicitação, onde haveria todo o histórico de recebimento de cestas. Excetuando-se casos de atraso na alimentação do sistema, com informações sobre o recebimento das cestas, não ocorreu duplicidade de recebimento de alimentos.

◦ CONSELHO TUTELAR

Segundo os participantes das oitivas, os Conselhos Tutelares não recebem verbas-covid-19.

A Conselheira Tutelar ouvida relatou dificuldades tecnológicas para a realização do trabalho remoto, como: nem todos os computadores funcionavam, nem todos tinham câmera, falta de aparelhos celulares com whatsapp para atender a população (seria uma via facilitada para o envio de documentos, sem a necessidade de deslocamento), sendo que muitos Conselheiros acabaram passando seus números particulares para viabilizar esse contato, questão que foi recorrente durante a greve de ônibus.

Durante a oitiva da SEMAS foi relatado que houve fornecimento de celular com chip para todos os conselheiros em 2020, instalação de placas de acrílico nas recepções, fornecimento de EPI e totens de álcool gel. Foi executado em 2020 um orçamento de 1,2 milhões de reais para os três conselhos tutelares (200 mil a menos que no ano de 2019).

Nota-se a necessidade de ouvir outros Conselheiros Tutelares ou fazer diligências até as unidades dos Conselhos para verificar a situação de trabalho e de infraestrutura, bem como as adequações sanitárias.

◦ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A SEMAS informou, em resposta ao Ofício 21.2021, o número de vagas atualizado para pessoas em situação de rua em espaços institucionalizados de acolhimento, destacando apenas 12 vagas para pessoas com suspeita ou diagnóstico de covid-19, sendo:

- Casa de Passagem “Renascer” (50 vagas) e Casa de Passagem (50 vagas) destinadas às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino de 18 à 60 anos, sendo que das 100 vagas totais, 4 são destinadas para suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada;
- Centro de Acolhida “Casa Santa Dulce dos Pobres” (50 vagas) para pessoa do gênero e/ou identidade de gênero masculino acima de 18 anos;
- Casa de Passagem “Esperança” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero feminino (30 vagas), e 8 vagas destinadas para suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada;

- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Família de longa permanência: “Projeto Travessia” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino dos 18 aos 59 anos (40 vagas);
- Serviço de Acolhimento “Mudando Vidas” (12 vagas) destinado às pessoas de gênero e/ou identidade de gênero feminino; e
- Serviço de Acolhimento em República (10 vagas) destinado às pessoas com gênero e/ou identidade de gênero masculino.

Ainda esclareceram que as vagas destinadas em acolhimento às pessoas em situação de rua com suspeita de covid-19 e/ou covid-19 confirmada, correspondem aos critérios estabelecidos pela Vigilância Sanitária com distanciamento e isolamento necessários. E o quantitativo das mesmas está baseado diante do avanço do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra covid-19.

Responderam que tantos as EPI como as alimentações são fornecidas diariamente de acordo com a demanda de todos os serviços que atendem a população em situação de rua, executados pela SEMAS, sendo que os serviços de acolhimento calculam uma média de alimentação diante do número de pessoas acolhidas no dia, e o Centro POP diante da demanda cotidiano por meio do acesso ao serviço. O quantitativo de máscaras para o Centro POP e para o CETREM é de aproximadamente 2000 mensais para cada serviço, podendo flutuar para mais, como também para menos, diante a dinâmica da própria população. Álcool em gel também está dentro da mesma logística, mas por meio do fornecimento coletivo nos totens disponibilizados pela prefeitura. Todas as entidades parceiras também executam as mesmas ações.

Em resposta ao Requerimento 8995/2021, sobre o Censo da população em situação de rua, referiu dificuldade para a realização da contagem fidedigna dessas pessoas, dada a característica transitória e migratória. Entretanto, relatou que o SEAS (Serviço Especializado em Abordagem Social) tem o objetivo de identificar a incidência dessa população nos territórios. Os dados dessa população também são coletados pelo Centro POP, Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias de curta e longa permanência.

Também mencionou, em resposta ao Requerimento 8995/2021, que não é de conhecimento da SEMAS que pessoas em situação de rua, usuárias dos serviços dessa secretaria, vieram a falecer em decorrência da covid-19. Atrelou esse dado ao fato de terem garantido, em parceria com a Secretaria de Saúde, atendimento de saúde, isolamento social quando necessário e vacinação. Relatou que o número de pessoas em situação de rua que testou positivo para covid-19 foram 30 pessoas do gênero masculino e uma do gênero feminino, sendo que as suspeitas de covid-19 foram de 86 pessoas do gênero masculino e 13 do gênero feminino, as quais permaneceram em isolamento.

Relatou que durante o período (22/05/2020 à 17/03/2021) em que o CETREM permaneceu enquanto acolhimento destinado exclusivamente para pessoas em situação de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

rua com suspeita de covid-19 ou covid-19 confirmada, estabeleceu-se com a Secretaria Municipal de Saúde um fluxo direto para testagem rápida dos profissionais quando houvesse necessidade. Os demais profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) quando com suspeita, percorrem o mesmo fluxo determinado a todo e qualquer munícipe a partir dos protocolos estabelecidos pela Saúde.

Por fim foi mencionada uma articulação com a Secretaria Municipal da Saúde para vacinar a população em situação de rua com a vacina da Janssen, de dose única, na última contagem estavam na ordem de 700 pessoas.

- **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MORADIA IRREGULAR**

Ribeirão Preto, segundo o PLHIS/2019 (Plano Local de Habitação de Interesse Social) existiam no município cerca de 89 comunidades, com quase 50 mil pessoas. Em relação aos cadastrados no CadÚnico, foram informados a existência de 85.173 indivíduos/34.340 famílias, sendo o quantitativo de pessoas que recebe benefícios: BPC idosos (5.503 pessoas), BPC pessoas com deficiência (4.768 pessoas); Bolsa Família (13.992 pessoas). Tem um quantitativo de agendamento que gira em torno de 1200 pessoas atendidas por mês.

O CadÚnico, por se tratar de um cadastro Federal, depende da periodicidade do próprio Governo Federal para atualizar os dados, inclusive para poder utilizá-lo em outros benefícios, como foi o caso do Acolhe Ribeirão (auxílio emergencial municipal de 200/mês, por 3 meses).

Foram recorrentes os relatos de que as comunidades menores e sem lideranças não estão recebendo atendimento da SEMAS e não têm o mínimo para se proteger durante a pandemia, como as máscaras. Relato esse que corrobora com os dados levantados e sistematizados pela Rede Emancipa, elencados no tópico “Dificuldades para acessar às Políticas Públicas”.

As colocações da SEMAS estão de acordo com os achados, uma vez que mencionaram que as comunidades/favelas sem lideranças são mais difíceis de serem acessadas por diversas questões: habitação, planejamento, segurança. Sobre alguma política pública para essa população, há previsão de iniciar ao final de agosto a visita às comunidades por meio de um ônibus da SEMAS (SEMAS Móvel), que tem o objetivo de estreitar as relações e compreender as necessidades dessa população, contando com parcerias de lideranças comunitárias.

Em relação às doações feitas por projetos privados, como o Mesa Brasil, foi reconhecida a sua importância e destacando o quanto as comunidades menos organizadas, sem CNPJ/associação de moradores, acabam tendo dificuldade de acesso, tanto às políticas públicas como aos programas privados de assistência (que fazem doações para “CNPJ” e

não para “CPF”). Além de o poder público falhar nas políticas de segurança alimentar, também falha na própria regularização das moradias e na inserção dessas pessoas em outras políticas públicas, como o acesso à internet, que se torna uma barreira ao cadastro para receber o auxílio emergencial e outros programas.

Reforça-se o problema de o número de cestas distribuídas pelo poder público serem menores que o número de moradores das comunidades e às vezes diferente do número de pessoas da comunidade que estão cadastradas do CadÚnico, ficando na dependência de alguma liderança fazer a escolha de quem receberia as cestas, o que gerou conflitos internos entre os próprios pares. Em comunidades onde existem cozinhas comunitárias essa questão foi mais fácil de ser solucionada, porém passa-se novamente pela necessidade de algum nível de organização da comunidade.

Foi unanimidade entre os participantes que a falta de um mapeamento das famílias que vivem em comunidades dificulta compreender quais estão sendo atendidas e aquelas que estão sem acesso a qualquer tipo de auxílio, seja pelo poder público ou pela iniciativa privada. Ainda em relação a compreensão dos participantes, foi feita a consideração que a Prefeitura não foi ausente, mas as ações foram tardias e insuficientes. O que corrobora a resposta ao Requerimento 7499/2021, na qual a Secretaria de Assistência Social informou que o CAISAN não realizou qualquer mapeamento para a identificação de famílias em situação de moradia precária, a fim de monitorar o recebimento de auxílios, benefícios, cestas básicas, kits de alimentação e outros. Referiu que, pelo Projeto Nutrição, foram atendidas 1400 famílias em 25 comunidades.

• EDUCAÇÃO

◦ PROTOCOLO covid

A adequação das Unidades Escolares, para o cumprimento de Protocolos Sanitários, foi movida uma Ação Civil Pública (n. 0010213-84.2021.5.15.0067), de autoria dos Servidores Municipais, na qual ficou reconhecido que a demora no retorno às aulas presenciais, no Município de Ribeirão Preto, foi devido à mora da Prefeitura em atender às condições sanitárias estabelecidas. Sendo essas condições: vacinação integral dos profissionais que transitam pelos ambientes escolares; obrigação de nomear três infectologistas, para averiguação das Unidades Escolares e do Transporte Escolar.

Foi mencionado durante a oitiva que não havia ocorrido qualquer reunião com os professores para definir a forma como os recursos seriam aplicados. Foi afirmado também que os laudos dos infectologistas não chegaram às unidades escolares para que seja feita a adequação do espaço.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

◦ RECURSOS HUMANOS

Sobre o apoio aos professores, em 2020 foram feitas capacitações e formações para o ensino remoto por meio da plataforma de TDC (Trabalho Docente Coletivo), contando como parte da hora de trabalho dos professores. Em 2021 foram inseridos nessa plataforma os protocolos elaborados pela equipe médica de infectologistas e pela vigilância em saúde. Trata-se de uma plataforma de uso obrigatório para os professores e para as equipes gestoras.

Para aquisição de máscaras para os trabalhadores da área, foram utilizadas as normas técnicas da ABNT e ensaios do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), as quais recomendam máscaras 100% algodão. Não foram adquiridas pela educação as máscaras tipo PFF2. Relatou-se a destinação de verbas (remanescentes das verbas vindas pela Secretaria de Saúde) para que as escolas comprem máscaras descartáveis (cirúrgicas) para ficar à disposição dos professores. Entretanto, a Secretaria de Educação não respondeu ao Requerimento 7498/2021, que solicitou informações sobre o fornecimento de máscaras aos servidores públicos.

Foi informado durante a oitiva a existência, naquele momento, de cerca de 50 professores que não tomaram a primeira dose, por diversos motivos: questões religiosas e pessoais e uma pequena fração por estarem doentes ou com sintomas no momento da vacinação. Sobre os profissionais que se recusaram a ser vacinados foram feitas reuniões com o Sindicato e com a Medicina do Trabalho. Foi dito que esta questão é de escopo do governo, da Prefeitura, sobre o que será feito para não colocar em risco os demais profissionais e nem as crianças, e também não “premiar esses profissionais de forma que não exerçam suas atividades”, sendo necessário encontrar algum caminho dentro da legalidade. A organização da vacinação dos professores por faixa etária veio do Governo do estado e o Município não teve poder decisório sobre essa pauta. Inicialmente foram disponibilizadas vacinas para esse grupo, mas posteriormente faltaram doses. Depois os professores tiveram que fazer um cadastro por faixa etária para receber a vacina. Uma parcela importante de professores receberão a segunda dose apenas em setembro.

◦ ENSINO REMOTO

Sobre o acesso ao ensino remoto, foi feita a aquisição de cerca de 23 mil chips para os alunos do ensino fundamental por meio de licitação com recursos que vieram “carimbados” para uso nessa faixa de ensino. Foram ativados 5 mil chips, referentes ao quantitativo de alunos que os retiraram junto a Secretaria. Essa disponibilização foi iniciada em março ou abril/2021. Esses chips serão mantidos pela Prefeitura mesmo após o retorno presencial às aulas, como forma de reparo a tudo que foi perdido pelos alunos durante a pandemia.

Não houve a oferta dos chips para alunos/familiares/professores de educação infantil devido às definições dos Conselhos Municipal e Nacional de Educação, na qual não existiria um ensino remoto para crianças em fase pré-escolar.

- ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES

Sobre a alimentação para os escolares, em 2020 houve a distribuição de cestas básicas em abril, porém não prosseguiu dada a presença de alguns itens (café, açúcar, bolacha recheada) que são proibidos na alimentação de escolares. Em seguida foram feitas duas (maio e junho) sequências de kits (menos alimentos que uma cesta), porém o valor por Kit foi baixo não havendo a possibilidade de comprar uma quantidade suficiente de alimentos. Foi utilizado o recurso do governo federal, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e o município fez um aporte adicional. Esse aporte adicional não entrou nos recursos da educação.

Sobre os recursos economizados do PNAE em 2020, quando não foram distribuídas refeições aos alunos, restou mais de 2 milhões de reais, saldos de depósitos posterior ao momento em que foi feito o pedido de fornecimento de kits para os alunos. Em 31/12/2020 a ata de registro de preços do kit venceu. Não sendo possível, segundo relato do Secretário, prosseguir a utilização desse recurso naquela ata de registro de preços. Esse recurso ficou reservado para outras ações e diante do cenário acabaram optando pela alimentação pronta distribuída nas escolas para os alunos que efetivamente precisaram (em 2021).

Em 2021 a decisão pela distribuição de “marmitex” se deu diretamente nas unidades escolares. Foi distribuído cerca de 860 mil refeições (total) para os alunos, a partir de um cadastro de cerca de 12 mil alunos, sendo esse último a média do número de marmetas retiradas diariamente. Trata-se de um programa em vigência no momento da oitiva e que não parou no recesso escolar. Tem recebido aportes adicionais do município para garantir a sua continuidade até a volta às aulas. Não se sabe se continuará caso o ensino passe para o formato híbrido, em razão do cumprimento dos protocolos sanitários nas escolas.

- RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Em junho/2020 o Conselho Municipal de Educação ingressou no Comitê Intersetorial (vide em Comitês para o enfrentamento à pandemia) para auxiliar na produção de um protocolo que traçava diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. A primeira deliberação foi que haveriam condições de retorno às aulas presenciais em setembro/2020, com os alunos que compõem o oitavo e nono anos e da Educação de Jovens e Adultos, pois se tratavam de alunos mais velhos e que poderiam seguir com mais facilidade os protocolos sanitários. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação, não aderiu a essa deliberação e decidiu que o protocolo seria iniciado pela educação infantil. Entretanto, a educação infantil se dá basicamente por meio da interação, com troca de objetos e contato pessoal. Foi relatado que esse tipo de educação precisaria de uma atenção



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

maior para as adequações, porém, segundo o relato do Presidente do CME e do Sindicato dos Servidores Municipais, pouco foi feito para se estruturar esses locais.

A nota técnica para a reabertura da rede escolar foi assinada por professores da USP de Ribeirão Preto, na qual foram colocadas três condições para o retorno seguro das aulas presenciais: taxa de contaminação no percentual de 10 para 100 mil habitantes por dia; testagem em massa que deveria ocorrer antes do retorno e semanalmente após o retorno; e vacinação de toda a população.

Após o retorno às aulas, caso haja situações de adoecimento por covid-19 nas turmas, a Secretaria da Educação dará seguimento às aulas de forma remota, podendo contar com os 18 mil chips que têm à disposição. Sobre a organização do ensino de forma híbrida, quando necessário, o Secretário referiu a seguinte organização: 50% dos alunos serão atendidos em forma de revezamento, de segunda a quinta-feira, sendo a sexta-feira, por exemplo, destinada para ser exclusivamente remoto, sendo respeitado os horários de reuniões, preparação de aulas e de descanso dos professores. Essa forma de organização foi classificada como inviável pelo Sindicato, dada a demanda de preparação e adequação de aulas para dois modelos completamente distintos (presencial e remoto).

Para o retorno presencial, o foco será a higienização das superfícies de maior contato, com grande potencial de transmissão do vírus. O contrato com a empresa de limpeza vencerá em dezembro/2021 e a Secretaria pretende contratar mais pessoas para realizar a limpeza nas unidades escolares. Foi aventado pelo Secretário, após ser questionado, que será oferecido o cuidado de saúde mental, mas ainda não sabe sobre o modelo que será utilizado.

No momento previsto para o retorno às aulas todos os professores estarão devidamente vacinados e aptos a usar os equipamentos de proteção de forma correta. A Secretaria trabalhará com uma abordagem de mitigação da transmissão do vírus e não com testagem em massa.

• IPM

Destaca-se que entre as verbas repassadas por portarias, federal e estadual, vieram com destinação vinculada, nesse sentido, os valores que entram nos Cofres Públicos não contaram com a possibilidade de redirecionamento de finalidade na "regularidade da execução orçamentária", ou seja, não foi possível desviar sua finalidade de uso, a qual foi fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O Ministério Público chegou a fazer uma representação questionando o uso das verbas durante a pandemia (Processo TC n.18175.989.20-1), o qual foi instruído pela unidade do Tribunal de Contas Regional de Ituverava e foi verificado que a municipalidade de Ribeirão Preto recebeu recursos do Governo Federal, destinadas especificamente ao enfrentamento da pandemia, mas também

foi beneficiado com receitas de caráter não vinculado, previstas no Inciso II, do artigo 5º da Lei Complementar 173/2020, para mitigação dos efeitos financeiros derivados da queda de arrecadação, tanto dos estados quanto dos municípios. Sendo que a Unidade Regional do Tribunal de Contas concluiu que não foram identificados desvios de finalidade nesses recursos.

Houve, no entanto, verbas advindas de repasse Federal via Lei Complementar 173/2020, como mencionado anteriormente, sendo que em seu artigo 5º, Inciso II, havia a abertura para a discricionariedade da verba por parte do município. Nesse sentido, foi afirmado durante as oitivas, e comprovado posteriormente por envio de informações complementares, que parte desse dinheiro foi utilizado para o IPM (R\$12.453.930,46) em junho/2020, para a recomposição do Fundo.

O uso dessa verba foi baseado na Lei Complementar 1.012/2000, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Municipal e instituiu o estatuto do IPM, sendo que em seu artigo 84 tem-se:

“A partir de 01 de março de 2004, o custeio e pagamento de todos os benefícios previdenciários previstos na Lei Complementar nº 1.012/2000, será de inteira responsabilidade do Instituto de Previdência dos Municípios de Ribeirão Preto - IPM, e no caso da ocorrência de insuficiência da capacidade financeira do Instituto, para liquidação dos benefícios previstos nesta lei, a responsabilidade pelo adimplemento da complementação do custeio será da Prefeitura Municipal, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal de Ribeirão Preto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1637/2004)”.

• **FISCALIZAÇÃO GERAL**

Para a Fiscalização Geral, um grande desafio durante a pandemia foi a falta de estrutura frente ao aumento de demanda no número de ocorrências. Não foi feita a contratação de recursos humanos, optando-se pelo pagamento por horas extras prestadas. Foram 18 servidores desta pasta que trabalharam em regime de horas extras, sendo realizadas, em média, 534 horas extras por mês (cerca de 30 horas extras/mês/servidor).

Foi relatado haver esforço no sentido de melhorar os aspectos estruturais de trabalho, como o processo de compra de um sonómetro para aferir ruídos e barulhos, para viabilizar a fiscalização de denúncias de perturbação do sossego. Foi mencionado a existência de um trabalho para repor os veículos da Fiscalização, como uma doação da Receita Federal de apreensão de pneus, a qual viabilizou a troca de pneus de toda a frota da Fiscalização. Também foi comentado sobre a aquisição de pacote de dados para celulares, para viabilizar a atuação de forma remota, em vez de retornar para a base da Fiscalização para preencher as atas. Sobre a aquisição de máscaras para os servidores da Fiscalização, a Secretaria de Justiça respondeu ao Requerimento 7498/2021 dizendo que



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

"está provida de EPIs em número necessário aos seus membros (...) provendo todas as condições sanitárias de segurança a todos", sem fornecer qualquer outro dado.

Foi mencionado durante as oitivas que não houve qualquer cidade com uma estrutura suficiente para combater a transmissão do vírus. Afirmou durante a oitiva ter um número reduzido de efetivos, com apenas 18 fiscais, frente a uma demanda grande, com um amplo leque de atuações dadas pelo Código de Posturas e diversas questões sociais. Ainda foi relatada a perda de mais de 50 fiscais entre transferências para outras Secretarias, exoneração e aposentadoria. Apontou-se que esta questão será corrigida, uma vez que o concurso havia sido realizado e para o ano de 2022, ao finalizar a vigência da LC 173/2020 em dezembro/2021, serão chamados novos fiscais para atuar junto à Fiscalização.

Sobre as ações da Fiscalização Geral durante a pandemia, foi reforçado que não pode haver e não houve reintegrações de posse desde o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal), com o voto do Ministro Barroso. Foi afirmado que a Fiscalização se atentou para essa decisão judicial, a qual será mantida enquanto perdurar a situação de calamidade pública.

Em relação às denúncias contra a Fiscalização Geral, em caso de entendimento de descumprimento de leis ou de ações truculentas, foi afirmado haver a possibilidade de denúncia contra esse órgão, como ocorre com os demais entes públicos do município. Sendo a Ouvidoria Geral e Corregedoria Geral as instâncias que poderiam instaurar processos internos para investigar eventuais denúncias e encaminhar para as secretarias. Foi mencionado também o serviço "Fale com a Ouvidoria", serviço disponibilizado diretamente no Portal da Prefeitura.

• SAÚDE

Foi relatado que os óbitos por covid-19 ocorreram em decorrência exclusiva da gravidade da doença, pois toda a assistência adequada foi ofertada, dentro das possibilidades disponíveis para cada momento. Ainda foi afirmado que não houve mortes por falta de equipamentos, nem por falta de medicamentos, nem oxigênio e nem de leitos.

Destaca-se que as Unidades de Pronto Atendimento (PA – UPA Leste, UPA Norte, UPA Oeste e UBDS Central – exceto a UBDS Vila Virgínia, até o momento da oitiva), o Hospital Santa Lydia e o Hospital Francisco de Assis estavam sob os cuidados da Fundação Hospital Santa Lydia no momento em que os dados advindos das oitivas foram levantados. Para oferecer atendimento nas Unidades, a Fundação Hospital Santa Lydia relatou ter seguido os Protocolos Municipais.
<http://www.saude.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/saude/enfrentamento-ao-novo-coronavirus>

- POLOS COVID

Foram feitas mudanças na UPA Leste e na UBDS Central, em parceria com a SMS, para transformá-las em Polo covid-19, pois havia a necessidade de dispor de respiradores, bomba de infusão, equipe, medicamento, RX portátil, gasometria, e todos os outros insumos necessários frente a especificidade do atendimento. Chegaram a ter 31 pessoas intubadas nos Polos, por covid-19, e foi afirmado durante a oitiva que caso não existissem os Polos, não haveriam onde alocar essas pessoas. A reestruturação de todas as unidades de pronto atendimento para receber os pacientes de covid-19 mais complexos, com alto grau de mortalidade, considerando que os hospitais tinham seus limites físicos, por não serem pacientes passíveis de serem colocados em corredores. Esses pacientes foram regulados e encaminhados aos hospitais com uma vaga de destino certa. Por esse motivo, a reestruturação das unidades de pronto atendimento foi feita, sendo relatado que nenhum paciente ficou desassistido. Caso o usuário chegassem a uma UPA que não houvesse o suporte necessário, o encaminhamento era feito para os Polos, onde havia uma estrutura composta por todos os equipamentos. Foram instalados leitos de UTI dentro dessas unidades de PA para esse tipo de atendimento, inclusive com ventilação mecânica, assistência médica, enfermagem, fisioterapia, psicólogo e assistente social.

Foi lembrado durante as oitivas que Ribeirão Preto recebeu o fluxo de atendimento da Região, pois as UPAs seguiram fazendo os testes de covid-19 mesmo quando os planos de saúde o estavam negando aos seus beneficiários. Relataram que o tempo de espera para receber o resultado do teste variava de um a três dias, a depender da gravidade do caso. A Fundação afirmou que fizeram tudo que podia ter sido feito, considerando a segurança do paciente e pensando em saídas para as hipóteses aventadas.

Destaca-se como ponto crítico a retiraram a Classificação de Risco dos Polos covid-19 sob a alegação de classificação feita de forma automática pelo médico que estava na porta da unidade, pois todos eram sintomas respiratórios, e não viam sentido em ficar separando os pacientes.

- OUTRAS UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO

As unidades de PA, que não viraram Polo, seguiram utilizando o software de classificação de risco, ou seja, um computador inteligente, que segue o Protocolo de Manchester. O paciente passa por triagem de um enfermeiro, que alimenta o computador com os dados coletados e este dá a classificação de risco (verde, amarelo ou vermelho). Os que são verdes teriam que ser atendidos em até duas horas, sendo mencionada a média de tempo de atendimento de 90 minutos. A Classificação amarela é atendida até uma 45 minutos e o vermelho é de atendimento instantâneo, até 5 minutos. Trata-se de uma média, que em determinados momentos do dia pode variar para mais ou para menos. Caso passe de três horas de espera, foi relatado que o paciente é reclassificado, pois pode ter mudado de cor.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Segundo os Relatórios de gestão das UPAS e das UBDS que estão sobre a gestão da Fundação H. Santa Lydia, existe uma variação grande de um mês para outro, na mesma unidade de PA, do cumprimento do tempo de atendimento segundo a Classificação de Risco, sendo a variação de 8 a 80% do cumprimento. Como justificativa foi mencionado o fechamento do atendimento geral da UPA da Treze de Maio (UPA Leste), que recebia por dia, em média, 800 pessoas. Essas pessoas acabaram sendo deslocadas para alguma outra unidade, sendo que as estruturas das UPAs Oeste e Norte foram reforçadas, mas têm uma limitação física, como o número de consultórios, e por isso houve momentos de descumprimento dos indicadores. Foi mencionado que a criação do Polo covid-19 na UBDS Central, levou a maior procura pela UPA Oeste, sendo que o dimensionamento do número de atendimentos nesta foi prejudicado em determinado momento. Durante o mês de março/2021 as unidades estavam mistas (atendendo covid-19 e Não covid-19), foram estruturadas para essa demanda com separações feitas de *drywall*. Nesses casos, os consultórios para Classificação Verde foram divididos: dois para covid-19 e dois para Não covid-19. Com essa divisão, automaticamente, o tempo de atendimento geral foi prejudicado. Foi relatado que as Unidades de PA foram moldadas conforme as necessidades da SMS e da Fundação Santa Lydia, para conseguir recursos, profissionais e a melhor assistência possível. Esse remanejamento também ocorreu com a pediatria, que em determinado momento foi retirada da UPA Norte e alocada na UPA Oeste, pois os casos de covid-19 estavam aumentando na região norte e precisavam de espaço para fazer atendimentos, porém a UPA Norte e a UBDS Central já estavam em sua capacidade máxima.

Também foi relatado que a falta de profissionais de saúde impactou os indicadores de espera, segundo Classificação de Risco, pois quando não havia trabalhadores em número suficiente foi feito o remodelamento das unidades. Algumas alas foram fechadas e mantido apenas o atendimento dos pacientes com classificação vermelha e amarela e deslocando o paciente verde para outras unidades, com auxílio do SAMU.

- HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS

A organização da Rede de Atenção à Saúde passou pela compreensão da demanda de covid-19, em relação à complexidade tecnológica dos leitos, sendo necessária uma estrutura para dar continuidade aos atendimentos que necessitavam de um menor nível tecnológico. Após identificar essa demanda, adequaram o hospital Municipal Francisco de Assis, que conta com 31 leitos para oferecer assistência aos pacientes "menos complexos", a fim de liberar leitos no Hospital Santa Lydia, tanto para enfermaria como para UTI.

- HOSPITAL SANTA LYDIA

Foi mencionado que antes da pandemia o Hospital Santa Lydia tinha cinco leitos de UTI SUS e três leitos de UTI privados. Foram estruturados 39 leitos de UTI dentro do

Hospital, que é uma unidade pequena de três andares, pois tiveram que focar na covid-19. Foi fechado o Centro Cirúrgico, a enfermaria, o ambulatório, e deslocada a sala de quimioterapia infantil. Onde havia leitos e fonte de oxigênio, foi transformado em leito covid-19. Os únicos espaços Não covid-19 que continuaram funcionando foram uma UTI Neonatal e pediátrica e a quimioterapia infantil que foi deslocada para o primeiro andar, o restante foi destinado para atender covid-19 via SUS. Foi relatado que não caberia mais nenhum outro leito de UTI ou enfermaria covid-19 no Hospital Santa Lydia, pois onde existia a possibilidade, eles foram criados, bem como foi feito nas UPAs, onde chegaram a ter 31 pessoas intubadas.

- CONTROLE E AUDITORIA DOS LEITOS COVID-19

O Departamento de Controle e Auditoria relatou que saíram de 28 leitos municipais de UTI covid-19, em 2020, para 74 leitos de UTI covid-19, em 2021. Relatou, no momento da oitiva, haver 64 leitos de UTI ativos junto aos prestadores e a existência de pacientes internados. Enquanto departamento de auditoria, fizeram o trabalho de auditar todos os prontuários de todas as internações de forma diária, tendo seguido com a mesma equipe que tinham antes da pandemia, e ainda tendo que auditar todos os outros leitos dos demais agravos em saúde, além daqueles abertos exclusivamente para covid-19.

- TESTES COVID-19

Foi explicado que no início da Pandemia, em março/2020, os exames eram todos enviado para o IAL (Instituto Adolf Lutz), que processava apenas os exames de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), de grupos prioritários e de profissionais da saúde (conforme orientação do Ministério da Saúde), não havendo estrutura para que pudesse disponibilizar o exame para as pessoas com síndrome gripal. A partir da compreensão desse gargalo, a FIPASE (Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde) foi cogitada por ter o espaço e os equipamentos de RT-PCR, mas não tinham a logística, o conhecimento da Rede e o conhecimento do sistema de requisição. Nesse sentido, foi proposto pelo Dr. Sandro (ex-Secretário da Saúde e Presidente da FIPASE) que fosse feito um convênio, entre o Laboratório Municipal, que dominava os aspectos de logística, de sistema e de laudos, com a FIPASE (Convênio no 03/2020 - "Supera Ação" – realização de 156.586 testes – Fonte: <https://superaparque.com.br/sites/supera-acao-covid-19>). Durante a oitiva foi relatado que essa parceria deu "muito certo" e inicialmente havia a capacidade operacional máxima de 200 testes/dia, sendo que essa quantia foi adequada para o início da Pandemia, mas se tornou insuficiente quando o pico da primeira onda foi atingido, sendo que a demanda recebida girava em torno de 900 testes/dia. Por esse motivo, o tempo de processamento dos testes estava em 15 dias, havendo a demora para que o resultado fosse liberado aos usuários.

Por essa razão, a Secretaria Municipal da Saúde também fez parceria com a FIOCRUZ e recebeu um robô que possibilitou elevar a capacidade para 1000 testes/dia.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Outras formas de realização dos testes de covid-19 foram o teste rápido sorológico (vindos do Ministério da Saúde), feitos no ano de 2020, com cerca de 17 mil unidades, em uma única remessa e depois descontinuada por parte do Governo Federal. Além disso, houve uma parceria com o Hemocentro, que fez o exame de urgência para a Secretaria da Saúde, sendo o exame dos pacientes internados em UPAs, aguardando leito e pacientes mais graves em observação. Trata-se de um exame encaminhado para o laboratório diariamente, com o resultado disponibilizado em 24 horas.

Além da adequação da capacidade de testes, a logística da coleta também foi mencionada como uma questão desafiadora, visto que Ribeirão conta com 62 postos de coleta, disponíveis para todos os sintomáticos, sendo indicado o teste de RT-PCR por qualquer médico destes pontos e a coleta ocorre no local. Para recolher os testes, existe um sistema de transporte que passa em todos esses pontos, uma vez ao dia, recolhe todos os testes de RT-PCR e centraliza no Laboratório Municipal. Neste espaço são recebidos, acondicionados, organizados e arrumados em caixas, sendo que esse processo demora cerca de um dia. No dia seguinte, todas as amostras eram levadas para a FIPASE, que iniciava o processamento às oito horas da manhã, o qual não poderia ser interrompido depois de iniciado e nem acrescido de outras amostras. Por isso, não era praticável enviar coletas fora desse horário.

Após processado, o resultado era liberado no final da tarde e enviado ao Laboratório Municipal, em formato de Planilha. A partir da organização desses dados, era enviado um informativo para a Vigilância em Saúde elaborar o Boletim Epidemiológico e tomar as ações cabíveis; para o Disque covid-19, que tinha a função de ligar para todos os pacientes, a fim de evitar o deslocamento dos pacientes de volta para as unidades de saúde apenas para receber o resultado; e para a informática, para organizar os dados. O processo todo, desde a coleta até o recebimento do resultado por telefone demorava, em média, cinco dias. Na data da oitiva, contavam com o RT-PCR do HC, que saia em 24 horas, além do teste rápido, para fazer a triagem, ambos para os pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave que estavam aguardando vaga.

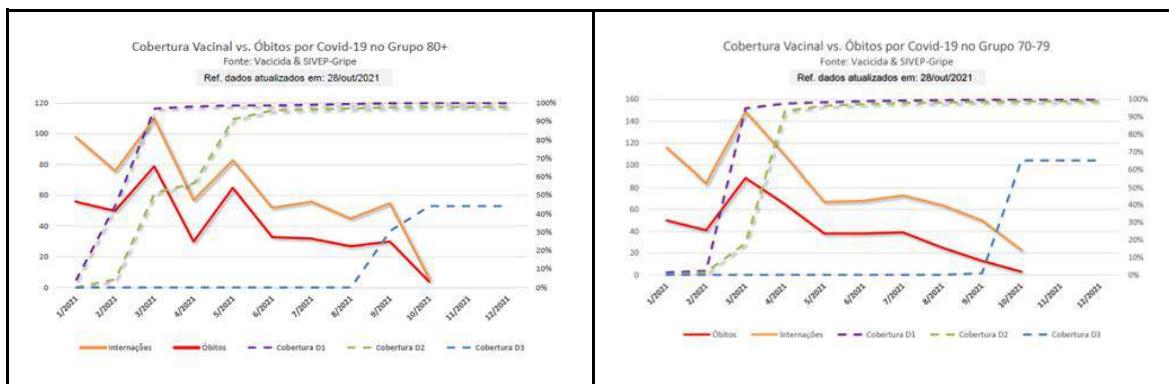
Sobre a aquisição do teste de RT-PCR, no início do convênio com a FIPASE, esta comprava os insumos para processar os 200 testes/dia e a Secretaria da Saúde chegou a pagar R\$100,00/teste, estas informações estão disponíveis no termo de convênio (Convênio no 03/2020 - Fonte: <https://superaparque.com.br/sites/supera-acao-covid-19>). Depois da parceria com a FIOCRUZ, os insumos passaram a vir do Ministério da Saúde, sendo pago a mão de obra e o aluguel do espaço, por se tratar de um convênio, sendo previsto um repasse para a manutenção da estrutura. O teste rápido teve a sua aquisição feita por meio de licitação. O teste de sorologia, também por meio de parceria com a FIOCRUZ, teve os equipamentos e o recurso humano advindos do Laboratório Municipal, sendo que a FIOCRUZ disponibiliza os Kits, financiados pelo Ministério da Saúde.

Foi afirmado durante a oitiva que a Secretaria de Saúde realizou o mapeamento de casos de covid-19, segundo a distribuição no território.

◦ VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 E AGENDAMENTO

No momento da oitiva, a Secretaria da Saúde havia aberto cerca de 1,3 milhões de vagas para a vacinação, sendo agendadas 995 mil pessoas e aplicadas um milhão e quarenta e seis mil doses. Com a apresentação desses dados, afirmou-se que a demanda espontânea foi atendida, com cerca de 51 mil pessoas atendidas sem agendamento. Além das Unidades de Saúde, também foram feitas vacinações in loco, em todas as ILPI (Instituições de Longa Permanência de Idosos); na Fazenda da Barra, devido à distância; em todos os pontos de concentração da população em situação de rua, por meio do Consultório na Rua; além de atendimentos aos sábados e feriados e em horários prolongados em salas de vacina para proporcionar o acesso.

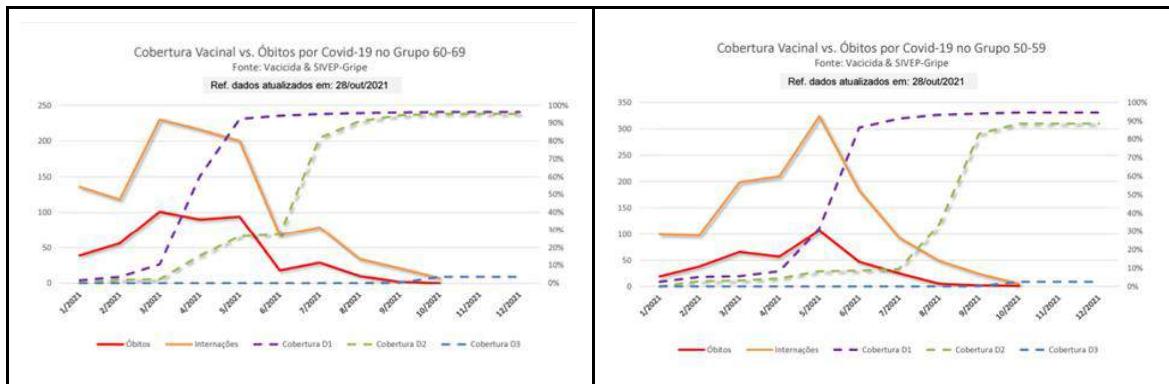
Foi mencionado que a cobertura de todas as faixas etárias era de 90% no momento da oitiva, como preconizado, e destacou-se a preocupação com a vacinação dos adolescentes de 12 a 17 anos, sendo essa faixa a menor cobertura de primeira dose. Foi exibido o gráfico do Boletim Epidemiológico da covid-19 (abaixo), em relação ao número de internações, óbitos e cobertura vacinal de primeira, segunda e terceira doses. Para a faixa etária de 80 anos ou mais, a cada dose da vacina, o número de internações e óbitos caíram vertiginosamente. Também foi apresentado o Gráfico correspondente à faixa etária de 70 a 79 anos, sendo que o mesmo resultado é conseguido, em relação à queda no número de internados e de óbitos, sendo possível ver a queda nesses números desde a primeira dose e consolidação da queda na segunda dose. Durante a oitiva foram apresentados os gráficos para a faixa etária de 60-69 anos e 50-59 anos, sendo que este último começou a ser vacinado no início da queda da segunda onda, devido à disponibilidade da vacina. Os gráficos apresentados encontram-se abaixo:





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Boletim Epidemiológico da covid-19. Disponível em: <https://www.ribearaopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude297202110.pdf>

Sobre o acesso às vacinas, no início (fevereiro de 2021), a CODERP buscou uma solução aos municíipes para evitar filas e aglomerações, como havia sido solicitado pela Secretaria de Saúde e pela Prefeitura. Para isso, foi elaborado um sistema informatizado de agendamento a fim de atender às requisições mínimas, sendo ajustado ao longo do tempo, conforme a apreensão da demanda. Foi relatado que não havia como planejar a organização do sistema para o volume de doses de cada etapa da vacinação, uma vez que a informação chegava "da noite para o dia", tanto o número de vacinas que seria disponibilizado, como o segmento populacional que seria priorizado. Além disso, não havia a possibilidade de abertura de agendamento sem ter a grade de vacinas, que dependiam do carregamento do Ministério da Saúde. Essa dinâmica não deu ao Município uma governabilidade para planejar as ações de imunização, havendo a necessidade de agir de forma reativa a chegada das vacinas, oportunizando a vacinação.

Para cada agendamento havia a dependência da chegada da grade de vacinas, o número de doses, o cálculo da perda técnica no momento da aplicação e oportunizar uma matriz com um número de vagas para cada Unidade de Saúde. Foi necessário pensar toda essa logística por diversas vezes, de última hora, para poder liberar o agendamento para a equipe da CODERP. Apesar de o agendamento parecer simples, dependia de toda essa logística e de toda a organização documental das vacinas. Foram abertas "mega vacinações", com cerca de 16 mil e 18 mil vagas.

As questões acima mencionadas geraram a instabilidade no sistema, mas serviram também para que fosse criada uma equipe da CODERP, quase que em tempo integral, para acompanhar o site, até que conseguissem chegar em uma característica de atendimento mais contínua. O sistema informatizado de agendamento de vacinas apresentou problemas para responder ao grande volume de acessos, sendo que o ambiente foi melhorado à medida que esses desafios foram sendo identificados, como os ajustes realizados em março e em junho/2021. Existe o entendimento de que os problemas apresentados pelo sistema de agendamento da vacina foram decorrentes da impossibilidade de haver um

planejamento prévio da demanda. Para mitigar o efeito do aumento abrupto de acessos ao sistema, foram feitos diversos testes e implementadas soluções, como uma senha de atendimento virtual quando o volume de acesso estava grande, sendo que as pessoas eram colocadas em sistema de espera para que não houvesse a sensação de não atendimento. Nesse sentido, houve um acréscimo de 271% (segundo fala em oitiva) na capacidade operacional de suporte do sistema, dentro do que seria possível atender.

Para realizar essas adequações no sistema, a CODERP não recebeu nenhuma verba covid-19 para ampliar, mesmo que momentaneamente, seu quadro de Recursos Humanos ou adquirir equipamentos para suportar a demanda que foi gerada. Todas as ações foram feitas com os recursos disponíveis previamente à pandemia.

Sobre a comunicação com a CODERP foi feita junto a CCS (Coordenadoria de Comunicação Social) e a Secretaria de Saúde, que passavam as informações sobre a vacinação. As informações sobre a vacinação, segundo relatos colhidos nas oitivas, eram recebidas de última hora por todos, inclusive pela Secretaria de Saúde, não sendo possível criar um planejamento estratégico para organizar a vacinação. A informação chegava para a CODERP praticamente no mesmo instante que era divulgado para a população. Foi mencionado que a comunicação foi um desafio para a Secretaria de Saúde, pois para emitir um comunicado havia a dependência de recebimento das grades das vacinas. Porém, esse material era recebido de última hora, muito próximo da data limite de aplicação, sendo dado o exemplo das segundas doses. Havendo a necessidade de toda a equipe se organizar de um dia para o outro para buscar as grades, abrir o agendamento e organizar as Unidades de Saúde. Foi mencionado que mesmo com as Unidades de Saúde havia dificuldades para estabelecer uma comunicação adequada. Houve a necessidade de a equipe da Secretaria permanecer atenta 24h por dia porque a grade poderia chegar a qualquer momento, inclusive aos domingos à noite. Essa forma de distribuição da vacina, de um lado gerou grandes expectativas e ansiedade na população em relação a chegada do material e, por outro lado, não havia uma certeza de que a programação seria cumprida por depender do envio das grades pelos entes supramunicipais.

No momento da oitiva, o município se encontra numa segunda fase da vacinação, com maior tranquilidade, com o recebimento de doses com maior antecedência. Isso ocorreu pelo aumento do volume na produção de vacinas, diferente do quantitativo disponível no início da campanha. Entretanto, no começo da vacinação havia um número grande de casos de covid-19 e que era sabido que com a primeira dose o impacto já seria sentido. Com isso, a CODERP e a Secretaria da Saúde fizeram uma força tarefa, um trabalho integrado de assistência, vigilância, CODERP, comunicação social e a divisão de informática.

Em relação ao acesso à vacinação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com dificuldade para acessar o sistema informatizado de agendamento, foi mencionada uma reunião entre a Secretaria de Assistência Social, três representantes de comunidades e



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

a Unidade de Saúde onde a ação ocorreria, como na UBS Aeroporto. Nesse local foi deixada uma listagem dos moradores da comunidade, sendo que a Unidade ficou sem agendamento no dia combinado, para atender de forma espontânea as pessoas da comunidade. Apesar de essa estratégia ter sido acertada com três representantes, foi relatado que não funcionou, pois os moradores não compareceram no dia combinado. No momento da oitiva, o agendamento informatizado segue disponível, mas ocorre atendimento de forma espontânea para a faltosos e para a primeira dose, desde que a vacina esteja disponível.

Também foram feitas ações com a população indígena e venezuelanos, que foram atendidos em uma unidade no sábado, de acordo com combinados prévios (não foram mencionados dados quantitativos). Foi explicado que não havia condições de fazer uma equipe para fazer a vacinação *in loco*, nas comunidades, como foi feito com a vacina da Febre Amarela, devido a uma série de especificidades de conservação, além de ser necessária a consulta a um sistema on-line para não vacinar a mesma pessoa mais de uma vez ou em intervalo inadequado. Relatou-se que todas as vacinas aplicadas fora das Unidades de Saúde (escolas, ILPI, Ribeirão Shopping) acabaram gerando dificuldades com o sistema de informação.

Outra estratégia mencionada para trabalhar a questão da vacinação em comunidades vulneráveis foi a utilização do Consultório na Rua que, além de atender essa população específica, fez visitas em algumas comunidades, sendo uma ação corriqueira a pergunta sobre a vacinação e a disponibilização de segunda via de cartões de vacinação para aqueles que perderam o documento.

Sobre dados de cobertura da população em territórios vulneráveis, a Secretaria da Saúde não fez o georreferenciamento de vacinas aplicadas, pois o sistema da vacina é estadual, chamado Vacivida, e não disponibiliza a interoperabilidade com os sistemas de informação do município.

◦ VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Vigilância em Saúde (Sanitária e Epidemiológica) teve que se adaptar rapidamente, fazer adequações à medida que o conhecimento sobre o vírus e a gravidade da doença foram sendo melhor conhecidos. A cada alteração das normativas precisaram fazer novos alinhamentos com a equipe e por isso o trabalho foi muito intenso. Para que as normativas fossem cumpridas, a Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde relatou que a equipe passou por situações de hostilidades praticadas por municípios. Não foi feita a contratação de novos funcionários, realizaram apenas pagamento de plantão para o trabalho feito em forma de hora extra, em especial para o pessoal de enfermagem em ações de vacinação. Ressaltou que a contratação de terceiros não foi utilizada.

Foi explicado que as ações de monitoramento e rastreamento ocorrem desde fevereiro/2020, quando iniciou-se o monitoramento de pessoas que vieram das Capitais,

mesmo antes de ter sido declarada a transmissão comunitária no interior dos estados. A Vigilância Epidemiológica fez contato com todas as pessoas (que haviam viajado ao exterior) e realizavam monitoramento por 14 dias, no caso de adoecimento durante esse período, era providenciada a coleta de material. Essas ações continuam sendo realizadas, porém com limitações no rastreamento dada a grande quantidade de pessoas com diagnóstico simultâneos.

- ATENÇÃO BÁSICA - UBS/USF

No início da pandemia a agenda das Unidades de Atenção Básica foi bloqueada, mantendo apenas a agenda protegida (caso novo e retorno de puericultura, gestante, pré-natal e pré-natal do parceiro, puerpério, doenças crônicas descompensadas), devido à necessidade cumprir as regras sanitárias de distanciamento e isolamento social. Essa organização da agenda perdurou até 2021, quando iniciou-se a retomada em 50% dos agendamentos e na data da oitiva as agendas estavam em 100%, podendo haver alterações conforme o andamento da crise sanitária. A proposta era a retomada de forma integral a partir de novembro de 2021, havendo duas ações em execução, como o Outubro Rosa e o Diabetes em Foco, para fazer a busca ativa dos pacientes que não passaram em consulta nos últimos dois anos. Esse levantamento foi feito pela Secretaria de Saúde e a listagem foi enviada para as Unidades de Saúde contatarem os usuários.

As circunstâncias relatadas que levaram a restrição da agenda, foram: o afastamento de profissionais de saúde que adoeceram; a maior atenção das equipes voltadas para o atendimento da covid-19, por também serem porta de entrada para as pessoas sintomáticas; a própria população que, muitas vezes, tinha medo de ir aos serviços; algumas unidades de saúde estavam com uma grande parte de recurso humano voltada para a vacinação, sendo que algumas chegam a aplicar 600 doses por dia.

Apesar dessa redução da agenda, as orientações dadas pela Secretaria de Saúde era pelo cumprimento do Protocolo de Acolhimento para a demanda espontânea, que nunca foi suspenso. Dessa forma, todo e qualquer paciente que tivesse uma demanda de saúde poderia procurar uma unidade de saúde e ele seria priorizado a partir de uma classificação de risco. Ainda que as agendas tenham passado por momentos de maior restrição no número de consultas, foi afirmado que a Atenção Básica continuou sendo a porta de entrada. Apesar dessa afirmação, no tópico sobre a Ouvidoria da Saúde há relatos de aumento no número de reclamações de usuários por dificuldade de acessar à Atenção Básica, assim como também foi percebido pelos vereadores em seus Gabinetes, pelo grande número de municípios que procuraram a Câmara para relatar a situação. Esse aumento da demanda também foi relacionado com um aumento grande na procura por consultas na Atenção Básica para colocar a rotina de saúde em dia, frente a diminuição no número de casos de covid-19. Foi afirmado durante as oitivas que a retomada da agenda é prioridade.

Uma outra estratégia para ampliar o acesso aos serviços de Atenção Básica foi a Teleconsulta, sendo ainda utilizada para alguns casos. Comentou-se sobre a necessidade de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

empenho da equipe para estudar a literatura internacional, devido ao baixo número de experiências nacionais, para poder montar um protocolo de teleatendimento e a disponibilização dos recursos materiais. Foi comentado que algumas unidades contavam apenas com o telefone fixo, sendo que a transposição dessa barreira precisou ser pensada para viabilizar o uso dessa ferramenta de atendimento.

◦ OUVIDORIA DA SAÚDE

A Ouvidoria da Saúde pode ser utilizada para registrar reclamações, solicitar informações e outras demandas. Esses contatos são registrados, mas não têm o objetivo de atender individualmente esse cidadão, e sim, primordialmente, elaborar relatórios para que a gestão possa tomar providências de forma mais efetiva para o coletivo.

Em relação ao ano de 2020, devido a pandemia, os municíipes não estavam buscando atendimento na Atenção Básica e em outros serviços. Foi relatado que, por esse motivo, houve uma redução, no mesmo período, dos atendimentos por problemas relacionados a esses serviços na Ouvidoria. Por outro lado, dado o fechamento de metade da agenda das consultas na Atenção Básica, receberam uma quantidade grande de queixas para conseguir agendamento. Relata que várias pessoas reclamaram e outras compreenderam o momento. Ainda no ano de 2020 houve muita denúncia para a Vigilância Sanitária, relacionadas aos Decretos Estaduais e Municipais para fiscalização.

Foi relatado um aumento de registros na Ouvidoria em 2021 principalmente devido a campanha da vacinação, sendo que a maior demanda que chegou ao serviço foi sobre a vacina com 1198 atendimentos desde janeiro/2021, correspondente a 77% dos atendimentos da Ouvidoria. A maior parte ocorreu no dia da abertura da agenda, devido à sobrecarga do sistema e a dificuldade de falar ao telefone (para agendamentos via telefonia). Grande parte das pessoas ficaram ansiosas por crer que, se perdessem o dia do agendamento, não conseguiram mais marcar uma data para tomar a vacina contra a covid-19. Nesse sentido, o papel da Ouvidoria foi de acalmar as pessoas e dar orientações sobre futuros agendamentos, essas demandas acabaram não sendo transformadas em registros de reclamações, pois as pessoas aceitavam as orientações.

No momento da oitiva haviam sido aplicadas cerca de 900 mil doses e registradas 460 queixas pela Ouvidorias sobre a vacinação, números que foram relatados como satisfatórios em relação à Campanha e à forma de Agendamento. Perceberam que foi muito importante o trabalho de orientação feito pela Ouvidoria, pois as pessoas estavam "bastante perdidas" em relação ao acesso à internet e ao modo de buscar informações. Diz que muitas pessoas perderam o agendamento inicial, pois não o encontraram no site, mesmo com informações disponíveis nos telejornais e no site oficial da Prefeitura. Foram 760 registros sobre agendamento, sendo que o perfil dos solicitantes variou de acordo com o público-alvo que seria imunizado naquele momento. Foi relatado que as demandas estavam ligadas

a discordância em relação às regras do Gestor Estadual, a marca da vacina foi muito questionada por aqueles que gostariam de escolhê-la, além do número de vagas por faixa etária.

Uma servidora municipal foi nomeada como responsável na Secretaria de Saúde para responder sobre as vacinas contra a covid-19 e ela relatou que as principais perguntas e respostas foram disponibilizadas, posteriormente, no site, em um documento elaborado pela DEVISA (Divisão de Vigilância em Saúde). Mencionou ainda que no começo as questões estavam relacionadas aos grupos não contemplados para a vacinação no início da campanha, também as marcas das vacinas, o acompanhamento e filmagem/registro do momento da vacinação, e no final as demandas estavam relacionadas ao agendamento.

No ano de 2021 também receberam um grande número de queixas sobre a demora para receber o resultado do teste de covid-19, mal atendimento em salas de vacina e sobre regulação de urgência. Sobre a resolução das queixas, foi mencionado um percentual de 90% de conclusões das demandas, com cerca de 80% de satisfação, sendo que os registros que não puderam ser resolvidos foram por previsões legais que não permitiam a atuação dos setores municipais.

Não houve verba e nem aumento no número de funcionários para adequar o serviço de Ouvidoria à demanda da pandemia, que manteve seu funcionamento normalmente durante o período. Foi relatado na oitiva que a Ouvidoria está com falta de funcionários, que totalizam três servidores incluindo a Chefe do serviço, e houve dificuldades para atender a população no período de Pandemia. São atendidas, em média, 60 a 70 pessoas por dia, a maioria por telefone, mas devido à mudança do perfil dos usuários durante a Campanha de Vacinação, muitas demandas vieram por e-mail.

Os relatórios da Ouvidoria da Saúde são documentos públicos e podem ser acessados pelo site da Secretaria Municipal de Saúde, no link Ouvidoria do SUS: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/saude/ouvidoria-do-sus>

- O relatório de 2020 encontra-se em:
<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude78202105.pdf>
- O relatório de 2021 encontra-se em:
<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude219202204.pdf>.
 - E-SIC

O E-SIC está relacionado à Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Sintetiza informações que já constam no Portal de Transparéncia, que são de uso comum de todos, mas qualquer cidadão pode pedir a sistematização dos dados ou acesso, caso ele tenha dificuldade para encontrá-los.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

O E-SIC é feito apenas mediante cadastro e não houve a mesma dificuldade com a questão de atendimento relatado pela Ouvidoria. Também estão em três servidores lotados no Departamento e, pelas demandas serem todas eletrônicas, não houve aumento de demanda. Os E-SIC seguiram na mesma quantidade de atendimento dos anos anteriores, sendo feitos 20 registros em 2020 e 11 registros em 2021, segundo dados apresentados durante a oitiva.

- **SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPÉ (SAM)**

O **Serviço de Atendimento ao Município (SAM)**, não se encaixa nem como Ouvidoria e nem como E-SIC, mas sim o acesso individual de um dado sensível da própria pessoa, como uma cópia de relatório médico, e está no mesmo departamento que o E-SIC.

Foi relatado que no Serviço de Atendimento ao Município (SAM) não houve dificuldade no atendimento porque o serviço passou por um processo de modernização, sendo que o acesso se dá via telefone, pelo número 156, que funciona das 7 às 19h, com atendentes externos. Para os servidores do Departamento a demanda chega apenas pelo computador, o sistema é todo informatizado. Foi relatado durante a oitiva que não houve aumento de demanda para o serviço durante a pandemia.

- **PONTO CRÍTICO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO**

Um ponto crítico relatado durante as oitivas é que não existe um canal oficial em que o Município possa registrar queixas aos finais de semana ou buscar por informações sobre os serviços. Havendo a necessidade de procurar pelo gerente da unidade ou profissional responsável pelo plantão da Unidade para registrar queixa. Houve relato que às segundas-feiras costumam chegar um grande número de reclamações das Unidades de Pronto Atendimento.

- **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O **Conselho Municipal de Saúde (CMS-RP)** não compareceu às oitivas da Comissão após ter sido convidado, nem na figura de seu presidente e nem indicou uma pessoa para trazer as informações solicitadas.

Para compensar de alguma forma a falta da participação do CMS-RP, foi feito um levantamento no sítio da Secretaria Municipal da Saúde, nas pautas do Conselho Municipal da Saúde, entre março/2020 e setembro/2021, foram encontrados apenas nove assuntos relacionados a Pandemia, apenas três levados por duas trabalhadoras de saúde e uma usuária. Dentre eles, uma Agente Comunitária solicitou pauta sobre questões relativas à testagem em massa dos profissionais de saúde. A matéria, que seria uma pauta, foi transformada em informe no momento da reunião. Havendo apenas um esclarecimento por

parte do Secretário de Saúde a respeito das recomendações de testagem para casos sintomáticos, conforme protocolo geral. Uma outra profissional de saúde solicitou a inclusão de pessoas com transtornos mentais e psiquiátricos, moradores do Santa Tereza, no grupo de prioridades para a vacinação contra covid-19. Apesar do encaminhamento contrário da Gestão, a pauta foi aprovada pelo plenário do CMS-RP. Porém, o município seguiu a lista de comorbidades e grupos de risco do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde. Por fim, uma usuária solicitou a criação de um Comitê Interno no CMS para tratar especificamente sobre covid-19. Dada a falta de informação sobre esse Comitê, criado em julho/2020, não havendo nenhum representante do Conselho para trazer qualquer dado e não havendo menção desse órgão nas reuniões seguintes do CMS, foi feita a solicitação das memórias das reuniões desse Comitê, entretanto, em resposta ao Requerimento (8993/2021) dessa CEE, o CMS respondeu que essa Comissão não realizou reuniões desde sua criação.

A Gestão da Saúde foi responsável pela inclusão de seis pautas no CMS desde o início da pandemia, dentre elas: Plano de Contingência da covid-19 (junho/2020); referendo à carta de recomendação do CMS-RP acerca da decretação do “LOCKDOWN” (julho/2020); apresentação (não houve votação/deliberação) das contas referente aos recursos recebidos, destinados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e as despesas até então realizadas (agosto/2020); atualização do Plano Anual de Saúde 2020 e do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, incluindo Ações – covid-19 (setembro e outubro/2020); atualização de metas – Plano Anual de Saúde 2021, devido a covid-19 (fevereiro/2021); e Plano de Contingência covid-19 para 2021 (março/2021).

• TRANSPORTE PÚBLICO

◦ PROTOCOLOS SANITÁRIOS NO TRANSPORTE PÚBLICO

Segundo a fala do Gestor do Consórcio PróUrbano, o transporte em Ribeirão Preto não seria uma via de propagação da covid-19, pois fazem a higienização nos terminais com um produto específico, apesar de, no momento da oitiva, já haver informações suficientes sobre a transmissão do vírus ser por via aérea. Também alegaram cumprir todos os critérios exigidos pelo Decreto Municipal 163/2020, como medidas visando a higienização e desinfecção regular dos terminais e veículos, por meio de produtos específicos utilizados nas superfícies e pontos de contato, além de assentos, banheiros, entre outros. Também informou que mantém o fornecimento de sabão líquido, papel toalha e álcool gel nos terminais, visando a higienização das mãos dos usuários, motoristas e outros colaboradores, e que a distribuição e reposição de álcool gel é feita com frequência.

Sobre a utilização de máscaras de proteção individual, desde que o referido Decreto Municipal entrou em vigor, o Consórcio relatou que as fornece a seus funcionários, bem



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

como exige a utilização pelos usuários. A utilização de máscaras de proteção individual é obrigatória nas plataformas de embarque e desembarque dos terminais, nos veículos e áreas comuns dos funcionários, o que deve ser divulgado e reforçado em diversas localidades, seja nos veículos ou terminais, com fundamento na Lei Federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020.

Informou que nos veículos, terminais e áreas comuns, foram colocados e até o momento da oitiva permaneciam, adesivos indicando a imprescindibilidade do uso de máscaras de proteção individual, além de adesivos com informações sanitárias sobre higienização e cuidados para prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia do coronavírus (covid-19), dentre outros meios de divulgação de informações, como painéis eletrônicos. Relatou que quando verificada a não utilização de máscara de proteção individual, as empresas consorciadas são diligentes, e aplicam as sanções disciplinares cabíveis.

Entretanto, segundo a oitiva realizada, a TRANSERP ampliou a quantidade de fiscais apenas em julho/2021 e desenvolveu, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, Fundo Social e Consórcio PróUrbano, a ação preventiva "Previne Ribeirão", lançada tardiamente, em 15 de junho de 2021, a qual tem como objetivo alertar os usuários do serviço de transporte coletivo urbano sobre os riscos da pandemia, compreendendo a distribuição de folhetos e kits com máscaras de proteção facial e frascos de álcool em gel. A referida campanha foi realizada no dia 23 de julho de 2021 para os motoristas do serviço de transporte urbano, em comemoração ao dia do motorista, dia 25 de julho.

Além disso, segundo resposta dada por ofício pela TRANSERP, foram 409 autos de infração aplicado ao PróUrbano apenas em 2021, dentre os quais tem-se: 23 por "dificultar fiscalização", 14 por "ausência de imagem do veículo", 13 por "motorista sem máscara" e 10 foram devidos às questões de "limpeza/banheiros/terminais". Somados, tem-se 60 autos (14,7%) que podem ter contribuído de alguma forma com a dinâmica da pandemia no município de Ribeirão Preto.

Ressalta-se, por fim, que ao fazer a intersecção das informações prestadas e análise do trabalho da Câmara, que muitas vezes dá voz para as demandas reprimidas da população, tem-se uma elevada preocupação com o não cumprimento de protocolos sanitários. Chegando a ser tema de 45% dos Projetos de Lei, 40% das Indicações e 13% de Requerimentos, relacionados à Pandemia, no ano de 2020.

• COMITÊS PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

De forma geral, foi relatado o grande apoio da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, que abasteceram os Comitês com dados e, por meio da medição entre a saúde e a economia, que as decisões foram tomadas. Foi afirmado que a Prefeitura ouviu e considerou o posicionamento dos Comitês, mas que a decisão foi do Executivo, por se tratar de um direito e dever, por ter sido eleito para isso. E, a partir dos posicionamentos da

Prefeitura, pessoas se mobilizaram, ora para reivindicar ou para apoiar, frente a uma diversidade de opiniões.

Foi relatado que os Comitês foram importantes para poder municiar o Executivo em suas tomadas de decisões, sendo espaços de assessoramento, os quais não podem ser responsabilizados pelo dever de cada órgão público ou Pasta. Foi relatada a dificuldade de garantir a participação democrática, pois algumas decisões precisavam ser tomadas em questão de poucas horas.

◦ COMITÊ TÉCNICO DE CONTINGENCIAMENTO

O Comitê Técnico de Contingenciamento, foi criado em março de 2020 e extinto em outubro de 2021, tinha como atribuição deliberar e apoiar medidas sanitárias e ações necessárias ao enfrentamento da crise. Era composto por membros de órgãos e entidades ligadas à área da saúde: municipais, estaduais, públicos e privados, além de contar com o Corpo de Bombeiros, a Fiocruz e o IML (Instituto Médico Legal). Como membros, além dos mencionados, faziam parte desse Comitê: o Departamento Regional de Saúde - DRS XIII; o Hospital das Clínicas e Maternidade Sinhá Junqueira; a Secretaria e Conselho Municipal de Saúde; os Hospitais Santa Casa, Beneficência e Santa Lydia; o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO); e os Hospitais privados São Paulo, São Lucas, São Francisco, Ribeirânia e Grupo UNIMED. Segundo o Decreto de sua criação, o Comitê ainda poderia convidar agentes públicos e demais pessoas que pudesse contribuir com as discussões do colegiado, e estava sendo coordenado pelo Secretário da Saúde anterior, o Professor Sandro Scarpelini.

Foi criado para municiar a Prefeitura e suas Secretarias sobre os direcionamentos passíveis de serem tomados, uma vez que as informações eram insuficientes sobre a pandemia. A ideia inicial seria um espaço mais abrangente possível, a fim de obter informações de todas áreas que tivessem alguma ligação com o cenário que provavelmente seria enfrentado. Havia alguma ideia desse cenário devido ao que o restante do mundo estava passando, que a situação seria grave, mas não havia uma previsão sobre os níveis alcançados e o tempo necessário no combate, mas havia a certeza que seria um enfrentamento coletivo. Foi mencionado que o Dr. Sandro Scarpelini foi o artífice dessa estratégia e quem criou o Comitê técnico, partindo de convites para todas as instituições que poderiam participar.

Foi relatado que o Comitê teve ao todo quatro reuniões presenciais, feitas na Secretaria da Saúde, no auditório, reunindo servidores públicos e membros de entidades e serviços privados de saúde. Durante a primeira reunião foi discutido como montar a estrutura do polo covid-19, caso fosse necessário e essa incerteza se devia ao momento inicial da pandemia, quando os números de casos ainda não haviam alcançado seu pico. Neste momento já estavam organizando a tenda de triagem na UPA e a rede de assistência em relação ao fluxo de atendimento e internação, o estabelecimento de protocolos de testagem frente ao número escasso de testes disponíveis no momento. A partir dessa



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

primeira reunião foram criados três leitos de UTI no Hospital Santa Lydia. Na segunda reunião passaram de três para sete leitos e, posteriormente, para 15 leitos, até chegar a 25. Refere que no momento da reunião o Hospital Santa Lydia conta com 39 leitos. Relata que não foi possível dar seguimento às reuniões de forma presencial, mas o contato direto com o Secretário da Saúde foi mantido para tomar as decisões pertinentes, como medicamentos, instruções de atendimento, para corrigir fluxos, pois haviam mudanças de forma constante, exemplificando que o planejamento tinha que ser feito diariamente, por mudanças nos indicadores ou as orientações formais.

O número reduzido de reuniões presenciais se deveu ao fato de ser difícil de se reunir de forma plena e, depois de pouco tempo impossibilitado de se reunir de forma presencial, pois seus participantes atuavam na linha de frente da covid-19 e com grandes chances de se infectar. Relatou-se que a primeira reunião presencial deste Comitê contou com mais de 40 pessoas. Posteriormente foi utilizado de forma remota, sendo coordenado pelo Dr. Sandro, e para responder dúvidas relativas a casos isolados e técnico, de acordo com a expertise de cada uma das instituições que o compunha. Também foi identificado como um Comitê muito utilizado pela Prefeitura, em especial pela Saúde, para fazer consultas de informações, que advinham do conhecimento de seus participantes, e que as reuniões com o DRS foram constantes.

Destaca-se a existência de divergência sobre o número de reuniões presenciais diferente da resposta obtida via Requerimento (8991/2021), que menciona apenas duas reuniões presenciais, algumas reuniões por videoconferência e demais discussões por aplicativo de troca de mensagens. Talvez essa divergência possa ter surgido justamente pela falta de sistematização das memórias ou das atas das reuniões, visto que em resposta ao mesmo Requerimento é mencionada a não designação de uma pessoa para elaborar esse tipo de registro. Destaca-se que não há qualquer relato ou memória sobre as reuniões realizadas.

A Partir do momento que o Comitê foi criado, o Secretário montou um grande grupo de whatsapp e um grupo de e-mails, no qual passou a receber informações. Relata que muitos membros do Comitê Técnico também eram membros de outros Comitês, federais e estaduais, e traziam informações para dentro da Rede Municipal, sendo esse fluxo uma constante. Sendo que em momentos mais difíceis, de decisões cruciais, o Secretário enviou questionamentos ao Grupo e levava o posicionamento do Comitê para o Prefeito. Reforça que o Comitê serviu de apoio para a tomada de decisões da Secretaria e da Prefeitura.

Foi relatado que no Comitê (Técnico) foi onde as padronizações e orientações de conduta ocorreram, todas conforme normas técnicas, subsidiadas pela Universidade de São Paulo (USP). Foi mencionado que as atualizações obtidas pelos estudos científicos eram trazidas para adequar e aprimorar as ações, sendo dessa maneira que ocorreu a demanda para trocar os tanques de oxigênio do hospital e das unidades de pronto atendimento. Havia uma previsão de que, frente a uma nova onda, não haveria a disponibilidade de oxigênio para dar conta da demanda. Essa questão foi antecipada e por isso, na segunda onda, foi possível traçar toda a assistência sem problemas de abastecimento desse gás. Foi

relatado também que foram traçadas estratégias para suprimento de EPI, medicação, KIT de intubação, criação dos Polos covid-19, ampliação dos leitos no Hospital Santa Lydia. Esse Comitê, segundo relato dos convidados, deu base científica e estrutural para permitir consciência e serenidade no tratamento da covid-19, bem como orientar os usuários do SUS e uniformidade na saúde suplementar. Foram mencionados a existência de diálogo, exemplificação de problemas, discussão de normas técnicas e operacionais, montagem de tenda de triagem rápida na UPA.

Foi afirmado que nenhum município ficou sem assistência durante a pandemia, mesmo nos picos foi possível criar leitos de UTI dentro das UPAs, onde foi oferecido suporte aos que necessitam desse tipo de atendimento. Foi relatada a ocorrência de paciente de covid-19 internado por mais de três meses nas estruturas do Santa Lydia e, mesmo dessa forma, conseguiram garantir a assistência para todos, sempre privando pela vida.

Os convidados acreditam que o Comitê Técnico foi muito bom para trazer calma no primeiro momento, pois todos estavam muito assustados. Refere que haviam divergências entre os especialistas sobre a conduta da doença, sendo que foram seguidas as orientações e os Protocolos da Universidade de São Paulo. Diz que essa uniformização trazida pelo município foi importante, uma vez que não ocorreu via Ministério da Saúde. Acredita que esse foi o motivo de sucesso no tratamento da doença, pois o sistema estava organizado. Além de tranquilizar os gestores, relata que essa condução municipal foi importante para abordar os funcionários da ponta, que também estavam assustados. As informações trazidas pelos estudos e pelas mídias foram sendo pacificadas e transformadas em protocolos, sendo que todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde estavam alinhados em relação à conduta que deveria ser tomada sobre o atendimento e o encaminhamento.

O motivo relatado para a extinção do Comitê Técnico foi porque a situação da Pandemia estava caminhando para a estabilidade. Apesar disso, foi relatado que os 39 leitos do Hospital Santa Lydia seriam mantidos até 31 de dezembro de 2021, sendo reavaliados se necessário, exclusivo para covid-19. A pandemia havia reduzido, mas muitos funcionários estavam sendo afastados por contaminação, pacientes internados mesmo após a segunda dose, pacientes internados que recusaram a vacina. Foi afirmado que o Polo covid-19, da Av. Treze de Maio, poderia ser reativado assim que necessário, todos os insumos foram mantidos na Tenda covid-19. Foi mencionado ainda a existência de um Plano de Contingência já desenhado, mas esperavam não precisar utilizar e retornar às atividades normais do Hospital Santa Lydia.

LOCKDOWN

Sobre o aumento ou não do rigor no fechamento dos serviços e comércios, foi referido durante as oitivas que as decisões foram tomadas mediante a opinião do Comitê Técnico, que vinha por meio do Dr. Sandro (então Secretário da Saúde), e que buscavam ser mais restritivos do que liberais. Foi relatado que a postura da Prefeitura e do Prefeito era pecar por algum excesso de restrição do que de liberalidade e, por isso, receberam questionamentos sobre o número de dias de Lockdown, realizado por duas vezes no município, e que as decisões do Executivo foram tomadas com base em oportunidades e na



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ciência. A partir da orientação do Comitê, era verificado no calendário a melhor forma de aproveitar o final de semana ou feriados para que, "baseados na ciência e na oportunidade", tivessem o melhor resultado em termos de distanciamento social com o menor impacto financeiro.

Foi relatado que o Prefeito sempre tomou como base os conselhos que vieram do Comitê Técnico, como do Comitê Técnico Estadual. Diz que em nenhum momento a Prefeitura se posicionou de forma contrária às informações que receberam em relação à saúde, refere que foram firmes nisso, dizendo que basta verificar os noticiários da época. Relata ainda que enfrentaram inúmeras manifestações de pessoas em frente à Prefeitura, de pessoas que estavam descontentes da forma como a situação era tratada, alegando que o Executivo era muito restritivo.

KIT COVID-19 E IMUNIDADE DE REBANHO

Relatou-se que o Kit covid-19 ("tratamento precoce") não foi motivo de discussão pelo Comitê Técnico, sendo relatado que o posicionamento da Prefeitura foi sempre pautado pela "liberdade que o médico tem de fazer o uso de sua ciência para decidir o tratamento de seu paciente" e que, em nenhum momento, a Prefeitura incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica. Foi mencionado que não discutiram o assunto por acharem irrelevante.

Foi afirmado que não houve distribuição ou incentivo, por parte da Prefeitura, de nenhum tipo de medicamento do chamado Kit covid-19, porém também nunca o proibiram. Se algum médico, em algum momento, recebeu esses medicamentos, a Prefeitura entregou, conforme sua obrigação, mediante receita médica.

Também foi afirmado que a Prefeitura não comprou nenhum medicamento do Kit de tratamento precoce, sendo seguido os protocolos da ciência. Relatou-se que o Executivo sofreu pressão popular para prescrever os medicamentos do Kit covid-19, mas refere que devido a coesão da equipe e a boa orientação dos protocolos, não houve adesão dos profissionais a esse tipo de "tratamento", mesmo sendo solicitado por alguns usuários.

Foi relatado que ninguém falou em imunidade de rebanho ou de tratamento preventivo em nenhum momento na Prefeitura e que não houve apoio e nem recebimento de orientações do Comitê e nem da Secretaria de Saúde para fazer o tratamento precoce e nem a imunidade de rebanho.

Acredita que o vídeo do Prefeito mencionado durante as oitivas, incentivando a imunidade de rebanho, no começo da pandemia, tenha sido um movimento isolado, mas que não direcionou as ações do Executivo. Relembrou-se que o Dr. Sandro abominou reiteradas vezes o tratamento precoce, sendo visto como uma segurança a autoridade de saúde do município ter esse posicionamento.

◦ **COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO**

O Comitê Administrativo Extraordinário, também foi criado em março de 2020 e ainda estava em vigência no momento da oitiva. Entre suas atribuições estavam: assessorar o Prefeito do Município em assuntos de natureza administrativa, relacionados à pandemia; determinar aos Secretários Municipais e aos responsáveis pela Administração Indireta a adoção de medidas em seus respectivos âmbitos. A sua constituição conta com diversas secretarias da administração pública, na figura de seus secretários: Secretário da Administração; da Casa Civil; da Fazenda; de Governo; Secretário dos Negócios Jurídicos; de Planejamento e Gestão Pública; e da Saúde. Sua coordenação era feita pelo Secretário da Casa Civil, segundo o Decreto de criação desse Comitê, e contava com o suporte administrativo da Secretaria da Administração.

Comitê (Administrativo Extraordinário), interno à Prefeitura, formado apenas por secretários, a fim de direcionar as decisões que fossem tomadas para serem executadas no âmbito da Prefeitura, o qual estava em constante reunião, pois todos os membros participavam de alguma forma do dia a dia do Executivo. Utilizaram, em geral, a reunião de secretários, de forma a tomar as decisões internas da Prefeitura, por exemplo, abertura ou fechamento de unidades de saúde, definição das unidades que se tornaram Polo covid-19, entre outras dúvidas internas. Por esse motivo não haviam reuniões agendadas em sequência e continua ativo, pois é de dentro do Governo, e não faria diferença extinguí-lo, pois continuará se reunindo todas as semanas.

◦ **GRUPO DE TRANSIÇÃO E RETOMADA PÓS-COVID-19 (GTR)**

O Grupo de Transição e Retomada Pós-covid-19 (GTR), criado ainda em abril de 2020, tinha como objetivo estabelecer as medidas necessárias para minorar os efeitos da pandemia covid-19 no Município. Esse Grupo de Transição, formado por representantes do Gabinete do Prefeito; do Comitê Técnico de Contingenciamento covid-19 (aquele da saúde que foi extinto); de Universidades Públicas ou Particulares com unidades no Município; dos Setores: da Indústria, do Comércio, Serviços, do Agronegócios, do Financeiro; e do Setor do Serviço Social. Esse Grupo era coordenado pelo representante das Universidades Públicas ou Particulares do Município e assessorado pelo representante do Gabinete do Prefeito.

O GTR, idealizado pelo Prefeito Duarte Nogueira, multidisciplinar, pensado para trazer informações de “toda a sociedade”. Foi mencionado durante as oitivas que a criação desse espaço foi uma medida muito acertada, pois por meio dele foi possível conversar com diversos segmentos da sociedade, desde comércio, indústria, serviços, assistência social, restaurantes e eventos, ao utilizarem o GTR para se manifestarem. Dirigido pelo professor André Lucirton (FEA-USP/RP), e com participação ativa também da Associação Comercial (ACI), Sindicato dos lojistas e comércio varejista, a Assistência Social, por meio da Maria Élide, da Contabilidade, através da Ana Picão, e participantes de bancos.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

O GTR se reuniu a cada 30 dias, de forma constante e, em alguns casos, de forma excepcional. O trabalho deste GTR foi reduzido conforme a redução da onda, sendo retomadas as reuniões constantes durante a segunda onda e com redução da frequência posteriormente. As pautas foram mais voltadas aos âmbitos social e econômico, como conseguir mais recursos para o setor saúde, havendo auxílio do setor financeiro na figura do Sr. Nelson Rocha (Augusto) para alocação dos recursos, havendo auxílio na busca de doações de cestas básicas, por exemplo. Foi afirmado que o GTR foi importante para se aproximarem do sentimento do empresariado e dos municípios.

Em nenhum momento, se propôs a ser um grupo de consulta popular, mas sim uma forma de escutar os diversos segmentos econômicos da sociedade, sendo dessa forma que ele foi criado e instituído. Foi mencionado que a população se manifestou não apenas pelo GTR, mas por outros canais, sendo um período de muitas manifestações, de diversas formas, e cada setor foi ouvido de acordo com o que poderia contribuir.

A sua última reunião havia sido na semana anterior a oitiva, sendo que a intenção apresentada é de remodelamento, deixando de ser um grupo de enfrentamento e passando a ser um grupo de retomada, com a possibilidade de aumento no número de participantes de pessoas da sociedade, a fim de unir as forças econômicas e políticas de Ribeirão Preto para poder minorar o sofrimento daqueles que foram atingidos, de alguma forma, pela covid-19.

- DIFICULDADES DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE A PANDEMIA**

Foi relembrado durante as oitivas que a ausência de políticas públicas em diversos setores, de maneira estrutural e estruturante, advém de uma condição histórica, que dificultou o enfrentamento à pandemia, sendo agravada pela crise sanitária.

Nesse sentido, a Defensoria Pública foi muito acionada pela população em geral, em especial pela população mais carente, que é o público que pode acessar esse serviço, no sentido de buscar acesso à justiça. Foi dito que o grande fluxo de necessidade de internação e de tratamento gerou uma crise no atendimento de saúde da cidade, uma vez que, por melhor que o município estivesse organizado, acredita-se que ainda havia muita coisa para melhorar. Entretanto, foi afirmado que, mesmo se a organização da saúde estivesse muito bem elaborada, ainda assim o município teria problemas, por ser uma crise de âmbito que extrapolou os limites municipais. Foi relatado que a Defensoria, após ser procurada pelos cidadãos, acionou o judiciário, sendo que o êxito não pôde ser garantido em todos os casos, dada a questão fática, na qual o judiciário não tinha como atender determinados pedidos. Ao mesmo tempo, em paralelo, foi mencionado um trabalho feito junto a administração municipal que, aos poucos, foi conciliando o que era possível.

Paralelamente a isso, as demandas que não eram de covid-19, de medicamentos, internações, cirurgias, foram deixadas de lado porque a estrutura de saúde não comportava essa demanda durante a crise sanitária. Nesse sentido, foi relatado que muitas pessoas estão sofrendo as consequências dessa falta de acesso, por não terem conseguido uma assistência no tempo necessário. Mencionou-se a existência de óbitos por falta de uma assistência adequada, e que houve um caso específico sobre vacinação, de uma pessoa que queria ser vacinada antes do momento, porém ela já estava encaixada em uma lista de prioridades. As principais demandas registradas pela Defensoria Pública foram sobre internações de covid-19 e pedidos para acesso a outros serviços de saúde não-covid-19.

Os dados trazidos pela Defensoria corroboram as informações da Ouvidoria da Saúde, que registrou uma quantidade grande de queixas para conseguir agendamento na Atenção Básica, devido ao fechamento de metade da agenda das consultas. Também foi relatado um aumento de registros na Ouvidoria em 2021 devido a campanha da vacinação, correspondente a 77% dos atendimentos da Ouvidoria. A maior parte ocorreu no dia da abertura da agenda, devido à sobrecarga do sistema e a dificuldade de falar ao telefone (para agendamentos via telefonia).

Para além, das questões de saúde, afirmou-se que não houve um suporte adequado do Estado para as pessoas que tiveram sua renda comprometida, uma vez que os auxílios emergências, apesar de existirem, foram precários. Muitas pessoas ficaram com pendências em relação à pensão alimentícia, sendo um problema para o devedor e para quem deixou de receber a pensão. Foram registrados muitos casos de divórcio e outras questões ligadas à família, bem como o aumento do número de despejos, de habitação, sendo que as medidas de reintegração de posse foram suspensas posteriormente pelo judiciário.

Também foi apontada a falta de espaços para a participação social, incluindo os diversos setores produtivos e associações de moradores, nas ações do governo municipal, inclusive na elaboração dos protocolos sanitários, uma vez que para que os mesmos fossem efetivos, precisariam de um olhar ampliado para a cidade, que envolvesse uma visão ampliada de mobilidade urbana, o transporte público, a desigualdade social, as questões de moradia, organização interna das empresas. Foi afirmado durante a oitiva que a grande lacuna da gestão municipal foi a falta de inclusão de outros profissionais e o setor produtivo nos protocolos de saúde, apesar de haver o reconhecimento de que a Secretaria de Saúde fez um trabalho árduo e digno de ser elogiado, foi apontada a deficiência da composição do grupo de discussão e operacionalização dos protocolos, limitada e com desproporção na participação de vozes de profissionais de diferentes setores.

Outra questão levantada foi em relação às mulheres, as quais sofreram diversas situações de violência, inclusive física e moral, havendo a angústia de não ter acesso à alimentação, tornando-se professoras dos próprios filhos por meio da oferta de teleaulas, e convivendo com seus agressores devido ao isolamento social, com grande dificuldades para relatar ou denunciar situações de violência doméstica.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Foi reportada a falta de estrutura física para o acolhimento de pessoas em abrigos, na qual fosse possível separar as pessoas com suspeita de covid-19 daquelas que já estavam abrigadas. Nesse sentido, destaca-se o acolhimento de pessoas especiais e crianças vitimadas, as quais quando chegam aos serviços não ficavam em isolamento por falta de estrutura física do equipamento.

Uma dificuldade reiterada em oitivas e respostas de ofícios foi o acesso à alimentação, sendo que inicialmente havia apenas Cestas Básicas de doação, em quantidade insuficiente, segundo relatos de Servidores da Assistência Social e de organizações da sociedade civil que trabalhavam junto à população mais vulnerável. Segundo dados enviados pela SEMAS, em resposta ao Requerimento 2860/2022, houve a destinação de verbas para a compra de Cestas Básicas apenas entre 10/2020 até 01/2021, voltando a ser adquiridas entre 06/2021 até 08/2021. Foi afirmado que as ações de solidariedade vieram da própria sociedade civil, por meio de doações, e que a Prefeitura deixou a desejar neste aspecto. Em resposta ao Ofício 14.2021, foram relatadas as principais dificuldades encontradas pela população em situação de vulnerabilidade social para acessar às ações de distribuição de alimentos/auxílio emergencial realizadas pela Prefeitura:

- Ausência de documentos (ex.: CPF, RG, comprovante de residência, etc) que possibilitasse realizar o cadastro no CadÚnico e no CACEM (o município não promoveu visitas domiciliares periódicas às famílias de baixa renda para fazer o cadastramento como deveria ser);
- Tentativa de contato no CACEM sem sucesso (ligavam no número de telefone indicado e não eram atendidos);
- Tentativa infrutífera de atualizar o CadÚnico desde o início da pandemia em 2020, o que inclusive prejudicou o cadastro para receber o auxílio emergencial municipal: no início da pandemia não estavam atendendo presencialmente, depois o agendamento estava sendo feito por telefone, mas não conseguiam agendar, pois era dito que o cadastramento havia sido encerrado. Foram fornecidas informações contraditórias e incertas pelo poder público;
- Auxílio emergencial em valor muito baixo;
- Tentativa de contato presencialmente na SEMAS sem sucesso (usuários foram informados de que o atendimento se daria apenas pelo telefone do CACEM);
- Dificuldade tecnológica (não possuem celular, internet, etc);
- Desconhecimento das ações realizadas pela prefeitura e de como proceder (nem todas as famílias/pessoas estavam cadastradas no CRAS);
- Atendimentos realizados com descaso (falta de informações corretas, falta orientações, relatos de discriminação, etc);
- Entrega de cestas em quantidade inferior ao número de famílias da comunidade, o que gerou conflito, pois em muitos locais todos estavam precisando. O mesmo ocorreu quando algumas comunidades foram privilegiadas na entrega de cestas em

detrimento de outras, em vez de criar espírito de solidariedade entre elas, criou-se desavença, animosidade;

- Entrega de cestas por período muito pequeno (2 meses), ou seja, ainda que o município possuísse os dados corretos exigidos para comprovar estar em situação de vulnerabilidade social, a ação proposta pelo município não atendeu a necessidade dessa população, foi insuficiente;
- Mudança no critério de quem tinha direito a receber cestas básicas: relato de pessoas que recebiam cestas pelo CRAS e deixaram de receber, porque, por exemplo, não tem criança em casa;
- Entrega de marmitas nas escolas: dificuldade pela distância, entre outros impedimentos (horário de trabalho, ter mais de um filho pequeno e não ter como sair com as crianças ou ter com quem deixar, etc).
- Observou-se ainda que a maioria das comunidades não teve acesso ao Edital do programa NutriAção, que nem todas as comunidades são organizadas e possuem liderança que as represente, e que muitas lideranças são cooptadas e deixaram de defender o real interesse e a necessidade das pessoas que vivem nas comunidades.

Em relação a educação, destacaram-se três pontos sobre a dificuldade de acesso ao ensino remoto: a chegada tardia dos chips (abril/2021), mais de um ano após o início da pandemia e posterior ao início do ano letivo de 2021; a baixa procura pelos chips, que pode dizer desde a falta de um diagnóstico sobre evasão escolar ou a real necessidades dos estudantes, como uma divulgação ineficiente; falta de políticas públicas que viabilizassem a comunicação entre professor e responsáveis de crianças em idade pré-escolar, que também receberam atividades para serem realizadas em casa e não tiveram suporte para tal.

- **PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES DA LINHA DE FRENTE E DE SERVIÇOS ESSENCIAIS**

Foi afirmado durante as oitivas que em nenhum momento o Sindicato foi convidado a participar dos Comitês do Executivo. Reforçou-se que os chefes/gerentes dos serviços foram ouvidos, mas não a entidade sindical que esteve diariamente com os profissionais da saúde, da educação, da assistência social, da Guarda Civil, no enfrentamento à pandemia.

Também foi mencionado que, com exceção da Educação, que após requerimento desta Casa de Leis, apresentou os números de alunos e trabalhadores acometidos pela covid-19, não há informações sobre o número de servidores contaminados e que vieram a óbito, apesar de o Sindicato ter solicitado. Foi afirmou que a covid-19 foi considerada uma doença ocupacional e por isso a remuneração dos trabalhadores e seus familiares deveria ter sido diferenciada e que esta questão tem sido negligenciada pelos governos. Nesse sentido:



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

“O Supremo Tribunal Federal concluiu que é possível e caracterização da covid-19 como doença do trabalho, ressaltando que foi expedida a Nota Técnica 56376, em 11/12/2020, pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, com o objetivo de esclarecer acerca da adequada interpretação jurídica a ser dada aos arts. 19 a 23 da Lei 8.213, de 1991 no que tange à análise e configuração do nexo entre o trabalho e a covid-19, patologia viral recente, provocada pelo SARS-CoV-2. Nesse sentido, concluiu que “pode ser reconhecida como doença ocupacional, aplicando-se na espécie o disposto no § 2º do mesmo artigo 20, quando a doença resultar das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relacionar diretamente; podendo se constituir ainda num acidente de trabalho por doença equiparada, na hipótese em que a doença seja proveniente de contaminação accidental do empregado pelo vírus SARS-CoV-2 no exercício de sua atividade (artigo 21,inciso III, Lei nº 8.213, de 1991)”. Fonte: <https://trt15.jus.br/noticia/2022/11a-camara-reconhece-covid-19-como-doenca-ocupacional>

Foi relatado, durante as oitivas, que o número de servidores na **Assistência Social** estava aquém em relação à NOB-RH do SUAS e quando veio a pandemia esse déficit foi potencializado, sendo agravado pela portaria do Governo Federal que impedia a contratação, dada a decretação de emergência sanitária, para não onerar a Folha de Pagamento. Tiveram que fazer diversas estratégias sendo que alguns servidores “trabalharam por duas, por três” pessoas.

Relatou-se que a Assistência Social não foi considerada com um serviço de “linha de frente” do enfrentamento à pandemia, apesar de não ter parada nenhum dia. Afirmou-se que por meio da pressão do Sindicato, após vários meses de cobrança, conseguiram que fossem colocadas placas de acrílico para que o atendimento presencial desta pasta fosse realizado com segurança. Foi relatado que as máscaras para seus servidores foram conseguidas por meio de doações no início da pandemia e o álcool em gel foi disponibilizado de forma insuficiente.

Segundo a resposta dada via Requerimento 7498/2021, a Secretaria de Assistência Social, entre agosto/2020 e setembro/2021, disponibilizou 76.100 máscaras, adquiridas via processo licitatório, para todos os locais e funcionários (427 trabalhadores), bem como ao público atendido nos Acolhimentos Institucionais. Além disso, foram fabricadas pelo Centro de Qualificação desta Secretaria, nos primeiros meses da Pandemia, mais de 30 mil máscaras de TNT.

Ainda foi denunciado que, devido às cestas básicas não terem tido uma entrada continuada e serem insuficientes no início da pandemia, os trabalhadores da Assistência Social ficaram expostos à situações de violência frente a insatisfação na população. Sendo reportado casos de ameaças contra as servidoras da assistência social por não haver cesta básica para distribuir para a população.

Em resposta ao Requerimento 7501/2021, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN) também reconheceu a dificuldade de cadastramento dos usuários da SEMAS por problemas estruturais e de recursos humanos desta Secretaria. Nesse sentido, o anexo colocado pelo COMSEAN, aponta para 427 funcionários lotados na SEMAS.

Destacou-se que os trabalhadores da assistência social não foram imunizados no grupo prioritário, sendo obedecido o calendário de vacinação estadual, e após muitas solicitações, conseguiram a testagem dos trabalhadores desta pasta. Durante as oitivas, o Sindicato fez um apelo para que a Câmara solicitasse o número de servidores contaminados e aqueles que vieram a óbito. Em conversa com a Secretaria de Saúde, foi informado que na Guia de Notificação (elaborada pelo Ministério da Saúde) não há um campo para o registro do local de trabalho, dessa forma o levantamento do número de contaminados e óbitos por covid-19 por local de trabalho torna-se pouco factível, a menos que tenha sido registrado a CAT. Também relatou-se a dificuldade em afirmar o local de contaminação em relação aos servidores que trabalharam em outros locais, que não na assistência direta aos pacientes com covid-19, pois o vírus é de fácil circulação, podendo a contaminação ter ocorrido fora do ambiente de trabalho.

Sobre a área da **Educação**, foi afirmado que esta entidade esteve presente em todas as oportunidades cobrando o protocolo sanitário, máscaras de qualidade e foi a partir de sua atuação junto ao judiciário que as aulas presenciais se mantiveram suspensas, devido à falta de segurança e do cumprimento de protocolos sanitários para garantir o direito à vida. Foi exaltado que o sindicato conquistou uma proteção a todos os trabalhadores da educação por meio da medida judicial, pois, caso contrário as aulas presenciais teriam voltado em março/2021 sem as adequações necessárias.

Sobre os servidores da **Fiscalização Geral**, foi afirmado durante a oitiva a existência de um número reduzido de efetivos, com apenas 18 fiscais, frente a uma demanda grande, com um amplo leque de atuações dadas pelo Código de Posturas e diversas questões sociais. Ainda foi relatada a perda de mais de 50 fiscais entre transferências para outras Secretarias, exoneração e aposentadoria. Esse setor também trabalhou em regime de plantões, havendo sobrecarga dos funcionários, além de falta de estrutura relatada durante as oitivas, como questões básicas de acesso a internet de forma remota para poder realizar a parte burocrática de cada autuação.

Sobre os servidores da **Saúde** foi apontada a diferenciação de recebimento de insalubridade entre os servidores do HC e da Prefeitura, sendo que os primeiros receberam 40% de insalubridade. Entretanto, na Prefeitura, fazendo trabalho semelhante, foi relatado que não havia o ganho de insalubridade, além de terem que trabalhar dobrado, por falta de profissionais de saúde na rede (afastamentos de pessoas do grupo de risco, adoecimentos dos profissionais). Mencionou-se que o Sindicato cobrou e segue cobrando o pagamento de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

insalubridade, grau máximo, pela atuação dos servidores da saúde durante a pandemia, que poderia ser pago de forma retroativa. Durante as oitivas Foi frisado que os repasses federais contribuíram para o custeio da pandemia, em especial para a contratação de leitos de UTI, insumos, materiais de proteção, pagamento de plantões e outros materiais necessários. Parte dos recursos recebidos por repasses foram utilizados para reforçar as equipes da saúde, com a contratação de plantões, para que houvesse pleno atendimento e assistência nos setores que foram priorizados. A SMS utilizou de plantões extras, com um aumento expressivo de pagamento por horas extras para dar conta da demanda de atendimentos.

A Fundação H. Santa Lydia relatou que houve crise em relação aos Recursos Humanos da Saúde, devido ao afastamento dos profissionais, com início em abril de 2021, devido ao alto número de contaminação de profissionais de saúde. A Secretaria de Saúde cedeu 60 profissionais para o HC-RP (que também foi responsável pelos atendimentos de munícipes de Ribeirão Preto), que tinham expertise na área de UTI, a fim de contribuir para os locais que estavam sobrecarregados. Em 2021, com a vinda da vacina, houve um impacto grande no quantitativo de trabalhadores disponíveis, devido a logística priorizada pela SMS para acelerar a vacinação.

Para tentar amenizar essa crise, utilizou-se de reposicionamento de pessoal, deslocados de outros setores de atendimento; contratações emergenciais com contratos válidos por um ano e prorrogáveis por igual período (foram abertos seis processos para contratação de forma emergencial durante a pandemia); credenciamento de médicos; pagamento de horas extras. A Fundação não teve a opção inicial de fazer processo seletivo para contratação formal de trabalhadores, pois estavam impedidos pelas regras do Plano São Paulo (suspenção de provas de concursos e processos seletivos em geral). A SMS também utilizou de plantões extras, com um aumento expressivo de pagamento por horas extras para dar conta da demanda de atendimentos. Fizeram o chamamento de técnicos de enfermagem, sendo que os enfermeiros não haviam sido chamados inicialmente para não desfavorecer a situação dos outros hospitais, que também precisavam desses profissionais.

Foi reconhecido durante a oitiva que os servidores públicos se expuseram ao vírus para cuidar da população, deixaram seus entes queridos para poder estar na linha de frente e o Sindicato fez um apelo para que os direitos desses servidores sejam garantidos.

Foi mencionado também que os passes de ônibus que chegaram, em especial para os agentes comunitários, vieram com atraso e não houve outra estratégia de transporte dos servidores, mesmo durante a greve de ônibus, havendo desembolso individual para pagamento de carros por aplicativos. Pontou-se também a dificuldade para a aquisição de EPIs de qualidade, a demora para a vacinação e o impacto na qualidade de vida e em óbitos dos servidores da saúde, que não tiveram orientação por parte da Prefeitura para fazer a

CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Afirmou-se que essa orientação vem sendo dada por parte do Sindicato.

Sobre os EPIs, em resposta ao Requerimento 4982/2021, a Secretaria Municipal da Saúde informou que as máscaras para seus servidores foram adquiridas via processo licitatório, sendo adquiridas em relação à conformidade técnica exigida e a apresentação do registro na ANVISA. Os gerentes das Unidades foram os responsáveis por solicitar, junto ao Almoxarifado da Saúde e, posteriormente, controlar a entrega de EPIs aos trabalhadores do local de sua responsabilidade. Pelos dados enviados, não é possível analisar a forma como as máscaras foram disponibilizadas em cada uma das Unidades de Saúde e quais os profissionais que receberam o material. O total de máscaras distribuídas entre abril/2020 e julho/2021, foi de 1.058.635 unidades.

O sindicato dos motoristas do **Transporte Público** comentou que, até o momento da oitiva, ocorreram mais de 50 casos de covid-19 e 5 óbitos (3 motoristas e 2 funcionários internos) e que não houve testagem em massa para covid-19 dos motoristas. Não foi possível fazer o cruzamento de dados com informações de notificação de contágio/morte por covid entre os motoristas em Ribeirão Preto uma vez que, na Ficha de Notificação, não há um campo específico para preenchimento sobre o local de trabalho, desta forma, apenas os funcionários que abriram uma CAT poderiam ser contabilizados, deixando a estatística pouco confiável.

• VERBAS-COVID

As verbas federais e estaduais deveriam compensar a queda na arrecadação dos municípios (IPTU, ISS, entre outras), sendo informado que Ribeirão Preto teve uma queda de mais de 50 milhões em 2020. As arrecadações que foram mais prejudicadas durante o período de 2020 foram ICMS, IPTU e ISS, tendo retornado para o patamar de arrecadação do ano de 2018. No ano de 2021 há sinais de melhorias na arrecadação desses impostos, o que tem viabilizado a gestão das contas.

Foi feita a menção aos 155 milhões recebidos de repasses (entre 2020 e 2021), dos quais foram gastos 132 milhões (85% até o momento da oitiva). Posteriormente foi mencionada a Receita do município de 143 milhões no ano de 2020, dos quais foram gastos 109 milhões (77%). Ou seja, 23% dos recursos vindos para a cidade em 2020 não foram investidos no referido ano. Existiu uma demora entre a publicação da portaria e a chegada dos recursos, sendo que o controle de datas e prazos compete a cada uma das pastas. Também ressaltou-se que apesar de haver a Portaria, o município só pode fazer o empenho da verba quando esta fosse repassada ao fundo municipal. Destaca-se que a variação no orçamento do Município poderá ser notada em períodos posteriores ao fim da pandemia, devido ao tempo de faturamento de alguns prestadores hospitalares, que por vezes têm um intervalo maior entre a data do serviço prestado e a data da realização do faturamento.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

As verbas para o enfrentamento à Pandemia, oriundas de portarias e outras normativas, caíram em contas específicas (assistência social, cultura e saúde), chamadas de verbas "carimbadas", sendo que o dinheiro pôde ser utilizado para a finalidade definida pelo texto legal. No momento que a verba foi utilizada, se estivesse em desacordo com a normativa correspondente, houve a geração de um alerta para o Tribunal de Contas e a obrigatoriedade de fazer a correção necessária, segundo mencionado durante oitiva pela Corregedoria Municipal.

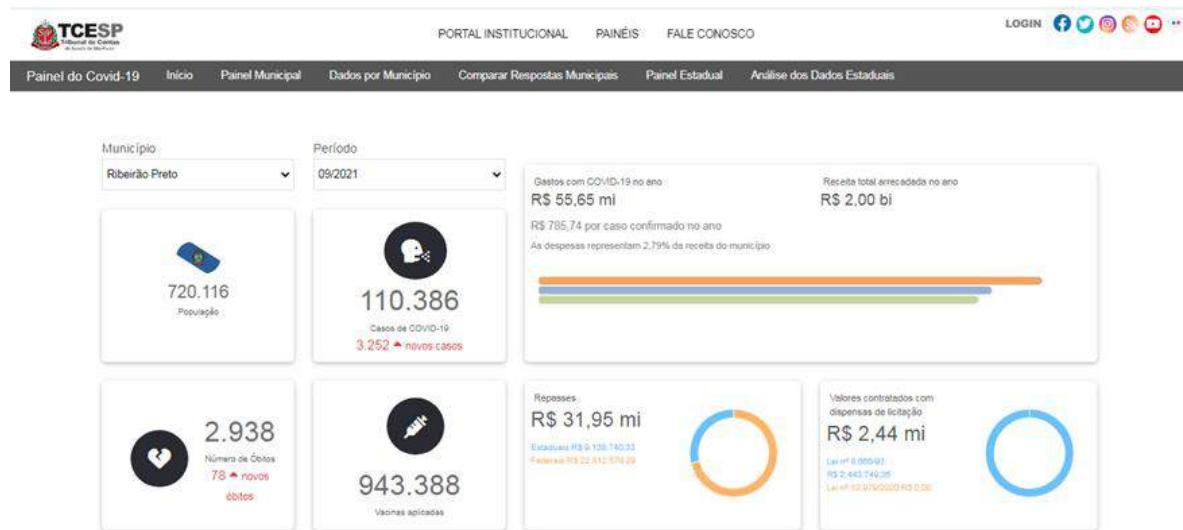
Conforme mencionado, em 2020 os recursos totais recebidos totalizaram 155 milhões, sendo que esses dados podem ser encontrados no Painel do Tribunal de Contas (Imagens abaixo - disponível em: encurtador.com.br/lqvLX), quanto no Portal da Transparência. Em 2021 foram cerca 32 milhões de reais recebidos pelo município, até setembro/2021. Em 2020, foram utilizados 356 mil reais de recursos do Tesouro Municipal e, em 2021, 11 milhões.

Sobre as verbas dos Tesouro Municipal, apesar de haver livre discricionariedade, seu uso deve cumprir uma série de regras, sendo que as 356 mil reais em 2020 foram utilizados na Assistência Social e em outras secretarias para a compra de máscaras, álcool em gel, biombo, toda a parte que exigiram adequação imediata de todas as secretarias. Em 2021, a verba de 11 milhões do Tesouro Municipal foi destinada para o pagamento do Auxílio (Acolhe Ribeirão).

Nesse sentido, percebe-se que para o Município como um todo, a LC 173/2020 teve um papel importante, por representar cerca de 50% dos valores recebidos em 2020. Entretanto, para os setores de saúde, assistência social e cultura, essa verba, apesar de importante, não foi a mais volumosa, segundo dados enviados em resposta ao Requerimento 2860/2022.



Disponível em: encurtador.com.br/lqvLX



Disponível em: encurtador.com.br/lqvLX

Também foi mencionado o Processo TC n.18175.989.20-1, do Tribunal de Contas, cuja representação foi do Ministério Público do estado de São Paulo, com relação à utilização das verbas durante o período de pandemia no município de Ribeirão Preto. No qual o MP colocou informações sobre eventuais irregularidades e atos de improbidade administrativa na aplicação desses recursos, recebidos do Tesouro Nacional. Essa matéria foi instruída pela unidade do Tribunal de Contas Regional de Ituverava, na qual se verificou, que a municipalidade de Ribeirão Preto recebeu recursos do Governo Federal, destinadas especificamente ao enfrentamento da pandemia, mas também foi beneficiado com receitas de caráter não vinculado, previstas no Inciso II, do artigo 5º da Lei Complementar 173/2020, para mitigação dos efeitos financeiros derivados da queda de arrecadação, tanto dos estados quanto dos municípios. Sendo que a Unidade Regional do Tribunal de Contas concluiu que não foram identificados desvios de finalidade nesses recursos e determinou expedição de recursos ao subscritor, com encaminhamento de cópias de documentos e realizou a baixa junto ao Ministério Público.

Além disso, foi afirmado durante a oitiva, pelo atual Secretário de Justiça que, desde que assumiu a Secretaria, em 19 de maio de 2021, não houve nenhum tipo de questionamento em relação a dispensa de licitação feita pelo Município. Também mencionou que a Lei Complementar 173/2020 impossibilita uma série de aumentos em despesas municipais, até o final de 2021. Dessa forma, apesar da excepcionalidade da pandemia, não é possível abrir mão de todos os dispositivos legais de controle de gastos do Poder Público.

De forma geral, a utilização dos recursos para o enfrentamento à pandemia, advindos de normativas federais ocorreram majoritariamente no ano de 2020, entre junho e dezembro, sendo continuado em menores volumes até abril/2022. Os recursos advindos de normativas estaduais foram menos volumosos e contínuos, entre maio/2020 e

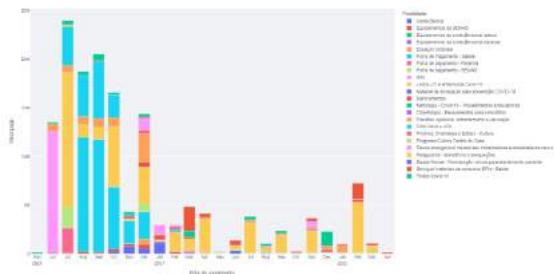


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

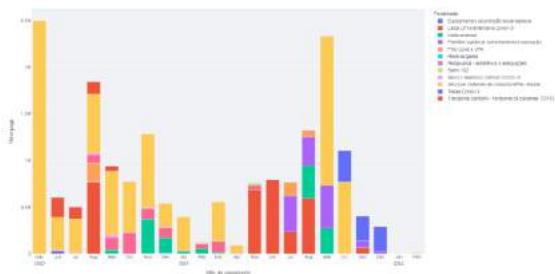
Estado de São Paulo

fevereiro/2022. Os recursos do Tesouro municipal foram utilizados de maneira pontual, sem continuidade, de forma a complementar as verbas supramunicipais.

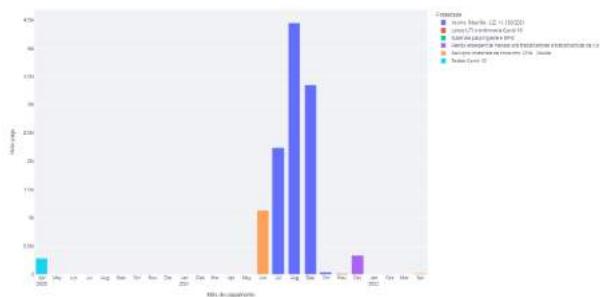
Utilização de verba-covid Federal



Utilização de verba-covid Estadual



Utilização de verbas municipais para o enfrentamento à pandemia



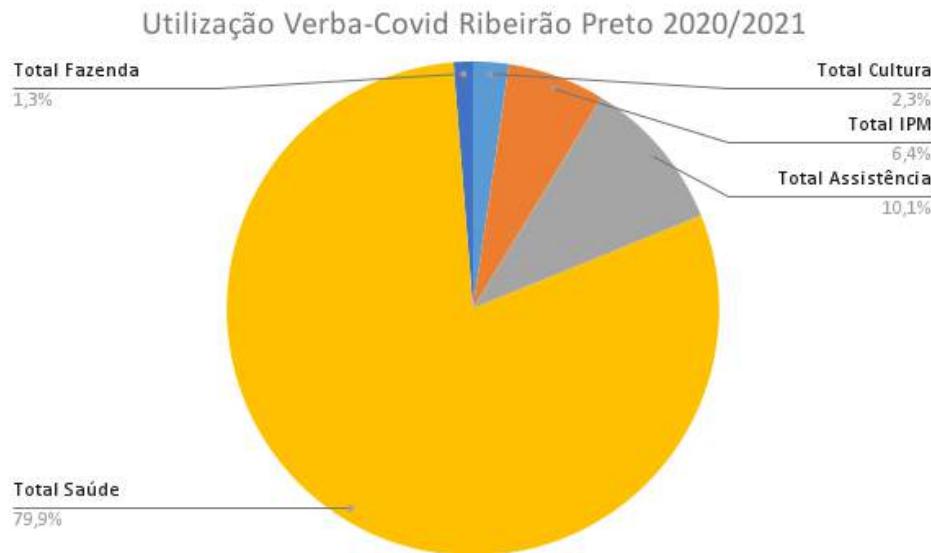
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

A destinação desses recursos financeiros foi:



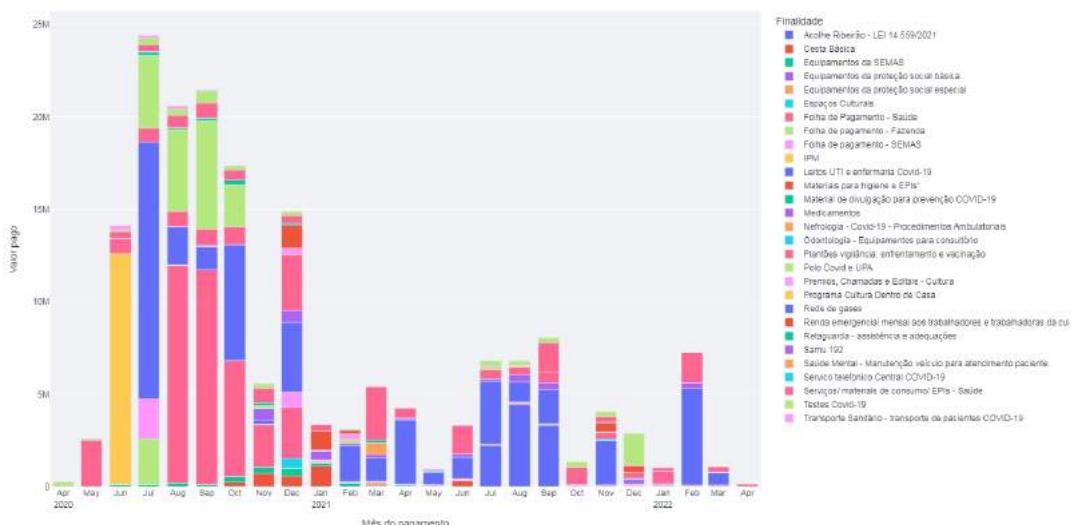
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sendo que o setor Saúde foi destinatário de cerca de 80% de todas as verbas-covid-19, seguido da Assistência Social (10%) e do fundo de recomposição do IPM (6,4%). A pasta da Cultura recebeu 2,3% das verbas e a Fazenda 1,3%.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Ao observar a dinâmica do uso das Verbas-covid, é possível verificar que o maior volume de pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia ocorreu entre 06/2020-12/2020, entre 07/2021-09/2021 e 02/2022.

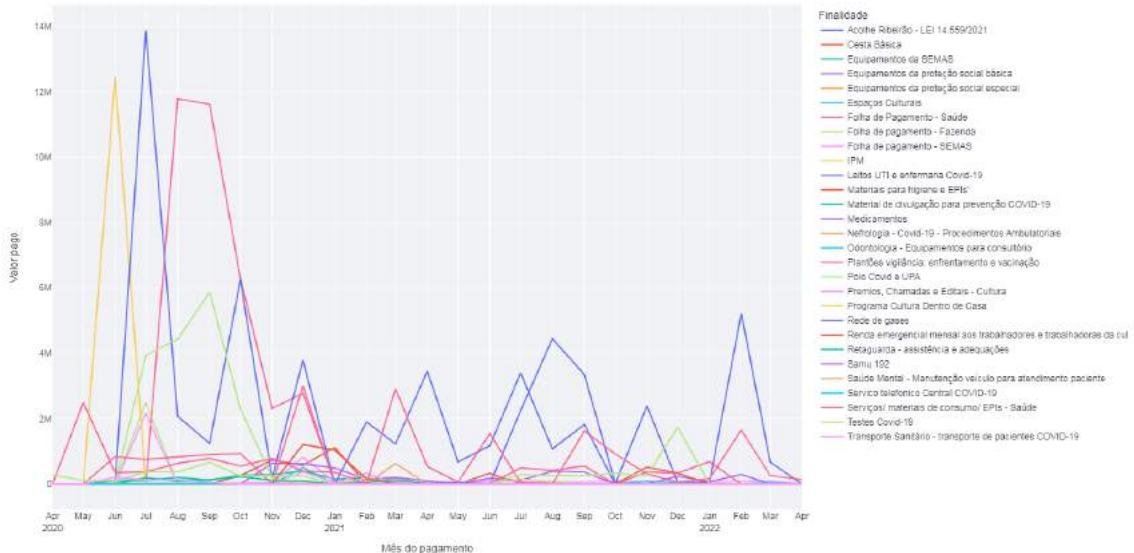


Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)



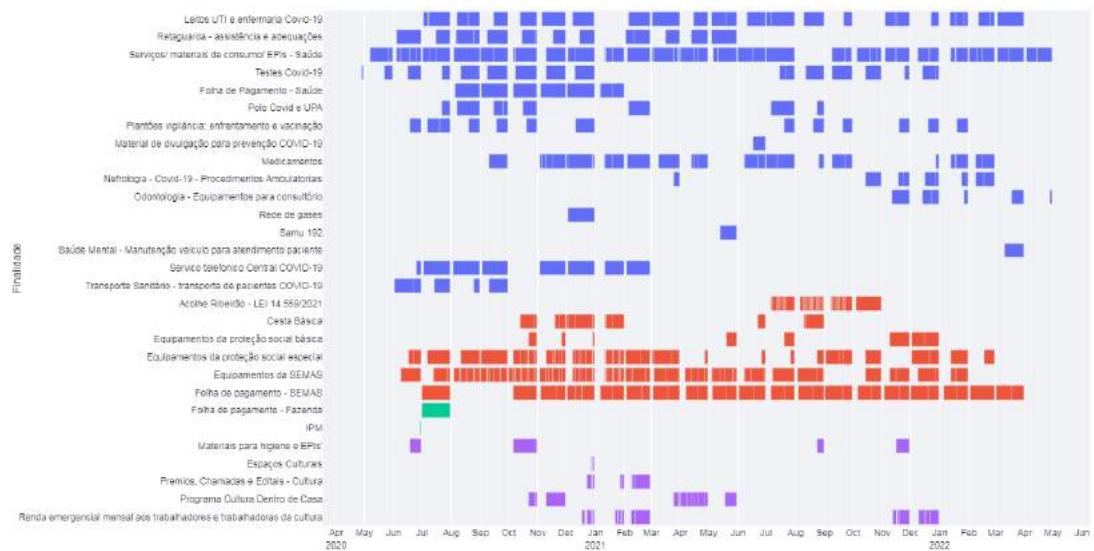
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Além disso, nota-se que a política pública de Saúde foi a que teve maior continuidade no seu financiamento, seguida da Assistência Social. A Cultura teve um aporte financeiro descontínuo e irregular, havendo utilização de verba-covid de maneira pontual na pasta da Fazenda e para o Fundo do IPM.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O valor total destinado para a **Fazenda** foi de **R\$2.488.193,38**, sendo a fonte advinda do Governo Federal, por meio do inciso II do artigo 50 da LC 173/2020, utilizado para a

Folha de Pagamento, em junho/2020. Enquanto o valor total destinado para o IPM (Instituto de Previdência dos Municipários) foi de **R\$12.453.930,46**, sendo a fonte advinda do Governo Federal, por meio do inciso II do artigo 5o da LC 173/2020, pago em junho/2020.

- **VERBAS-COVID PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Em resposta ao Requerimento 7502/2021, a SEMAS mencionou que as verbas foram destinadas conforme a previsão legal que regulamentou o montante transferido para o ente Municipal, seja para alimentação, subvenção para OSCs, compra de EPIs e materiais de limpeza, abrigos emergenciais para pessoas em situação de rua, alimentação, contratação emergencial de educadores sociais, entre outros.

Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal da Assistência Social, em resposta ao Requerimento 8995/2021, dos recursos para o enfrentamento da covid-19, a maior parte foi municipal (12,4 milhões), seguido do Federal (9,2 milhões) e Estadual (345 mil).

Das Despesas Liquidadas até 31/07/2021, advindas de recursos Federais (6,8 milhões), a maior parte foi para cestas básicas (3 milhões), Acolhimentos (1,1 milhão), Folha de Pagamento (739 mil), Educadores sociais (653 mil), Alimentação Preparada (538 mil), Gêneros Alimentícios (347 mil), Vagas em pensão (107 mil), Colchões e roupa de cama (82 mil), outros (81 mil), EPI (67 mil) e Reforma no telhado do CETREM (45 mil). Nesse sentido, cerca de 26% (2,4 milhões) dos recursos Federais não haviam sido gastos até o final de julho de 2021.

Em relação ao mesmo período (até 31/07/2021), as despesas Estaduais liquidadas foram de R\$43.774,31, destinadas para subvenções de OSCs Idosos (32.550 mil), gêneros alimentícios (9,6 mil) e materiais de higiene e limpeza (1,5 mil). Cerca de 300 mil não haviam sido utilizados, representando 87,4% das verbas sem uso.

Já os recursos Municipais, ainda no mesmo período (até 31/07/2021) foram destinados para o Programa Acolhe Ribeirão (2,2 milhões), seguido de Cestas Básicas (377 mil), Sepultamentos assistenciais (28,5 mil), EPI (5,8 mil) e Gêneros Alimentícios (518 reais). Dessa forma, não foram utilizados até o final de julho cerca de 9,8 milhões, que correspondem a 78,7% das verbas.

Das despesas pagas até março/2022, segundo resposta dada por essa Secretaria, em resposta ao Requerimento 2860/2022, o valor total destinado para a **Assistência Social** foi de **R\$19.791.964,08**, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo. Ressalta-se que foram utilizadas as mesmas terminologias para a descrição das Finalidades enviadas pelo órgão, não sendo possível visualizar os dados de verbas municipais destinadas para Cestas Básica, Sepultamentos, EPI e Gêneros Alimentícios, como havia sido informado anteriormente (via Requerimento 8995/2021):



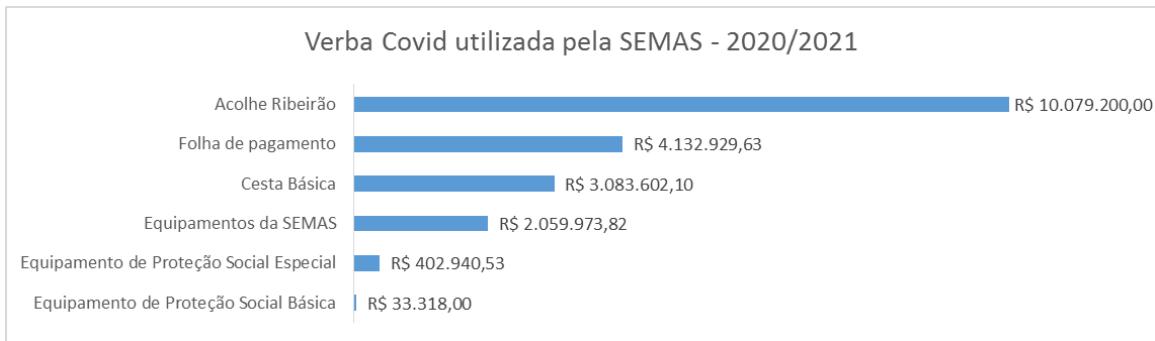
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Tesouro Municipal	R\$10.079.200,00	07/2021 - 10/2021	Acolhe Ribeirão
Federal	R\$3.083.602,10	10/2020 - 01/2021 06/2021 - 08/2021	Cesta Básica
Federal	R\$33.318,00	10/2020 - 12/2020 05/2021 - 07/2021 11/2021 - 12/2021	Equipamento de Proteção Social Básica
Federal	R\$2.059.973,82	06/2020 - 01/2022	Equipamentos da SEMAS
Federal	R\$4.132.929,63	07/2020 - 03/2022	Folha de pagamento
Federal	R\$359.166,22	06/2020 - 02/2022	Equipamento de Proteção Social Especial
Estadual	R\$43.774,31	06/2020 11/2020 - 02/2021	

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Secretaria de Assistência Social foi para o Programa Acolhe Ribeirão (R\$10 milhões), seguido da Folha de Pagamento (R\$4,1 milhões), aquisição de Cestas básicas (R\$3,1 milhões), funcionamento dos equipamentos da SEMAS (R\$2 milhões), Equipamento de Proteção Social Especial (R\$403 mil) e Equipamento de Proteção Social Básica (R\$33 mil).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sobre a dinâmica do uso das Verbas-covid na SEMAS, é possível verificar que o maior volume de pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia nesta pasta também se deu de forma descontinuada. A maior destinação de verbas, para o Acolhe Ribeirão, se deu apenas a partir de julho até outubro de 2021. Os valores totais pagos variaram entre R\$4,5 milhões (agosto/2021) e R\$40 mil (outubro/2021). O pagamento de recursos humanos ocorreu de forma contínua (exceto agosto e setembro/2020), sendo os maiores aportes em julho/2020 (R\$2,1 milhões) e dezembro/2020 (R\$820 mil).

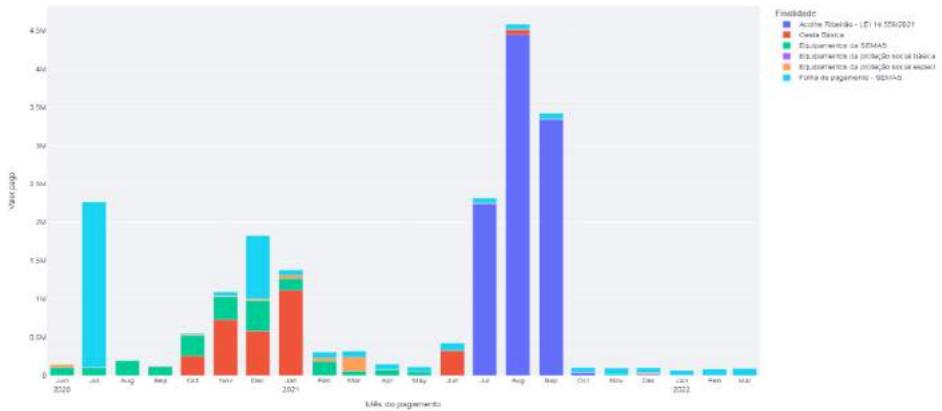
O uso das verbas para o pagamento de cestas básicas foi feito de forma pontual, descontínua, entre outubro/2020 e janeiro/2021 e, posteriormente, em junho/2021 e em agosto/2021. Os valores pagos nesta finalidade variaram entre R\$1,1 milhão (janeiro/2021) e R\$64 mil (agosto/2021). O uso de verbas para o pagamento de Equipamentos da SEMAS foi feito de forma contínua, com maiores aportes entre junho/2020 e maio/2021, sendo continuado com valores menores até janeiro/2022 (exceto setembro/2021). Os valores pagos variaram entre R\$400 mil (dezembro/2020) e R\$120 reais (julho/2021).

O uso das verbas para Equipamentos de Proteção Social Especial foi feito de forma contínua, entre junho/2020 e abril/2022 (exceto maio e novembro de 2021). O maior valor pago, de R\$191 mil, ocorreu em março/2021 e o menor valor foi de R\$600 reais, em janeiro/2022. Por fim, o uso das verbas para pagamento de Equipamentos de Proteção Social Básica se deu de forma descontinuada, tendo ocorrido entre outubro e dezembro de 2020, em maio/2021, em julho/2021 e entre novembro e dezembro de 2021. Os valores pagos variaram entre R\$17 mil (dezembro/2021) e R\$790 reais (dezembro/2020).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

- **VERBAS-COVID PARA A CULTURA**

O valor total destinado para a **Cultura** foi de **R\$4.579.400,00**, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo:

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Tesouro Municipal	R\$4.700,00	06/2020 10/2020 08/2021 - 11/2021	Aquisição de álcool gel, álcool líquido, dispensadores, placas de sinalização, luvas e máscaras descartáveis
Fundo Municipal de Cultura	R\$336.000,00	12/2021	Pagamento de renda emergencial aos fazedores de cultura
Federal - Lei Aldir Blanc (R\$4.213.700,00)	R\$513.000,00	12/2020	Espaços Culturais
	R\$763.600,00	12/2020 - 02/2021	Prêmios de Chamadas de Editais
	R\$2.937.100,00	12/2020 - 02/2021 11/2021	Renda Emergencial aos fazedores de cultura
Transferência Federal - Inciso II, Art.50, LC 173/2020	R\$25.000,00	10/2020 - 11/2020 03/2021 - 05/2021	Programa Cultura Dentro de Casa

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Cultura foi para Renda emergencial dos fazedores de cultura (R\$3,3 milhões), seguido dos Prêmios por editais (R\$764 mil), verbas para espaços de cultura (R\$513 mil) e Programa Cultura dentro de Casa (R\$25 mil).



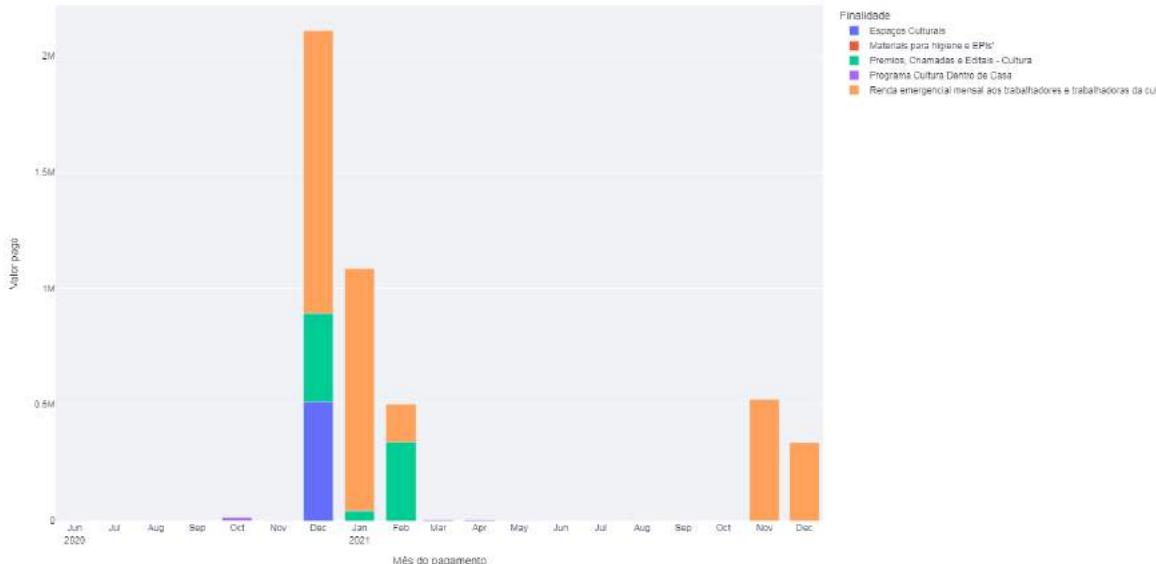
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Quando se observa a dinâmica do uso das Verbas-covid na Cultura, é possível verificar que os pagamentos das ações para o enfrentamento à Pandemia se deram de forma descontinuada. O pagamento da Renda Emergencial foi feito entre dezembro/2020 e fevereiro/2021 e, posteriormente, em novembro e dezembro/2021, sendo que houve uma variação de valores totais destinados para essa finalidade entre R\$1,2 milhões (dezembro/2020) e R\$162 mil (fevereiro/2021). O pagamento de Prêmios de Chamadas por Editais se deu entre dezembro/2020 e fevereiro/2021, sendo a variação do valor total entre R\$380 mil (dezembro/2020) e R\$44 mil (janeiro/2021). O valor pago para Espaços Culturais foi feito de uma única vez, em dezembro/2020, no valor total de R\$513 mil. O Programa Cultura dentro de casa, que teve o menor aporte em termos de valores (total de R\$25 mil), foi pago entre outubro e novembro de 2020 e novamente entre março e maio de 2021, sendo a variação de valores totais pagos entre R\$13 mil (outubro/2020) e R\$500 reais (novembro/2020 e maio/2021). Os materiais de Higiene e EPIs foram pagos em junho/2020; outubro/2020; e agosto a novembro/2021 (exceto outubro/2021), sendo que os valores variaram entre R\$1.500 reais (outubro/2020) e R\$500 reais (novembro/2021).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

◦ VERBAS PARA A EDUCAÇÃO

Sobre as verbas para a pasta da Educação, foi mencionado pelo Secretário Municipal de Educação que o montante advindo do Governo Federal (Portaria 1.857/2020), exclusivamente para covid-19, foi de R\$651.628,00 (seiscientos e cinquenta e um mil seiscentos e vinte e oito reais). Trata-se de um recurso da Secretaria Municipal da Saúde, direcionado para aquisição de máscaras, EPI, sanitizantes, entre outros para as unidades escolares. Segundo dados enviados pela Secretaria de Saúde (resposta ao Requerimento 2860/2022), foram gastos R\$647.687,94 desta Portaria, destinada para a educação. Em resposta ao Requerimento 7502/2021, foi afirmado o não recebimento de verbas federais ou estaduais diretamente para a Secretaria de Educação. Entretanto, durante as oitivas, foi mencionada a compra de cerca de 23 mil chips para os alunos do ensino fundamental por meio de licitação com recursos que vieram “carimbados” para uso nessa faixa de ensino. Essa informação também não consta na resposta ao Requerimento 2860/2022.

Para 2021 o Secretário relatou a existência de cerca de 10 milhões de reais empenhados, sendo que parte havia sido gasta, para investimento em manutenção nas escolas. Ainda há recursos destinados no mês de julho, de cerca de 17 a 25 mil para as unidades escolares fazerem as devidas adequações sanitárias, de acordo com o novo Protocolo Sanitário, construído por um Comitê intersetorial de quase 20 pessoas, que envolveu as secretarias municipais, Ministério Público, APROFERP, Sindicato dos Servidores, entre outros. O Protocolo Sanitário sofreu atualizações após a ação impetrada pelo Sindicato dos Servidores.

Em resposta ao Requerimento 8994/2021, foi informado pela Secretaria de Educação que, anteriormente aos Protocolos sanitários da covid-19, esta Pasta havia destinado verbas para a manutenção dos prédios escolares, advindas de fonte dos recursos do Tesouro, da Quota do Salário Educação (QSE) e dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), no exercício de 2021. Foram colocados apenas os números das dotações orçamentárias na resposta, porém, sem a menção do valor. Para evitar equívocos foi solicitado formalmente, por e-mail, para a Secretaria de Educação, que os valores fossem informados, sendo enviado a seguinte planilha:

DOTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	ORÇADO ATUALIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
00200	02.07.35.12.361.10101.20001. 01.220.0000.3.3.90.39	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32	R\$ 35.378,32
00245	02.07.35.12.365.10101.20001. 01.210.0000.3.3.90.39	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
00202	02.07.35.12.361.10101.20001. 02.282.0000.3.3.90.39	R\$ 5.146.000,00	R\$ 3.266.692,07	R\$ 2.470.344,62	R\$ 2.470.344,62
00247	02.07.35.12.365.10101.20001. 02.282.0000.3.3.90.39	R\$ 4.900.000,00	R\$ 3.096.347,45	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00
00203	02.07.35.12.361.10101.20001. 05.220.0001.3.3.90.39	R\$ 2.050.000,00	R\$ 1.411.926,36	R\$ 1.330.876,96	R\$ 1.248.366,53
00249	02.07.35.12.365.10101.20001. 05.220.0001.3.3.90.39	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.491.494,29	R\$ 1.468.362,67	R\$ 1.462.891,77
00230	02.07.35.12.361.10101.20086. 01.110.0000.3.3.50.39	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00	R\$ 89.966,00
00231	02.07.35.12.361.10101.20086. 01.220.0000.3.3.50.39	R\$ 5.646.598,00	R\$ 5.501.386,00	R\$ 5.501.386,00	R\$ 5.501.386,00
00280	02.07.35.12.365.10101.20086. 01.210.0000.3.3.50.39	R\$ 8.667.492,00	R\$ 8.622.492,00	R\$ 8.622.492,00	R\$ 8.622.492,00
00291	02.07.35.12.367.10101.20086. 01.240.0000.3.3.50.39	R\$ 90.237,00	R\$ 90.236,50	R\$ 90.236,50	R\$ 90.236,50
TOTAL GERAL		R\$ 28.625.671,32	R\$ 23.605.920,99	R\$ 21.909.043,07	R\$ 21.821.063,74

Fonte: Divisão de Finanças e Orçamento da Secretaria Municipal de Educação

Juntamente a Planilha, o e-mail enviado reforçou que as dotações orçamentárias apresentadas em resposta ao Requerimento não abarcavam apenas despesas covid-19 e se tratavam de valores pagos até 31/12/2021.

Foi informado que a QSE é uma contribuição social, regulamentada pelas Leis Federais 9.424/1996 e 9.766/1998, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações para a educação básica pública. Já o FUNDEB, instituído pela EC 108/2020 e regulamentado pela Lei Federal 14.113/2020, é um instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Sendo que ambos são transferidos para contas específicas, abertas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE).

Também foram repassados, a título de subvenção social, por meio de Termos de Colaboração, entre a Secretaria de Educação e as Associações de Pais e Mestres (APMs), tendo como fonte os recursos do Tesouro, verbas para pequenas manutenções. Nesse item, assim como no anterior, foram mencionadas quatro dotações orçamentárias sem apresentar os respectivos valores, os quais foram motivo de consulta formal à respectiva Pasta (também disponibilizadas na planilha acima).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Foi explicado que os recursos repassados a título de subvenção não podem ser utilizados para reformas e grandes adequações das unidades escolares. As normativas que regulamentam esses repasses são a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal 48/2017. Refere que a Secretaria Municipal de Educação repassou uma parcela adicional no decorrer do exercício de 2021, com a finalidade de possibilitar que as Unidades Escolares cumprissem protocolos sanitários, como reposição de itens de higiene e de proteção individual e pequenas manutenções para melhora da ventilação dos ambientes.

Para que os recursos acima mencionados fossem repassados, havia a necessidade de as APMs firmarem um Termo de Colaboração com a Secretaria, por meio da apresentação de uma série de documentos que comprovam a sua regularidade perante os órgãos fiscais. Junto a isso, devia ser apresentado um Plano de Trabalho, com a discriminação de serviços e materiais que a unidade pretendia contratar ou adquirir com as verbas que seriam repassadas. O referido Plano passa pela avaliação de diferentes setores da Secretaria de Educação até a sua completa aprovação. Após firmar o Termo, as APMs devem realizar, no mínimo, três orçamentos, além de exigir a emissão de Nota Fiscal, recolher impostos, realizar o pagamento através de transferência eletrônica e prestar contas mensalmente para a Divisão de Parcerias e Convênios da Pasta.

Foi colocado em anexo a resposta do Requerimento a lista das escolas que receberam verbas para serem utilizadas nas adequações sanitárias para o enfrentamento da pandemia. Todos os valores apresentados já haviam sido pagos R\$1.992.000,00, entre junho e agosto/2021. Foram contemplados:

- 34 CEIs (Centro de Educação Infantil): com R\$17.000,00 para cada unidade escolar, totalizando R\$578.000,00;
- 41 EMEIs (Escola Municipal de Ensino Infantil): sendo que 35 Unidades escolares receberam R\$17.000,00 e 6 Unidades receberam R\$21.000,00, totalizando R\$721.000,00;
- 33 EMEFs (Escola Municipal de Ensino Fundamental): sendo que 5 Unidades escolares receberam R\$17.000,00, 21 Unidades receberam R\$21.000,00 e 6 Unidades receberam R\$25.000,00, totalizando R\$676.000,00; e
- 1 (um) Instituição Especial - Egydio Pedreschi: totalizando R\$17.000,00.
 - VERBAS PARA A FISCALIZAÇÃO GERAL

Segundo resposta do Ofício 40.2021, as verbas utilizadas para custear as horas extras da Fiscalização Geral foram oriundas do Município, advindas das verbas de empenho de combate à pandemia, sendo o pagamento realizado todo dia 20 de cada mês. Foram 18 servidores desta pasta que trabalharam em regime de horas extras, sendo realizadas, em média, 534 horas extras por mês (cerca de 30 horas extras/mês/servidor). Entretanto, essas verbas não foram mencionadas em resposta ao Requerimento 2860/2022, que solicitou

informações sobre todas as verbas destinadas ao enfrentamento à pandemia, de todas as pastas da Prefeitura.

Por outro lado, a afirmação sobre não ter havido verba federal e nem estadual para subsidiar de forma direta as ações da Fiscalização, corrobora as respostas aos Requerimentos enviados para a Prefeitura, nas quais a Fiscalização geral não constava entre as pastas contempladas com verbas-covid.

◦ VERBAS-COVID PARA A SAÚDE

Foi comentado sobre o valor total das Verbas covid-19, tendo sido recebido enquanto verba estadual e federal, R\$96.316.391,90, sendo utilizado R\$86.707.177,95, e havendo um saldo disponível de R\$9.609.213,95 (dados atualizados em 28/09/2021, durante a oitiva). Dados atualizados em abril/2022, pelo Requerimento 2860/2022, apontaram que o valor total destinado para a Saúde foi de R\$155.886.107,32, sendo as fontes e a distribuição descritas abaixo:

Fonte	Valor Total	Período do pagamento	Finalidade
Federal	R\$34.841.604,20	08/2020 - 01/2021	Folha de Pagamento
Estadual	R\$4.617.185,27	08/2020 03/2021 - 05/2021 08/2021 -01/2022	Leitos UTI e enfermaria covid-19
Federal	R\$81.870.436,98	06/2020 - 03/2022	
Municipal	R\$20.113,01	11/2021	
Federal	R\$850,00	06/2021	Material de divulgação para prevenção covid-19
Estadual	R\$1.289.811,84	09/2020 -03/2021 08/2021 - 09/2021	Medicamentos
Federal	R\$2.625.311,13	11/2020 - 02/2022	
Federal	R\$638.206,30	03/2021 10/2021 - 02/2022	Nefrologia - covid-19 - Procedimentos Ambulatoriais
Federal	R\$169.318,05	11/2021 - 04/2022	Odontologia - Equipamentos de Consultório



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Estadual	R\$1.260.234,37	07/2021 - 12/2021	Plantões vigilância: enfrentamento e vacinação
Federal	R\$8.893.365,68	06/2020 - 12/2020 07/2021 - 01/2022	
Estadual	R\$3.171.785,40	08/2020 05/2021 - 08/2021	Polo covid-19 e UPA
Estadual	R\$910,00	dezembro/2020	Rede de gases
Estadual	R\$906.773,65	06/2020 - 05/2021	Retaguarda - assistência e adequações
Federal	R\$192.623,21	07/2020	
Estadual	R\$28.800,00	05/2021	Samu
Federal	R\$5.909,89	03/2022	Saúde Mental - Manutenção veículo para atendimento paciente
Estadual	R\$75.662,07	06/2020 - 02/2021	Serviço telefônico Central covid-19
Estadual	R\$4.751.424,76	05/2020 - 04/2021 09/2021 - 10/2021 02/2022	Serviços/ materiais de consumo/ EPIs - Saúde
Federal	R\$3.610.397,54	07/2020 - 12/2020 03/2021 - 04/2022	
Municipal	R\$574.786,25	06/2021 04/2022	
Estadual	R\$859.647,23	10/2021 - 12/2021	Testes covid-19
Federal	R\$4.678.409,17	05/2020 - 12/2020 07/2021 - 09/2021 12/2021	
Municipal	R\$278.056,98	04/2020	
Estadual	R\$524.484,34	06/2020 - 09/2020	Transporte Sanitário - transporte de pacientes covid-19

Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Pode-se observar que a maior destinação de verbas na Secretaria da Saúde para o pagamento de Leitos covid (R\$86,5 milhões); seguido de Folha de Pagamento (R\$34,8

milhões); Plantões de Vigilância em Saúde (R\$10,1 milhões); Serviços, materiais e EPIs (R\$8,9 milhões); Testes covid (R\$5,8 milhões); Medicamentos (R\$3,9 milhões); Polo covid e UPA (R\$3,2 milhões); Hospital de retaguarda (R\$1,1 milhões); Procedimentos ambulatoriais de Nefrologia (R\$638 mil); Transporte sanitário para pacientes com covid (R\$524 mil); Equipamentos odontológicos (R\$169 mil); Serviço telefônico Central covid (R\$76 mil); SAMU (R\$29 mil); Transporte de pacientes de Saúde Mental (R\$6 mil); Rede de gases (R\$910) e, por fim, Material de divulgação para a Prevenção de covid (R\$850).



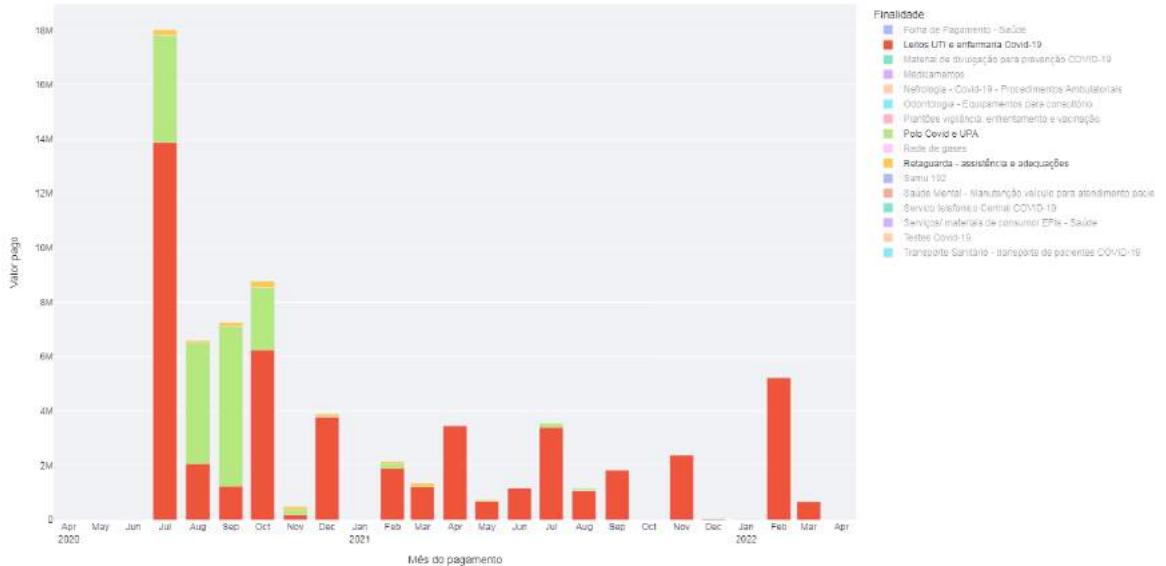
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Fernanda Bergamini Vicentine

Sobre a dinâmica do uso das Verbas-covid na Secretaria de Saúde, nota-se que o pagamento de Leitos de enfermaria e UTI covid se deu de forma continuada, durante todo o período analisado, sendo o maior aporte de pagamento em julho/2020 (R\$13,9 milhões), sendo que os valores pagos variaram, posteriormente, entre R\$6,2 milhões (outubro/2020) e R\$27 mil (janeiro/2022). As verbas pagas para o financiamento do Polo covid e UPA foram maiores entre julho e outubro/2020, chegando a R\$5,8 milhões em setembro/2020. Posteriormente, o pagamento deste serviço foi reduzido (R\$184 mil - novembro/2020), sendo feito de forma pontual em fevereiro, julho e agosto de 2021, com valores que variaram entre R\$184 mil a R\$75 mil. Para a adequação e a assistência realizada em Unidades de Retaguarda, foi destinado o pagamento de forma contínua, entre junho/2020 e maio/2021 (exceto o mês de janeiro/2021), sendo que os montante dos valores variaram entre R\$226 mil (outubro/2020) a R\$7 mil (junho/2020).



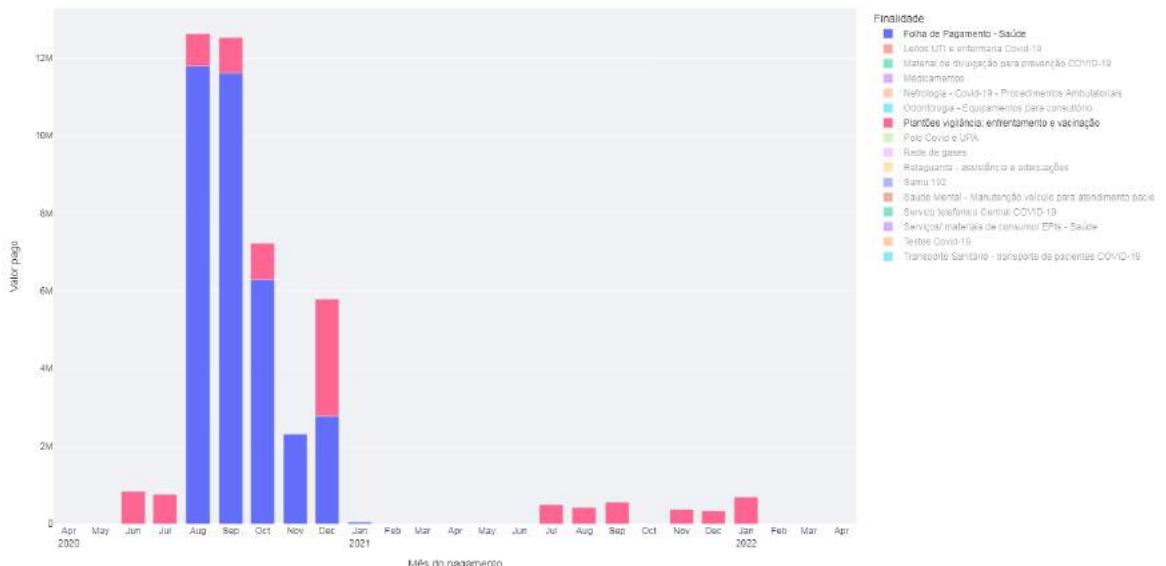
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



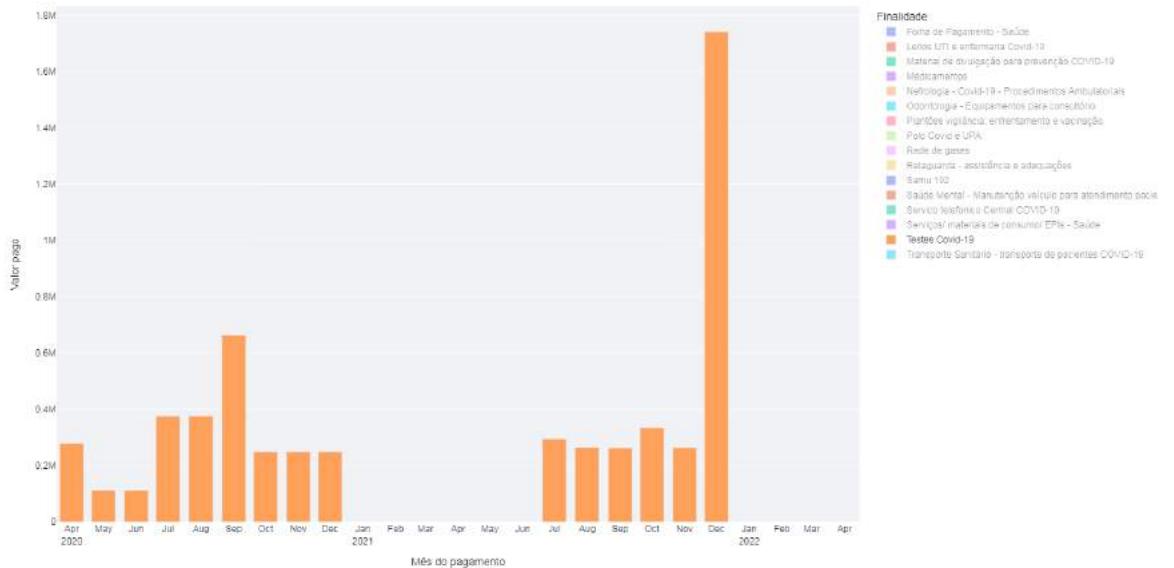
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Sobre a dinâmica de uso de verbas para Folha de Pagamento da Saúde, os pagamentos foram realizados entre agosto/2020 e janeiro/2021, variando de R\$11,8 milhões (agosto/2020) a R\$57 mil (janeiro/2021). Os Plantões de Vigilância em Saúde foram pagos em dois momentos, para o enfrentamento à pandemia e para auxiliar na vacinação, respectivamente, entre julho e dezembro/2020 (exceto novembro/2020) e julho/2021 a janeiro/2022 (exceto outubro/2021). Tendo os valores variados entre R\$3 milhões e R\$332 mil.



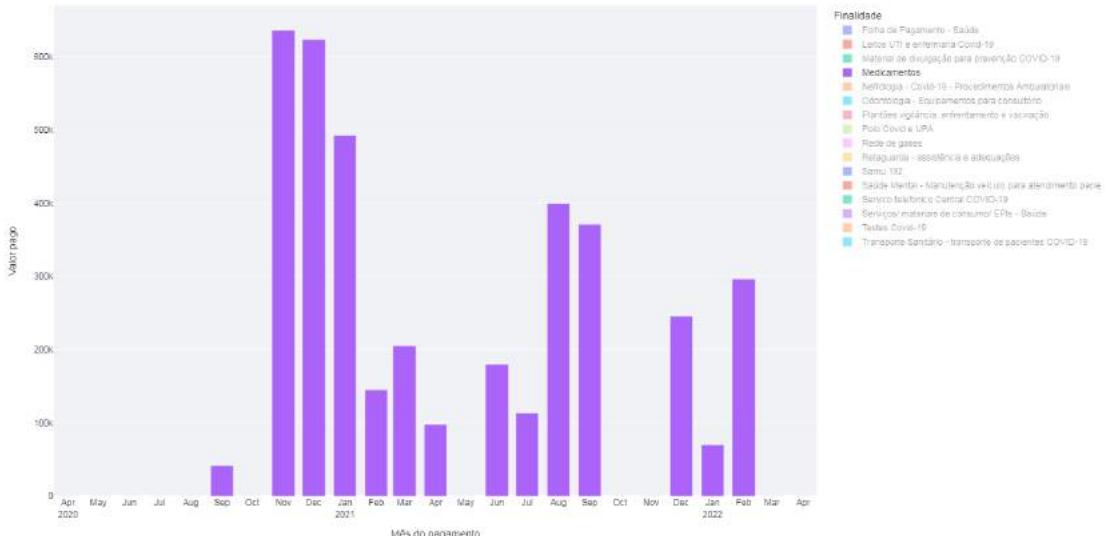
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O pagamento de Testes covid ocorreu de forma sistematizada entre abril e dezembro de 2020 e posteriormente entre julho e dezembro de 2021, sendo a variação de valores entre R\$111 mil (maio e junho/2020) e R\$1,7 milhões (dezembro/2021).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

O pagamento de Medicamentos ocorreu de forma contínua, entre setembro/2020 e fevereiro/2022 (exceto outubro/2020; maio, outubro e novembro/2021), sendo que os valores variaram entre R\$41 mil (setembro/2020) e R\$636 mil (novembro/2021).



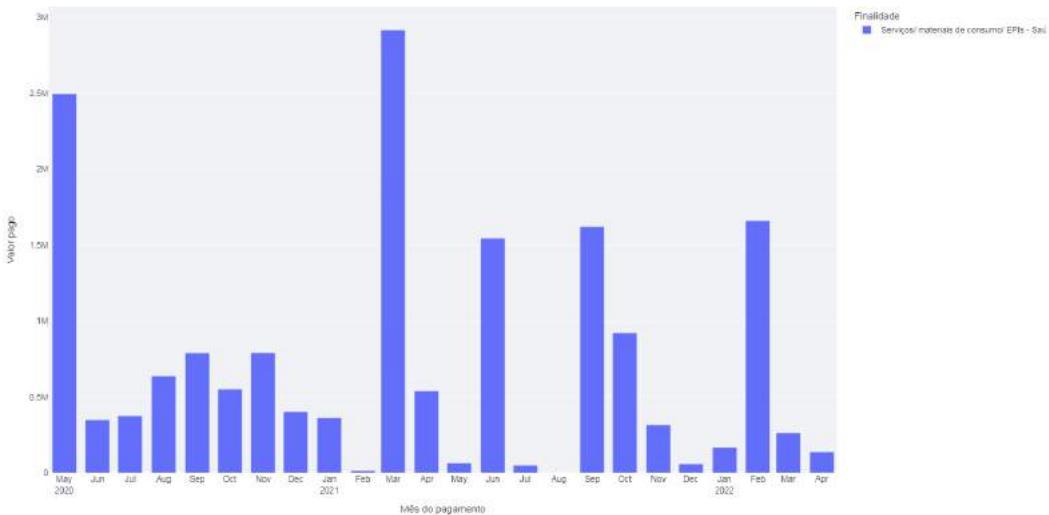
Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

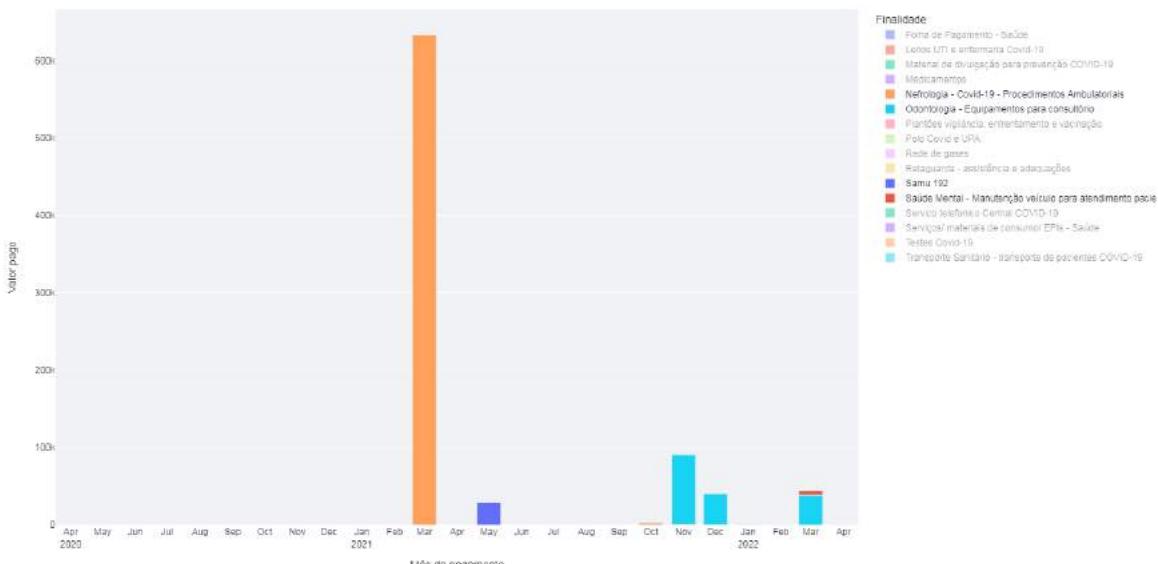
Estado de São Paulo

O pagamento de Serviços, materiais de consumo e EPIs pela Secretaria de Saúde foi feito de forma contínua entre maio/2020 e abril/2022 (exceto agosto/2021), tendo variado os valores entre R\$2,9 milhões (março/2021) e R\$15 mil (fevereiro/2021).



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

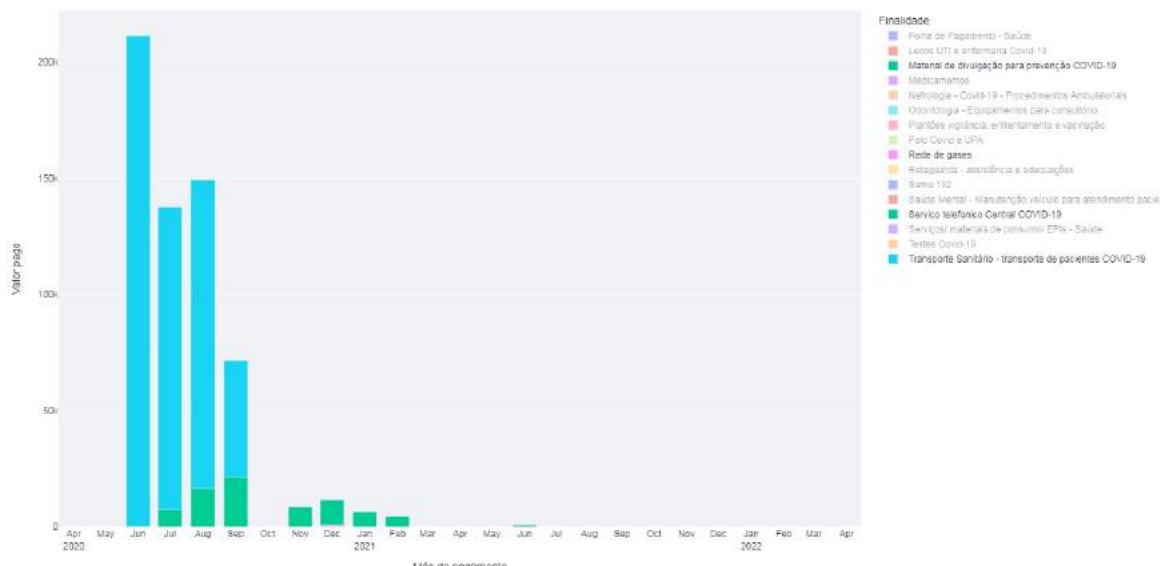
O pagamento de Procedimentos ambulatoriais de Nefrologia foi feito de forma descontinuada, majoritariamente em março/2021 e posteriormente, em valores pequenos, entre outubro/2021 e março/2022, sendo que os valores variaram entre R\$633 mil (março/2021) e R\$356 reais (em dezembro/2021 e janeiro/2022). O pagamento de Equipamentos odontológicos foi feito entre novembro/2021 e abril/2022 (exceto fevereiro/2022), sendo que os valores pagos variaram entre R\$90 mil (novembro/2021) e R\$685 reais (janeiro e abril/2022). O valor pago para a manutenção de veículo para o Transporte de pacientes de Saúde Mental (R\$6 mil) foi feito pontualmente, em março/2022.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Os pagamentos para o Transporte sanitário para pacientes com covid foram feitos entre junho e setembro/2020, sendo descontinuado posteriormente. Houve a variação de valores pagos entre R\$211 mil (junho/2020) e R\$50 mil (setembro/2020). Para o Serviço Telefônico - Central covid foram feitos pagamentos entre junho/2020 e fevereiro/2021 (exceto outubro/2020), sendo que a variação de valores pagos foi entre R\$21 mil (setembro/2020) e R\$ 61 reais (junho/2020).

Para o pagamento da Rede de gases, foi feito um único pagamento, em dezembro/2020, no valor de R\$910 reais e, por fim, o pagamento de Material de divulgação para a Prevenção de covid também foi feito em uma única parcela, em junho/2021, no valor de R\$850.



Fonte: Requerimento 2860/2022. Elaborado por: Mariane Barros Neiva; Ana Clara Mioto; Domingos Alves. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/> (Gráfico interativo)

Como o objetivo de comparar os gastos na saúde, em relação aos pontos mais críticos, de internação e testes-covid, com a evolução da pandemia, observou-se os dados do Boletim Epidemiológico da covid-19 em Ribeirão Preto, frente ao Calendário Epidemiológico do SINAN. Nota-se que as ondas de contágio se deram entre maio e outubro/2020 (pico em julho/2020); novembro/2020 e setembro/2021 (picos em janeiro/21, março/21 e maio/21); janeiro/2022 e fevereiro/2022 (pico no final de janeiro/2022); e abril/2022 e junho/2022 (pico em maio/2022). As internações acompanharam a subida do número de casos, sendo que o maior número de internações se deu entre julho/2020 e novembro/2020 (pico: agosto/2020); dezembro/2020 e setembro/2021 (picos: fevereiro/2021; abril/2021; maio-junho/2021); janeiro/2022 a fevereiro/2022 (Pico no final de janeiro/2022); e maio/2022 a junho/2022.

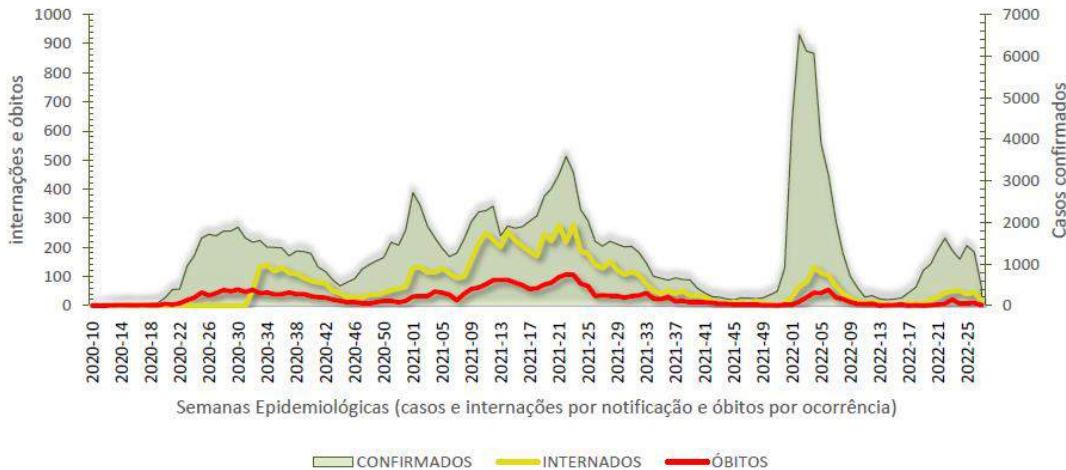


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Covid-19 em Ribeirão Preto SP por semana epidemiológica

Fonte: SIVE-SMS & SIVEP-Gripe



Fonte: [Relatório Epidemiológico Resumido de Indicadores para a Covid-19](#) - Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude787202207.pdf>

Nesse sentido, nota-se que o financiamento de leitos covid acompanhou as curvas de epidemiológicas da covid, sendo que o montante de recursos utilizados na primeira onda foi expressivamente maior que nas ondas subsequentes, tendo o sistema de saúde ficado sobrecarregado por um período de cerca de 10 meses com a segunda onda de casos e internações. Em relação ao pagamento com Polo covid, nota-se um aporte maior na primeira onda, sendo feito de maneira pontual na segunda onda e descontinuado em seguida. Sobre o pagamento dos testes para diagnóstico de covid, nota-se uma interrupção no pagamento entre janeiro e junho/2021, havendo a necessidade de maior aprofundamento para compreender se neste momento os kits foram fornecidos integralmente por entes supramunicipais (não havendo o repasse de verbas, mas sim de material) ou se o volume de verbas visualmente maior utilizado em dezembro/2021 foi feito de forma retroativa, para pagar os testes realizados neste período, uma vez que o convênio com a FIPASE esteve vigente até essa data (12/2021).

Chama a atenção a descontinuidade do pagamento do transporte sanitário, em especial após a primeira onda e o financiamento pontual e baixo na saúde mental (conserto de caro para transporte de pacientes de saúde mental), uma vez que a pandemia afetou drasticamente o emocional da população e a saúde mental teve um aumento significativo no número de mortes, quando comparado aos períodos pré-pandêmicos, conforme relatado em oitiva e observado no Relatório Anual de Gestão 2021 (RAG 2021).

Por fim, merece destaque o financiamento federal para material de prevenção da covid, feito apenas em junho/2021, com um valor pequeno, sendo que a prevenção foi um tema caro, em especial quando não havia a vacinação.

◦ VERBAS PARA O TRANSPORTE PÚBLICO

Tanto o PróUrbano como a Secretaria de Administração relataram não ter havido qualquer tipo de benefício fiscal ou "verba-covid-19" destinada para o transporte, nem vindas do ente estadual e nem federal, durante a Pandemia. A Secretaria de Administração explicou que como diminui a quantidade de passageiros, o repasse contratual para o PróUrbano também diminuiu. Chegou a operar com 80% da frota, transportando 40% de passageiros. Acredita que seja um problema nacional, a questão do déficit orçamentário no transporte público.

Apesar de não haver afirmações nas oitivas sobre a destinação de recursos covid para o transporte público e, em resposta aos Requerimentos 7502/2021 e 2860/2022, que solicitaram todas as verbas destinadas para o enfrentamento à Pandemia, não haver qualquer menção a verbas destinadas para essa finalidade. A Lei Municipal nº 14.571/2021, dispõe sobre "regime emergencial de subsídio financeiro ao serviço público de transporte coletivo do município, para os atos, procedimentos e manutenções que se fizerem necessárias, em razão da pandemia da covid-19". Essa Lei foi mencionada em oitiva e em resposta ao Ofício 20.2021, em razão de suas determinações sobre o funcionamento do transporte, porém não houve menção ao aporte mensal de até dois milhões, por até seis meses, e o aporte retroativo de até 5 milhões, para o **custeio operacional** do serviço, vinculada a queda de arrecadação devido a pandemia, totalizando (até) 17 milhões.

Sobre o déficit, segundo informações fornecidas pela PróUrbano e pela TRANSERP (em resposta ao 7500/2021), tem-se que houve uma queda de arrecadação no transporte público de 47,5% (Passando de R\$131.866.424,22 em 2019 para R\$69.280.022,60), havendo a indicação, por parte da do PróUrbano, de um prejuízo acumulado entre março/2020 e março/2021, de 48,5 milhões de reais, em contraposição ao que foi apresentado pela TRANSERP, de um prejuízo de 35,9 milhões de reais. Para embasar as afirmações do PróUrbano, foram enviados cerca de 60 documentos, dentre os quais estão diversas operações de crédito (emprestimos) com bancos diversos, além de aditivos a esses contratos bancários, mostrando o endividamento das empresas que compõem o Consórcio. Para embasar as afirmações da TRANSERP, foram apresentados cálculos operacionais, que consideraram a tarifa básica (R\$3,80); o número de passageiros equivalentes e a produção por quilometragem (IPK – Índice de Passageiro por Km); o custo operacional do Serviço (de R\$4,5357/Km para R\$5,0373/Km) e seus insumos (mão de obra, combustível, manutenção, conservação – conforme estabelecido em fórmula paramétrica para a atualização tarifária, previstas no contrato de concessão).

Ressalta-se que as contas do Consórcio PróUrbano estão em processo de auditoria, não sendo possível fazer qualquer tipo de afirmação sobre esse tema, para além de que o repasse feito para o PróUrbano não veio de qualquer normativa federal ou estadual para o enfrentamento à pandemia. Destaca-se que entre as verbas repassadas por portarias, federal e estadual, vieram com destinação vinculada, nesse sentido, os valores que entram nos Cofres Públicos não contaram com a possibilidade de redirecionamento de finalidade na



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

"regularidade da execução orçamentária", ou seja, não foi possível desviar sua finalidade de uso, a qual foi fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

◦ LEI COMPLEMENTAR 173/2020

Durante as oitivas foi mencionada a Lei Complementar 173/2020, a qual teve como objetivo entregar aos Estados, Municípios e Distrito Federal um auxílio financeiro para a aplicação no enfrentamento à pandemia, ela veio ao encontro da situação de emergência sobre a qual os entes infranacionais estavam passando naquele momento. Foi ressaltado que sem essa transferência de recursos do Governo Federal, frente a queda na arrecadação municipal no período referido, não haveria a possibilidade de atender a demandas das despesas obrigatórias, como o pagamento de servidores, educação, assistência social e outros.

A Lei Complementar contemplou tanto verbas de vinculação obrigatória, em seu inciso I (art.5º, LC 173/2020), destinadas para saúde e assistência social, como verbas de discricionariedade do município, em seu Inciso II (art.5º, LC 173/2020), ou seja, de uso definido pelo próprio município dentro dos limites permitidos pela própria lei. Em Ribeirão Preto, no entanto, a maior parte das verbas discricionárias foi destinada para a saúde.

Em consulta ao site "sisweb.tesouro.gov.br" e aos dados enviados pela Prefeitura (resposta ao Requerimento 2860/2022) foi possível verificar os valores repassados especificamente pela LC 173/2020. Sendo R\$78.664.025,05 no total, destes R\$10.040.008,87 no Inciso I (específico para saúde e assistência social) e R\$68.624.016,17 no Inciso II (de discricionariedade municipal). Dessa verba, foram utilizados R\$3.790.464,06 para a Assistência Social, R\$6.361.104,87 para a Saúde, tendo restado em caixa um valor de R\$46.069,98. Em relação ao Inciso II, foram utilizados R\$51.527.969,87 para a Saúde; R\$12.453.930,46 para o IPM; R\$2.488.193,38 para a Fazenda; R\$2.156.810,17 para a Assistência Social; e R\$25.000,00 para a Cultura, tendo restado em caixa uma valor de R\$41.338,82.

Segundo a resposta ao Requerimento 2860/2022, para a Cultura, o valor total destinado foi de R\$4.579.400,00, destes R\$4.213.700,00 repassados em 2020 via Lei Aldir Blanc, R\$25.000,00 via LC 173/2020 (Inciso II, Art.5º) e R\$4.700,00 de recursos próprios. Os demais R\$336.000,00 tiveram como fonte os recursos do Fundo Municipal, mobilizados em 2021. Para a Assistência Social, os repasses totais (Federal, Estadual e recurso próprio) em 2020 foram de R\$9.712.764,08, destes R\$5.947.247,23 da LC 173/2020 (somados Inciso I e II, Art.5º) e R\$10.079.200,00 (apenas de recursos próprios) em 2021. Para a Saúde foram repassados R\$123.145.716,83 em 2020, R\$30.532.390,49 em 2021 e R\$2.208.000,00 em 01/2022, somados repasses Federal, Estadual e recursos próprios. Destes, R\$51.527.969,87 vieram do inciso II e R\$6.361.104,87 vieram do Inciso I (LC 173/2020, Art.5º)

Por fim, a totalidade das verbas-covid para o IPM (R\$12.453.930,46) e para a Fazenda (R\$2.488.193,38), foram advindas da LC 173/2020 (Inciso II, art. 5º), utilizadas

apenas em 06/2020, para pagamento de Folha de Salário no primeiro caso e para recomposição do Fundo no segundo caso.

- **PROBLEMAS APONTADOS PARA O USO DAS VERBAS ADVINDAS DE RAPASSES FEDERAIS**

Foi comentado durante as oitivas que a Auditoria Municipal acompanhou a execução das verbas-covid, sendo que para acompanhar a execução das verbas, em si, contaram com o apoio da Secretaria da Fazenda, onde se localiza a Diretoria de Despesas. Os problemas elencados para o uso do dinheiro repassado pelas normativas estaduais e federais foram em relação à demora para depósito em caixa municipal, a necessidade de aguardar licitação, casos pontuais nos quais as verbas não foram utilizadas por dificuldade de entendimento no texto da lei e posterior falta de instrumentos institucionais para a prestação de contas.

Como forma de contribuir para a resolução de tais problemas, em alguns casos, utilizou-se de recursos próprios por não haver a possibilidade de espera do depósito. Tanto a Ouvidoria Geral quanto a Auditoria Geral chegaram a ligar para o Ministério e outros locais para saber sobre o uso das verbas e a prestação de contas. Caso não houvesse resposta em quatro ou cinco dias, havia novo contato. De forma geral, sempre que alguma Secretaria não conseguiu utilizar uma verba, a Controladoria Geral foi incumbida de fazer o registro e controle de todos os órgãos e entidades da administração pública. Foi mencionado ainda que houve a montagem de equipes internas na Saúde e na Assistência Social para buscar verbas. Além disso, a Secretaria de Saúde tem seu próprio órgão de controle interno, e neste caso a Controladoria Geral não detinha informações específicas sobre as dificuldades no uso do dinheiro para o enfrentamento à pandemia desta Pasta.

No caso da Saúde, de acordo com o Relatório de Gestão 2020, os casos de perinatal de 2020 (p. 95), há registros de que através da Portaria 2.222/2020, de 25 de agosto, houve uma verba transferida pelo governo federal, de 370 mil reais para apoio de pré-natal e puerpério durante a pandemia, entretanto esses recursos não foram gastos. Foi referido pelos representantes da Secretaria de Saúde que algumas portarias vieram sem uma definição específica e um detalhamento apropriado, sendo necessária a realização de estudos técnicos e, por isso, alguns recursos ficaram para serem utilizados no ano de 2021. O mesmo ocorreu com a Portaria Federal 2.994/2020 (29/outubro/2020) de 393 mil reais para atenção às pessoas com obesidade, diabetes e hipertensão, levando a Secretaria de Saúde a priorizar os casos graves.

No caso da saúde mental essa questão é ainda mais grave, dado o valor baixo do repasse para a área e a demora para que essa destinação ocorra. A Portaria Federal (n. 3.220/2020) data de 27 de novembro de 2020 e destinou apenas 189 mil reais para a Rede de Atenção Psicossocial, os quais não puderam também ser utilizados no mesmo ano. Essa falta de recursos deixa descoberto um setor importante para o enfrentamento da pandemia, haja vista que em 2020 houve um aumento significativo de mortes de pessoas com



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

esquizofrenia e foi mencionado pelo Coordenador de Saúde Mental estudos que demonstram que as pessoas acometidas por esquizofrenia são mais suscetíveis as causas mais graves de infecções por covid-19. Além disso, apesar de o número de óbitos por suicídio ter reduzido 10% em relação a 2019, fenômeno explicado pela literatura quando ocorre uma catástrofe, devido ao movimento de ajuda coletiva, uma comoção. Há a preocupação de que, após esses períodos de catástrofes, o número de suicídios tenha um aumento significativo. Esta pauta precisa ser objeto de atenção dos governos em todos os âmbitos da Federação.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas, a Secretaria Municipal da Saúde mencionou a existência de um lapso temporal entre a finalização do mês e o pagamento aos prestadores, devido à dependência da publicação em Diário Oficial da União (DOU) das respectivas portarias, com os referidos recursos e os prestadores, além de realização de Termo de Rerratificação nos instrumentos jurídicos de cada instituição conveniada ou contratada. Pontuou que as Portarias vêm sendo publicadas no DOU, em média, 15 dias após o fechamento de referência do gasto e, além disso, algumas portarias apresentaram alta especificidade para a utilização dos recursos, gerando dificuldades para a utilização dos recursos e a prestação de contas.

Além disso, a Vigilância recebeu verbas específicas, oriundas de portarias, que vieram “carimbadas” para algumas ações. A Portaria para as ações de Monitoramento e Rastreamento foi motivo de consultas ao Ministério da Saúde, outros municípios também tiveram dificuldades, pois, segundo a Diretora da Vigilância em Saúde:

“Infelizmente ela veio para ajudar, mas ela não foi redigida de uma maneira clara para o serviço e até a forma de comprovar a utilização do recurso na ação de rastreamento e monitoramento através dessa planilha (no e-SUS VE) ela vem tardivamente, depois de mais de 400 dias de enfrentamento que chega essa planilha”.

A forma como a portaria descreve a comprovação das ações de monitoramento e rastreamento seria “muito vaga”, a ponto de haver a necessidade de consultar o jurídico para compreender como comprovar essas ações no Sistema E-SUS VE, específico de Vigilância. Foi reforçado que a Planilha desse sistema foi colocada há pouco tempo, não sendo possível o Município alimentá-la com suas ações. A equipe da Vigilância ficou insegura sobre sua utilização, pois a qualquer momento poderiam ser chamados para prestar contas dessa verba.

De forma geral, para a saúde vieram aproximadamente 71 milhões de repasses (Federal e Estadual), sendo que desse montante, 23 milhões não foram utilizados em 2020 para efeito da pandemia. Do Governo Federal, as portarias vieram de um contexto não claro e objetivo em relação à utilização. O município se beneficiou na prorrogação do uso dessas

verbas, uma vez que, mesmo não tendo conseguido gastar cerca de 25% dessas em 2020, em 2021, até o momento da oitiva, o cenário estava mais promissor, restando no Fundo de Saúde apenas 9% das verbas Federais e Estaduais destinadas para o enfrentamento da pandemia.

Em resposta ao Requerimento 7502/2021, a SEMAS relatou que as dificuldades enfrentadas para o uso das verbas advindas de repasses supramunicipais, foi mencionado pela SEMAS a falta de parâmetros norteadores para o enfrentamento de uma pandemia, previamente estabelecidos, havendo a necessidade de elaborar um Plano de Ação, o qual foi submetido ao Conselho Municipal de Assistência Social para aprovação. Apenas após a anuência dessa instância de participação social, as ações propostas foram colocadas em prática.

Também foi mencionado que, pelo fato de o advento da pandemia ter sido inesperado, a disponibilização dos recursos Federais e Estaduais foi feita de forma agilizada, sem conseguir prever todos os regramentos de uso e prestação de contas, até mesmo a construção do sistema de prestação de contas foi tardio. Entretanto, o dinheiro advindo da esfera Estadual e Federal, em especial da LC 173/2020, foi gasto em sua quase totalidade. Dessa forma, reforçou-se o caráter emergencial e urgente com a qual as normativas foram elaboradas e compreendidas pelos municípios, no qual coube o papel do Tribunal de Contas e do Ministério Públco nessa orientação para a aplicação adequada dos recursos. Em especial, para o uso das verbas advindas da LC 173/2020, houve a emissão de diversos comunicados pelo Tribunal de Contas sobre a forma como deveria ser a contabilização dessas despesas.

• PROPOSIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Teve-se como objetivo elencar as proposituras formuladas pela Câmara durante o período de pandemia. A partir da compilação desses dados entende-se ser possível inferir alguns gargalos na execução das políticas públicas municipais, ainda mais quando triangulados com informações sobre a execução das políticas públicas e uso das verbas para o enfrentamento à pandemia. Uma vez que as propostas advindas do Parlamento, em grande parte, dialogam com as demandas da população, ou como assuntos que foram percebidos como importantes pelos Edis.

Para isso, foi elaborado um levantamento de proposições feitas pelos Vereadores, Vereadoras e Coletivos, entre março/2020 e novembro/2021, no sítio oficial da Câmara (<http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>), sendo utilizadas as seguintes palavras-chave para a busca: pandemia, coronavírus e covid-19. As normativas organizadas por tipo (Requerimento, Indicação e Projeto de Lei), data da propositura e categorizadas por assunto principal da ementa. Como limitação desse levantamento aponta-se para a impossibilidade



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

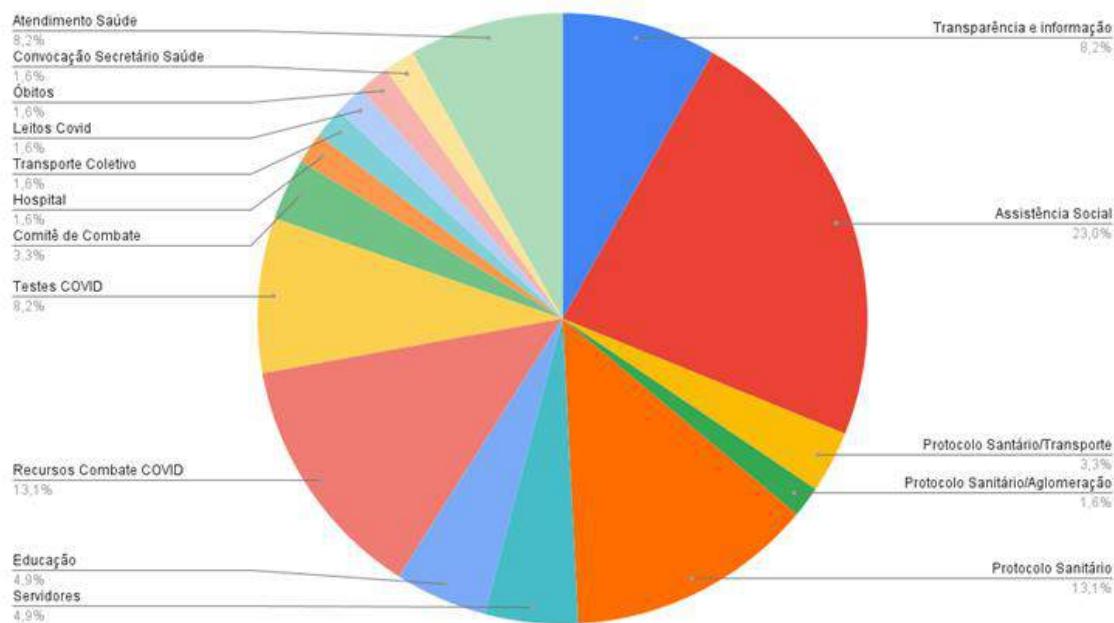
Estado de São Paulo

de contabilização de ofícios expedidos pelos Gabinete e pelas Comissões, por serem documentos de uso privativo. Não foi tema de análise as atas das reuniões realizadas neste período.

Sobre os Requerimentos de informações ou de ações ao Executivo, foram encontrados 290 documentos (60 em 2020 e 230 em 2021):

- Em 2020, os principais temas foram: Assistência Social (23%); Protocolo Sanitário (13,1%); Recursos de combate à covid-19 (13,1%); Teste covid-19 (8,2%); Atendimento em saúde (8,2%); Transparéncia e acesso à informação (8,2%). Temas que contabilizaram menos de 5% foram: educação (4,9%), servidores (4,9%); Comitê de Combate à pandemia (3,3%). Temas que contabilizaram 1,6% (cada), foram: Hospitais, transporte coletivo, leitos covid-19, óbitos e convocação do Secretário de saúde.

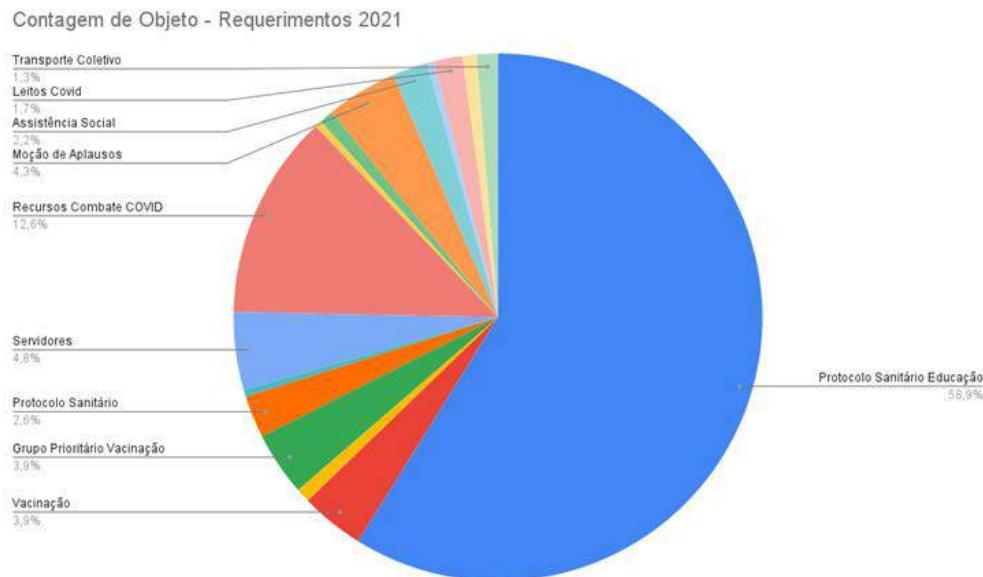
Contagem de Objeto - Requerimentos 2020



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena.

- Em 2021, os principais temas foram: Protocolos Sanitários na Educação (58,9%) e Recursos de Combate à covid-19 (12,6%). Contabilizaram menos de 5%: Servidores (4,8%); Moções de aplausos (4,3%); Vacinação (3,9%); Grupos prioritários para a

vacinação (3,9%); Protocolos Sanitários (2,6%); Assistência Social (2,2%); Leitos covid-19 (1,7%) e Transporte Coletivo (1,3%).



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena.

Sobre a proposição de Indicações ao Executivo: foram encontradas 91 indicações (30 de 2020 e 61 de 2021):

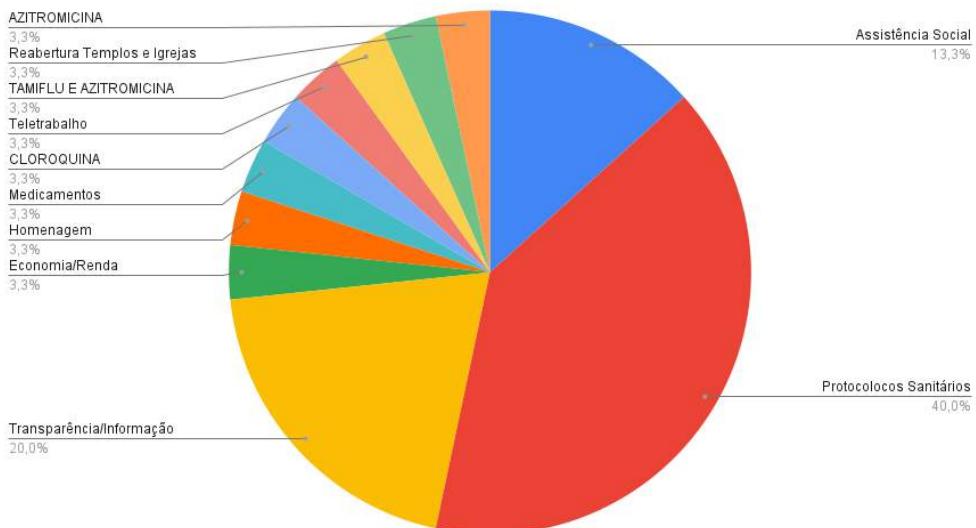
- Em 2020, os principais objetos de Indicação foram: Protocolo sanitário (40%); Transparéncia e Informação (20%) e Assistência Social (13,3%). Contabilizaram menos de 5%, os temas: Medicamentos do Kit-covid-19/tratamento precoce (3,3%); teletrabalho (3,3%); acesso à medicamentos (3,3%); economia e renda (3,3%); retorno de templos e igrejas (3,3%) e homenagens (3,3%).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

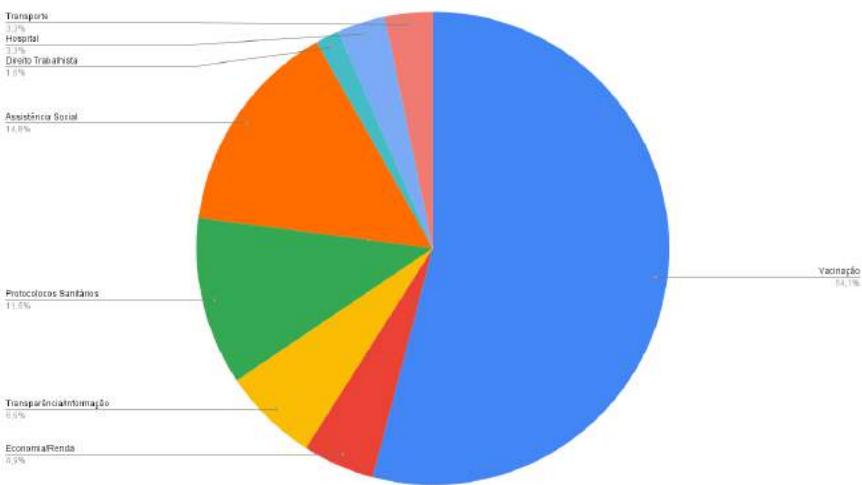
Contagem de Objeto - Indicações 2020



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena.

- Em 2021, os principais objetos de Indicação foram: Vacinação (54,1%); Assistência Social (14,8%); Protocolo sanitário (11,5%); Transparéncia e informação (6,6%). Contabilizaram menos de 5%: Economia e renda (4,9%); Transporte (3,3%); Hospitais (3,3%); Direitos trabalhistas (1,6%).

Contagem de Objeto - Indicações 2021

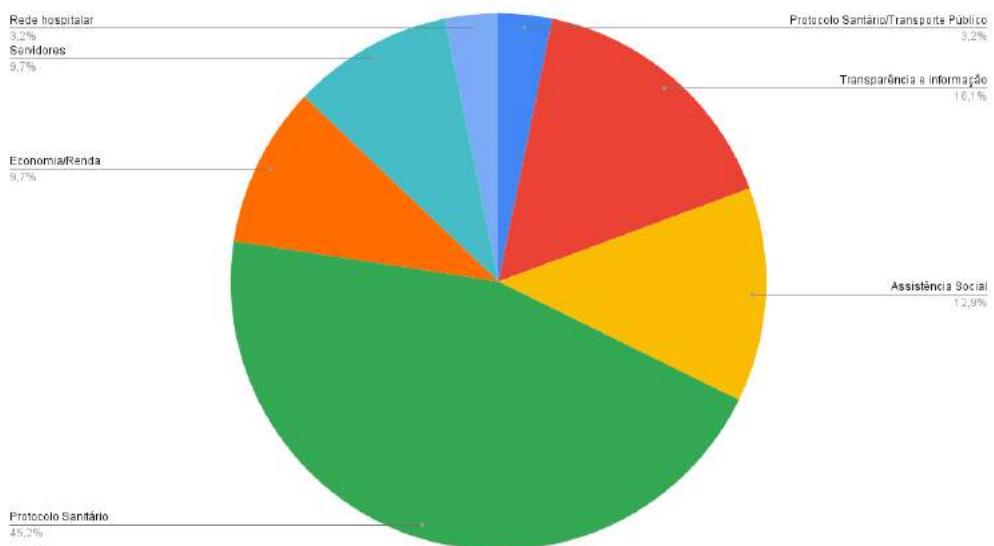


Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena

Sobre os Projetos de Lei: foram 61 projetos de Lei propostos entre 2020 (31 projetos) e 2021 (30 projetos):

- Em 2020, os principais temas abordados em Projetos de Lei foram: Protocolo sanitário (45,2%); Transparência e Informação (16,1%); Assistência Social (12,9%); Economia e renda (9,7%); Servidores (9,7%). Contabilizaram menos de 5%: Rede hospitalar (3,2%) e Protocolo sanitário no transporte público (3,2%).

Contagem de Objeto - Projetos de Lei/2020



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena

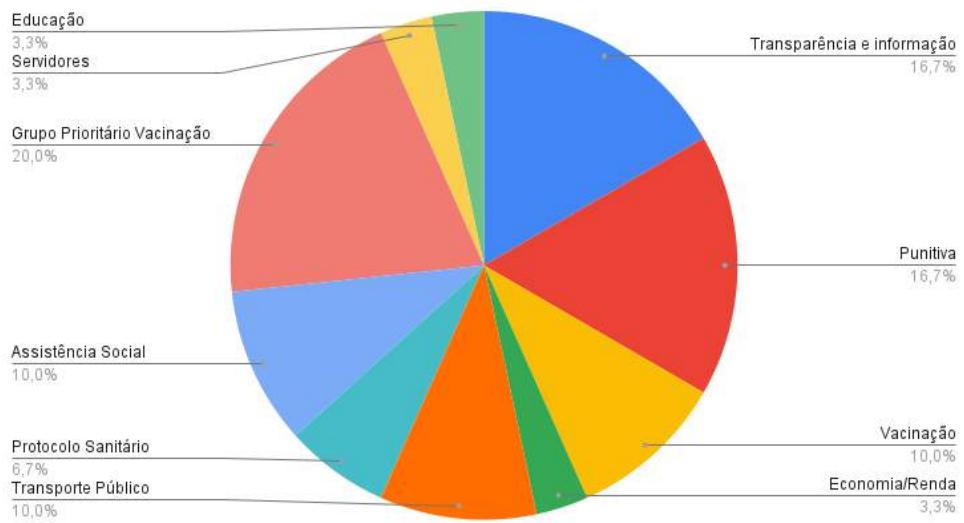
- Em 2021, os principais temas abordados em Projetos de Lei foram: Grupos prioritários para a vacinação (20%); Transparência e informação (16,7%); Punitivas (16,7% - instituições de multas e penalidades relacionadas ao descumprimento do protocolo sanitário e formas de burlar a vacinação); Assistência social (10%); Transporte Público (10%); Vacinação (10%); Protocolo sanitário (6,7%). Contabilizaram menos de 5%: Economia e renda (3,3%); Educação (3,3%) e Servidores (3,3%).



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

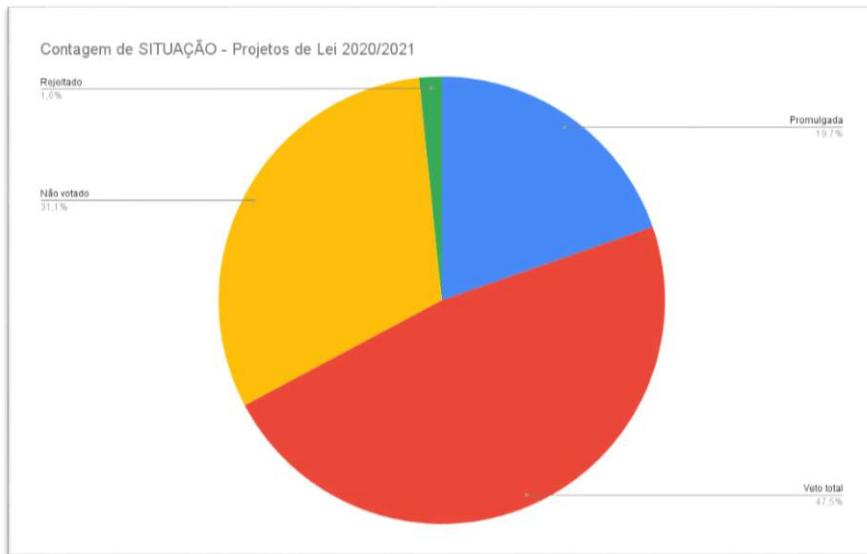
Estado de São Paulo

Contagem de Objeto - Projetos de Lei/2021



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena

Destas, no entanto, 47,5% (29 proposições), apesar de terem sido aprovadas pela Câmara, foram vetadas pelo Prefeito; 31,1% (19 proposições) não chegaram a ser votadas; 1,6% (uma proposição) foi rejeitada pelo plenário e apenas 19,7% (12 proposições) foram promulgadas, as quais versam sobre vacinação (4); transparência e informação (4); protocolo sanitário e transporte público (3); e penalidades para fraudes na vacinação (1).



Fonte: <http://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/>. Elaborado por: Thiago Scatena



DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução desta Comissão Especial de Estudos, bem como a elaboração deste Relatório, permitiram cumprir com o objetivo proposto, de compreender as prioridades do uso das verbas para o enfrentamento à Pandemia de covid-19. Ressalta-se que o anseio por essas informações era grande, tanto por parte da população, como por parte dos Nobres Edis, sendo que a requisição de informações pela Câmara sobre o uso de verbas foi recorrente entre as proposituras no período estudado. Apesar de ser um levantamento iniciado apenas no segundo semestre de 2021, quando a vacinação estava bem estabelecida e as atenções estavam se voltando para a retomada “pós-covid”, ressalta-se que o presente trabalho, no momento de sua publicização, é a única fonte estruturada e organizada, em linguagem acessível, sobre a utilização das verbas públicas para o enfrentamento à pandemia em Ribeirão Preto. Acrescenta-se a isso a publicidade dada a todas as informações sobre as verbas-covid, em formato de dados abertos e organizadas de uma forma que, atualmente, o Portal da Transparência não fornece, cruzando informações de Portarias, números de empenhos, datas de pagamento, valores pagos e finalidade de uso, em planilhas que facilitam a compreensão e o seu uso para esta e futuras análises. Essa disponibilização foi possível a partir da parceria com a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, via Centro de Informação e Informática em Saúde (CIIS), a qual também foi fundamental para a elaboração de gráficos interativos, que possibilitaram a análise dinâmica da utilização das verbas-covid. Todo esse material pode ser livremente acessado, por meio do site do CIIS-FMRP-USP, via link <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/gastos-publicos-ribeirao-preto/>.

Sobre os achados, foi questão consensual, em todas as pastas, que o número de trabalhadores, existentes e disponíveis (que não faziam parte do grupo de risco), foi insuficiente para o enfrentamento à pandemia, sendo esse um ponto crítico importante, dado o aumento da demanda em serviços de linha de frente ou considerados essenciais. Estes trabalhadores foram expostos tanto a maiores riscos de contágio pelo vírus, quanto à insatisfação da população frente a crise sanitária e econômica que se instalou, exacerbando os gargalos das políticas públicas, muitos já existentes, e aprofundados neste momento. Os setores utilizaram de pagamento de horas extras e plantões para tentar cobrir o aumento de demanda, uma vez que a contratação foi limitada pela legislação que declarou o Estado de calamidade pública.

A Política Pública que mais foi apontada como falha durante o enfrentamento à pandemia na Pasta da Assistência Social foi a Segurança Alimentar e Nutricional, com afirmações feitas por movimentos sociais, sindicato dos servidores municipais, Defensoria Pública e pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN). Essas afirmações corroboram os dados fornecidos pela SEMAS, no qual apontam a descontinuidade e oscilação na política de fornecimento e financiamento de cestas

básicas, tendo essa política iniciada com base em doações e arrecadações de alimentos e só depois financiada com verbas públicas, de forma descontinuada. Um serviço melhor estruturado para a distribuição de cestas começou a funcionar apenas em março de 2021 (sendo o serviço de telefonia 0800 implantado em abril/2021), um ano após o início da pandemia. Foi reafirmado por diversas vezes que **as ações da Prefeitura, apesar de terem existido, foram insuficientes e de difícil acesso**. Mesmo para quem conseguiu acessar esse benefício durante a pandemia, houve a **descontinuidade no recebimento de cestas a cada dois meses, em cumprimento ao protocolo do CACEM**. Esse achado ainda é mais grave quando associado ao relato de **pessoas que eram beneficiadas antes da pandemia e deixaram de receber a cesta por não se enquadrar nos novos critérios estabelecidos**.

As indicações do CONSEAM sobre a compra emergencial de alimentos da agricultura familiar como forma de política pública de segurança alimentar e, em contrapartida, de subsistência das famílias que vivem da agricultura, não foram acatadas pelo Executivo. Além disso, indica-se ao Executivo, urgentemente, a elaboração de uma Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional por parte da Prefeitura, como forma de identificar as famílias que estão sendo atingidas pela fome e, por diversas questões, não chegaram ou não foram contempladas pelas políticas de alimentação ou renda existentes atualmente. Reforça-se essa necessidade frente a afirmação da SEMAS que descreveu como meio de fazer busca ativa das pessoas em insegurança alimentar o relatório de ligações não atendidas no CACEM, por meio do ranqueamento dos números que mais tentaram entrar em contato com o referido serviço. Essa ação foi iniciada apenas em julho de 2021, após problemas técnicos na linha telefônica do CACEM.

A dificuldade de acesso às cestas básicas foi reforçada pelo **Relatório de Cestas Básicas** apresentado pela SEMAS, referente ao período de 23/03/2020 a 09/08/2021, que demonstrou um **quantitativo total de cestas doadas de cerca de 76 mil unidades**. Entretanto, apenas em números, segundo o PLHIS/2019 existia no município cerca de **50 mil pessoas em situação de moradia precária no período pré-pandemia, o que foi agravado pela crise econômica e sanitária**. Em relação aos **cadastrados no CadÚnico, foram informados a existência de cerca de 85 mil indivíduos cadastrados**, número que pode ser ainda maior tendo em vista as dificuldades relatadas para realizar o Cadastro neste sistema. Dessa forma, afirma-se mais uma vez que, **segundo os dados apresentados, houve uma insuficiência na política municipal de segurança nutricional e alimentar**. Pontua-se que havia a previsão de iniciar ao final de agosto/2021 a visita as comunidades por meio de um ônibus da SEMAS (SEMAS Móvel), que tem o objetivo compreender as necessidades dessa população.

O acesso a **Renda Emergencial** também foi um ponto deficitário na organização das Políticas Públicas, frente a demora e a descontinuidade do Executivo Federal, somado ao Programa Acolhe Ribeirão, que apesar de ter sido importante, foi **pontual e insuficiente**, frente às reais necessidades econômicas e à situação de desemprego. Além disso, a própria



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

forma de disponibilização do cadastro pela SEMAS, para o recebimento destes auxílios, foi apontado como dificultador do acesso a essa política.

Outra população em situação de vulnerabilidade que precisa ser melhor cuidada pelo Poder Público são as **pessoas em situação de rua**, que tiveram um aumento significativo durante a pandemia, amplamente noticiado pelas mídias e por entidades que trabalham com essa temática. Frente a falta de dados, indica-se ao Executivo a realização de um **de um Censo municipal sobre a população em situação de rua**. Durante o período estudado, havia a oferta de **apenas 12 vagas em abrigos para pessoas positivadas ou com sintomas de covid**, expondo esses indivíduos de forma mais significativa ao vírus ou à falta de cuidados. Sendo que a oferta de **alimentação para essas pessoas teve como base a demanda dos serviços de acolhimento, que sabidamente contam com um número de vagas limitado**.

Um ponto que não foi aprofundado por essa CEE, mas que merece um olhar cuidadoso por parte do Poder Público é a **estrutura dos Conselheiros Tutelares, precária antes da pandemia e que passou por sérias dificuldades para a realização do trabalho de forma remota por falta de infraestrutura**. Tais questões podem ter sido agravadas pelo orçamento executado em 2020, de cerca de 1,2 milhões de reais para os três conselhos tutelares (200 mil a menos que no ano de 2019). Neste sentido, indica-se ao Executivo a melhoria da estrutura física e das condições de trabalho dos Conselhos Tutelares.

Essas dificuldades apontadas na Pasta da Assistência Social também foram pontos recorrentes na atuação do Legislativo entre 2020 e 2021, estando presentes em 23% dos Requerimentos, em cerca de 14% das Indicações e 12% dos Projetos de Lei apresentados pela Câmara, dentre as matérias relacionadas ao enfrentamento à Pandemia.

Na **Pasta da Educação**, por meio da Ação Civil Pública (n. 0010213-84.2021.5.15.0067), de autoria dos Servidores Municipais, ficou reconhecido judicialmente que a **demora no retorno às aulas presenciais, no Município de Ribeirão Preto, foi devido à mora da Prefeitura em atender às condições sanitárias estabelecidas**. Além disso, houve apontamentos por parte do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato dos Servidores Municipais sobre a **falta de diálogo entre a gestão e o segmento dos professores, o não cumprimento da sugestão de retomada das aulas presenciais ainda em setembro/2020 com os alunos que compõem o oitavo e nono anos e da Educação de Jovens e Adultos**, por se tratar de alunos que poderiam seguir com mais facilidade os protocolos sanitários. O tema “**Protocolo sanitário na educação**” ocupou quase 60% dos Requerimentos elaborados pela Câmara no ano de 2021, em relação às matérias relacionadas ao enfrentamento à Pandemia.

Também foi apontada a **aquisição de cerca de 23 mil chips para os alunos do ensino fundamental, dos quais apenas cinco mil foram retirados e ativados**, sendo essa política

iniciada apenas em meados de abril/2021, mais de um ano após o início da pandemia e posterior o início do ano letivo. **Não foi mencionado qualquer levantamento feito pelo Executivo municipal para compreender a baixa procura pelos chips.** Não houve a oferta dos chips para alunos/familiares/professores de educação infantil. Desta forma, indica-se ao Executivo que seja dado publicidade ao uso dos chips e ao que foi feito com o material não utilizado.

Outro ponto importante na Educação foi a **falta de continuidade na distribuição de alimentação para os escolares, sendo a proposta de alimentação alterada por três vezes ao longo de um ano e meio**, o que pode ter gerado confusão e insegurança aos beneficiários desta política. A distribuição foi iniciada pelo fornecimento de cestas básicas (interrompida por conter itens proibidos na alimentação escolar), seguida pela distribuição de Kits menores de alimentos (descontinuado pelo valor baixo destinado para a aquisição dos Kits, sendo a verba advinda do Governo Federal e complementado pelo município - PNAE), em seguida optou-se pela distribuição de alimentação pronta nas escolas (marmitech), com uma média de 12 mil refeições diárias (não havia a certeza de continuidade dessa proposta no momento da oitiva, caso o ensino passasse para o formato híbrido).

A destinação de verbas-covid para o fundo do IPM acabou sendo um **ponto pacificado legalmente frente ao artigo 84 da Lei Complementar 1.012/2000**, que dispõe que no caso da ocorrência de insuficiência da capacidade financeira do Instituto, para liquidação dos benefícios, a responsabilidade pelo adimplemento da complementação do custeio será, entre outros, da Prefeitura Municipal. Entretanto, **pode-se questionar esse direcionamento de verbas, em termos de escolhas de políticas públicas, frente a tamanha carência de ações para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no Município**. Por outro lado, por se tratar de uma **política que integra a Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde)**, também pode ser vista como uma ação que contribuiu, em alguma medida, para a mitigação dos efeitos da pandemia.

Na **Fiscalização Geral**, um grande desafio durante a pandemia foi a falta de estrutura, física e de recursos humanos, sendo que a pasta contou **apenas com 18 fiscais para atender uma demanda grande, com um amplo leque de atuações dadas pelo Código de Posturas, diversas questões sociais e as novas questões emergentes pela crise sanitária**. A carência desta política Pública também foi alvo de inúmeras matérias elaboradas pelos Edis da Câmara Municipal para o enfrentamento à Pandemia, sendo o tema “Protocolos Sanitários” presente, no ano de 2020, em 13% dos Requerimentos, em 40% das Indicações e em 45,2% dos Projetos de Lei. Pelo exposto, indica-se ao Executivo a contratação de trabalhadores para atuar na Fiscalização Geral, bem como a destinação de verbas de forma regular, enquanto uma Política Pública, para manter e aprimorar a estrutura de trabalho desse órgão.

Na Pasta da Saúde, **a Prefeitura acertou em organizar os Polos covid, frente a limitação física dos hospitais para receber pacientes com covid**, os quais necessitavam de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

um cuidado especial devido à forma de transmissão da doença. A estruturação dessas unidades **possibilitou a manutenção de até 31 pacientes intubados, fora do ambiente hospitalar, no momento de maior crise sanitária** vivida pelo município. Entretanto aponta-se a existência de preocupações em se manter pacientes intubados fora do ambiente hospitalar e de questionamentos sobre as técnicas de intubação nestes espaços. A **reestruturação da Rede de Gases (oxigênio) de forma prévia à onda vivenciada em janeiro/2021**, foi importante para a manutenção da vida, sendo afirmado que nenhum paciente morreu por falta desse tipo de assistência, como ocorreu em Manaus/AM. A estruturação dessas Unidades de Saúde acabou sendo um **ganho para o Município, diferente dos "Hospitais de Campanha", que não representaram mudanças estruturais e permanentes nos serviços**. Não foi possível acessar os profissionais da linha de frente da Fundação Santa Lydia para compreender as questões de suporte para execução de seu trabalho. Acrescenta-se como ponto crítico a suspensão do uso da Classificação de Risco nos Polos covid.

Por outro lado, **a destinação de duas unidades de pronto atendimento (entre as cinco existentes) para a organização de Polos-covid, para atendimento exclusivo desta doença, sobrecarregou as demais unidades**, uma vez que os serviços apresentam limitação física para suprir a demanda, sendo insuficiente a compensação por meio de ampliação de recursos humanos. Essa sobrecarga ficou evidente nos **Relatórios de Gestão das UPAs, com aumento expressivo em determinados momentos do número de horas de espera para recebimento de atendimento**. Dessa forma, entende-se que o atendimento de pacientes não covid foi prejudicado pela sobrecarga no sistema de saúde.

A **reorganização dos leitos hospitalares**, em parceria com os Hospitais Santa Lydia, Beneficência e Santa Casa, **para atendimento covid**, e do Hospital de retaguarda Francisco de Assis, para seguimento breve de pacientes após internação por covid, foi de extrema importância para auxiliar na demanda por esse tipo de cuidado. Essa Política foi a **destinatária do maior volume de verbas para o enfrentamento à pandemia, tendo sido continuada e intensificada nos períodos de aumento das curvas epidemiológicas de transmissão da covid**. Sendo que houve uma **ampliação de UTI covid-19**, sendo esse número flutuante, de acordo com a demanda. Os leitos não permaneceram abertos por tempo indeterminado frente ao grande dispêndio financeiro e de recursos humanos necessários para se considerar que um leito encontra-se “aberto/disponível” para o recebimento de pacientes. Foi reforçado que **houve auditoria, por parte da Prefeitura, de todos os prontuários de internações covid**.

Sobre os **Testes covid**, segundo relatos apresentados, houve dificuldade de manejo inicialmente por **falta de disponibilização de insumos, em âmbito global, e por falta de estrutura municipal prévia para o processamento do grande número de testes PCR** (tecnologia que não compõe o rol de procedimentos executados pelos Laboratórios da Rede Básica). Dado essa realidade, foram feitas parcerias desde março/2020 com diferentes

instituições, como o Instituto Adolf Lutz, a FIPASE, a FIOCRUZ e o Hemocentro. Outra forma de realização do teste de covid-19 foi por meio do teste rápido sorológico (vindos do Ministério da Saúde), em uma única remessa e depois descontinuada por parte do Governo Federal. Além da adequação da capacidade de processamento dos testes, **a logística da coleta também foi mencionada como uma questão desafiadora.** Desta forma, **a menos que houvesse estrutura laboratorial suficiente ou um volume muito maior de recursos financeiros destinados à adequação destes espaços, não haveria a possibilidade de ampliação da testagem para pessoas assintomáticas** para o acompanhamento do número de pessoas contaminadas, como preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Trata-se de uma tema caro, uma vez que **os posicionamentos sobre a testagem em massa foram divergentes e desencorajados pelo Governo Federal, tanto em seus posicionamentos políticos, como em promulgação de orientações para a testagem apenas de sintomáticos e em relação ao quantitativo de verbas destinadas para esta finalidade.** Sendo aparentemente inviável para o Município, em termos financeiros e de estrutura logística, arcar sozinho com a testagem em massa frente às inúmeras demandas decorrentes da crise sanitária e econômica.

Sobre a **Vacinação contra a covid**, ficou evidente o esforço realizado pela Secretaria de Saúde para que todas as vacinas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde chegassem o mais rápido possível ao braço da população. Entretanto, contaram com diversos contratemplos, como o número reduzido de doses no início da campanha, a falta de um planejamento federal para a entrega das doses, a necessidade de trabalhar de forma reativa a chegada das doses para possibilitar a abertura dos agendamentos, distribuir as vacinas e organizar as equipes de saúde para sua aplicação. **Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a campanha de vacinação foi exitosa** e alcançou o número de cobertura desejado, sendo o impacto dessa medida visível na redução do número de mortes nas faixas etárias mais vulneráveis à doença, sendo que essa pode ser considerada uma das prioridades do Executivo Municipal. Exalta-se ainda que, se o Governo Federal tivesse investido na compra antecipada de vacinas, muitas vidas poderiam ter sido preservadas. Considera-se, entretanto, que **faltou maior transparência em relação às dificuldades enfrentadas pelo Executivo frente à limitação advinda da instância Federal**, visto que o tema vacinação ocupou 77% dos registros feitos pela Ouvidoria em 2021, sendo que a oferta de informações foi suficiente para acalmar as pessoas e a maior parte dos registros não chegou ser classificado como queixa, demonstrando a compreensão da população em relação aos problemas estruturais enfrentados.

Assim como ocorreu com a Fiscalização, a **Vigilância em Saúde** teve seu trabalho amplamente aumentado sem a contratação de recursos humanos. Conforme relatado, as ações da Vigilância Epidemiológica iniciaram em fevereiro/2020, antes de haver transmissão comunitária, entretanto esta ação logo chegou ao seu limite, frente ao crescente número de casos simultâneos. A Vigilância é um **ponto essencial para a compreensão da dinâmica do vírus, sendo que o não aumento no número de profissionais neste setor pode**



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ter gerado desafios adicionais à operacionalização do serviço, além da sobrecarga de seus trabalhadores.

Outro aspecto levantado foi a **emergência em retomar o agendamento na Atenção Básica**, com ampla oferta de vagas e com a realização de busca ativa das pessoas com comorbidades ou agravos em saúde que acabaram sendo negligências frente a sobrecarga do sistema e o medo dos usuários em buscar este serviço. Essa dificuldade para a realização de agendamentos também pode ser visualizada no Relatório da Ouvidoria do SUS. Desta forma, e considerando a atual cobertura de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família, indica-se ao Executivo melhora na organização da agenda dessas unidades, com objetivo de facilitar o acesso dos usuários às consultas, bem como ampliar a cobertura desse nível de atenção no Município.

Um outro ponto carente de destinação de verbas foi a **Saúde Mental**, apesar de **amplamente reconhecidos os impactos psicológicos gerados pela pandemia**, essa área **não foi alvo de investimentos** por nenhuma instância do Executivo (Federal, Estadual ou Municipal). Desta forma, indica-se ao Executivo, urgentemente, o investimento em Saúde Mental, com ampliação do número de CAPS e da estratégia de matriacimento das unidades da Atenção Básica.

O **Conselho Municipal de Saúde**, instância que deveria servir de espaço para discutir a política pública de saúde e sua condução no âmbito municipal, se mostrou pouco colaborativo ao levantamento de dados feito por esta CEE, não comparecendo em oitivas. Além disso, segundo as atas disponíveis no Site da Oficial da Prefeitura, pode-se notar que **os usuários e os trabalhadores de saúde tiveram baixíssima inserção de pautas sobre a vivência deste segmentos durante a pandemia**, sendo que as poucas pautas inseridas pela Gestão tiveram cunho mais burocrático. A **Comissão Interna do CMS, criada em julho/2020, para tratar especificamente da pandemia, não havia se reunido até o final de 2021**. É possível notar a **desconexão desse órgão em relação a real necessidade da população** quando, além dos fatos apontados, este Conselho aprovou por unanimidade o fechamento de um pronto atendimento (UBDS Central) em meio a pandemia de covid, questão essa amplamente criticada pela população e pela mídia local.

Ainda nesse sentido, o apontamento da **carência de espaços para a participação social** na construção de protocolos sanitários e a organização da estrutura dos serviços públicos e da economia foi recorrente nas oitivas. Neste sentido, indica-se ao Executivo a ampliação de espaços de Participação Social na cidade para a retomada pós-covid e para a posteridade.

O **Transporte Público** foi outro tema caro ao município, tendo em vista a necessidade de deslocamento dos trabalhadores, inclusive os de serviços essenciais, durante toda a pandemia, que contou com poucos dias de *lockdown*. Apesar do Consórcio

PróUrbano afirmar ter seguido todos os protocolos sanitários, foram aplicadas mais de 400 autuações pela TRANSERP, destas 15% por descumprimento de alguma medida que pode ter interferido na dinâmica de espalhamento do vírus pela cidade. O não cumprimento de protocolos sanitários no Transporte Público chegou a ser tema recorrente na Câmara no ano de 2020, ocupando 45% dos Projetos de Lei, 40% das Indicações e 13% de Requerimentos, relacionados à Pandemia.

Foi possível identificar que, mesmo com as dificuldades relatadas para o uso de verbas de algumas **portarias federais**, havendo cerca de 25% deste repasse não utilizados ao final de 2020, esses **repasses foram responsáveis pelo maior aporte financeiro para o pagamento das ações de enfrentamento à Pandemia entre junho e dezembro de 2020**. Esse montante objetivou **compensar a queda na arrecadação dos municípios**, sendo que Ribeirão Preto teve uma queda de mais de 50 milhões no referido ano. Porém, estas verbas foram **repassadas em volumes muito menores para o enfrentamento das outras três ondas de covid, sobrepondo as finanças municipais**. Destaca-se que a verba federal também advém do recolhimento de impostos e tributos pagos por todos, sendo que esses repasses, reconhecidamente importantes para manutenção dos serviços essenciais, deveriam ter sido continuados, face a necessidade de preservação da vida e manutenção da economia.

As verbas para o enfrentamento à Pandemia, oriundas de portarias e outras normativas, caíram em contas específicas, chamadas de verbas "carimbadas", sendo que o dinheiro pode ser utilizado apenas para a finalidade definida pelo texto legal. Exceto as verbas advindas do Inciso II, art. 5o, da LC 173/2020, cuja discricionariedade foi do município. Ressalta-se que a **Unidade Regional do Tribunal de Contas concluiu que não foram identificados desvios de finalidade desses recursos**.

O setor Saúde foi destinatário de cerca de 80% de todas as verbas-covid-19, seguido da Assistência Social (10%) e do fundo de recomposição do IPM (6,4%). A pasta da Cultura recebeu 2,3% das verbas e a Fazenda 1,3%. Sendo que **a política pública de Saúde foi a que teve maior continuidade no seu financiamento**, seguida da Assistência Social. A **Cultura teve um aporte financeiro descontínuo e irregular**, e houve a utilização de verba-covid de discricionariedade municipal (Inciso II, art.5o, LC173/2020), de maneira pontual, na pasta da Fazenda (Folha de Pagamento) e para o Fundo do IPM. Apesar de não ter sido afirmado, há informações fornecidas durante as oitivas e em resposta a Requerimentos que deixam a entender que houve verbas municipais de enfrentamento à Pandemia tanto para a Educação (aquisição de chips para o ensino remoto), quanto para a Fiscalização Geral (Pagamento de horas extras) e para o Transporte Público (subsídio financeiro emergencial em razão da pandemia de covid).

Destaca-se que a **falta de diálogo do Poder Público com a população, com os trabalhadores e com os setores afetados pela crise sanitária**, bem como a **falta de transparência na organização das ações e do uso das verbas para o enfrentamento à Pandemia gerou inúmeros questionamentos**, inclusive sendo **tema recorrente de matérias**



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

legislativas e a causa para a estruturação desta CEE, que finaliza seu trabalho com a publicação deste Relatório. Entretanto, o trabalho de fiscalização e proposição exercido pela Câmara seguirá, frente a esta e a todas as outras pautas de relevância pública.

Vereador Marcos Papa
Relator

Vereador Zerbinato
Presidente

Vereadora Duda Hidalgo
Vice-presidente

Coletivo Popular Judeti Zilli
Membro

Vereador Lincoln Fernandes
Membro



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO I

RESPOSTA OFÍCIO 14.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - REDE EMANCIPA



Ribeirão Preto, SP, 18 de agosto de 2021.

Exmo. Sr. Vereador Zerbinato,

Em atenção à solicitação realizada através do Ofício nº 14.2021 da CEE da COVID-19, esclarecemos o que segue:

1-A Rede Emancipa e a Campanha “Solidariedade Ativa”

A Rede Emancipa é um movimento social de educação popular que teve sua origem em 2007, focando principalmente na organização de cursinhos populares para atender a demanda represada de estudantes de escolas públicas pelo acesso ao ensino superior.

Em Ribeirão Preto a construção do movimento teve início no segundo semestre de 2019, a priori com iniciativas de formação, porém, no momento da formalização do cursinho, houve o advento da pandemia da COVID-19, que impôs uma reformulação das relações sociais, mediante, principalmente, a potencialização das contradições socioeconômicas e das desigualdades sociais, determinando uma nova postura na construção dos nossos trabalhos.

Com a pandemia e a quarentena implementada em 03-2020, a realização das atividades previstas no planejamento anterior ficou impossibilitada, e nos deparamos com demandas pontuais, como a sobrevivência das periferias em meio à ausência de políticas públicas, aumento do desemprego e a diminuição de espaços possíveis para os trabalhadores autônomos atuarem.

Portanto, focamos nossos esforços para pensar nossa atuação neste cenário em forma de Solidariedade Ativa, que no seu primeiro momento teve o formato de auxiliar a construção e manutenção de cozinhas comunitárias no Núcleo Vida Nova e na Comunidade da Paz, e ainda hoje prossegue atuando na Comunidade Vila União.

2- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ribeirão Preto (COMSEAN RP)



Para além da atuação direta nas periferias, e considerando os relatos e percepções que tivemos a partir dessas vivências, a Rede Emancipa considerou que seria importante apresentar candidatura para representação da sociedade civil na eleição do COMSEAN.

Indicou, então, a Sra. Ana Carolina Castro Luz Buzato, que foi eleita e tomou posse em 30-07-2020, vindo a assumir também o cargo de segunda secretaria, compondo a mesa diretora do conselho.

Sua atuação no referido conselho teve como principal questão a situação de insegurança alimentar na cidade e a insuficiência das ações realizadas pela prefeitura, o que foi por ela levantado em sua primeira reunião como conselheira. Como consequência houve a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico sobre o tema.

3-Grupo de Trabalho (GT)

Em reunião ordinária realizada pelo conselho em 11-09-2020 foi delegada a tarefa para coordenação dos trabalhos do GT à conselheira Ana Carolina, contando também o grupo com a participação de: Neusa Paviato, Marcelo Domingos, Bianca, Joaquim, Alessandra, Pascoal, Antônio Bovino, João Rissato, Mariângela e Amanda Guedes.

Esses foram os fundamentos para criação do GT:

- A criação do GT surgiu dos relatos que alguns movimentos sociais receberam de que muitas pessoas não receberam as cestas doadas pela prefeitura;
- Surgiram questões sobre a composição das cestas, necessidade de alimentos mais saudáveis, menos industrializados, estudar cidades/municípios onde já há parceria entre poder público e pequenos agricultores;
- Ponderação sobre o fato de que a segurança alimentar traz mais questões que o acesso a alimentação em si, traz questões como a própria moradia. O poder público exige requisitos que grande parte da população vulnerável não tem (ex: endereço, acesso ao bolsa família, etc);
- Necessidade de entender melhor qual a política pública adotada pela prefeitura na distribuição de cestas (qual a verba destinada para isso, como foi realizada a distribuição, quais os critérios, etc);



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



- Informação de que entidades (ex.: casas espíritas, entre outras) não têm ao certo para onde foram destinados os alimentos doados.

Principais objetivos do GT:

- Mapear informações sobre a insegurança alimentar e nutricional no município de Ribeirão Preto;
- Acompanhar todas as ações executadas pelo Executivo Municipal sobre a distribuição de alimentos;
- Identificar e interagir com todas as iniciativas privadas que promovam a distribuição de alimentos no município de Ribeirão Preto.

Foram estabelecidas as seguintes tarefas para atingir os objetivos pretendidos:

- Verificar a existência do Mapa SAN atualizado/respondido pela Prefeitura;
- Buscar informações existentes no SISVAN;
- Levantar junto a Prefeitura o número de famílias beneficiárias de CESTAS e o critério para inclusão no cadastro;
- Buscar junto as lideranças comunitárias informações sobre a insegurança alimentar e nutricional. Acompanhar as publicações do Portal da Transparência da Prefeitura;
- Identificar a legislação em todas as esferas de poder, específicas sobre distribuição de alimentos;
- Interagir com o MESA BRASIL;
- Identificar e interagir as entidades do terceiro setor que fazem distribuição de alimentos;
- Identificar e interagir iniciativas particulares (relevantes) de distribuição de alimentos.

4-Ações práticas do GT

A Sra. Ana Carolina atuou no COMSEAN e no referido GT até 08-07-2021, período no qual acompanhou as seguintes ações:



- Envio de ofícios para Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Educação, e Secretaria de Planejamento e Gestão Pública;
- Visita às comunidades/assentamentos precários/ocupações de Ribeirão Preto para levantamento do número de famílias e para obter informações sobre as ações de distribuição de alimentos/auxílio emergencial pela prefeitura;
- Elaboração de formulário https://docs.google.com/forms/d/1t9_JZLwoBTXx8bwSjWmFF4AST7ZHS8ZXcG8DNhNBetQ/edit visando identificar e interagir com entidades do terceiro setor e movimentos sociais que fazem distribuição de alimentos.

5-Dados levantados e mencionados na reunião da CEE-COVID-19

A Sra. Ana Carolina visitou pessoalmente 66 comunidades, as quais totalizam 9.551 famílias.

Existem ainda cerca de 18 famílias organizadas pela União dos Movimentos de Moradia, as quais não foram por ela visitadas, pois quem se encarregou desse levantamento foi a Sra. Neusa Paviato, que tem contato com o coordenador estadual da UMM, Sr. Mauro. De acordo com os dados que foram passados pela Secretaria de Planejamento, as comunidades da UMM possuem cerca de 3.395 famílias.

Da relação passada pela Secretaria de Planejamento a Sra. Ana Carolina não localizou 34 comunidades.

Estas são as principais dificuldades encontradas pela população em situação de vulnerabilidade social com relação ao acesso às ações de distribuição de alimentos/auxílio emergencial que estão sendo realizadas pela prefeitura:

- Ausência de documentos (ex.: CPF, RG, comprovante de residência, etc) que possibilitem realizar o cadastro no CadÚnico e no CACEM (o município não promove visitas domiciliares periódicas às famílias de baixa renda para fazer o cadastramento como deveria ser);
- Tentativa de contato no CACEM sem sucesso (ligam no número de telefone indicado e não são atendidos);



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



- Tentativa infrutífera de atualizar o CadÚnico desde o início da pandemia em 2020 (no início da pandemia não estavam atendendo presencialmente, depois o agendamento está sendo feito por telefone, mas nunca dá certo de agendar, dizem sempre que já foi encerrado, informações contraditórias e incertas pelo poder público), o que inclusive prejudicou o cadastro para percepção do auxílio emergencial municipal;
- Auxílio emergencial em valor muito baixo;
- Tentativa de contato presencialmente na SEMAS sem sucesso (são informados de que o atendimento é só através do telefone do CACEM);
- Dificuldade tecnológica (não possuem celular, internet, etc);
- Desconhecimento das ações realizadas pela prefeitura e de como proceder (nem todas as famílias/pessoas estão cadastradas no CRAS ou no SUS);
- Atendimentos realizados com descaso (não são passadas informações corretas, não há orientação, há discriminação, etc);
- Entrega de cestas em quantidade inferior ao número de famílias da comunidade, o que gera conflito, pois em muitos locais todos estão precisando. O mesmo ocorre quando algumas comunidades são privilegiadas na entrega de cestas em detrimento de outras, ao invés de criar espírito de solidariedade entre elas, cria desavença, animosidade;
- Entrega de cestas por período muito pequeno (2 meses), ou seja, ainda que o município possuisse os dados corretos sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social, a ação proposta pelo município não atende a necessidade dessa população, é insuficiente);
- Mudança no critério de quem tem direito a receber cestas básicas: relato de pessoas que recebiam cestas pelo CRAS, e que deixaram de receber, porque, por exemplo, não tem criança em casa;
- Entrega de marmitas nas escolas: dificuldade pela distância entre outros impedimentos (horário de trabalho, ter mais de um filho pequeno e não ter com sair com as crianças ou ter com quem deixar, etc).

Observou-se ainda que: a maioria das comunidades não teve acesso ao Edital do programa NutriAção, que nem todas as comunidades são organizadas e possuem



liderança que as represente, e que muitas lideranças são cooptadas e deixam de defender o real interesse e a necessidade das pessoas que vivem nas comunidades.

6-Anexos e outros esclarecimentos

Encaminho junto a este ofício, os seguintes documentos:

- Ofícios encaminhados para Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Educação, e Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, e as respectivas respostas. Não houve resposta pela Secretaria da Educação;
- Planilha excel relacionando as comunidades/assentamentos precários/ocupações que foram visitadas, e o número de famílias de cada um desses locais. Na primeira aba estão as comunidades visitadas pela Sra. Ana Carolina, na segunda estão as comunidades da UMM, e na terceira aquelas que não foram localizadas. Consta anotação de nome e telefone, mas nem todas as pessoas são lideranças locais. Essa anotação foi apenas para ter um contato local como referência;
- E-mails encaminhados para Secretaria de Planejamento;
- Resposta encaminhada pela SEMAS à deputada federal Sâmia Bomfim;
- Atas do período em que a Sra. Ana Carolina participou do Conselho, bem como informe de reunião que aconteceu com a SEMAS em 03-2021, e relatorias do já referido Grupo de Trabalho.

Informamos que nossa atuação no COMSEAN, e em especial, no GT, abrangeu apenas as comunidades informadas pela Secretaria de Planejamento, não alcançando a área rural e as pessoas em situação de rua. Também tivemos contato com pessoas que não residem em comunidades, mas que desempregadas, também estavam com dificuldades de conseguir acesso às cestas básicas e ao auxílio emergencial.

Desde já agradecemos pela atenção, parabenizamos a CEE da COVID-19, e permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO II

RESPOSTA OFÍCIO 15.2021 - CEE 27/07 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - MESA BRASIL



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

Ribeirão Preto, 17 de Agosto de 2021.

Prezado Sr.

Em resposta ao ofício nº 15.2021 da Comissão Especial de Estudos da COVID - 19, seguem anexas:

- lista das instituições cadastradas no programa Mesa Brasil SESC Ribeirão Preto que receberam doações de abril de 2020 à julho de 2021,
- lista de empresas doadoras que fizeram doações ao programa de abril de 2020 à julho de 2021 e
- planilha com volume de doações arrecadadas pelo programa de abril de 2020 à julho de 2021.

Não consideramos o mês de março de 2020, pois o programa não operou na segunda quinzena de março em virtude do decreto municipal que suspendeu as atividades na cidade.

Estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Mauro César Jensen
Gerente
Sesc Ribeirão Preto

Ilmo Sr.
Vereador Zerbinato
Presidente da CEE da Covid - 19

Unidade Ribeirão Preto – R Tibiriçá, 50 CEP 14010 090 – Ribeirão Preto / SP
Tel.: + 55 16 3977-4477 – FAX.: + 55 16 3977-4485 - email@ribeirao.sescsp.org.br - sescsp.org.br



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

Nome da instituição social	Cidade
Centro Comunitário de Assistência Social	RP
Creche Alvorada	RP
Corassol	RP
Casinha Azul	RP
Casa do Vovô	RP
Lar dos Velhos da Igreja Presbiteriana	RP
Fundação Educandário Cel. Quito Junqueira	RP
APAE Ribeirão Preto	RP
Instituto Iris de Luz	RP
SEMEADORES DO BEM	RP
PROJETO GABI	RP
Resolvi Mudar	RP
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA	Ituverava
Irmãndade da Santa Casa de Sertaozinho	Sertãozinho
Promocao Humana e Moradia da Capelinha - Franca	Franca
CASA TRANSITORIA ANDRE LUIZ	Franca
Centro Social Comunitário Cristo Rei - Guariba	Guariba
Associação Joana de Angelis - Casa Maria Jaboticabal	Jaboticabal
ADEVIRP	RP
COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS MAOS DADAS	RP
Fundação Santa Casa de Misericordia de Franca	Franca
FAC Dom Bosco	RP
Instituto Crescer Cidadão - Criança Feliz	RP
OCA	RP
Cantinho do Céu	RP
AMA	RP
Creche Nave da Saudade	RP
Centro Espírita Aprendizes do Evangelho	RP
Creche Santo Antônio	RP
Centro ANN Sulivan do Brasil - Ribeirão Preto	RP
Amostra	RP
Casa das Mangueiras	RP
GACC	RP
Lar Santa Rita de Cássia	RP
Lar escola da Criança 25 de Dezembro	RP
ACERP	RP
Padre Cicero	RP
Espaço Veredas - CRECEI	RP
Gewo Haus	RP
ONG Dona Nair	RP
Creche Pingo de Leite	RP

Unidade Ribeirão Preto – R Tibiriçá, 50 CEP 14010 090 – Ribeirão Preto / SP
Tel.: + 55 16 3977-4477 – FAX.: + 55 16 3977-4485 - email@ribeirao.sescsp.org.br - sescsp.org.br





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



SERVÍCIO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

Nome da empresa doadora	Cidade
Atacadão	RP
Antonio Muniz - Associação Califórnia Volks	RP
Centro de Distribuição Supermercado Dia	RP
Extra Hipersupermercado	RP
Banco de alimentos CEAGESP	RP
Regina Picadinhos	RP
CECAM - Centro de Captação e Armazenagem Mesa Brasil	SP
Santa Helena Ind. de Alimentos S.A	RP
Supermercado Canesin Ltda - loja Jd Palmares	RP
CDO Companhia das Obras	RP
BRF S.A	SP
Tenda Atacado	RP
Savegnago - Loja 02 Sertãozinho	Sertãozinho
ARCOR DO BRASIL LTDA	RP
Makro loja12	RP
Assaí loja 14	RP
Assaí loja 63	RP
Savegnago Sertãozinho Loja 3	Sertãozinho
Savegnago Sertãozinho Loja 4	Sertãozinho
Savegnago Sertãozinho Loja 5	Sertãozinho
Varejão Ribeirão - loja Independência	RP
Atacadão Via Norte	RP
Savegnago loja 08 - PIO XII	RP
DPS	RP
SENAF Ribeirão Preto	RP
Casa São Lucas	RP
Lagazzi Agronegócios Ltda	RP
MARTIN BROWER	RP
Flormel Indústria de Alimentos	Franca
Tonin Superatacado loja 15	RP
Varejão Novo Mundo	RP
SFR tubos com de materiais para construção e	RP
Gold Pão	RP
Bacio di Latte - loja Ribeirão Shopping	RP
Comercial Cirúrgica Rioclarensse LTDA	Rio Claro
GFS Comércio de Frutas	Bebedouro
CINEPOLIS SHOPPING SANTA URSULA	RP
SESC SAO PAULO	SP
Brazil Bothanico	São Sebastião da Gramma
H Dias Branco - CD Jaboticabal	Jaboticabal
Carlos Kolti Susuki - produtor de verduras	Barrinha
FRONERI	RP

Unidade Ribeirão Preto – R Tibiriçá, 50 CEP 14010 090 – Ribeirão Preto / SP
Tel.: + 55 16 3077-4477 – FAX.: + 55 16 3077-4485 - email: ribeirao.sescsp.org.br - sescsp.org.br



Obreiros do Bem

Creche Vovô Meca

Banco de alimentos CEAGESP

Centro Educacional Marista Irm.Rui L .Depiné

Frasol

Instituto Espírita Paulo de Tarso

Lar da Criança e Creche Vinde Meninos

Caminho da Paz

RAREV

CARIB- Centro de Acolhimento de Ribeirão Preto

Lar de Amparo a Criança Filhos de Deus

Lar do Vovô Albano

GRAAUS

Albergue Noturno

Nossa Lar

Sanatorio Espírita Vicente de Paulo

Lar E'Scola Espírita Professor Eurípedes Barsanulfo

Casa Pia Asilo

Lar Padre Euclides

Associação Casa dos Velinhos de Serrana

REPÚBLICA CAMINHO DA PAZ

Nova Vida

Abrigo Santo André

APAE Serrana

Fazenda Uma Nova Historia

Programa Mãos Estendidas

Instituto Protagonismo

Associação Casas de Betânia

FAEPA

Santa Casa de Ribeirão Preto

Hospital Imaculada Conceição

HOSPITAL DO AMOR DE BARRETOS

HEMOCENTRO RIBEIRAO PRETO

ASILo SAn VICENTE DE PAULO ST.ROSA VITERBO Santa Rosa do Viterbo

INSTITUTO ACOLHER ASSISTENCIA SOCIAL Santa Rosa do Viterbo

LAR DO JOVEM IDOSO TIO JOAO RP

RECATO MENINA JABOTICABAL Jaboticabal

SOS ESPERANÇA -JABOTICABAL Jaboticabal

ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA Guariba

CENTRO SOCIAL COMUNITARIO EDUCACIONAL SAO MAT Guariba

CASA DA CRIANÇA LUIZA GARCIA RIBEIRO - ST ROSA Santa Rosa do Viterbo

COMUNIDADE OMBRO AMIGO RP

LAR SAO VICENTE DE PAULO GUARIBA Guariba

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

RP



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

sesc

RAIA DROGASIL S.A CD RIBEIRAO PRETO	RP
SESC Ribeirao Campanha	RP
Instituto GPA	SP
Ação Emergencial - SESC Ribeirão Preto	RP
Supermercado Ponto Certo	Brodoswki
Ação Emergencial - Senac Ribeirão Preto	RP
Ação Emergencial- Cell Company	RP
Ação Emergencial-Mini Mercado Aurea LTDA	RP

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

P

Unidade Ribeirão Preto – R Tibiriçá, 50 CEP 14010 090 – Ribeirão Preto / SP
Tel.: + 55 16 3977-4477 – FAX.: + 55 16 3977-4485 - email@ribeirao.sescsp.org.br - sescsp.org.br



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

período	volume (toneladas)
abr/20	12
mai/20	25
jun/20	45
jul/20	19
ago/20	25
set/20	21
out/20	16
nov/20	16
dez/20	15
jan/21	13
fev/21	13
mar/21	7
abr/21	14
mai/21	36
jun/21	15
jul/21	17
	309

Unidade Ribeirão Preto – R Tibiriçá, 50 CEP 14010 090 – Ribeirão Preto / SP
Tel.: + 55 16 3977-4477 – FAX.: + 55 16 3977-4485 - email@ribeirao.sescsp.org.br - sescsp.org.br



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO III

RESPOSTA OFÍCIO 18.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – TRANSERP



Ribeirão Preto, 10 de setembro de 2021.

Ofício SUP. nº 142/2021

Ilmo Senhor,

Com nossos proverbiais cumprimentos, e em atenção ao ofício nº 18.2021- CEE da COVID-19, protocolizado na TRANSERP em 13 de agosto último, encaminhamos a V.S.^a listagem contendo os Autos de Infração lavrados pela TRANSERP no corrente ano.

A propósito, cumpre-nos esclarecer que, independentemente da lavratura dos Autos de Infração, a TRANSERP, intervém imediatamente junto ao Consórcio PróUrbano para sanar as irregularidades apontadas pelo Departamento de Fiscalização de Transporte e/ou registradas na Central de Atendimento 0800.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente;

José Mauro de Araújo
Diretor de Transporte

Eng. MARCELO SANTOS GALLI
Diretor Superintendente e
Diretor de Trânsito

Ilmo Sr.
ZERBINATO
Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Presidente da CEE da COVID-19
Nesta

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3934-9500 - Site: www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transerp

CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
001/21	13/01/2021	Horário adiantado
002/21	13/01/2021	Excesso de tempo de parada
003/21	13/01/2021	Horário adiantado
004/21	13/01/2021	Desvio de itinerário
005/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
006/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
007/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
008/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
009/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
010/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
011/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
012/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
013/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
014/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
015/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
016/21	13/01/2021	Mobiliário Urbano
017/21	22/01/2021	Horário não cumprido
018/21	22/01/2021	Horário adiantado
019/21	22/01/2021	Excesso de tempo de parada
020/21	22/01/2021	Desvio de itinerário
021/21	26/01/2021	Horário adiantado
022/21	26/01/2021	Horário adiantado
023/21	26/01/2021	Horário adiantado
024/21	26/01/2021	Horário adiantado
025/21	26/01/2021	Horário adiantado
026/21	1º/02/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
027/21	1º/02/2021	Horário adiantado
028/21	02/02/2021	Ausência de imagens do veículo
029/21	02/02/2021	Horário não cumprido
030/21	02/02/2021	Dificultar fiscalização
031/21	02/02/2021	Dificultar fiscalização
032/21	02/02/2021	Dificultar fiscalização
033/21	03/02/2021	Desvio de itinerário
034/21	04/02/2021	Horário não cumprido
035/21	09/02/2021	Motorista sem máscara
036/21	11/02/2021	Bilheteria fechada
037/21	11/02/2021	Bilheteria fechada
038/21	11/02/2021	Bilheteria fechada
039/21	11/02/2021	Bilheteria fechada
040/21	11/02/2021	Bilheteria fechada
041/21	11/02/2021	Ausência de imagens do veículo
042/21	22/02/2021	Horário adiantado
043/21	22/02/2021	Desvio de itinerário
044/21	25/02/2021	Motorista sem máscara
045/21	25/02/2021	Motorista usando celular
046/21	26/02/2021	Excesso de tempo de parada
047/21	26/02/2021	Horário não cumprido
048/21	26/02/2021	Linha com modal diferente
049/21	26/02/2021	Linha com modal diferente
050/21	1º/03/2021	Ausência de imagens do veículo
051/21	1º/03/2021	Excesso de tempo de parada
052/21	1º/03/2021	Horário adiantado
053/21	1º/03/2021	Horário não cumprido
054/21	02/03/2021	Horário adiantado



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
055/21	03/03/2021	Motorista sem máscara
056/21	04/03/2021	Motorista sem máscara
057/21	04/03/2021	Avançar sinal vermelho
058/21	22/03/2021	Horário adiantado
059/21	22/03/2021	Desvio de itinerário
060/21	22/03/2021	Horário não cumprido
061/21	22/03/2021	Horário adiantado
062/21	26/03/2021	Horário adiantado
063/21	26/03/2021	Desvio de itinerário
064/21	26/03/2021	Horário não cumprido
065/21	26/03/2021	Horário não cumprido
066/21	26/03/2021	Horário não cumprido
067/21	29/03/2021	Horário não cumprido
068/21	29/03/2021	Horário não cumprido
069/21	29/03/2021	Horário não cumprido
070/21	29/03/2021	Horário não cumprido
071/21	30/03/2021	Horário adiantado
072/21	30/03/2021	Horário adiantado
073/21	30/03/2021	Horário não cumprido
074/21	30/03/2021	Horário adiantado
075/21	30/03/2021	Desvio de itinerário
076/21	31/03/2021	Horário adiantado
077/21	31/03/2021	Horário não cumprido
078/21	31/03/2021	Horário não cumprido
079/21	31/03/2021	Horário não cumprido
080/21	31/03/2021	Horário não cumprido
081/21	31/03/2021	Horário não cumprido
082/21	31/03/2021	Horário não cumprido
083/21	31/03/2021	Horário não cumprido
084/21	31/03/2021	Horário não cumprido
085/21	31/03/2021	Horário não cumprido
086/21	31/03/2021	Horário não cumprido
087/21	31/03/2021	Horário não cumprido
088/21	31/03/2021	Horário não cumprido
089/21	31/03/2021	Horário não cumprido
090/21	31/03/2021	Horário não cumprido
091/21	31/03/2021	Horário não cumprido
092/21	31/03/2021	Horário não cumprido
093/21	05/04/2021	Horário não cumprido
094/21	05/04/2021	Horário não cumprido
095/21	05/04/2021	Horário não cumprido
096/21	05/04/2021	Horário não cumprido
097/21	05/04/2021	Horário não cumprido
098/21	05/04/2021	Horário não cumprido
099/21	05/04/2021	Horário não cumprido
100/21	05/04/2021	Horário não cumprido
101/21	05/04/2021	Horário não cumprido
102/21	05/04/2021	Horário não cumprido
103/21	05/04/2021	Horário não cumprido
104/21	05/04/2021	Horário não cumprido
105/21	05/04/2021	Horário não cumprido
106/21	05/04/2021	Horário não cumprido
107/21	06/04/2021	Horário não cumprido

CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
108/21	06/04/2021	Horário não cumprido
109/21	06/04/2021	Horário não cumprido
110/21	06/04/2021	Horário não cumprido
111/21	06/04/2021	Horário não cumprido
112/21	06/04/2021	Horário não cumprido
113/21	06/04/2021	Horário não cumprido
114/21	06/04/2021	Horário não cumprido
115/21	06/04/2021	Horário não cumprido
116/21	06/04/2021	Horário não cumprido
117/21	06/04/2021	Horário não cumprido
118/21	06/04/2021	Horário não cumprido
119/21	06/04/2021	Horário não cumprido
120/21	06/04/2021	Horário não cumprido
121/21	06/04/2021	Horário não cumprido
122/21	06/04/2021	Horário não cumprido
123/21	06/04/2021	Horário não cumprido
124/21	06/04/2021	Horário não cumprido
125/21	06/04/2021	Horário não cumprido
126/21	06/04/2021	Horário não cumprido
127/21	06/04/2021	Horário não cumprido
128/21	06/04/2021	Horário não cumprido
129/21	06/04/2021	Horário não cumprido
130/21	06/04/2021	Horário não cumprido
131/21	06/04/2021	Horário não cumprido
132/21	06/04/2021	Horário não cumprido
133/21	06/04/2021	Horário não cumprido
134/21	06/04/2021	Horário não cumprido
135/21	06/04/2021	Atraso no primeiro horário
136/21	06/04/2021	Horário não cumprido
137/21	06/04/2021	Horário não cumprido
138/21	06/04/2021	Horário não cumprido
139/21	06/04/2021	Horário não cumprido
140/21	06/04/2021	Horário não cumprido
141/21	06/04/2021	Horário não cumprido
142/21	06/04/2021	Horário não cumprido
143/21	06/04/2021	Horário não cumprido
144/21	06/04/2021	Horário não cumprido
145/21	06/04/2021	Atraso no primeiro horário
146/21	06/04/2021	Horário não cumprido
147/21	06/04/2021	Horário não cumprido
148/21	06/04/2021	Horário não cumprido
149/21	06/04/2021	Horário não cumprido
150/21	06/04/2021	Horário não cumprido
151/21	06/04/2021	Horário não cumprido
152/21	06/04/2021	Horário não cumprido
153/21	06/04/2021	Horário não cumprido
154/21	06/04/2021	Horário não cumprido
155/21	06/04/2021	Horário não cumprido
156/21	06/04/2021	Horário não cumprido
157/21	06/04/2021	Horário não cumprido
158/21	06/04/2021	Horário não cumprido
159/21	06/04/2021	Horário não cumprido
160/21	06/04/2021	Horário não cumprido





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
161/21	06/04/2021	Horário não cumprido
162/21	06/04/2021	Horário não cumprido
163/21	07/04/2021	Horário não cumprido
164/21	07/04/2021	Horário não cumprido
165/21	07/04/2021	Horário não cumprido
166/21	07/04/2021	Horário não cumprido
167/21	07/04/2021	Horário não cumprido
168/21	07/04/2021	Horário não cumprido
169/21	07/04/2021	Horário não cumprido
170/21	07/04/2021	Horário não cumprido
171/21	07/04/2021	Horário não cumprido
172/21	07/04/2021	Horário não cumprido
173/21	07/04/2021	Horário não cumprido
174/21	07/04/2021	Horário não cumprido
175/21	07/04/2021	Horário não cumprido
176/21	07/04/2021	Horário não cumprido
177/21	07/04/2021	Horário não cumprido
178/21	09/04/2021	Atraso no primeiro horário
179/21	09/04/2021	Motorista sem máscara
180/21	09/04/2021	Motorista sem máscara
181/21	09/04/2021	Motorista sem máscara
182/21	12/04/2021	Horário não cumprido
183/21	15/04/2021	Horário não cumprido
184/21	16/04/2021	Horário não cumprido
185/21	19/04/2021	Horário não cumprido
186/21	19/04/2021	Horário não cumprido
187/21	19/04/2021	Horário não cumprido
188/21	19/04/2021	Horário não cumprido
189/21	19/04/2021	Desvio de itinerário
190/21	19/04/2021	Desvio de itinerário
191/21	19/04/2021	Horário não cumprido
192/21	19/04/2021	Horário não cumprido
193/21	19/04/2021	Horário não cumprido
194/21	19/04/2021	Horário não cumprido
195/21	19/04/2021	Horário adiantado
196/21	19/04/2021	Dificultar fiscalização
197/21	19/04/2021	Dificultar fiscalização
198/21	19/04/2021	Dificultar fiscalização
199/24	19/04/2021	Horário não cumprido
200/21	20/04/2021	Horário não cumprido
201/21	20/04/2021	Horário não cumprido
202/21	20/04/2021	Horário não cumprido
203/21	20/04/2021	Horário não cumprido
204/21	20/04/2021	Desvio de itinerário
205/21	22/04/2021	Horário não cumprido
206/21	22/04/2021	Dificultar fiscalização
207/21	23/04/2021	Horário não cumprido
208/21	23/04/2021	Horário não cumprido
209/21	23/04/2021	Motorista sem máscara
210/21	26/04/2021	Horário não cumprido
211/21	26/04/2021	Horário não cumprido
212/21	26/04/2021	Desvio de itinerário
213/21	27/04/2021	Horário não cumprido



CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
214/21	27/04/2021	Horário não cumprido
215/21	27/04/2021	Desvio de itinerário
216/21	27/04/2021	Difícil fiscalização
217/21	27/04/2021	Horário não cumprido
218/21	27/04/2021	Horário não cumprido
219/21	27/04/2021	Horário não cumprido
220/21	04/05/2021	Desvio de itinerário
221/21	04/05/2021	Horário não cumprido
222/21	04/05/2021	Horário atrasado
223/21	04/05/2021	Horário atrasado
224/21	04/05/2021	Horário não cumprido
225/21	04/05/2021	Horário não cumprido
226/21	04/05/2021	Horário não cumprido
227/21	10/05/2021	Horário não cumprido
228/21	11/05/2021	Ausência de imagens do veículo
229/21	11/05/2021	Ausência de imagens do veículo
230/21	11/05/2021	Ausência de imagens do veículo
231/21	11/05/2021	Ausência de imagens do veículo
232/21	12/05/2021	Horário adiantado
233/21	13/05/2021	Horário adiantado
234/21	13/05/2021	Horário não cumprido
235/21	13/05/2021	Horário não cumprido
236/21	13/05/2021	Horário não cumprido
237/21	14/05/2021	Horário não cumprido
238/21	17/05/2021	Horário não cumprido
239/21	17/05/2021	Horário não cumprido
240/21	17/05/2021	Excesso de tempo de parada
241/21	17/05/2021	Horário não cumprido
242/21	17/05/2021	Horário adiantado
243/21	17/05/2021	Desvio de itinerário
244/21	17/05/2021	Excesso de tempo de parada
245/21	18/05/2021	Desvio de itinerário
246/21	18/05/2021	Desvio de itinerário
247/21	19/05/2021	Horário não cumprido
248/21	18/05/2021	Motorista sem máscara
249/21	18/05/2021	Motorista sem máscara
250/21	18/05/2021	Horário não cumprido
251/21	19/05/2021	Horário atrasado
252/21	19/05/2021	Horário não cumprido
253/21	19/05/2021	Horário não cumprido
254/21	17/06/2021	Horário não cumprido
255/21	17/06/2021	Difícil fiscalização
256/21	17/06/2021	Horário não cumprido
257/21	17/06/2021	Horário não cumprido
258/21	17/06/2021	Horário não cumprido
259/21	17/06/2021	Desvio de itinerário
260/21	17/06/2021	Horário não cumprido
261/21	17/06/2021	Horário não cumprido
262/21	17/06/2021	Horário não cumprido
263/21	17/06/2021	Horário não cumprido
264/21	17/06/2021	Horário não cumprido
265/21	17/06/2021	Horário não cumprido
266/21	17/06/2021	Horário não cumprido



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
267/21	17/06/2021	Horário não cumprido
268/21	17/06/2021	Horário não cumprido
269/21	17/06/2021	Motorista sem máscara
270/21	28/06/2021	Horário não cumprido
271/21	28/06/2021	Horário não cumprido
272/21	28/06/2021	Horário não cumprido
273/21	28/06/2021	Horário não cumprido
274/21	28/06/2021	Horário não cumprido
275/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
276/21	28/06/2021	Horário não cumprido
277/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
278/21	28/06/2021	Horário não cumprido
279/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
280/21	28/06/2021	Horário não cumprido
281/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
282/21	28/06/2021	Horário não cumprido
283/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
284/21	28/06/2021	Horário não cumprido
285/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
286/21	28/06/2021	Horário não cumprido
287/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
288/21	28/06/2021	Horário não cumprido
289/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
290/21	28/06/2021	Horário não cumprido
291/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
292/21	28/06/2021	Horário não cumprido
293/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
294/21	28/06/2021	Horário não cumprido
295/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
296/21	28/06/2021	Horário não cumprido
297/21	28/06/2021	Dificultar fiscalização
298/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
299/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
300/21	1º/07/2021	Atraso no primeiro horário
301/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
302/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
303/21	1º/07/2021	Horário atrasado
304/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
305/21	1º/07/2021	Desvio de itinerário
306/21	1º/07/2021	Horário não cumprido
307/21	1º/07/2021	Dificultar fiscalização
308/21	02/07/2021	Ausência de imagens do veículo
309/21	05/07/2021	Desvio de itinerário
310/21	06/07/2021	Desvio de itinerário
311/21	07/07/2021	Horário não cumprido
312/21	07/07/2021	Horário não cumprido
313/21	07/07/2021	Horário não cumprido
314/21	07/07/2021	Horário não cumprido
315/21	07/07/2021	Desembarque de passageiro em local não designado
316/21	19/07/2021	Horário não cumprido
317/21	19/07/2021	Horário não cumprido
318/21	19/07/2021	Horário não cumprido
319/21	19/07/2021	Horário não cumprido

CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
320/21	19/07/2021	Horário não cumprido
321/21	19/07/2021	Horário não cumprido
322/21	19/07/2021	Horário não cumprido
323/21	19/07/2021	Horário não cumprido
324/21	19/07/2021	Horário não cumprido
325/21	19/07/2021	Desvio de itinerário
326/21	19/07/2021	Horário não cumprido
327/21	19/07/2021	Horário não cumprido
328/21	19/07/2021	Horário não cumprido
329/21	19/07/2021	Horário não cumprido
330/21	19/07/2021	Horário não cumprido
331/21	19/07/2021	Ausência de imagens do veículo
332/21	19/07/2021	Motorista sem máscara
333/21	19/07/2021	Ausência de imagens do veículo
334/21	19/07/2021	Bilheteria fechada
335/21	26/07/2021	Desvio de itinerário
336/21	26/07/2021	Desvio de itinerário
337/21	26/07/2021	Horário não cumprido
338/21	26/07/2021	Horário não cumprido
339/21	26/07/2021	Horário não cumprido
340/21	26/07/2021	Horário não cumprido
341/21	26/07/2021	Horário adiantado
342/21	26/07/2021	Desvio de itinerário
343/21	26/07/2021	Horário não cumprido
344/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
345/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
346/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
347/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
348/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
349/21	30/07/2021	Desvio de itinerário
350/21	30/07/2021	Ausência de imagens do veículo
351/21	30/07/2021	Ausência de imagens do veículo
352/21	30/07/2021	Motorista sem máscara
353/21	30/07/2021	Ausência de imagens do veículo
354/21	30/07/2021	Ausência de imagens do veículo
355/21	30/07/2021	Painel desconfigurado
356/21	30/07/2021	Horário não cumprido
357/21	30/07/2021	Motorista sem máscara
358/21	04/08/2021	Horário não cumprido
359/21	05/08/2021	Atraso no primeiro horário
360/21	05/08/2021	Desvio de itinerário
361/21	05/08/2021	Horário não cumprido
362/21	05/08/2021	Dificultar fiscalização
363/21	05/08/2021	Horário adiantado
364/21	05/08/2021	Desvio de itinerário
365/21	05/08/2021	Horário não cumprido
366/21	05/08/2021	Atraso no primeiro horário
367/21	05/08/2021	Horário não cumprido
368/21	05/08/2021	Atraso no primeiro horário
369/21	05/08/2021	Atraso no primeiro horário
370/21	05/08/2021	Desvio de itinerário
371/21	10/08/2021	Horário não cumprido
372/21	10/08/2021	Horário não cumprido



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



CONTROLE - AUTOS DE INFRAÇÃO / 2021

Nº do Auto de Infração	Data do Auto de Infração	Tipo de Infração
373/21	10/08/2021	Primeiro horário não cumprido
374/21	10/08/2021	Atraso no primeiro horário
375/21	10/08/2021	Horário não cumprido
376/21	10/08/2021	Desvio de itinerário
377/21	10/08/2021	Horário não cumprido
378/21	10/08/2021	Horário não cumprido
379/21	10/08/2021	Desvio de itinerário
380/21	10/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
381/21	10/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
382/21	10/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
383/21	16/08/2021	Desvio de itinerário
384/21	17/08/2021	Horário não cumprido
385/21	17/08/2021	Horário adiantado
386/21	17/08/2021	Atraso no primeiro horário
387/21	17/08/2021	Horário não cumprido
388/21	17/08/2021	Excesso de tempo de parada
389/21	17/08/2021	Desvio de itinerário
390/21	17/08/2021	Desvio de itinerário
391/21	17/08/2021	Desvio de itinerário
392/21	17/08/2021	Horário não cumprido
393/21	18/08/2021	Motorista usando fone de ouvido
394/21	18/08/2021	Motorista sem máscara
395/21	18/08/2021	Plataforma elevatória quebrada
396/21	18/08/2021	Plataforma elevatória quebrada
397/21	19/08/2021	Horário não cumprido
398/21	19/08/2021	Desvio de itinerário
399/21	23/08/2021	Desvio de itinerário
400/21	24/08/2021	Ausência de imagens do veículo
401/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
402/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
403/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
404/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
405/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
406/21	24/08/2021	Limpeza / Banheiro / Terminais
407/21	26/08/2021	Horário não cumprido
408/21	27/08/2021	Desvio de itinerário
409/21	27/08/2021	Circular com as portas abertas

08/09/2021

Roberto Luis Ferraz Penteado
Roberto Luis Ferraz Penteado
Chefe do Depto de Fiscalização
de Transporte
TRANSERP S/A

ANEXO IV

RESPOSTA OFÍCIO 19.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES - TRANSERP



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Ribeirão Preto, 24 de agosto de 2021.

Ofício SUP. nº 133/2021

Ilmo Senhor,

Com nossos proverbiais cumprimentos, em atenção ao ofício nº 19/2021, encaminhado a TRANSERP via e-mail em dia 13 de agosto último, informamos que o Consórcio PróUrbano vem adotando todas as medidas necessárias para a redução do risco de disseminação da COVID-19 no serviço de transporte coletivo de Ribeirão Preto, conforme Ofício nº 130/2021-GES, em anexo.

Além disso, desde o dia 1º de julho de 2021, a operação do serviço de transporte coletivo urbano no pico da manhã vem ocorrendo com 343 veículos, ou seja, a mesma frota que operava em março de 2020, período pré-pandêmico.

A propósito, este programa de ampliação da frota teve início em 21 de junho último e contemplou todos os períodos de operação (pico manhã, entrepicos, pico tarde e pós-pico) e vem ocorrendo de forma rotineira, conforme o aumento da demanda de passageiros, o que resultou, até o momento, em mais de 600 partidas por dia, abrangendo 89 linhas da rede de transporte.

E, além disso, informamos também que a TRANSERP, desenvolveu, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, Fundo Social e Consórcio PróUrbano, a ação preventiva "Previne Ribeirão", lançada em 15 de junho de 2021, a qual tem como objetivo alertar os usuários do serviço de transporte coletivo urbano sobre os riscos da pandemia, compreendendo a distribuição de folhetos e kits com máscaras de proteção facial e frascos de álcool em gel.

A referida campanha já beneficiou os usuários que utilizam a Estação Praça da Bandeira, o Terminal Ribeirão Shopping, o Terminal de Bonfim Paulista e o Terminal Vila Abranches. E, no dia 23 de julho de 2021, houve a realização da campanha nas plataformas do Terminal Dra. Evangelina de Carvalho Passig, a qual contemplou todos os motoristas do serviço de transporte urbano, em comemoração ao dia do motorista, dia 25 de julho.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

JOSE MAURO DE ARAÚJO
Diretor de Transporte

Eng. MARCELO SANTOS GALLI
Diretor Superintendente

Ilmo Sr.
ZERBINATO
Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Presidente da CEE da COVID-19
Nesta Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3934-9500 - Site: www.ribearaopreto.sp.gov.br/transerp



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO V

RESPOSTA OFÍCIO 20.2021 - CEE 03/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CONSÓRCIO PRÓURBANO



Ribeirão Preto, 20 de agosto de 2021.

Of. 130/2021-GES

A

TRANSERP – EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S/A

Diretor

Ilmo. Sr. JOSÉ MAURO DE ARAÚJO

Ref. Encaminhando Resp. Of.019/2021-Camara Municipal de Ribeirão Preto

Senhor Diretor,

Encaminhamos anexo cópia do nosso ofício 129/2021-GES endereçado ao vereador Zerbinato sobre as medidas adotadas pelo Consórcio para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus.

Sendo só para o momento.

Atenciosamente,


Maria Eliza Salvador
Gerente Administrativa
PROCURADORIA - PB

PROTÓCULO TRANSERP S/A -20-450-2021-15:30-048001-1/2

Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040



PróUrbano

Consórcio Ribeirão Preto de Transportes
Ribeirão Preto, 19 de agosto de 2021.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Protocolo Geral nº 3937/2021
Data: 19/08/2021 Horário: 15:20
ADM -

Of. 129/2021-GES

A

**COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA COVID-19 DA CAMARA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO PRETO**

Ilmo. Sr. Dr. Zerbinato - Vereador
Presidente da CEE da COVID-19

Contrato nº 97/2012

Ref.: Resposta ao Ofício nº 19.2021 – Cumprimento das obrigações previstas no Decreto nº 163/2020.

PRÓ URBANO – CONSÓRCIO RIBEIRÃO PRETO DE TRANSPORTES ("Consórcio" ou "PRÓ URBANO"), ente jurídico inscrito no CNPJ sob nº 15.474.043/0001-86, sediado na Rua Américo Brasiliense, nº 433, 5º andar, conjunto 502, Centro, Ribeirão Preto/SP, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, **em atenção ao Ofício nº 19.2021 da Comissão Especial de Estudos da COVID-19 - CEE**, expor o que segue.

1. No dia 13/08/2021, este Consórcio recebeu Ofício desta Comissão Especial de Estudos da COVID-19, questionando-o acerca da adoção das providências previstas no Decreto Municipal nº 163/2020.

2. Pois bem. De plano, o Consórcio informa que desde a edição do referido Decreto até hoje, vem adotando todas as medidas necessárias para a redução dos riscos de disseminação do coronavírus no transporte coletivo público de passageiros de Ribeirão Preto, inclusive nos termos das novas determinações advindas da Lei Municipal nº 14.571/2021, e que seguirá desta forma, enquanto forem mantidas as determinações e recomendações impostas pelo Poder Executivo Municipal.

3. Em relação à utilização de máscaras de proteção individual, desde que o referido Decreto Municipal entrou em vigor, o Consórcio as fornece a seus funcionários, bem como exige a utilização pelos usuários.

4. A utilização de máscaras de proteção individual é obrigatória nas plataformas de embarque e desembarque dos terminais, nos veículos e áreas comuns dos funcionários, o que devidamente divulgado e reforçado em diversas localidades, seja nos veículos ou terminais, com fundamento na Lei Federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020.

5. Nos veículos, terminais e áreas comuns, foram colocados e até hoje permanecem adesivos indicando a imprescindibilidade do uso de máscaras de proteção individual, além de diversos adesivos com informações sanitárias sobre higienização e cuidados para prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), dentre outros meios de divulgação de informações, como painéis eletrônicos. Veja-se abaixo algumas imagens exemplificativas:

Administração:

Tel: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:

Tel: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040



PróUrbano
Consórcio Ribeirão Preto de Transportes



6. Inclusive, vale mencionar que, quando verificada a não utilização de máscara de proteção individual, as empresas consorciadas são extremamente diligentes, e aplicam as sanções disciplinares cabíveis:

Y

Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



RÁPIDO D'ESTE LTDA.	SANÇÃO DISCIPLINAR	06213
DATA: 10/02/21		
FUNCION. [REDACTED]	MATRÍCULA: 30165	SETOR: Vitrine
SANÇÃO DISCIPLINAR: <input type="checkbox"/> ORIENTAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> ADVERTÊNCIA	I SUSPENSO POR:	DIA/SIDE: A
MOTIVO: Aprecia-se por não fazer uso de máscara facial na entrada do Shopping na véspera de 2021. Confira registros de Imagens CFTV.		
TESTEMUNHAS: [REDACTED] LAMAIADO [REDACTED]		DEPARTAMENTO PESSOAL: [REDACTED]
CONSELHOS INSTITUCIONAIS: Gestor RÁPIDO D'ESTE LTDA. PROURBANO - RP		

7. Adicionalmente, desde a edição do referido Decreto Municipal, as consorciadas vêm adotando medidas visando a higienização e desinfecção regular dos terminais e veículos, por meio de produtos específicos utilizados nas superfícies e pontos de contato, além de assentos, banheiros, entre outros.

8. Por fim, o Consórcio informa que mantém o fornecimento de sabão líquido, papel toalha e álcool gel nos terminais, visando a higienização das mãos dos usuários, motoristas e outros colaboradores. Inclusive, a distribuição e reposição de álcool gel é feita com frequência.

9. Dessa forma, restam devidamente cumpridas as exigências legais, a partir da adoção de medidas visando reduzir o risco de contaminação dos usuários e colaboradores das Consorciadas pelo COVID-19.

10. Diante das informações prestadas acima, em atenção ao Ofício nº 19.2021 desta CEE, resta evidente que o Consórcio vem adotando todas as medidas necessárias no estrito cumprimento das exigências do Decreto Municipal nº 163/2020, desde a sua edição até hoje (e assim continuará), visando a saúde dos usuários e colaboradores.

Gustavo Menta Vicentini
Gestor
PROURBANO - RP

Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040

ANEXO VI

RESPOSTA OFÍCIO 21.2021 - CEE 10/08 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES – SEMAS

Secretaria da
Assistência Social



Departamento de Proteção Social Especial

Prezados,

em resposta ao Ofício n° 21.2021.

1. Número de vagas para acolhimento para pessoas em situação de rua no presente momento, especificando sua localização, o número de homens e de mulheres, descrevendo se há espaço separado para pessoas com suspeita ou diagnóstico de COVID;

Para atendimento da população em situação de rua a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias de curta permanência composto por:

Casa de Passagem “Renascer” (50 vagas) e Casa de Passagem (50 vagas) destinadas às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino de 18 à 60 anos, sendo que das 100 vagas totais, 4 são destinadas para suspeita de COVID-19 e/ou COVID-19 confirmada; e o Centro de Acolhida “Casa Santa Dulce dos Pobres” (50 vagas) para pessoa do gênero e/ou identidade de gênero masculino acima de 18 anos.

Casa de Passagem “Esperança” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero feminino (30 vagas), e 8 vagas destinadas para suspeita de COVID-19 e/ou COVID-19 confirmada.

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Família de longa permanência:

“Projeto Travessia” destinado às pessoas do gênero e/ou identidade de gênero masculino dos 18 aos 59 anos (40 vagas); Serviço de Acolhimento “Mudando Vidas” (12 vagas) destinado às pessoas de gênero e/ou identidade de gênero feminino e Serviço de Acolhimento em República (10 vagas) destinado às pessoas com gênero e/ou identidade de gênero masculino.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da
Assistência Social



Departamento de Proteção Social Especial

As vagas destinadas em acolhimento às pessoas em situação de rua com suspeita de COVID-19 e/ou COVID-19 confirmada, correspondem aos critérios estabelecidos pela Vigilância Sanitária com distanciamento e isolamento necessários. E o quantitativo das mesmas está baseado diante do avanço do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19.

Segue abaixo os endereços:

CETREM

Funcionamento 24 horas

- Casa de Passagem “Renacer” (50 vagas)

Endereço: Rua: Mirassol, 155 - Jardim Salgado Filho

Telefones: 3961-3932/ (16) 3961-2373

- Casa de Passagem (50 vagas)

Endereço: Rua Caçapava, 34 – Jardim Salgado Filho

Telefones: 3961-2373

- Casa de Passagem “Esperança” (30 vagas)

Endereço: Rua: Mogi Mirim, 45 - Jardim Salgado Filho

Telefones: 3961-3932/ (16) 3961-2373

Coordenadora CETREM: Eliana Santos

- Casa de Passagem “Casa Santa Dulce dos Pobres” (50 vagas) – parceria executada pela Associação Comunidade Missionária Divina Misericórdia

Funcionamento 24 horas

Endereço: Rua Casa Branca, 1655 – Vila Brasil

Telefones: 3969-3349/ (16) 99128-3060

Coordenador: Marco Antônio Mazzaron Betarello

Secretaria da
Assistência Social



Departamento de Proteção Social Especial

- Serviço de Acolhimento “Projeto Travessia” (40 vagas) – parceria executada pela Associação Educacional e Beneficente Semeando Vidas

Funcionamento 24 horas

Endereço: João Clapp, 521 – Campos Elíseos

Telefone: 3961-1298

Coordenador: André Luis de Almeida e Silva

- Serviço de Acolhimento “Projeto Mudando Vidas” (12 vagas) – parceria executada pelo Projeto Mudando Vidas

Funcionamento 24 horas

Endereço: Av. Dra. Nadir Aguiar, 1115 – Jardim Paiva

Telefone: 3963-2300

Coordenador: Ricardo Tostes

- Serviço de Acolhimento “República” (10 vagas) – parceria executada pelo Instituto Limite

Funcionamento 24 horas

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 943 – Centro

Telefone: 3237-6333

Coordenador: Jorge Haroldo Daher

2. Quantidade, por mês, de EPI e alimentação fornecidos para as pessoas que vivem em situação de rua e a frequência desse fornecimento;

Tantos as EPIs como as alimentações são fornecidas diariamente de acordo com a demanda de todos os serviços que atendem a população em situação de rua executados pela SEMAS, sendo que os serviços de acolhimento calculam uma média de alimentação diante do número de pessoas acolhidas no dia, e o Centro POP diante da demanda cotidiana por meio da porta aberta de acesso. O quantitativo de máscaras para o Centro POP e para o CETREM é de aproximadamente 2000 mensais para cada serviço, podendo flutuar para mais, como também para menos, diante a dinâmica da própria população.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da
Assistência Social



Departamento de Proteção Social Especial

Álcool em gel também está dentro da mesma logística, mas por meio do fornecimento coletivo nos totens disponibilizados pela prefeitura.

Todas as entidades parcerias também executam as mesmas ações.

3. Número de teste de COVID realizados em trabalhadores da assistência social e a frequência dessa testagem.

Durante o período (22/05/2020 à 17/03/2021) em que o CETREM permaneceu enquanto acolhimento destinado exclusivamente para pessoas em situação de rua com suspeita de COVID-19 ou COVID-19 confirmada, estabeleceu-se com a Secretaria Municipal de Saúde um fluxo direto para testagem rápida dos profissionais quando houvesse necessidade. Os demais profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) quando com suspeita, percorrem o mesmo fluxo determinado a todo e qualquer munícipe a partir dos protocolos estabelecidos pela Saúde.

Ribeirão Preto, 30 de agosto de 2021.

Larissa Soares de Melo
Chefe de Divisão de
Gerenciamento de Serviços
de Alta Complexidade

ANEXO VII

APRESENTAÇÃO SEMAS - CEE 10/08



Assistência Social

Condições de trabalho

- Serviços não foram interrompidos (presencial/remoto);
- Serviços obedeceram todos os decretos municipais;
- Contratação emergencial de educadores sociais;
- Foram distribuídos EPIs para garantir a segurança sanitária como máscaras, luvas, aventais, face shield, placas de acrílico colocadas onde existe o atendimento ao público, totens álcool gel.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

CadÚnico

■ TOTAL DE INSCRITOS

- Indivíduos: 85.173
- Famílias: 34.340
- Beneficiários BPC
 - Idosos 5.503
 - Deficientes 4.768

■ BOLSA FAMÍLIA: 13.992 pessoas (R\$ 2.519.633)

■ Quantidade agendamento mensal (Cabs): 1.200

■ Periodicidade Governo Federal: atualização de dados bimestral

SECRETARIA DA CIDADANIA
Assistência Social

PRÓPRIEDADE DA CIDADE
RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLEIDORA

Pessoas em situação de rua: acolhimento

- 30/04/2020 Transformação do Complexo CETREM em Polo COVID
 - 10 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino sintomáticas e assintomáticas aguardando resultado;
 - 08 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino testada positivo;
 - 10 vagas para pessoas de gênero masculino assintomáticos idosos ou com dificuldade de locomoção;
 - 12 vagas para pessoas de gênero masculino sintomáticos e assintomáticos aguardando resultado;
 - 40 vagas para pessoas de gênero masculino positivo.
- 30/04/2020 Implantação do Acolhimento Emergencial masculino;
 - 130 vagas para pessoas de gênero masculino assintomáticos até o dia 15/10/2020 Cava do Bosque;
A partir do dia 16/10/2020 Capitão Salomão, 324 - Campos Elíseos. 17/03/2021.
- 27/05/2020 Implantação do Acolhimento Feminino no Centro POP (permanência das atividades diárias)
 - 10 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino assintomáticas;
 - (Rua Casa Branca, 1655 - Vila Brasil 10/09/2020).

SECRETARIA DA CIDADANIA
Assistência Social

PRÓPRIEDADE DA CIDADE
RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLEIDORA

Pessoas em situação de rua: acolhimento

- 01/08/2020 Transferência do Acolhimento de longa Permanência masculino
- 40 vagas para pessoas de gênero masculino;
Rua João Clapp, 521 - Campos Eliseos permanece);
- 08/09/2021 Contratação de Educadores 16 educadores permanece;
- 10/09/2021 Implantação do Acolhimento Feminino na Pensão
- 50 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino;
(Rua Amador Bueno, 646 - Centro 05/02/2021);
- 05/02/2021 Transferência do Acolhimento feminino para o Projeto Mudando Vidas
12 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino;
(Av. Dra. Nadir Aguiar, 115 - Jardim Paiva) permanece.



Pessoas em situação de rua: acolhimento

- 17/03/2021 Retomada do Acolhimento de curta permanência masculino e feminino no Complexo CETREM
- 100 vagas para pessoas de gênero masculino;
- 30 vagas para pessoas de gênero e ou identidade de gênero feminino;
(Rua Mogi Mirim, 45; Cacapava, 88 e Mirassol, 155 - Salgado Filho | permanece)
- 01/04/2021 Implantação do Acolhimento de curta permanência masculino "Irmã Dulce dos Pobres"
50 vagas para pessoas de gênero masculino.
(Rua Casa Branca, 1655 - Vila Brasil permanece)
- 29/03/2021 Transferência do Centro POP para a localização central.
(Capitão Salomão, 324 - Campos Eliseos)
- 01/05/2021 República 40 vagas para pessoas de gênero masculino.
(Rua Visconde do Rio Branco, 943 - Centro permanece)





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Pessoas em situação de rua: Ações

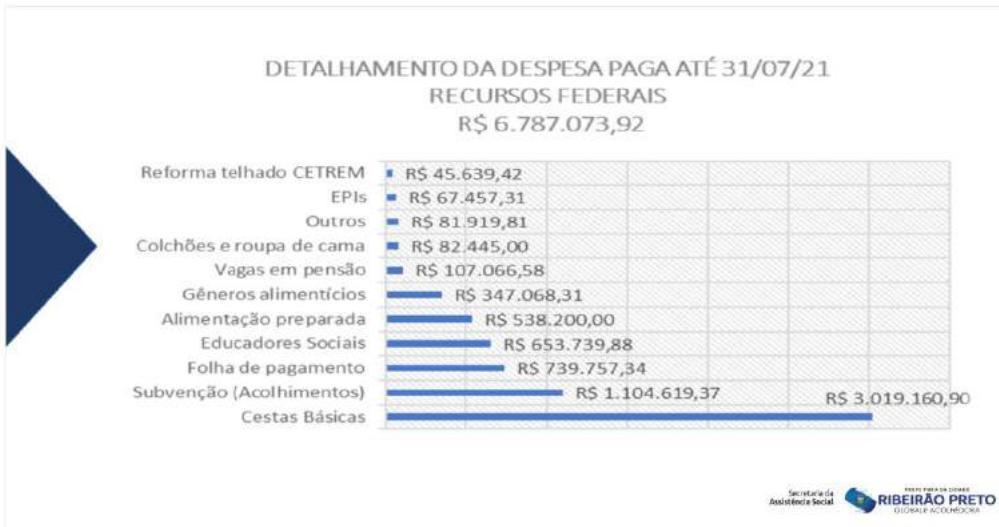
- Orientação dos funcionários, por técnicos da saúde, acerca da forma de contágio do coronavírus, lavagem das mãos, utilização de EPIs, uso do álcool em gel, máscaras e face shield, luvas, entre outros;
- Reorganização do espaço físico, para garantir o distanciamento entre os acolhidos nos quartos e refeitórios dos Serviços de Acolhimento e nas atividades do Centro POP;
- Distribuição de alimentos em embalagens descartáveis;
- Distribuição de água potável em garrafas individuais, para os acolhidos em isolamento social;
- Oficinas de lavagem de mãos e informações acerca do período pandêmico;
- Oficina de confecção de máscaras e sensibilização acerca da importância do uso;
- Testagem nos Serviços de Acolhimentos.

SECRETARIA DA SAÚDE
RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLHEDORA

Pessoas em situação de rua: Ações

- Distribuição de máscara para a pessoa em situação de rua;
- Ampliação da equipe de educadores;
- Contratação de alimentação pronta para o acolhimento emergencial;
- Entrega de Kits de higiene, contendo sabonete líquido e álcool em gel;
- Intensificação do Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS;
- Flexibilização dos critérios de acolhimento, garantindo assim o acolhimento de quem desejasse;
- Articulação com a Secretaria Municipal de Saúde para vacinação.

SECRETARIA DA SAÚDE
RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLHEDORA



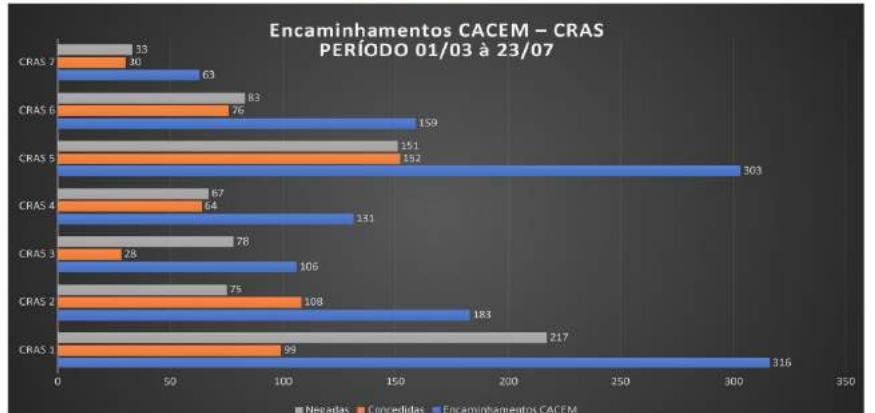


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



CACEM



CACEM- histórico

- 01/03/2021 INICIOU-SE A CACEM (16)3605-0030;
- Com 10 posições de espera, sendo direcionadas para um ramal assim que estivesse disponível e quando uma ligação era desligada outra entrava na fila de espera automática. URA;
- Para atendimento tínhamos 6 Posições de Atendimento compostas por mesa, computador, acesso à internet, ramal e headset, 6 atendentes e supervisão das coordenadoras dos CRAS. Acréscimo de mais uma pessoa no suporte;
- 19/04/2021 Rita assumiu a CACEM;
- 19/04/2021 Identificação quantitativa de outros atendimentos somado ao total de atendimentos recebidos;
- 21/04/2021 Iniciou-se o atendimento através do **0800 016 0030**. Gratuidade de telefone fixo e celular;
- 28/04/2021 Início da Busca Ativa;



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

CACEM- histórico

- 06/05/2021 **INSTALAÇÃO DE 4 NOVOS EQUIPAMENTOS** para ativar 4 P.A;
- 01/06/2021 3 ramais com quedas consecutivas nas chamadas;
- 02/06/2021 5 ramais e 5 pontos de rede funcionando (sala2);
- 08/06/2021 **FURTO DE CABEAMENTO** - Não tivemos atendimentos telefônicos. Foram realizados processos de baixa nas listagens e administrativo;
- 08/06/2021 Os ramais estão ativos mas não estão recebendo ligações, ligando no 08000160030 da ocupado;
- 22/06/2021 0800 não chama, puxa 55 a ligação cai, ligamos e responde que todos os ramais estão ocupados;

SECRETARIA DA CIDADANIA
Assistência Social
 RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLHEDORA

CACEM- histórico

- 28/06/2021 **FURTO DE CABEAMENTO** - Não tivemos atendimentos telefônicos. Busca Ativa funcionou. Processo de Baixa foi executado.
- 14/07/2021 **FURTO DE CABEAMENTO** na Rua 1º de Maio - Problemas na telefonia na CACEM iniciado em 14/07 as 10:15 até 20/07 as 12:30. Busca Ativa do relatório da Vivo, Processos administrativos e Baixas foram feitos. Nos dias 19 e 20/07 os CRAS colheram telefone e CPF de todos os municípios que foram até os CRAS em busca de informações sobre a CACEM. Recebemos em torno de 337 nomes. Nos dias 19 e 20 a Busca Ativa foi realizada com um smartphone e um celular da CACEM e mais 3 telefones de SCFV. Após o retorno da telefonia, a Busca Ativa voltou a ser realizada por um smartphone da CACEM. Finalizamos a Busca Ativa das listagens dos CRAS em 30/07/2021.

SECRETARIA DA CIDADANIA
Assistência Social
 RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLHEDORA

CACEM

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL 2021
DIAS ATIVOS	23	20	21	20	22	6	112
ATENDIMENTOS / SOLICITAÇÕES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL 2021
LIGAÇÕES ATENDIDAS PELA CACEM	4940	5421	8648	8385	6367	2240	36001

ATENDIMENTOS / SOLICITAÇÕES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL 2021
LIGAÇÕES ATENDIDAS PELA CACEM	4940	5421	8648	8385	6367	2240	36001
CESTAS SOLICITADAS ATRAVÉS DA CACEM	2963	3249	4587	4133	3574	1424	19930

LIGAÇÕES ATENDIDAS / OUTROS ASSUNTOS	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL 2021
LIGAÇÕES QUE NÃO FORAM CONCLUÍDAS (EX.: FALTA DE DOCUMENTOS, LIGAÇÃO CAIU NO MEIO DO ATENDIM., ETC), ORIENTADAS QUE NÃO TEM A VER COM O CACEM E/OU A PROCURAR OUTRO SERVIÇO.	0	643	1945	2494	1547	490	7119

Secretaria de Assistência Social RIBEIRÃO PRETO

Cestas arrecadadas/ doadas

RELATÓRIO CBE COVID-19	
9/8/2021	
PERÍODO DE 23/03/2020 A 09/08/2021:	
ENTRADA DE CESTAS PADRÃO:	
CESTAS RECEBIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS POR DOAÇÃO	30.288
CESTAS COMPRADAS PELA SEMAS	36.964
CESTAS RECEBIDAS PELO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE RP	8.674
Montagem e remontagem de cestas	657
TOTAL ENTRADA DE CESTAS PADRÃO	76.583
SAÍDA/ENTREGA DE CESTAS PADRÃO:	
TOTAL DE CESTAS PADRÃO ENTREGUES PELA SEMAS	63.631
TOTAL DE CESTAS ENTREGUES PARA O FUNDO SOCIAL	4.511
TOTAL DE CESTAS ENTREGUES AO NUTRIÇÃO	5.263
TOTAL DE CESTAS PADRÃO ENTREGUES	73.405





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Cestas arrecadadas/ doadas

CESTAS PADRÃO PRESENTES NO ESTOQUE EM 09/08/2021 ¹		3.178
¹ Sendo 1000 destinadas ao Nutrição; 250 reservadas Defesa Civil para período de chuvas; 80 reservadas para SAICA e Mãos Dadas (Setembro), 1480 para os CRASS; e 368 avariadas.		
CESTAS ALIMENTO SOLIDÁRIO		
1 ^a Remessa: 02/06/2020 a 08/01/2021; 2 ^a Remessa: 09/01/2021 a 22/04/2021.*		
TOTAL DE CESTAS DO ALIMENTO SOLIDÁRIO RECEBIDAS PELO BANCO		19.424
Nº Famílias constantes na lista da SEDS que receberam Alimento Solidário		12.686
Nº de substituições realizadas na lista de beneficiários gerada pela SEDS		6.732
TOTAL ALIMENTO SOLIDÁRIO ENTREGUES		19.418
Cestas descartadas		6
TOTAL DE CESTAS ENTREGUES (PADRÃO + ALIMENTO SOLIDÁRIO)		92.829

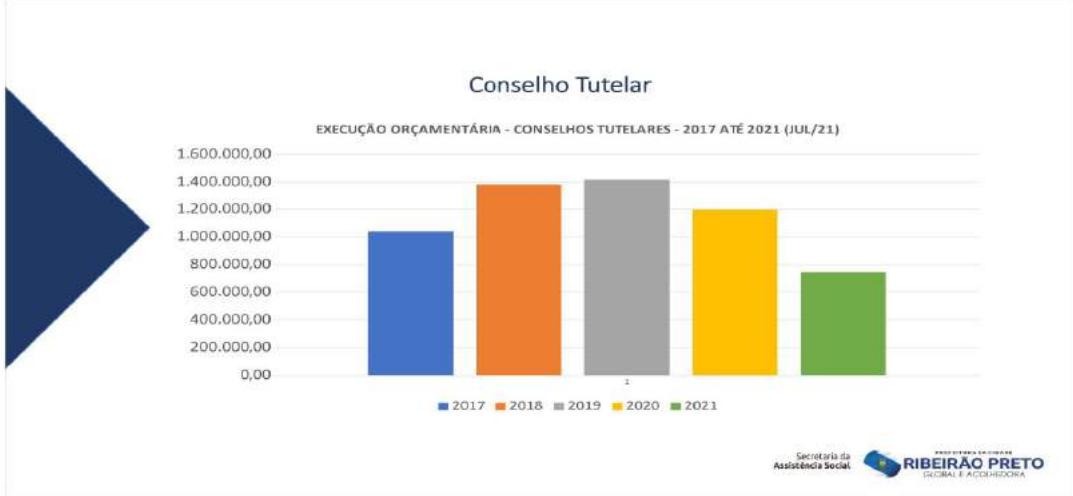
Conselho Tutelar

CONSELHOS TUTELARES
3 Conselhos Tutelares no município;
2 prédios locados e 1 prédio público;
Todos os Conselhos dispõem de 1 veículo com motorista;
Todos os Conselhos possuem Auxiliares Administrativos;
Todos os 15 Conselheiros receberam em 2020 um celular com chip;
Contratos: reprografia corporativa e limpeza para os 3 Conselhos;
Placa de acrílico instalado nas recepções;
EPIs e totem álcool gel;
Fase de contratação curso de capacitação para os Conselheiros;
Melhorias no imóvel do Conselho Tutelar 3.

Secretaria de
Assistência Social



PREFEITURA DA CIDADE
RIBEIRÃO PRETO
GLOBAL E ACOLHEDORA





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ANEXO VIII RESPOSTA OFÍCIO 40.2021



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Justiça
Departamento de Fiscalização Geral

Ofício nº 188/21/FG/ACM

Ribeirão Preto, 19 de outubro de 2021.

Senhor Vereador,

Em atenção ao ofício nº 40/2021, datado de 15 de outubro de 2021, que versa sobre informações referentes às fontes e valores das verbas para custear as horas extras dos servidores deste Departamento durante o enfrentamento da pandemia, informamos o que segue:

As verbas são oriundas do montante que o município tem empenhado na ação de combate à pandemia, sendo o pagamento realizado todo dia 20 de cada mês. Informamos ainda que trabalharam em regime de horas extras 18 (dezoito) servidores e que foram realizadas, em média, 534 (quinhentas e trinta e quatro) horas por mês.

Sendo só para o momento, na oportunidade, apresentamos nossas considerações.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS MUNIZ
Diretor do Departamento de Fiscalização Geral

Ilustríssimo Senhor
ZERBINATO
Vereador - PSB
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

ANEXO IX
RESPOSTA REQUERIMENTO 7500/2021 - Déficit do Consórcio
PróUrbano

ANEXO I

Inicialmente, objetivando embasar o cálculo para pagamento do retroativo devido em decorrência dos prejuízos da Pandemia do COVID-19 (art. 2º, §6º) foi realizada análise dos documentos recebidos do Consórcio Pró Urbano, através do Ofício nº 13/2021 – GES – PREF, encaminhado à Prefeitura Municipal, com cópia para Secretaria Municipal de Administração e para TRANSERP – Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto.

Conforme amplamente discutido, inexistem dúvidas sobre o caráter extraordinário e imprevisível dos efeitos da Pandemia da COVID-19 no Contrato de Concessão.

As medidas adotadas pelo Poder Público visando o combate à pandemia do COVID-19, como imposição de quarentena com isolamento social e proibição de funcionamento regular das atividades empresariais culminaram com a abrupta queda de usuários transportados nos ônibus do transporte coletivo, bem como da respectiva receita mensal.

Folha: 101
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Folha: 102
Proc.: 20210106553

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

1. DEMANDA DE PASSAGEIROS



Empresa de Trânsito e Transporte
Úrbano de Ribeirão Preto S/A

RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÔNIBUS

COMPARATIVO DE DEMANDA / RECEITA

Período: 2017 a 2020

ANO	TRANSPORTADOS		EQUIVALENTES		RECEITA (R\$)	
	QTDE	%	QTDE	%	VALOR	%
2017	55.429.100	---	32.455.616	---	124.567.465,52	---
2018	54.279.319	-2,07	31.687.900	-2,37	126.796.411,70	1,79
2019	53.566.927	-1,31	30.977.396	-2,24	131.866.424,22	4,00
2020	27.408.658	-48,83	16.445.308	-46,91	69.280.022,60	-47,46

Fonte: Transerp

2. RESUMO DÉFICIT MENSAL

Em suma, o Consórcio Pró Urbano indica que o prejuízo acumulado no período de março/20 a março/21 é de **R\$ 48.502.581,26** (doc. 6).

Folha: 103
Proc.: 2021/010656-3

Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

2020

Pass. Equiv.	Recetaria	Custo Total	Detrib Financiador
Mar	R\$ 130.091	R\$ 10.110.002,78	R\$ 10.110.002,78
Abr	R\$ 104.267	R\$ 8.714.748,49	R\$ 8.714.748,49
Mai	R\$ 126.369	R\$ 10.260.959,28	R\$ 10.260.959,28
Jun	R\$ 110.279	R\$ 9.074.956,58	R\$ 9.074.956,58
Jul	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
Aug	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
Sep	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
Out	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
Nov	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
Dez	R\$ 100.327	R\$ 8.795.454,77	R\$ 8.795.454,77
TOTAL:	R\$ 30.394.493,59	R\$ 86.972.809,97	R\$ 86.972.809,97

2021

Pass. Equiv.	Recetaria	Custo Total	Proj. Financeiro
Jan	R\$ 100.000	R\$ 8.782.750,62	R\$ 8.782.750,62
Feb	R\$ 100.000	R\$ 8.786.868,43	R\$ 8.786.868,43
Mar	R\$ 100.000	R\$ 8.786.868,43	R\$ 8.786.868,43
TOTAL:	R\$ 26.356.497,48	R\$ 26.356.497,48	R\$ 26.356.497,48

Receta Média Mensal: R\$ 8.095.030,63
Custo Médio Mensal Total: R\$ 8.786.238,43

Com relação aos documentos comprobatórios apresentados pela Concessionária, listamos os seguintes:

3. COMBUSTÍVEIS – (doc. 3)

- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 000.999.321, data: 02/03/2020, no valor de R\$ 89.484,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.005.599, data: 13/04/2020, no valor de R\$ 67.642,50
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.012.051, data: 27/05/2020, no valor de R\$ 25.456,00



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.016.371, data: 22/06/2020, no valor de R\$ 66.982,50
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.020.848, data: 17/07/2020, no valor de R\$ 72.352,50
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.028.267, data: 21/08/2020, no valor de R\$ 76.760,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.030.657, data: 01/09/2020, no valor de R\$ 93.495,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.042.507, data: 16/10/2020, no valor de R\$ 90.372,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.051.102, data: 27/11/2020, no valor de R\$ 95.970,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.056.830, data: 30/12/2020, no valor de R\$ 100.335,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.062.047, data: 29/01/2021, no valor de R\$ 101.427,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.065.451, data: 19/02/2021, no valor de R\$ 132.930,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.066.940, data: 01/03/2021, no valor de R\$ 134.701,00

Folha: 104
Proc.: 2021010653

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Folha: 105
Proc.: 2021/010655-3

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

4. **PREJUÍZO ACUMULADO** – (doc. 01)

Além disso, a Concessionária apresentou cópia da contabilidade e livros fiscais das empresas Rápido D' Oeste, Transporte e Turb, integrantes do Consórcio, objetivando demonstrar os prejuízos acumulados.

4.1. **Rápido D'Oeste:**

Conta Linhas Urbanas 03/2020 a 12/2020 (fls. 1381 – doc. 01/Livro Razão 20)

03/2020	04/2020	05/2020	06/2020
Saldo Atual: - 10.719.095,18	Saido Atual: - 12.257.194,14	Saldo Atual: - 13.665.795,05	Saldo Atual: - 15.295.783,27
07/2020	08/2020	09/2020	10/2020
Saldo Atual: - 17.013.498,17	Saldo Atual: - 18.861.138,99	Saldo Atual: - 20.904.712,62	Saldo Atual: - 23.175.456,10
11/2020	12/2020		
Saldo Atual: - 25.475.157,71	Saldo Atual: - 27.814.611,84		

Observação: o acumulado negativo remetia a - R\$ 7.460.852,24 no mês de fevereiro de 2020.

Livro Razão Exercício 2020 – Assinado digitalmente pela Contadora Andréia Viana de Souza CRC 1SP223806-0-8



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Conta Linhas Urbanas 01/2021 a 02/2021 (fls. 248 - doc. 01/Livro Razão 21)

01/2021	02/2021	Folha: <u>106</u>
Saldo Atual:	Saldo Atual:	Proc.: <u>2021.010655.3</u>
- 2.167.852,82	- 4.317.175,58	<i>Ana Luiça S. Cunha</i> Secretaria de Governo

Livro Razão Exercício 2021 – Assinado digitalmente pela Contadora Andréia Viana de Souza CRC 1SP223806-0-8

4.2. TRANSCORP:

Livro diário das contas de resultados

Período compreendido entre 01/03/2020 a 31/12/2020 – assinado pelo Contador Armando Mantena dos Santos - CRC/BA - 023220/0-3

Livro diário das contas de resultados

Período compreendido entre 01/01/2021 a 28/02/2021 – assinado pelo Contador Armando Mantena dos Santos - CRC/BA - 023220/0-3

4.3. TURB:

Livro razão de 01/03/2021 a 31/12/2020

Apresentando prejuízo acumulado de - 4.249.232,50 - Assinado pelo Contador Victor Panhota da Silva – CRC/SP 302068/0-8

Livro razão de 31/01/2021 a 22/02/2021

Apresentando prejuízo acumulado de - 784.912,88 - Assinado pelo Contador Victor Panhota da Silva – CRC/SP 302068/0-8

Folha: 107
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

5. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS - (doc. 2)

Visando elucidar as dificuldades financeiras enfrentadas no período da Pandemia do COVID-19, o Consórcio Pró Urbano carreou documentos comprovando a contratação de empréstimos bancários.

Rápido D' Oeste – Endividamento Posição em 31/03/2021



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Folha: 108
Proc.: 2021 | 010 655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

- #### • Instrumento Particular de Aditamento a Cédula de Crédito

Data operação: 17/07/2020 - Valor: R\$ 11.000.000,00

- Cédula de Crédito Bancário - CCB - SICOOB Unicenter

Data operação: 13/11/2020 - Valor: R\$ 8.000.000,00

- Cédula de Crédito Bancário (CCB - SICOOB COOBED)

Data operação: 16/04/2020 - Valor: R\$ 4.300.000,00

- Cédula de Crédito Bancário – Emanuele – Banco B

Data operacião: 13/11/2020 - Valores: R\$ 017.345,00

- #### • Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Banco Bradesco

Data Operação: 15/11/2020 - Valor: R\$ 917.845,00

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Folha: 109
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Transcorp - Endividamento Posição em 28/02/2021

TURB – Mútuos realizados pela TURB



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Folha: 110
Proc.: 2021-010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

6. CUSTOS COM PESSOAL

A Concessionária apresentou diversos ofícios para a Secretaria de Administração, visando comprovar o prejuízo acumulado em razão da queda da demanda de passageiros (doc. 4 e 5).

Da análise dos demonstrativos apresentados pelas empresas integrantes do Consórcio, verificando especificamente os custos com pessoal, apresentamos os seguintes dados:

Meses - 03/20 a 06/20 OF. 22.20 Mês 11/20 OF. 31.20

Mês - 07/20 OF. 24.20 Mês 12/20 OF. 02.21

Mês – 08/20 OF. 27,20 Mês 01/21 OF. 08,21

Mês - 09/20 OF. 28.20 Mês 02/21 OF. 09.21

Mês - 10/20 OF. 29,20 Mês 03/21 OF. 12,21

RÁPIDO D' OESTE 03/20	TRANSCORP 03/20	TURB 03/20
1.245.825,26 - fls. 7	1.049.123,00 - fls. 8	968.625,68 - fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 04/20	TRANSCORP 04/20	TURB 04/20
1.020.175,06 - fls. 17	899.372,00 - fls. 18	685.205,76 - fls. 44
RÁPIDO D' OESTE 05/20	TRANSCORP 05/20	TURB 05/20
820.803,69 - fls. 49	839.691,00 - fls. 51	842.986,61 - fls. 61
RÁPIDO D' OESTE 06/20	TRANSCORP 06/20	TURB 06/20
926.577,39 - fls. 59	354.309,00 - fls. 60	655.124,53 - fls. 63

RÁPIDO D' OESTE 07/20	TRANSCORP 07/20	TURB 07/20
991.537,09 – fls. 06	877.528,00 – fls. 08	824.103,94 – fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 08/20	TRANSCORP 08/20	TURB 08/20
1.257.975,89 – fls. 07	1.001.587,00 – fls. 08	1.017.775,39 – fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 09/20	TRANSCORP 09/20	TURB 09/20
1.156.274,11 – fls. 06	925.086,00 – fls. 08	1.060.298,93 – fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 10/20	TRANSCORP 10/20	TURB 10/20
1.282.801,91 – fls. 11	1.212.067,00 – fls. 08	983.686,99 – fls. 7
RÁPIDO D' OESTE 11/20	TRANSCORP 11/20	TURB 11/20
1.466.717,31 – fls. 7	1.139.288,00 – fls. 10	2.143.439,48 – fls. 9
RÁPIDO D' OESTE 12/20	TRANSCORP 12/20	TURB 12/20
1.467.418,79 – fls. 11	1.751.047,00 – fls. 8	1.433.388,88 – fls. 7
RÁPIDO D' OESTE 01/21	TRANSCORP 01/21	TURB 01/21
1.220.307,31 – fls. 7	811.335,00 – fls. 8	1.133.199,24 – fls. 10
RÁPIDO D' OESTE 02/21	TRANSCORP 02/21	TURB 02/21
1.180.485,29 – fls. 10	1.014.365,00 – fls. 11	1.013.642,76 – fls. 14
RÁPIDO D' OESTE 02/21	TRANSCORP 02/21	TURB 02/21
1.180.485,29 – fls. 10	1.014.365,00 – fls. 11	1.013.642,76 – fls. 14
RÁPIDO D' OESTE 03/21	TRANSCORP 03/21	TURB 03/21
1.170.437,01 – fls. 7	1.007.578,00 – fls. 8	3.934.437,11 – fls. 14

Folha: 111
 Proc.: 2021/00655-3
Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Folha: 112
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

7. CÁLCULO OPERACIONAL

O último estudo de revisão tarifária, realizado para julho de 2016, o Executivo Municipal decidiu, à época, fixar em **R\$ 3,80** a **tarifa básica** do serviço, a qual passou a vigorar a partir do dia 31 do citado mês.

Nesse mesmo estudo, admitia-se, para os 12 meses subsequentes, demanda de **35.969.570 passageiros equivalentes** e produção de **30.134.492 quilômetros**, resultando em IPK (Índice de Passageiros por Km) de **1,1936**; Considerando-se que a **tarifa básica** do serviço é resultante da **divisão**, pelo **IPK**, do **Custo Operacional por Quilômetro** percorrido pela frota de coletivos; Infere-se que, em **julho de 2016**, o **Custo Operacional do serviço** correspondia a **R\$ 4,5357 por quilômetro**.

Não obstante, os principais **insumos** da composição do **Custo Operacional** do Transporte Público Coletivo Urbano são a **mão de obra** com encargos, o **combustível (óleo diesel)**, a **manutenção e conservação da frota**, a **manutenção e conservação das instalações** necessárias à prestação do serviço,

insumos esses cujas **participações** são admitidas como **40%, 20%, 20% e 20% do custo total**, respectivamente, conforme o estabelecido pela fórmula paramétrica para atualização tarifária, prevista no Contrato de Concessão;

Considerando-se, também, que, no **período de julho de 2016 a julho de 2020**, última data-base de atualização tarifária, os preços dos referidos insumos apresentaram índices de reajuste acumulado, respectivamente, em **+12,54%**, **-5,37%**, **+21,16%** e **+14,43%**.

Infere-se, ainda, que em **julho de 2020**, o **Custo Operacional do serviço** passou a corresponder a **R\$ 5,0373 por quilômetro**, valor este que deve ser **multiplicado** pela **quilometragem mensal percorrida pela frota** para se obter o **Custo Operacional Mensal** do Serviço do Transporte Público Coletivo Municipal.

Folha: 113
Proc.: 20210106553

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Por fim, feitas as seguintes considerações, o cálculo da fórmula restou o seguinte:

$$\text{COM} = \text{QMP} \times 5,0373$$

COM = Custo Operacional Mensal

QMP = Quilometragem Mensal Percorrida



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbanos de Ribeirão Preto S/A

RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÔNIBUS

COMPARATIVO DE DEMANDA / RECEITA

Período: 2017 a 2020

ANO	TRANSPORTADOS		EQUIVALENTES		RECEITA (R\$)	
	QTDE	%	QTDE	%	VALOR	%
2017	55.429.100	--	32.455.616	--	124.567.465,52	--
2018	54.279.319	-2,07	31.687.900	-2,37	126.796.411,70	1,79
2019	53.566.927	-1,31	30.977.396	-2,24	131.866.424,22	4,00
2020	27.408.658	-48,83	16.445.308	-46,91	69.280.022,60	-47,46

Fonte: Transerp

Folha: 114
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Folha: 115
Proc.: 2021/0106553

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

	2020			
	Pass. Equiv	Receita	Custo Total	Déficit Financeiro
Mar	1.932.719	8.117.418,67	R\$ 10.351.052,28	- 2.233.633,61
Abr	786.367	3.302.742,84	R\$ 7.138.698,25	- 3.835.955,41
Mai	838.310	3.520.900,26	R\$ 7.561.647,99	- 4.040.747,73
Jun	970.226	4.074.950,24	R\$ 6.896.869,34	- 2.821.919,10
Jul	1.022.720	4.295.424,97	R\$ 7.815.549,19	- 3.520.124,22
Ago	1.099.334	4.617.201,90	R\$ 7.928.554,90	- 3.311.353,00
Set	1.215.289	5.104.213,68	R\$ 8.598.501,50	- 3.494.287,82
Out	1.350.206	5.670.864,65	R\$ 9.181.993,23	- 3.511.128,58
Nov	1.371.617	5.760.790,90	R\$ 10.459.322,31	- 4.698.531,41
Dez	1.390.458	5.839.925,42	R\$ 11.039.840,08	- 5.199.914,66
TOTAL		50.304.433,53	R\$ 86.972.029,07	- 36.667.595,54

	2021			
	Pass. Equiv	Receita	Custo Total	Prej. Financeiro
Jan	1.283.879	5.392.290,61	8.702.523,09	- 3.310.232,48
fev	1.282.095	5.384.798,43	9.324.306,88	- 3.939.508,45
Mar	1.104.232	4.637.775,66	9.223.020,46	- 4.585.244,80
TOTAL				- 11.834.985,72

Receita Média Mensal	5.055.330,63
Custo Médio Mensal Total	8.786.298,42
Prejuízo Médio Mensal	- 3.730.967,79
PREJUÍZO ACUMULADO NO PERÍODO (Mar/20 a Mar/21)	
- 48.502.581,26	



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÔNIBUS

DADOS OPERACIONAIS E ECONÔMICOS
ANO: 2019

MÊS	Nº DE LINHAS	FROTA	DEMANDA DE PASSAGEIROS			ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO	ÍNDICE DE GRATUIDADE	RECEITA (R\$)	SUBSÍDIO ESTUDANTE (R\$)	PERCURSO MENSAL (KM)	PONTOS E ABRIGOS		
			TOTAL	PAGANTES	EQUIVALENTES						QUANTIDADE DE PONTOS DE PARADA	QUANTIDADE DE PONTOS COBERTOS	QUANTIDADE DE ABRIGOS (MÓDULOS)
Janeiro	118	355	4.094.009	2.437.633	2.341.383	29,8%	22,7%	9.864.730,51	0,00	2.343.143	3040	851	899
Fevereiro	118	355	4.382.814	2.709.797	2.585.730	28,0%	20,9%	10.804.214,65	808.718,70	2.183.783	3040	851	899
Março	118	356	4.509.763	2.774.664	2.628.512	28,2%	21,1%	10.995.261,91	869.598,60	2.325.931	3040	851	899
Abri	116	356	4.710.587	2.899.838	2.730.789	28,6%	20,8%	11.429.847,10	1.038.417,00	2.323.174	3029	925	933
Maio	116	356	4.936.314	3.038.556	2.858.906	28,7%	20,8%	11.971.787,12	1.171.901,70	2.406.689	3029	925	933
Junho	116	356	4.154.118	2.530.714	2.398.097	28,7%	21,6%	10.044.740,89	749.488,20	2.224.061	3029	925	933
Julho	116	356	4.179.539	2.472.053	2.376.943	31,2%	22,4%	9.960.209,36	97.324,30	2.350.318	3029	925	933
Agosto	116	356	4.844.258	2.983.724	2.813.543	28,7%	20,7%	12.105.532,87	1.232.206,20	2.431.246	3029	925	933
Setembro	116	356	4.581.204	2.824.741	2.662.063	28,6%	20,7%	11.567.784,81	1.273.846,40	2.282.534	3029	925	933
Outubro	116	356	4.849.372	2.957.398	2.787.765	29,5%	21,0%	12.159.292,92	1.094.937,70	2.376.126	3029	925	933
Novembro	116	356	4.466.971	2.737.297	2.587.788	28,6%	21,2%	11.311.880,69	1.125.480,60	2.212.924	3029	925	933
Dezembro	117	356	3.857.978	2.292.892	2.205.877	29,2%	23,2%	9.651.141,39	175.874,50	2.249.234	3029	925	933

Folha: 116
 Proc.: 2021/010655:9
D
 Ana Luiza S. Cunha
 Secretaria de Governo



RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÔNIBUS

DADOS OPERACIONAIS E ECONÔMICOS

ANO: 2020

MÊS	Nº DE LINHAS	FROTA	DEMANDA DE PASSAGEIROS			ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO	ÍNDICE DE GRATUIDADE	RECEITA (R\$)	SUBSÍDIO ESTUDANTE (R\$)	PERCURSO MENSAL (KM)	PONTOS E ABRIGOS		
			TOTAL	PAGANTES	EQUIVALENTES						QUANTIDADE DE PONTOS DE PARADA	QUANTIDADE DE PONTOS COBERTOS	QUANTIDADE DE ABRIGOS (MÓDULOS)
Janeiro	118	356	3.840.770	2.244.477	2.159.674	31,2%	23,3%	9.351.721,12	0,00	2.258.011	3029	925	933
Fevereiro	118	356	3.994.791	2.412.455	2.307.881	29,5%	21,8%	9.678.409,22	583.208,70	2.131.639	3031	925	933
Março	118	356	3.324.258	2.032.073	1.932.694	30,9%	20,0%	8.105.733,90	549.430,80	2.096.535	3031	925	933
Abril	118	356	1.131.633	804.857	786.408	17,2%	16,7%	3.298.849,60	0,00	1.477.576	3031	925	933
Maio	118	356	1.380.131	858.866	838.356	33,3%	17,1%	3.517.083,28	0,00	1.420.134	3031	925	933
Junho	118	356	1.597.836	994.165	970.281	32,0%	17,9%	4.070.555,16	0,00	1.436.754	3031	925	933
Julho	118	356	1.682.707	1.048.548	1.022.790	33,4%	16,9%	4.291.274,04	0,00	1.515.894	3031	925	933
Agosto	118	356	1.803.804	1.127.712	1.099.395	32,0%	17,4%	4.612.755,25	0,00	1.531.312	3031	925	933
Setembro	118	356	2.006.927	1.248.584	1.215.350	32,2%	17,8%	5.099.172,67	0,00	1.529.916	3031	925	933
Outubro	118	356	2.232.382	1.389.094	1.350.274	31,5%	18,2%	5.665.209,09	0,00	1.586.471	3031	925	933
Novembro	118	356	2.119.163	1.413.471	1.371.689	19,8%	20,1%	5.754.984,65	20.330,40	1.529.691	3031	925	933
Dezembro	118	356	2.294.256	1.431.533	1.390.515	30,4%	18,6%	5.834.274,62	25.287,30	1.591.278	3031	925	933

Folha: 117
Proc.: 2021/04655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÓNIBUS

DADOS OPERACIONAIS E ECONÔMICOS
ANO: 2021

MÊS	Nº DE LINHAS	FROTA	DEVOLVA DA DE PASSAGEIROS			ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO	ÍNDICE DE GRATUIDADE	RECEITA (R\$)	SITUAÇÃO ESTUDANTE (R\$)	PERCURSO MENSAL (KM)	PONTOS E ABONOIS		
			TOTAL	PAGANTES	ENVIAMENTOS						QUANTIDADE DE PONTOS DE PARADA	QUANTIDADE DE PONTOS COBERTOS	QUANTIDADE DE ABONOIS (MÚLTIPLOS)
Janeiro	117	354	2.144.470	1.323.073	1.276.145	32,4%	18,5%	5.387.393,15	0,00	1.514.264	3026	885	930
Fevereiro	117	354	2.148.999	1.321.594	1.282.571	33,2%	18,1%	5.381.384,89	15.673,20	1.495.047	3026	885	930
Março	117	354	1.871.145	1.139.376	1.104.061	35,0%	17,8%	4.632.591,87	13.493,40	1.427.367	3026	885	930

Folha: 118
Proc.: 2021.1.00055-3
Ana LUIZA S. Cunha
Ana LUIZA S. Cunha
Secretaria de Governo

Ribeirão Preto, 26 de maio de 2021.

Ofício SUP. nº 071/2021

*Ref: Minuta Projeto Lei - Regime Emergencial de Subsídio Financeiro Serviço
Público de Transporte Coletivo do Município*

Com Cópia:

Ilmo Sr.
Dr. Alessandro Hirata
Secretário de Justiça

Ilustríssimos Senhores,

Com nossos proverbiais cumprimentos, ante a análise da minuta do projeto de lei em referência, visando à concessão de subsídio financeiro ao serviço de transporte coletivo municipal, informamos o seguinte:

Inicialmente, objetivando embasar o cálculo para pagamento do retroativo devido em decorrência dos prejuízos da Pandemia do COVID-19 (art. 2º, §6º) foi realizada análise dos documentos recebidos do Consórcio Pro Urbano, através do Ofício nº 13/2021 – GES – PREF, encaminhado à Prefeitura Municipal, com cópia para Secretaria Municipal de Administração e para TRANSERP – Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto.

Conforme amplamente discutido nos autos do Processo Administrativo nº 2020.013332-9, inexistem dúvidas sobre o caráter extraordinário e imprevisível dos efeitos da Pandemia da COVID-19 no Contrato de Concessão.

As medidas adotadas pelo Poder Público visando o combate à pandemia do COVID-19, como imposição de quarentena com isolamento social e proibição de funcionamento regular das atividades empresariais culminaram





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**Trânsito
TRANSSERP
Transporte**

Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 133
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

com a abrupta queda de usuários transportados nos ônibus do transporte coletivo.

Visando elucidar os esclarecimentos apresentados com relação ao cálculo da forma do custo operacional, bem como analisar os documentos apresentados pela Concessionária, apresentamos os seguintes dados:

1. DEMANDA DE PASSAGEIROS

RITMO - REDE INTEGRADA DO TRANSPORTE MUNICIPAL POR ÔNIBUS

COMPARATIVO DE DEMANDA / RECEITA

Período: 2017 a 2020

ANO	TRANSPORTADOS		EQUIVALENTES		RECEITA (R\$)	
	QTDE	%	QTDE	%	VALOR	%
2017	55.429.100	---	32.455.616	---	124.567.465,52	---
2018	54.279.319	-2,07	31.687.900	-2,37	126.796.411,70	1,79
2019	53.566.927	-1,31	30.977.396	-2,24	131.866.424,22	4,00
2020	27.408.658	-48,83	16.445.308	-46,91	69.280.022,60	-47,46

Fonte: Transerp

2. RESUMO DÉFICIT MENSAL

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (15) 3934-9500 - Site: www.ribearaopreto.sp.gov.br/transerp

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Em suma, o Consórcio Pró Urbano indica que o prejuízo acumulado no período de março/20 a março/21 é de **R\$ 48.502.581,26** (doc. 6).

2009				
Poss. Equival.	Receita	Custo Total	Déficit Financeiro	
Bdg	R\$ 60.296	R\$ 51.418,61	R\$ 10.174.002,98	R\$ 2.835.617,62
Alt	R\$ 62.901	R\$ 62.747,00	R\$ 7.134.699,20	R\$ 6.995.351,41
Mkt	R\$ 62.901	R\$ 59.939,76	R\$ 6.461.667,00	R\$ 6.360.047,72
Gra	R\$ 62.901	R\$ 6.016.765,74	R\$ 6.078.420,35	R\$ 1.161.654,61
Ita	R\$ 62.901	R\$ 3.975.829,97	R\$ 3.981.667,17	R\$ 20.837,20
Agp	R\$ 62.901	R\$ 1.217.203,00	R\$ 1.216.152,00	R\$ 11.351,40
Saf	R\$ 62.901	R\$ 106.231.168,13	R\$ 106.231.168,13	R\$ 0,00
Oil	R\$ 62.901	R\$ 1.676.982,00	R\$ 1.683.954,72	R\$ 5.972,72
Wmt	R\$ 62.901	R\$ 5.760.755,80	R\$ 6.232.329,62	R\$ 471.573,82
Itz	R\$ 62.901	R\$ 5.339.939,67	R\$ 5.349.081,00	R\$ 1.141,33
TOTAL	R\$ 3.736.453,55	R\$ 36.292.829,67	R\$ 6.657.375,20	

2010				
Poss. Equival.	Receita	Custo Total	Déficit Financeiro	
Bdg	R\$ 1.122.070	R\$ 859.792,00	R\$ 10.177.110,00	R\$ 2.835.351,00
Alt	R\$ 62.901	R\$ 5.385.765,43	R\$ 5.371.546,32	R\$ 14.229,11
Mkt	R\$ 62.901	R\$ 4.632.771,00	R\$ 4.622.620,46	R\$ 10.150,54
TOTAL				

Rancho Média Mensal	5.055.330,63
Custo Médio Morazá Total	R\$ 7.786.188,07

Com relação aos documentos comprobatórios apresentados pela Concessionária, listamos os seguintes:

3. COMBUSTÍVEIS - (doc. 3)

- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 000.999.321, data: 02/03/2020, no valor de R\$ 89.484,00
 - Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.005.599, data: 13/04/2020, no valor de R\$ 67.642,50



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSERP
Transporte
Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 135
Proc.: 2021/010655-3

Ana Lúcia S. Cunha
Secretaria de Governo

- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.012.051, data: 27/05/2020, no valor de R\$ 25.456,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.016.371, data: 22/06/2020, no valor de R\$ 66.982,50
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.020.848, data: 17/07/2020, no valor de R\$ 72.352,50
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.028.267, data: 21/08/2020, no valor de R\$ 76.760,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.030.657, data: 01/09/2020, no valor de R\$ 93.495,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.042.507, data: 16/10/2020, no valor de R\$ 90.372,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.051.102, data: 27/11/2020, no valor de R\$ 95.970,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.056.830, data: 30/12/2020, no valor de R\$ 100.335,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.062.047, data: 29/01/2021, no valor de R\$ 101.427,00

Rua General Câmara, 2810 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone: (16) 3934-9500 - Site: www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transerp

*R. f
for*

- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.065.451, data: 19/02/2021, no valor de R\$ 132.930,00
- Nota fiscal emitida pela Petrobras Distribuidora S.A. NF-e nº 001.066.940, data: 01/03/2021, no valor de R\$ 134.701,00

TOTAL: R\$ 1.147.907,50

4. PREJUÍZO ACUMULADO - (doc. 01)

Além disso, a Concessionária apresentou cópia da contabilidade e livros fiscais das empresas Rápido D' Oeste, Transporte e Turb, empresas até então integrantes do Consórcio, objetivando demonstrar os prejuízos acumulados.

4.1. Rápido D'Oeste:

Conta Linhas Urbanas 03/2020 a 12/2020 (fls. 1381 - doc. 01/Livro Razão 20)

03/2020	04/2020	05/2020	06/2020
Saldo Atual:	Saldo Atual:	Saldo Atual:	Saldo Atual:
- 10.719.095,18	- 12.257.194,14	- 13.665.795,05	- 15.295.783,27
07/2020	08/2020	09/2020	10/2020
Saldo Atual:	Saldo Atual:	Saldo Atual:	Saldo Atual:
- 17.013.498,17	- 18.861.138,99	- 20.904.712,62	- 23.175.456,10
11/2020	12/2020		





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSSERP
Transporte

Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 137
Proc.: 2021/010688-3

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Saldo Atual:	Saldo Atual:	
-25.475.157,71	-27.814.611,84	

Observação: o acumulado negativo remetia a - R\$ 7.460.852,24 no mês de fevereiro de 2020.

Livro Razão Exercício 2020 – Assinado digitalmente pela Contadora Andréia Viana de Souza CRC 1SP223806-O-8

Conta Linhas Urbanas 01/2021 a 02/2021 (fls. 248 - doc. 01/Livro Razão 21)

01/2021	02/2021
Saldo Atual:	Saldo Atual:
- 2.167.852,82	- 4.317.175,58

Livro Razão Exercício 2021 – Assinado digitalmente pela Contadora Andréia Viana de Souza CRC 1SP223806-O-8

4.2. TRANS CORP:

Livro diário das contas de resultados

Período compreendido entre 01/03/2020 a 31/12/2020 – assinado pelo Contador Armando Mantena dos Santos – CRC/BA - 023220/O-3

Livro diário das contas de resultados

X

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3934-9500 - Site: www.ribearaopreto.sp.gov.br/transerp



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 138
Proc.: 20210106553
Ana Luizé S. Cunha
Secretaria de Governo

Período compreendido entre 01/01/2021 a 28/02/2021 - assinado pelo
Contador Armando Mantena dos Santos - CRC/BA - 023220/0-3

4.3. TURB:

Livro razão de 01/03/2021 a 31/12/2020.

Apresentando prejuízo acumulado de - 4.249.232,50 - Assinado pelo Contador
Victor Panhota da Silva - CRC/SP 302068/0-8

Livro razão de 31/01/2021 a 22/02/2021

Apresentando prejuízo acumulado de - 784.912,88 - Assinado pelo Contador
Victor Panhota da Silva - CRC/SP 302068/0-8

5. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS - (doc. 2)

O Consórcio Pró Urbano também carreou documentos comprovando a contratação de empréstimos bancários, com objetivo de justificar a dificuldade financeira advinda dos reflexos da Pandemia do COVID-19.

Rápido D' Oeste - Endividamento Posição em 31/03/2021



RÁPIDO D' OESTE LTDA
RUA DA INDUSTRIA, 3000 - 14010-200 - Ribeirão Preto - SP

RÁPIDO D' OESTE LTDA
CNPJ: 55.908-318/0001-71

PNBRIC: DANASCO / ENDAMENTO - POSIÇÃO EM 31/03/2021 - TIRADAS

Documento	Identificação	Contrato	Descrição	Valor	Prazo	Prazo de vencimento	Prazo final	Prazo de vencimento	Valor	Prazo	Prazo final	Prazo de vencimento	Valor
PRODUTOS	C-GIRO	42958938	12/01/2020	11.000.000,00	18/03/2020	24/03/2020	30/03/2020	04/04/2020	546.412,80	30	01/04/2021	06/04/2021	1.260.442,48
PRODUTOS	C-GIRO	11903464	12/11/2019	91.346,00	14/02/2020	20/02/2020	26/02/2020	01/03/2020	58.661,44	10	01/03/2021	06/03/2021	1.357.465,12
PRODUTOS	C-GIRO	857423	26/06/2019	3.031.872,80	26/09/2019	26/03/2020	01/04/2020	06/04/2020	65.478,03	30	01/04/2021	06/04/2021	1.081.508,00
PRODUTOS	C-GIRO	388862	30/02/2020	109.899,80	26/03/2020	28/03/2020	01/04/2020	06/04/2020	53.041,41	4	01/04/2021	06/04/2021	408.462,30
SAMOS SOCIEDADES	C-GIRO	470294	20/05/2019	21.133.866,12	09/04/2020	02/05/2020	09/05/2020	16/05/2020	99.232,93	20	01/06/2021	06/06/2021	1.168.537,14
SAMOS SOCIEDADES	C-GIRO	747700	29/10/2019	5.460.452,81	28/07/2020	30/08/2020	03/09/2020	10/09/2020	184.770,00	42	01/10/2021	06/10/2021	1.870.460,70
SAMOS SOCIEDADES	C-GIRO	833036	22/01/2020	4.000.000,00	28/03/2020	30/04/2020	03/05/2020	10/05/2020	11.786,80	22	01/06/2021	06/06/2021	1.000.000,00
PRODUTOS MATERIAIS	C-GIRO	526232	27/12/2019	8.807.000,00	15/03/2020	14/10/2020	27/10/2020	03/11/2020	329.455,10	3	01/11/2021	06/11/2021	2.521.420,10
DE BENS PROJETO	TRINAMX	313017900482	10/02/2019	2.161.861,28	16/04/2021	16/04/2024	29/01/2028	03/02/2028	99.081,38	37	01/02/2029	06/02/2029	2.986.507,12
DE BENS PROJETO	TRINAMX	313017900471	10/02/2019	2.099.436,80	28/04/2021	28/06/2024	29/06/2028	03/07/2028	79.967,46	39	01/07/2029	06/07/2029	2.457.036,67
M-BIOL - PROJETO				39.02.034,33					1.124.190,09				26.996.491,43

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3934-9500 - Site: www.ribeirao-preto.sp.gov.br/transerp



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSFER
Transporte

Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 139
Proc.: 2021/010655-3

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

The logo consists of a circular emblem containing a stylized tree or cross-like shape, with the text "RÁDIO OPUS DEI" written below it.

RÁPIDO SPORTE

RÁPIDO D' OESTE LTDA

CNPJ: 65.988.218/0006-71

- #### • Instrumento Particular de Aditamento a Cédula de Crédito

Data operação: 17/07/2020 - Valor: R\$ 11.000.000,00

- Cédula de Crédito Bancário - CCB - SICOOB Unicentro

Data operação: 13/11/2020 - Valor: R\$ 8.000.000,00

- Cédula de Crédito Bancário CCB – SICOOB COCRED

Data operação: 16/04/2020 - Valor: R\$ 4.300.000,00

- Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Banco Bradesco

Data operação: 13/11/2020 - Valor: R\$ 917.845,00

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3334-8500 - Site: www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transerp

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 140
Proc.: 2021/010615-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Transcorp - Endividamento Posição em 28/02/2021

TURB - Mútuos realizados pela TURB



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSERP
Transporte
Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 141
Proc.: 2021/010655-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

6. CUSTOS COM PESSOAL

A Concessionária apresentou diversos ofícios para a Secretaria de Administração, visando comprovar o prejuízo acumulado em razão da queda da demanda de passageiros (doc. 4 e 5).

Da análise dos demonstrativos apresentados pelas empresas até então integrantes do Consórcio, verificando especificamente os custos com pessoal, apresentamos os seguintes dados:

Meses - 03/20 a 06/20 OF. 22.20	Mês 11/20 OF. 31.20
Mês - 07/20 OF. 24.20	Mês 12/20 OF. 02.21
Mês - 08/20 OF. 27.20	Mês 01/21 OF. 08.21
Mês - 09/20 OF. 28.20	Mês 02/21 OF. 09.21
Mês - 10/20 OF. 29.20	Mês 03/21 OF. 12.21

RÁPIDO D' OESTE 03/20	TRANSCORP 03/20	TURB 03/20
1.245.825,26 - fls. 7	1.049.123,00 - fls. 8	968.625,68 - fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 04/20	TRANSCORP 04/20	TURB 04/20
1.020.175,06 - fls. 17	899.372,00 - fls. 18	685.205,76 - fls. 44
RÁPIDO D' OESTE 05/20	TRANSCORP 05/20	TURB 05/20
820.803,69 - fls. 49	839.691,00 - fls. 51	842.986,61 - fls. 61
RÁPIDO D' OESTE 06/20	TRANSCORP 06/20	TURB 06/20

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone: (16) 3934-9560 - Site: www.ribearaopreto.sp.gov.br/transerp



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

folha: 142
proc.: 2021/910655-3

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

926.577,39 - fls. 59	354.309,00 - fls. 60	655.124,53 - fls. 63
RÁPIDO D' OESTE 07/20	TRANSCORP 07/20	TURB 07/20
991.537,09 - fls. 06	877.528,00 - fls. 08	824.103,94 - fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 08/20	TRANSCORP 08/20	TURB 08/20
1.257.975,89 - fls. 07	1.001.587,00 - fls. 08	1.017.775,39 - fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 09/20	TRANSCORP 09/20	TURB 09/20
1.156.274,11 - fls. 06	925.086,00 - fls. 08	1.060.298,93 - fls. 11
RÁPIDO D' OESTE 10/20	TRANSCORP 10/20	TURB 10/20
1.282.801,91 - fls. 11	1.212.067,00 - fls. 08	983.686,99 - fls. 7
RÁPIDO D' OESTE 11/20	TRANSCORP 11/20	TURB 11/20
1.466.717,31 - fls. 7	1.139.288,00 - fls. 10	2.143.439,48 - fls. 9
RÁPIDO D' OESTE 12/20	TRANSCORP 12/20	TURB 12/20
1.467.418,79 - fls. 11	1.751.047,00 - fls. 8	1.433.388,88 - fls. 7
RÁPIDO D' OESTE 01/21	TRANSCORP 01/21	TURB 01/21
1.220.307,31 - fls. 7	811.335,00 - fls. 8	1.133.199,24 - fls. 10
RÁPIDO D' OESTE 02/21	TRANSCORP 02/21	TURB 02/21
1.180.485,29 - fls. 10	1.014.365,00 - fls. 11	1.013.642,76 - fls. 14
RÁPIDO D' OESTE 03/21	TRANSCORP 03/21	TURB 03/21
1.170.437,01 - fls. 7	1.007.578,00 - fls. 8	3.934.437,11 - fls. 14
RÁPIDO D' OOESTE	TRANSCORP	TURB

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3894-9500 - Site: www.ribreiraopreto.sp.gov.br/transerp

X
Q. Faz



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSSERP
Transporte
Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 143
Proc.: 2021/010655-3

Ana Lúiza S. Cunha
Secretaria de Governo

TOTAL: 16.695.915,30	TOTAL: 12.882.376,00	TOTAL: 15.207.336,11
----------------------	----------------------	----------------------

TOTAL GERAL: R\$ 44.785.627,41

7. CÁLCULO OPERACIONAL

O último estudo de revisão tarifária, realizado para julho de 2016, o Executivo Municipal decidiu, à época, fixar em **R\$ 3,80** a **tarifa básica** do serviço, a qual passou a vigorar a partir do dia 31 do citado mês.

No mesmo estudo, admitia-se, para os 12 meses subsequentes, demanda de **35.969.570 passageiros equivalentes** e produção de **30.134.492 quilômetros**, resultando em **IPK (Índice de Passageiros por Km)** de **1,1936**.

Dessa forma, a **tarifa básica** do serviço é resultante da **divisão**, pelo IPK, do **Custo Operacional por Quilômetro** percorrido pela frota de coletivos.

Infere-se que, em julho de 2016, o **Custo Operacional do serviço** correspondia a **R\$ 4,5357 por quilômetro**.

Não obstante, os principais **insumos** da composição do **Custo Operacional** do Transporte Público Coletivo Urbano são a **mão de obra** com encargos, o **combustível (óleo diesel)**, a **manutenção e conservação da frota**, a **manutenção e conservação das instalações** necessárias à prestação do serviço, insumos esses cujas **participações** são admitidas como **40%, 20%, 20% e 20% do custo total**, respectivamente, conforme o estabelecido pela fórmula paramétrica para atualização tarifária, prevista no Contrato de Concessão.

Rua General Câmara, 2010 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone: (16) 3834-8500 - Site: www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transerp



Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Ma: 144
oc.: 2021/010655-3

Ana-Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Considerando, ainda, que no **período de julho de 2016 a julho de 2020**, última data-base de atualização tarifária, os preços dos referidos insumos apresentaram índices de reajuste acumulado, respectivamente, em **+12,54%, -5,37%, +21,16% e +14,43%**.

Por fim, em **julho de 2020**, o **Custo Operacional do serviço** passou a corresponder a **R\$ 5,0373 por quilômetro**, valor este que deve ser multiplicado pela **quilometragem mensal percorrida pela frota** para se obter o **Custo Operacional Mensal** do Serviço do Transporte Público Coletivo Municipal.

E diante do exposto, considerando as explicações apresentadas, o cálculo da fórmula restou o seguinte:

$$\text{COM} = \text{QMP} \times 5,0373$$

COM = Custo Operacional Mensal

QMP = Quilometragem Mensal Percorrida

E mais, aplicando a mesma fórmula para eventuais pagamentos retroativos, embasados pelo art. 2º, § 6º da minuta do Projeto de Lei, apresentamos os seguintes dados:

Quilometragem percorrida.....20.151.879 km

X

Custo por quilômetro rodado.....R\$ 5,0373

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3634-9500 - Site: www.ribairaoporto.sp.gov.br/transerp



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Trânsito
TRANSERP
Transporte
Empresa de Trânsito e Transporte
Urbano de Ribeirão Preto S/A

Folha: 1451
Proc.: 2021/0106557-3

Ana Luiza S. Cunha
Secretaria de Governo

Custo operacional.....R\$ 101.511.060,08

Receita Consórcio PróUrbano.....R\$ 65.651.272,17

Déficit.....R\$ 35.859.787,91

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários, reiterando nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Bruna Gonçalves
BRUNA CRISTINA GONÇALVES
Gerente Depto Jurídico
OAB/SP nº 375.028

Guilherme Marçal
GUILHERME MARÇAL A. PEREIRA
Diretor Jurídico
OAB/SP nº 300.330

Eng. Marcelo Santos Galli
Eng. MARCELO SANTOS GALLI
Diretor Superintendente e
Diretor De Trânsito

José Mauro de Araújo
JOSÉ MAURO DE ARAÚJO
Diretor de Transporte

Ilmo Sr.
Antonio Daas Abboud
DD. Secretário de Governo Municipal
Nesta

Rua General Câmara, 2910 - Jd. Presidente Dutra - CEP 14060-570 - Ribeirão Preto - SP
Fone (16) 3934-9590 - Site: www.ribearaopreto.sp.gov.br/transerp



PróUrbano

Consórcio Ribeirão Preto de Transportes

Ribeirão Preto, 20 de abril de 2021.

Ofício 012/2021-GES-PREF

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
ILMO SR. DR. ANDRÉ ALMEIDA MORAIS

TRANSERP – EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE
RIBEIRÃO PRETO S/A
DIRETOR SUPERINTENDENTE
ILMO. SR. DR. MARCELO SANTOS GALLI

Ref. Encaminhando Documentos Contábeis - Prejuízos Acumulados Pelo
Consórcio em Razão da Queda de Passageiros no mês de março/2021.

PROURBANO – CONSÓRCIO RIBEIRÃO PRETO DE TRANSPORTES, ente jurídico cadastrado no CNPJ/MF sob o n.º 15.474.043/0001-86, sediado na Rua Américo Brasiliense, n.º 433, conjunto 502, Centro, Ribeirão Preto-SP, aqui representado na forma de seus atos constitutivos, comparece a respeitosa presença de Vossas Senhorias para encaminhar documentação contábil comprobatórias dos prejuízos incorridos no valor de R\$ 4.585.244,80 referente ao mês de março de 2021.

Com o prejuízo do mês de março/2021 o déficit do sistema desde o início da pandemia do COVID 19 é de **R\$ 48.502.582,24**. Seguem abaixo os valores:

Mês de operação	prejuízo total do sistema
Março:	R\$ 2.233.633,61
Abri:	R\$ 3.835.955,41
Maio:	R\$ 4.040.747,73
Junho:	R\$ 2.821.919,10
Julho:	R\$ 3.520.125,19
Agosto:	R\$ 3.311.353,00
Setembro:	R\$ 3.494.287,82
Outubro:	R\$ 3.511.128,58
Novembro:	R\$ 4.698.531,41
Dezembro:	R\$ 5.199.914,66
Janeiro/21:	R\$ 3.310.232,48

20/04/21
Alexandre Willerter Braga
Ofício 012/2021-GES-PREF

Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



PróUrbano
Consórcio Ribeirão Preto de Transportes

Fevereiro/21:.....	R\$ 3.939.508,45
Março/21:.....	R\$ 4.585.244,80

A demonstração contábil dos prejuízos verificados na prestação do serviço de transporte público, confirmando assim as expectativas dessa concessionária, reforça a necessidade de proverbial e imediata atuação do Poder Público Municipal para mitigação desses prejuízos e restabelecimento de mínimo equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme sustentado no corpo do referido ofício 014/2020-GES-PREF; razões pelas quais espera esta Concessionária o encarte dos documentos aqui exibido naquele expediente administrativo para análise conjunta do quanto postulado.

Renovamos, na oportunidade, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gustavo Menta Vicentini
**PROURBANO – CONSÓRCIO
RIBEIRÃO PRETO DE TRANSPORTES**
Gustavo Menta Vicentini
Gestor
PROURBANO - RP

Administração:
Tel.: (16) 3610-1177

Rua Américo Brasiliense, 433 | 5º andar | conj. 502 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-050

Central de Vendas:
Tel.: (16) 3104-3300

Rua São Sebastião, 1020 | Centro | Ribeirão Preto | SP | 14015-040

Gasto Total Março 2021		
		Covid-19
Passageiros Equivalentes		1.104.232
Receita	R\$	4.637.775,66
Gasto Total ProUrbano	R\$	9.223.020,46
Prejuízo Financeiro	-R\$	4.585.244,80

OBS: Custo Total TURB:

Foi desconsiderado o custo referente as rescisões de Março
dos contratos de trabalhos.

Documento anexo.

Gustavo Menta Vicentini
Gustavo Menta Vicentini
Gestor
PROURBANO - RP



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



RELATÓRIO PASSAG. DE EQUIVALENTE

FILTRO: 03/2021

POURBANCO

	SISTEMA	PASG. EQ. %	TOTAL EQUIV.	SOMA EQUIV.	%	%
UNITARIO					BASE	EQV.
TIPO DE CREDITO						
FAGANTES BORDO 1,45						
	0	38,708%	0	0		
FAGANTES BORDO 1,50	430	35,714%	154	154		
	0	38,836%	0	0		
FAGANTES BORDO 1,70	0	100,000%	0	0		
FAGANTES BORDO 3,95	0	100,000%	0	0		
FAGANTES BORDO 4,20	18.813	100,000%	18.813	18.813		
FAGANTES BORDO 4,40	0	100,000%	0	0	1,0295%	1,7193%
CREDITO VT 1,30	201	34,210%	69	69		
CREDITO VT 1,45	150	36,708%	55	55		
CREDITO VT 1,50	9.298	35,714%	3.321	3.321		
CREDITO VT 1,70	0	38,836%	0	0		
CREDITO VT 3,80	6.048	100,000%	6.048	6.048		
CREDITO VT 3,95	5.442	100,000%	5.442	5.442		
CREDITO VT 4,20	544.643	100,000%	544.643	544.643		
CREDITO VT 4,40	0	100,000%	0	0	30,2372%	50,6706%
EMPRESSARIAL 1,50	0	34,210%	0	0		
EMPRESSARIAL 1,70	0	38,836%	0	0		
EMPRESSARIAL 3,50	0	35,714%	0	0		
EMPRESSARIAL 5,70	0	38,836%	0	0		
EMPRESSARIAL 3,60	0	100,000%	0	0		
EMPRESSARIAL 3,95	0	100,000%	0	0		
EMPRESSARIAL 4,20	173	100,000%	173	173		
EMPRESSARIAL 4,40	0	100,000%	0	0	0,0092%	0,0157%
CREDITO ESTUDANTE 0,65	5	27,405%	1	1		
CREDITO ESTUDANTE 0,73	0	18,481%	0	0		
CREDITO ESTUDANTE 0,75	109	17,851%	19	19		
CREDITO ESTUDANTE 0,85	0	29,318%	0	0		
CREDITO ESTUDANTE 1,90	12	50,000%	6	6		
CREDITO ESTUDANTE 1,98	14	50,000%	7	7		
CREDITO ESTUDANTE 2,10	13.629	50,000%	6.835	6.835		
CREDITO ESTUDANTE 2,20	0	50,000%	0	0	0,7359%	0,6201%
CREDITO ESTUDANTE 2,30	13	34,210%	4	4		
CREDITO COMUM 1,45	2	36,708%	1	1		
CREDITO COMUM 1,55	17.711	35,714%	6.395	6.395		
CREDITO COMUM 1,70	0	38,836%	0	0		
CREDITO COMUM 3,80	271	100,000%	171	171		
CREDITO COMUM 3,95	144	100,000%	144	144		
CREDITO COMUM 4,20	395.473	100,000%	395.473	395.473		
CREDITO COMUM 4,40	0	100,000%	0	0	22,1029%	36,4133%
UNITARIO 2,46	0	100,000%	0	0		
UNITARIO 2,66	0	100,000%	0	0		
UNITARIO 2,86	1	100,000%	1	1		
UNITARIO 3,46	4	100,000%	4	4		
UNITARIO 3,86	8	100,000%	8	8		
UNITARIO 3,95	6	100,000%	6	6		
UNITARIO 4,20	10.570	100,000%	10.570	10.570		
UNITARIO 4,46	0	100,000%	0	0	0,5699%	0,5589%
EXPRESSO 1,40	14	34,210%	5	5		
EXPRESSO 1,45	3	36,708%	2	2		
EXPRESSO 1,89	8.169	35,714%	2.916	2.916		
EXPRESSO 1,70	0	38,836%	0	0		
EXPRESSO 3,89	44	100,000%	44	44		
EXPRESSO 3,95	57	100,000%	57	57		
EXPRESSO 4,20	89.896	100,000%	89.896	89.896		
EXPRESSO 4,46	0	100,000%	0	0	5,2447%	8,4106%
SUBTOTAL UNITARIO	1.121.396		1.091.221	1.091.221	60%	39%

GRATUIDADES ESTUDANTE 100%

	SISTEMA	PASG. EQ. %	TOTAL EQUIV.	SOMA EQUIV.	%	%
ESTUDANTE GRAT.1,45						
	0	36,708%	0	0		
ESTUDANTE GRAT.1,50	62	35,714%	22	22		
ESTUDANTE GRAT.1,70	0	38,836%	0	0		
ESTUDANTE GRAT.3,95	0	100,000%	0	0		
ESTUDANTE GRAT.4,20	3.585	100,000%	3.585	3.585		
ESTUDANTE GRAT.4,46	0	100,000%	0	0	0,1949%	0,3246%
GRATUIDADES ESTUDANTE 100%	3.647		3.607	3.607	0%	0%

INTEGRADO

	SISTEMA	PASG. EQ. %	TOTAL EQUIV.	SOMA EQUIV.	%	%
					BASE	EQV.
TIPO DE CREDITO						
CREDITO VT (INT) - 2,25						
	0	66,176%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO VT (INT) - 2,35	0	61,842%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO VT (INT) - 2,45	0	62,025%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO VT (INT) - 2,50	80	63,291%	51	51	0,0043%	0,0046%
CREDITO VT (INT) - 2,65	0	67,088%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO VT (INT) - 2,70	5.826	64,285%	3.745	3.745	0,3114%	0,3391%
CREDITO VT (INT) - 2,75	0	65,476%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO VT (INT) - 2,90	0	69,047%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,05	0	30,882%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,12	0	32,941%	0	0	0,0000%	0,0000%

CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,17	0	36,7894%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,25	0	31,0606%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,25	5	32,8894%	2	2	0,0005%	0,0005%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,35	52	32,9426%	17	17	0,0015%	0,0015%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,37	0	32,6350%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,40	0	36,8413%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - 1,48	0	37,3737%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT) - NOVA	0	0	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,25	0	66,1764%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,35	0	61,8421%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,45	0	62,0253%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,50	4	63,2911%	3	3	0,0002%	0,0002%
CREDITO COMUM (INT) - 2,65	0	67,0886%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,70	8.883	64,2857%	5.698	5.698	0,4737%	0,5159%
CREDITO COMUM (INT) - 2,75	0	65,4761%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT) - 2,90	0	69,0476%	0	0	0,0000%	0,0000%
CREDITO EMPRESARIAL (INT) - 2,75	0	65,4761%	0	0	0,0000%	0,0000%
SUBTOTAL INTEGRADO	14.839	9.514	9.514	0,79%	0,86%	
GRATUIDADES	SISTEMA	PASG. EQ. %	TOTAL EQUIV.	SOMA EQV.	%	%
					BASE	EQU.
					1.871.145	1.104.943
TIPO DE CREDITO						
CREDITO VT (INT)	208.599	0,0000%	0	0	11,3480%	0,0000%
CREDITO ESTUDANTE (INT)	4.312	0,0000%	0	0	0,2304%	0,0000%
CREDITO COMUM (INT)	185.093	0,0000%	0	0	9,9226%	0,0000%
CREDITO EMPRESARIAL (INT)	43	0,0000%	0	0	0,0023%	0,0000%
ESTUDANTE GRAT. (INT)	696	0,0000%	0	0	0,0351%	0,0000%
BONUS (INT)	0	0,0000%	0	0	0,0000%	0,0000%
ESPECIAL	35.030	0,0000%	0	0	1,9256%	0,0000%
ESPECIAL C/ AC	8.343	0,0000%	0	0	0,4459%	0,0000%
ACOMPANHANTE	5.457	0,0000%	0	0	0,2916%	0,0000%
ALUNO	282.842	0,0000%	0	0	15,1160%	0,0000%
BONUS	0	0,0000%	0	0	0,0000%	0,0000%
SUBTOTAL GRATUIDADES	731.372	0	0	39%	0%	
TOTAL SISTEMA	1.871.145		1.104.943	1.104.943	100%	100%

RELATÓRIO FINAL - PASSAGEIROS EQUIVALENTES

	(em /2)	
TOTAL		TOTAL EQUIVALENTES
UNITARIO	1.091.221	
INTEGRADO	9.514	
GRATUIDADES ESTUDANTE 100%	3.497	
TOTAL	1.104.232	

Gustavo Menta Vicentini
Gestor
PROURBANO - RP



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo



RÁPIDO D'OESTE LTDA

CNPJ: 55.958.318/0001-71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE MARÇO DE 2021.
(valores expressos em reais R\$)

	Resultado 03/2021			Acumulado 2021		
	Próurbano	Outras Modalidades	Consolidado	Próurbano	Outras Modalidades	Consolidado
Operações						
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.856.855	1.675.695	3.532.550	6.180.743	5.509.775	11.690.518
Deduções da Receita Bruta	(111.346)	(137.792)	(249.137)	(370.376)	(465.935)	(836.311)
Receita Líquida	1.745.509	1.537.904	3.283.413	6.810.367	5.043.840	10.854.207
Custo dos Serviços Diretos	(2.210.370)	(1.750.830)	(3.961.200)	(6.568.891)	(5.239.279)	(11.808.170)
Lucro operacional bruto	(464.861)	(212.926)	(677.787)	(758.524)	(195.439)	(963.963)
Despesas operacionais						
Comerciais	(46.941)	(135.363)	(182.304)	(134.692)	(404.407)	(539.099)
Administrativas	(643.408)	(246.692)	(890.100)	(1.927.271)	(719.916)	(2.647.187)
Outras Receitas/Despesas	(31.468)	(133.382)	(164.828)	(75.157)	(288.424)	(343.581)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(1.186.677)	(728.342)	(1.915.018)	(2.895.645)	(1.588.186)	(4.483.831)
Receitas financeiras	13.202	10.879	24.081	17.702	15.581	33.283
Despesas financeiras	(230.027)	(345.501)	(575.528)	(977.748)	(953.988)	(1.931.736)
Receitas (Despesas) financeiras	(216.825)	(334.621)	(551.446)	(960.046)	(938.407)	(1.898.453)
Lucro (prejuízo) líquido operacional	(1.403.502)	(1.062.963)	(2.466.465)	(3.855.691)	(2.526.593)	(6.382.284)
Resultado não operacional						
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Venda Imobilizado	-	(174.998)	(174.998)	-	(376.998)	(376.998)
contribuição social	(1.403.502)	(1.237.961)	(2.641.462)	(3.855.691)	(2.903.591)	(6.759.281)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(1.403.502)	(1.237.961)	(2.641.462)	(3.855.691)	(2.903.591)	(6.759.281)

Roque Felicio Netto
Sócio Administrador

Andréia Viana de Souza
Contadora
CRC 1SP223806/O-8



Ribeirão Preto, 15 de Abril de 2021

Levantamento dos Gastos Gerais do Urbano referente 03/2021

PESSOAL	1.170.437,01
PEÇAS/ACESSÓRIOS	110.434,84
PNEUS	0,00
PNEUS RECAPADOS	22.688,29
DIESEL (LTS)	718.390,21
LUBRIFICANTES	27.131,52
DEPRECIAÇÃO	129.347,68
Outros custos Operacionais	31.940,73
Total Custos	2.210.370,28
IMPOSTOS	111.345,84
OUTROS / ADM	
Despesa com Pessoal	194.564,09
Despesa Gerais Adm.	218.260,59
Depreciação Adm	5.401,20
	418.225,88
DESPO. OPER / PROURBANO	
Total Despesas Operacionais	303.589,69
Despesas Financeiras	230.026,81
PMT Principal - Financiamento:	91.570,63
PMT Principal - Capital de giro:	395.494,47
TOTAL	3.760.623,60



Roque Felicio Netto

CONTATOS TEL. (16) 2102-8700 / SP
COMERCIAL@RAPIDODOESTE.COM.BR
WWW.RAPIDODOESTE.COM.BR





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Transcorp Transportes e Serviços Ltda.
CNPJ: 53.906.335/0001-30
Demonstração do Resultado para o Período
Compreendido entre 01/03/2021 e 31/03/2021
(Valores expressos em Reais)

Março de 2021

RECEITA LÍQUIDA	
Receita bruta	1.391.823
Tributos sobre vendas	(54.554)
	<hr/>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.337.269
 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Custos com pessoal (operação)	(1.007.578)
Custos com operação e manutenção	(612.969)
Outros custos operacionais	(124.971)
Custos com depreciação e amortização	(288.561)
	<hr/>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(2.034.080)
	<hr/>
RESULTADO BRUTO	(696.811)
 DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(233.626)
Despesas com depreciação e amortização	(5.421)
Despesas tributárias	(18.789)
	<hr/>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	(257.836)
Outras receitas e despesas	(7.345)
Alienação de ativo imobilizado	-
	<hr/>
RESULTADO OPERACIONAL	(7.345)
 Receitas financeiras	445
Despesas financeiras	(93.231)
	<hr/>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(92.787)
 RESULTADO LÍQUIDO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	(1.054.778)
Imposto sobre a renda corrente e diferido	-
Contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferida	-
	<hr/>
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(1.054.778)

ESDRAS RIBEIRO DA SILVA
CPF: 334.266.861-04
Administrador

ARMANDO MANTENA DOS SANTOS
CRC/BA - 023220/0-3
Contador

Transcorp Transportes e Serviços Ltda.
CNPJ: 53.906.335/0001-30
Demonstração dos gastos do mês de Março de 2021
(Valores expressos em Reais)

Março de 2021

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos com Pessoal	(1.007.578)
Custos com Pessoal Consórcio ProUrbano	(60.398)
Combustíveis e Lubrificantes	(517.762)
Peças, Acessórios, Pneus e Materiais de Rodagem	(86.344)
Materiais e Serviços para Conservação	(4.731)
Legalização de Veículos	(4.039)
Outros Custos com Veículos	(93)
Custos com Acidentes	(2.115)
Outros Custos Operacionais	(122.856)
Depreciação de Bens de Uso da Operação	(243.103)
Amortizações Consórcio ProUrbano	(45.459)
TOTAL DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(2.094.478)

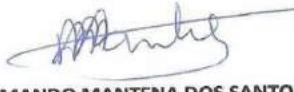
DESPESAS

Despesas com Pessoal	(27.248)
Despesas com Conservação de Bens e Instalações	(6.444)
Despesas com Veículos de Apoio	(466)
Serviços de Terceiros	(95.131)
Utilidades e Serviços Públicos	(16.434)
Demais Despesas Administrativas	(27.504)
Depreciação de Bens de Uso	(5.421)
Outras Receitas e Despesas	(26.133)
Despesas Financeiras	(92.787)
TOTAL DAS DESPESAS	(297.569)

TOTAL DOS GASTOS DE MARÇO DE 2021 **(2.392.047)**



ESDRAS RIBEIRO DA SILVA
CPF: 334.266.861-04
Administrador



ARMANDO MANTENA DOS SANTOS
CRC/BA - 023220/O-3
Contador



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

DocuSign Envelope ID: BCEDA14A-3C24-4F49-815C-EB41E4C509C1

Turb Transporte Urbana S.A - Ribeirão Preto
Balanço
Valores expressos em reais

Data Base
31/03/2021

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	42.810.198,56
Contas a receber	9.896.235,95
Estoque	223.876,66
Tributos a recuperar	1.784.221,30
Avidências/recursos	256.531,35
Despesas antecipadas	8.075,31
Realizável é longo prazo	7.694.565,05
Partes relacionadas	28.261,99
Depósitos	2.712,48
Tributos diferidos	33.931.862,61
Investimentos	11.227.793,72
Imobilizado	4.017.102,26
Intangível	659.626,57
Passivo	
Circulante	
Empreendimentos e financiamentos	651.141,80
Fornecedores	(4.457.427,48)
Obrigações tributárias	(4.372.633,34)
Parcelamentos fiscais	(449.339,51)
Partes sem investimentos	(13.864,64)
Obrigações trabalhistas	(15.590.490,31)
Avidências/recursos	(751.073,67)
Outras obrigações	(128.705,85)
Partes relacionadas	(22.887.447,82)
Empreendimentos e financiamentos	(4.920.975,09)
Fornecedores	(29.710,70)
Obrigações tributárias	(703.729,40)
Parcelamentos fiscais	(3.108.020,59)
Outras obrigações	(2.436.826,70)
Partes relacionadas	(7.600.000,00)
Passivos contingenciais	(1.081.693,55)
PL	
Capital social	1.702.338,35
Reserva de capital	(20.761.207,92)
Prejuízos acumulados	(4.483.917,72)
Resultado	
Receita líquida	
Recursos	11.308.053,17
Impostos e contribuições	(1.391.823,08)
Outras deduções	65.933,45
Despesas	
Custos	27.856,46
Custos com pessoal	4.808.598,40
Custos com pessoal (Exceto motorista)	3.220.899,97
Custos com pessoal (Motoristas)	3.199.156,39
Custos com pessoal (Manutenção)	514.400,74
Custos com inateriais	583.261,18
Custos de tráfego e operação	583.261,18
Óleo Diesel	496.795,76
Graxas e lubrificantes	5.393,31
Pneus e materiais de rodagem	54.036,47
Material de carrocera	3.416,73
Peças, componentes e acessórios	44.353,18
Custos diretos	172.525,76
Custos de tráfego e operação	162.458,27
Custos de manutenção	10.067,49
Depreciação	119.434,28
Recetas (despesas) operacionais	849.192,85
Despesas gerais e administrativas	679.316,32
Pessoal	388.054,85
Arendamento Mercantil e Locação de bens	860,94
Serviços de terceiros	84.353,56
Utilidades e serviços públicos	738,49
Despesas gerais	140.192,30
Depreciação	10.287,93
Amortização	49.627,69
Outras receitas operacionais	(39.153,07)
Resultado da participação societária	55,94
Perda pela equivalência patrimonial	55,94
Resultado financeiro	87.605,77
Despesas financeiras	87.909,37
Recetas financeiras	(503,60)
Imposto de renda e contribuição social	220.883,03

Docesigned by,

Victor Panhota da Silva
CPF 230.026.068-96
CRC SP-392068/O-B
Controller



TURB
RIBEIRÃO PRETO



Ao Consórcio Prourbano de Ribeirão Preto SP.

Segue quadro de GASTOS do mês de março/2021.

DESCRÍÇÃO	Valor
CUSTO	4.809.598,40
PESSOAL	3.934.437,10
MANUTENÇÃO	57.846,40
PNEU	34.036,17
ABASTECIMENTO	496.002,79
LUBRIFICANTE	5.383,31
DEPRECIAÇÃO	119.434,36
Outros Custos Operacionais	162.458,27
IMPOSTOS	83.769,91
DESPESA	673.316,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	673.316,32
Pessoal	388.054,86
Despesas com conservação de bens e instalações	0,00
Despesas gerais	140.192,30
Serviços de terceiros	84.353,56
Utilidades e serviços públicos	138,40
Amortização	49.627,89
Depreciação	10.268,37
Arrendamento Mercantil e Locação de bens	680,94
RESULTADO FINANCEIRO	87.605,77
IR/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	220.583,03
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	55,94
Total Geral	5.874.929,37

Ribeirão Preto, 19 de abril de 2021.

Atenciosamente,

TURB – TRANSPORTE URBANO S.A.
Bua Tietê, 50 – Vila Carvalho
Ribeirão Preto/SP | CEP 14075-456 | Fone: (16) 3969-8222

www.turb.com.br

BB MOBILIDADE



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

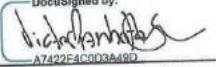


Ribeirão Preto, 19 de abril de 2021.

Prezados,

Abaixo discriminou os custos com rescisão de contrato de trabalho advindo da venda da participação do consórcio Pró-Urbano em 31 de março de 2021.

Descrição das despesas	Abr-2021
AVISO PREVIO INDENIZADO	614.716,24
ENCARGOS SOBRE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	558,25
INDENIZAÇÃO FGTS (MULTA RESCISÓRIA)	2.187.604,73
INDENIZAÇÕES/ACORDOS TRABALHISTAS	1.700,29
Total Geral	2.804.579,51

DocuSigned by:

A7422FACD03AA9D
Victor Panhota da Silva
CPF 230.026.068-98
CRC SP-302068/O-8
Controller

TURB – TRANSPORTE URBANO S.A.
Rua Tietê, 50 – Vila Carvalho
Ribeirão Preto/SP | CEP 14075-456 | Fone: [16] 3969-9222

www.turb.com.br

 BR MOBILIDADE

ANEXO X

RESPOSTA REQUERIMENTO 8992/2021 - Metas PPA 2017-2021 (ano 2020)

Município:	Ribeirão Preto						
Instituição:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO						
Ano Exercido:	2020						
Tipo de Documento:	Relatório de Atividades						
Período:	Ano						
Data da Prestação:	01/03/2021 09:32						
Programas							
Código do Programa	Denominação do Programa	Código do Indicador Pretendido	Denominação do Indicador Pretendido	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
0	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	845	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PRÉVISTOS NOS ENCARGOS - OFER. ESPEC. COM O ORC. ÓNICAL	PERCENTUAL	100	86,70	Valor liquidado R\$ 183.416.791,00, valor encargo R\$ 211.350,00 que corresponde a 96,79% (ou seja o valor encargado para pagamento da obrigação com alegação para pagamento das obrigações com administradores judiciais, precatórios judiciais, acordos judiciais 28,25%, precatórios IPH e Requisitórios de Pagamento Valor - RPV judicial para o exercício de 2020 - foi suficiente conforme discriminado na parte das ações respondida neste relatório. (Se pagamento de precatório IPH a ação foi suplementada).
10101	EDUCAÇÃO PARA VIVER	400	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB*) - REDE MUNICIPAL DE 1 A 4 SÉRIES	PERCENTUAL	0	0	ULTIMO RESULTADO DIVULGADO DO IDEB, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019.
10101	EDUCAÇÃO PARA VIVER	401	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB*) - REDE MUNICIPAL DE 5 A 8 SÉRIES	PERCENTUAL	0	4,0	ULTIMO RESULTADO DIVULGADO DO IDEB, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019.
10101	EDUCAÇÃO PARA VIVER	666	OPORTUNIDADES DE VAGAS EM CRECHES	NÚMERO	8.855,00	11.401,00	NÚMERO TOTAL DE VAGAS OCUPADAS NAS CRECHES MUNICIPAIS, CONVENIADAS E ESCOLAS PARCEIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, NO EXERCÍCIO DE 2020. DEMANDA REPONDIDA: 3.206.
10102	VIVER - ATENÇÃO BÁSICA	472	PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL	12	31	Devido a pandemia da COVID-19, o numero de internações diminuiu por condições sensíveis à atenção básica de acordo com a portaria citada acima, e também o total de internações clínicas do SUS de ribeirão também diminuiu drasticamente, pois internamos clinicamente mais os casos relacionados a COVID-19 e consequências dessa doença, infarto e AVC. Isto faz com que a relação das internações AD/total de internações clínicas aumentasse em relação aos anos anteriores.
10102	VIVER - ATENÇÃO BÁSICA	945	POPOULAÇÃO ATENDIDA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	PERCENTUAL	34	23,35	EM 2019 AS EQUIPES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ENTRAVAM COMO COBERTURA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. ENTRETANTO, APÓS A MUDANÇA PARA O PROGRAMA PREVINE BRASIL, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 3.479, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019, SOMENTE CONTAVA COMO POPOULAÇÃO COBERTA POR ESF (ESTRUTURA DE SAÚDE DA FAMÍLIA) OS QUE ESTAVAM NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA COM EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, JUSTIFICANDO A QUITADA DA COBERTURA POPULACIONAL PELA ESF.
10103	VIVER - ATENÇÃO BÁSICA	710	UNIDADES DE SAÚDE BÁSICA QUE OFERECEM SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO FAMILIA	PERCENTUAL	100	100	
10103	SAÚDE 3.0	404	ÍNDICE DE TOS-SP - ÍNDICE MUNICIPAL DE SAÚDE	NÚMERO	0	0	O RESULTADO DO 3-SAÚDE NO ANO DE 2019 PARA O MUNICÍPIO FOLHÓ (EFETIVA), OS RESULTADOS 2020 ESTÃO INGERIDOS NO SISTEMA DO TCE PARA POSTERIOR ANÁLISE.
10104	VIVER - PREVENÇÃO	423	PESSOAS INFECTADAS COM DENGUE	PERCENTUAL	464,97	247,2	O ÍNDICE FOI ABALO DO PACTUADO INDICANDO MELHORIA
10104	VIVER - PREVENÇÃO	479	COBERTURA VACINAL	PERCENTUAL	67	72,9	desconforme informado por: RIBONETES 12/12/2021 16:34:17 - sem justificativa.
10105	VIVER - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	480	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOLOGICAL	PERCENTUAL	0,77	0,91	MAIOR E MELHOR
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	424	POPOULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	PERCENTUAL	0,17	0,08	Observa-se que os números apresentados foram coletados dos serviços: Centro Ror, Abordagem Social, Cetram (Casa de Passagem/SAPA), Abrigo Emergencial Covid-19. Nesse período, foram necessárias adaptações nos serviços projetados as pessoas em situação de rua, devido a nova demanda de pandemia mundial em saúde, executando estratégias de contingenciamento da contaminação ao surto do Covid-19.
10107	CONSUMIDOR CONSCIENTE, RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONSUMIDOR	620	RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PREJUDICIAIS AO CONSUMIDOR	PERCENTUAL	52	71	A meta de resolução de situações prejudiciais ao consumidor foi atingida conforme índice de resolutividade apresentado no período.
10108	RIBERÃO CULTURAL	621	NÚMERO TOTAL EDIFÍCIOS TOMBADOS COM USO PÚBLICO OU PRIVADO	NÚMERO	1	0,64	Levando em consideração o valor de 1,00 da quantidade estimada como sendo 100% de toda a execução orçamentária para realizadas de 2020, a quantidade realizada ficou em 64,54% em relação a meta. Justifica-se devido a situações econômica e financeira da cidade devido a pandemia do Covid-19.
10109	RIBERÃO CIDADE REFERENCIA	623	EMPREGOS EM ATIVIDADES TURÍSTICAS	PERCENTUAL	0	6,76	OS NÚMEROS REFEREM-SE AO ANO DE 2.019, FONTE: SPEA.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

10110	ESPORTE PARA VENCER	638	PERCENTUAL DE VAGAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRÁTICA ESPORTIVA	PERCENTUAL	1	0,65	Levando em consideração o valor de 1,00 da quantidade estimada como sendo 100% de toda a execução orçamentária para realizada de 2020, a quantidade realizada fica em 65% em relação a orçada. Justifica-se devido a situação econômica e financeira da cidade devido a pandemia do Covid-19.
10111	CIDADE INTELIGENTE	642	ACESSOS NEGADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	PERCENTUAL	1	1	TORAM REGISTRADOS 445 PEDIDOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO E 65 PEDIDOS FORAM NEGADOS
10112	RIBEIRÃO SEGURA	647	NÚMERO DE AÇÕES CONTÍNUAS DA GCM, PM E PC	NÚMERO	1	300	Durante a pandemia, foram realizadas ações conjuntas todos os dias, exceto aos domingos. Além disso, foram realizadas cerca de 50 operações em conjunto com o Ministério Público em 2020.
10114	PASSA LIMPO RIBEIRÃO	619	ACESSO A SERVIÇO DE COLETA DE LIXO DOMÉSTICO	PERCENTUAL	1	1	A coleta atende 100% do município de Ribeirão Preto, seja porta a porta ou por meio de carambas estacionárias (comunidades, áreas rurais e etc.) realizada três vezes por semana em dias intercalados e diariamente no centro da cidade.
10115	RIBEIRÃO VIVA	436	TOTAL DE EMISSÕES DE CO2 EQUIVALENTE PER CAPITA	NÚMERO	1	1	Os dados são apurados pela CETESB e a última atualização foi em 2017.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	488	VIAIS PAVIMENTADAS	MÉTRICO QUADRADO	17.327,90	18.215,00	Justificamos conforme segue: Valor Orçado R\$1.376.307,00 Valor Liquidado R\$ 4.610.151,00 Resultado: Somatório das Ações de Vias Pavimentadas. (10304) (10002) (10003) Enfatizamos que em relação ao Índice Previsto de Índice Realizado, houve uma variação de (-10,90%) ou seja, (-10,90%) superior ao Índice Previsto.
10117	SERVIDOR EFETIVO	476	ESTRÉSSE DE RH	PERCENTUAL	0,25	0	Indice com falta conceitual
10117	SERVIDOR EFETIVO	477	AFAGAMENTO DE LONGA DURAÇÃO	NÚMERO	0,05	0,03	27741 dias pedidos/2999445 dias esperados = 0,03 obs: Quanto menor, melhor
10117	SERVIDOR EFETIVO	478	ECONOMIA COM LICENÇAS DE LONGA DURAÇÃO	NÚMERO	1.440.000,00	0,10	R\$2.342.550,93/R\$14.943.900,20 = 0,16 Obs: Na soma zero inicial na quantidade. O correto é 1,44.
10117	SERVIDOR EFETIVO	482	FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS	PERCENTUAL	0,5	0,17	1400 servidores capacitados / 8392 funcionários * 100 = 17,2% ou 0,1721 (eventos presenciais não realizados devido a pandemia).
10120	GESTÃO FISCAL FAZENDARIA	844	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUN. EM RELAÇÃO A MÉDIA DOS DOIS ÚLTIMOS EXERC.	PERCENTUAL	6,5	4,47	Percentual de crescimento da receita tributária em relação a média dos dois últimos exercícios proporcionais a Outubro em 12/2019 R\$ 888.736,580,43 em 12/2019 R\$ 927.407.105,72 entre a média dos dois exercícios anteriores fica em R\$ 986.072.883,08, arredondando ate 12/2020 R\$ 948.678.708,12 - chegamos ao resultado em percentual de crescimento de 4,47% em dezembro de 2020 comparando a média de 2018 e 2019. (A receita foi afetada pela pandemia do COVID-19)
10130	GESTÃO DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO	845	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS NA GESTÃO DOS ENCARGOS MUNICIPAIS COM O ORÇAMENTO INICIAL	PERCENTUAL	100	100,00	Valor liquidado R\$ 131.163.361,04 valor orçado R\$ 100.825.445,60 incluindo a reserva de contingência, assim corresponde a 130,09% ou seja 30,09 a mais (assim do valor orçado para Programa Gestão dos Encargos do Município não foi suficiente) em grande parte REF. LEI 14.454 DE 10/03/2020 PARA ATENDER A LEI COMPLEMENTAR 2.960 DT 20/08/2019 que passa o valor arredondado com Débito Ativo do município para 30%, visando cobrir déficit financeiro para pagamento dos aposentados - foi suplementado para essa finalidade R\$ 40.000.000,00 deduzido do valor da Transferência Financeira para próprio IPM buscando assim manter equilíbrio orçamentário no exercício).

Código do Programa	Descrição do Programa	Código da Ação	Descrição da Ação	Unidade Orçamentária	Unidade Executiva	Função de Governo	Natureza de Governo	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Justificativa de Desvio em Relação ao Antigo
0	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30001	PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO E JUROS	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PREVISTOS NOS ENCARGOS - OPER. ESPEC. COM O ORC. INICIAL	PERCENTUAL	100	90,66	Valor empregado/liquidado R\$ 1.376.312,71 valor arcado 100.825.445,60 que corresponde a 90,66%, assim pagamento de juros e juros de encargos é maior que o previsto no orçamento devido a queda nas taxas de juros e queda no valor da dívida interna devido a pandemia do COVID-19 e queda da arrecadação municipal.
0	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PREVISTOS NOS ENCARGOS - OPER. ESPEC. COM O ORC. INICIAL	PERCENTUAL	100	98,74	Valor empregado/liquidado R\$ 2.238.877,47 valor arcado 220.000,00 que corresponde a 98,74%, assim o valor arredondado com débito ativo do município para pagamento de precatórios judiciais é maior que o previsto no orçamento devido a queda nas taxas de juros e queda no valor da dívida interna devido a pandemia do COVID-19 e queda da arrecadação municipal.
0	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30003	PAGAMENTO DE ACORDOS JUDICIAIS	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PREVISTOS NOS ENCARGOS - OPER. ESPEC. COM O ORC. INICIAL	PERCENTUAL	100	96,51	Valor empregado/liquidado R\$ 4.415.469,47 valor arcado 45.210,00 que corresponde a 96,51%, assim o valor arredondado com débito ativo do município para pagamento do Acordo Judical é maior que o previsto no orçamento devido a queda nas taxas de juros e queda no valor da dívida interna devido a pandemia do COVID-19 e queda da arrecadação municipal.
0	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30004	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS EM GERAL	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PREVISTOS NOS ENCARGOS - OPER. ESPEC. COM O ORC. INICIAL	PERCENTUAL	0	0	Não correto, encargo orçamentário no exercício 2020 é zero mas foi incluído na LOA do exercício 2020. Foi feita retransferência financeira.
0	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30005	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS SPH	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS PAGAMENTOS PREVISTOS NOS ENCARGOS - OPER. ESPEC. COM O ORC. INICIAL	PERCENTUAL	100	116,92	Valor empregado/liquidado R\$ 14.557.761,04 valor arcado 405.000,00 que corresponde a 99,77%, assim o valor arredondado com débito ativo do município para pagamento de precatórios SPH é maior que o previsto no orçamento devido a queda nas taxas de juros e queda no valor da dívida interna devido a pandemia do COVID-19 e queda da arrecadação municipal.

	OPERAÇÕES ESPECIAIS	30006	PAGAMENTO DE REQUERIMENTOS DE PESQUISA VALOR - RPV	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS DO MUNICÍPIO	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	PERCENTUAL DE APROVAÇÃO DOS PAGAMENTOS REFERENTES NOS ENCARGOS E OFER. ESPEC. COM O GIC INICIAL	PERCENTUAL	UO	64,7	valor arquivado/fluidizado: R\$ 0,022.374,76 valor arquivado R\$ 9.000,00 que corresponde a 64,70% / o valor arquivado foi suficiente para pagamento do RPV - Requisitante de Pequeno Valor - Judicial não existe uma dificuldade de previsão, observado os anos anteriores pelo fluidizado: R\$ 9.729.045,75, que é maior que o credenciamento positivamente desde a aprovação da proposta, pagando o valor de R\$ 9.729.045,75 por RPV (equivalente ao menor que nas alegações acorda projeto para PMDD e não é necessário o reembolso).
10101	EDUCACAO PARA VALER	10126	REGULAMENTACAO FISICA DAS UNIDADES ESCOLARES	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	NÚMERO DE ESCOLAS REGULARIZADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10126	REGULAMENTACAO FISICA DAS UNIDADES ESCOLARES	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE ESCOLAS REGULARIZADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10133	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO JARDIM MARCHESE	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10154	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA VILA ALBERTINA	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10155	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO PARQUE DOS FINS	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10159	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO JARDIM WILSON TORO	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10160	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO JARDIM INTRALOGIC	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10161	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO QUINTAL DA PACI II	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10165	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO JARDIM JOÃO ROSSI	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10166	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO PARQUE REMÉMIO PIETRO	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10169	AMPLIACAO DE ESCOLAS	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10203	CONSTRUÇÃO DE CRECHE PAULO GOMES ROMEO	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10204	CONSTRUÇÃO DE CRECHE HÉITOR RISON	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10205	CONSTRUÇÃO DE CRECHE SAMON PARANÓ	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10206	CONSTRUÇÃO DE CRECHE DOMINGOS ANGELANI	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	VAGAS ATENDIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10207	CONSTRUÇÃO DE CRECHE RESERVA REAL	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	0	0	nas alegações existentes no exercício 2020 para a ação, não foi incluída na LOA do exercício 2020. ESTA AÇÃO FOI SUBSTITUIDA PELA AÇÃO CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10215	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	1	0	AS CONSTRUÇÕES IRÃO GERAR NOVAS VAGAS NO EXERCÍCIO DE 2021.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10215	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMERO DE VAGAS DE CRECHE AMPLIADAS	NÚMERO	1	0	AS CONSTRUÇÕES IRÃO GERAR NOVAS VAGAS NO EXERCÍCIO DE 2021.
10101	EDUCACAO PARA VALER	10221	AÇOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	NÚMEROS OFICIAIS DE PESSOAS POR COVID 19 DE REQUERIMENTOS EM RESSERVA PRETO	NÚMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 GESTOS POR COVID 19
10101	EDUCACAO PARA VALER	10221	AÇOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMEROS OFICIAIS DE PESSOAS POR COVID 19 DE REQUERIMENTOS EM RESSERVA PRETO	NÚMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 GESTOS POR COVID 19
10101	EDUCACAO PARA VALER	10222	AÇOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMEROS OFICIAIS DE PESSOAS POR COVID 19 DE REQUERIMENTOS EM RESSERVA PRETO	NÚMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 GESTOS POR COVID 19
10101	EDUCACAO PARA VALER	10222	AÇOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMEROS OFICIAIS DE PESSOAS POR COVID 19 DE REQUERIMENTOS EM RESSERVA PRETO	NÚMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 GESTOS POR COVID 19
10101	EDUCACAO PARA VALER	10222	AÇOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚMEROS OFICIAIS DE PESSOAS POR COVID 19 DE REQUERIMENTOS EM RESSERVA PRETO	NÚMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 GESTOS POR COVID 19
10101	EDUCACAO PARA VALER	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10101	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNDO DE EDUCAÇÃO	DEPARTO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	2,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

0001	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUporte	MUNICÍPIO DE BRASILIA	DEPÓSITO DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	COMPRAIS PÚBLICAS SUSTENTIVAS	PERCENTUAL	E	3,5	Contratações e equipes referentes a matrículas ambientais e implantações de processos totalmente digitais.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUporte	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTIVAS	PERCENTUAL	E	3,5	Contratações e equipes referentes a matrículas ambientais e implantações de processos totalmente digitais.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20002	SERVICOS DE SUporte	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTIVAS	PERCENTUAL	E	3,5	Contratações e equipes referentes a matrículas ambientais e implantações de processos totalmente digitais.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	46,39	PESQUISA DA EXECUÇÃO/Liquidacão da POLIA DE PAGAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL GERADO REFERENTE A SUBPÚBLICO EDUCACAO ADMINISTRATIVA GERAL
0001	EDUCACAO PARA VALER	20003	GESTAO DE RH	MUNICÍPIO DE BRASILIA	DIRETORIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	81,9	PESQUISA DA EXECUÇÃO/Liquidacão da POLIA DE PAGAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL GERADO REFERENTE A SUBPÚBLICO EDUCACAO INFANTIL
0001	EDUCACAO PARA VALER	20003	GESTAO DE RH	MUNICÍPIO DE BRASILIA	DIRETORIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	81,38	PESQUISA DA EXECUÇÃO/Liquidacão da POLIA DE PAGAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL GERADO REFERENTE A SUBPÚBLICO EDUCACAO INFANTIL
0001	EDUCACAO PARA VALER	20003	GESTAO DE RH	MUNICÍPIO DE BRASILIA	DIRETORIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	96,47	PESQUISA DA EXECUÇÃO/Liquidacão da POLIA DE PAGAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL GERADO REFERENTE A SUBPÚBLICO EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS
0001	EDUCACAO PARA VALER	20003	GESTAO DE RH	MUNICÍPIO DE BRASILIA	DIRETORIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	96,15	PESQUISA DA EXECUÇÃO/Liquidacão da POLIA DE PAGAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL GERADO REFERENTE A SUBPÚBLICO EDUCACAO ESPECIAL
0001	EDUCACAO PARA VALER	20006	INTERNA DEMOCRATICA DAS UNIDADES ESCOLARES - SUBVENÇÃO EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PROCESSO DE ESCOLA DE DIRETORES E VICE DIRETOR	NÚMERO	120	0	não houve processo de escolha de diretores e vice em 2020.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20008	INTERNA DEMOCRATICA DAS UNIDADES ESCOLARES - SUBVENÇÃO EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PROCESSO DE ESCOLA DE DIRETORES E VICE DIRETOR	NÚMERO	120	0	não houve processo de escolha de diretores e vice em 2020.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20008	INTERNA DEMOCRATICA DAS UNIDADES ESCOLARES - SUBVENÇÃO EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROCESSO DE ESCOLA DE DIRETORES E VICE DIRETOR	NÚMERO	120	0	não houve processo de escolha de diretores e vice em 2020.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20109	GESTAO DA OFERTA EDUCACIONAL MUNICIPAL - DIRETORIA DE EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS	NÚMERO	93	0	NOVA INSCRIÇÃO NA EDUCACAO INFANTIL NAO CONVIDADA, NEM PARCERIA COM O 3 SETOR REFERENTE AO ENSENAZAMENTO, NO DIFERENCIAMENTO E NO FOMENTO DA CULTURA.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20109	GESTAO DA OFERTA EDUCACIONAL MUNICIPAL - DIRETORIA DE EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS	NÚMERO	93	77,34	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NAS COVIDADAS - EDUCACAO INFANTIL - 3676 TOTAL DE INGRESSOS DE VAGAS - 3646 TOTAL MATRICULADOS - TOTAL DE INGRESSOS NAO ATENDIDOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS - ALUNOS REPROVADOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS DEFENDIDA REFORMA EM 2020 - HEBE DEZEMBRO PONTE, CODIGO DE REFERENCIA EM 2020 - HEBE DEZEMBRO PONTE, CODIGO DE REFERENCIA EM 2020.
0001	EDUCACAO PARA VALER	20109	GESTAO DA OFERTA EDUCACIONAL MUNICIPAL - DIRETORIA DE EDUCACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS	NÚMERO	93	100	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NAS COVIDADAS - EDUCACAO INFANTIL - 3676 TOTAL DE INGRESSOS DE VAGAS - 3646 TOTAL MATRICULADOS - TOTAL DE INGRESSOS NAO ATENDIDOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS - ALUNOS REPROVADOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS REPROVADOS - 1000 TOTAL DE ALUNOS DEFENDIDA REFORMA EM 2020 - HEBE DEZEMBRO PONTE, CODIGO DE REFERENCIA EM 2020 - HEBE DEZEMBRO PONTE, CODIGO DE REFERENCIA EM 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10019	IMPLEMENTACAO DE PROFESSOS PUBLICOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	REFORMA E APLICAÇÃO DE PROFESSOS PUBLICOS	NETRO QUADRADO	E	1	IMPLEMENTACAO DE PROFESSOS PUBLICOS
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10040	IMPLEMENTACAO DE UM PLANTONETE PARA A INDISPONIBILIZACAO DE SERVICOS CONTRACEPTIVOS DE LONGA DURACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	IMPLEMENTACAO DE SAUDE BASICIA ENTRE OS SERVICOS DE PLANTONETE FAMILIAR	PERCENTUAL	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10047	IMPLEMENTACAO CENTRALIZADA DE VISCONSULTA EM SAUDE NO GESTOR DE BEMES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	CONSTRUCAO DE PROFESSOS PUBLICOS	NETRO QUADRADO	E	0	NAO INDICADO.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10099	AMPLIAÇÃO A UNIDADE DE DIFUSÃO DA VELA DE ABANDONOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	REFORMA E APLICAÇÃO DE PROFESSOS PUBLICOS	NETRO QUADRADO	E	0	NAO INDICADO.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10114	GESTRATO DO UN FOR AND DE CONTRACEPTIVOS DE L.D (DRUGSTORE SUBSTACUTADO)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	MORTALIDADE MATERNA	PERCENTUAL	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10115	GESTRATO DOS UNIDADES DE DIFUSÃO DA VELA DE ABANDONOS DE CONTRACEPTIVOS DE LONGA DURACAO (ESTRUTURA BTRA UTERINA DE LE)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	MORTALIDADE MATERNA	PERCENTUAL	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10118	AMPLIA E IMPLEMENTAR A OFERTA DE PRATICAS DIVERSAS COMPLEMENTARES NA UNIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	NUMERO TOTAL DE CONSULTAS DE PRATICAS DO CONJUNTO DE PRATICAS DIVERSAS COMPLEMENTARES EM SAUDE	NUMERO	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10118	ESTRUTURAR UN AMB PARA ATTENDIMENTO DOS CASOS MAIS COMPLEXOS DE SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	DEGRADACAO DE MORTOS POR CAUSA DE ENTRAVES PRA ATTENDAO	NOR DEZ MIL (70.000)	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10144	IMPLEMENTACAO DAS UNIDADES DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA NAST	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	NUMERO DE MORTOS A SAUDE A FAMILIA (NAST) IMPLEMENTACAO	NUMERO	E	0	NAO FOI IMPLACADO NAST E MANTINHO EM FUNCIONAMENTO.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10145	AMPLIA O NUMERO DE TESTES DE SANGUE DA FAMILIA PARA DETECÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	ESQUEMES DE SAUDE DA FAMILIA	NUMERO	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10147	IMPLEMENTACAO D PROTECAO FLORESTAL PARA VIDA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	MORTALIDADE INFANTIL	PERCENTUAL	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10173	REFORMA E AMPLACAO DE PROFESSOS PUBLICOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ATTENDAO BASICIA	REFORMA E APLICAÇÃO DE PROFESSOS PUBLICOS	NETRO QUADRADO	E	0	Foi ampliada uma unidade UBS Quinto I, e realizada a reforma das UBS: São José, Ribeira Verde e Presidente Dutra.
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10221	ACORS DE COMbate AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	DETOS DE COVID 19 DE RESIDENTES	NUMERO	E	1.039,00	FORAM 1.039 DETOS POR COVID 19
0002	SAUDE - ATTENDAO BASICA	10221	IMPLEMENTACAO DE BLOCO DE MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	DEPARTAMENTO DE ATTENDAO A SAUDE	SAUDE	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NUMERO OFICIAIS DE DETOS	NUMERO	E	0	EMI AVANÇADA ORGANIZATORIA NO EXERCICIO DE 2020, SEE ENTRADA PARA LOA 2020.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	18221	ACOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE SAÚDE DAS PESSOAS	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	DETROS POR COVID 19 DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NUMERO	1	854	https://g1.globo.com/ribeirao-preto/noticia/covid-19-ribearao-preto-registra-1854-casos-de-covid-19-em-13-dias	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO GERAL	20001	MANTENENCAO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20001	MANTENENCAO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO DA SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20001	MANTENENCAO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	SUporte PROFILATICO E TERAPÉUTICO	SUSTENTAVEL	COMPRAS PÚBLICAS	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20002	SERVIÇOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	SUSTENTAVEL	COMPRAS PÚBLICAS	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	FACILITACAO DE PAGAMENTO	COMPRAS PÚBLICAS	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	FACILITACAO DE PAGAMENTO	EXECUCAO DA POLIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	0	0,04	NAO POSSUE REALIZA SALARIAL NO EXERCICIO, BEM COIS NAO POSSUE CONTRATACAO DE SERVIDORES EM SUBSTITUICAO AOS SERVIDORES DESPIDOS.
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	FACILITACAO DE PAGAMENTO	EXECUCAO DA POLIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	0	76,94	NAO POSSUE REALIZA SALARIAL NO EXERCICIO, BEM COIS NAO POSSUE CONTRATACAO DE SERVIDORES EM SUBSTITUICAO AOS SERVIDORES DESPIDOS.
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20014	MANTER E IMPLEMENTAR AS DIRETRIZES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NÚMERO DE EXPLOSAS	NÚMERO	0	0	A EXPLOSAS DE 2020 FOI CANCELADA DEVIDO MEDIDAS DE PREVENCAO PRA PANDEMIA DE COVID-19.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20075	MANTER E ALIMENTACAO E NUTRICAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ALIMENTACAO E NUTRICAO	SAÚDE	ALIMENTACAO E NUTRICAO	SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20077	CAPACITACAO DAS EQUIPES DE ATENCAO A SAUDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	FUNCIONARIOS CAPACITADOS	PERCENTUAL	40	100	DEVIDO A PANDEMIA MUITAS CAPACITACOES FORAM CANCELADAS.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20079	PROTECER E ACESO AOS MEDICAMENTOS PADRONIZADOS RELACIONADO AOS MEDICAMENTOS DE REFERENCIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	SUporte PROFILATICO E TERAPÉUTICO	TAXA DE MEDICAMENTO EM FALTA	PERCENTUAL	0	4,79	encardo na Funcao 303 R\$ 7.175.000 liquido a funca 303 R\$ 6.071.343,06 R\$ executado 95,77% se meta prevista ate o final corresponde a 4,79.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20079	PROTECER E ACESO AOS MEDICAMENTOS PADRONIZADOS RELACIONADO AOS MEDICAMENTOS DE REFERENCIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	TAXA DE MEDICAMENTO EM FALTA	PERCENTUAL	0	1,13	HONOR MELHOR.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20082	MATERIAL DE OUTROS MATRÍCULAS PERMANENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE SECRETARIO DA SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	BENS ADQUERIDOS	PERCENTUAL	1	100	FORAM ADQUERIDOS TODOS OS BENS PRETENDIDOS EM 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20082	MATERIAL DE OUTROS MATRÍCULAS PERMANENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE SECRETARIO DA SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	BENS ADQUERIDOS	PERCENTUAL	1	100	FORAM ADQUERIDOS TODOS OS BENS PRETENDIDOS EM 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20088	ATENDIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20088	ATENDIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20088	ATENDIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20088	ATENDIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20174	ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	SUporte PROFILATICO E TERAPÉUTICO	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS REF. ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20174	ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS REF. ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	FORAM ADQUERIDOS TODOS OS BENS PRETENDIDOS EM 2020.	
10102	SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	20177	ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS - ALIMENTACAO E NUTRICAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL DE ORDENS JUDICIAIS ATENDIDAS	PERCENTUAL	0	0	QUANTO MAIOR MELHOR.	
10102	SAÚDE 3.0	18100	IMPLEMENTAR O ORGANOGRAMA DA SMS, DE ACORDO COM A LEGISLACAO E NECESSIDADES DO MUNICIPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO DE CARGOS AMPLIADOS	NUMERO	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE 3.0	18104	IMPLEMENTAR CONTROLE E AUTOCITORIA INTERNA EM QUASE TUDO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO DE CARGOS E AUTOCITORIA INTERNA EM SAUDE IMPLEMENTADA	NUMERO	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE 3.0	18105	IMPLEMENTAR OS INVESTIMENTOS EM DOCUMENTACAO INFORMATICA FEITO MONITORADO ESE ANO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA ADQUIRIDOS NA REDE MUNICIPAL DE SAUDE	NUMERO	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE 3.0	18221	ACOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	DETROS POR COVID 19 DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NUMERO	1	1.036,09	FORAM 1.036 DETROS POR COVID 19	
10102	SAÚDE 3.0	18221	ACOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NÚMERO DE DETROS DE COVID 19 DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NUMERO	0	0	Caso de Olho por Covid no Municipio BP 2020 = 954 - Ponte 51 - https://g1.globo.com/ribeirao-preto/noticia/covid-19-ribearao-preto-registra-954-casos-de-covid-19-em-13-dias	
10102	SAÚDE 3.0	20001	MANTENENCAO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	0	conforme informado Ger. da Administracao.	
10102	SAÚDE 3.0	20082	SERVIÇOS DE SUPORTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	3,5	CONFORME INFORMADO.	
10102	SAÚDE 3.0	20093	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUCAO DA POLIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	83,34	NAO POSSUE REALIZA SALARIAL NO EXERCICIO, BEM COIS NAO POSSUE CONTRATACAO DE SERVIDORES EM SUBSTITUICAO AOS SERVIDORES DESPIDOS.	
10102	SAÚDE 3.0	20074	MANTER E IMPLEMENTAR AS DIRETRIZES	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO DE EXPLOSAS REALIZADAS	NUMERO	0	0	NENHUMA ORIENTACAO NO EXERCICIO DE 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10102	SAÚDE 3.0	20075	MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	SAÚDE	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL - SAÚDE	NUMERO	12	13	FORAM REALIZADAS 13 REUNIÕES ORDINARIAS E 01 REUNAO EXTRAORDINARIA.	



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

10103	SAÚDE 3.0	20076	MANTER AS ACES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	SAÚDE	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	PERCENTUAL	0	13,83	ALTERAÇÃO: DEIXOU A ANDARICA PELA ECONOMIA DO BLOCO BENEFICIÁRIO DE MANTER O DESMOMENTO SOCIAL E DIFÍCIL MEDIDAS SANITÁRIAS. O SISTEMA ESTA NESTE MOMENTO FECHADO PARA CONSOLIDACAO DOS DADOS.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	10067	CONVENTO DE DIREITO DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO DISTRITO INDUSTRIAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	CONSTRUÇÃO DE PROFISSÕES PÚBLICOS	HETRO QUADRADO	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	10088	DESENHO DE ALIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA PARA DEFICIENTES MÍTICOS CONCEDENDO AO TRABALHO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	INFRAESTRUTURA PARA PACIENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MÍTICA (TRABALHO)	NÚMERO	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	10021	ACESSO DE SAÚDE AD COVONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	NÚMERO SPEDICIAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE RESIDENTES NA RE	NÚMERO	1	1.030,00	L.030 GESTOS ATÉ 31/12/2020
10104	SEVER - PREVENÇÃO	10022	ACES DE COMBATE AD COVONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	NÚMERO OFICIAIS DE DADOS POR COVID 19 DE VIGILÂNCIA EM RESIDENTES	NÚMERO	1	0,54	Caso de óbito por Covid no Municipio RP 2020 = 954 - Fonte: SI - https://g1.globo.com/ri/ribearao-preto-francisco/licita-2020/12/29/banco-de-dados-chega-a-45-morte-e-esta-de-30001-referentes-por-covid-19-jpg
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20001	MANTENENCA GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	COMPORNE INFORMADO.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20001	MANTENENCA GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	comporne informadas da Secr. da ADM.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20081	MANTENENCA GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE ATENÇÃO A SAÚDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	COMPORNE INFORMADO.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20081	MANTENENCA GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	COMPORNE INFORMADO.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20082	SERVICOS DE SUPORT	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	Sem execução orçamentaria no exercicio - ministrado Secr. do Meio Ambiente.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20082	SERVICOS DE SUPORT	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,5	COMPORNE INFORMADO.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20083	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	EXECUÇÃO DA POLUA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	67,08	Orçamento R\$ 10.680,00 liquidado R\$ 7.164.293,00 correspondendo a 67,08%
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20083	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	EXECUÇÃO DA POLUA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	67,08	NAO HOUVE REALIZADE SALARIAL NO EXERCICIO, BEN COMO NAO HOUVE CONTRATACAO DE SERVIDORES OU SUBSTITUICAO AOS SERVIDORES DESLIGADOS.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20095	CONVENIO COM A SECRETARIA DE SAÚDE PARA EXECUCAO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA OS DISETAS	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	NÚMERO DE DOSTOS RELA	POR DIZ MIL	0,71	0,49	INDICADOR DE SAÚDE QUANTO MELHOR.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20077	CAPACITACAO DAS EQUIPE DE SAUD	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	FUNCIONARIOS CAPACITADOS	PERCENTUAL	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20077	CAPACITACAO DAS EQUIPE DE SAUD	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FUNCIONARIOS CAPACITADOS	PERCENTUAL	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20082	AQUISICAO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	BENS ADQUIRIDOS	PERCENTUAL	0	100	FORAM ADQUIRIDOS TODOS OS BENS PRESTENCIOS EM 2020.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20082	AQUISICAO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	BENS ADQUIRIDOS	PERCENTUAL	0	10,73	Valor orçado R\$ 3.000,00, surpreendendo R\$ 755.000,00, arrecadado R\$ 336.450,10 e liquidado R\$ 233.449,16. Se considerarmos R\$ 753.000,00 o valor orçado para a aquisição de bens permanentes, teríamos um suplemento de despesa, visto qd liquidação das R\$ 273.569,16 foi executado apenas 33,73%, diante do fato qd bens previdenciados + uma queda muito grande para se considerar.
10104	SEVER - PREVENÇÃO	20120	REALIZAR MUDANÇAS E ARRASTRES DE COMBATE AO DIA 01/07/2020	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	DISTITUTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PLANEJAMENTO	SAÚDE	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MORTALIDADE POR DENGUE	POR DIZ MIL	0,18	0,14	QUANTO MELHOR.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10044	IMPLEMENTAR A INFRAESTRUTURA A INVESTIMENTO PRÓPRIO ATENDIMENTO (UPA) TAMBÉM CONSIDERANDO A ADQUISIÇÃO DO RH	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NÚMERO DE AMBULATÓRIO MEDICO ESPECIALIZADO (AME) IMPLANTADAS	NÚMERO	0	0	CONSTRUIÇÃO DO AME EM LICITAÇÃO.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10045	IMPLEMENTAR SEIS CENTROS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	UNIDADE DE PRIMATO ATENDIMENTO (UPA) SUMAREZINHO IMPLANTADA.	NÚMERO	0	1	UPA IMPLANTADA EM FUNCIONAMENTO DESDE 11/2020.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10073	IMPLEMENTAR SEIS CENTROS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NÚMERO DE CENTRAIS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	NÚMERO	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10075	IMPLEMENTAR SEIS CENTROS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	CONSTRUÇÃO DE PROFISSÕES PÚBLICOS	HETRO QUADRADO	2.899,00	0	A PROPRIETA DE CONSTRUÇÃO DA UPA VILA VERGEM PENDENTE DE HABILITACAO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10083	CADASTRAR OS EQUIPOS MULTTELECRINICA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (ETAD)	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NÚMERO DE EQUIPOS MULTTELECRINICAS DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (ETAD) IMPLANTADAS	NÚMERO	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10094	CADASTRAR OS EQUIPOS MULTTELECRINICA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (ETAD)	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NÚMERO DE EQUIPES MULTTELECRINICAS DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (ETAD) IMPLANTADAS	NÚMERO	0	0	Sem execução orçamentaria no exercicio de 2020, mas entra para LOA 2020.
10105	SEVER - ATENCAO ESPECIALIZADA	10142	IMPLEMENTAR OS CENTROS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL TIPO II CAPS II LESTE	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	BLOCO DE MEDA E ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	CONSTRUÇÃO DE PROFISSÕES PÚBLICOS	HETRO QUADRADO	500	0	NAO INICIADO.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Av. Jerônimo Gonçalves 1200 – Ribeirão Preto / SP – Caixa postal 315 – CEP 14010-040

10100	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10148	IMPLEMENTAÇÃO DE SECRETARIA DE SAÚDE COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO SENSITIVADA	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	MORTALIDADE MATERNA	PERCENTUAL	0	0	EMERGÊNCIA ORÇAMENTARIA NO EXERCÍCIO DE 2020, NAO ENTROU PARA LOA 2020.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10217	NUCLEO DE GESTAO ASSISTENCIAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROFISSIONAIS PÚBLICOS	PERCENTUAL	0	0	NÃO INICIADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10218	IMPLEMENTAÇÃO QUINTON FACC II	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROFISSIONAIS PÚBLICOS	PERCENTUAL	0	0	NÃO INICIADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10221	ACCESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	RESIDENTES DE RUA E RESIDENTES EM ABERDADE SEGURO	NUMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 DESES POR COVID 19
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10221	ACCESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NUMERO OFICIAIS DE DESES POR COVID 19 DE RESIDENTES EM RUA E RESIDENTES EM ABERDADE SEGURO	NUMERO	1	1.038,00	FORAM 1.038 DESES POR COVID 19
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	conforme informado pela Sezr. da Administração.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	CONFORME INFORMADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	CONFORME INFORMADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20081	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	CONFORME INFORMADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	SERVIÇOS DE SUPORTE	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	Conforme informado Sezr. da Adm.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	SERVIÇOS DE SUPORTE	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	COMPRAS PÚBLICAS SUBSTANTIVAS	PERCENTUAL	0	0	CONFORME INFORMADO.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	SERVIÇOS DE SUPORTE	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE FARMACÊUTICO	PERCENTUAL	100	79,61	NÃO HOUVE REAJUSTE SALARIAL NO EXERCÍCIO, BEN COMO NÃO HOUVE CONTRATO DE SERVIDORES DE SUBSTITUIÇÃO AGS SENIORS DESLOGADOS.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	GESTÃO DE RH	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NUMERO DE RESIDENCIAIS E RESIDÊNCIAS HABITACIONAIS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE	NUMERO	0	0	EMERGÊNCIA ORÇAMENTARIA NO EXERCÍCIO DE 2020, NAO ENTROU PARA LOA 2020.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20079	ADQUISS E MANTE SUSCIAZ - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PRESUPORTO DE ORDENS SUSCIAZ ATENDIMENTOS ALIMENTOS	PERCENTUAL	0	0	QUANTO MAIOR MELHOR.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	ACQUISAO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	BENS ADQUIRIDOS	PERCENTUAL	1	100	FORAM ADQUIRIDOS TODOS OS BENS PRETENDIDOS EM 2020.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20082	ATENDIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PRESUPORTO DE ORDENS SUSCIAZ ATENDIMENTOS	PERCENTUAL	0	0	EMERGÊNCIA ORÇAMENTARIA NO EXERCÍCIO DE 2020, NAO ENTROU PARA LOA 2020.
10105	VERE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	20176	ATENDEND AS DEMANDAS SUSCIAZ - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	SECRETARIA DE SAÚDE	BLOCO DE MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PRESUPORTO DAS ORDENS SUSCIAZ ATENDIMENTOS REF A ALIMENTOS	PERCENTUAL	0	100	Y
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10031	PROJETO DE CONFLUENCIAO DE BIQUEIRA NOVA/BAIXADA	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EFEITIVACAO DE ATENDIMENTO A DEMANDA FUNCIONALIZACAO DA SEMAS	PERCENTUAL	0	0	EMERGÊNCIA ORÇAMENTARIA NO EXERCÍCIO DE 2020, NAO ENTROU PARA LOA 2020.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10032	PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PREQUÊNCIAS DAS FAMILIAS NAQ ATIVIDADES PROPOSTAS	PERCENTUAL	20	0	O Projeto Social intitulado encerrou-se em julho/2019. Estando em fase de Realização e licitação para contratação da equipe para realização do Projeto Social através do P. E. 30019 P.C. 1027/19.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10034	PROJETO SECUN-PROTECAO SOCIAL BASICA	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	EXECUÇÃO DOS RECURSOS P/ P.S.E. VIA SECON	PERCENTUAL	40	51,66	Total executado nas Ações de Proteção Social Básica através do Projeto SECUN-PROTECAO SOCIAL BASICA, que é resultado das ações de apoio direcionadas a famílias que se encontravam em vulnerabilidade social, que não conseguiram se inserir no sistema de proteção social, e que também este previsto no referido Projeto.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10035	PROJETO SECUN-PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	EXECUÇÃO DOS RECURSOS P/ P.S.E. VIA SECON	PERCENTUAL	15	36,2	Total executado nas Ações de Proteção Social Especial através do Projeto SECUN-PROTECAO SOCIAL ESPECIAL, que é resultado das ações de apoio direcionadas a famílias que se encontravam em vulnerabilidade social, que não conseguiram se inserir no sistema de proteção social, e que também este previsto no referido Projeto.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10036	PROJETO SIST-ENTREGAS DE MATERIAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINESTRUT- ENTREGAS VIA SECON	PERCENTUAL	15	74,41	Total executado nas Ações convocadas no Projeto SECUN em relação ao projeto SIST-ENTREGAS DE MATERIAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, que resultaram naquelas as processos entregues em virtude das altas verbas de preços da mercadoria solicitada no exercício.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10149	REGULARIZACAO FUNDIMATA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO AMBIENTAL	DIRETO DE FUNDIMATA	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	UNIDADES HABITACIONAIS BENEFICIAZADAS POR REGULARIZACAO FUNDIMATA	NUMERO	5.000,00	0	Devido ao período de Pandemia, a Secretaria de Faz. Municipal evitou os reajustes salariais e orientações de contratação de servidores para evitar o levarimento plausibilidades das mesmas. Foram não houve ate o momento a execução das ações de regularização de residências rurais e urbanas devido a Pandemia, a Secretaria fez algumas ações de apoio a contratação de empresas especializadas para levarimento plausibilidades das mesmas. Porém, foram realizadas ate o momento a conclusão de todos os processos de regularização.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10211	PROJETO FINSA - PROT. SOC. ESPECIAL	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PERCENTUAL DE RECURSOS PARA P.S.E. VIA FINSA	PERCENTUAL	100	0	A meta não foi atingida, visto que após análise e orientações da Comissão de Projetos, a Secretaria de Faz. Municipal não encerrou as execuções de despesas de materiais permanentes para a SEMAS através de recursos do Projeto FINSA.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10212	PROJETO FINSA - PROT. SOC. BÁSICA	SECRETARIA DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE RECURSOS PARA P.S.E. VIA FINSA	PERCENTUAL	100	17,48	A meta não foi atingida, visto que após análise e orientações da Comissão de Projetos, a Secretaria de Faz. Municipal não encerrou as execuções de despesas de materiais permanentes para a SEMAS através de recursos do Projeto FINSA.
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10221	ACCESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	GABINETE DO MUNICO DE SAUDE	FUNDO SOCIAL DA SAUDE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	NUMERO DESES POR COVID 19 DE RESIDENTES DE RUA E RESIDENTES EM ABERDADE SEGURO	NUMERO	1	954	Caso de óbito por Covid no Municipio RR 2020 = 954 - Rote Gl - https://g1.globo.com/epi/obitos-pelo-coronavirus/noticia/2020/12/29/obito-por-covid-19-morre-uma-dona-de-36-anos-em-rr.htm
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10221	ACCESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA DE SAÚDE	SERV. DE PROTEÇÕES DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	DESES POR COVID 19 DE RESIDENTES EM ABERDADE SEGURO	NUMERO	1	952	Segundo dados do Departamento de Vigilancia em Saude - DEVSa, foram 952 óbitos por covid no Municipio RR 2020 = 952 - Rote Gl - https://g1.globo.com/epi/obitos-pelo-coronavirus/noticia/2020/12/29/obito-por-covid-19-morre-uma-dona-de-36-anos-em-rr.htm
10106	INCLUSAO E CIDADANIA	10221	ACCESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA DE SAÚDE	SEC DE PROJETOS DE PORTOES SOCIAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NUMERO OFICIAIS DESES POR COVID 19 DE RESIDENTES EM ABERDADE SEGURO	NUMERO	1	954	Caso de óbito por Covid no Municipio RR 2020 = 954 - Rote Gl - https://g1.globo.com/epi/obitos-pelo-coronavirus/noticia/2020/12/29/obito-por-covid-19-morre-uma-dona-de-36-anos-em-rr.htm



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20001	MANTENÇAO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,0	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20001	MANTENÇAO GERAL	GARANTIA DO FONDO SOCIAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	0,0	Não houve execução orçamentaria.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20003	SERVICOS DE SUORTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS	PERCENTUAL	100	91,23	Orçado R\$ 41.400.000,00 liquidação R\$ 37.770.960,00 que corresponde a 91,23%.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20003	SERVICOS DE SUORTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	REDAÇÃO DE DOCUMENTOS ATENDIMENTOS ATRAVÉS DE BENEFÍCIOS SOCIAIS	NÚMERO	100	134,00	Valor suportado na medida de execução plurianual mantendo os benefícios sociais ministrados devido a crise social que se instalou no País e, consequentemente no Município de Búzios-PB em virtude da pandemia.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20013	BENEFICIOS SOCIAIS	GARANTIA DO FONDO SOCIAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	REDAÇÃO DE DOCUMENTOS ATENDIMENTOS ATRAVÉS DE BENEFÍCIOS SOCIAIS	NÚMERO	100	661	Com o mesmo critério através de diálogos foi possível atender um maior número que o previsto.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20013	BENEFICIOS SOCIAIS	GARANTIA DO FONDO SOCIAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PROPOSTAS APROVADAS	PERCENTUAL	40	664	O Total do Chamamento Pública n° 03/2020 - ADAMAR/2020 foi publicado em 06/03/2020 e é homologado e publicitado no resultado final em 30/03/2020. Diante dos critérios de julgamento do Edital, o resultado de propostas aprovadas é menor que o número de propostas apresentadas no Conselho Municipal do Idoso (C.M.I.).
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20014	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	EXECUÇÃO DOS RECURSOS DISPONIVEIS	PERCENTUAL	44	0	Não houve arrecadação e projetos custeados com recursos desse Fundo.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20015	FUNDO MUNICIPAL PRO-FEIRA DE ARTESANATO	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		PROJETOS ATENDIDOS PELO F.M.D.C.A	NÚMERO	70	84	Da soma com o numero de projetos custeados pelo Fundo Municipal das Artesãs da Criação (F.M.D.C.A) e meta foi atingida.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20016	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	LESTADOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	PROJETOS ATENDIDOS PELO F.M.D.C.A	PERCENTUAL	30	0	Não houve arrecadação e projetos custeados com recursos do F.M.D.C.A.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20017	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PROJETOS ATENDIDOS PELO F.M.D.C.A	PERCENTUAL	30	0	Não houve arrecadação e projetos custeados com recursos do F.M.D.C.A.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20018	SERVICOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	MÉDIA DE ATENDIDOS	NÚMERO	7.300	1.382,00	A meta resultada foi apresentada com base na media mensal de atendimentos realizados, que é de 1.382,00, com uma redução no numero de atendidos no ano 2020, em virtude de restrições impostas pela covid-19, que impossibilitaram a realização de encontros presenciais, assim como a suspensão de atendimentos no segundo semestre, retornando este de forma remota no terceiro trimestre, com trabalho de orientação e apoio psicológico, realizados online (das 10h às 16h).
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20019	SERVICO DE ATENDO DE MEDIA COMPLEXIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	MÉDIA DE PESSOAS ACOLHIDAS COM DIREITOS VIOLADOS	NÚMERO	1.300,00	7.847,00	A meta resultada que relata ao total atendido/com base na media mensal que foi de 7.847,00, observando um aumento no numero de pessoas acolhidas no inicio do ano, devido as violências pelos indivíduos e famílias, devido as diversas medidas de restrição impostas pela covid-19, que impossibilitaram a realização de encontros presenciais, realizando alegria e conforto, através de vinculos sociais, trazendo de volta a segurança alimentar e isolamento social.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20020	DIRECZ DE ATENDO DESCENTRALIZADA (D.A.D.)	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	NÚMERO	8,62	0,62	A taxa de Atualização Cadastral reflete a crise da COVID-19, 1, paramétrico sobre dinâmica do numero de pessoas atendidas, entretanto não houve arrecadação para o setor, ultrapassando a meta total prevista para o ano 2020.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20021	SERVICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	MÉDIA DE PESSOAS ACOLHIDAS COM DIREITOS VIOLADOS	NÚMERO	250	220	Observa-se que o numero de pessoas acolhidas com direitos violados é menor que a meta estabelecida, devido a pandemia da covid-19, que impossibilitou a realização de encontros presenciais, assim como a suspensão de atendimentos devido a restrições impostas pela covid-19.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20022	ENTIDADE DE ACOOLIMENTO INSTITUCIONAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	ATENDIMENTO DE DEMANDA POR ACOOLIMENTO	PERCENTUAL	20	20	Após o período da Pandemia em 22 de março de 2020, não ocorreram novas incidências de casos da covid-19, registrando orientações de saúde.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20023	FUNDACOES DE ATENDO DE MEDIA COMPLEXIDADE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	ATENDIMENTO DO URGÂNCIA DOS SERVIÇOS DE M.C.	PERCENTUAL	50	24	Embora tenha aumentado a demanda de atendimentos, permaneceu baixa a demanda de atendimentos devido a situações de calamidade pública, ao DSC e que executam serviços de Proteção à Pessoa com vulnerabilidade social, que é o caso da Fundação de Assistência Social, que suspendeu o serviço presencial e iniciou atendimentos online, com orientação de algumas famílias e auxiliar acometidas a serviços voluntários.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20024	ENTIDADE DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CRIMES REFERENCIADOS NA REDE DE P.S.B. DO SUAS	PERCENTUAL	40	40	Após o Decreto da Pandemia em 23 de março de 2020, suspenso o atendimento presencial, realizando atendimentos online, com diminuição das demandas, com diminuição dos atendimentos e sem indicação e referenciamento de novas causas.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20029	PESO BÁSICO PTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	MÉDIA DE FAMILIAS ATENDIDAS NAS CRAS	NÚMERO	0	0	não executa orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LDA 2020.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20030	CONSELHO TUTELAR- PLANEJAMENTO E FUNCIONAMENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES	PERCENTUAL	83	85	Conselhos tutelares passam a totalidade das solicitações dos 03 (três) Conselhos Tutelares, que é de 100%, com a realização de reuniões de atendimento dos Conselheiros com o formandamento de aparelhos telefonicos celulares juntamente com um dr.º mandado através do conselheiro tutelar, que é de 100%, com a realização de reuniões de atendimento para melhorar na identificação destes nos atendimentos.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20032	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO IRAMAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO AMBIENTAL	GARANTIA DO SECRETARIO DE PLANEJAMENTO	ADMINISTRAÇÃO	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	NUMERO DE REGULARIZAÇOES DE FUMARIGAS	NÚMERO	7.000,00	0	Devido ao período da Pandemia, a secretaria fez algumas visitas nas comunidades, realizando a regularização de fumariegas, realizando planejamentos das mesmas. Foram 7.000 casas em todo o município.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20038	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	PROJETOS ATENDIDOS PELO PTO	PERCENTUAL	10	0	não executa orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LDA 2020.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20038	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PROJETOS ATENDIDOS PELO PTO	PERCENTUAL	10	0	Não houve arrecadação e projetos custeados com recursos desse Fundo.
10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20079	PROJETO BOM PRATO - INC	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇOES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO A ESTIMAIVA DE REFEIÇOES BOM PRATO	PERCENTUAL	85	0	Ainda não foi iniciado as atividades do Projeto Bom Prato, porém o Projeto Executivo de Contrato de Pecúlio onde será instalado o Bom Prato está em fase final de licitação através da Concorrência nº 01/2020 - Processo de Compras e PTA/2020.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

10106	INCLUSÃO E CIDADANIA	20180	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEC DE PROJETOS DE PORTAÇÕES DE NECESSIDADES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	MÉDIA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS NOS CRAS	NÚMERO	8.400,00	12.743,00	A média mensal de famílias atendidas nos CRAS ficaram representando aumento no Ano 2020, pois mesmo diante dos impedimentos de realização das ações devido ao período de pandemia da covid-19, os atendimentos continuaram de forma remota e postal e se intensificaram devido a alta demanda de solicitação de benefícios avulsos no momento que houve maior demanda social, com o auxílio emergencial governamental, considerando os atendimentos remotos (notas básicas e outras).
10107	CONSUMIDOR, DESOLVOCO, RESOLUÇÃO E APOIO APPARENT	20025	PROCON-APFOS E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PARCIPAÇÃO DO CONSUMIDOR	PERCENTUAL	45	88,7	Ou procedimento já iniciado e a análise do índice de soluções foram formuladas em 2018 e a apuração ocorre anualmente no mês de Agosto, através de uma pesquisa realizada pelo usuário do Appfoss com 04 (quatro) questões. Várias medidas que visam aprimorar a eficiência e a agilidade das respostas foram implementadas, considerando as periodicidades de um ano todo completo de coleta de dados, refletido neste resultado.
10107	CONSUMIDOR, DESOLVOCO, RESOLUÇÃO E APOIO APPARENT	20026	RECUPERAÇÃO DE DIREITOS DO CONSUMIDOR/APPARENT	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	VARIAÇÃO NO RANKING DE RECLAMAÇÃO	PERCENTUAL	20	100,0	O índice apresentado realizado posterior ao ano de 2020 demonstrou a melhoria das ações educativas realizadas.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	10199	CINEMA E CIDADANIA - PON CULTURA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	NÚMERO DE PROJETOS CULTURAIS GERADOS A PARTIR DE PARCERIAS	NÚMERO	1	1	Prestação de contas realizada em 2020. Projeto finalizado.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	10219	PROJETO CINEMA E MEIO AMBIENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PROJETOS CULTURAIS GERADOS A PARTIR DE PARCERIAS	NÚMERO	0	0	No exercício de 2020 foram realizadas todas as solicitações referentes aos projetos e encaminhados para a Secretaria do Turismo para aprovações. O projeto será executado em 2021.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	10221	MESSES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COCO-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	NÚMERO OFICIAL DE PROJETOS CULTURAIS GERADOS A PARTIR DE PARCERIAS	NÚMERO	1	8,81	Considerando o valor 1,00 da meta prevista como sendo a execução de 100% da ação, no exercício de 2020 foram executadas 81,08% da ação.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	10224	PROJETO INSTITUCIONAL - SETOR CULTURAL - LEI EDITAL 146/2020	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PROMÔTORES A CULTURA	NÚMERO	1	8,81	Considerando o valor 1,00 da meta prevista como sendo a execução de 100% do projeto, no exercício de 2020 foram concluídos 80%.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	COMPRA PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações aprovadas referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20002	SERVIÇOS DE SUporte	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	COMPRA PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	84,94	Levantou em consideração o valor de 100,00 da quantidade estimada como sendo 100% da ação e a previsão de Gastos de RH para realização de 2020, a quantidade realizada fia em 84,94% em relação à orçada.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20006	PORTE/CAPRICHO DOS CENTROS CULTURAIS COMPLEXOS CULTURAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	ATIVIDADES PARA A FORMAÇÃO BÁSICA E AVANÇADA E MELHORAMENTO MÉTODICO	NÚMERO	20	17	Justificativa devido a situação econômica e financeira da cidade, por conta da pandemia do Covid-19.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20007	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA 2019/2020	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PROMÔTORES A CULTURA	NÚMERO	1	0	Devido a dificuldade na regulamentação do Fundo em 2020, não houve investimento.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20010	SAULAMARQUA ORGANIZACAO E ACESSO AO PATRIMONIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PARTICIPANTE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	NÚMERO	230	66	Pequeno arredondamento de participantes nas ações devidos à periodicidade da ação.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20011	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	ESCOLAHABORES CULTURAIS INSTITUICIONAIS MUNICÍPIO REFORMADO E/OU MODERNIZADO	NÚMERO	2	4	Reforma e belicização das ações de cultura, reforma e manutenção no Centro Cultural São Bento, conforme os projetos elaborados para adequação ao Teatro Municipal e reforma e manutenção das salas multiuso do Centro Cultural Palácio.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20012	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES CULTURAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PROMÔTORES A CULTURA	NÚMERO	2	0	Devido a Pandemia do Covid-19, não foi aberto em 2020 edital de chamamento para as Entidades Culturais.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20073	TRABALHOS DE PATROCINIO LC 2794/2018	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	DÉPTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SECRETARIA SOCIAL	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	PARTICIPANTE DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	NÚMERO	1	0	Devido a dificuldade na regulamentação da Lei do Fundo, não houve investimento.
10108	RIBEIRÃO CULTURAL	20091	DISPUSA DA REDE DE ATTUAÇÕES CULTURAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	CULTURA	DISPUSA CULTURAL	ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO CULTURAL DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE CULTURA	NÚMERO	0	0	Realizações do GASP - Salão de Arte do Ribeião Preto, preparativos para a Folia do Luso, Programa Exposities Marp, Contadores de Histórias, Projeto São Leão e Iara. Dificuldade na realização do ultimo projeto devido a pandemia do Covid-19.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	10221	ACESSO DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	GARANTITE DO SECRETÁRIO DA CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO OFICIAL DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NÚMERO	1	0	Valor orçado foi o suficiente para o pagamento da folha da Secretaria, e também ocorreu a transferência de servidores para outras pastas.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20007	MODULARIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS - SEC REFERENCIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DISCIPLINARIA DE DESPACHANTERES	PERCENTUAL	0	0	não teve execução orçamentária.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20001	MANTENIMENTO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRA PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20002	SERVIÇOS DE SUporte	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRA PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	88,45	Valor orçado foi o suficiente para o pagamento da folha da Secretaria, e também ocorreu a transferência de servidores para outras pastas.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20007	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMMUNICACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DISPONIBILIDADE DO SITE DE TURISMO EM RIBEIRÃO PRETO	PERCENTUAL	1	0	não teve execução orçamentaria.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20088	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMMUNICACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DISPONIBILIDADE DO SITE DE TURISMO EM RIBEIRÃO PRETO	PERCENTUAL	0	0	não teve execução orçamentaria.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20092	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMMUNICACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DISPONIBILIDADE DO SITE DE TURISMO EM RIBEIRÃO PRETO	PERCENTUAL	1	0	PORTAL ENCONTRA-SE Ribeirão do Ar. Executado na sub-fase 695 no encerramento de 2020 e na 123. Início de Operação 12/02/2021 09:13:49 Ab. LEZANZO/LINHO 17/02/2021 14:42:27
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20093	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS E COMMUNICACAO	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	PERGUNTA DE DEMANDA/PESTA	PERCENTUAL	1	0	PORTAL ENCONTRA-SE Ribeirão do Ar. Executado na sub-fase 695 no encerramento de 2020 e na 123.
10109	RIBEIRÃO CIDADE REFERENCIA	20094	EQUIPAMENTO E ATUAÇÕES TURÍSTICOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	GARANTITE DO SECRETÁRIO DE TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	FLUXO DE TURISTAS	PERCENTUAL	1	0	não teve execução orçamentária.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	95,39	Vale Residuo: R\$ 14.162.127,40 valor orçado: R\$ 14.603.000,00 que corresponde à 95,39% executado motivo do não atingir: não ocorreu contratação para prestar ou repassar aportes nem reajuste salarial no período, mas houve redução da carga de trabalho e financeira do município agredida pela crise gerada pelo COVID-19 - lembre que não houve salário dos funcionários públicos até 2023.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA DE NEGÓCIOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	GABINETE DO SECRETÁRIO DE NEGÓCIOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	SUJOCAMISA	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	66	O VALOR EXECUTADO DE 66% SE DEVE AO FATO DO CONGELAMENTO DAS REPARAÇÕES SALARIAIS E A SAÍDA DE SERVIDORES APOSENTADOS DOS PÚBLICOS PÚBLICOS.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	97,73	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE REGIONAL DE PESQUISAS E INVESTIGAÇÕES REGIONAL DE PESQUISAS E INVESTIGAÇÕES	GABINETE REGIONAL DE PESQUISAS E INVESTIGAÇÕES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	98,83	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	97	Não houve execução orçamentaria.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	74,46	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	0	Não houve execução orçamentaria no exercício - executado Secr. de Meio Ambiente.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	0	Não houve reajuste salarial no exercício, bem como não houve contratação de servidores em substituição aos servidores desligados.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	95,82	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	99,29	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	97,79	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	79,5	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	0	Não houve execução orçamentaria no exercício - executado Secr. de Meio Ambiente.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	93,32	Não houve reajuste salarial no exercício, bem como não houve contratação de servidores em substituição aos servidores desligados.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	94,62	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	97,79	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E CAMPUS ELETRÔNICO	COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E CAMPUS ELETRÔNICO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	79,5	Redução da carga de trabalho.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20003	GESTAO DE RH	COORDENADORIA DE HED. AMBIENTAL	COORDENADORIA DE HED. AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍMIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	96,27	Valor orçado: R\$ 1.488.595,00 Valor suplementado: 0,00 Valor anulado: 0,00 Valor restante: R\$ 1.448.595,00 Valor executado: R\$ 1.448.595,00 que corresponde à 96,27% do valor orçado. NETA PESO REALIZADA = 96,27%. NÃO HOUVE REAJUSTE SALARIAL NO EXERCÍCIO, SÓ COMO NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM SUBSTITUIÇÃO AOS SERVIDORES DESLIGADOS.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20008	DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	TIPO DE DESCRITIVO REFERE A AUTORIA DO PROCESSO ATÉ A SUA CRITICA ANALISE	PERCENTUAL	0	0	Considerando que ainda não foi implantado o sistema de Processos Eletrônicos, não é possível aferir a execução do indicador.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20044	PURIF. ÁGUAS E RES. HAB. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	PERCENTUAL	100	0	Theremos a intenção de compra de equipamentos, mas em alguns produtos a licitação desejada, para outros produtos devido a demora no processo licitatório, não puder ser realizada. Porém, não houve execução referente ao orçamento de 2020, mas com a execução de 2021, deve-se atingir o valor orçado devido ao aumento do valor das mercadorias.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20057	GESTAO ALMOHADISTRO CENTRAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRA PÚBLICAS SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digital.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20082	AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	MENS. ADQUIRIDOS	PERCENTUAL	1	0	Não houve execução orçamentaria.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20112	IMPLEMENTAÇÃO DE CONFERÊNCIAS	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS	REais	100	10.933,64	A Prefeitura realizou recursos para manutenção das atividades.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20125	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS	COORDENADORIA DE HED. AMBIENTAL	GABINETE DO SECRETÁRIO DE HED. AMBIENTAL	SUJOCAMISA	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	PERCENTUAL	100	0	NÃO HOUVE EXECUÇÃO DOCUMENTARIA NO ANO DE 2020, JA NÃO ESTA PRESENTE NO EXERCÍCIO DE 2021.	
10111	CIDADE INTELIGENTE	20127	REGULARIZAÇÕES URBANÍSTICAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	PERCENTUAL DE REGULARIZAÇÕES URBANÍSTICAS	PERCENTUAL	0	0	Não executado nesse ano no exercício de 2020.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20182	ACESO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E FORTALECIMENTO AO CONTROLE SOCIAL	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÚMERO DE PROCESSOS DE AUDITORIA IMPLANTADOS	NÚMERO	1	0	Não houve execução orçamentaria.
10111	CIDADE INTELIGENTE	20183	IMPLEMENTAÇÃO DE GATES E GATOS	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	COORDENADORIA DE BEM ESTAR ANIMAL	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NÚMERO GATES E GATOS CADASTRADOS	NÚMERO	1	0	ACAO ORIGINADA POR MEDO DE ENVIADA PARLAMENTAR E NAO OCORREU EXECUCAO ORCAMENTARIA NO ANO DE 2020, SENDO TRANSFERIDA PARA O ANO DE 2021, A SUA EXECUCAO.
10112	RIBERAO SEGURO	10119	REDENSA E AMPLIAÇÃO DE PROPRIEDADE PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PROPRIEDADE PÚBLICA	METRÔ QUADRADO	1	0	Não houve execução orçamentaria
10112	RIBERAO SEGURO	10120	REDENSA E AMPLIAÇÃO DE PROPRIEDADE PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	REFORÇO DA POPULAÇÃO URBANA QUE RESIDE EM PRIVADAS	PERCENTUAL	1	0	Não houve execução orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA-2020, nenhuma fiscal, sub-fiscal.
10112	RIBERAO SEGURO	10128	REDENSA DE PREVENÇÃO E DEFESA CIVIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA CIVIL	REFORÇO DA POPULAÇÃO URBANA QUE RESIDE EM PRIVADAS	PERCENTUAL	1	0	Não houve execução orçamentaria.
10112	RIBERAO SEGURO	20082	SERVIÇOS DE SUPORTES	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	POUCIMENTO	COMPRA DE MATERIAIS SUSTENTAVEL	PERCENTUAL	1	0,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e melhoria da eficiência digital.
10112	RIBERAO SEGURO	20082	AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA CIVIL	MENS. ADQURIDOS	PERCENTUAL	1	63,71	Não houve execução de adquiridos bens ou materiais previstos de 000 e orbitantes de matéria/ja disponivel
10112	RIBERAO SEGURO	20110	FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	MUNIC. GERENCIAMENTO DE INCÊNDIOS	DEFESA CIVIL	NÚMERO DE VEICULOS QUE FIZERAM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	NÚMERO	100	12	Por realizada manutenção preventiva e/ou corretiva em toda a frota.
10112	RIBERAO SEGURO	20113	OPERAÇÃO ATIVIDADE DELIGADA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL	INTRODUÇÃO ENTRE A GUARDA CIVIL MUNICIPAL E AS POLICIAS MILITAR E CIVIL	NÚMERO	1	0	Deu que os esti fúnica 04 e sub fúnica 00 não correm exercicio
10112	RIBERAO SEGURO	20113	OPERAÇÃO ATIVIDADE DELIGADA	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INCUBAÇÕES	GABINETE DO PREFEITO	DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL	INTRODUÇÃO ENTRE A GUARDA CIVIL MUNICIPAL E AS POLICIAS MILITAR E CIVIL	NÚMERO	1	250	Deu que a pandemia trouxe conjuntas todos os dias, exceto aos domingos, assim diante, houve cerca de 25 operações com a participação do Ministério Público.
10114	PAISAG LIMPO RIBEIRÃO	10119	IMPLEMENTAÇÃO DE ECOPONTO MUNICIPAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		URBANIZMO	SERVIÇOS URBANOS	IMPLEMENTAÇÃO DE ECOPONTO MUNICIPAIS	NÚMERO	0	0	Ultrado o total de 06 Ecopontos com quatro unidades entregues ao longo do ano de 2020



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

10112	RIBEIRÃO VIVA	20102	FUNDO PRO MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	DIRETORAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	GESTÃO DO PARQUE MUNICIPAL NO MUNDO DO SÃO BENTO	NÚMERO	I	37,77	MES A media consta e Relatório dos Ambientes apresentado pelo CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE com recursos do Fundo Pro-Meio Ambiente que é de R\$ 2.543.694,00 Valor suplementado: R\$ 0,00 Valor Líquido: R\$ 2.543.694,00 Valor Total: R\$ 2.543.694,00 que corresponde a 37,77% do valor orçado. META PESO REALIZADA = 137,97% VALORES APROVADOS ESTAO EM FASE DE LICITAÇÃO, NAO CONCLUIDOS.
10113	RIBEIRÃO VIVA	20103	GESTÃO DO PARQUE ANGÉLICO RONALDI	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	DIRETORAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PRODUÇÃO DE MUDAS NO PARQUE ANGÉLICO RONALDI	NÚMERO	I	20,93	Mudanças realizadas através de compensações ambientais: 3133 mudas mudas da área populacional: 1967 unidades equivalente a 20,43% das mudas produzidas no ano de 2020. Justificativa: é devido ao fato de considerar a pouca demanda devido a pandemia do COVID-19 que proibiu a plantio de mudas a produções por um período extenso no ano de 2020.
10115	RIBEIRÃO VIVA	20107	FUNAD - FUNDO MUNICIPAL DE ÁLCOL E DROGAS	GARANTE DO RESPEITO	GARANTE DO RESPEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	INCORPORAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PROGRAMA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE USO DE ÁLCOL E DROGAS	NÚMERO	I	0	Não houve execução orçamentária.
10115	RIBEIRÃO VIVA	20111	FUNDAE - FUNDO MUNICIPAL DE BENEFÍCIOS SOCIAIS	GARANTE DO RESPEITO	GARANTE DO RESPEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COBERTURA VACINAL CONTRA RAIVA CANINA	PORCENTUAL	I	0	Gem executado orçamentaria no exercicio - executado Saco: de Meio Ambiente
10115	RIBEIRÃO VIVA	20118	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	DIRETORAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS	NÚMERO	I	100	meta fato realizada: 100% da demanda foi atendida
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18001	IMPLEMENTAÇÃO DA AVENIDA CORINTHOS CORRÊA PRIMAVERA LEITE	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE VIAS FAVIDORADAS	NETO QUADRADO	I	14.000,00	Valor Orçado R\$4.300.000,00 Valor Líquido R\$3.711.829,35
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18002	IMPLEMENTAÇÃO DA AVENIDA JUVENTIN PERCINA	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS PAVIMENTADAS	NETO QUADRADO	I	7.130,00	Valor Orçado R\$ 200.000,00 Valor Suplementado R\$11.200.000,00 Valor Atualizado R\$ 4.400.000,00 Valor Líquido R\$ 3.727.000,00
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18003	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE AGUA E ESGOTO E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS PAVIMENTADAS	NETO QUADRADO	I	7.118,00	Valor Orçado R\$100.000,00 Valor Líquido R\$ 30.000,00 Justificativa que não houve Execução Orçamentaria no Exercício de 2020, devido a opção do poder Executivo.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18004	IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE (TUNEL, PONTES, VARIANTE E PRAÇAS)	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	CONSTRUÇÃO DE VIADUTAS	UNIDADE	I	0	Valor Orçado R\$ 50.000,00 Valor Líquido R\$ 0,00 Justificativa que não houve Execução Orçamentaria no Exercício de 2020, devido a opção do poder Executivo que não houve Orçado para Execução do referido Area.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18005	PROGRAMA PRO TRANSPORTE - MEDIDAS DE INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DAS CIDADES	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE CALÇADAS (PAC II)	NETRIO	I	17.998,00	Valor Orçado R\$ 35.000.000,00 Valor Líquido R\$ 104.318.400,22 Justificativa que a Meta realizada corresponde a 1.57,46% da meta Prevista.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18008	CONSTRUÇÃO E ADQUISIÇÃO DE CALÇADAS PARA LOGRADOUROS PÚBLICOS	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE CALÇADAS	NETRIO QUADRADO	I	15.840,00	Valor Orçado R\$ 50.000,00 Valor Líquido R\$ 0,00 Informamos que não houve Execução Orçamentaria no Exercício de 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18009	CONSTRUÇÃO DE PARQUES NA CIDADE	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES	NETRIO QUADRADO	I	0	Não executado orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18010	CONSTRUÇÃO DE ÁREAS VERDES - PRATICAS	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES	NETRIO QUADRADO	I	0	Não executado orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18013	IMPLEMENTAÇÃO DA AVENIDA RIO FABIO	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE VIAS FAVIDORADAS	NETRIO QUADRADO	I	0	Não executado orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18014	IMPLEMENTAÇÃO DE CYCLOVIA E PRAZAS DE LAZER	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-ESTRUTURA	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE CYCLOVIA QUILÔMETRO	I	0	Não executado orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA 2020.	
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18014	DESEMPORTEAMENTO AMASVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DE MEDIAS CIODADES - CONTRATAS BB	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	ÁREA DESCARPAGADA	NETRIO QUADRADO	I	6.757,30	Valor Orçado R\$ 2.000.000,00 Valor Suplementado R\$ 404.282,00 Valor Atualizado R\$ 2.404.282,00 Valor Líquido R\$ 0,00 Justificativa que a Meta Realizada corresponde a (100%) da Meta Prevista.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18018	COMBATE E PREVENÇÃO DE ENCHENTES NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	COMBATE E PREVENÇÃO DE ENCHENTES	NÚMERO	I	0	Valor Orçado R\$ 50.000,00 Valor Líquido R\$ 0,00 Informamos que não houve Execução Orçamentaria no Exercício de 2020, tendo em vista a opção do Executivo Municipal.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18019	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÓFILOS PÚBLICOS	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÓFILOS PÚBLICOS	NETRIO QUADRADO	I	0	Não executado orçamentaria no exercício de 2020, nas entradas para LOA 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18021	ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CICLOAS E SERVIÇOS	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA SGP	PERCENTUAL	I	84,69	Valor Orçado Valor R\$300.000,00 Valor Suplementado Valor R\$40.000.00 Valor Líquido Valor R\$664.037,14 Justificativa que a Meta realizada corresponde a (84,69%) da Meta Prevista.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18022	ELAI PROJ. II URBANIZ. DE S. M. DE CRUZ/CAIC/PROJ. C. C. DE CARVALHO PROJ. GESIBA/PROJ. T	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA SGP	PERCENTUAL	I	0	Valor Orçado R\$ 160.000,00 Valor Líquido R\$ 0,00 Informamos que não houve Execução Orçamentaria no Exercício de 2020.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18061	PROGRAMA PRO TRANSPORTE - MEDIDAS DE INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DAS CIDADES	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	CONSTRUÇÃO DE PRÓFILOS PÚBLICOS	NETRIO QUADRADO	I	1.128,00	Valor Orçado R\$ 4.000.000,00 Valor Suplementado R\$ 4.135.038,31 Valor Atualizado R\$ 8.135.038,31 Valor Líquido R\$ 2.000.000,00 que corresponde a 58,53% da Meta realizada, correspondente a (58,53%) da Meta Prevista.
10116	CIDADE DESSENVOLVIDA	18119	IMPLEMENTAÇÃO DE ECOSPOTS MUNICIPAIS	SECRETARIA DE DEPORTES	DIRETO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE ECOSPOTS MUNICIPAIS	NÚMERO	I	1	Valor Orçado R\$ 2.000.000,00 Valor Líquido R\$ 417.800,50 Justificativa que o Quantitativo da Meta realizada, corresponde a (20%) da Meta Prevista.

10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10169	IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO INSTITUCIONAL MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRO ADMINISTRATIVO	PERCENTUAL	1	70,38	Valor Orçado R\$1.000.000,00 Valor Liquidado R\$ 702.845,71 Salientamos que a Quantitativa da Meta realizada, corresponde a (70,38%) da Meta Prevista.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10172	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E LOGRADOURO PÚBLICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE CALÇADA	MÉTRICO QUADRADO	2	0	Nenhum execução orçamentária no exercício de 2020, sua entrada para LGA 2020.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10173	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PROPRÉTOS FOLCLÓRICOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PROPRÉTOS FOLCLÓRICOS	MÉTRICO QUADRADO	1	623	Valor Orçado: R\$ 800.000,00 Valor Liquidado: R\$ 944.247,00 Valor Liquidado: R\$ 1.059.210,25
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10174	PROGRAMA ESPECIAL DE HELICOPTEROS DA PM	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS PAVIMENTADAS	MÉTRICO QUADRADO	2	0	Nenhum execução orçamentária no exercício de 2020, sua entrada para LGA 2020.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10201	ACOES DE SANEAMENTO BÁSICO DA FAZENDA - CONCEPÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS RECAPEADAS	MÉTRICO QUADRADO	1	0	Valor Orçado R\$1.000.000,00 Valor Liquidado: R\$ 0,00 Informarmos que não houve Execuções Orçamentariais no Exercício de 2020 Tendo em vista que a referida Ação não foi prioritária pelo Executivo Municipal.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10238	OBRAS NO MUNICÍPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	PACTOS COM MANUTENÇÃO DO SISTEMA COLETA APAST. ESGOTOS	PERCENTUAL	1	71,88	Valor Orçado R\$2.000.000,00 Valor Suplementado R\$20.327.455,00 Valor Anulado R\$10.600.000,00 Valor Liquidado R\$21.231.312,02 Diferença entre o valor liquidado e o valor anulado é de R\$ 10.600.000,00 que é a Meta realizada, correspondente ao Executivo Municipal.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10216	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO ASFALTICA - CONCEPÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS PAVIMENTADAS	MÉTRICO QUADRADO	2	0	Valor Orçado R\$87.957.957,32 Valor Liquidado: R\$ 0,00 Informarmos que não houve Execuções Orçamentariais no Exercício de 2020 Tendo em vista que o Processo Letitório não foi iniciado no Executivo Municipal.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10228	SUBST. DO ESTR. DE DRENAGEM FELD DE AGUA PUÍVAIS - PQ. DOS SERRINHOS - RR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLEMENTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PUÍVAIS	MÉTRICO QUADRADO	1	0	Valor Orçado R\$7.464.086,66 Valor Anulado: R\$4.000.000,00 Valor Liquidado: R\$ 0,00 Informarmos que não houve Execuções Orçamentariais no Exercício de 2020, assimetria a Tabela de Execuções Municipais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	10221	ACOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	NÚMERO OBRAS DE DIREITO P/ COVID 19 DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NUMERO	1	0	Valor Orçado R\$5.000,00 Valor Liquidado: R\$ 0,00 Informarmos que não houve Execuções Orçamentariais no Exercício de 2020, assimetria a Tabela de Execuções Municipais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	3,5	Contratações e Aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO URBANA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	3,5	Contratações e aquisições a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20002	SERVICOS DE SUBSTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	3,5	Contratações e Aquisições referentes a Manutenção ambiental e Implantação de processos totalmente Digitais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20002	SERVICOS DE SURPOTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	3,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	0	60,45	Valor Orçado R\$10.201.000,00 Valor Liquidado: R\$ 6.513.129,42 Informarmos que não houve execução correspondente a (35,47%) do valor Orçado.
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	0	60,45	Valor orçado: R\$ 10.201.000,00 Valor Liquidado: R\$ 6.513.129,42
10116	CIDADE DESENVOLVIDA	20058	RECUPERAÇÃO AFETIVO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	VIAS RECAPEADAS	MÉTRICO QUADRADO	1	1.151.339,00	Valor Orçado R\$12.432.346,00 Valor Suplementado R\$50.070.700,70 Valor Anulado R\$24.330.000,00 Valor Liquidado: R\$29.947.000,42 Diferença entre o valor liquidado e o valor anulado é de R\$ 1.151.339,00 no Exercício.
10117	SERVIDOR EFETIVO	20004	REGULARIZAÇÃO E IMPROVIMENTO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - REP	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FUNCIONARIOS CARACTERIZADOS	PERCENTUAL	0	0,17	Itens previstos na realização devem a pendente, [141] servidores capacitados [183] funcionários [170] = 17,21% da Meta Realizada.
10117	SERVIDOR EFETIVO	20005	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO E IMPROVIMENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	APAFUNDAMENTO DE LONGA DURAÇÃO	NUMERO	0,03	0,03	Dias perdidos: 27741 Dias esperados de Trabalho = 2990445 dias menor, melhor
10117	SERVIDOR EFETIVO	20005	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO E IMPROVIMENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICAS E ESPORTES	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	APAFUNDAMENTO DE LONGA DURAÇÃO	NUMERO	0,03	0,03	Custo de Olho por Dia no Municipio RR 2020 = 554 Reais + (https://globo.com/ri/rih/rih-rih-prefeitura-justica/2020/12/29/medidas-para-impulsionar-o-desenvolvimento-economico-ri-rih-prefeitura-realiza-ação-que-agradece-por-crise-gerada-pelo-covid-19-e-fazenda-põe-regras-para-reabertura-de-comércios-e-indústria)
10117	GESTAO FISCAL FAZENDA	10121	ACOES DE COMBATE AO CORONAVIRUS - COVID-19	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NÚMERO OBRAS DE DIREITO P/ COVID 19 DE RESIDENTES EM RIBEIRÃO PRETO	NUMERO	1	0,04	Valor Orçado: R\$ 10.000.000,00 Valor Liquidado: R\$ 0,00
10117	GESTAO FISCAL FAZENDA	20001	MANUTENÇÃO GERAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e aquisições referentes a manutenção ambiental e implantação de processos totalmente digitais.
10117	GESTAO FISCAL FAZENDA	20002	SERVICOS DE SUBSTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTAVES	PERCENTUAL	0	1,5	Contratações e Aquisições referentes a Manutenção ambiental e Implantação de processos totalmente digitais.
10117	GESTAO FISCAL FAZENDA	20003	GESTAO DE RH	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	42,85	Valor liquidado: R\$ 1.000.000,00 valor remanescente de R\$ 240.000,00 para sempre. Total da Execução: R\$ 1.240.000,00 para o 3.000,00 (42,85%) que corresponde a 24,00%.
10117	GESTAO DOS ENCARGOS DO MUNICIPIO	1	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SECRETARIA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESAS	1	370.943,950,00	Valor importado da liquidez: R\$ 370.943,95 que se tornaram como base o valor de execução de 2020, que é de R\$ 3.000,00 (42,85%) que corresponde a 24,00%.
10118	GESTAO DOS ENCARGOS DO MUNICIPIO	10171	DECAPSULAGAO IMÓVEL	ENCARGOS DO MUNICIPIO	ENCARGOS DO MUNICIPIO	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	ÁREA DESAPROPRIADA	MÉTRICO QUADRADO	1	149,87	Valor importado da liquidez: R\$ 149,87 que corresponde a 24,00%.
10118	GESTAO DOS ENCARGOS DO MUNICIPIO	20002	GESTAO DE RH	ENCARGOS DO MUNICIPIO	ENCARGOS DO MUNICIPIO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	EXECUÇÃO DA POLÍIA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL	100	94,92	Valor liquidado: R\$ 43.649.127,64 valor liquidado: R\$ 45.460.465,60 que corresponde a 24,00%.
10118	GESTAO DOS ENCARGOS DO MUNICIPIO	20058	PAGAMENTO DE OUTROS ENCARGOS DO MUNICIPIO	ENCARGOS DO MUNICIPIO	ENCARGOS DO MUNICIPIO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	PERCENTUAL DE ENTREGA/DEVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS NA GESTÃO DOS ENCARGOS MUNICIPAIS	PERCENTUAL	100	166,31	Valor liquidado: R\$ 43.649.127,64 valor liquidado: R\$ 45.460.465,60 que corresponde a 24,00%.